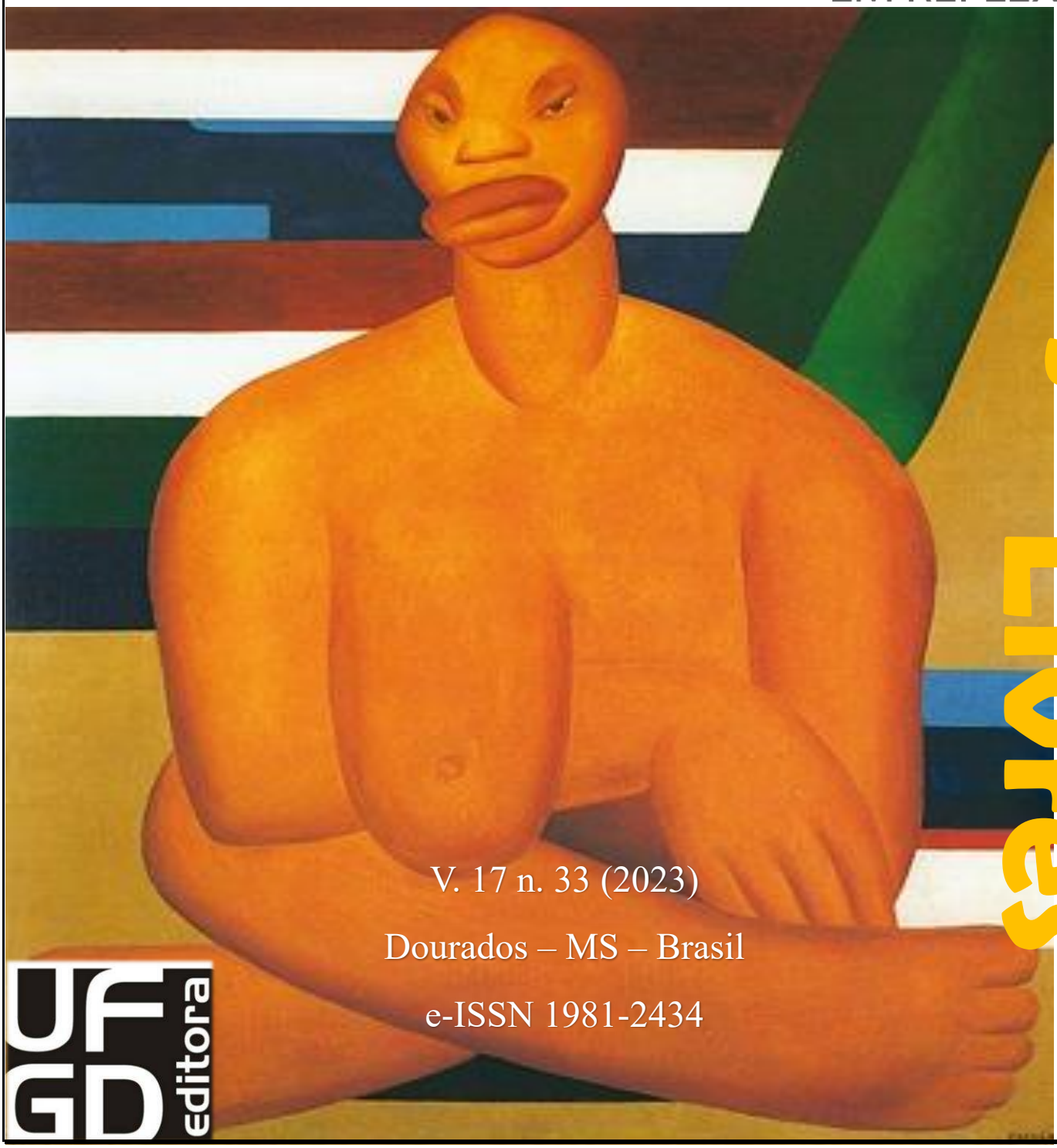
Revista eletrônica

HISTÓRIA

EM REFLEXÃO



Artigos Livres

V. 17 n. 33 (2023)

Dourados – MS – Brasil

e-ISSN 1981-2434

UFGD editora

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A REVISTA *VEJA* NA DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF:

O Processo de construção do golpe no Brasil em 2016

VEJA MAGAZINE IN THE DECONSTRUCTION OF THE PRESIDENT DILMA ROUSSEFF's IMAGE:

The construction process of the coup in Brazil in 2016

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO[1]

LUCENE CANDIDO MAGNUS[2]

RESUMO

O artigo busca analisar como a Revista *Veja* contribuiu para o processo de desconstrução/desqualificação da imagem da presidenta Dilma Rousseff, contribuindo para a construção do golpe de Estado executado no Brasil no ano de 2016. O estudo perfaz uma discussão teórica acerca do cenário político e da ascensão dos governos de centro-esquerda no Brasil após o ano de 2002, destacando as alianças e a política neodesenvolvimentista adotada pelo bloco liderado pelo Partido dos Trabalhadores, e construindo uma cronologia do golpe de estado de 2016. Analisou-se, ainda, a narrativa presente em 5 capas da Revista *Veja* do ano de 2016 sobre o processo de *impeachment*, demonstrando como esse meio de comunicação teve papel relevante em todo o contexto que levou ao golpe da presidenta Dilma Rousseff com sua desqualificação midiática no cenário político.
Palavras-chave: História Política. Imprensa. Golpe.

ABSTRACT

This article seeks to analyze how the *Veja* Magazine contributed in the process of deconstruction and disqualification of President Dilma Rousseff's image, contributing to the construction of the coup d'état executed in Brazil in 2016. Discussing the political scenario and the rise of center-left after 2002, highlighting the alliance and the neodevelopmentalist politics adopted by the political bloc that the Workers Party leaded, and constructing the chronology of 2016's coup. Was analyzed the narrative on the cover of five different editions of *Veja* Magazine, all published in 2016 about the impeachment process, showing how this communication vehicle was extremely relevant in the major context that leads into President Dilma Rousseff's coup and her disqualification in the political scenario.
Keywords: Political History. Press. Coup.

[1] Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). *E-mail*: jhz@unesc.net.

[2] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC). *E-mail:* lucene.uce@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os impressos, ou seja, o material originário da arte e da indústria gráfica, tornaram-se possíveis pelo advento da imprensa, entidade que, conforme Dutra (2006, p. 9) "tem no papel e nos seus similares seu suporte material". Ao longo de séculos, os impressos tomaram as mais variadas formas, incluído jornais, livros, almanaques, revistas, panfletos, boletins, gravuras, mapas, cartazes, calendários, dentre outros. Em suas diferentes formas, e na sua crescente circulação, os impressos tiveram atuação relevante nas transformações culturais, sociais e políticas do constructo da modernidade, como por exemplo, nos processos de secularização, urbanização e democratização das sociedades ocidentais. Particularmente nos jornais, pode ser evidenciada a íntima ligação dos impressos com o mundo da política, podendo essa relação:

> (...) Ser mapeada na sua efetiva participação na constituição e ampliação de uma esfera pública; na sua condição de veículo de formação da opinião pública e divulgação das opiniões políticas, bem como de canal de mobilização política que presta à convocação, ao engajamento e à confrontação de ideias; na sedimentação das solidariedades de grupo; na ligação decisiva com os processos históricos de edificação nacional e de construção das identidades culturais; na sua capacidade de difusão e transformação das culturas políticas (DUTRA, 2006, p. 9).

Nos dias de hoje, os meios de comunicação exercem uma importância significativa que tem contribuído para reflexões interdisciplinares sobre a comunicação social e sobre a compreensão da vida contemporânea. O emaranhado de tecnologias, artefatos e mensagens que fazem parte do nosso cotidiano, incluindo satélites, cabos, novas tecnologias e redes de informação, jornais, revistas, sites, blogs, e-mails, chats e torpedos, configuram um campo amplo e aberto para a investigação por diferentes áreas do conhecimento, como destacado por Cruz (2007).

De acordo com Capelato (1994), a imprensa deixou de ser vista como um mero reflexo da realidade e passou a ser concebida como uma representação do real, ou seja, de momentos específicos da realidade, pois a sua existência é resultado de práticas sociais específicas de determinada época. Nesse sentido, o processo de produção do impresso é um ato de poder historicizado, pois nele estão envolvidas

relações de poder que precisam ser esclarecidas dentro de seu contexto histórico. Isso nos permite estabelecer que a imprensa não apenas age no presente, mas também influencia o futuro, uma vez que os seus produtores constroem imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. Cabe observar que os impressos, bem como os meios de comunicação em geral, ainda ocupam lugar de destaque nas sociedades contemporâneas, pois são produtores de uma memória pública e de uma ideia de História. Desse modo, concordamos com a posição de Silvia Maria Arendt (2014, p. 22), quem afirma que "(...) a narrativa jornalística vem participando do processo histórico com vigor e constância haja vista sua condição simbólica de detentora da pretensão da verdade".

Portanto, o presente estudo tem por objetivo analisar a narrativa presente nas capas da Revista *Veja* e como esse veículo impresso contribuiu para o processo de desconstrução/desqualificação da imagem da presidenta Dilma Rousseff na construção do golpe de Estado executado no ano de 2016. Metodologicamente, foi considerada a relevância das imagens presentes em cinco capas da revista impressa, expressadas nas edições publicadas em 02 de março, 13 de abril, 20 de abril, 11 e 18 de maio de 2016. A escolha de tais edições se justificou, fundamentalmente, no uso intencional da imagem da então presidenta Dilma Rousseff que, ao ver desse estudo, colaborou para a construção da desqualificação de sua condução política, sobretudo, de seu governo. Assim, nesse artigo, a Revista *Veja* foi utilizada como fonte e como objeto de análise.

Considera-se, nesse estudo, que o golpe de 2016 foi caracterizado por uma ofensiva neoliberal que atacou os governos que apresentaram uma pauta progressista quanto aos avanços sociais. Esse processo impactou profundamente nos avanços conquistados nos últimos anos no Brasil. O *impeachment/golpe,* ocorrido em 2016, marcou a ruptura de um ciclo político protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Essa ruptura impactou profundamente no curso das políticas públicas de caráter social, configurando, dentre muitas outras características, a quebra do presidencialismo de coalizão construído a partir da ascensão de Lula junto aos partidos que representam a classe média e a burguesia brasileira.

1. A ASCENSÃO DOS GOVERNOS DE CENTRO-ESQUERDA NO BRASIL NO NOVO SÉCULO

Para compreendermos o golpe de 2016 e os sujeitos envolvidos que constituem também o foco deste artigo, precisamos contextualizar o cenário político que foi construído até o último mandato da presidenta Dilma Rousseff. Cabe observar que a mudança no rumo da política econômica brasileira e o resultado desse movimento na formação dos blocos políticos de aliança são importantes na discussão do processo de *impeachment*.

A história da política brasileira, no início dos anos 2000, foi marcada, fundamentalmente, pela conquista eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT). Este fato é inédito porque foi a primeira vez que um partido caracterizado no espectro político como "centro-esquerda" obteve sucesso eleitoral no cargo do executivo nacional. Neste sentido, podemos afirmar que a abertura do novo século para a política brasileira apresentou novos elementos de análise e discussão, sendo o começo de um governo que teve, em sua condução, o primeiro presidente operário eleito - Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o período de 14 anos, o país foi governado por programas políticos liderados pelo PT, junto a uma grande aliança composta por diversos partidos políticos com aspectos ideológicos distintos, e por dois presidentes da república, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 até 2010) e Dilma Rousseff (2011 até 2016), ambos reeleitos.

Segundo Bastos (2017) a ascensão de Lula, nas eleições de 2002 se concretizou, dentre outros motivos, pelo enfraquecimento das políticas econômicas apresentadas por Fernando Collor de Mello e por Fernando Henrique Cardoso, que giravam em torno da ideia de abertura comercial, de privatização e de flexibilização de contratos de trabalhos. Em contrapartida, Lula assumiu o compromisso de preservar o "tripé macroeconômico" e, ao mesmo tempo, apresentar saídas para a classe trabalhadora, medida que foi expressa através da "Carta ao Povo Brasileiro".

Conforme o "Relatório das Eleições de 2002 do Supremo Tribunal Eleitoral (STE)", Lula foi eleito em 2002, no segundo turno, com 61,27% dos votos válidos, o que contabiliza 52. 772.592 votos na coligação "Lula Presidente" dos partidos: Partido

dos Trabalhadores (PT), Partido Liberal (PL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). A vice-presidência da chapa foi ocupada pelo PL com o empresário José Alencar. A Coligação "Lula Presidente" venceu a Coligação "Grande Aliança" composta pelos partidos Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, encabeçada pelo candidato à presidência José Serra (PSDB) e a vice Rita Camata (PMDB).

Em 2006, o então presidente Lula foi para sua reeleição, sendo vitorioso no segundo turno com 60,83% dos votos válidos, contabilizando 58.295.042 votos. Sua coligação denominada como "A Força do Povo" contava com os partidos: PT, PCdoB e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), tendo novamente como vice José Alencar, quem havia migrado para o PRB. A oposição foi liderada, novamente, pelo PSDB com Geraldo Alckmin, candidato a presidente, e José Jorge, do Partido da Frente Liberal (PFL), como vice. A coligação intitulou-se "Por um Brasil Decente", e foi composta somente por PSDB e PFL.

De acordo com os dados de Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a presidenta Dilma Rousseff, por sua vez, foi eleita pela primeira vez em 2010 na coligação "Para o Brasil Seguir Mudando" composta pelos partidos: PT, PMDB, PCdoB, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Republicanos (PRB), Partido da República (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN), tendo como candidato a vice-presidente o político Michel Temer (PMDB).

A coligação fez 56,05% dos votos válidos, o que corresponde a 55.752.529 votos. Ganhou as eleições do candidato a presidência da oposição no segundo turno, José Serra (PSDB) e seu vice Índio da Costa (DEM), pela coligação "O Brasil Pode Mais", composta pelos partidos: PSDB, Democratas (DEM), Partido Popular Socialista (PPS), PMN, Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em 2014, Dilma Rousseff é reeleita presidenta do Brasil, com 51,64% dos votos válidos o que corresponde a 54.501.118 votos. Pela coligação "Com a Força do Povo", composta pelos partidos: PT, PMDB, PR, PDT, PRB, PCdoB, Partido Social

Democrático (PSD), Partido Progressista (PP) e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), mantendo o mesmo candidato a vice de 2010, Michel Temer (PMDB). A oposição em 2014 seguiu sendo liderada pelos tucanos, tendo Aécio Neves (PSDB) como candidato à presidência da república e como vice Aloysio Nunes (PSDB) na coligação "Muda Brasil", composta pelos partidos: PSDB, PMN, PTN, DEM, PT do B, PTB, Solidariedade (SD) e o Patriotas (PEN).

As estratégias e acordos políticos iniciados por Lula e Dilma para construção de uma frente formada por partidos políticos de origem ideológica distintas, foi interpretada por Queiroz (2018) como um mecanismo que garantiu a manutenção desse bloco no poder durante 14 anos, elegendo Lula e Dilma. Mas também foi, mais tarde, o início do golpe de estado executado sobre a presidenta da república Dilma Rousseff, mascarado de processo de *impeachment.*

Para Queiroz (2018) e Boito Jr. (2012), o bloco de alianças formado pelos petistas, ao longo dos 14 anos à frente da presidência, formataram um programa baseado no modelo "neodesenvolvimentista", o que os autores intitularam de "Frente Neodesenvolvimentista". O programa, em si, corresponde a uma agenda política, econômica e social direcionada para avanços sociais importantes, como i) o aumento de renda da população, ii) redução do desemprego, iii) políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da saúde e educação e iv) diminuição da extrema pobreza. Boito Jr. (2012) expõe algumas diferenças entre o velho desenvolvimentismo do período 1930 a 1980 e o neodesenvolvimentismo praticado pelos governos Lula e Dilma com as seguintes palavras:

> [...] Porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são significativas. O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo. Por ora, destacaríamos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-

> exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e antiimperialista (BOITO JR, 2012, p.5).

As principais críticas ao modelo versaram sobre a ausência de mudanças mais estruturais, pois o programa econômico e social produziu "(...) o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país" (BOITO JR, 2012. p. 5). A "Frente Neodesenvolvimentista", apresentada pelos autores citados, foi composta pela burguesia interna, que são, basicamente, os setores da indústria de transformação, indústria naval, extração mineral, construção civil, agronegócio, setores comercial, bancário e outros. Ao mesmo tempo, essa frente também englobou as classes populares, como os trabalhadores, o campesinato e a classe média. Ou seja, houve a constituição de um cenário político econômico de equilíbrio entre a burguesia nacional e as classes mais marginalizadas da sociedade brasileira (BOITO JR, 2012).

Nesse cenário, do mesmo modo que a política adotada pelas alianças de Lula e Dilma criaram um bloco de situação, a oposição também construiu suas alianças. O bloco adversário foi chamado, pelos autores anteriormente citados, de o "campo neoliberal ortodoxo", representado pelo grande capital internacional, pela fração da burguesia brasileira ligada ao capital estrangeiro, pelos donos de terras agrícolas e pela alta classe média. Esses setores, apesar de serem também beneficiados pelas políticas sociais do governo, se colocaram antagônicos em razão da contrariedade de dividirem privilégios, que antes eram exclusivos à eles, com a "baixa" classe média.

> [...]ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado, mas, também, no setor público. (BOITO JR, 2012. p. 3 e 4).

Com as mudanças na matriz econômica realizadas no governo Dilma, como apresenta Queiroz (2018), houve um realinhamento de forças entre os blocos de poder, além de um rompimento da burguesia rentista com a frente

neodesenvolvimentista, bem como sua aproximação com a frente neoliberal ortodoxa. Esses movimentos geraram o colapso do governo Dilma em diferentes frentes interligadas no processo de *impeachment*. Nesse contexto, a perda de popularidade do governo, a dificuldade de governabilidade dentro da Câmara dos Deputados (rompimento com o PMDB) e a perseguição jurídica pelo andamento da Operação Lava Jato, representam essas frentes.

Desse modo, concordamos com Queiroz (2018) que o processo político de 2016, divulgado pelas grandes mídias de forma nacional e internacional, foi um projeto político articulado por setores da sociedade brasileira. A análise desses setores materializa uma expressiva intenção de derrubar o programa econômico e social que vinha sendo implementado no Brasil através dos mandatos de Lula e Dilma, dentro do arranjo político da frente neodesenvolvimentista.

> Como se pode constatar, os desdobramentos do processo ao longo de 2016 revela que as questões inerentes à base da denúncia – irregularidades contábeis na execução orçamentária – constituíam apenas um álibi, no qual se materializavam os interesses políticos, econômicos e sociais de algumas classes e frações de classes específicas (QUEIROZ, 2018, p. 150 e 151).

2. A CRONOLOGIA DO GOLPE

O processo político do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, iniciado no dia 21/10/2015, que culminou no golpe institucional de 2016, deve ser interpretado a partir do seu contexto geral. Por isto, este artigo apresenta em linhas cronológicas, no quadro 1, os principais acontecimentos na esfera jurídica, parlamentar e política, considerando o momento em que o *impeachment* foi, então, aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB).

O aceite do pedido de *impeachment* por Eduardo Cunha (PMDB) evidencia a ruptura política entre o PMDB e o PT, relevando, não apenas o fim da "Frente Neodesenvolvimentista", como, também, o fim da relação política entre o partido que compunha o cargo de vice-presidência através da figura de Michel Temer. É possível delinear o rompimento entre esses partidos na medida em que Eduardo Cunha aceitou o pedido de *impeachment* direcionado exclusivamente para a presidenta Dilma, pelo

crime de responsabilidade fiscal, e, por outro lado, rejeitou o pedido de *impeachment* envolvendo Michel Temer. Em síntese, esses acontecimentos ocorreram a partir de múltiplos processos de tensões políticas iniciadas em 2015, como podemos observar no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Cronologia do Golpe de Estado de 2016.

Datas	Acontecimentos
21/10/2015	A oposição entrega para Eduardo Cunha o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma, assinado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Paschoal.
08/12/2015	A votação secreta e tumultuada da comissão especial do *impeachment* é suspensa pelo ministro Luiz Edson Fachin.
17/12/2015	O STF estabelece o rito do *impeachment*.
05/01/2016	Cunha rejeita pedido de *impeachment* do vice-presidente Michel Temer.
01/02/2016	A Câmara recorre contra o rito estabelecido pelo STF.
23/02/2016	O marqueteiro do PT, João Santana e a esposa, são presos na operação Lava Jato.
04/03/2016	Lula é conduzido coercitivamente para depor na Polícia Federal durante a 24ª fase da operação Lava Jato.
13/03/2016	Os maiores protestos contra Dilma são registrados em mais de trezentos municípios pelo país.
15/03/2016	O STF divulga o conteúdo da delação de Delcídio do Amaral.
16/03/2016	O STF recusa o recurso de Cunha quanto ao rito do *impeachment.*
16/03/2016	Dilma anuncia Lula como ministro da Casa Civil.
16/03/2016	O juiz federal Sérgio Moro torna pública uma série de gravações feitas pela Polícia Federal, no contexto da operação Lava Jato, entre 17 de fevereiro e 16 de março, incluindo o grampo de uma ligação entre Lula e Dilma feito às 13h32 de 16/3, após o próprio juiz ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente. Apesar de amplamente divulgado na imprensa, o áudio não produziu repercussões imediatas na investigação da PF.
17/03/2016	Um juiz de primeira instância concede liminar que suspende a nomeação de Lula, quem recorre.
17/03/2016	A Câmara forma a comissão do *impeachment*.
18/03/2016	Em decisão monocrática, o ministro Gilmar Mendes suspende a nomeação de Lula para a Casa Civil.

23/03/2016	É tornada pública uma "super planilha" apreendida em 22 de fevereiro de 2016, na casa do presidente da Odebrecht Infraestrutura, no contexto da 23ª fase da operação Lava Jato, batizada de "Acarajé". O documento (farto em nomes da oposição), que lista valores (incompatíveis com doações declaradas) e apelidos de cada político, é posto sob sigilo por Sérgio Moro, alegando que ele poderia levar a "conclusões prematuras".
28/03/2016	A OAB protocola novo pedido de *impeachment* contra Dilma.
29/03/2016	O PMDB rompe oficialmente com o Governo.
29/03/2016	Em despacho oficial, o juiz Sergio Moro pede desculpas ao STF pelo vazamento da ligação entre Lula e Dilma e nega motivação política.
30/03/2016	Começam os trabalhos da comissão do impeachment na Câmara.
01/04/2016	Dois pedidos de *impeachment* de Michel Temer são protocolados na Câmara.
04/04/2016	Eduardo Cunha rejeita o pedido de *impeachment* do vice-presidente Michel Temer, assinado pelo ex-ministro Cid Gomes.
05/04/2016	O ministro Marco Aurélio Mello manda Eduardo Cunha aceitar o pedido de *impeachment* do vice-presidente.
06/04/2016	O relator do processo de impeachment na comissão da Câmara apresenta relatório favorável à abertura do processo contra a presidente.
11/04/2016	São divulgados na mídia, novamente por um suposto vazamento, treze minutos de áudio em que o vice-presidente fala à nação como se o impeachment de Dilma tivesse sido aprovado pela Câmara.
14/04/2016	A Advocacia Geral da União recorreu, sem sucesso, ao Supremo Tribunal Federal alegando cerceamento de defesa no processo de *impeachment*.
17/04/2016	Com 367 votos, a Câmara aprova a abertura do processo de *impeachment* depois de três dias de sessão.
25/04/2016	É formada a Comissão Especial do *Impeachment* no Senado.
29/04/2016	Em sessão da comissão do *impeachment*, o senador Randolfe Rodrigues prega peça em Janaína Paschoal e a faz admitir que, de acordo com a argumentação usada para definição de crime, também seria forçoso pedir o *impeachment* do vice Michel Temer. Pouco antes, a advogada afirma não haver elementos para que o vice fosse denunciado.
06/05/2016	A Comissão Especial do *Impeachment* no Senado aprova o parecer do relator, favorável à continuação do processo contra a presidente.
12/05/2016	O Senado decide abrir o processo de *impeachment* e afasta provisoriamente a presidente Dilma Rousseff.
12/05/2016	No mesmo dia do afastamento da presidente, Temer anuncia seu ministério. Composto por 22 homens brancos, a escolha foi duramente criticada por movimentos sociais e parte da mídia.

14/06/2016	O Conselho de Ética recomenda a cassação de Eduardo Cunha.
17/06/2016	A Petrobras atinge marca inédita de 1 milhão de barris por dia no Pré-Sal, com média de custo de extração do barril a U$D 8,00 (média mundial é de U$D 15,00).
16/06/2016	A Operação Lava Jato derruba o terceiro ministro de Temer, Henrique Alves, que estava à frente do Turismo. Alves renunciou depois da divulgação do conteúdo da delação de Sérgio Machado, que o apontava como beneficiário de propinas pagas pela Queiroz Galvão e pela Galvão Engenharia enquanto deputado.
21/06/2016	Michel Temer assume o golpe em sua conta no *Twitter*.
27/06/2016	Temer se reúne secretamente com Eduardo Cunha no palácio Jaburu.
29/06/2016	Interino afirma que Bolsa Família será mantido "enquanto houver pobreza extrema no País".
29/06/2016	Criada a campanha de financiamento coletivo "Jornada pela Democracia – Todos por Dilma", em resposta à restrição imposta por Temer ao uso de aviões da FAB pela presidente (com exceção do trecho Brasília-Porto Alegre). A iniciativa partiu de Guiomar Lopes e Celeste Martins, ex-militantes e amigas de longa data da presidente.
01/07/2016	Com pouco mais de um mês de gestão, o governo do interino Michel Temer foi considerado ruim ou péssimo por 39% da população, de acordo com pesquisa CNI/Ibope.
05/07/2016	Em seis dias, a campanha "Jornada pela Democracia" acumula R$ 662.114 e 10.067 apoiadores. Em 48 horas, a campanha bateu recorde ao atingir a meta de R$ 500 mil reais. Além de ter se tornado o projeto que recebeu mais doações em menos de 24 horas, também foi o que teve mais apoiadores em tão pouco tempo.
9 - 10/08/2016	O Plenário decidiu, por 59 votos a 21, que a presidente afastada iria a julgamento. No terceiro dia de julgamento, Dilma compareceu ao Congresso para se defender e negou ter cometido os crimes de responsabilidade que foi acusada. Por conseguinte, acusou o vice-presidente, Michel Temer, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de conspiração;
31/08/2016	O processo durou 273 dias, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem as perdas dos direitos políticos de Dilma. No total, foram 61 votos favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff e 20 contrários no julgamento;

Fonte: *Boitempo* e *Educa Mais Brasil* (2019).

3. A CONSTRUÇÃO/DESCONSTRUÇÃO DO GOLPE CONTRA DILMA NO IMPRESSO *VEJA*

A revista *Veja* se caracteriza como uma revista de distribuição semanal, lançada nas quartas-feiras, com propensão nacional publicada pela Editora Abril. A magazine faz parte de um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina, e tem, como público-alvo, a classe média brasileira. Segundo Silva (2005), a *Revista Veja* foi lançada durante o período do regime militar por influência da revista norte-americana *Time*, que, na época, também ajudou a financiar a *Rede Globo de Televisão*. Cabe reiterar que a mídia, na contemporaneidade, cumpre o papel de tornar público a política no regime democrático, ou como bem resume Lima (2004) "o público agora é midializado". Nesse sentido, a *Veja* se tornou, em 2016, um dos grandes veículos midiáticos que narraram a conjuntura política do golpe de estado dado contra a presidenta Dilma Rousseff, como veremos nas capas a serem analisadas a seguir.

Figura 1- Capa da Revista *Veja*, edição de 02 de março de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

A primeira capa da Revista *Veja* analisada foi a edição de 02 de março de 2016, com a manchete "A operação acarajé saiu muito mais caro", trazendo no centro da capa, o marqueteiro João Santana, a então Presidenta Dilma Rousseff e o Ex-

Presidente Lula. O editorial representava um ambiente de teatro de fantoches, construindo a ideia de um show, propondo pela colocação das figuras o marqueteiro João Santana como o condutor e Dilma e Lula como os fantoches da cena. Tal representação, conduz a interpretação do público em geral, para a existência de um personagem criado pelo marqueteiro - nesse caso, a criação de uma encenação direcionada para o âmbito eleitoral, uma vez que, o marqueteiro atuou nas campanhas eleitorais. A narrativa criada pela revista *Veja* é, portanto, de que havia uma identidade desconhecida pelos brasileiros, que foi construída com a finalidade de encenar, assim como em uma peça de teatro.

Inferimos que o objetivo foi levar os leitores a questionar-se: se a então presidenta Dilma e o ex-presidente Lula eram fantoches do marqueteiro dentro de uma peça teatral, quais seriam suas verdadeiras identidades fora do palco da política? A capa da revista colocou de forma clara de que seria uma identidade ligada à corrupção, a qual precisaria ser escondida pelo mais hábil profissional da mentira e manipulação, como ela mesma expressa na manchete da capa. A peça teatral é mobilizada articulando elementos que sugerem que "algo" deu errado e que este "dar errado" saiu muito mais caro.

A manchete se refere a 23ª fase da Operação Lava Jato (2016), batizada como "Operação acarajé", que averiguou pagamentos suspeitos ao marqueteiro. No subtítulo da manchete, o editorial desqualificou Lula, afirmou que Lula e Dilma pagaram o marqueteiro com dinheiro "sujo", e finalizou citando o processo de *impeachment* que Dilma veio a sofrer, sugerindo que: "Ela pode perder o mandato". A capa da revista, em questão, leva o leitor a relacionar a figura da então Presidenta da República com o esquema de corrupção e propina ligados a Operação Acarajé, reforçando a narrativa do mandato petista ser ilegítimo, apontando como saída o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A segunda capa da Revista *Veja* analisada, a edição de 13 de abril de 2016, com a manchete "Dilma em Liquidação", apresenta ao fundo o Palácio do Planalto em chamas, com vemos na Figura 2.

Figura 2 - Capa da Revista *Veja*, edição de 13 de abril de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

Considerando que o Palácio do Planalto é o local oficial de trabalho da Presidência da República e, também, o local de residência, ao colocar a imagem em chamas, a revista atribuiu ao leitor o sentido de caos na política nacional. A cena do fundo da capa, que enfatiza o Palácio do Planalto em chamas, corroborou com o sentido de que o próprio mandato da Dilma Rousseff estava sendo incendiado. A manchete, seguindo o mesmo entendimento, sugeriu que Dilma estaria colocando em promoção os cargos dos ministérios, relembrando promoções de queima de estoque em comércios. Na parte inferior do lado esquerdo da capa, vemos uma observação aos deputados, colocando-os como os únicos que poderiam "acabar com a farra" através do voto, trazendo novamente o processo de *impeachment* que ainda seria votado na Câmara dos Deputados.

Infere-se que o objetivo era consolidar a narrativa de que a presidenta Dilma estaria com seu mandato em colapso, precisando usar de cargos ministeriais para se manter no poder, buscando acordos com os deputados e suas bancadas para impedir a votação de abertura do processo de *impeachment*, a qual a presidente perde e o processo foi aberto em 17 de abril de 2016 como mostra a quadro 1.

Continuando com a construção da narrativa para o desgaste da imagem de Dilma Rousseff, a terceira capa em análise neste artigo é a da edição de 20 de abril

de 2016 (figura 3) com a frase “Fora do Baralho” associada à uma foto de Dilma representada por um cartaz rasgado.

Figura 3 - Capa da Revista *Veja*, edição de 20 de abril de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

Como exposto, a imagem utilizada pela revista é a foto oficial da presidenta Dilma trazendo elementos simbólicos como o uso da faixa presidencial, um dos principais símbolos desse cargo político. A foto foi utilizada, portanto, como se fosse um cartaz colado e arrancado, sendo a parte da imagem que foi arrancada, correspondente à metade do rosto de Dilma. Neste sentido, infere-se que esta formatação se trata de algo que já tenha passado, ou seja, foi a tentativa de legitimar o próprio processo em si. A Dilma, já foi, ou seja, o que resta agora são fragmentos rasgados do seu próprio rosto, o que resta é a desconstrução/decomposição da liderança de sua gestão.

A manchete dessa edição demonstrou nitidamente a intenção de expressar que a presidenta Dilma Rousseff estava desgastada, sendo essa ideia reforçada pelo subtítulo da manchete. Dessa forma, a derrota de Dilma não se configurou somente com o resultado do processo de *impeachment*, que ainda seria votado, mas o próprio momento de abertura já configurou a sua derrota política. A mensagem tencionava

apresentar ao leitor a sua incapacidade política, sobretudo aquela referente ao exercício da governabilidade com o Congresso Nacional, governabilidade essa necessária para presidir o país, independente do resultado ter ido à votação ou não. Dilma, neste caso, foi exposta como incapaz de presidir o país em quaisquer situações.

A quarta capa da Revista *Veja* a ser analisada é a edição de 11 de maio de 2016 (figura 4), com a manchete "Tchau Querida, Tchau Querido", ao fundo fotos de perfil de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha e, no topo da página, há uma manchete secundária se referindo ao ex-presidente Lula.

Figura 4 - Capa da Revista *Veja*, edição de 11 de maio de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

Na imagem, pode-se vislumbrar uma foto de perfil do deputado federal Eduardo Cunha (MDB - RJ), que foi quem aceitou o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma enquanto era Presidente da Câmara dos Deputados e um dos principais articuladores da oposição. Sobreposta à sua foto, está a imagem de perfil da presidenta Dilma, ambos com semblantes sérios, que se intensificam pelo fundo preto da capa.

A manchete desta edição foi uma das mais violentas e comentadas do período, sendo publicada um dia antes da aprovação no Senado do processo de *impeachment* e do afastamento da presidenta do cargo. A manchete "Tchau Querida, Tchau

Querido", em seu subtítulo, sugeriu que, com a provável saída de Dilma e a derrota de Cunha, o Brasil teria a chance de acabar com a corrupção. A capa e a manchete prenunciavam a saída da presidenta Dilma, mas também que o "feitiço virou contra o feiticeiro", ou seja, que Eduardo Cunha, na condição de Presidente da Câmara, aquele que foi um dos principais articuladores do impeachment de Dilma no Congresso Nacional, sofreu também derrota política.

No topo da página temos a menção do ex-presidente Lula, a partir do título: "No topo da Cadeia", e com o subtítulo comentando a acusação do Procurador Geral da República que ligava Lula à uma "organização criminosa" dentro da Petrobras. A capa que antecipava a votação do Senado, reafirmava a imagem que a revista vinha construído do governo Dilma. Os dois, Dilma e Lula, são apontados como responsáveis pela corrupção no Brasil e o processo de *impeachment* foi identificado como resposta para erradicar a corrupção.

Figura 5 - Capa da Revista *Veja*, edição de 18 de maio de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Eurico Back - UNESC

A quinta capa da Revista *Veja* foi a última analisada - a edição de 18 de maio de 2016, com a manchete "Ruína do PT" e ao fundo uma representação de um busto do ex-presidente Lula desmoronando. Essa edição foi publicada após a aprovação da abertura do processo de *impeachment* pelo Senado e o afastamento da presidenta

Dilma Rousseff. Essa edição emblemática foi composta por alguns elementos: i) a frase no topo da página, que diz: "EXCLUSIVO: As novas provas que comprometem Lula"; ii) o título da manchete: "Ruína do PT"; iii) Os subtítulos da manchete, que mencionam o PT como o grande responsável pela corrupção, a Dilma como a presidenta que foi afastada por crime de responsabilidade e que entrega o país quebrado e o Temer que iria conter os gastos, manter a inflação na meta e estimular os investimentos; E por fim, iv) o fundo da página com um busto do ex-presidente Lula desmoronando.

O enredo criado por estes elementos deixou claro a intenção da edição de descredibilizar não somente a presidenta, que estava sendo acusada por crime de responsabilidade, mas também o projeto de governo que se iniciou com Lula e se manteve até o afastamento de Dilma. A revista buscou colocar o Partido dos Trabalhadores como responsável pela crise política, reforçando o movimento político conhecido de "antipetismo". O enredo da edição também apontou Michel Temer como a figura política que conseguiria estabilizar o governo brasileiro através de seu projeto "Uma ponte para o futuro", o qual incluiria a política de teto de gastos e a reforma trabalhista, dentre outras reformas, e, dessa maneira, poria um fim ao projeto petista e abriria as portas para o avanço do neoliberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da afirmação de Lima (2004, p.51) de que "(...) a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que define o que é público no mundo contemporâneo", entende-se o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff como um golpe executado não somente em seu governo, mas também no programa Neodesenvolvimentista. O estudo compreende a Revista *Veja,* após a análise das referidas capas, como um dos agentes políticos que corroboram com a narrativa da frente neoliberal ortodoxa, a qual estimulou veementemente o discurso golpista.

A imagem construída pelas capas da revista *Veja* sobre a então presidenta Dilma Rousseff, a colocou como a responsável pela corrupção, a caracterizou como

inapta para conduzir politicamente o Brasil, interligando sua imagem ao ex-presidente Lula, caracterizando-a como uma mera continuação de um mandato anterior, porém uma continuidade que não conseguiu manter suas estruturas firmes e acabou destruída. Portanto, considera-se que a Revista *Veja*, enquanto um grande veículo da mídia, contribuiu com o crescimento do antipetismo, que desqualificou os mandatos de Lula e Dilma Rousseff, bem como de todas as políticas apresentadas pelo modelo Neodesenvolvimentista, deixando marcas profundas na conjuntura política e socioeconômica brasileira de nosso presente histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Maria de Fávero. (Org.) **Um país impresso:** História do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960 -1980). 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia**. Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, n. especial, p. 1-63, 2017.

BOITEMPO. **Cronologia do Golpe**. Disponivel em: <https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>. Acesso: 17 nov. 2020.

BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** Fórum Econômico da FGVSP, 2012b. Biblioteca virtual FGV-SP.

_____. Lava jato, classe média e burocracia de Estado. Princípios, v. 1, 2016b, pp. 29-34. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/2016/10/14/armando-boito-jrlava-jato-classe-media-e-burocracia-de-estado/>. Acesso em: 05 set. 2020.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**. Relatório das eleições 2002, Brasília : TSE, 2003

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário de Cunha. **Na Oficina do Historiador: Conversa sobre História e Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p.253-270, dezembro, 2007.

DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual**. Anos 90, Porto Alegre, v.23, n.43, p. 67-92, Julho, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LIMA, Venício A. de. **Sete Teses sobre mídia e política no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio, 2004.

MENDES, Elaine . **Impeachment de Dilma Rousseff**. Educa mais Brasil. 2019. Disponivel em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/impeachment-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 17 nov. 2020.

QUEIROZ, Felipe. **Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes**. In: CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 27 (2018)

RÉMOND, René. **O retorno do político.** In: CHAUVEAU, A.; TETARD, P. (Org.). Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999.

_____. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Carla Luciana Souza. **VEJA: O *indispensável* partido neoliberal (1989 a 2002).** 2005. 658 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminenses, Niterói, 2005.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe.** São Paulo: Leya Editora. 2016.

Recebido em 22 de janeiro de 2021.

Aprovado para publicação em 05 de outubro de 2022.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

O NEGACIONISMO DO HOLOCAUSTO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA:
Uma análise a partir de discursos de extrema-direita difundidos entre os séculos XX e XXI

HOLOCAUST NEGATIONISM AS A CONTEMPORARY POLITICAL STRATEGY:
An analysis based on far-right discourses spread between the 20th and 21st centuries

MARCOS EDUARDO MEINERZ[1]

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar o pensamento conspiratório contemporâneo e suas origens no negacionismo do Holocausto. Dentro dessa relação, busca-se compreender como o cenário político e midiático brasileiro tem sido caracterizado pelo avanço de indivíduos e grupos de extrema-direita que utilizam do negacionismo e do conspiracionismo como estratégia para promover suas agendas políticas, tratando de fatos históricos sem o rigor científico e metodológico necessários. Nesse sentido, a primeira parte do artigo é dedicada a analisar as diferentes manifestações negacionistas das últimas décadas e suas principais pautas. Na segunda parte, analisamos como ocorre a relação entre os fenômenos conspiracionista e negacionista. Do ponto de vista teórico-metodológico, apoiamo-nos na concepção do historiador Raoul Girardet que considera as conspirações enquanto um dos mitos políticos presentes no imaginário da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Negacionismo. Conspiração. Holocausto.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze contemporary conspiracy thinking and its origins in Holocaust denial. Within this relationship, we seek to understand how the Brazilian political and media scenario has been characterized by the advance of individuals and extreme right groups that use denialism and conspiracy as a strategy to promote their political agendas, dealing with historical facts without the rigor necessary scientific and methodological. In this sense, the first part of the article is dedicated to analyzing the different denialist manifestations of the last decades and their main guidelines. In the second part, we analyze how the

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR/PPGH). Professor substituto no curso de História da Universidade Estadual do Paraná - Campus Mourão. *E-mail*: markosmeinerz@gmail.com.

relationship between conspiracy and denial phenomena occurs. From a theoretical-methodological point of view, we base ourselves on the conception of historian Raoul Girardet, who considers conspiracies as one of the political myths present in the imagination of contemporary society.

Keywords: Denialism. Conspiracy. Holocaust.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate político e histórico no Brasil tem sido amplamente afetado pela proliferação de teorias conspiratórias e discursos negacionistas. Conforme apontado pelo historiador Arthur Lima de Avila (2019), tais movimentos não buscam apenas obter reconhecimento acadêmico, mas também almejam a hegemonia intelectual, visando exercer controle sobre como imaginamos o passado (AVILA, 2019, s/p). No bojo de movimentos internacionais, o cenário político e midiático brasileiro tem sido caracterizado pelo avanço de indivíduos e grupos de extrema-direita que utilizam o passado para promover suas agendas políticas sem o rigor científico e metodológico necessários. Como resultado, os historiadores estão progressivamente perdendo sua posição de fala e autoridade, sendo substituídos por charlatões como astrólogos, ocultistas, conspiracionistas e negacionistas.

Naturalmente, compreendemos que os historiadores não possuem o monopólio sobre o estudo do passado, porém, é necessário reiterar que os profissionais graduados portam ferramentas de análise essenciais para uma interpretação minimamente adequada sobre os fatos ocorridos: um sistema teórico, uma metodologia, um conhecimento histórico, uma racionalidade e uma interpretação baseada nos vestígios deixados pelos humanos.[2] Como preconiza Rüsen (2001) que, ao produzir afirmações sobre o passado humano, a Ciência Histórica se tornou a ciência mais competente para se refletir sobre o modo como a consciência histórica é produzida.

Não obstante, ultimamente identificamos várias tentativas de reconfiguração do passado da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), seja

[2] Tais elementos também são encontrados em outras ciências que estudam as ações humanas ao longo do tempo, cada qual com suas especificidades metodológicas, como: Arqueologia, Antropologia, Filosofia, Sociologia, Psicologia, entre outras.

por iniciativas de jornalistas como Leandro Narloch ou por empresas produtoras de documentários como o *Brasil Paralelo*. De acordo com Avila (2019, s/p), este último tenta minimizar a violência e a tortura do período ditatorial "(...) buscando reabilitá-lo enquanto um 'momento fundacional' da democracia brasileira, já que teria abortado uma 'revolução comunista' supostamente em curso durante o governo de João Goulart". Na apreciação de Avila (2019), o respectivo revisionismo do *Brasil Paralelo* se ancora na omissão de fatos e na distorção de registros históricos, movimentos que silenciam dados inconvenientes sobre Ditadura no Brasil:

> Ao fim, o que surge da leitura do passado que nos é oferecida pelo grupo empresarial [...] é uma "interpretação" higienizada e, a despeito das supostas intenções de imparcialidade de seus autores, manipulada ideologicamente para dar legitimidade aos atuais projetos políticos que governam o país – cujo Presidente da República é um ardoroso defensor do regime instaurado em 1964 (AVILA, 2019, s/p).

A utilização dos respectivos elementos de manipulação estratégica do passado nos permite concordar que tal "empreendimento acaba por refletir uma tentativa de reabilitação da própria ditadura civil-militar que equivale, ao menos como uma de suas possibilidades de entendimento, a uma operação negacionista" (AVILA, 2019). Uma evidência que reforça essa possibilidade é o fato de os negacionistas pretenderem produzir trabalhos "historiográficos" ou serem vistos como historiadores para tentar legitimar e divulgar suas propostas como portadoras de uma "nova versão dos fatos". Um exemplo dessa repaginação é o popular argumento de que o golpe militar de 1964, no Brasil, teria "salvado a democracia de uma suposta ditadura comunista".

Nos apropriando do conceito de negacionismo de forma mais abrangente, outro exemplo existente sobre a manipulação do passado brasileiro é o da negação ou minimização da escravidão africana. As produções do *Brasil Paralelo,* bem como o livro de Leandro Narloch, *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* (2009), intentam minimizar e esvaziar as violências desse processo, negando, por exemplo, o seu legado contraproducente para as desigualdades sociais existentes no país nos dias de hoje (AVILA, 2019). Inclusive, em novembro de 2020, quando João Alberto Freitas, um homem negro

de 40 anos, foi espancado e morto por seguranças no estado do Rio Grande do Sul, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, declarou em entrevista que "(...) no Brasil, não existe racismo", pois é o racismo seria uma "(...) coisa que querem importar para o Brasil, isso não existe aqui" (MAZUI, 2020). Esse fato evidencia a íntima relação dos revisionismos contemporâneos da História do Brasil com objetivos políticos de movimentos de extrema-direita.

Apesar de esse fenômeno ser mormente caracterizado como um sintoma do debate político atual, o conceito de negacionismo e suas implicações políticas remontam movimentos oriundos no século XX com a negação do Holocausto. Tradicionalmente, o "negacionismo" refere-se a pessoas e/ou organizações que minimizam e/ou negam o assassinato em escala industrial de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.[3] Segundo seus ideólogos, o evento não passaria de uma mentira criada por aqueles que venceram o conflito em aliança com os judeus sionistas fundadores do Estado de Israel, com o objetivo de conquistar vantagens econômicas. Nessas narrativas, os judeus são representados como "seres conspiratórios pertencentes a uma organização secreta diabólica" e o Holocausto é "apresentado como uma das maiores e inúmeras formas de o 'judaísmo internacional' lançar suas garras sobre o mundo, controlando as finanças, os meios de comunicação, a mídia e a civilização mundial" (NETO, 2009, p. 1118).

Cabe observar que, ao espalhar desinformações, o negacionismo do Holocausto (ou também o negacionismo da ditadura e da escravidão, bem como a negação da pandemia do Covid-19 e do aquecimento global) serve para acobertar interesses econômicos, políticos ou ideológicos de algum grupo radical, geralmente da extrema-direita, uma vez que ele se caracteriza a partir de discursos panfletários e sem rigor científico. Contudo, não são somente os

[3] Nesse artigo utilizamos o conceito de Holocausto apenas como referente ao extermínio de judeus em escala industrial durante a Segunda Guerra Mundial. Em geral, a historiografia utiliza o termo Holocausto para se referir ao genocídio dos judeus, especialmente depois da Conferência de Wansee, em janeiro de 1942. Usa-se o termo porque entende-se que o genocídio judeu tem particularidades, que o distinguem de outros genocídios. Nos últimos anos, com o avanço de alguns movimentos sociais (negros, LGBTQIA+, etc) tem havido alguma apropriação do termo. Entretanto, isso tem sido feito e aceito mais nos movimentos sociais do que na historiografia. Não se trata de hierarquizar e nem de diminuir os demais genocídios, mas de uma questão conceitual. Dessa forma, tal fator é uma disputa super complexa dentro dos debates historiográficos. Ainda há uma outra dimensão: até que ponto o judeu que morreu vítima da perseguição nazista em 1935 e não em uma câmara de gás ou gueto, em 1943, ele é vítima do Holocausto ou não.

negacionismos que se enquadram nesse pacote, pois pode-se incluir também as teorias conspiratórias que coexistem na atualidade, seja na "*cultura pop*" ou no cenário político: "Q'Anon", "Kit gay", "Terra Plana", "Homem não foi à lua", dentre outras.

Uma das últimas conspirações que foram propagadas no cenário internacional e amplamente anexadas no imaginário brasileiro foi a de que o vírus do Covid-19 teria sido "criado em laboratório pelos chineses a fim de a China se beneficiar economicamente com a crise". Nesse sentido, segundo os ideólogos da respectiva conspiração, o vírus teria sido criado e disseminado em escala global para estimular a queda do preço do petróleo e das ações de grandes empresas ao redor do mundo, além de facilitar a valorização do dólar, consequências que supostamente aumentariam o lucro dos chineses com a venda de títulos públicos americanos. Em postagem no *Facebook,* um internauta afirmou que "os chineses, depois de espalharem o terror e derreterem todas as bolsas de valores",

> baixarem o preço do petróleo, irão comprar mais barato. Meta batida como das outras vezes que lançaram outros vírus. Para quem não entendeu, EUA e China, entraram em guerra comercial. Surge um vírus na China que derruba a economia mundial e valorizando o dólar. China vende seus títulos do tesouro americano e estabiliza sua economia. Depois anuncia que o vírus já está quase controlado. Moral da história: "os poderosos criam dificuldades para vender facilidades". Funciona assim: Os chineses espalham um vírus que contamina o mundo. O mundo entra em pânico, as pessoas se trancam dentro de casa. As bolsas entram em crise. As ações da maioria das empresas caem. Os chineses cheios de grana, compram as ações das maiores empresas por preços baixos e passam a ser donos de todas elas.[4]

Não ao acaso, essa teoria teve ampla repercussão em setores políticos da sociedade brasileira, à exemplo de que o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, seus filhos e parte dos seus seguidores, todos vinculados à extrema-direita brasileira, compartilharam exaustivamente, em entrevistas e postagens

[4] A publicação pode ser visualizada em: https://www.facebook.com/1718013874967704/photos/a.1719227158179709/2208374699264950/?paipv=0&eav=AfbQQOT3ie-lQKu2Zj5Lsf9MYXhV6qnskKWP2bzalQCvMI0nqp6M1qPHS88LTSFkgPg. Acesso: 02/12/2022.

em redes sociais, o argumento de que “a pandemia estava ligada a um plano de recuperação econômica do governo chinês” (FARIA, 2020). Dentro de uma conjuntura maior, podemos reflexionar que o referido argumento conspiracionista está atrelado a questões mais profundas da sociedade ocidental como a evidente xenofobia contra chineses e asiáticos de modo mais amplo. No período de propagação desse discurso conspiratório, muitos indivíduos chineses ou descendentes denunciaram agressões sofridas: “(...) olha lá a chinesa saindo, sua chinesa porca, nojenta, fica aí espalhando doença para todos nós", declarou Marie Okabayashi, na rede social *Twitter*, com um vídeo da agressora, uma senhora com mais de setenta anos de idade. Okabayashi ainda ouviu que os chineses “contaminam tudo”, “roubam empregos do nosso povo” e “espalham doenças” (YAMAGUIT, 2020).

Fato é que tal teoria não possuía qualquer comprovação científica e foi rapidamente desqualificada por pesquisadores como Andrew Rambaut, professor de evolução molecular da Universidade de Edimburgo, e W. Ian Lipkin, professor de biologia evolucionária da Universidade de Sydney, em um artigo publicado na revista *Nature*. Segundo os autores, o vírus da COVID-19 foi resultado da seleção natural e não de uma manipulação proposital em laboratório (RAMBAUT, 2020). Apesar disso, depois de mais de um ano desde o início da pandemia, o Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, reafirmou no dia 27 de abril de 2021, que foram os chineses que inventaram o coronavírus, contrariando todos os estudos científicos produzidos até aquele momento (MARTELLO, 2021).

Dada a constatação dos negacionismos e conspiracionismos presentes no debate político e no próprio imaginário de milhões de pessoas, questionamos: o que fazer com os pseudodiscursos historiográficos que não, nem de longe, discursos de natureza científica? Ao entender desse estudo, longe de descartá-las ou desconsiderá-las, o historiador, sabiamente, deve analisar e investigar como essas diferentes narrativas manifestadas por meios de comunicação de massa, por instituições culturais e por agentes políticos, afetam o cotidiano e a realidade dos indivíduos. Nesse sentido, corroboramos com a afirmação de Pierre Vidal-Naquet de que devemos discutir sobre os negacionistas (e

conspiracionistas) analisando os seus textos como a "anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar o seu lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir com os 'revisionistas'" (VIDAL-NAQUET, 1988, p.10-11).

Isto posto, o objetivo desse artigo é analisar a íntima relação existente entre o pensamento conspiratório e o negacionismo do Holocausto, pois frequentemente o negacionismo vem acompanhado de uma teoria conspiratória. Nesse sentido, a primeira parte do artigo é dedicada a analisar as diferentes manifestações negacionistas das últimas décadas e suas principais pautas. Na segunda parte, analisamos como ocorre a relação entre os fenômenos conspiracionista e negacionista.

1. A NEGAÇÃO DO HOLOCAUSTO: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Em outubro de 2020, Daniela Reinehr (sem partido) assumiu interinamente o governo do estado de Santa Catarina após o governador Carlos Moisés (PSL) ter sido afastado temporariamente do cargo enquanto seu processo de impeachment era julgado. Durante sua primeira coletiva de imprensa no cargo, Reinehr foi questionada sobre os posicionamentos neonazistas e negacionistas do Holocausto do seu pai, o professor de história Altair Reinehr. À época, o repórter Fábio Bispo, do *Intercept Brasil*, fez a seguinte pergunta:

> No começo da sua fala, a senhora agradeceu sua família. Seu pai, como professor de história, pregava em sala de aula o negacionismo do holocausto judeu, inclusive utilizando livros de uma editora que foi condenada por contar mentiras sobre a Segunda Guerra Mundial. Agora que a senhora é governadora de Santa Catarina, a gente quer saber qual é a sua posição, se a senhora corrobora com essas ideias neonazistas e negacionistas sobre o holocausto (DW, 2020).

Daniela Reinehr evitou responder diretamente à pergunta afirmando que cabia a ela, como filha, "(...) manter a relação familiar em harmonia, independente das diferenças de pensamento". O fato de tratar o pensamento do seu pai como mera "diferença", evitando condená-lo veementemente, levou

entidades como a Confederação Israelita do Brasil (CONIB) e a Associação Israelita Catarinense (AIC) a se manifestarem. Ambas pediram para que a governadora rechaçasse as ideias negacionistas do seu pai. Fernando Lottenberg e Sergio Iokilevitc, respectivamente, presidentes das instituições, declararam:

> A governadora deve, de forma veemente, manifestar sua repulsa ao negacionismo da tragédia que foi o Holocausto. É importante que ela se pronuncie sobre o assunto e demonstre de forma inequívoca sua rejeição às ideias que levaram ao extermínio de 6 milhões de judeus inocentes, além de outras minorias e adversários políticos e provocaram uma guerra que devastou a humanidade (CONIB, 2020).

Outras instituições que se manifestaram contra a declaração da governadora foram os Judeus pela Democracia e o Museu do Holocausto de Curitiba. Este último, por meio de sua página no *Facebook*, declarou que a governadora, ao tratar o Holocausto dessa maneira, como divergências que não podem ser publicamente condenadas em nome da manutenção da harmonia familiar, estaria compactuando com os objetivos dos negacionistas que consistem em compreender o "(...) nazismo como uma opção política como outras, com as quais podemos concordar ou discordar, e não como algo cuja condenação inequívoca é obrigação de qualquer ser humano, sobretudo de uma figura pública".[5]

Tal fato fez com que o passado de Altair Reinehr viesse à tona. Logo depois do ocorrido, portais de notícias como *Istoé* (SZABATURA, 2020), *O Globo* (CAETANO, 2020), *BBC News* (POTTER, 2020), *Deustch Welle* (2020), *Folha* (SPERB, 2020), *Uol* (KONCHINSKI, 2020), dentre outros, começaram a publicar reportagens sobre as suas ideias negacionistas. Os jornalistas rememoraram a trajetória do professor Reinehr, denotando que ele foi membro do CNPH (Centro Nacional de Pesquisas Históricas), o qual, durante as décadas de 1980 e 1990 buscava legitimar historicamente o negacionismo do Holocausto, tendo, inclusive, ano de 2005, publicado um artigo no jornal *A Notícia* da cidade de

[5] A nota do Museu do Holocausto de Curitiba pode ser visualizada em sua página do *Facebook*: https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/posts/3493354397438439.?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter-Conib-29-10-20. Acesso: 05/05/2021.

Joinville, Santa Catarina, em que negava o número de judeus mortos pela Alemanha nazista, tratando o Holocausto como uma mera lenda (POTTER, 2020).

Em 2011, Reinehr publicou outro artigo intitulado *Da casa do Papa à casa de* Adolf *Hitler,* no qual narra sua visita a cidade natal de Adolf Hitler, *Braunau am Inn*, na Áustria. Sobre o *Führer*, o professor afirmou que ele teve "(...) uma infância bastante infeliz, uma adolescência e juventude marcada por enormes dificuldades, sacrifícios de toda a ordem e notadamente incompreensões" (REINEHR, 2011). Reinehr ainda exaltou os feitos de Hitler à frente do governo alemão, dizendo que "(...) ele realizou algo inédito e até hoje não imitado [...], acabou com o problema do desemprego de 6 a 7 milhões de pessoas, revitalizou a indústria, moralizou os serviços públicos e transformou a Alemanha num canteiro de obras" (REINEHR, 2011). Reinehr termina o seu artigo afirmando que Hitler foi de um "estadista mais amado e popular do mundo" para "o estadista mais odiado", e que na Alemanha é proibido "FALAR BEM DE HITLER" (uma vez que não é permitido lembrar de suas "obras reconhecidamente positivas") e que nas escolas europeias não se ensina a conhecer o seu governo, nem o que era o Nacional-Socialismo, "mas ensina-se a odiar" (REINEHR, 2011).

Antes mesmo da publicação dos referidos artigos, no ano de 2000, Reinehr testemunhou a favor do negacionista Siegfried Ellwanger Castan, que acabou sendo condenado, à época, por racismo pelo Supremo Tribunal Federal. Castan era dono da editora *Revisão*, conhecida por publicar obras que negam o Holocausto, sendo, inclusive, autor de um dos mais famosos livros negacionistas do Brasil: *Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século* (CASTAN, 1987). No site da editora, além do catálogo dos livros negacionistas distribuídos, podemos encontrar afirmações enfáticas como: "(...) a Comissão Especial da Cruz Vermelha Internacional não encontrou nenhuma evidência da existência de câmaras de gás em Auschwitz e Birkenau"; "(...) o mito do Holocausto justifica os bilhões de dólares que o Estado de Israel e sobreviventes têm recebido da Alemanha a título de reparação, sendo usado pelo grupo sionista para controlar a política exterior dos EUA em suas relações com Israel"; e que "(...) o diário de Anne Frank é uma farsa, pois ela teria morrido aos 22 e

não aos 14 anos", além dele ter sido escrito, segundo alega Castan, com uma caneta esferográfica, inventada vários anos depois da morte de Anne.

Tais afirmações não encontram respaldo historiográfico, uma vez que inúmeros trabalhos acadêmicos de historiadores, sociólogos ou de testemunhas diretas do Holocausto já comprovaram a existência do mesmo, como é o caso da obra *É isto um homem?* do italiano Primo Levy (1947), sobrevivente de Auschwitz, quem narra os horrores e atrocidades dos campos de concentração. Apesar de possuírem algumas divergências (como o exato número de mortes – na casa dos milhões -, sua suposta singularidade, se foi intencional ou funcional, etc.), os pesquisadores sérios não discutem, de forma alguma, a veracidade do Holocausto, porque tal ideia nunca esteve em pauta. Como afirma o historiador brasileiro Bruno Leal Pastor de Carvalho que "(...) examinando filmes, peças de teatro, livros didáticos, pesquisas historiográficas e documentários, o assassinato em massa de judeus durante a Segunda Guerra Mundial se tornou um dos grandes eventos do nosso tempo" (CARVALHO, 2019).

Independentemente de todas as evidências e estudos, exemplos de negacionismos do Holocausto cresceram nos últimos anos. Em maio de 2018, Ursula Haverbeck, mais conhecida como "vovó nazista", foi sentenciada na Alemanha a quase três anos de prisão, aos 89 anos de idade, por negar as atrocidades cometidas pela ditadura nazista. Ela afirmava que Auschwitz não era um centro de extermínio, mas apenas um campo de trabalho e que o Holocausto era a maior mentira da história (MENEGAT, 2018, p. 149). Segundo reportagem de Ana Carbajosa no portal *El País*, ela já era conhecida por ter escrito alguns artigos negacionistas para a revista alemã de extrema-direita *Stimme des Reiches* (Voz do Reich) e por ter sido viúva de Werner Georg, que em 1960 fundou o centro educacional de *extrema*-direita intitulado *Collegium Humanum,* na cidade de Vlotho (centro da Alemanha), considerado um ninho de negacionistas. O centro foi proibido de funcionar em 2008 pelo Ministério do Interior alemão devido ao fato dele negar repetidamente o Holocausto (CARBAJOSA, 2018).

Outro acontecimento que gerou protestos de organizações internacionais foi a condenação de dois historiadores-pesquisadores do Holocausto, em

fevereiro de 2021, pelo governo ultranacionalista da Polônia. O partido Lei e Justiça (PiS), que está no poder desde 2015, condenou Jan Graboski, professor da Universidade de Ottawa, e Barbara Engelking, diretora do Centro Polonês de Pesquisa do Holocausto, a retificarem um parágrafo do ensaio intitulado *Sem fim: o Destino dos Judeus na Polônia ocupada*. Não apenas ratificar, mas pedir desculpas por terem "manchado a memória" do ex-prefeito do povoado de Malinowo, noroeste da Polônia, Edward Malinowski.

Durante a Segunda Guerra Mundial, de acordo com os historiadores, Malinowski teria participado de um massacre local a judeus, além de ter entregue alguns deles a soldados nazistas. O processo foi aberto pela sobrinha do ex-prefeito, Filomena Leszczynska de 81 anos de idade, por considerar que a memória de seu tio havia sido difamada, pois, a "verdade" era que Malinowski havia ajudado os judeus e não o contrário. Contudo, de acordo com Graboski e Engelking, o depoimento de uma judia sobrevivente confirmou que Edward Malinowski foi, de fato, cúmplice de dezenas de mortes judias (DW, 2021).

Ambos historiadores, entidades e organizações internacionais alegaram que tal medida do governo polonês era contra a liberdade de pesquisa e que estariam fazendo isso com o objetivo de encobrir o papel de autoridades polonesas no genocídio contra os judeus durante a guerra. O memorial do Holocausto Yad Vashem, de Jerusalém, por exemplo, tratou as acusações como um ataque ao esforço de conseguir um quadro mais completo e equilibrado da história da Shoa, constituindo um grave ataque à pesquisa livre e aberta. Crítica muito relevante também foi feita por Deborah Lipstadt (historiadora, escritora e professora universitária, cuja temática de pesquisa se concentra em estudos sobre o judaísmo moderno e o Holocausto e sua negação) quando publicou em sua conta do *Twitter* que "(...) a Polônia se dedica a negar o Holocausto de forma suave. Não nega o genocídio. Só reescreve o papel de alguns poloneses nele [...] e castiga os historiadores que dizem a verdade" (ALTARES, 2021).

O fenômeno não é novo, uma vez que podemos traçar as suas origens históricas nos primeiros anos do pós-guerra, como um esforço da extrema-direita em minimizar a intensidade das atrocidades nazistas. Segundo Carvalho (2016), entre os representantes dessa "primeira fase" podemos destacar o fascista

francês Maurice Bardèche (1907-1998), quem sustentou a ideia na qual os judeus foram os verdadeiros responsáveis por começar a guerra e que os campos de concentração eram uma fraude; e o escritor francês Paul Rassinier (1906-1967), quem defendeu a ideia de que os sobreviventes do Holocausto exageraram em suas histórias, principalmente aqueles que falavam do comportamento dos guardas dos campos.

Na segunda fase, iniciada na década de 1970, papel especial coube a Robert Faurisson (1929-2018), professor de literatura da Universidade de Lyon, que negava a existência das câmaras de gás. É com Faurisson que o negacionismo se expandiu e se difundiu para países como os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, tornando-se mais popular entre grupos neonazistas e de extrema-direita (CARVALHO, 2016). Dentro dos Estados Unidos, o responsável por difundir sistematicamente a negação do Holocausto, o ódio aos judeus e as teorias conspiratórias do complô judaico internacional, foi o *Institute for Historical Review* (IHR) fundado em 1978.

Conforme o historiador Pierre Vidal-Naquet (1988), o negacionismo possui dois sentidos: primeiro, o de negar o caráter único do Holocausto judeu, qualificando-o como um efeito colateral da guerra ou um excesso cometido por poucos; e, segundo o de negar o assassinato em escala industrial como uma política sistemática do Estado Nazista. Os negacionistas também se utilizam de variadas estratégias para questionar a História Acadêmica sobre o tema e negar os crimes nazistas: nesse contexto, qualquer testemunho direto do Holocausto é uma mentira; qualquer documento antes da liberação dos campos é falso, ou é ignorado; qualquer documento nazista que forneça testemunho direto é ignorado se for escrito em linguagem direta; todo testemunho nazista levado a julgamento depois da guerra é considerado como tendo sido obtido por meio de tortura ou intimidação; e todo um arsenal pseudotécnico é mobilizado para mostrar a impossibilidade material das câmaras de gás (NAPOLITANO, 2021).

Contudo, podemos afirmar que o recrudescimento do discurso negacionista de extrema-direita nas últimas décadas, dentro e fora do Brasil, é resultado do *boom* da internet na vida cotidiana. É por meio dela que esses grupos disseminam seus discursos, coordenam suas atividades e financiam

seus gastos. Segundo Carvalho (2016), se antes tal discurso estava restrito a produtos impressos de pouco alcance, a internet possibilitou que ele atingisse um público muito maior, disponível a qualquer pessoa com acesso, em diferentes línguas e de forma gratuita por meio de sites, blogs, fóruns e redes sociais.

Esse fato é de extrema importância, pois nos dias atuais, a probabilidade de que as pessoas sejam apresentadas à temas históricos através da internet é muito grande. É necessário considerar que o material produzido por *youtubers*, blogueiros e teóricos conspiratórios, especificamente aqueles que não possuem compromisso com a verdade histórica, em razão de estratégias de marketing e edição estética, pode ter um alcance maior que a História ensinada nas salas de aula por professores graduados. O problema é que muitos dos pseudohistoriadores utilizam o passado de forma descontextualizada, para fins comerciais e, muitas vezes, políticos. Ao propagarem conspirações, senso-comum, sensacionalismo, estereótipos, ocultismo e negacionismos, esses meios ajudam a borrar os limites existentes entre o fato e a ficção, daquilo que um pesquisador cientificamente respaldado sabe ser verdadeiro sobre determinado evento do passado.

Podemos observar esse fenômeno no *Youtube*. De acordo com o historiador Odir Fontoura (2020), que analisa o impacto da plataforma no ensino da História, existem inúmeros vídeos que procuram questionar a legitimidade dos historiadores quando criticam a forma como a História tem sido "contada" nas escolas, nas universidades ou na academia como um todo. Geralmente, os vídeos se apresentam como "a História que seus professores nunca te ensinaram" e como produções que objetivam esclarecer uma "história" que, por vários motivos, seria oculta, mascarada ou conscientemente desvirtuada.

Soma-se a esse fato a crescente tendência dos últimos anos de discursos e publicações que tentam questionar a cientificidade da História, contrariando as análises da grande maioria dos historiadores, bem como os métodos de se interpretar o passado. Isso abre espaço para falsificações históricas de todo o tipo, como o negacionismo do Holocausto, que possuem pouquíssimo a ver com a pesquisa histórica séria. Podemos enquadrar como representante dessa tendência a obra do jornalista Leandro Narloch, citada anteriormente, *Guia*

politicamente incorreto da História do Brasil, no qual o autor afirma, por exemplo, que Zumbi dos Palmares mandava capturar escravos de fazendas vizinhas para que eles "(...) trabalhassem forçados no Quilombo dos Palmares. Também sequestrava mulheres, raras nas primeiras décadas do Brasil, e executava aqueles que quisessem fugir do quilombo" (NARLOCH, 2009, p. 80). De acordo com Arthur Lima de Avila, ao afirmar que ex-cativos possuíam escravos, Narloch tenta negar a perversidade e a ampla penetração da escravidão na sociedade brasileira, pois a escravidão seria um peso compartilhado, o que "(...) afastaria a possibilidade de se responsabilizar os colonizadores pela construção do sistema escravista e pelo tráfico de seres humanos, bem como a de se reconhecer os privilégios históricos daí advindos" (AVILA, 2019, s/p).

Outro negacionismo muito difundido ultimamente, merecedor de maior destaque devido aos objetivos desse artigo, é do "nazismo de esquerda". No dia 11 de agosto de 2017, na pequena cidade de Charlottesville, localizada no Estado norte-americano da Virgínia, um grupo de supremacistas brancos da extrema-direita protestaram depois que foi anunciada a retirada de uma estátua do general confederado Robert E. Lee de um parque municipal. Lee foi um militar que comandou as tropas dos Estados Confederados, a união de seis estados separatistas do Sul dos Estados Unidos, durante a Guerra Civil Americana entre 1861-1865. O objetivo do grupo era conquistar a independência para impedir, por exemplo, a abolição da escravidão na região, já que o Sul dos Estados Unidos utilizava esse tipo de mão de obra nos seus latifúndios voltados a abastecer o mercado externo.

O Sul perdeu, mesmo assim Lee tornou-se um símbolo, um herói, para os movimentos de extrema-direita e dos supremacistas brancos do país. Obviamente que a decisão de retirar a sua estátua foi considerada uma afronta para tais grupos, que decidiram protestar. Durante o ato, carregavam tochas (clara referência ao grupo racista *Ku Klux Klan*), armamentos pesados, símbolos nazistas, bandeiras dos Estados Confederados, faziam saudações nazistas e gritavam palavras de ordem contra negros, homossexuais, judeus e imigrantes. No dia seguinte, em resposta, grupos como o "*Black Lives Matter*" saíram às ruas para protestar contra esses supremacistas brancos de extrema-direita. A tensão

entre as partes acabou gerando um intenso confronto nas ruas de Charlottesville, resultando na morte de uma pessoa por atropelamento. Alex Filds Jr, simpatizante neonazista, jogou seu carro contra os manifestantes, matando Heather Heyer, de 32 anos, e ferindo outras dezenove pessoas.

Após os acontecimentos de Charlottesville, blogueiros e *youtubers* do Brasil (como os do Instituto Mises Brasil) inundaram seus canais com vídeos e textos explicando como o nazismo foi um regime político pertencente ao espectro da extrema-esquerda.[6] Tal teoria negacionista já havia aparecido no livro de Narloch, quando afirmou que o socialismo e o nacional-socialismo pertenciam ao mesmo campo político, a esquerda, sendo "gêmeos heterozigotos" ou "irmãos gêmeos que brigam" (NARLOCH, 2009). Contudo, a grande maioria desses estudos apresentam uma lógica argumentativa simplista, sem análise empírica aprofundada, não levando em conta certas condições históricas e, muito menos apresentando fontes, documentos ou bibliografias especializadas que baseiam as suas ideias. Quando muito, citam alguns autores periféricos e não historiadores, distorcendo também interpretações de pesquisadores sérios como Richard J. Evans (2010) que analisa e coloca o nazismo no espectro da extrema-direita e não da esquerda.

A explicação sempre é ancorada em algumas generalizações e falta de interpretação de conceitos, a saber: 1º) o nazismo é de esquerda por causa do nome Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. A lógica de tal argumento é a de que se possui socialismo no nome, logo é de esquerda. 2º) o nazismo é de esquerda por causa de um broche que contém a foice e o martelo. Ambas são símbolos históricos que representam respectivamente o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade. Enquanto no socialismo tais símbolos fazem alusão a união dos trabalhadores (com a foice e o martelo cruzados), no broche nazista (criado para comemorar o dia do trabalho, "*Tag Der Arbeit*", em 1934), os símbolos, separados pela águia do partido de Hitler, significam a negação da luta de classes. 3º) o nazismo é de esquerda por causa do "Estado Máximo". Ou seja: a ideia na qual um partido de esquerda sempre prega o

[6] Podemos analisar os argumentos negacionistas do "nazismo de esquerda" no artigo, sem autor, publicado pelo site "Mises Brasil", "Por que o nazismo era socialismo e por que o socialismo é totalitário" (REISMAN, 2014).

"Estado Máximo", enquanto a direita sempre é adepta ao "Estado Mínimo". Uma clara falta de conhecimento histórico dos conceitos de direita e esquerda, visto que ambos já foram adeptos ou implementaram os "estados" máximo e mínimo (ou até mesmo a sua inexistência, como o caso do anarquismo) em algum momento da História (BOBBIO, 1998).

Pode-se considerar esse fenômeno como um negacionismo, pois quando seus ideólogos não conseguem mais negar o Holocausto - ou seja, que de fato ele ocorreu -, a extrema-direita o coloca no "colo" da esquerda. A consequência disso é que se estabelece uma diferença entre a perspectiva fascista da Europa e a perspectiva nazista da Alemanha: o nazismo produziu o Holocausto e ele é de esquerda, já o fascismo não. Nessa perspectiva, a extrema-direita fascista fica livre para recuperar suas esperanças perdidas no pós-guerra e tornar seus projetos políticos aceitáveis socialmente.

Como esses grupos são muito atuantes na internet, eles acabam induzindo várias pessoas no entusiasmo de afirmarem que Holocausto não existiu e que o nazismo é de esquerda. De acordo com Carvalho (2019), tais grupos são poderosos por terem mais recursos, serem mais organizados, fazendo da negação um empreendimento sistemático. Produzem artigos, publicam livros, fazem palestras, eventos e fundam instituições com o objetivo de produzir discursos voltados para o grande público. A principal armadilha argumentativa dos negacionistas é reivindicar que utilizam os procedimentos metodológicos de análise semelhantes aos dos historiadores. Querem ser vistos como eles, tanto que se proclamam "revisionistas". Entretanto, esse material não é uma revisão, mas sim uma falsificação, por deturpar a operação historiográfica: fontes, metodologia, controle dos pares, escrita ética, debate historiográfico, reconhecimento acadêmico e, principalmente, verdade histórica. "Há materiais negacionistas que até usam documentos. Mas é justamente nesses casos em que a mentira e falta de ética fica mais escancarada, pois tais documentos são utilizados de maneira distorcida ou fora de contexto (CARVALHO, 2019, s/p).

Entretanto, a explicação de negar o Holocausto para tentar tornar as ideias fascistas novamente toleráveis, não é a única. A negação pode ter relação com o racismo, xenofobia, crenças religiosas e, o mais importante para esse

texto (ao menos como uma de suas possibilidades de entendimento), como uma operação conspiratória.

2. O NEGACIONISMO E O CONSPIRACIONISMO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA ATUALIDADE

De acordo com Ricardo Castro (2014), desde a década de 1970, grupos de extrema-direita fortalecem teorias conspiratórias como chave explicativa para se entender a sociedade. Fato exacerbado depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas do *World Trade Center* e da expansão e popularização da internet. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde 2017 a teoria conspiratória do *QAnon* é amplamente divulgada por setores da extrema-direita. Nessa teoria, Hillary Clinton, Barack Obama, Tom Hanks, Bill Gates, George Soros, Papa Francisco, astros de Hollywood, *youtubers* e membros do Partido Democrata dos Estados Unidos seriam "adoradores de Satanás", "bebedores de sangue de recém-nascidos" (para conseguirem juventude eterna) e teriam uma "rede de pedofilia mundial". Ainda nessa teoria, o messias salvador do mundo contra os *QAnon* seria o próprio Donald Trump (FANJUL, 2021).

É importante analisar essa teoria, pois ela revela algumas características centrais do pensamento conspiratório. Geralmente, as conspirações apresentam uma explicação diferente sobre algum acontecimento histórico com o objetivo de desmentir a versão acadêmica e desmascarar as intenções maléficas e ocultas de certos grupos e/ou indivíduos. Os adeptos dessas crenças pensam que a sociedade é controlada por poderosas forças ocultas e demoníacas, em que os conspiradores são capazes de influenciar os acontecimentos históricos ou o funcionamento de toda a vida social. De acordo com o cientista político estadunidense Michael Barkun (2003), os crentes nessas teorias têm uma visão de mundo maniqueísta, uma vez que compreendem o mundo como uma luta mítica entre a luz e as trevas, entre os reinos do bem e do mal, e acham que esta polarização persistirá até o final da história quando o mal finalmente será derrotado.

Outra característica importantíssima das teorias conspiratórias diz respeito ao fato delas serem ferramentas utilizadas por certos grupos e líderes

políticos para mobilizar uma massa de seguidores ou para justificar a perseguição a determinados grupos. Uma das consequências da utilização política das conspirações é a formação de um ambiente em que o racismo, o fanatismo, o antissemitismo e outras formas de preconceito e opressão podem florescer (BARKUN, 2003).

Podemos identificar esses atributos na teoria do *QAnon*: a tentativa de desmascarar as intenções maléficas de um grupo; a compreensão da vida como uma luta mítica entre o bem e o mal, sendo eles os representantes do bem; e, talvez a mais importante, a sua utilização para angariar uma massa de seguidores para Trump e outros políticos, como a republicana Marjorie Taylor Greene que conseguiu, em 2020, uma vaga de deputada federal pelo Estado da Geórgia, utilizando essa teoria como propaganda política (BBC NEWS, 2020).

Contudo, um dos melhores exemplos da utilização de teorias conspiratórias para recrutar seguidores e perseguir adversários foi feita pelos nazistas por meio do livro *Protocolos dos Sábios do Sião*. De acordo com o historiador italiano Carlo Ginzburg (2007), a obra foi produzida pela polícia secreta do Czar Nicolau II (Okhrana) em 1903, para desqualificar os seus oponentes políticos. *Os Protocolos* pretendiam ser atas de um suposto congresso secreto realizado por um grupo de conspiradores judeus que planejavam uma infiltração em todos os níveis da sociedade (na economia, na imprensa, nas forças armadas, nos partidos políticos, etc.), com o objetivo de implantar uma monarquia judaica que dominaria o mundo.

A obra ganhou destaque internacional depois da Revolução Bolchevique de outubro de 1917, apresentada por parte da imprensa reacionária mundial como resultado de uma real conspiração judaica do mal, como estava previsto nos *Protocolos.* Em 1919, ela foi traduzida para o alemão e saudada como um documento importante, portanto, digno de fé, com comentários dando ênfase especial à “Conspiração Sionista” que supostamente ameaçava as monarquias e as igrejas cristãs. Contudo, Philip Graves, correspondente do jornal *Times* em Istambul à época, escreveu três artigos demonstrando que os *Protocolos* eram uma falsificação, dado que muitas passagens eram cópias de trechos de um livro esquecido, publicado meio século antes, em 1864: *Diálogo no inferno entre*

Maquiavel e Montesquieu, do francês Maurice Joly. Nesse livro, Joly faz duras críticas ao governo de Napoleão III (inclusive foi processado e condenado a quinze meses de prisão por ter escrito "frases sediciosas e ofensivas" contra o imperador). Isso não impediu que a obra continuasse a se disseminar pela Europa em países como Inglaterra, Espanha, França, Portugal, e, consequentemente, para o restante do mundo. A ideia recorrente era de que a democracia, o comunismo e o comércio internacional estariam sob o controle dos judeus, que haviam "infectado" todos os governos, todo o comércio, todas as artes e toda a mídia mundial (GINZBURG, 2007).

Na História, o uso mais importante dessa teoria conspiratória se deu por meio de Hitler e dos nazistas. *Os Protocolos* forneceram a eles a imagem de um inimigo nacional em comum, um inimigo demoníaco. O antissemitismo nazista apoiava-se nessa demonologia apocalíptica que culpava os judeus por todos os males do mundo, incluindo o liberalismo, o comunismo, a corrupção da moral e a derrocada do mundo tradicional. Hitler acreditava na veracidade dos Protocolos, sendo a base principal do seu antissemitismo, e usava-o para manipular a mídia, subverter as instituições do Estado e implantar sua própria conspiração para tentar governar o mundo (GINZBURG, 2007).

É importante ressaltar que a obra continua a ser reeditada em várias línguas e ainda é utilizada por grupos de extrema-direita como uma prova cabal da existência de uma conspiração judaica internacional atual. Nesse sentido, de acordo com Castro (2014) a negação do Holocausto é "o outro lado da moeda do complô judaico internacional difundido desde o início do século XX pelo livro". Ao afirmarem que o assassinato em escala industrial e sistemático de milhões de Judeus durante a Segunda Guerra Mundial foi uma mentira criada pelos vencedores do conflito em união com os judeus fundadores do Estado de Israel, com o objetivo de enriquecimento dos mesmos por meio de indenizações, temos a formação de uma visão conspiratória da realidade que nega as evidências concretas da existência do Holocausto, como os depoimentos dos sobreviventes.

Os negacionistas acreditam que o campo de concentração de Auschwitz, no Sul da Polônia, era "apenas" para prisioneiros e que as câmaras de gás

utilizadas para matar os judeus eram, na verdade, “câmaras de desinfecção” ou “abrigos antiaéreos”. Dessa forma, o Holocausto seria um “mito fabricado”, uma vez que os documentos existentes teriam sido falsificados no final do conflito pelos judeus e espalhados por toda a Europa. Isso leva a não acreditarem nos depoimentos de testemunhas, principalmente de militares ou membros do governo nazista, já que essas pessoas teriam confirmado existência dos campos de extermínio devido a fortes torturas e ameaça de morte e, por isso, os seus depoimentos devem ser ignorados. Contudo, Lipstadt (2018) afirma que muitas confissões da existência do Holocausto foram feitas depois que os nazistas criminosos já haviam sido condenados à morte. Mesmo assim, os negacionistas acreditam que estas “confissões pós-condenação refletem a ‘enxurrada de propaganda’ a que foram submetidas essas ‘vítimas do engano’” (LIPSTADT, 2018).

Hitler usou a teoria conspiratória dos *Protocolos* para angariar adeptos, assim como a extrema-direita fascista dos dias atuais nega a existência do Holocausto *com* o mesmo objetivo. Ou seja, tal conspiração tem por objetivo dar coesão ao grupo, reforçar a imagem do inimigo demoníaco, ao mesmo tempo em que tenta fortalecer um novo projeto fascista. Isso é materializado no “complô judaico internacional” atual, ou seja: a farsa do Holocausto (CASTRO, 2014).

Por esses motivos, é importante constatar que as teorias conspiratórias possuem implicações na realidade, por mais excêntricas ou “sem sentido” que possam parecer. Elas são sinônimos de atritos sociais, pois corroem o debate público e político e prejudicam a capacidade de diálogo dentro da sociedade, transformando adversários em inimigos. Se o adversário conspira, as ferramentas da democracia não funcionam, possibilitando a formação de um crescente discurso de ódio e intolerância (BERLET, 2009).

Podemos observar o potencial que as teorias conspiratórias possuem de destruir democracias no dia 6 de janeiro de 2021, em Washington, quando o Capitólio (Congresso dos Estados Unidos) foi invadido por muitos fanáticos crentes do *QAnon*. A invasão ficou marcada pelo ativista de extrema-direita Jake Angeli, apoiador de Trump e do movimento *QAnon*, que estava vestido de calça bege, um cocar de pele de urso, chifres, pintura facial branca, vermelha e azul e

portando uma lança com a bandeira dos Estados Unidos.

No bestiário conspiratório, os judeus (e qualquer outro conspirador) são representados como seres que se infiltram, rastejam, escondem-se, são portadores da sujeira e da infecção, assim como o rato, a sanguessuga e o polvo. Envoltos em vestimentas sombrias, os judeus operam a noite, subterraneamente, clandestinamente, infiltrando-se e controlando todos os meios tradicionais de comunicação e saber, possuindo a habilidade suprema da manipulação, com suas tropas invisíveis presentes em todas as partes. Praticam a corrupção, a depreciação dos costumes, a desagregação das tradições sociais e dos valores morais. Nessa lógica conspiratória, a negação do Holocausto corresponde a um esforço de combater a inesgotável vontade de poder dos Judeus que querem retomar o sonho eterno da construção de um Império em escala universal, da unificação do globo sob a sua total autoridade.

Segundo a lógica das teorias da conspiração, os defensores do negacionismo do Holocausto rejeitam qualquer análise proposta por historiadores, sociólogos, cientistas políticos, entre outros, acusando-os de estarem a serviço dos judeus. Compreendendo o mundo como sendo um palco da luta eterna entre o império do bem contra o império do mal, os negacionistas se consideram como soldados das forças do bem por denunciarem o complô judaico de dominação mundial que estaria sendo ocultado pela “grande mentira do século”, ou seja, o Holocausto. Portanto, quando culpam os nazistas pelo crime de genocídio, os judeus estariam colocando em prática seu projeto de hegemonia.

Mas, não é só isso. Essas versões da realidade acreditam que os professores, escolas e universidades fazem parte da conspiração por esconderem ou ocultarem o “conhecimento verdadeiro”. Barkun (2003) explica que isso acontece porque as teorias da conspiração geralmente contestam a versão oficial de um acontecimento do passado ou atual, criando explicações fantasiosas e/ou atribuindo-lhes outro significado e interpretação. Por isso, seus criadores e adeptos observam com ceticismo, desprezo e desconfiança algumas explicações dadas pelas universidades, escolas, intelectuais e os principais meios de comunicação, pois a conspiração parece ser tão poderosa que controla

praticamente todos os meios através das quais as informações são disseminadas. Nesse contexto, todos esses meios são ferramentas usadas pelos conspiradores a fim de iludir, falsificar, controlar e encobrir a verdade da população, promovendo uma verdadeira lavagem cerebral coletiva.

Esses fatores auxiliam a compreender, em parte, a escolha por conhecimentos que são contrários aos fatos normalmente aceitos como a "verdade" do passado. Por isso, os negacionistas procuram na internet (canais do *Youtube*, Blogs, Sites, Fóruns, comunidades do *Facebook*) as informações que confirmam as suas convicções, em um sistema de autoconfirmação ou retroalimentação. Essa retroalimentação acaba tendo, como efeito, a repetição modal das mesmas narrativas e discursos, produzindo uma espécie de pseudoconfirmação que induz os leitores e ouvintes a acreditarem naquilo que estão lendo ou ouvindo pelo menos que seja passível ou plausível de se acreditar. Ora, "uma mentira repetida mil vezes, torna-se verdade", para citarmos a frase muito utilizada pelo ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels.

Para o historiador estadunidense Richard Hofstadter (1964), a literatura conspiratória tem a pretensão de ser racional e empiricamente relevante. Ou seja, a fim de fundamentar e sustentar as suas afirmações, como o negacionismo de algum evento histórico, tentam elaborar, acumular e retroalimentar evidências tangíveis. Nesse sentido, os ideólogos imitam a metodologia de citação de fontes e a apresentação de evidências encontradas em estudos científicos, porém, são nesses casos que a mentira e a falta de qualquer ética fica evidente, como afirmou Carvalho (2019), pois tais documentos são usados de maneira distorcida ou fora de contexto.

A utilização do *Relatório Leuchter* é um exemplo dessa autoconfirmação e tentativa de apresentar evidências científicas. Os negacionistas o utilizam em suas produções como prova cabal da inexistência do Holocausto, pois supostamente "apresenta análises e resultados científicos" que comprovariam a inexistência das câmaras de gás nos campos de extermínio de Majdanek e Auschiwitz. De acordo com o filósofo Wallace Brito (2020), o relatório foi encomendado e financiado por Ernst Zündel (1939-2017), um famoso negacionista alemão radicado no Canadá, quem publicou sua tese da farsa do

Holocausto no livro de 1977, *The Hitler We Loved and Why* (2004), sob o pseudônimo de "Chritof Friedrich". Para sustentar a sua afirmação, Zündel contratou Fred Leuchter Jr., dono de uma empresa que confeccionava injeções letais à época, para investigar os campos de concentração nazistas.

Sem ter formação na biologia, química ou toxicologia, áreas essenciais para a realização de uma análise como a pretendida, Leuchter retirou clandestinamente (sem qualquer método científico) supostos pedaços de concreto das paredes das câmaras de gás (local onde os judeus eram asfixiados) e de dedetização (local que servia para desinfetar objetos e controlar a praga de piolhos), de Auschwitz. Já em território estadunidense, ele fez alguns testes para identificar a presença de gases tóxicos nos pedaços de ambas as salas e concluiu que só teriam morrido "piolhos" no local. Segundo Leuchter a concentração do gás "Zyklon B" nas paredes das câmaras apresentavam níveis baixíssimos do gás se comparado com a concentração nas salas de dedetização.

Contudo, o relatório possui inúmeros erros metodológicos e científicos, como apontou o estudo do químico Richard Green (1998) e da historiadora Deborah Lipstadt (2017). Esses pesquisadores explicaram que, com a derrota iminente, os nazistas destruíram as câmaras de gás para tentar ocultar o que havia acontecido no local. Devido ao fato de os escombros terem ficado expostos às variações climáticas e de que o cianeto é solúvel em água, é deduzível que a "(...) quantidade de gás encontrada em suas paredes fosse menor que a quantidade das câmaras de dedetização, que por sua vez, não foram destruídas ou expostas às adversidades climáticas" (BRITO, 2020). A quantidade de gás nas câmaras também não se sustenta, uma vez que é preciso de mais cianeto para matar pragas do que humanos. Além disso, como as pessoas eram amontoadas em uma sala com pouco espaço, era necessário menos quantidade de gás tóxico para as execuções.

O *Relatório Leuchter* passou longe de qualquer rigor científico de verdade, mas até hoje ele engana muita gente. No Brasil, foi Castan, fundador da editora negacionista *Revisão* (citado anteriormente), que o publicou. Internacionalmente, um caso que teve grande destaque foi a do escritor inglês

David Irving que, impactado pelo relatório, publicou uma edição do seu livro *Hitler's War* (1977) eliminando as palavras Holocausto e câmara de gás (que viraram "rumores infundados sem comprovação", um mito). Para ele, nenhuma pessoa foi executada nos campos de extermínio nazistas e o Holocausto nunca aconteceu.

Esses são apenas dois exemplos do sistema de retroalimentação ou autoconfirmação das teorias conspiratórias da negação do Holocausto. Seus propagadores encontram na internet o meio ideal para a sua circulação, sendo que quanto mais pessoas são expostas a uma determinada ideia, maior a probabilidade de que a aceitem como verdadeira e a incorporem em suas visões de mundo. Esses exemplos também demonstram algumas estratégias negacionistas: a apropriação distorcida e seletiva de teses historiográficas; destaque para casos particulares e excepcionais do passado que se transformam em regras para mostrar como teses acadêmicas são falsas; utilização de fontes primárias, sem a devida contextualização ou crítica; exposição linear dos fatos e processos; e análises do passado que partem de um olhar ideológico ou moral, mas ocultado, adequando a "(...) argumentação para comprová-las (portanto, procedimento inverso do trabalho historiográfico, no qual o ideológico e o valorativo estão explicitados e devem estar limitados às perguntas colocadas e não às respostas obtidas)" (NAPOLITANO, 2021, p. 102).

Para finalizar, é preciso destacar que as conspirações são reflexos de um tipo de mentalidade que surge em momentos de intensa crise social e desnorteamento coletivo, como um sintoma de caos social. Essa característica também é muito importante. A denúncia de um complô é historicamente mais comum em contextos de agitação ou mudança social. Conforme Girardet (1987) elas surgem quando a sociedade está sofrendo um clima psicológico e social de incerteza, insegurança, de temor ou de angústia. Ou seja, são nos "períodos críticos" da sociedade que os mitos se afirmam e aparecem com maior clareza, impõem-se com mais intensidade e exercem com mais violência seu poder de atração. Nesses momentos, as conspirações podem surgir entre grupos que acreditam estar em desvantagem política ou social em comparação a outros grupos considerados socialmente superiores ou privilegiados.

Entretanto, não são apenas as conspirações que se fortalecem em períodos de crise. Historicamente, a extrema-direita fascista, criadora e propagadora de várias teorias conspiratórias com o objetivo de angariar adeptos ou perseguir determinado grupo, também se fortalece em tempos de crise econômica e política, quando a população se encontra desacreditada com os rumos que a sociedade está tomando. São nesses períodos que a raiva, o ódio, a violência e as teorias conspiratórias recaem sobre um determinado grupo.[7] Por exemplo, devido à crise econômica e migratória que atingiu vários países da Europa nos últimos anos, tivemos um recrudescimento da extrema-direita que promoveu os imigrantes asiáticos e africanos como os bodes expiatórios dos seus vários problemas econômicos e de tudo aquilo que não está indo bem. Sem espanto, surgiram teorias conspiratórias sobre eles.

O *Plano de Kalergi* é uma dessas teorias. Criada para atacar a União Europeia e impulsionada por líderes da extrema-direita como Matteo Salvini da Itália e Marine Le Pen da França, a teoria afirma que elites políticas e econômicas internacionais estão importando milhões de trabalhadores da Ásia e da África para misturá-los com as "raças europeias". O plano seria criar um humano híbrido mais fraco e de fácil manipulação para aumentar a disponibilidade de mão de obra barata e acabar com a "raça branca". De acordo com reportagem do jornalista Angelo Attanasio (2018), do portal *BBC News*, Salvini acusou inúmeras vezes a União Europeia de ser a difusora de uma "limpeza étnica" na Itália, elegendo até mesmo o magnata George Soros como um dos personagens por trás da conspiração, pois, segundo Salvini, ele quer encher o continente de imigrantes "porque gosta de escravos".

Mesmo que a teoria não tenha fundamentos, ela foi difundida rapidamente durante a crise econômica e migratória que atingiu o continente a partir da década de 2010, principalmente pelos partidos de extrema-direita que preconizam uma política migratória restritiva, como: a Liga Norte na Itália, o Reagrupamento Nacional na França, o UKIP do Reino Unido e a União Cívica Húngara do Primeiro-Ministro Viktor Orban. Com uma ideologia fechada, nacionalista e contra a imigração (vista como perniciosa por degenerar os

[7] Sobre o fascismo, ver: PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

costumes e tradições), tais partidos utilizam a conspiração Kalergi para fins propagandístico, ou seja, querem recrutar adeptos para aprovar leis que restringem a entrada de estrangeiros ou refugiados em seus países. Assim, tentam criar um ambiente de tensão, perigo e "guerra permanente" contra os "invasores estrangeiros" que querem destruir a "raça europeia".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extrema-direita tem ganhado força em vários países do mundo, como na Itália, Brasil e Estados Unidos, devido à crise econômica e migratória dos últimos anos. E, como analisamos ao longo deste texto, uma das suas características ideológicas mais notáveis é a promoção de teorias conspiratórias e negacionistas. Para angariar adeptos, perseguir determinados grupos e aprovar projetos políticos, criam, fomentam e difundem inúmeras teorias conspiratórias, principalmente envolvendo os judeus (como a *Teoria de Kalergi*). Nesse contexto, esses grupos fortalecem a conspiração que nega a existência do Holocausto, uma vez que necessitam tornar as ideias fascistas novamente toleráveis. Como afirma Carvalho (2019), aqueles que negam o Holocausto ferem todos que morreram durante a Segunda Guerra Mundial e todos aqueles que sobreviveram para contar as suas experiências, histórias e dores. Portanto, repelir o negacionismo "é um ato em defesa da história, do conhecimento e, principalmente, dos direitos humanos, pois o Holocausto é um evento chave para se compreender diferentes violências e violações da dignidade humana" (CARVALHO, 2019).

Dessa forma, surge o questionamento: podemos interpretar que o Holocausto não começou quando as câmaras de gás de Auschwitz (ou de outro campo de concentração) mataram os primeiros judeus, mas sim quando as teorias conspiratórias fizeram o povo acreditar que eles eram seres malignos e/ou animais passíveis de extermínio? Talvez não haja uma única e clara resposta para essa questão, mas precisamos ficar atentos e levar em consideração a grande permeabilidade e a influência que as teorias conspiratórias possuem no corpo social e político. Cabe ao historiador analisar como esses discursos manifestados pelos meios de comunicação de massa, por

instituições culturais e por atores políticos, afetam o cotidiano dos indivíduos, influenciando-os a tomar atitudes radicais em suas realidades.

Enquanto pesquisadores-historiadores, precisamos analisar as teorias conspiratórias, por mais absurdas que possam parecer, de maneira séria, racional e científica, pois não devemos considerá-las apenas como uma manifestação de irracionalidade ou ignorância. Podemos analisá-las também como uma expressão desaventurada (no sentido hegeliano) de uma vontade de saber, uma vez que os crentes nessas ideias, longe de consagrar o obscurantismo, agem, na realidade, com base em um conhecimento "verdadeiro" que acreditam possuir. Esse ponto foi muito bem analisado por Jaques Rancière em um artigo sobre o fim da presidência de Donald Trump e os eventos ocorridos no dia 06 de janeiro de 2021 em Washington, quando negacionistas e conspiracionistas do *Q'Anon* invadiram o Capitólio. Para Rancière (2021), aqueles que rejeitam os fatos não o fazem por estupidez, mas sim para mostrar que são inteligentes. São pessoas que "querem que seja assim, desejosas de ver, pensar, sentir e viver na comunidade sensível que essas palavras tecem" (RANCIÈRE, 2021).

Negacionismos e conspiracionismos, provavelmente, sempre existirão e sempre voltarão à tona com maior força de atração em tempos de crise social, assim como a contestação sobre cientificidade da história e do papel do historiador como cientista do passado. Isso já aconteceu e acontecerá novamente. Cabe ao historiador compreender as questões de seu próprio tempo para produzir um conhecimento histórico responsável, ético e crítico, difundindo-o de maneira cada vez mais atrativa para um amplo público não especializado. Assim, quem sabe, podemos evitar que as pessoas sejam informadas ou formem sua consciência histórica baseada em negacionismos e conspiracionismos de todo o tipo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTARES, Guillermo. Governo ultranacionalista da Polônia aperta o cerco contra os historiadores do Holocausto. In: **El País.** Disponível em: https://cutt.ly/ObWi7Zw. Publicado em: 11 fev. 2021. Acesso: 05/05/2021.

ATTANASIO, Angelo. O que é o 'plano de Kalergi', a teoria da conspiração que partidos de extrema direita usam contra a União Europeia. In: **BBC NEWS**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-46017467. Publicado em: 4 nov. 2018. Acesso: 04/05/2021.

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 05/05/2021.

BARKUN, Michael. **A culture of Conspiracy**: Apocalyptic Visions in Contemporary America. London: University of California Press, 2003.

BBC NEWS. **Quem é Marjorie Taylor Greene, republicana cuja eleição leva grupo QAnon ao Congresso dos EUA**. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/11/04/marjorie-taylor-greene-republicana-cuja-eleicao-leva-grupo-qanon-ao-congresso-dos-eua.htm. Publicado em: 04 nov. 2020. Acesso: 02/12/2022.

BERLET, Chip. **Toxic to Democracy:** Conspiracy Theories, Demonization, & Scapegoating. Somerville, EUA: Political Research Associates, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRITO, Wallace Guilherme Soares. Historiografia e Negação do Holocausto: o caso Lipstadt vs. Irving. In: **Primordium**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. X-X, jul./dez. 2020.

CAETANO, Guilherme. Associações judaicas criticam governadora de SC por não dizer se concorda com ideias nazistas relacionadas ao pai. In: **O Globo.** Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/associacoes-judaicas-criticam-governadora-de-sc-por-nao-dizer-se-concorda-com-ideias-nazistas-relacionadas-ao-pai-24717301. Publicado em: 28 out. 2020. Acesso: 02/12/2022.

CARBAJOSA, Ana. 'Vovó nazista' condenada por negar o Holocausto vai para a prisão. In: **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/internacional/1525712897_322840.html. Publicado em: 08/05/2018. Acesso: 05/05/2021

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Por que há pessoas que negam o Holocausto? (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques.** Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/por-que-negam-o-holocausto/.Publicado em: 30 dez. 2019. ISSN: 2674-5917. Acesso: 05/05/2021.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da "Metapédia – a enciclopédia al-ternativa". In: **FACES DA HISTÓRIA**, Assis-SP, v.3, nº 1, p. 5-23, jan.-jun., 2016.

CASTAN, S. E. **Holocausto Judeu ou Alemão**: Nos bastidores da mentira do século. Porto Alegre: Revisão, 1987.

CASTRO. Ricardo Figueiredo. Negacionismo do Holocausto. In: **Café História – história feita em cliques.** Disponível em:

https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-do-holocausto/. Publicado em: 7

out. 2014. Acesso em: 05/05/2021.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. O Negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. **Resgate-Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 22, n. 28, p. 5-12, 2014.

CONIB. Conib e Associação Israelita Catarinense conclamam governadora a rechaçar as ideias negacionistas de seu pai. In: **CONIB.** Disponível em: https://www.conib.org.br/noticias/todas-as-noticias/conib-e-associacao-israelita-catarinense-conclamam-governadora-a-rechacar-as-ideias-negacionistas-de-seu-pai.html. Publicado em: 28 out. 2020. Acesso: 02/12/2022.

DW. **Governadora de Santa Catarina evita condenar o nazismo**. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/governadora-de-santa-catarina-evita-condenar-o-nazismo/a-55428269. Publicado em: 28 out. 2020. Acesso: 02/12/2022.

DW. **Autores condenados a se desculpar por livro sobre Holocausto.** Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/autores-condenados-a-se-desculpar-por-livro-sobre-holocausto/a-56516297. Publicado em: 09 fev. 2021. Acesso: 02/12/2022.

EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Planeta, 2010.

FANJUL, Sergio. Teorias conspiratórias do QAnon varrem o mundo e são mais perigosas do que parecem. In: **El País.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanon-varrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html. Publicado em: 12 jan. 2021. Acesso em: 29/11/2022.

FARIA, Tales. Bolsonaro está convencido de que coronavírus é um plano do governo chinês.In: **Uol.** Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/tales-faria/2020/03/16/bolsonaro-esta-convencido-de-que-coronavirus-e-plano-do-governo-chines.htm. Publicado em: 16 mar. 2020. Acesso: 02/12/2022.

FONTOURA, Odir. Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube. In**: Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 45-63, Janeiro-Abril 2020.

FRIEDRICH, Christof. **The Hitler we loved & why.** Virginia: Lyberty Bell Publicatinos, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GREEN, Richard J. Leuchter, Rudolf and the Iron Blues. In: **The Holocaust History Project.** Disponível em: <https://phdn.org/archives/holocaust-history.org/auschwitz/chemistry/blue/>. Publicado em: 31 dez. 1998. Acesso: 06/05/2021.

HOFSTADTER, Richard. The Paranoid Style in American Politics. **Harper's Magazine**. Edição de Outubro, p. 77-86, 1964.

IRVING, David. **Hitler's War***.* London: Hodder & Stoughton Ltd, 1977.

KONCHINSKI, Vinicius. Apontado como neonazista, pai da governadora interina

de SC nega holocausto. In: **Uol.** Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/10/30/o-pai-da-governadora-de-sc.htm. Publicado em: 30 out. 2020. Acesso: 02/12/2022.

LIPSTADT, Deborah. O que defendem os negacionistas do Holocausto, no centro de polêmica envolvendo Mark Zuckberg. In: **BBC News**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-44897985. Publicado em: 20 Jul. 2018. Acesso: 03/04/2021.

LIPSTADT, Deborah E. **Negação**. São Paulo: Universo dos Livros, 2017. Tradução de: Maurício Tamboni.

MARTELLO. Guedes diz que chinês inventou vírus da Covid e que vacina do país é 'menos efetiva' que a dos EUA. In: **G1.** Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-chines-inventou-virus-da-covid-e-que-vacina-do-pais-e-menos-efetiva-que-a-dos-eua.ghtml. Publicado em: 27 abr. 2021. Acesso: 02/12/2022.

MAZUI, Guilherme. No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. In: **G1.** Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml. Publicado em: 20 nov. 2020. Acesso: 02/12/2022.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: **Novos combates pela história.** 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2021. p. 85.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil.** São Paulo: Leya, 2009.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. In: **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 1097-1123.

PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POTTER, Hyury. Quem é o pai de governadora de SC, professor de história que negava holocausto. In: **BBC News.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54743832. Publicado em: 30 out. 2020. Acesso: 02/12/2022.

RAMBAUT; ANDERSEN; LIPKIN; HOLMES; GARRY. The proximal origino of SARS-Cov-2. In: **Nature Medicine,** VOL 26, April, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. Les fous et les sages – réflexions sur la fin de la présidence Trump. In: **AOC.** Disponível em: https://aoc.media/opinion/2021/01/13/les-fous-et-les-sages-reflexions-sur-la-fin-de-la-presidence-trump/. Publicado em: 14 jan. 2021. Acesso em: 28/03/2023.

REINEHR, Altair. Da casa do Papa à casa de Adolf Hitler. In: **Jornal Imagem**. Disponível em: http://www.oimagem.com.br/Mostra.asp?Id=1695. Publicado em: 09 nov. 2011. Acesso em: 04/05/2021.

REISMAN, George. Por que o nazismo era socialismo e por que o socialismo é totalitário. Disponível em: https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=98. Publicado em: 24 fev. 2014. Acesso: 02/12/2022.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história - os fundamentos da ciência

histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SPERB, Paulo. Governadora de SC se recusa a responder se concorda com ideias neonazistas e negacionistas sobre Holocausto. In: **Folha de São Paulo.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/governadora-de-sc-se-recusa-a-responder-se-concorda-com-ideias-neonazistas-e-negacionistas-sobre-holocausto.shtml. Publicado em: 28 out. 2020. Acesso: 02/12/2022.

SZABATURA, Taísa. O silêncio negacionista. In: **Isto é.** Disponível em: https://istoe.com.br/o-silencio-negacionista/. Publicado em: 30 out. 2020. Acesso: 02/12/2022.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas, São Paulo, 1988.

YAMAGUTI, Bruna. Coronavírus infecta brasileiros com ignorância. In: **Sosimprensa.** Disponível em: https://sosimprensa.wordpress.com/2020/02/21/coronavirus-infecta-brasileiros-com-ignorancia/. Publicado em: 21 fev. 202º. Acesso: 02/12/2022.

Recebido em 05 de julho 2022.

Aprovado para publicação em 21 de janeiro de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A BRANQUITUDE E O ENSINO DE HISTÓRIA:
Onde o branco se esconde nas pesquisas sobre relações étnico-raciais?

THE WHITENESS AND THE HISTORY TEACHING:
Where is the white person hiding in research on ethnic-racial relations?

REGINA RODEGHERO1[1]

RESUMO

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada na Iniciação Científica, pautada nos estudos críticos da branquitude. O objetivo principal foi elaborar uma revisão bibliográfica sobre a presença ou não do indivíduo branco em artigos que tratam da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no Ensino de História, utilizando, como metodologia de análise, a arqueologia do saber de Michel Foucault. Após a análise, foi possível concluir que, no ensino de História brasileiro, a origem do racismo é historicamente afastada do indivíduo branco e que o racismo é considerado um problema apenas para aqueles que sofrem com ele, e não para aqueles que se beneficiam. Foi observado, ainda, que, embora haja estudos que relacionem a branquitude à sala de aula de História, eles não são publicados nas revistas mais bem avaliadas do campo.
Palavras-chave: Branquitude. Ensino de História. Educação para as relações étnico-raciais. Análise do discurso.

ABSTRACT

This article is the result of research carried out during scientific initiation, based on whiteness's critical studies. The main objective was to elaborate a bibliographic review on the presence or not of the white individual in articles that deal with Education for Ethnic-Racial Relations (ERER) in History Teaching, using, as an analysis methodology, Michel Foucault's archeology of knowledge. After the analysis, it was possible to conclude that in the teaching of Brazilian History, the origin of racism is historically far from the white individual and that racism is considered a problem only for those who suffer from it, and not for those who benefit from it. It was observed that, although there are studies that relate whiteness to the History classroom, they are not published in the best evaluated journals in the field.
Keywords: Whiteness. History Teaching. Education for ethnic-racial relations. Speech analysis.

[1] Graduanda no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* 00314248@ufrgs.br.

INTRODUÇÃO

Em 2019, o filme brasileiro escolhido para concorrer ao Oscar de melhor filme internacional foi *A vida invisível*, dirigido por Karim Aïnouz. O livro, que baseia o longa, *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, escrito por Martha Batalha e publicado em 2016, propõe-se a ser um relato sobre as mulheres que não têm voz na História. Entretanto, ao longo do romance, percebemos que as protagonistas, duas mulheres brancas de classe baixa do Rio de Janeiro, nos anos 1940, têm sua vida "invisível" trespassada por outras mulheres não-brancas, as quais são desenvolvidas pela narrativa de maneira muito mais superficial. Com todos os problemas de gênero que a autora, também branca, promete combater no prefácio da obra, as duas personagens brancas ainda são privilegiadas em relação a mulheres negras e indígenas que aparecem no enredo.

A ausência de um questionamento sobre os meandros da raça quando se fala em gênero e classe, e o privilégio aparentemente inerente das protagonistas, são nítidas manifestações do conceito de branquitude. Esse conceito é usado para demarcar o local de privilégio racial dos brancos e brancas, e está associado à ascensão de uma extrema-direita que apregoa a supremacia branca, bem como de uma parcela mais liberal da população que defende que o racismo só existe se falarmos sobre ele.

Por outro lado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê que, na disciplina de História, os estudantes devam aprender a "fazer História" a partir da compreensão de si mesmos como sujeitos, a fim de entender a existência do "Outro". Esse desafio, sobretudo para os professores de História, destaca a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) em alcançar a construção de um ensino democrático e antirracista, conforme as leis 10.639/03 e 11.645/08. Apesar disso, é sempre arriscado cair na armadilha de acreditar que o "Eu" é sempre branco e que o "Outro" é qualquer pessoa que seja diferente disso. Por essa razão, consideramos crucial, nas aulas de História, identificarmos a identidade branca e seus privilégios, além de valorizarmos as identidades negras e indígenas, a fim de construirmos identidades históricas antirracistas.

Ao ver desse estudo, para a construção de uma educação democrática, é necessário que a branquitude seja abarcada na sala de aula de História diariamente, nos conteúdos e discussões, trazendo também os/as alunos/as brancos/as para o centro do debate sobre raça e racismo. Tomando a escola como lugar de socialização de cidadãs/os em formação, em que as diferentes identidades raciais são construídas, compreendemos que é no ensino de História que se encontra um campo fundamental de ação antirracista. Afinal, enquanto algumas dessas identidades são mais valorizadas, mesmo que não nomeadas, outras são invisibilizadas ou negativadas nos componentes curriculares, materiais didáticos e posturas pessoais (BENTO, 2002; GOMES, 2005).

Tendo em vista o pertencimento étnico-racial branco desta autora e o caráter de ação em sala de aula do projeto "A Aula Inacabada: democracia, utopias e ensino de História"[2], ao qual esta pesquisa está vinculada, bem como a ausência de reflexão sobre a branquitude nos mais variados campos que são atravessados pelas relações étnico-raciais, o presente estudo busca indagar: de que forma os pesquisadores do ensino de História têm olhado para o indivíduo branco em seus trabalhos?

Desse modo, o objetivo foi produzir uma revisão bibliográfica de textos do campo do Ensino de História que tratam da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), de forma a identificar as presenças e ausências do conceito de branquitude na produção acadêmica no Brasil. Para expandir os horizontes da análise, a revisão também foi realizada com artigos publicados em um periódico dos Estados Unidos situado no campo de pesquisa denominado *Social Studies Education*[3]. Utilizamos, como metodologia de análise, a arqueologia do saber de Michel Foucault.

1. O ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE: CAMINHOS DE PESQUISA[4]

[2] Disponível em: ufrgs.br/aulainacabada/. Acesso em 26 jun. 2022

[3] "Ensino de estudos sociais", em tradução livre. As especificidades dessa disciplina nos EUA serão abordadas mais adiante para não haver confusão com a disciplina brasileira de Estudos Sociais.

[4] A elaboração deste referencial teórico já foi debatida e publicada anteriormente nos Anais do XII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História.

A partir da década de 1990, o conceito de branquitude começou a se consolidar como uma categoria de análise nos estudos das Relações Étnico-Raciais, principalmente nas Ciências Sociais estadunidenses. O termo "whiteness", cunhado por lá, foi traduzido para o português como "branquitude". Desde então, autores e autoras de diversas áreas, como as Ciências Sociais, Comunicação, História e Psicologia, começaram a abordar os estudos críticos da branquitude. A pertença étnico-racial desses autores e autoras, em sua maioria negros, já demonstra a dificuldade de o branco olhar para si mesmo como problema, tendo em vista que o estudo das relações étnico-raciais no Brasil volta-se sempre para o negro como objeto e para o racismo como uma herança da escravidão e de problemas relativos aos próprios negros (RAMOS, 1957; BENTO, 2002; CARDOSO, 2008).

Por essa razão, algo reafirmado por muitas dessas produções é que esse campo ainda é muito incipiente, com poucas pesquisas aprofundadas, ainda mais quando tratamos de publicações latinófones (CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2012). Entretanto, voltar o olhar para o branco para compreender as relações raciais se torna fundamental para combater o racismo e as mais variadas formas de discriminação étnica nos campos pessoal e institucional.

Para iniciarmos a discussão proposta, é preciso compreender que a branquitude se refere aos privilégios que os brancos têm sobre as outras raças e, para tanto, é importante saber o que significa pertencer a uma raça. A categoria de raça ainda carrega, popularmente, um estigma biológico, embora os estudiosos do conceito se apropriem dele por um viés sócio-político e cultural, mormente aliado ao conceito de etnia (FRANKENBERG, 2004; GOMES, 2005). Visto dessa maneira, pode-se estabelecer que “raça” é um constructo, já que o conceito se modifica através do tempo e do espaço para cumprir funções sociais, políticas, culturais e identitárias. É importante assinalar que manter o termo raça, ao invés de tratar diretamente por etnia, é fundamental porque o racismo também atribui seus significados, positivos e negativos, por marcadores físicos e corporais. Principalmente no Brasil, a cor da pele, os traços faciais e o tipo de cabelo, são tão marcados para hierarquizar as pessoas quanto as suas origens, embora os aspectos subjetivos também apareçam (GOMES, 2005).

Para Ruth Frankenberg (2004), a ideia de raça é uma “ficção terrível”: ela

não tem forma, pois se baseia em construções que são historicamente maleáveis. Apesar disso, a raça teve e tem um uso fundamental na normatividade vigente, sendo eixo de orientação das relações de exploração e opressão, junto às categorias de gênero, classe, sexualidade e nação. Por outro lado, Nilma Lino Gomes (2005), educadora negra brasileira, também observa que existe a possibilidade de construção de identidades sócio-políticas positivas a partir do conceito de raça, operando como fortalecimento para grupos subalternizados. Nesse sentido, para Gomes (2005), a raça também possui uma função social para fins de valorização e equidade.

Acontece que, na medida que vamos internalizando o constructo do termo raça, no contato com a mídia, no convívio com a família, na comunidade e, especialmente, na escola, não aprendemos apenas a diferenciar as pessoas, mas também a hierarquizá-las. É dessa maneira que, na nossa socialização, a construção de uma identidade racial branca vai sendo permeada de aspectos positivos: beleza, progresso, inteligência. Enquanto isso, a identidade do "Outro", principalmente do negro, recebe todos os significados negativos. E são esses privilégios, atribuídos a quem "faz parte" da raça branca, que configuram o conceito de branquitude.

Um dos textos mais revisitados na busca de uma definição do conceito de branquitude é *Miragem de uma branquidade não marcada*, da socióloga branca britânica Ruth Frankenberg (2004). Nele, a autora rebate a tese, defendida por ela mesma em obras anteriores, de que a branquitude seria "invisível", ou seja, a de que a posição racial do branco é universal, não estando perceptível nas relações sociais. Justamente por esse caráter mutável da ideia de raça, muitas vezes a branquitude se disfarça na classe ou nacionalidade, sendo confundida em noções universalistas como "a humanidade" ou "o Homem", e isso é um facilitador para a manutenção de uma hegemonia branca. Entretanto, se corrigiu Frankenberg (2004), a branquitude só pode ser (não) vista dessa maneira pelos próprios brancos, afinal outras raças que entraram em contato com eles, contato esse que muitas vezes só se deu por vias colonialistas e imperialistas de opressão e exploração, sempre viram com nitidez a aliança entre a posição privilegiada e a raça branca.

A definição dada pela autora pode ser percebida, por exemplo, na forma

que brancos olham e retratam não-brancos, pois mesmo que haja uma empatia do Eu sobre o Outro, ela apenas aprofunda essa binariedade e não mexe nas posições de privilégio daquele que olha. Ela também pode ser percebida na reatividade do branco em ser visto e apontado como ser racial, quando a lente é revertida para ele, reatividade que pode vir na forma de negação em ouvir críticas ou questionamentos, ou no choque em se ver como integrante fundamental das relações desiguais de raça. Quanto à intersecção com a classe, a autora cita uma pesquisa em que os sujeitos brancos pobres expressaram "(...) vergonha de sua incapacidade de melhorar economicamente, *apesar de sua branquitude*" (FRANKENBERG, 2004, p. 330, grifos no original), um indício de que a branquitude significaria a garantia de uma posição de privilégio.

Não raramente, observou a autora, o simples ato de desinvisibilizar a realidade de privilégio do branco não é o suficiente para que os brancos queiram agir contra ela: ora, a consciência de raça não necessariamente se relaciona com o anti-racismo, fato que a autora denominou de "reconhecimento racial evasivo quanto ao poder" (FRANKENBERG, 2004, p. 332). O argumento denota a negação de uma branquitude marcada para que o sujeito branco não precise se reconhecer como o lado opressor das relações de raça, usando muitas vezes um discurso defensor do mérito.

É nesse ponto que Maria Aparecida da Silva Bento, psicóloga negra brasileira, aproxima o conceito da realidade do Brasil. De acordo com Lourenço Cardoso (2008), é preciso levar em conta a centralidade de países como os Estados Unidos, representados por pesquisadores como Frankenberg, na emergência do campo dos estudos críticos da branquitude e a influência simbólica que isso traz. Dessa forma, doravante olharemos mais de perto para o branco brasileiro, a partir das pesquisas destes dois autores negros que enfatizam as relações étnico-raciais em seus trabalhos.

Em diálogo com a psicanálise, Bento (2002) cunhou o conceito de pacto narcísico entre os brancos, que pode ser relacionado com o reconhecimento racial evasivo quanto ao poder, visto que trata de uma não-ação dos brancos em reconhecimento de seus privilégios. Os pactos narcísicos no Brasil vêm na forma de uma espécie de acordo tácito da sociedade de que o racismo não existe aqui, e de que, as desigualdades raciais seriam um problema apenas na medida em

que os negros sofrem com uma suposta "herança da escravidão". Dessa forma, se torna possível para o grupo privilegiado ignorar o saldo positivo que recebe com essa desigualdade e suposta herança, através de mecanismos grupais de fortalecimento de identidade relacionados com a necessidade de pertencimento social.

Todo ser humano já nasce dentro de grupos definidos e herda as subjetividades relacionadas a eles, o que permite existir um acordo inconsciente, uma aliança psíquica, entre sujeitos de interesses e identidades semelhantes, que determina que é possível ignorar determinadas coisas. Alinhado a isso, está o silêncio de brancos ditos "progressistas" ou "defensores da igualdade e da democracia" frente à injustiça da desigualdade racial, enquanto apenas defendem os direitos de seu próprio grupo, como o caso das mulheres trabalhadoras brancas, no exemplo dado por Bento (2002). A autora chama essa indignação seletiva de indignação narcísica, configurando uma discriminação racial que não é causada por preconceitos e, sim, por interesse: o interesse dos brancos em manterem seus privilégios simbólicos e materiais.

Outro argumento fundamental de Bento (2002) é que, no Brasil, a branquitude anda de mãos dadas com o branqueamento, política populacional que foi adotada pelo Estado no final do séc. XIX para trazer milhões de imigrantes brancos europeus, e tornou-se um "valor" inculcado nas relações raciais do país. Segundo a autora, esse processo se fundamentou no medo coletivo que o branco brasileiro, o qual desejava se ver como europeu, tinha do negro brasileiro. Essa herança psicológica é presente no Brasil até hoje e é expressa na negativização de pessoas não-brancas, no voltar-se para o negro a fim de encontrar os problemas relacionados a raça, no silenciamento sobre o papel do branco na perpetuação dessas desigualdades e em sua permissão de ser "invisível" na sua pretensa universalidade.

Lourenço da Conceição Cardoso, historiador negro brasileiro, em sua dissertação de mestrado, faz um levantamento sobre a presença de pesquisas sobre a branquitude no Brasil. Sua análise vem desde 1957, com o artigo pioneiro de Guerreiro Ramos, *Patologia Social do Branco Brasileiro*, que colocou o branco como objeto de estudo décadas antes da emergência dos estudos críticos da branquitude nos Estados Unidos, e alcança o ano de 2007, quando,

no Brasil, o debate já estava potencializado pela publicação do livro *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil* (2002), organizado por Iray Carone e Maria Aparecida da Silva Bento. Através do trabalho de Cardoso é possível perceber que foram os negros, principalmente dentro da ação dos movimentos negros, que tiveram que transformar o branco em objeto de análise: de outra forma essa virada nos estudos das relações étnico-raciais nunca teria acontecido, dada a brancura da academia.

Uma importante colaboração conceitual do autor nesse texto é a distinção entre a branquitude crítica, aquela que reconhece a existência do racismo e a desaprova publicamente, e a branquitude acrítica, "a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial" (CARDOSO, 2008, p. 178). A crítica é a que permite que exista o campo de estudos que questiona os privilégios do branco, e dá margem para uma luta antirracista, sendo portanto a categoria mais estudada. Mas Cardoso defende que também é preciso estudar a acrítica, visto que é a partir dela que se proliferam grupos supremacistas, o neonazismo e outras expressões da ultradireita. Por vezes, seus discursos racistas não são voltados apenas para os negros, mas também para os imigrantes, por um viés nacionalista.

É dessa forma que é possível perceber hierarquias dentro da própria branquitude: brancos estadunidenses não veem como brancos os brancos brasileiros e de outros países periféricos, e é por isso que essas diferenças nacionais precisam ser levadas em conta quando postas em perspectiva produções sobre a branquitude por autores de países centrais. Essas hierarquias entre brancos também podem se dar através de outras intersecções, como o gênero, faixa etária, religiosidade, e, de maneira já mencionada por Frankenberg e Bento, a classe. Obtendo privilégio de maneiras distintas devido a identidades e posições sociais distintas, a branquitude não perde a sua definição de ser uma construção de poder pelo colonialismo, de forma que ser branco não é só estar no poder, mas também ser poder (CARDOSO, 2008, p. 187). Existe um ganho simbólico e material em ser branco, que estimularia o grupo a se manter coeso em sua identidade, mas esse ganho é ignorado ao se creditar os conflitos raciais ao déficit deixado para os negros. Solucionar o mito da democracia racial para plenamente combater o racismo no Brasil implica em não só valorizar a história

não-europeia, nesse ideal em que a igualdade consistiria no movimento das raças "desfavorecidas" alcançarem a mesma posição do branco, mas também em "desabrilhantar" o branco, mostrar que essa superioridade só existe por ter sugado e assassinado outras histórias e subjetividades.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO DA ANÁLISE

Com o arcabouço teórico anteriormente apresentado, concluímos que a realização de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo era o caminho mais adequado para explorar como o discurso acadêmico do ensino de História está operando com o conceito de branquitude. A opção de expandir a análise para produções estadunidenses surgiu a partir da revisão de literatura do projeto de pesquisa intitulado "A Aula Inacabada", cujos resultados indicaram que, nos EUA, o conceito de democracia é objeto de pesquisa no ensino de História (na área denominada *Social studies education*, no caso), enquanto no Brasil ele é um objeto mais ensaístico (PACIEVITCH, 2020).

Assim, formulamos a hipótese provisória de que a análise sobre a democracia no ensino de História nacional pode ser melhor explorada a partir do debate sobre o conceito de branquitude, o que foi confirmado ao longo da execução desta pesquisa. Nesse sentido, a fim de facilitar uma análise relacional entre as produções de dois países (EUA e Brasil), a categoria de produção utilizada foi a dos artigos publicados em revistas acadêmicas qualificadas nos mais altos estratos, afinal estes periódicos são espaços de troca e diálogo com os pares, e "um lugar precioso para a análise do movimento das ideias" (SIRINELLI, 1996).

A seleção de revistas a serem revisadas se deu através de busca na *Plataforma Sucupira*, do portal Capes, entre os periódicos existentes no sistema *Qualis*. Como filtros, inserimos o quadriênio "2013-2016" como evento de classificação, "Educação" e "História" como áreas de avaliação, e classificações "A1, A2 e B1". Dos resultados, foram selecionados títulos brasileiros que tratavam de estudos vinculados às áreas da Educação ou da História no amplo aspecto, sem foco específico.

Com a lista de revistas concluída, buscamos manualmente, no sumário

das publicações dos últimos dois anos de cada uma, artigos em que aparecesse a temática "Ensino de História". Somente naquelas em que a referida temática esteva presente é que foi feita a última etapa da busca, no mecanismo de pesquisa das próprias revistas. O recorte temporal inicial foi de "2008 até 2022", utilzando como marco a publicação da dissertação de Lourenço Cardoso (2008), por ser o trabalho de um historiador que abriu caminhos tanto para divulgação quanto para elaboração de pesquisas sobre a branquitude.

Dentro desse recorte, foi realizado um levantamento quantitativo sobre textos que versam sobre o Ensino de História e quantos deles falam sobre a branquitude. Para encontrar os últimos, utilizamos nos motores de busca os descritores "branquitude", "branquidade" e "*whiteness*". Nesse refinamento, foi encontrado apenas um artigo dentro dos parâmetros que buscávamos, de forma que o recorte temporal foi expandido até 2002, ano de publicação do livro *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, de Cida Bento e Iray Carone, outro marco dos estudos críticos da branquitude no Brasil. O mesmo movimento foi feito com a revista estadunidense "*Theory and research in social education*"[5], ou seja: pesquisamos o termo "*whiteness*" na busca, com recorte de 2008 ou 2002, e identificamos como ele estava sendo usado. A opção por essa revista, dentre as muitas que versam sobre o tema nos Estados Unidos, se respalda no fato de ela ser a revista especializada sobre ensino de História mais conhecida no Brasil.

Dessa maneira, ao longo de dezembro de 2021 e das duas primeiras semanas de janeiro de 2022, fomos construindo o levantamento de dados sobre os artigos. Resultados mais proeminentes sobre a branquitude foram escassos: obtivemos apenas um artigo que trata da branquitude como conceito no Ensino de História dentro das produções nacionais; na revista estaduniendense, obtivemos dois artigos[6]. Com uma amostragem tão pequena, não foi possível fazer uma revisão bibliográfica baseada no problema inicialmente proposto, que era analisar de que forma pesquisadores do ensino de História têm utilizado a branquitude, afinal nossos pesquisadores e pesquisadoras aparentemente não têm utilizado o conceito em seus trabalhos.

[5] "Teoria e pesquisa em educação social", em tradução livre.
[6] São eles Silva e Backes (2019), Hawkman (2020) e Kim (2021).

Quanto à presença do ensino de História nas mais bem avaliadas revistas do país, o levantamento foi mais expressivo. Foram recolhidos artigos que tratassem do tema "ensino de História no Brasil" como discussão principal. Apesar de ser mais expressiva, a busca revelou que, das 14 revistas avaliadas na área da História dentro das três classificações, apenas 6 publicaram artigos com essa temática, totalizando 54 artigos. Nas revistas avaliadas em Educação, vemos um número proporcionalmente maior de artigos. Das 47 revistas investigadas, 32 publicaram estudos, os quais totalizaram 267 artigos publicados sobre ensino de História. Já a revista *História e Ensino*, que apesar de dialogar com a História, está avaliada como A2 em Educação, sozinha conta com 291 artigos, visto que essa é sua área temática principal (Quadro 1). Assim como nas revistas de História, a maioria dos artigos vêm de dossiês ou sessões temáticas dedicadas ao tema, sendo que, quando não é o caso, o número cai bastante.

Com esses dados, muito pode ser observado sobre o ensino de História brasileiro, o que proporciona novos horizontes a esta pesquisa. Entretanto, um dos fatores observados é que, com base nessa amostra, pode-se afirmar que o ensino de História nacional tem pouco contato com o campo dos estudos críticos da branquitude. A partir disso, utilizando o levantamento já feito, foram selecionados os artigos que tratavam diretamente ou indireitamente sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais no ensino de História. A nova busca foi, então, baseada na perspectiva de uma arqueologia do saber, a fim de se examinar se, dentro do debate proposto pelo manuscrito, a pessoa branca de alguma forma é colocada em questão, sem necessariamente o autor usar o conceito de branquitude.

Destarte, nós utilizamos a análise de discurso de Michel Foucault (2008), na intenção de identificar que enunciados são emitidos sobre a branquitude. O que pode ser dito sobre ela nesse arquivo dos textos reunidos? E o que não está sendo dito? Tomamos como exemplo o uso do conceito foucaultiano de arquivo em Munhoz e Aquino (2020). No caso da *Theory and research in social education* os artigos não foram contabilizados como nas revistas brasileiras, visto que nos EUA a disciplina de História faz parte do campo *Social Studies*, como será

explicado mais à frente, e filtrar a busca com *History Teaching*[7] ou *History Education*[8] a limitaria muito. O objetivo não foi fazer uma comparação entre EUA e Brasil, mas sim um cotejamento das discussões que são ou não são propostas em ambos os países. Desse modo, a seleção na revista internacional também teve seu critério expandido para além da presença do termo *whiteness*, e os artigos que traziam descritores como "*Social studies"* e "*Race"* (raça, em tradução livre) no título foram incluídos.

O recorte final dos textos brasileiros foi realizado com a seleção de estudos nos quais o tema principal fossem sujeitos negros e indígenas no ensino de História. Primeiramente, fizemos o recorte através dos título e, em uma segunda triagem mais aprofundada, fizemos o recorte através da leitura dos resumos. Quando o tema pareceu escapar, como em alguns casos em que o assunto principal era cinema ou fotografia, e a história negra ou indígena era apenas usada como exemplo, o artigo não foi selecionado. Também foram cortados ensaios ou reflexões que não traziam dados e/ou resultados de pesquisa definida, para padronizar um formato que também pudesse ser encontrado na revista *Theory and research in social education* e facilitasse relacionar com a produção estadunidense. Dessa maneira, um total de 41 artigos foram selecionados para leitura, dos quais 32 são brasileiros e 9 estadunidenses.

Quadro 1 - Número de artigos por revista, conforme classificação no Qualis

	Avaliadas em História A1	**Avaliadas em História A2**	**Avaliadas em História B1**	**Avaliadas em Educação A1**	**Avaliadas em Educação A2**	**Avaliadas em Educação B1**
Número total de revistas	8	3	3	10	13	25
Número de artigos com	18	9	27	47	38 mais os 291 da revista	178

[7] "Ensino de história", em tradução livre.
[8] "Educação histórica", em tradução livre.

ensino de História					História e Ensino	
Número de artigos que chegaram à seleção final	1	0	1	5	15	10

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

3. OS RESULTADOS OBTIDOS NA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA

Em uma primeira análise mais quantitativa, o conjunto dos textos já demostra alguns dados passíveis de interpretação. Um número interessante é o de artigos por revista. Entre as revistas levantadas na área de avaliação História, *A Revista de História* (*USP*), avaliada como A1, e a Revista *História e Perspectivas*, avaliada como B1, apenas dois artigos chegaram à seleção final. O resto está todo dividido entre doze revistas avaliadas em Educação, das quais três são A1 (*Educação (UFSM), Educação e Pesquisa e Educar em Revista*), uma é A2 (*História & Ensino*) e oito são B1 (*Atos de Pesquisa em Educação, Diálogos, Educação em Foco, Educação em Perspectiva, Inter-ação, Reflexão e Ação, Cocar e Teias*). A presença mais marcada do tema, quando dentro do recorte de busca por "Ensino de História", em revistas com menor avaliação, e majoritariamente em revistas de Educação, mostra que pouco espaço foi e vem sendo dado a ele na cúpula do conhecimento acadêmico, especialmente na História[9]. Quanto à distribuição geográfica, de acordo com a instituição na qual os autores atuam, o que encontramos foi o seguinte:

[9] Diante desses resultados, fica uma sugestão para outros/as pesquisadores/as interessados/as em branquitude, história e educação: se fizermos a busca nas revistas de história e nas revistas de educação brasileiras, apenas com a palavra branquitude, sem nos preocuparmos com o "ensino de história", esse quadro mudaria?

Quadro 2 - Artigos sobre ensino de História e ERER por Região do Brasil

Região	**Número de artigos**
Nordeste	10
Sudeste	9
Centro-Oeste	9
Sul	6
Norte	3

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Não é possível tirar conclusões específicas com uma amostra tão pequena, mas as posições do Sudeste e do Sul contrariam o que o levantamento de Sonia Miranda (2019) e a tradição do campo nos trazem sobre a distribuição de pesquisas sobre Ensino de História. Normalmente, essas regiões são as que mais produzem sobre o assunto, e no caso em que o filtro da presença da ERER foi aplicado, o Sudeste perdeu para o Nordeste e o Sul ficou em penúltimo lugar. Fica em aberto para que futuros pesquisadores lancem um olhar sobre as relações dos estados e regiões do Brasil com a raça no ensino de História.

Outro dado a ser notado são as datas de publicação. Tendo em mente que o recorte temporal usado na busca foi de praticamente vinte anos (2002 a 2022), é no mínimo interessante observar que um terço dos artigos foi publicado nos últimos dois anos (13 artigos entre 2020 e 2021). Quanto mais se retorna no tempo, mais esparsas vão ficando as publicações, sendo 2017 o último ano em que elas aparecem em maior quantidade (6 artigos no total). Antes, há pelo menos um artigo por ano até 2009, data em que foi publicado o primeiro artigo brasileiro que relacionava ERER com ensino de História dentro das palavras chaves da busca. Anterior a isso, só se encontram três textos estadunidenses, todos de 2004.

No Brasil, o fato de esse debate ter alcançado periódicos científicos bem avaliados em 2009, condiz com a promulgação da lei 11.645 em 2008, e o aumento progressivo de trabalhos sobre o tema nos anos subsequentes pode ser visto como um dos resultados da política de ações afirmativas no ensino

superior, que trouxe mais e mais o debate sobre raça na ciência. Isso se deu através da própria presença de pessoas negras e indígenas na academia, além da pressão dos movimentos negros e indígenas e dos próprios/as docentes de Educação Básica, que reivindicavam recursos para cumprir a legislação, sem excluir a existência de acadêmicos/as comprometidos/as com essas lutas.

Essa é uma de muitas vezes em que a lei 11.645/08, juntamente com a lei 10.639/03, aparecerá nesta pesquisa. O debate sobre raça no ensino de História brasileiro é totalmente pautado por elas, como pudemos notar ao encontrá-las mencionadas em todos os trabalhos lidos[10]. Se, por um lado, a efetividade das mesmas é comprovada pelos dados citados anteriormente, por outro, o fato de elas parecerem ser o único motivo e força principal para orientar uma educação racial no Brasil nos mantém um tanto quanto imobilizadas/os para explorar outras formas de trabalhar raça e racismo em sala de aula. A ERER, na maioria dos textos, é vista como um resgate e positivação das histórias negra e indígena esquecidas pela narrativa hegemônica, de forma que a parte "relações" entre raças é deixada de lado[11]. Por mais que a pesquisa aqui feita tenha um caráter crítico em relação às obras lidas, é importante o trabalho feito por esses autores e autoras, que aos poucos incrementam o necessário debate sobre raça na sala de aula. O aumento de produções nos últimos anos precisa ser creditado a eles/as. Nesse sentido, o que a investigação deste trabalho encontrou, ao buscar de que maneiras o sujeito branco é inserido nos discursos quando se fala de raça no ensino de História, foram enunciados em que a branquitude estava disfarçada, como veremos a seguir.

Em boa parte dos textos, o argumento para explicar a exclusão das histórias negras e indígenas é que a narrativa contada nas escolas é eurocêntrica, mas não se fala de branco com todas as letras, e sim de europeu, colonizador, português[12]. Essa forma de expressar sem querer falar aparece em enunciados como: "No passado, o termo 'negro', criado pelos **europeus**, era considerado um termo pejorativo, já que remetia aos seres sem luz." (GOMES, 2017, p. 196,

[10] Como exemplo, ver Silva et al. (2020), Silva (2020), Andrade (2017), Oliveira et. al. (2017) e Felipe (2016), que trazem as leis já no resumo ou nas palavras-chave.
[11] Entre eles, podemos mencionar Queiroz e Ribeiro (2020), Santos (2020), Fior Santos (2020) e Araújo e Oliveira (2018).
[12] Cléber Teixeira Leão (2020) apresenta resultado parecido em sua análise de livros didáticos.

grifos nossos) e “Nesse sentido, é importante perceber que nos livros didáticos, muitas vezes ressalta-se a História dos **colonizadores**, dos **exploradores**.” (ZARBATO, 2019, p. 132, grifos nossos).

Nitidamente, há uma forma específica de discurso que se repete em muitos dos textos e que fica destacada quando lemos os trechos em sequência. Ao deixar a branquitude aparecer apenas por atrás desses termos, o foco é afastado dos brancos brasileiros, da branquitude não-europeia, criando a miragem de invisibilidade (FRANKENBERG, 2004). Assim, se dificulta a percepção do papel de quem está aqui, alunos/as e professores/as, na perpetuação dessas relações desiguais de raça que são jogadas para o passado colonial. O mesmo pode ser dito quando o denominador branco até aparece, mas junto de uma lista de outras características que dilui a influência da raça nessa dinâmica de poder:

> Frequentemente, por não se constituírem como grupos dominantes na sociedade brasileira,os indígenas têm sua cultura representada como sendo exótica, estranha e diferente, em contraposição à cultura dominante, ocidental, **branca**, europeia, civilizada, cristã e ‘normal’. (ALMEIDA NETO, 2015, p. 106, grifos nossos)

Em outros momentos, o branco é nomeado quando em oposição às outras raças, seguindo a característica relacional da formação de identidades (FRANKENBERG, 2004), como acontece nos trechos a seguir:

> A autora exaltou todos os traços positivos concentrados em uma **criança branca** e tudo aquilo que não corresponde de bom agrado na sociedade fora **atribuído a criança negra**. (JESUS, 2012, p. 158, grifos nossos)

Em dois artigos, a categoria branco é criada para encaixar nos sujeitos que participaram das pesquisas (FONTENELE; CAVALCANTE, 2020; JANZ; CERRI, 2017), identificação que nunca ocorre em relação a quem está escrevendo: nenhum autor se identificou racialmente. De qualquer maneira, toda vez que o branco aparece das formas citadas, é de um ponto de vista crítico de quem escreve, em uma avaliação negativa da posição de privilégio que os brancos ocupam. Embora não seja possível analisar partindo do pertencimento étnico-racial dos autores, sentimos que é possível inferir que esses posicionamentos partem de uma branquitude crítica (CARDOSO, 2008), dado a predominância branca na academia e nos espaços de poder da educação

(legisladores/as e professores/as universitários/as). Nenhum trabalho sobre raça no ensino de História, dentre os alcançados por esta pesquisa, parte da branquitude acrítica.

Sendo assim, é seguro afirmar que a branquitude está sendo marcada no subtexto pelos/as pesquisadores/as, mas há um movimento de distanciamento em relação a qual branco é o agente das desigualdades nas histórias ensinadas. Três textos usaram os termos branquitude/branquidade, sendo que dois deles citam a palavra apenas uma vez, sem referenciar nenhum autor, mas apontando a branquitude como definidora das relações raciais atuais, que excluem afrodescendentes (ANDRADE, 2017; FELIPE, 2016). O outro é o trabalho de Silva e Backes (2019), o único artigo encontrado que articula o conceito de branquitude e seus estudos críticos diretamente com o ensino de História. Em alguns casos, também, são citadas as políticas de branqueamento do Brasil, que, como afirma Bento (2002), foram fundamentais na construção de uma identidade branca privilegiada em nosso país. Entretanto, por mais que identificar a influência do branqueamento seja um passo dado na direção de compreender como opera a branquitude, novamente aqui ele é usado como um motivo para a situação desigual entre as raças, e não centrando o privilégio branco em questão:

> Essas representações desconhecem o efeito perverso do racismo no Brasil, que tem nas teorias do **branqueamento** a negação da negritude, por isso, parte dos sujeitos da negritude tem dificuldade de se reconhecem como negros e como negras e buscam em si ou em seus filhos um ideal de **branquitude**, como por exemplo, cabelos lisos e peles mais claras. (FELIPE, 2016, p. 61, grifos nossos)[13]

Da mesma forma, o mito da democracia racial (ANDREWS, 1985; BENTO, 2002) é evocado para explicar o racismo e a desigualdade:

> "Mas foi na década de 1930 que se iniciou a construção de um novo paradigma: o da **democracia racial**. Não apenas as obras de Gilberto Freire foram responsáveis por criar e consolidar essa ideologia, mas também o contexto histórico no qual essa obra se insere" (MORAES, 2015, p. 243, grifos nossos)
>
> "Se não for esse o caso da invisibilização do negro nesse livro, a inferência quefazemos é de que se trata de uma estratégia deliberada de apagamento das tensões raciais no país

[13] Para além da citação, encontramos exemplos em que as políticas de branqueamento são relembradas com esse discurso em Janz e Cerri (2017), Pereira e Silva (2019), Zarbato (2019) e Moraes (2015).

> direcionando a questão para o âmbito da **democracia racial** e da naturalização das vinculações dos negros aos estereótipos que a cada dia se perpetuam. (JESUS, 2012, p. 169, grifos nossos).

No entanto, a questão do racismo é pouco aprofundada nos artigos, sendo que em quatro deles nem sequer é mencionada no corpo do texto, aparecendo apenas em citações (SILVA et al, 2020; DUARTE; TEDESCHI, 2017; ALMEIDA NETO, 2015; GOMES, 2017). A falta de aprofundamento nos conceitos de raça e racismo pode dificultar a identificação da branquitude nas relações raciais. Assim como o eurocentrismo é um problema apenas quando desfavorece negros e indígenas, a raça é atribuída apenas a esses grupos, evitando questionar as posições privilegiadas dos brancos nas dinâmicas raciais. A ausência desses pontos nos artigos fica ainda mais evidente pela presença em uma minoria: apenas alguns trabalhos, como os de Silva e Backes (2019) e Janz e Cerri (2017), discutem a branquitude e seu impacto no ensino de História, contextualizando a formação racial da cidade onde foi realizada a pesquisa.

4. OS RESULTADOS OBTIDOS NA REVISÃO BIBLIOGRAFICA DA PRODUÇÃO ESTADUNIDENSE

Para adentrar na relação com a produção estadunidense, é preciso contextualizar as especificidades raciais e educacionais deste outro país. Mesmo que existam as similaridades que permitem uma comparação, estando entre elas a luta dos movimentos sociais negros, há de se levar em conta que nos EUA não houve a construção de um mito da democracia racial. Inclusive, o regime de segregação adotado pelo próprio Estado lá foi um dos argumentos para a visão de que no Brasil não existia racismo, pois o movimento de segregar aqui não era institucionalizado, o que enfraqueceu e ainda enfraquece possibilidades de articulação contra ele (ANDREWS, 1985). Assim, no Brasil o racismo científico se manifestou no neo-lamarckianismo, segundo o qual bastava uma geração para superar “deficiências” genéticas atribuídas à raça, fortalecendo o ideal do branqueamento que mais tarde se tornaria a valorização da mestiçagem como identidade nacional. Enquanto isso, nos Estados Unidos, o racismo científico voltou-se para a eugenia mendeliana, segundo a qual as características

genéticas não mudariam. Dessa maneira, estabelece-se a "regra da única gota de sangue": basta um ancestral não branco para que o indivíduo em questão não seja considerado branco (TELLES, 2006).

Quanto ao sistema de ensino, nos Estados Unidos ele é descentralizado, cabendo aos estados aparelhar e legislar sobre como a educação escolar será ofertada. Isso inclui os currículos, de maneira que cada estado tem liberdade de ofertar as disciplinas que considerar necessárias. A escolarização se dá no ciclo chamado de K-12, que vai do *Kindergarten* (Pré-Escola) para as crianças em torno dos 6 anos de idade, passando pela *Primary School* e *Middle School* (Ensino Fundamental), até o *High School* (Ensino Médio), finalizado aos 17 ou 18 anos. O que equivaleria à nossa disciplina brasileira de História, lá entra nos chamados *Social Studies*, que, via de regra, são ofertados em todos os estados tanto na *Primary School* quanto na *High School*. Os currículos de *Social Studies* podem englobar conteúdos dos mais diversos dentro das humanidades, o que traz uma grande variabilidade de cursos ofertados. Assim, cada estado e cada escola podem ou não ofertar História, em suas mais variadas áreas, embora ela acabe aparecendo e sendo bastante enfatizada na maioria dos currículos (NASCIMENTO, 2015).

Dito isso, nos textos estadunidenses a relação da raça com os *Social Studies* não vem evidentemente atrelada a uma legislação específica, como no Brasil, visto que não compete ao Estado versar sobre o que é ensinado nas escolas. Embora existam os *National History Standards*[14], um documento publicado em 1994, inicialmente em três volumes, que normatiza o ensino de História e que, de acordo com Pereira e Silva (2021), pode dialogar com a lei 10.639/03, eles não têm força de lei. Sendo assim, o esforço de trazer questões de raça para a sala de aula, aliadas à História, parece partir muito mais do envolvimento dos/as próprios/as pesquisadores/as e professores/as com o tema.

O posicionamento mais firme do/a pesquisador/a no próprio texto é um diferencial fundamental entre os artigos brasileiros e estadunidenses, afinal, nos mais recentes dos Estados Unidos, existe uma sessão dedicada exclusivamente às *positionalities*: os marcadores sociais dos/as autores/as que, de acordo com

[14] "Parâmetros Nacionais de História", em tradução livre.

eles/as, podem influenciar no que está sendo produzido (KIM, 2021). Elas vão desde raça até formação e atuação profissional, e aproximam muito mais o leitor do tema sendo discutido[15]. O fato de essa sessão só aparecer nos últimos três artigos publicados demonstra que houve um movimento para trazer aos textos a identificação dos autores, de forma que podemos tomar esse caminho como inspiração a publicações brasileiras, especialmente as que refletem sobre raça. Entretanto, não chegou até nós o campo e a bibliografia das *positionalities*, o que já demonstra as diferenças do referencial teórico sobre raça entre os dois países. Nos EUA, os textos da *critical race theory*[16] na educação não têm nenhuma referência em comum com a ERER no Brasil, seja sobre o conceito de raça ou a educação racial - pelo menos, dentro do escopo aqui estudado. Isso faz muito sentido ao se levar em conta as diferenças históricas que a formação da identidade racial teve nessas nações americanas, que pode ter levado o campo de estudos sobre raça a seguir por caminhos diferentes.

A marcação mais contundente da raça permite que nenhum dos textos estadunidenses deixe de apontar o branco como ente presente nas relações raciais. Assim, ele é identificado nas dinâmicas atuais, e quando aparece como sujeito da pesquisa, sejam alunos/as, professores/as ou comunidades em que o trabalho está inserido, como podemos ver nos trechos:

> A bibliografia sobre educação para a cidadania de professores de *social studies* tem sido restrita em grande parte ao trabalho de **professores Brancos**, embora uma bibliografia sobre o trabalho de professores de cor, como professores Afro-americanos e Asiáticos-americanos, tenha recentemente começado a crescer. (KIM, 2021, p. 2, tradução e grifos nossos)[17]
>
> No início de cada ano letivo, a professora conduzia todos os seus alunos através de uma pesquisa de ideologia política. Uma esmagadora maioria dos **estudantes brancos** se auto-identificava como republicana, e os seus resultados de pesquisa revelavam uma forte ideologia conservadora. (WASHINGTON; HUMPHRIES, 2011, p. 96, tradução e grifos nossos)[18]

[15] As *positionalities* estão presentes em Martell e Stevens (2017), Hawkman (2020) e Kim (2021).
[16] "Teoria Racial Crítica", em tradução livre, movimento estadunidense que estuda as relações entre raça, racismo e poder.
[17] No original: *"The literature on citizenship education of social studies teachers has largely been restricted to the work of White teachers, although a literature on the work of teachers of color, such as African American and Asian American teachers, has recently begun to grow."*
[18] No original: *"At the beginning of each school year, the teacher would lead all of her students through a political ideology survey. An overwhelming majority of white students would self-identify as Republican, and their survey results would reveal a strong conservative ideology."*

Dessa forma, a branquitude e o eurocentrismo também estão sendo questionados e criticados por esses autores, como nos trabalhos brasileiros, apesar de o termo *whiteness*, referenciado ou não, só aparecer nos textos a partir de 2013[19]. Nesses casos, ao contrário do conceito de raça, temos uma autora como referência em comum entre os dois textos, um brasileiro e um estadunidense, que tomam a branquitude como tema (SILVA; BACKES, 2019; HAWKMAN, 2020), com a menção aos trabalhos de Ruth Frankenberg. Tomando esse exemplo, pode-se inferir que os estudos críticos da branquitude, apesar de terem encontrado fortes pesquisas por autores brasileiros como Cida Bento, Lourenço Cardoso e Lia Schucman, ainda estão ancorados em sua origem estadunidense.

Embora apenas um dos textos tenha uma seção dedicada à definição de raça e outra sobre racismo (PANG; VALLE, 2004), todos eles abordam a influência desses conceitos no ensino de *Social Studies*. Alguns desses textos discutem o racismo direcionado as minorias étnicas, que no Brasil são consideradas brancas, como russos e judeus. Asiáticos e latinos são classificados como uma raça juntamente com brancos e negros, sem muitas explicações, sugerindo que eles também sofrem racismo dos brancos. Isso serve como um contraponto ao obstáculo do mito da democracia racial, que é questionado por grande parte dos artigos brasileiros, mas que não se aprofundam tanto no racismo em si. Já na revista americana, o racismo é discutido em todos os artigos lidos, mesmo que dentro de um discurso semelhante ao dos textos brasileiros, como algo a ser combatido, principalmente por meio de uma maior representação e participação de indivíduos não-brancos nas salas de aula. Portanto, exceto pelo texto que aborda diretamente a branquitude, a tendência dos artigos e pesquisadores é incluir as BIPOC (*Black, Indigenous and people of color*)[20] e o debate sobre raça nas aulas de *Social Studies* do K-12, principalmente nas aulas de História, que fazem parte de diversos cursos de História presentes nos currículos.

O movimento que temos no Brasil, ancorado pelas políticas públicas para

[19] Martell (2013), Martell e Stevens (2017), Hawkman (2020) e Kim (2021).
[20] Negros, Indígenas e pessoas de cor, em tradução livre.

a ERER, lá também é feito, porém partindo da ação individual dos professores/as e pesquisadores/as, que sentem essa necessidade em suas vivências e experiências docentes. Afinal, não ficou evidente em nenhum artigo que houvesse uma política pública impulsionando o estudo da temática. Se por um lado isso traz uma certa liberdade, dentro da qual se tem mais abertura para questionar o privilégio branco por não se ter uma cartilha a seguir, por outro isso obviamente faz com que esse não seja um tema trabalhado pelo sistema educacional como um todo, permitindo que na maioria absoluta dos currículos, como apontado por muitos dos textos, a História contada seja a mais brancocêntrica possível:

> Kendra tornou assim a história dos seus estudantes central nos estudos deles, e os estudantes responderam clamando por uma 'história real'. Quase metade destes estudantes eram de cor, mas todos eles tinham se habituado à marginalização de pessoas de cor, e preferiam que os Europeus fossem devolvidos ao centro. (BRANCH, 2004, p. 538, tradução nossa)[21]
>
> Embora Massachusetts não disponha de uma avaliação de graduação em história a nível estadual, a minha escola exigia que os professores cobrissem o conteúdo do quadro curricular de história do estado, que incluía principalmente eventos e figuras da história Europeia-Americana. (MARTELL, 2013, p. 72, tradução nossa)[22]

Assim sendo, embora haja diferenças notáveis na visão sobre raça entre o discurso estadunidense e o brasileiro, ambos se alinham em alguns aspectos. No entanto, é a perspectiva propositiva dos textos dos EUA, que contribuem para o ensino de relações raciais, que destaca uma constatação um tanto incômoda. Desde 2009, todos os textos brasileiros enfatizam as ausências na educação para as relações étnico-raciais, como a falta de inclusão de negros e indígenas na história ensinada, a falta de discussão sobre raça em sala de aula e a falta de histórias não-eurocentradas nos livros didáticos e nos currículos. No entanto, parece que pouco progresso foi feito para resolver esse problema, uma vez que, em 2021, o discurso ainda se mantém o mesmo. É importante destacar que

[21] No original: *"Kendra thus made the history of her students central to their study, and the students responded by clamoring for 'real history.' Almost half of these students were of color, but all of them had become accustomed to the marginalization of people of color, and preferred that Europeans be returned to the center."*

[22] No original: *"Although Massachusetts does not have a statewide graduation assessment in history, my school required teachers to cover the content found in the state history curriculum framework, which included primarily events and figures from European American history."*

muitos professores e pesquisadores estão trabalhando para preencher essas lacunas, embora suas experiências possam não ter sido incluídas nesta revisão. Isso sugere que talvez a falta de produções qualificadas sobre a branquitude esteja restrita às publicações de maior avaliação do meio Capes, e não seja uma realidade generalizada no campo como um todo. Por isso, é interessante analisar exemplos de trabalhos que vão nessa direção a partir da experiência de um país que não compartilha de algumas de nossas limitações, apesar de enfrentar inúmeras outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso de uma pesquisa de iniciação científica, é comum que haja muito aprendizado prático e afetivo, mesmo que grande parte ocorra de forma remota, como foi o caso deste artigo devido à pandemia. Embora a principal descoberta tenha sido a falta de estudos sobre o conceito de "branquitude" entre pesquisadores brasileiros do ensino de História, a busca por informações proporcionou uma ampla imersão no que tem sido estudado no campo ao longo das últimas duas décadas. Essa imersão não se limitou ao levantamento de textos para a revisão bibliográfica, mas também incluiu interações com outros/as pesquisadores/as, no grupo “A Aula Inacabada”, em eventos acadêmicos e nos múltiplos espaços de troca que uma instituição de ensino proporciona.

Os estudos críticos da branquitude foram negligenciados em publicações mais conceituadas, especialmente em História, embora o próprio ensino de História tenha recebido mais atenção recentemente (GONÇALVES, 2019). Portanto, a descoberta de um aumento nas pesquisas sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais em nosso estudo pode estar relacionada ao crescente interesse no ensino de História. No entanto, isso não diminui a importância das leis 10.639/03 e 11.645/08, juntamente com os grupos e movimentos que as reivindicaram e aplicaram, para impulsionar esse debate. Como mencionado anteriormente, essas leis no Brasil nos fornecem ferramentas para discutir e ensinar sobre raça (e racismo), mas também limitam a forma como podemos abordar a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Em nossa pesquisa, observamos uma limitação no estímulo ao questionamento direto do privilégio branco nas relações raciais, pois a pessoa branca é frequentemente disfarçada por termos que a distanciam da realidade brasileira, como "europeu", "colonizador" ou "português". Ela só é mencionada em oposição ao negro ou ao indígena, ou como mais um item em uma lista de características do privilegiado. Mesmo quando há uma abordagem crítica em relação a esse privilégio, a falta de aprofundamento nos conceitos de raça e racismo pode impedir a identificação da branquitude nas relações raciais. A leitura de textos estadunidenses com uma perspectiva diferente sobre raça que pode nos ajudar a combater o racismo, comprovou a possibilidade de existir um discurso nessa direção. Embora não seja possível fazer uma comparação direta entre os dois países devido às diferenças na forma como o material foi coletado e entre os materiais em si, são justamente essas diferenças que podem nos inspirar.

Apesar de não termos encontrado a crítica direta à branquitude nos textos brasileiros examinados, eles apresentam vários elementos importantes para o debate, criticando de alguma forma a posição privilegiada dos brancos. Alguns textos ressaltam a influência do ideal de branqueamento na constituição da identidade racial brasileira, enquanto outros destacam o peso do mito da democracia racial em nossas dinâmicas raciais. Reconhecer essas características do Brasil e adotar uma postura crítica em relação a elas é um passo importante para o antirracismo.

A inserção nos estudos críticos da branquitude é um convite para que mais pesquisadoras/es, professoras/es e historiadoras/es usem o conceito em seus trabalhos, fortalecendo o antirracismo na academia e nas escolas. O objetivo deste artigo não é apenas denunciar a ausência de discussões sobre branquitude, mas também alertar para a necessidade de conscientização e mudança. Embora outros trabalhos que abordem a branquitude já existam, é importante refletir sobre o que ainda não está sendo visto ou alcançado pela discussão dos estudos críticos. Esperamos que os resultados desta revisão inspirem outros pesquisadores a aprofundar a colaboração entre ensino e pesquisa para superar as invisibilidades existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA NETO, Antônio Simplicio. **A história indígena a ser ensinada nos currículos oficiais brasileiros**. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 10, n. 1, p. 100–122, 2015.

ANDRADE, Maíra Pires. **Considerações sobre a História das Áfricas no estágio supervisionado de História** (2000-2006, UDESC). *História & Ensino*, v. 23, n. 1, p. 139-158, 31 out. 2017.

ANDREWS, George Reid. **O negro no Brasil e nos Estados Unidos**. *Lua Nova*, v. 1, n. 2, p. 52–56, 1985.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; OLIVEIRA, Sônia Maria Soares de. Ensino de **História da África e Saberes Docentes**: problemáticas e desafios no chão da sala de aula. *Educação em Foco*, n. 35, p. 201–220, 2018.

BENTO, Maria Aparecida**. Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iray. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. p. 25-58.

BRANCH, André J. **Modeling respect by teaching about race and ethnic identity in the social studies**. *Theory and Research in Social Education*, v. 32, n. 4, p. 523–545, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Base Nacional Comum Curricular*.** Brasília, 2018.

CARDOSO, Lourenço da Conceição. ***O Branco invisível****: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

DUARTE, André Luis Bertelli; TEDESCHI, Felipe Cesar Peres. **História indígena no período republicano e os livros didáticos de História**: uma reflexão necessária. *História & Ensino*, v. 23, n. 2, p. 85-108, 27 dez. 2017.

FELIPE, Delton Aparecido. **Representações de docentes de história sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica**. *História & Ensino*, v. 22, n. 1, p. 51-71, 4 ago. 2016.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. **Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. *Educação e Pesquisa*, v. 46, p. 1–20, 2020.

FOUCAULT, Michel. ***A Arqueologia do Saber***. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquidade não-marcada**. In:

WARE, Vron. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004. p. 307-334.

GOMES, Arilson dos Santos. Africanidades e diversidades no ensino de História: entre saberes e práticas. *Educar em Revista*, n. 64, p. 189–214, jun. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Ministério da Educação. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Produção sobre Ensino de História em periódicos acadêmicos brasileiros** (1970-2016). In: RALEJO, Adriana; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa (org.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 113-126, 2019.

HAWKMAN, Andrea M. **Swimming in and through whiteness**: Antiracism in social studies teacher education. *Theory and Research in Social Education*, v. 48, n. 3, p. 403–430, 2 jul. 2020.

HOWARD, Tyrone C. "**Does race really matter?"** Secondary students' constructions of racial dialogue in the social studies. *Theory and Research in Social Education*, v. 32, n. 4, p. 484–502, 2004.

JANZ, Rubia Caroline; CERRI, Luis Fernando. **Articulação entre passado e presente a partir da compreensão do 13 de maio e do 20 de novembro por estudantes**. *Diálogos*, v. 21, n. 2, p. 99–112, 2017.

JESUS, Fernando Santos. **O "negro" no livro didático de história do Ensino Médio e a Lei 10.639/03**. *História & Ensino*, v. 18, n. 1, p. 141–171, 9 jun. 2012.

KIM, Yeji. **Imagining and teaching citizenship as non-citizens:** Migrant social studies teachers' positionalities and citizenship education in turbulent times. *Theory and Research in Social Education*, v. 49, n. 2, p. 176–200, 2021.

LEÃO, Cleber Teixeira. **Entre o visível e o invisível: a branquitude e as relações raciais nos conteúdos curriculares de ensino de História**. Dissertação. Mestrado profissional em ensino de História, IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2020.

MARTELL, Christopher C. **Race and histories**: Examining culturally relevant teaching in the U.S. history classroom. *Theory and Research in Social Education*, v. 41, n. 1, p. 65–88, 2013.

MARTELL, Christopher C.; STEVENS, Kaylene M. **Equity- and Tolerance-Oriented Teachers:** Approaches to Teaching Race in the Social Studies Classroom. *Theory and Research in Social Education*, v. 45, n. 4, p. 489–516, 2 out. 2017.

MIRANDA, Sonia Regina. **A Pesquisa em Ensino de História no Brasil:** potência e vicissitudes de uma comunidade disciplinar. In: RALEJO, Adriana;

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa (org.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 85-112, 2019.

MORAES, Renata Figueiredo. **O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica o desafio de professores, alunos e ações governamentais**. *História e Perspectivas*, n. 53, p. 239–263, 2015.

MUNHOZ, Angélica Vier; AQUINO, Julio Groppa. **Arquivar, classificar, inventariar:** o corpo díspar da/na pesquisa educacional. In: CORAZZA, Sandra Mara (org.). *Métodos de transcriação - pesquisa em educação da diferença*. São Leopoldo: Oikos, 2020.

NASCIMENTO, Maíra Ielena Cerqueira. **Progressão da aprendizagem do conhecimento histórico nos currículos prescritos de social studies dos Estados Unidos da América (1995-2012)**. Dissertação de Mestrado—São Cristóvão / SE: Universidade Federal de Sergipe, fev. 2015.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de, et al. **Legislação Afro-brasileira e o Lugar Que as Religiões de Matriz Africana Ocupam no Ensino de História da África em Escolas de Pernambuco.** *Educação em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 122–139, 6 jun. 2017.

PACIEVITCH, Caroline. **A aula inacabada:** *democracia, utopia e ensino de História*. Projeto de pesquisa, 2020. Mimeo.

PANG, Valerie Ooka; VALLE, Ramón. **A change in paradigm:** Applying contributions of genetic research to teaching about race and racism in social studies education. *Theory and Research in Social Education*, v. 32, n. 4, p. 503–522, 2004.

PEREIRA, Amilcar Araujo; SILVA, Jessika Rezende Souza da. **Possibilidades na luta pelo ensino de histórias negras na era das bases nacionais curriculares no Brasil e nos Estados Unidos:** a Lei 10.639/03 e os National History Standards. *Educar em Revista*, v. 37, 2021.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. [s.l.] Editora FGV, 2003. p. 231-270.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia social do "branco" brasileiro.** In: _____. Introdução Crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. p. 215-240

RIBEIRO, Renilson Rosa; QUEIROZ, Leticia Antonia de. **Por um ensino de história indígena em Mato Grosso:** o povo Chiquitano na fronteira Brasil/Bolívia. *História & Ensino*, v. 26, n. 1, p. 78-112, 30 set. 2020.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. et al. **Ensino de História para a (re)educação das relações raciais:** processos de significação e produção de sentidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *História & Ensino*, v. 27, n. 1, p. 123-149, 16 ago. 2021.

SANTOS, Junia Fior. **A representação cultural dos povos indígenas nos livros didáticos de História do sexto ano do Ensino Fundamental.** *História &*

Ensino, v. 26, n. 2, p. 260-286, 13 dez. 2020.

SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. **A identidade indígena brasileira por meio das imagens do livro didático de história.** *História & Ensino*, v. 25, n. 2, p. 449-473, 1 fev. 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso; PACIEVITCH, Caroline; BAUER, Caroline Silveira. **Ensino de História:** *diferenças e desigualdades*. São Leopoldo: Oikos, 2021. v. 1

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** *raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado em Psicologia. USP, São Paulo, 2012.

SILVA, Caio Isidoro. **As religiões afrodescendentes no ensino de História:** a série Mojubá, contribuindo para uma educação antirracista. *História & Ensino*, v. 26, n. 1, p. 261-280, 30 set. 2020.

SILVA, José Bonifácio Alves da; BACKES, José Licínio. **Desnaturalizar a branquidade do sujeito da ciência moderna para des/re/construir o currículo de história.** *Revista Cocar*, v. 13, n. 26, p. 376–392, 2019.

SILVA, Joselina da; et al. **Didática do Ensino Superior e a Lei 10.639/03 nos cursos de História do Ceará.** *História & Ensino*, v. 25, n. 2, p. 35-57, 1 fev. 2020.

TELLES, Edward E. **Race in another America:** *the significance of skin color in Brazil*. [s.l.] Princeton University Press, 2004.

WASHINGTON, Elizabeth Yeager; HUMPHRIES, Emma K.. **A social studies teacher's sense making of controversial issues discussions of race in a predominantly white, rural high school classroom.** *Theory and Research in Social Education*, v. 39, n. 1, p. 92–114, 2011.

ZARBATO, Jaqueline Ap. M. **A análise das representações e narrativas sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em livros didáticos do ensino médio em Cuiabá/MT**. *História & Ensino*, v. 25, n. 1, p. 119-138, 29 jul. 2019.

Recebido em 28 de julho de 2022.

Aprovado para publicação em 17 de janeiro de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

AZEVEDO AMARAL E A COLUNA "CARTAS DE LONDRES": Apontamentos sobre a História da Imprensa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial (1910-1917)

AZEVEDO AMARAL AND THE "LONDON LETTERS": Notes on the History of the Brazilian Press during the First World War (1910-1917)

DOUGLAS PEREIRA RODRIGUÊS[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar ao leitor o início da carreira jornalística de Azevedo Amaral como correspondente internacional do jornal *Correio da Manhã*, por meio de sua coluna intitulada "Cartas de Londres". Publicada entre os anos de 1910 e 1917, a coluna tinha como objetivo central discutir o cenário político europeu, com destaque para os acontecimentos relacionados à Primeira Guerra Mundial, os quais obtiveram grande aceitação do público leitor do jornal. O sucesso da coluna "Cartas de Londres" projetou Azevedo Amaral como um importante jornalista no início da década de 1920, no Rio de Janeiro. Além de apresentar a trajetória do jornalista, este estudo busca contribuir com a História da Imprensa, já que a imprensa periódica tem se tornado uma importante fonte documental para os historiadores nos últimos anos.
Palavras-chave: História da Imprensa. Primeira Guerra Mundial. Intelectual brasileiro.

ABSTRACT

This article aims to introduce the reader to the beginning of Azevedo Amaral's journalistic career as an international correspondent for the newspaper Correio da Manhã, through his column entitled "Cartas de Londres". Published between 1910 and 1917, the main objective of the column was to discuss the European political scenario, with emphasis on events related to the First World War, which were widely accepted by the newspaper's readership. The success of the column "Letters from London" projected Azevedo Amaral as an important journalist in the early 1920s, in Rio de Janeiro. In addition to presenting the journalist's trajectory, this study seeks to contribute to the History of the Press, since the periodical press has become an important documentary source for historians in recent years.
Keywords: Press History. First World War. Brazilian intellectual.

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG/PPGH). *E-mail:* douglas_historia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Azevedo Amaral foi um intelectual que dedicou grande parte de sua vida ao jornalismo político de sua época. Enquanto "intelectual mediador", Amaral passou por vários periódicos durante os anos de 1920, seja como colaborador ou como redator-chefe, ganhando grande notoriedade no campo jornalístico e intelectual do Rio de Janeiro. Podemos citar como destaque suas passagens pelos jornais *Correio da Manhã, O Paiz, Gazeta de Notícias, O Jornal, A Nação,* além das revistas *Diretrizes, Novas Diretrizes e Cultura Política.*

Durante a década de 1930, Azevedo Amaral teve sua maior produção profissional, intercalando as atividades no campo jornalístico com o campo intelectual. Foi nesse momento em que escreveu suas principais obras: *Ensaios* Brasileiros (1930)*, O Brasil na Crise atual* (1934)*, A aventura política no Brasil* (1935)*, Renovação nacional* (1936)*, O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938) *e Getúlio Vargas: estadista* (1941). A partir desses trabalhos, ele ficou amplamente reconhecido no campo intelectual de sua época, como também na historiografia sobre o Brasil Republicano.

A imprensa periódica foi, sem dúvidas, o campo ao qual Azevedo Amaral mais dedicou seu tempo. Foi por meio dela que ele ganhou visibilidade e iniciou sua trajetória como escritor crítico. Cabe observar que a imprensa periódica brasileira, no início do século XX, funcionava como um espaço de disputa pela legitimidade das narrativas e, consequentemente, pelo poder. Publicar e ter espaço, principalmente nos jornais de grande circulação, era o passaporte para o sucesso profissional, seja como jornalista ou como intelectual. Nesse sentido, trabalhando como correspondente internacional no *Correio da Manhã*, com a coluna "Cartas de Londres", Azevedo Amaral ganhou prestígio e visibilidade no campo jornalístico da década de 1920.

Nesse contexto, o estudo objetiva preencher a lacuna na historiografia sobre o pensamento político de Azevedo Amaral, que ainda não se debruçou sobre o referido momento de sua carreira. Grande parte dos trabalhos já consolidados, e que são referência sobre Azevedo Amaral, são datados do final dos anos de 1980 e 1990, e se dedicaram a estudar, fundamentalmente, suas

obras escritas a partir da década de 1930. O início de sua carreira, suas ideias, e a forma como ele se tornou conhecido em sua época, ainda são um hiato na historiografia. Este estudo, ainda que prematuro, vem no sentido de contribuir com a historiografia especifica sobre o tema, bem como contribuir com a História da Imprensa de modo mais amplo, na medida em que busca, através do estudo das fontes jornalísticas, apresentar um pouco do que foi os primeiros anos da carreira de Azevedo Amaral, bem como caracterizar o cenário jornalístico do Rio de Janeiro no final da década de 1910 e início da década de 1920.

1. O *CORREIO DA MANHÃ* E O CAMPO JORNALÍSTICO DO SÉCULO XX NO RIO DE JANEIRO

A imprensa periódica tem se tornado, nos últimos anos, uma importante fonte documental para nós, historiadores. Houve uma busca crescente, principalmente de jornais e revistas, que estão sendo disponibilizados em plataformas de pesquisa digital, seja através de bibliotecas públicas e privadas, ou pelos próprios órgãos de imprensa, os quais buscam, em alguma medida, preservar parte de sua história. De acordo com Leite (2015), a imprensa periódica, enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas, possibilitando ao historiador realizar análises de cunho social, econômico, político ou cultural.

No Brasil, os periódicos passaram por várias transformações na virada do século XIX para o XX. De acordo com Pereira (2012), nessa época, a imprensa periódica passou a ter mais investimentos, maior consumo de papel e maiores inovações tecnológicas, principalmente na questão tipográfica. Assim, surgiram novas tecnologias, como o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo e as Marinonis (máquinas rotativas), que invadiram a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, trazendo amplas transformações nos periódicos da época.

O *Correio da Manhã*, fundado no ano de 1901, foi um dos jornais que trouxe as respectivas inovações para a imprensa carioca daquele contexto. Seu fundador, Edmundo Bittencourt, foi um dos grandes jornalistas do período. O

jornal, ao longo de sua história de quase setenta anos, teve grandes revisores e redatores como Ruy Barbosa, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Costa Rego, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, dentre outros. Para Campos (2016), o *Correio da Manhã*, desde seus primeiros editoriais, se autointitulava como um "jornal de opinião", ou seja, como um produto que tentava se desvencilhar dos poderes políticos constituídos. Porém, o empreendimento acabou por se tornar um verdadeiro agente histórico da vida social brasileira no tempo em que circulou, colaborando, dentre outros fatores, para a promoção e para o afastamento de ministros e presidentes do Brasil. Nesse sentido, o jornal atuou na ascensão e queda de Getúlio Vargas, na sustentação à administração de Juscelino Kubitschek, no apoio e na crítica ao governo de João Goulart, e na adesão e condenação da Ditadura Militar.

Apesar do jornal ter sido editado no Rio de Janeiro, ele também tinha grande circulação em âmbito nacional. Suas edições diárias circulavam por quase todas as cidades do país, com grande variedade de temas abordados. De acordo com Campos (2016), embora o *Correio da Manhã* tivesse muitas personalidades ligadas às mais diferentes áreas – como as artes plásticas, a música, o cinema, o teatro, a literatura, a política, a economia, etc. –, eles estavam cientes do grau de alcance do impresso na formação da dita "opinião pública", que funcionava como um denominador comum.

De acordo com Traquina (2005), não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da cultura jornalística e de seus profissionais, isto é, não há como entender por que as notícias são como são sem uma compreensão dos profissionais que são os agentes especializados do campo jornalístico. Essa compreensão advém da análise das características desses profissionais e seu microcosmo, os quais definem o campo jornalístico.

Historicamente, o campo jornalístico, para Traquina (2005), começou a ganhar força nas sociedades ocidentais durante o século XIX com o desenvolvimento do capitalismo e os processos de industrialização, urbanização, educação em massa e com o progresso tecnológico. Para o autor, as notícias se tornaram, simultaneamente, um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital das teorias democráticas, e os jornalistas

ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social.

Nesse sentido, o jornal *Correio da Manhã* e o jornalista Azevedo Amaral se inserem nessa cultura jornalística do início do século XX, no Brasil. Se, por um lado, o jornal trazia várias inovações para a imprensa do Rio de Janeiro, por outro lado, Azevedo Amaral surgia como esse agente especializado que buscava se profissionalizar enquanto jornalista.

Para Traquina (2005), essa crescente busca de inovação por parte dos jornais, bem como a consolidação da profissão de jornalista, acompanharam diretamente uma tendência histórica pela modernização e industrialização da sociedade. Nesse sentido, a imprensa periódica e o campo jornalístico do início do século XX, no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, têm se tornado uma importante fonte documental para o estudo da Primeira Guerra Mundial. Para Pereira (2012), a imprensa carioca optou pela neutralidade no início do conflito, pois, para esta, o Brasil deveria se ocupar com seus problemas internos ao invés de se envolver em um conflito daquela magnitude. Entretanto, grande parte da opinião pública, que tinha aceitado a neutralidade, passou a se posicionar ao lado dos aliados.

Conforme Rego e Leal (2015), a maioria dos periódicos trazia diariamente notícias da guerra, em geral, fornecidas pelas agências francesas ou inglesas, motivo pelo qual replicavam, sem nenhum filtro, a imagem que os aliados da "Tríplice Entende" tentavam vender dos alemães como um povo bárbaro e ambicioso. Os alemães também atuavam nos meios de comunicação, visando desqualificar os aliados da "Entende" e destacar sua superioridade. Para Pereira (2012), isso começou a mudar quando os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo ampliaram seus escritórios para seus correspondentes ao redor do mundo, em meados de 1910.

É justamente nesse processo de expansão que Azevedo Amaral se insere, isto é, como um correspondente internacional que enviava suas cartas de Londres, comentando o andamento da guerra no continente europeu, sem passar, pelo menos no início do conflito, pelas autoridades governamentais da Inglaterra.

2. AZEVEDO AMARAL E AS "CARTAS DE LONDRES"

Azevedo Amaral foi um intelectual mediador que teve parte de sua educação em casa, com sua mãe, Maria Francisca. Segundo Sodré (1942), foi no ambiente familiar que ele teve suas primeiras lições. Aos sete anos, iniciou seus estudos em uma instituição escolar, primeiro no Colégio Franco Brasileiro e, posteriormente, no Anchieta em Friburgo. No entanto, grande parte de sua educação ainda ficava restrita ao ambiente domiciliar. Apesar de seu pai ter desejado que ele seguisse a carreira militar, a influência das lições de biologia que recebeu no ensino fundamental o levou a seguir a medicina como profissão. Azevedo Amaral concluiu o ensino secundário aos 15 anos e, em 1897, aos 16 anos, ingressou na Faculdade de Medicina, formando-se em 1903. A carreira que escolheu seduziu seu espírito e daria margem a um dos fundamentos de sua mentalidade: o gosto pela biologia, a vontade de conhecer os segredos humanos, o que sempre teria uma importância fundamental em seus estudos posteriores e marcaria um dos alicerces mais profundos de sua obra (SODRÉ, 1942, p. 21).

Amaral se envolveu diretamente como o movimento estudantil de sua época, que estava interessado nas questões políticas, sobretudo nas reformas do campo educacional do Rio de Janeiro. Foi nesse momento que ele teve seu primeiro contato com o campo jornalístico, escrevendo, fundamentalmente, artigos que reivindicavam as pautas dos estudantes da Faculdade de Medicina. A família de Azevedo Amaral pertencia à elite da época, com situação estável o suficiente para que ele pudesse se dedicar aos estudos e à erudição. Seu pai, Ângelo Tomás do Amaral, foi um político bastante influente desde a época do Império. Era engenheiro civil e se dedicava a construções de estradas de ferro, as quais se iniciavam no Brasil. De acordo com Sodré (1942), ele trabalhou para Mauá até o ano de 1864; posteriormente, foi eleito presidente das províncias do Amazonas, Pará e Alagoas.

Depois de formado, Azevedo Amaral ficou uma temporada de 18 meses viajando pela Europa, visitando países como França, Itália, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e Holanda. Ao regressar ao Brasil, trabalhou no atendimento

clínico de operários em um porto, ficando nesse cargo por dois anos. Ao sair, fez uma nova viagem à Europa e, lá, retomou suas atividades no campo jornalístico, escrevendo artigos esporádicos para os jornais *Correio da Manhã, A Notícia, Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*. É nesse momento que Azevedo Amaral iniciou sua carreira de jornalista, profissão à qual se dedicou profundamente, até o restante de sua vida. Residindo em Londres por volta dos anos de 1910, ele colaborava com jornais escrevendo crônicas de ordem econômica e política. Todavia, foi no jornal *Correio da Manhã*, com sua coluna "Cartas de Londres", que Azevedo Amaral começou a ganhar visibilidade no campo jornalístico do Rio de Janeiro.

A coluna "Cartas de Londres" foi sua primeira experiência como jornalista de ofício. A coluna começou de maneira esparsa, com crônicas que discutiam, principalmente, Direito e Comércio Exterior, tanto no contexto europeu, como no contexto brasileiro. Todavia, com o advento dos acontecimentos relativos à Primeira Guerra Mundial, a coluna começou a ser quinzenal e, depois, semanal. Em janeiro de 1913, o *Correio da Manhã* publicou, em seu editorial, uma apresentação de Azevedo Amaral, destacando quais eram seus pontos fortes, delineando seu perfil enquanto correspondente do jornal. A matéria destacava os anos de serviço que ele prestara ao jornal e a especificidade de suas análises referentes ao meio político europeu. Esse procedimento era práxis nos jornais impressos da época, pois concedia bastante visibilidade aos jornalistas e aos intelectuais. A imprensa periódica era uma espécie de trampolim para o sucesso no campo jornalístico e intelectual do período.

> De Azevedo Amaral, o nosso correspondente epistolar em, Londres, estampamos hoje a fotografia, como homenagem ao seu talento e gratidão aos serviços que ele vem prestando aos nossos leitores há muitos anos, informando-os de tudo quanto ocorre no alto cenário da política europeia, e comunicando os acontecimentos a ela ligados com uma agudeza de visão verdadeiramente extraordinária (CORREIO DA MANHÃ, 1913, p. 1).

O texto versou sobre os tipos de jornalista que faziam correspondência internacional e as diferenças entre eles. De um lado, existiam os jornalistas que, ao narrar os acontecimentos, construíam uma análise crítica, e, do outro, aqueles

que apenas narravam. Para o *Correio da Manhã*, Azevedo Amaral estava no primeiro grupo:

> A sua obra jornalística é a de verdadeiro sociologista, para o qual a politica europeia não tem segredos, apesar dele não ser um desses jornalistas de reputação afirmada pelos jornais a que pertencem do quanto pelo valor próprio, aos quais se confiam como que misteriosamente os segredos e os planos das chancelarias (CORREIO DA MANHÃ, 1913, p. 1).

A matéria finalizou distinguindo a especificidade do meio político inglês, que, naquele contexto, vivia em meio a agitações de grupos oposicionistas ao governo, bem como ao agravamento das tensões políticas e sociais. O texto apontava críticas à democracia inglesa, sobretudo no que se refere às liberdades individuais, elogiando a forma como Azevedo Amaral analisava aquele contexto.

> Tem-se, portanto, que mais do que em outro qualquer país europeu, a questão social requer competência para examiná-la. Azevedo Amaral tem apreendido, com um golpe de vista maravilhoso, esse estado social da magnífica potência marítima. Todo ele o público já o leu, tem sido da sua pena luminosamente discutido, do mesmo modo que o renascimento japonês, o destronamento de Adbul-Hamid, a complicação teuto-franco-espanhola em Marrocos, a empresa mediterrânea da Itália, a guerra turco-balkanica. Até agora, ainda não falhou o seu exercício, não falhará, dadas as excelentes qualidades de observação e a cultura de Amaral. Fora inútil acrescentar que as suas correspondências, as suas observações sobre o que se passa na Europa não é estranho ao Brasil. Através delas se encontra sempre a lição política, que devemos aproveitar e de que os nossos dirigentes não devem prescindir, quando entendam utilizar os frutos da experiência alheia. Azevedo Amaral, que conta 30 anos, formado em medicina, e filho do conselheiro Thomaz do Amaral, que além de político, tendo sido deputado em mais de uma legislatura e presidente de província, foi um jornalista de valor (CORREIO DA MANHÃ, 1913, p. 1).

Azevedo Amaral ganhou bastante notoriedade quando começou a escrever as cartas sobre os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial. Escreveu 73 cartas entre a segunda metade de 1914, até sua saída do jornal, em novembro de 1917. Nesse contexto, o Brasil matinha relações bastante cordiais com os principais países beligerantes, como a Inglaterra, que era seu principal parceiro comercial, seguida da Alemanha e França. De acordo com

Nascimento (2017), o Brasil não tinha interesse estratégico e influência geopolítica nos territórios em que se desenvolveram os conflitos. Além disso, o país estava muito atrás no que tange ao avanço tecnológico e industrial para a guerra, em relação aos países participantes. Estes foram alguns dos motivos que levaram o país a declarar neutralidade perante o conflito.

De todo modo, a Inglaterra era o maior de todos os parceiros comerciais mundiais do Brasil. O país ocupava o posto de maior investidor estrangeiro; não só suprindo boa parte das importações brasileiras daquela época, como também sendo a principal fonte de capital financeiro do país. Aproximadamente metade das importações do Brasil advinha do país britânico, compostas sobretudo por carvão e produtos manufaturados, como o das indústrias têxtil e ferroviária. Todavia, ao optar pela neutralidade, o Brasil sofreu uma série de restrições comerciais impostas pelos beligerantes aos países neutros, principalmente da Inglaterra.

Por esse motivo, nessa ocasião, o jornal *Correio Da Manhã* publicou uma série de editoriais comentando sobre tais restrições e como elas estavam afetando a economia brasileira. Em uma edição de novembro de 1915, o jornal tr um artigo intitulado “O bloqueio inglês e os interesses brasileiros”, assinado por Gil Vidal, o qual dizia: “Repetidamente, há meses, temos clamado contra os prejuízos que nos acarreta o bloqueio decretado pela Inglaterra a fim de isolar comercialmente a Alemanha, e obrigá-la a se dar por vencida pela fome” (VIDAL, 1915, p. 1).

O artigo chamava a atenção aos prejuízos que o Brasil estava sofrendo pela política de restrição naval feita pela Inglaterra, a qual prejudicava a importação do seu principalmente produto na época, o café. A reclamação vinha, principalmente, de associações comerciais que contavam com capitais alemães, como, por exemplo, as empresas exportadoras de café, que foram incluídas na lista negra e exigiam a interferência constante do Itamaraty junto aos cônsules ingleses. Esse caso exemplifica o papel que a imprensa periódica tinha, como meio de dar visibilidade às reclamações e também de chamar a atenção dos governantes.

O posicionamento do Brasil no conflito, além de problemas comerciais,

suscitou um intenso debate que dividiu a opinião de intelectuais e políticos da época. De acordo com Rego e Leal (2015), ainda em 1914, vários escritores, jornalistas e intelectuais começaram a defender a entrada do Brasil na guerra, mostrando-se desfavoráveis à opção da neutralidade feita pelo governo. Naquele contexto, havia três posicionamentos: os "aliadófilos", "neutrais" e "germanófilos". Os aliadófilos eram simpáticos pelos Aliados, que fundaram, em 1915, a "Liga Brasileira pelos Aliados", tendo como preferência as causas da Tríplice Entente. A fundação tinha Rui Barbosa como presidente, e contava ainda com nomes como Érico Veríssimo, Graça Aranha, Barbosa Lima, Olavo Bilac e Manuel Bonfim.

Os germanófilos, por sua vez, eram simpatizantes da Alemanha, e sustentavam a narrativa que o país estava sendo vítima da perseguição das potências tradicionais, as quais queriam destruir seu poderio militar, econômico e político. Na visão deles, a guerra iniciada entre os países europeus nada mais era do que outro conflito baseado em interesses comerciais, por meio da qual se pretendia preservar o status quo internacional e prevenir a ascensão da Alemanha (NASCIMENTO, 2017). Por outro lado, o principal argumento dos neutrais residia no fato de que a postura "aliadófila" significava um alinhamento automático aos Estados Unidos, o que colocava o Brasil em uma posição de dependência em relação àquele país. A manutenção da neutralidade também foi defendida pela imprensa carioca no início do conflito, e contava com figuras de destaque na opinião pública, como Assis Chateaubriand, Vicente de Carvalho, Jackson de Figueiredo, Alberto Torres e Azevedo Amaral.

Em uma carta intitulada "O ponto de vista americano", publicado em sua coluna em novembro de 1915, Azevedo Amaral fez uma crítica na forma como a guerra estava sendo tratada pelos brasileiros, sobretudo pelo campo intelectual do período. Para ele, a guerra se apresentava, tanto por parte da elite dirigente do país, quanto para a grande massa, como um acontecimento distante. Na sua perspectiva, as posições aliadófilas e germanófilas eram apenas produto de demagogia e da retórica.

> Quem observa de longe a altitude da maioria do público brasileiro em relação à guerra européia, não pode escapar a uma sensação estranha de surpresa e quase de pasmo. Com exceção de uma ou outra nota isolada, parecer haver tanto entre

> as nossas massas como na minoria dirigente do país a ideia vaga de que este conflito gigantesco é para o povo brasileiro e para as outras nações latino-americanas um espetáculo gratuito, que os deuses compassivos nos ofereceu como diversão à monotonia das revoluções, das ditaduras e das moratórias que enchem o ciclo vicioso da história das repúblicas mestiças da América do tropical (AMARAL, 1915, p. 2).

Para Azevedo Amaral, a causa dessa atitude brasileira perante a guerra se devia a dois motivos: a análise dos fenômenos sociais e políticos por um ponto de vista meramente emocional, e a ausência de uma elite dirigente na sociedade que coordenasse a opinião pública para uma causa comum. Para ele, esses dois elementos fizeram com que a sociedade brasileira passasse a ser apenas um mero espectador do conflito. A opinião pública brasileira acerca da guerra seria apenas um reflexo da carência de uma elite intelectual no país.

> A guerra europeia parece ter produzido sobre a emotividade popular brasileira, esse efeito de fascinação e magia. Sob a violenta vibração estética, determinada pelo choque da conflagração e pelo intenso colorido do cenário distante, a opinião brasileira ficou com as suas faculdades de discriminação e de vontade semi-paralisadas (AMARAL, 1915, p. 2).

Naquele contexto, Azevedo Amaral já apontava a necessidade de uma elite intelectual que poderia criar horizontes políticos e sociais para a nação. Com uma visão extremamente pessimista e dicotômica, ele dizia que tanto o Brasil, quanto o restante da América Latina eram inferiores e intelectualmente atrasados em relação à Europa, não só do ponto de vista político, mas também econômico e social. Mesmo com a guerra, o Brasil ainda continuava devedor e consumidor da cultura europeia, de seus valores, moral e costumes.

> Toda a nossa vida espiritual veio e continuará a vir da Europa. Foi ela que nos-transmitiu os deuses asiáticos que enchem os nossos templos. Foi ela que nos libertou do terror supersticioso pelo presente do fogo sagrado da razão. Sem a onda de calor e de vida espiritual, que segue destas terras meigas temperadas, onde o homem encontra o ambiente fadado ao pensamento, a América se estilhaçaria na inanição intelectual e adormeceria para sempre em um materialismo grosseiro e embrutecedor. A América ainda não atingiu o ponto da sua evolução em que ela poderá-viver uma existência espiritual autônoma (AMARAL, 1915, p. 2).

Ainda, para Azevedo Amaral, a guerra representava o fim de um ciclo histórico; era um ponto de transformação, no qual velhas concepções de mundo deixariam de existir para dar lugar a outras. Essa ideia de transformação, denominada por ele como revolucionismo, é uma constante em seu pensamento político, e significava a mudança de um determinado paradigma através de um momento de crise política ou social. Nessa carta, Azevedo Amaral procurou discutiu o lugar e o papel da América do Sul em relação à geopolítica mundial. Com o fim da guerra, surgiria um novo mundo e, nesse sentido, a América do Sul deveria tentar assumir um papel de destaque e relevância, deixando de ser apenas meros espectadores do mundo político.

Em outra carta, intitulada "A derrota do Cesarismo", publicada no início do conflito, em setembro de 1914, Azevedo Amaral discutiu a ideia de "czarismo", que, para ele, não significava apenas um sistema político e social organizado na Prússia da época. Na sua perspectiva, todos os países possuíam um pouco de "czarismo", que poderia variar conforme o contexto político e social. Para ele, o "czarismo" seria um "estado mental" ou o "inconsciente coletivo" de uma nação, que, em momentos de crise política, apelava para a violência e a barbárie institucional por parte do Estado. Essa crítica se insidiava nas narrativas aliadófilas, que diziam que somente um dos lados, no caso a Alemanha, possuía uma política voltada à tirania e à violência. Para ele, todos os países envolvidos diretamente na guerra possuíam esse tipo de comportamento, em maior ou menor grau, dependendo de seu "estado mental".

As cartas escritas por Azevedo Amaral no contexto da Primeira Guerra Mundial continham elementos fundamentais que serviram de ponto de partida para suas obras escritas durante a década de 1930. Nossa hipótese é de que sua experiência como correspondente ajudou tanto na formação de suas ideias políticas centrais, como na sua projeção nacional, não só no campo jornalístico, mas também no intelectual. Suas análises tinham como objetivo central pensar a formação política e sociológica dos países, definindo suas características do ponto de vista histórico, político, social e econômico. A coluna "Cartas de Londres" buscava apresentar ao público leitor do Correio da Manhã uma análise mais aprofundada dos acontecimentos relativos à Primeira Guerra Mundial.

Nessas cartas, Azevedo Amaral também analisava as ideologias presentes naquele contexto e a forma como elas estavam sendo pensadas e postas em ação por parte dos países em guerra.

Um exemplo é a carta intitulada "O Socialismo e a Guerra", publicada em outubro de 1914. Nela, Azevedo Amaral discutiu o "fim do socialismo", ideia que estava presente em alguns círculos intelectuais da época. Para ele, "O fim do socialismo" era uma leitura errônea do movimento, que apontava para uma incongruência do socialismo da época. Para Azevedo Amaral, essa narrativa se baseava no fato de que setores da ala socialista na Alemanha, ao entrarem na guerra, teriam contrariado o pressuposto "internacionalista" do movimento.

> Muita gente que se supõe bem informada em assuntos de política europeia, tem se manifestado surpresa diante da presteza que com que os socialistas alemães pegaram em armas para defender a pátria, que o governo imperial dizia estar ameaçada pela coligação de potências adversas. Segundo, que mostram essa surpresa, o socialismo fez "barrocata", porque, esquecendo o lado internacional da questão social, os seus adeptos, primeiro na Alemanha, depois em outros países, cumpriram escrupulosamente o dever cívico de não desertar diante do inimigo (AMARAL, 1914, p. 1).

Segundo Azevedo Amaral, esse argumento e seu pressuposto de uma "garantia de paz" não passavam de uma leitura rasa e superficial. Para ele, o socialismo era internacional, assim como outras ideologias, como o parlamentarismo ou o liberalismo, na medida em que seus pressupostos eram aplicados em diferentes países e contextos. Em sua concepção, contudo, nunca esteve nas preocupações dos partidos socialistas, pelo menos daquela época, a promoção da paz universal diretamente, embora, para ele, a maioria dos pensadores socialistas acreditasse que a remodelação econômica da sociedade teria como objetivo eliminar os principais problemas que causavam atrito entre as nações. O objetivo de Azevedo Amaral não foi discutir as ideias do movimento socialista na Alemanha profundamente, mas demonstrar seu aspecto voltado à reorganização da nação em contraposição ao "individualismo pacifista".

> Pelo seu objetivo final e pela própria natureza dos métodos de transformação econômica da sociedade que preconiza, o socialismo é pacífico, mas não pacifista. É pacífico porque funda toda a sua concepção da sociedade sobre a base do trabalho e

> da atividade industrial; mas não é pacifista porque, tendo como ponto de partida do seu plano de reorganização da nação e não do indivíduo, não pôde de forma alguma reconciliar-se com as tendências cosmopolitas do pacifismo individualista (AMARAL, 1914, p. 1).

Nessa carta, Azevedo Amaral faz uma crítica ao liberalismo e seu pressuposto de paz, baseada na ideia de um progresso contínuo das nações. Seu principal alvo é Norman Angell, considerado um dos grandes nomes das Relações Internacionais do período. Norman Angell foi um defensor da corrente liberal/idealista, conhecida, na época, como "pacifista", sustentando a crença do liberalismo econômico, a partir da competição no mercado, tanto de produtores, quanto de consumidores, promoveria uma harmonia entre seus interesses, superando qualquer conflito temporário. Nesse sentido, os liberais não aceitavam a conexão entre os eventos políticos e as mazelas provenientes da guerra e do imperialismo, pois "(...) o comércio e o intercâmbio econômico constituem uma fonte de relações pacíficas entre as nações, porque os benefícios recíprocos tendem a promover entre elas relações cooperativas" (MELO; LIMA, 2015).

De acordo com Azevedo Amaral, o movimento socialista do período estava produzindo grandes transformações, principalmente para a Inglaterra, reduto das correntes liberais. Medidas de estatização de estradas de ferro e de distribuição de alimentos seriam alguns exemplos dessas transformações. Para Azevedo Amaral, essas pequenas mudanças, se fossem realizadas pela iniciativa privada, levariam meses ou anos, pois as empresas privadas seriam calcadas pela lógica da concorrência e do lucro, gastando dinheiro com comissões e propagandas, em vez de resolver os problemas. Azevedo Amaral (1914, p. 1) terminou o texto dizendo:

> Quando se vê que por toda a Europa a guerra está produzindo, em poucas semanas, reformas que requereriam anos de propaganda para serem realizadas, não só pôde deixar de rir piedosamente dos pobres de espirito, que andam a falar em "barrocata do socialismo".

Todavia, por volta de 1916, aconteceu uma mudança na trajetória jornalística de Azevedo Amaral enquanto correspondente internacional. Em

janeiro daquele ano, ele publicou duas cartas comentando sobre o contexto político inglês, o que não agradou o governo, levando-o a ser acusado de ir contra os interesses ingleses, sendo obrigado a sair do país. A primeira carta, intitulada "A crise inglesa", discutia a crise política da Inglaterra a partir do crescimento do movimento militarista, o qual, segundo Azevedo Amaral, ia de encontro aos pressupostos liberais do país. O texto, em questão, tratava da aprovação da lei de obrigatoriedade do alistamento militar, que estava em discussão da Inglaterra. Para ele, essa obrigatoriedade, naquele contexto, estava levando o país a uma crise política sem precedentes na História, e, consequentemente, à um fracasso perante a guerra.

De acordo com Purseigle (2014), isso se deveu ao fato de a Inglaterra ter realizado uma série de adaptações em suas estruturas militares, políticas e sociais. Seu exército, uma pequena força encarregada do policiamento do império, sofreu um impacto gigantesco com o conflito. A guerra forçou a redefinição dos pressupostos da cultura liberal dominante e desafiou as concepções de cidadania, bem como a relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Para Azevedo Amaral, o movimento militarista daquele contexto estava indo totalmente contra as tradições liberais do país, citando o exemplo do debate em torno do alistamento militar, que, de voluntário, passaria a ser obrigatório. No entendimento do jornalista brasileiro, o serviço militar obrigatório era sinônimo de reacionarismo e anti-civilização, fazendo com que, em poucas horas da deflagração do conflito, milhões de homens livres se convertessem em escravos militares, obrigados a ir para as fronteiras sem nem poder questionar o que estava acontecendo.

> Mas se as lições do passado e a experiencia atual mostram ao ingleses, as inestimáveis vantagens que eles gozam por se não acharem a posição perigosa com que o serviço militar obrigatório coloca os povos da Europa continental, o simples bom senso basta para provar como é absurda a ideia de introduzir a conscrição neste momento. Pondo de parte as razões de ordem política que foram evidenciadas pela calamidade que assola a Europa e que bastam para mostrar como o serviço militar obrigatório coloca no dispor da casta militar um poder exagerado e perigoso, é evidente que da decretação de tal metida nenhuma vantagem militar advirá para a causa dos aliados (AMARAL, 1916a, p. 1).

Azevedo Amaral ainda apontava que o problema militar da Inglaterra se devia à impossibilidade de expandir materialmente seu exército. Para ele, os estadistas ingleses, em épocas de paz, colocavam todos seus esforços na esfera da ação naval, e deixavam o exército em terra sem os investimentos necessários, diferente do que outros países, como a Prússia e Alemanha, fizeram. O problema militar seria a causa da crise econômica inglesa, que enfrentava o déficit de exportação e importação de produtos primários e a paralisia das indústrias, os quais estavam sendo afetadas pela produção de equipamentos bélicos e pela falta de operários. O movimento militarista da Inglaterra levaria, em última instância, a uma crise social gerada pelo desmonte das liberdades civis.

Em janeiro de 1916, Azevedo Amaral publicou outra carta em sua coluna, intitulada “Civilização versus militarismo”. Foi a última carta escrita em Londres e, também, a responsável por sua expulsão. Nela, Azevedo Amaral continua escrevendo uma série de comentários sobre a política inglesa, dizendo sobre a forma como ela havia deixado de lado suas tradições políticas liberais para abraçar o “militarismo reacionário”. O evento citado no artigo se refere a um ataque que a Marinha Inglesa fez, disfarçada de americanos, aos navios alemães.

> Em agosto do ano findo navegava de Nova Orleans para o porto inglês do Avoumouth um vapor, o "Nicosian", trazendo um carregamento de algumas centenas de mulas destinadas ao exército inglês. Não há a mínima dúvida do que se tratava de um contrabando de guerra e, segundo o princípio estabelecido pelos alemães no meio da anarquia naval que a Inglaterra criou com o repudio de todas as leis do direito marítimo, Os submarinos germânicos tinham pleno direito de torpedear aquele transporte. Mas, segundo parece, o comandante do submarino que primeiro , avistou o "Nicosian* era menos radical nos seus métodos do que outros dos seus camaradas; e, antes de meter a pique o vapor, deu tempo a que a respectiva tripulação passasse para os escaleres. Este ato de humanidade custou caro aos oficiais e marinheiros do submarino. porque, entretanto, apareceu a distância um vapor, que arvorava a bandeira dos Estados-Unidos e que tinha, em ambos os bordos, grandes escudos, nos quais também se achava pintada a bandeira americana. Tão perfeito era o disfarce que não podia passar pela mente dos tripulantes do submarino alemão, que aquele inofensivo vapor americano fosse o "Baralong", um cruzador auxiliar da marinha de guerra inglesa. Protegido pela bandeira dos Estados Unidos,

> o cruzador britanico chegou até irmã pequena distância do submarino. Nessa ocasião a guarnição, do " Baralong" rompeu fogo de fuzilaria sobre o submarino e logo em seguida os canhões, que até então estavam encobertos, secundaram vigorosamente a da mosquetaria. Somente depois de ter rompido fogo é que o "Baralong" arriou a bandeira estrelada para içar em seu lugar a insígnia branca da marinha inglesa (AMARAL, 1916b, p. 1).

Para Azevedo Amaral, esse evento, somado à lei de alistamento obrigatório, significaram a contradição que a Inglaterra passava no período, saindo de um "ideal civilizatório para entrar na barbárie". Em fevereiro de 1916, o *Correio da Manhã* emitiu uma nota falando sobre a expulsão de Azevedo Amaral.

> Comunicação oficial do ministro do Brasil em Londres, ontem transmitida ao ministro das Relações Exteriores, anuncia que o Governo inglês intimou o jornalista brasileiro sr. Azevedo do Amaral a deixar imediatamente aquela cidade. A intimação acrescentava comunicado, foi motivada pelos artigos que o referido escritor, na qualidade de nosso correspondente na Inglaterra, enviava ao Correio da Manhã, criticando a política inglesa na atual guerra européia (CORREIO DA MANHÃ, 1916a, p. 1).

A nota seguia dizendo sobre a atividade de Azevedo Amaral enquanto correspondente internacional do *Correio da Manhã*, apontando seu tempo de colaboração e a relevância de seus artigos semanais para o jornal. Destacava também suas qualidades como jornalista e grande observador da política europeia desde antes do conflito, apontando, sobretudo, seu caráter neutro. O texto apontava ainda que, a divulgação na imprensa do caso "Baralong" foi o estopim e que esse caso revelava ainda mais as arbitrariedades da Inglaterra no contexto da guerra.

> A ordem de expulsão do sr. Azevedo do Amaral mostra que a divulgação desse fato incomodou o governo ingles. Se incomodou, ao ponto dele tomar contra o jornalista brasileiro a medida extrema de que lançou mão, é que aos olhos da Inglaterra_ o caso do Baralong pôde ser legitimamente incluído na lista daqueles .que ela quotidianamente exprobra á Alemanha como provas e atestados da sua barbaria. Não ha, com efeito, outra conclusão a tirar do ato do governo ingles. Se ele não julgasse a divulgação do caso do Baralong capaz de comprometer a Inglaterra, não teria expulsado o sr. Amaral (CORREIO DA MANHÃ, 1916a, p. 1).

Um dia após a divulgação desse artigo, na edição seguinte do jornal, apareceu uma nota de primeira capa comentando sobre a expulsão de Azevedo Amaral. O interessante da nota é que ela se refere às correspondências de leitores do *Correio da Manhã* comentando a respeito do caso. Dizia a nota:

> Recebemos homem os seguintes telegramas: Rio de Janeiro, 11. — Como brasileiro , cultor das amplas liberdades sobretudo da do pensamento consagrada pela nossa Constituição e pelas nossas leis, secundo com veemência o magistral protesto formulado hoje por essa benemérita e patriótica redacão contra a tirania britanica, expulsando do seu território o eminente publicista Azevedo do Amaral, cujas correspondências para o "Correio" e outro periódico paulista sagraram no pelo talento, critério e assombrosa erudição, um dos maiores e mais completos jornalistas brasileiros atualmente no estrangeiro. — Elisario Tavora. S. Paulo, 11. Bravos! A expulsão do sr. A. Amaral da Inglaterra é o nobre prêmio dos que como o “Correio" não sabem vender a consciência nem trocar pilo ouro a magestade da justiça e do direito. — Ludwig Rose e "Ernesto França Ferreiro, redatores do Diário Alemão (CORREIO DA MANHÃ, 1916b, p. 1).

O jornal só voltou a falar do caso em maio de 1916, com a chegada de Azevedo Amaral ao Rio de Janeiro. A nota tinha um tom de acolhimento ao jornalista e, também, de crítica ao governo inglês. De acordo com o *Correio da Manhã*, a exposição do fato trazia à tona o preconceito de alguns homens do governo britânico em relação aos países sul-americanos. Um dos longos questionamentos feitos para Azevedo Amaral foi o de que os brasileiros não se interessavam por política internacional, tornando sua estadia, bem como seu trabalho de correspondente, irrelevantes ao país. Dizia o texto:

> O "Paraguay", que deve chegar hoje ao Rio, traz a seu bordo o dr. Azevedo do Amaral, durante muitos anos nosso correspondente em Londres e recente mente expulso da Inglaterra por causa do comentário que fez em nossas colunas ao celebre caso do "Baralong". Apesar de todas as simpatias que os aliados inspiram ao nosso público, não deixou de lhe causar má impressão esse ato do governo britânico, evidentemente violento, pelo modo como foi executado. Sabe-se que foi concedido ao dr. Amaral o prazo insignificante de vinte e quatro horas para deixar o território britânico; esse prazo depois foi prorrogado. O que, porém, parecia uni ato de clemência foi apenas um pretexto para as autoridades inglesas atormentarem o nosso correspondente em longos

> interrogatórios, ainda não trazidos a público, nos quais ficou mais uma vez patente a opinião pouco lisonjeira que se tem na Grã-Bretanha dos países sul amaricanos. Com efeito, a autoridade que dirigia os interrogatórios, e falava, portanto, no nome do governo, declarou que "não era crivel que. num pais como o Brasil, o público se interessasse por política europeia a ponto de um jornal manter um correspondente especialmente para tratar do assunto." É clara a intenção da autoridade inglesa, mas inepta, porque o sr. Amaral ocupava ha cerca de dez anos o cargo de correspondente do Correio em Londres, tratando quase que exclusivamente De política internacional. Todas as insinuações do representante do governo britânico foram recebidas com altivez pelo sr. Amaral, que a todas respondia com firmeza própria do seu caráter e sua culta inteligência. Percebendo, enfim, a lealdade do homem- que perseguiam, as autoridades britânicas deixaram a presa, não sem cometer mais uma violência, que a intervenção trouxa do sr. Fontoura Xavier não pode evitar. Tendo o sr. Amaral manifestado A intenção de partir para a Holanda, o governo ingles, como se sabe, declarou que ele só sairia da Grã-Bretanha para o Brasil, e ainda num paquete que arvorasse a Union Jack. Terminando sua viagem no Araguaya, acaba para o sr. Amaral o período em que sentiu o inconveniente ele se ir de encontro ás ideias apaixonadas que a guerra incutia á um povo como o ingles. O erro do nosso correspondente foi julgar que apesar da guerra, se conservaria o ambiente de respeito á liberdade de pensamento, característico da Grã-Bretanha. Assim, encarava os incidentes da luta com imparcialidade e elevação, criticando ora um ora outros adversários que se medem no terrível conflito. Não foram os efeitos possíveis dessa critica que irritaram o governo ingles; foi a sua evidente justiça que lhe feriu a susceptibilidade. A expulsão do dr. Azevedo do Amaral trouxe, entretanto, para nós, que trabalhamos nesta folha, uma grande vantagem: a de termos, de agora em diante, como nosso companheiro de todos os dias, um jornalista culto, independente e brilhante como poucos, que se têm dedicado ao serviço do Correio da Manhã (CORREIO DA MANHÃ, 1916c, p. 3).

O *Correio da Manhã* publicou duas edições, intituladas “O meu caso”, sobre a expulsão de Azevedo Amaral, contando sua experiência como correspondente e os acontecimentos que o levaram a sair de Londres. Nos dois artigos, sua preocupação central foi demostrar como seu caso, longe de ser um ato isolado, era totalmente público e de interesse coletivo. A publicação vinha no sentido de alertar o governo brasileiro à falta de liberdade de imprensa que os países neutros estavam sofrendo, principalmente os jornalistas que faziam o trabalho de correspondente internacional. No primeiro artigo, Azevedo Amaral narrou, de maneira sintética, como foi seu interrogatório com o chefe de polícia

britânico.

> A entrevista começou suavemente depois do comissário ter liquidado a questão da minha nacionalidade, porque, segundo parece, a autoridade encarregada do Rio de Janeiro de fazer o inquérito sobre as minhas origens cometera a inadvertência de atribuir-me um sangue teutônico cuja presença nas minhas veias eu nunca suspeitara. Tranquilizado sobre esse ponto escabroso, o sr. Thomson perguntou-me se eu era de facto o correspondente do Correio da Manhã, o diante da resposta afirmativa indagou pressuroso quais eram as minhas opiniões sobre a guerra. Em poucas palavras sintetizei as ideias que durante dezoito meses tinha exposto nestas colunas. O chefe do "Special Brandi" interveio logo que terminei a minha exposição, dizendo que eu estava escrevendo "contra a Inglaterra E depois de confabular com o seu assistente naval começou a discutir vários trechos de um artigo que, segundo me informou, recebera telegrafado em código do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma inocente exposição do caso do "Baralong" em que repetira a versão jurada pelas testemunhas americanas, que haviam assistido ao facto, versão esta que até hoje não foi substituída por outra capaz de merecer fé (CORREIO DA MANHÃ, 1916d, p. 1).

No segundo artigo, Azevedo Amaral alertou que essa falta de liberdade na imprensa seria apenas um exemplo do que poderia acontecer aos países neutros, fundamentalmente da América do Sul, caso a vigilância destes com o conflito europeu continuasse a ser negligenciada. Para Azevedo Amaral, a fiscalização dos acontecimentos europeus não se traduzia simplesmente a uma questão de interesse jornalístico, mas sim a uma necessidade política que merecia atenção, principalmente dos países neutros. A chegada de Azevedo Amaral no Brasil marcou um novo ponto de inflexão em sua carreira como jornalista; a partir daquele momento, não mais como um correspondente, mas sim como um jornalista que escrevia quotidianamente.

No *Correio da Manhã*, o jornalista passou a publicar notas diárias sobre política e, logo após, assumiu o cargo de redator-chefe do jornal. Todavia, a entrada dos Estados Unidos na guerra, no final de 1917, definiu a posição de Azevedo Amaral, que advogava para a participação do Brasil, o que acabou contrariando a posição do *Correio da Manhã*, que se dizia neutro em relação ao conflito. Essa tomada de posição não foi resolvida e, em novembro de 1917, Azevedo Amaral deixou o jornal. O *Correio da Manhã* lançou uma nota, falando

de sua saída:

> Deixou de fazer parte da redação do Correio da Manha, o dr. A.J. de Azevedo Amaral, que ocupava as funções de direto de redator-chefe na ausência do dr. Edmundo Bittencourt e Leão Velloso. Durante muito tempo, esse primoroso jornalista, que o Brasil inteiro conhece e admira, prestou a esta folha o concurso inestimável do seu famosíssimo talento. A principio foi nosso correspondente em Londres, cargo que ocupou por cerca de dez anos. As cartas que de la escreveu sobre a guerra são as páginas mais belas e eloquentes de que havia noticia no jornalismo brasileiro. Em uma dessas cartas admiráveis, o dr. Azevedo Amaral ocupou-se do caso Baralong, que fora discutido e comentado com a maior liberdade na imprensa e no parlamento inglês. Sem embargo, o governo da Inglaterra decretou sua expulsão, obrigando-o a desembarcar no Brasil, com a proibição de se comunicar com qualquer porto da Europa. Aqui chegando, entrou ele para a redação do Correio da Manha, e, dentro de pouco tempo, galgava pelo seu merecimento a posição que ocupava e onde mais realçaram suas extraordinárias qualidades de jornalista, a par da mais perfeita qualidade. Motivou a saída de do dr. Azevedo Amaral foi o fato de estar nosso diretor em inteiro desacordo, com seus artigos de primeira coluna, as quais não se harmonizam com os sentimentos nem com as tradições dessa folha. Para o lugar do dr. Azevedo Amaral entrou nosso companheiro Raymundo Silva que exercerá a função de redator chefe do Correio da Manha até o regresso do dr. Leão Velloso que deve partir da França nos primeiros dias de agosto (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p. 1).

Apesar dos conflitos, a passagem de Azevedo Amaral pelo “Correio da Manhã” o consolidou como jornalista, projetando-o nacionalmente. Evidentemente, essa projeção não se deu de maneira imediata, pois foi preciso mais uma década, passando por vários jornais, seja como colaborador ou redator, nos jornais do Rio de Janeiro, para se consolidar, também, como figura importante no campo intelectual do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coluna “Cartas de Londres” foi o primeiro trabalho de Azevedo Amaral como jornalista. Sua posição social privilegiada, enquanto pertencente à elite carioca da época, foi fundamental para sua visibilidade como jornalista. Seu trabalho como correspondente internacional em um jornal de grande circulação na época, o *Correio da Manhã*, lançou as bases de sua carreira no campo do

jornalismo. Os textos escritos nessa época tiveram uma boa aceitação do público leitor. Vinham sempre em primeira página, o que significava se tratar de algo com importância para o jornal. Esses textos também nos revelam um pouco de suas ideias políticas no início de sua carreira. Os artigos selecionados narravam, de alguma forma, seu pensamento acerca do político e do social, e que também vai aparecer nas suas obras escritas ao longo da década de 1930.

O critério de seleção desses artigos foram, por um lado, os que estavam em melhor estado de conservação, o que permitiu a leitura integral dos mesmos, e, por outro, os que apresentavam elementos mais gerais de suas ideias. A ideia deste texto não foi discutir profundamente os acontecimentos relativos à Primeira Guerra Mundial e a forma como eles estavam sendo narrados no campo jornalístico da época. Seria preciso mais algumas dezenas de páginas para discutir as várias facetas, lados, discursos e narrativas que foram criados na imprensa periódica sobre a Primeira Guerra Mundial. Nosso interesse foi mostrar como Azevedo Amaral interagiu no interior desse campo jornalístico, apresentando algumas de suas ideias centrais no contexto bélico mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. O Socialismo e a Guerra. **Correio da Manhã,** ed, 5724, 27 out. 1914.

_____. O ponto de vista americano. **Correio da Manhã**, ed. 6115, 22 nov. 1915.

_____. A Crise inglesa. **Correio da Manhã**, ed. 6178, 24 jan. 1916a.

_____. Civilização versus militarismo. **Correio da Manhã**, ed. 6185, 31 jan. 1916b.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CAMPOS, Raquel. O Correio da Manhã (1901-1974) e a educação para a beleza feminina. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 1, jan./jun. 2016.

CASTRO, Gomes Angela; HANSEN, Santos Patricia. **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CORREIO DA MANHÃ. O correspondente do Correio da Manhã em Londres.

Correio da Manhã, ed. 5086, 3 jan. 1913.

_____. A expulsão do correspondente do Correio em Londres. **Correio da Manhã**, ed. 6196, 11 fev. 1916a.

_____. A expulsão do sr. Azevedo Amaral. **Correio da Manhã**, ed. 6197, 12 fev. **1916b**.

_____. A chegada do Sr. Azevedo Amaral. **Correio da Manhã**, ed. 6300, 25 mai. 1916c.

_____. O meu caso. **Correio da Manhã,** ed. 6303, 28 mai 1916d.

_____. ***Correio da Manhã***, ed. 6843, 19 nov. 1917.

GOMES, A. C. **Estado Novo, ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. p. 343-374.

LEAL, Ranielle; REGO, Ana Regina. Imprensa Brasileira na Primeira Guerra Mundial: Intelectuais em ação. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MíDIA, 10., 2015. **Anais** [...] UFGRS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015.

MELO, Vico; LIMA, Marcos Costa. Movendo o Centro: Colonialismo Oculto e as contribuições teóricas críticas e pós-coloniais para as Relações Internacionais. **REALIS**, v. 5, n. 1, jan./jun., 2015.

NASCIMENTO, Diego Lima. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial:** a participação de Rui Barbosa na definição do novo conceito de neutralidade. 2017. Monografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Lippi Lúcia. O pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. **Ideologia e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 48-62.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Aline Andrade. Imprensa e Primeira Guerra Mundial: Objetividade e neutralidade nos periódicos da época. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012. **Anais** [...]. Fortaleza, Ceará, 2012.

PURSEIGLE, Pierre. Uma arte liberal da guerra: a grã-bretanha e a primeira guerra mundial. **Ler História**, v. 66, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Orientações do pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-181.

VIDAL, Gil. O bloqueio inglês e os interesses brasileiros. **Correio da Manhã**, ed. 6106, 13 nov. 1915.

Recebido em 08 de maio de 2021.

Aprovado para publicação em 14 de março de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DAS JUNTAS PROVISÓRIAS NA CAPITANIA DA BAHIA NO PERÍODO COLONIAL (1549 – 1763)

COMPOSITION AND FORMATION OF THE PROVISIONAL JUNTAS IN THE CAPTAINCY OF BAHIA ON COLONIAL PERIOD (1549 – 1763)

CHARLES NASCIMENTO DE SÁ[1]

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a composição das juntas provisórias na capitania da Bahia, quando Salvador foi a sede do governo provisório, entre 1549 e 1763. Nesse sentido, o estudo indaga: como os governos provisórios eram constituídos? Quais eram as suas atribuições? Quais eram os seus membros? Metodologicamente, tem-se como limite cronológico o período de 1581, instituição do primeiro governo provisório, até 1766. Consideramos que os governos provisórios eram responsáveis pela administração da capitania quando da ausência do governador, seja pela vacância do cargo, seja pelo afastamento deste. Metodologicamente, foram utilizados documentos constantes no Arquivo Histórico Ultramarino, presentes no "Projeto Resgate Barão do Rio Branco", bem como foi proposta uma discussão teórica e bibliográfica sobre o governo e suas características no Reino de Portugal durante a primeira Modernidade. Assunto ainda pouco estudado, a análise das ações e características do regime provisório tende a indicar um melhor entendimento sobre a dinâmica do poder, das leis, da política e da sociedade existente na capitania da Bahia no período colonial.

Palavras-chave: Governo provisório. Poder. Bahia. Legislação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the composition of the provisional councils in the captaincy of Bahia, when Salvador was the seat of the provisional government, between 1549 and 1763. In this sense, the study asks: how were the provisional governments constituted? What were your assignments? What were its members? Methodologically, the chronological limit is the period from 1581, institution of the first provisional government, to 1766. We consider that the provisional governments were responsible for administering the captaincy when the governor was absent, either because of the vacancy of the position or

1 Doutor em História pela UNESP/Assis/SP. Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XVIII, em Eunápolis. Membro da Academia de Letras de Itabuna – ALITA, na cadeira de número 40. *E-mail*: cnsa@uneb.br.

because of his removal. Methodologically, documents contained in the Arquivo Histórico Ultramarino, present in the "Projeto Resgate Barão do Rio Branco", were used, as well as a theoretical and bibliographical discussion on the government and its characteristics in the Kingdom of Portugal during the first Modernity. A subject still little studied, the analysis of the actions and characteristics of the provisional regime tends to indicate a better understanding of the dynamics of power, laws, politics and society existing in the captaincy of Bahia in the colonial period.
Keywords: Provisional government. Power. Bahia. Legislation.

INTRODUÇÃO

Em seu livro *Historiografia: teoria e prática,* o professor José Jobson de Andrade Arruda, ao citar o historiador francês Jean Pierre Rioux, esclarece que a "(...) História é um pensamento sobre o passado e não uma rememoração" (RIOUX apud ARRUDA, 2014, p. 35). Compreendê-la como um pensamento faz dela um conhecimento elaborado por meio de um raciocínio. Não à toa, Lucien Febvre, um dos pais dos Annales, a entendia "(...) como o estudo, cientificamente conduzido, de diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora" (FEBVRE, 1989, p. 30).

Desse modo, deseja-se aqui discutir os governos provisórios na capitania da Bahia, quando Salvador foi sede do governo provisório, entre 1549 e 1763. Nesse sentido, o estudo indaga: como os governos provisórios eram constituídos? Quais eram as suas atribuições? Quais eram os seus membros? Metodologicamente, tem-se como limite cronológico o período de 1581, instituição do primeiro governo provisório, até 1766, data do último governo provisório, à época em que a Bahia era a sede do vice-reino. As indagações apresentadas concernem ao ofício do historiador, afinal, como nos aponta Bloch (2001, p. 79) "(...) os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claro e complacentes, não falam, senão quando sabemos interrogá-los". Interrogar e problematizar são tarefas do historiador, são os itens que fazem com que este elabore

> uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis (FONTANA, 2004, p. 478).

As dúvidas anteriormente enunciadas sobre as juntas governativas, são, portanto, tópicos fecundos que a História sobre a América Portuguesa tem a oferecer aos interessados no passado colonial brasileiro. Ponto salutar a corroborar essa afirmativa são os poucos trabalhos existentes sobre essa temática, pois na realização do estado da arte sobre a temática proposta, encontramos poucos trabalhos publicados na produção acadêmica recente.

Sobre a Bahia, destacamos o trabalho de Naiara Maria Mota Bezerra, cuja dissertação de mestrado *E se acham nomeados para o governo interino desse Estado… Governos provisório na Bahia nos séculos XVII e XVIII* (2018) fornece um estudo aprofundado sobre o tema. Este é, de fato, o primeiro trabalho acadêmico a ter no governo provisório da Bahia sua temática principal. Esse trabalho foi também apresentado, de modo mais sintético, no artigo *Os governos interinos no Império português,* publicado no ano de 2021 na *Revista Ágora*[2].

Sobre os governos provisórios no Rio de Janeiro, destacamos o trabalho de Victor Hugo Abril em *Governadores Interinos: Cotidiano Administrativo e Trajetórias no Rio de Janeiro (c.1705-c.1750)* (2015), o qual apresenta uma importante análise sobre a atuação e importância dos governadores interinos para aquela que era uma das mais importantes capitanias da América portuguesa na primeira metade do setecentos. O autor participa também da coletânea *A colônia em perspectiva,* organizada por Maria Isabel de Siqueira (*et al*.). Em seu capítulo, ele traça uma síntese de sua análise dos governos interinos na capitania do Rio de Janeiro, em um texto que se aproxima muito em similitudes daquele publicado por Bezerra na *Revista Ágora*.

Outros estudos anteriores merecem ser citados: a pesquisa de Fabiano Vilaça dos Santos em *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)* (2008), que toca na questão dos governos provisórios na administração das capitanias do norte do Estado do Brasil. Outro estudo a abordar o governo provisório foi o livro *Bahia pombalina, dilemas e ações de governo na capitania da Bahia no século XVIII. O* tema analisado nesta obra é a administração da Bahia no período do Marquês de Pombal. Como nesse momento foram muitas juntas governativas

2 MOTA BEZERRA, N. M. Os governos interinos no Império Português (séculos XVII-XVIII). **Revista Ágora**, *[S. l.]*, v. 32, n. 3, p. e–2021320309, 2021. DOI: 10.47456/e-2021320309. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/36093. Acesso em: 28 mar. 2023.

que estiveram à frente da gestão da capitania, os documentos do período são aí analisados para se entender a dinâmica do poder na mais rica região da Colônia.

O governo provisório é ainda abordado, tangencialmente, nos seguintes estudos: em Eduardo José Santos Borges, no texto *O Antigo Regime no Brasil colonial: elites e poder na Bahia do século XVIII,* em que aborda o governo e a ação das elites na Bahia colonial. Em *O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII),* Francisco Carlos Cosentino analisa as cerimônias e o modo como o poder lusitano se perpetuava no universo colonial a partir da manutenção do teatro social que caracterizava as ordens no Antigo Regime. Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo F Monteiro em clássico texto intitulado: *Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII* abordam uma das primeira leituras a seguir os novos rumos que a pesquisa histórica sobre a Primeira Modernidade destrinchava no Brasil e em Portugal no final do século XX. De antemão, João Fragoso e Antônio Carlos Jucá de Sampaio, em *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII,* indicam os novos caminhos que a pesquisa na área desbravou a partir da segunda década do século XXI.

António Manuel Hespanha, em seu texto *Direito Comum e direito colonial,* discute e analisa como o direito moderno, suas interpretações e aplicações interferiam no regime de poder no Império português. Nuno Gonçalo F. Monteiro desenvolve em *Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII,* análise pioneira sobre as origens e estratos sociais a que pertenciam os governadores coloniais. Rodrigo Bentes Monteiro no *Aparente e essencial. Sobre a representação do poder na Época Moderna, e*studa as formas de teatralização da nobreza no universo social do Antigo Regime.

1. NOBREZA E GOVERNO EM PORTUGAL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Entre o final do século XV e início do século XVI, Portugal se tornou um Império marítimo. Por meio da expansão desencadeada durante as chamadas Grandes Navegações, o pequeno reino ibérico conseguiu lançar seu domínio

sobre diferentes áreas do globo, abarcando a um só tempo África, Ásia, Europa e América (BOXER, 2002). Sendo Portugal pequeno territorialmente, com poucos recursos e com baixo índice populacional, manter a coesão no interior de um império tão disperso espacialmente foi uma preocupação constante no governo do Reino. Nesse sentido, Salgado (1985) observa que:

> (...) um dado crucial ao entendimento da atuação do Estado português é o fato de que esta não se manteve restrita ao espaço físico da península Ibérica. As conquistas ultramarinas fizeram o Estado lusitano estender seus braços às regiões que formavam o seu império colonial (SALGADO, 1985, p. 23).

Para manter o domínio e organizar as novas terras de acordo com os interesses e necessidades do Reino, e dos grupos dominantes residentes nas conquistas, a Coroa fez uso de diversos cargos que eram geridos por membros da elite do Império. Esses cargos permitiam o controle das regiões de conquista e, ao mesmo tempo, faziam com que os laços entre Portugal e suas áreas de domínio fossem perpetuados (RICUPERO, 2020, p. 13-14).

A sociedade portuguesa, semelhante a muitas outras da Europa no período da primeira modernidade, era uma sociedade de “casas”. Com a dinastia dos Bragança, ela se configurou em uma das mais estáveis da Europa, sendo que “(...) durante mais de um século, criaram-se ou extinguiram-se poucas casas” (MONTEIRO, 2001, p. 254). Nesse sentido, a primeira dimensão delas, no que concerne aos Grandes do Reino, traduzia-se nas obrigações impostas a todos que nelas nasciam. Os casamentos eram homogâmicos, com busca de pares em seu interior. Filhos e filhas secundogênitos, que não conseguiam matrimônio com membros similares, eram encaminhados ao clero. De todos, casados ou celibatários, se esperava que contribuíssem para o engrandecimento de suas famílias (MONTEIRO, 2001, p. 255-256).

Uma das formas de se contribuir para o aumento de influência da casa era por meio do exercício do governo nas conquistas, de modo particular nos cargos de vice-rei ou governador-geral. Apesar da existência do Conselho Ultramarino, que passou a vigorar a partir de 1640 com a Restauração, a seleção e a nomeação dos governadores coloniais seguiam vias diversificadas. Elas eram “(...) matéria da alta política, pois passava por demoradas conversações”, sendo a escolha dos governadores-gerais e vice-reis “(...) uma escolha próxima

e cautelosamente ponderada pelos monarcas" (MONTEIRO, 2001, p. 257). Os governadores das conquistas efetuavam o exercício de seu cargo seguindo uma "(...) lógica cavalheiresca, estruturando-se a partir de valores como honra e serviço" (ROMEIRO, 2013, p. 199). Este era exercido, em geral, por membros da nobreza titulada do Reino.

Entre os séculos XVI ao XVII, a proeminência no envio de nobreza de primeira grandeza para áreas do Império coube as *Índias*. O Brasil ganhou destaque a partir de 1612 "(...) quando já se tinha estabelecido, com alguma consistência, a administração portuguesa" (CONSENTINO, 2011. p. 69). Com o crescimento econômico e demográfico no século XVII, veio o primeiro vice-rei para as terras tropicais, o conde de Óbidos. A partir do início do século XVIII, esse título seria concedido as todos os indicados ao cargo de governador-geral do Brasil.

A conexão entre a monarquia portuguesa e suas possessões era dada pelo relacionamento estabelecido entre o monarca e seus súditos, através do "(...) sentimento de pertencimento dado pela economia do dom" na qual "os serviços prestados ao rei eram devidamente remunerados e assumiam a forma de concessão de terras e até ofícios régios" (FRAGOSO, 2012, p. 12). Essa "economia do dom" impelia nos súditos, que viviam em terras da conquista, a noção de pertencimento em um único Reino. Para dar coesão a esse sentimento, "(...) a administração periférica da Coroa, como a máquina política e administrativa gerada pelas mercês régias era também responsável pela articulação do império; nesse sentido é que temos os governos-gerais" (FRAGOSO, 2012, p. 13-14). O governo-geral servia então como elo de ligação entre a Coroa e os territórios de conquista. Os governadores "se julgavam como ministros de estado e eram tratados como tal" (COSENTINO, 2005, p. 143). Os governadores, desse modo,

> mais ainda que a alta magistratura, circulavam à escala de toda a monarquia e, na esmagadora maioria dos casos, não enraizavam regionalmente. Corporizavam no comando supremo de cada um dos territórios a intenção da monarquia de os dotar de uma cabeça que pairasse acima dos interesses locais (CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 242).

Os cargos de governador-geral, ou de governadores de capitanias, estavam entre os de maior prestígio no universo português do Antigo Regime.

De sua ação decorria boa parte da manutenção em terras distantes daquela sensação de pertencimento e de obediência à Coroa. Quando falhavam no exercício de seu cargo, revoltas populares, ou da elite local, podiam surgir (FIGUEIREDO, 2005, p. 25). O processo de escolha do governador era

> matéria por excelência da "alta política", passava por demoradas conversações e diretamente por consulta apresentada pelo secretario de Estado aos membros do Conselho de Estado, nos períodos [...] em que este se reunia [...] De fato eram diversos, no plano da qualidade de nascimento e das qualificações e experiências requeridas, os círculos onde se recrutavam os administradores das conquistas, em cujo topo se encontravam os governadores-gerais e vice-reis, quase sempre militares com qualificada nobreza e fidalguia, e objeto de uma escolha próxima e cautelosamente ponderada pelos monarcas (MONTEIRO, 2001, p. 257).

Uma característica da burocracia portuguesa, que chegou na América com a implantação das capitanias hereditárias e que o governo-geral aprofundou, dizia respeito aos cargos que compunham a administração do Estado do Brasil. Em um dos seus sermões, o padre Antônio Vieira fez referência à quantidade de cargos criados na administração das possessões portuguesas. Segundo Vieira, quando da constituição de uma capitania, era preciso mandar ministros reais, oficiais de justiça, fazenda, guerra, administradores, provedores, tesoureiros, almoxarifes, escrivães, contadores, guardas e demais ofícios e jurisdições (VIEIRA, 1943/1945, p. 410). Desses cargos, o de governador era o mais graduado, o de governador-geral ainda mais. O governador-geral "como representante do rei era o responsável em última instância pelo que chamaríamos de executivo e como judiciário" (RICUPERO, 2020, p. 148). Quando o governador se ausentava de uma capitania, entrava em ação um governo provisório ou interino. Este podia ser sob a designação de uma junta governativa, quando exercida por mais de uma pessoa, ou um substituto, com apenas um representante, em geral o bispo, ou militar de mais alta patente.

Na capitania da Bahia, sede do governo-geral da América portuguesa de 1549 até 1763, o exercício do governo interino foi efetuado por uma junta governativa desde seus primeiros tempos[3]. Nesse caso, alguns regimentos já

3 Os regimentos aqui utilizados, bem como alguns documentos do período colonial estão presentes na obra coordenada por Graça Salgado, *Fiscais e Meirinhos,* 2. ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

traziam o indicativo de constituição de uma junta. Assim,

> O regimento de Francisco Giraldes indicava que deveriam se reunir os que constituíam o governo interino, que eram 'o Bispo, o Provedor e o Ouvidor Geral [...] os Juízes Vereadores da cidade [...] o de Roque da Costa Barreto orientava reunir "as pessoas que nestes atos se acham ordinariamente (CONSENTINO, 2005, p. 154)

É importante salientar que, quando do estabelecimento do sistema de capitanias hereditárias, em 1530, o regimento transmitido aos capitães donatários já revelava em seu interior o processo para sua sucessão. A carta de grandes poderes dada ao capitão-mor Martim Afonso de Sousa, em seu artigo quarto diz: "nomear uma pessoa de sua confiança para capitão-mor e governador quando tiver de se ausentar das terras descobertas" (CARTA Martim Afonso de Souza, 1530)[4]. Quando comparamos o regimento de Martim Afonso de Sousa de 30 de novembro de 1530, com o primeiro regimento do governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, com data de 17 de dezembro de 1548, notamos no segundo a ausência de quaisquer itens que tenha a ver com a sucessão do governador[5].

Uma primeira informação sobre o processo de substituição do governador-geral só veio a ocorrer, e ainda assim de forma indireta, no documento dado a Francisco Giraldes em 8 de março de 1588, como este não chegou a assumir o cargo, tal regimento não foi implementado. Ainda assim, suas incumbências traziam em seu artigo 23, "decidir sobre os casos não previstos por este regimento, juntamente com o bispo, chanceler da Relação e com o provedor-mor da fazenda" (REGIMENTO de Francisco Giraldes, grifo nosso)[6].

Um dos casos não conjecturado nos dois regimentos até ali existentes era a alteração para uma junta governativa no caso de vacância do titular. Existindo uma prossecução a Coroa providenciava uma "via de sucessão", isto é, um documento em que se previa a composição de uma junta provisória,

Quando a origem for outra, caso dos documentos retirados do Projeto Resgate, estes serão indicados na citação.

4 SALGADO, 1985, p. 127.

5 Carta de grandes poderes ao capitão-mor Martim Afonso de Sousa e a quem ficasse em seu lugar, 20 de novembro de 1530 (SALGADO, 1985, p. 127). Regimento de Tomé de Sousa, 17 de dezembro de 1548 (SALGADO, 1985, p. 144-145).

6 SALGADO, 1985, p. 172,

quando da ausência do governador. O regimento de Francisco Giraldes representou uma mudança também pelo período em que foi confeccionado. De 1582 a 1640, Portugal e todos os seus domínios foram governados pela Monarquia Católica[7]. Ao se inserir no interior da geopolítica da maior potência da Europa no século XVI e XVII, o pequeno estado ibérico se viu engolfado pelas lutas e disputas que envolviam a Coroa castelhana com as monarquias da França e Inglaterra e dos Países Baixos.

O envolvimento de Portugal nas guerras europeias do século XVII, nas quais a Espanha estava envolvida, fez com que seu maior território de além-mar fosse invadido pelas forças holandesas a partir de 1620, primeiramente, na Bahia e, depois, ao longo de vinte a quatro anos, em Pernambuco. Outro ponto que a União Ibérica produziu foi que, no Reino e suas possessões, a burocracia e a legislação portuguesa se tornaram mais complexas e menos tolerantes para com estrangeiros[8]. Toda uma nova legislação foi definida. Foram promulgadas as Ordenações Filipinas, que amalgamavam as leis anteriores Manuelina e Afonsina. Com a União Ibérica, houve maior preocupação com a questão que envolvia a vacância do governador no cargo maior da América portuguesa. Com sua ausência e a intercorrência pela constituição de uma junta provisória, mantinha-se uma característica da legislação portuguesa do período baseada no "modelo corporativo de governo" (HESPANHA, 2012, p. 21).

A partir da legislação Filipina, com maior incremento das leis e alvarás relativos ao Brasil e sua administração, o tema sucessão do governo-geral se tornou cada vez mais presente nos documentos consultados. A legislação, e as práticas vinculadas à posse e ao exercício de poder pela junta provisória, seriam regulamentadas entre os séculos XVII e XVIII.

2. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DO MUNDO PORTUGUÊS DA PRIMEIRA MODERNIDADE

Um item a ser considerado quando se estuda a administração e o governo colonial tem a ver com a relação que estes elementos possuem com a legislação

7 Termo utilizado para designar a Espanha em muitos documentos até o ano de 1812.

8 De acordo com Stuart Schwartz até o ano de 1580 qualquer estrangeiro católico poderia vir para o Brasil (SCHWARTZ, 1988).

em vigor. É pelo regime jurídico em voga em um determinado território que se concebe sua forma de estado e de governo. No que tange à Portugal e seus domínios de além-mar, o corpo de leis que norteavam a sociedade do Antigo Regime Lusitano foi o fator a dar coesão no interior dessa sociedade, seja na Europa ou em territórios da conquista. Afinal, "(...) a ordem jurídica – escrita ou consuetudinária – é o ponto de partida para definir e fixar a estrutura administrativa" (SALGADO, 1985, p. 15).

A administração da América portuguesa emanava das leis e costumes oriundos de Portugal. As Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas (que agregava as duas últimas e dava coesão às leis de Portugal em consonância com as da Espanha) e as Leis Extravagantes "(...) regeram a vida dos direitos em Portugal, por igual tiveram tal destino no Brasil (AB'SABER *et al*, 2003, p. 56).

A legislação na Colônia se dividia em:

> cartas de lei e carta patentes, eram emanadas dos reis e das resoluções por eles assinadas. Continham disposições gerais de duração de um mínimo de uma no para mais. Já os alvarás e provisões reais tinha duração ânua. Regimentos, estatutos, pragmáticas concordatas e privilégios eram publicadas em texto de lei. Os regimentos regulavam serviços administrativos, devendo enquadra-se nas Ordenações. Estatutos regulavam corporações e estabelecimentos de ensino. Pragmáticas coibiam abusos nos costumes, como o luxo imoderado, a pompa fúnebre, etc (AB'SABER et al, 2003, p. 56).

A compreensão e interpretação de toda essa legislação ficavam a cargo dos ministros da Relação, desembargadores, advogados, juízes, procuradores e, também, pelos governadores. Com a vinda de Tomé de Souza, primeiro governador-geral para o Brasil, que governou de 1549 a 1553, o território colonial passou a subordinar-se cada vez mais aos interesses emanados da Coroa. Afinal, era o governador-geral "o delegado direto do rei na Colônia e, como tal, passava a subordinar legalmente todos os agentes coloniais" (SALGADO, 1985, p. 52). Desse modo, os poderes legais constituídos no Reino, e reprisados na Colônia, permitiam o funcionamento do governo, do judiciário, das câmaras, corpos militares, comércio, lavoura, vilas e cidades e tudo o mais que constituía a sociedade da América portuguesa.

No objeto que aqui se estuda, os governos provisórios, a legislação que

tratava desse assunto é o item que nos interessa. José Antônio Caldas nos informa que "O governo civil ou secular consiste na administração da justiça, arrecadação da Fazenda real e governo econômico do povo" (CALDAS, 2017, p. 38). As funções e poderes dos governadores estavam dispostas nos Regimentos que estes traziam para o Brasil. O primeiro foi o de Tomé de Souza em 1549, e o último o de Roque da Costa Barreto em 1677, o qual foi utilizado por todos os governadores-gerais, ou vice-reis, até a vinda da Família Real ao Brasil em 1808.

Os governadores deviam informar de modo detalhado sobre suas atividades, o funcionamento do governo, as questões pertinentes à Câmara, sociedade e aos funcionários régios existentes em sua área de comando. Problemas, adversidades e as soluções encontradas foram tema recorrente para os governadores da Bahia (SÁ, 2021). Portanto, as juntas governativas foram frequentes ao ao longo dos séculos XVII e XVIII. Neste último período, que constituiu o apogeu da colônia, em um processo que o historiador Francisco Falcon conceituou como de "dupla mutação" com "expansão do território da Colônia […] e a mutação demográfica e econômica" (FALCON, 2017, p. 65) a Coroa instituiu a forma definitiva para a vigência do governo provisório até a chegada da Corte em 1808.

Do século XVI até o ano de 1763, quando da transferência da capital para o Rio de Janeiro, Salvador contou com nove juntas governativas, item a ser mais trabalhado adiante quando da análise do quadro 2. Ao longo desse período, estabeleceram-se pessoas com diferentes funções para exercer o poder nas juntas. O governo provisório era instalado sempre que houvesse vacância do governador. Esse fato ocorria devido a "quatro motivos: morte; conflitos ou embates políticos que geravam expulsão do governador; ausência temporária do titular; e transferência para o reino ou para o governo de outro território" (BEZERRA, 2018, p. 38).

É importante observar que o governo provisório, na capitania da Bahia, exercido por meio das juntas, esteve presente em todo o período colonial. Para estabelecer como se daria a continuação do governo eram promulgadas pelo rei as chamadas "vias de sucessão". A história da capitania da Bahia entre 1549 a 1763 foi pontuada pela atuação de diversas juntas para o governo interino. A capitania foi o local do império português com mais ocorrências de governos

provisórios (BEZERRA, 2018, p. 4).

3. OS GOVERNOS PROVISÓRIOS NA CAPITANIA DA BAHIA

O primeiro governo provisório da Bahia aconteceu em 1572. Nesse ano, "(...) morto Mem de Sá, enquanto aguardava-se o quarto governador-geral, que seria dom Luiz de Vasconcellos, o ouvidor Fernão da Silva respondeu pelo governo" (TAVARES, 2001, p. 111). Em 1581, era erguido o segundo governo provisório na capitania. Como ainda não existiam vias de sucessão para a Bahia, que somente chegariam com o governador Manuel Telles Barreto no ano de 1583, o cargo ficou sobre o comando da Câmara e do ouvidor-geral, seguindo indicação de Lourenço da Veiga, governador que veio a falecer, e por aprovação da nobreza da terra e do povo (PITTA, 1878, p. 130)[9]. Para melhor compreender esse segundo governo provisório, é preciso atentar para seu contexto.

Em 1570, foi designado como governador Luís Fernandes de Vasconcelos. Este, porém, morreu antes de assumir o cargo. Com a vacância, e objetivando melhorar a defesa do território contra piratas franceses e ingleses, a Coroa decidiu pela divisão do Brasil em dois governos: um no norte, com sede em Salvador, outro no sul, com sede no Rio de Janeiro. Essa divisão durou de 1572 até 1577, quando a Coroa decidiu reunificar o governo da América portuguesa sob a égide da Bahia, com o governador Lourenço da Veiga. Ele governou de 1577 até sua morte, ocorrida em 1581.

Com o falecimento de Lourenço da Veiga, o governo foi exercido pela Câmara de Salvador, de acordo com a designação feita por ele antes de falecer. No entanto, o ouvidor-geral Cosme Rangel de Macêdo, deu um golpe e usurpou o poder, dividindo-o com o bispo desta cidade, Antônio Barreiros. Esse arranjo ocorreu de 17 de junho de 1581 a 11 de julho de 1583, nessa data, eles foram substituídos pelo governador Manuel Teles Barreto (SALGADO, 1985, p. 416-417). Encerrou-se assim um dos primeiros golpes contra um governo constituído legalmente em território brasileiro.

A legislação sobre sucessão governamental foi tema de vários

9 Sebastião da rocha Pitta indica o ano de 1583 como o de posse do governo provisório que substituiu Lourenço da Veiga. O correto, no entanto, é o ano de 1581.

documentos. Uma das fontes a indicar a sucessão do governador por uma junta está alocado no Arquivo Histórico Ultramarino, consistindo na *Coleção Luísa da Fonseca*. Ali encontra-se a carta de assento da junta de governo provisório que substituiu o governador-geral Afonso de Castro Furtado do Rio de Mendonça, visconde de Barbacena. Nesta informa-se que

> (...) em os seis dias do mês de dezembro de um mil seiscentos e sessenta e cinco nesta Cidade do Salvador na Bahia de Todos os Santos nos paços de Sua Alteza [..] no corpo de governo em que o Escrivão sucedido na forma do assento […] Agostinho de Azevedo Monteiro, chanceler da Relação deste Estado, Mestre de campo Álvaro de Azevedo, Antônio Guedes de Brito senador mais velho do Senado da Câmara desta Cidade (AHU ACC CU 005, Cx. 23, Doc 2682, 9 de março de 1676).

Nota-se, nesse documento, que a junta provisória foi composta pelo chanceler da Relação e pelo senador (vereador) mais antigo da Câmara de Salvador. Essa composição não foi a mais comum. No que tange à capitania da Bahia, o mais comezinho foi o chanceler, o militar mais antigo e o bispo. Foi somente em 1743, com o alvará instituído pelo rei D. João V, que se indicou os modos de proceder para escolha da junta baiana. Este dispositivo apenas validava aquilo que já era seguido na Bahia desde o século XVII por meio das vias de sucessão, como depreende-se do documento a seguir:

> Eu El Rei faço saber A todos os governadores e capitães mores das capitanias do Estado do Brasil, capitães das praças, Relação e chanceler da Cidade da Bahia, ministros de justiça, oficiais das Câmaras, pessoas da governança das cidades e vilas, Provedor-mor da fazenda, do dito Estado, alcaides-mores, escrivães das feitorias, juízes, escrivães da alfândegas, capitães das naus e navios que vão para vir com carga para estes reinos, fidalgos, cavalheiros, gentes de armas, que nas ditas partes tenho, cateados[10] e quaisquer oficiais, pessoas de qualquer qualidade, estado, condição que sejam, que esta minha primeira previsão de primeira sucessão virem, que pela muita confiança de que tenho do arcebispo da mesma Cidade, o chanceler da Relação e o Mestre de Campo mais antigo da mesma de que das cousas que os encarregar me saberão muito bem servir e me darão de si aquela boa conta que deles espero. Hei por bem e mando que sucedendo vagar o governo do Estado do Brasil, por ausência ou demissão do conde das Galvêias, André de Melo de Castro, que ora é vice-rei, e capitão general do dito Estado, ou por qualquer outro modo vaga entrem no dito governo os sobreditos para o que hei por levantada a homenagem que

10 Responsável pela busca de minérios.

> do dito governo me deu o dito conde notificá-lo assim, e vos mando a todos em geral e a cada um em particular que recebais por meus governadores-gerais dessas partes e os sobreditos, e lhe obedeçais e cumprais os seus mandatos inteiramente assim como a meus governadores são obrigados a fazer e eles usarão de todo o poder jurisdição e alçada que ao dito conde tinha concedido sem a isso pores dúvida ou embargo algum, por que assim o hei por meu serviço. Em caso que esta sucessão se abra na Cidade da Bahia estando os sobreditos ausentes hei por bem e mando que se lhes leve logo recado com toda a diligência a qualquer parte em que estiverem por mais remota que seja, sem embargo de quaisquer leis, regimentos usos e costumes que em contrário aja e logo que os sobreditos receberem o recado de sua sucessão no dito governo poderão usar dela no mesmo poder, jurisdição e alçada que eu tinha dado ao dito conde, e tanto que vierem aos sobreditos a pessoa, ou pessoas que por qualquer maneira estiverem no governo lhes entregará logo, e quero, me apraz, que este meu alvará valha tenha força e vigor e se cumpra inteiramente como se fosse carta começada em meu nome, passada em minha chancelaria e selada do meu selo pendente sem embargo da Ordenação Livro 2º Título 4º que diz que as cousas cuja efeito houverem de durar mais de um ano passem por cartas, e passando por alvarás não valem nem se guardem. (AHU ACC CU 005, Cx. 77, Doc 6403, 17 de setembro de 1743)[11].

O alvará acima norteou e orientou o revezamento do governador. Ele alterou as antigas vias de sucessão e estabeleceu uma normativa para o processo que seria seguido na América portuguesa, quando da ausência do governador-geral, ou demais governadores das outras capitanias. Por ele se unificava a maneira como a sucessão deveria acontecer. Tal era a necessidade disso que, no interior do texto, o documento também informa que, na ausência dos responsáveis pelo governo provisórios sejam estes procurados onde quer que estivessem para assumir o seu lugar de comando.

Comparemos, no quadro a seguir, a junta de 1581, a carta de assento do governo provisório de 1676 e o alvará de 1743.

11 No caso dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, para a Bahia estes se dividem em três lotes: Avulsos (1604 - 1828), Luísa da Fonseca (1599 – 1700) e Eduardo de Castro e Almeida (1613 – 1807). No presente artigo além da indicação básica da fonte será indicado em nota a qual dos lotes se refere a documentação. No caso do alvará de 1743 aqui transcrito este encontra-se nos AHU *Bahia Avulsos*.

Quadro 1 – Composição das juntas e seus integrantes.

	Primeira junta da Bahia 1581	Carta de Assento de 1676	Alvará de 1743
Junta governativa	Bispo Ouvidor geral.	Chanceler da Relação Mestre de Campo mais antigo, Senador da Câmara.	Arcebispo Mestre de Campo mais antigo Chanceler da Relação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Observa-se no quadro comparativo que a presença do bispo consta nos anos 1581 e 1743. No caso da constituição da primeira junta em 1581, como já analisado, o comando foi usurpado pelo ouvidor-geral Cosme Rangel de Macedo, que tomou o poder da Câmara e o dividiu com dom Antônio Barreiros, bispo da época.

No que tange ao ano de 1676, ele foi substituído pelo senador mais antigo. Um membro da justiça, ouvidor ou chanceler, e o mestre de campo mais antigo, estiveram presentes desde a primeira constituição da junta. Nesse caso, entende-se que, sendo a defesa uma das mais importantes funções do governador, algum militar de alta patente precisava fazer parte do grupo. Sobre a presença do representante do Tribunal de Relação da Bahia, órgão máximo da justiça na colônia, foi somente em 7 de março de 1609 que ele foi instituído, por isso, o chanceler apenas aparece a partir de 1676. Como a segunda maior função de governo no Antigo Regime era a justiça, a presença do ministro chefe da Relação tem sua justificativa nas juntas criadas a partir de 1609.

No que concerne à ausência do bispo em 1676, uma hipótese aqui indicada é a elevação de Salvador a arcebispado. O bispo nomeado para o cargo, Dom Gaspar Barata de Mendonça não tinha tomado posse, estando na cidade de Miranda em Portugal[12].

O documento de 1743, se destaca em relação aos outros por ser dirigido a diversos grupos e indivíduos, inclusive a todos os governadores das demais capitanias que constituíam o Estado do Brasil. O aparato administrativo que compunha o governo português na América foi aí indicado. Outrossim, o alvará esclarece que competia ao governo provisório, nas três pessoas que o

12 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquidiocese_de_S%C3%A3o_Salvador_da_Bahia. Acesso em 18 set. 2020.

representavam, que “eles usarão de todo o poder jurisdição e alçada que ao dito conde tinha concedido sem a isso pores dúvida ou embargo algum” (AHU ACC CU 005, Cx. 77, Doc 6403, 17 de setembro de 1743).

Interessante observar que, quase duzentos e cinquenta anos depois da conquista do território e quase duzentos da instituição do governo-geral, era ainda necessário ao rei informar aos súditos da América que os representantes régios tinham poder e jurisdição sobre os demais membros da sociedade colonial. O uso dessa referência se devia ao regime jurídico dominante em Portugal na primeira Modernidade caracterizado pelas leis fundamentais, estas,

> tiveram no período do Antigo Regime uma função de dar nova qualidade jurídica à relação entre soberanos e estamentos sociais. Como a sociedade medieval dos séculos XVI a XVIII era marcada por relações reguladas nos costumes a literatura jurídica da época nos demonstra que também se buscou limitar o poder do soberano através do estabelecimento de pactos contratuais com os estamentos por meio de leis escritas (PEREIRA, 2018, p. 253).

Tendo como base a legislação e os governos provisórios instituídos no período em que a capitania da Bahia foi a sede do vice-reino da América portuguesa, formulou-se o quadro abaixo:

Quadro 2 – Governos provisórios na Bahia 1580 – 1766

SÉCULO	Ano	Junta/Governo interino
XVI	1581-1583	**Junta** Cosme Rangel de Macedo (ouvidor-geral) Dom Antônio Barreiros (bispo)
	1587 – 1591	**Junta** Cristóvão de Barros (provedor-mor) Dom Antônio Barreiros (bispo)
XVII	1641 - 1642	**Junta** Dom Pedro da Silva de São Paio Mestre de campo Luís Barbalho Bezerra Provedor-mor da Fazenda Lourenço de Brito Correia
	1675 – 1678	**Junta** Mestre de campo Álvaro de Azevedo Chanceler Agostinho de Azevedo Monteiro (substituído devido a falecimento por Cristóvão de Burgos Contreiras) Juiz ordinário Antônio Guedes de Brito
	1688 – 1690	**Governo interino** Dom frei Manuel da Ressurreição

		Chanceler Manuel Carneiro de Sá
XVIII	1720	**Governo interino** Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide Mestre de campo João de Araújo e Azevedo Chanceler Caetano de Brito de Figueiredo
	1754-1755	**Junta** D. José Botelho de Matos - arcebispo Chanceler Manuel Antônio da Cunha Souto Maior Coronel Lourenço Monteiro
	1760 - 1761	**Junta** Chanceler Tomás Rubi de Barros Barreto
	1761 - 1766	**Governo Interino** Chanceler José Carvalho de Andrade Coronel Gonçalo Xavier Barros e Alvim Arcebispo D. Fr. Antônio de Santa Inês

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: SALGADO, 1985; VILHENA, 1969.

O modelo que seria consagrado no século XVIII por meio do alvará de D. João V (chanceler da Relação, bispo e militar de mais alta patente e antiguidade) teve seu primeiro exercício entre os anos de 1675 a 1678. Antes dessa época, a figura que mais esteve presente foi a do bispo, e depois arcebispo, de Salvador. Em alguns momentos, mesmo depois do alvará, este exerceu o controle do governo provisório sozinho, caso do período de 1688 a 1690.

O mestre de campo foi a função que veio em seguida. Ouvidor-geral e provedor-geral vinham logo atrás. Como se indicou mais atrás, a presença do chanceler da Relação foi sendo incorporada à junta no último quartel do século XVII, após a Restauração[13] e se consolidou ao longo do século seguinte.

O documento elaborado no reinado de D. João V seria utilizado quando da sucessão para o vice-rei do Brasil em 1754. Em um ofício datado de 24 de fevereiro daquele ano, conta o chanceler da Relação da Bahia, Manuel Antônio da Cunha Sottomaior, que, tendo estado de posse da via de sucessão que "sua Majestade foi servido mandar fazer" este remetia o documento,

> ao reitor do Colégio da Companhia desta Cidade, ao qual ordena o mesmo senhor que mande fazer uma caixa com três chaves, entregando uma ao arcebispo e outra a Vossa Mercê, ficando o mesmo reitor com a terceira, e que se conserve a dita caixa no mesmo Colégio, para casos semelhantes, e as chaves nos mesmos lugares […] e que a dita via de sucessão se abra no caso que faleça o conde Vice-rei ou no dia que ele partir para

13 "Nome dado pelos portugueses à independência do reino português diante da Espanha em 1640, depois de 60 anos de união das duas coroas" (HERMANN, 2000, p. 505).

> este Reino, sendo a dita abertura na presença de Vossa Mercê, chanceler e dito reitor, que assinarão o termo dela (AHU-ACL-CU-005, Cx. 8 Doc 1210, ofício de 24 de fevereiro de 1754).

Alguns pontos devem ser destacados do trecho acima. Em primeiro lugar, a divisão referente àqueles que seriam os responsáveis pela guarda do documento: chanceler, arcebispo e reitor. Nota-se que não consta a presença de um militar, sendo este um dos que estariam compondo o governo provisório. O fator a explicar isso deve-se ao lugar em que a caixa seria guardada, isto é, no Colégio da Companhia de Jesus. Interessante observar que alguns anos depois desse ofício seriam os jesuítas expulsos da Bahia pelo conde dos Arcos, sucessor de Autoguia no vice-reino do Brasil. Quanto a guarda da via de sucessão no Colégio, não se localizou outra fonte que faça referência se ela foi dali retirada após a expulsão dos padres da Companhia.

Um segundo ponto é sobre o uso da via de sucessão. Esta seria utilizada se houvesse falecimento do vice-rei ou sua partida para o Reino. Nos dois casos, a falta do governador seria suprida pela constituição de um governo provisório. Para validar tal ato, haveria a assinatura dos três responsáveis pela guarda das chaves.

Uma alteração que se pode notar a partir do alvará de 1743 foi que, pela primeira vez, desde a criação do governo-geral, o exercício do governo provisório foi feito por uma pessoa que não era membro da hierarquia da Igreja, caso do chanceler Tomás Rubi de Barros Barreto que governou sozinho entre 1760 a 1761. Este caso é explicado pela vacância do cargo de arcebispo de Salvador no ano de 1760. Quando da chegada do novo bispo em 1762, este assumiu o posto, conforme consta na documentação:

> com viagem muito feliz chegou ao Porto desta Cidade em vinte e oito do corrente pelas oito horas da noite o Ex. e Rev. Bispo de Angola, Arcebispo D. Fr. Antônio de Santa Ignez nomeado da Bahia e desembarcando a terra a mesma hora lhe fomos beijar a mão e saber da saúde, com que se acha ao presente no Convento de Santa Tereza onde se acha hospedado. Entendemos tomará posse do Governo deste Estado em observância da nomeação de S. M. Fidelíssima (AHU-ACL-CU-005, Cx 32, doc 5999 – Ofício de 30 de julho de 1762).

Analisando-se ainda o quadro 2, observa-se que a atuação do chanceler da Relação no universo de poder do Estado do Brasil foi um processo que se

iniciou com a instalação da primeira Relação da América portuguesa no início do século XVII. Já no regimento do cargo de chanceler de 7 de março de 1609 lê-se que este deveria "exercer, com o provedor-mor, o governo do Estado do Brasil na ausência do governador-geral, seguindo procuração passada para tal fim" (REGIMENTO, 7 de março de 1609).[14]

Nota-se aí a ausência da indicação do bispo de Salvador para compor a junta, situação incomum dado as inúmeras funções do bispo. Afinal, o episcopado "com bastante frequência executou função supletiva na administração civil, da qual inclusive […] podia ser considerada um dos braços" (SALGADO, 1985, p. 115). Sobre a função do chanceler ser o substituto do governador quando da ausência deste, explica-se tal fato por ser esse funcionário régio "o segundo mais alto funcionário da administração civil do Brasil, o que tinha reflexo em seu salário, assim como em seu poder e prestígio (SCHWARTZ, 2011, p. 71, grifo nosso).

Aspecto que merece destaque na análise do quadro 2 tem a ver com o período de duração das juntas governativas na capitania da Bahia. Em todas elas, com apenas duas exceções, o tempo máximo foi de 2 anos. Os períodos maiores ocorreram entre os anos de 1675 a 1678 e 1760 a 1766. No primeiro caso, três anos e, no segundo, o dobro deste período.

Em relação a junta provisória do século XVII a hipótese que aqui se levanta tem a ver com a posse de D. Pedro II como rei de Portugal e a demora dele em nomear outro governador-geral para o Brasil após a administração de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, visconde de Barbacena que durou de 1671 a 1678. Não à toa, o sucessor da junta governativa foi Roque da Costa Barreto, último governador-geral a trazer consigo um Regimento, o que demonstra a estabilidade que o cargo passou a desempenhar. O segundo caso, que vai de 1760 a 1766, foi aquele que coincidiu com a transferência do governo-geral para o Rio de Janeiro. Esse momento guardou inúmeras mudanças no regime de poder da América portuguesa, sendo uma das principais alterações que o período pombalino trouxe ao governo da Colônia[15].

14 SALGADO, 1985, p. 185.

15 Para melhor entendimento das discussões sobre esse período ver: SÁ, Charles Nascimento de. *Bahia pombalina: dilemas e ações de governo na capitania da Bahia no século XVIII.* São Paulo: Humanitas, 2021 e BEZERRA, Naira Maria Mota. *E se acham nomeados para o governo interino deste Estado... Governos provisórios da Bahia nos séculos XVII e XVIII.* Renato Franco Júnior, orientador. Niterói,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos governos provisórios na capitania da Bahia, de seu início até o ano de 1766, evidencia a maneira pela qual se constituiu o poder do Estado português sobre sua conquista na América e o modo pelo qual ele estabeleceu suas redes e conexões no território colonial. A articulação entre governadores, elites, sociedade colonial e a legislação lusitana foi o ponto a definir a estrutura de poder, a base pela qual se assentou a administração portuguesa e brasílica nesse período. Compreendemos, com o presente estudo, que a atuação de governos provisórios foi o modo pelo qual mantinha-se a ponte entre a Coroa e sua gente, quando da ausência dos governadores. Desse modo, vigorava, mesmo sem o representante direto do rei, a manutenção do aparato legal e burocrático que mantinha o Estado presente entre os vassalos, permitindo-se assim que estes se conservassem fiéis ao Império e ao rei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

AHU ACC CU 005, Cx. 23. **Doc 2682, 9 de março de 1676.** Carta de assento da junta de governo provisório que substituiu o governador-geral do Rio de Janeiro, Afonso de Castro Furtado de Mendonça. (Coleção Luiza da Fonseca).

AHU ACC CU 005, Cx. 77. **Doc 6403, 17 de setembro de 1743.** Alvará instituído pelo rei D. João V sobre sucessão do governo-geral. (Coleção Eduardo de Castro e Almeida).

AHU-ACL-CU-005, Cx. 8. **Doc 1210, ofício de 24 de fevereiro de 1754.** Ofício do chanceler da Relação da Bahia, Manuel Antônio da Cunha Sottomaior sobre a sucessão do governo. (Coleção Eduardo de Castro e Almeida).

AHU-ACL-CU-005, Cx 32. **Doc 5999 – Ofício de 30 de julho de 1762.** Ofício do chanceler Tomás Rubi de Barros Barreto sobre a posse do bispo de Salvador no governo interino.

AB'SABER, Aziz N (et al). **A época colonial. Administração, economia e**

2018. 130 f.

sociedade. V. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.

BEZERRA, Naira Maria Mota. **E se acham nomeados para o governo interino deste Estado... Governos provisórios da Bahia nos séculos XVII e XVIII.** Renato Franco Júnior, orientador. Niterói, 2018. 130 f.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Eduardo José Santos. **O Antigo Regime no Brasil colonial**: elites e poder na Bahia do século XVIII. São Paulo: Alameda, 2017.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil:** dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CALDAS, José Antônio. **Notícia Geral da Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente ano de 1759**. Salvador: Edufba, 2017

COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In. BICALHO, Maria F. B; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de governar**: **ideias e práticas políticas no império português.** São Paulo: Alameda, 2005.

COSENTINO, Francisco Carlos. Monarquia pluricontinental, o governo sinodal e os governadores-gerais do Estado do Brasil. In. GUEDES, Roberto. **Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados, séculos XVI – XIX.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In. MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. **Optimas Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime.** Lisboa: ICS, 2005 (Estudos e investigações 36). 191 – 253.

FALCON, Francisco José Calazans. **Estudos de teoria da história e historiografia: história luso-brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2017.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1989.

FIGUEIREDO, Luciano. ***Rebeliões no Brasil Colônia.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004.

FRAGOSO João. Introdução. In. FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Administração. In. VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

HERMANN, Jacqueline. Restauração. In. VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

HESPANHA, António M. Direito Comum e direito colonial. **Panóptica.** Vitória, ano 1, n. 3, nov. 2006, p. 95-116. Disponível em: http:www.panoptica.org. Acesso em: 20 abr 2020.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da formação administrativa do Brasil.** Rio de Janeiro: IHGB/Conselho Federal da Cultura, 1972

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In. FRAGOSO, João; BICALHO, M. F. Baptista; GOUVÊIA, Maria de F. Silva. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PEREIRA, F. H. L. C. da S. (2018). As leis fundamentais no Antigo Regime e a expressão de uma nova qualidade jurídica no Direito. *Passagens:* ***Revista Internacional De História Política E Cultura Jurídica,*** 10(2), 241-255. https://doi.org/10.15175/1984-2503-201810205. Disponível em https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45971 acesso em 21 maio 2021.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Salvador: Imprensa econômica, 1878.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil *(de 1530 a 1630)***. São Paulo: Almedina, 2020.

ROMEIRO, Adriana. Governadores-mercadores: considerações sobre o enriquecimento ilícito na América portuguesa. In. LUZ, Guilherme Amaral; ABREU, Jeam Luiz Neves; NASCIMENTO, Mara Regina do. **Ordem Crítica: a América portuguesa nas 'fronteiras' do século XVIII.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

SALGADO; Graça (coord.) **Fiscais e meirinhos, a administração no Brasil colonial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** 10.ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

VIEIRA, Antônio. **Sermões do padre Antônio Vieira**. São Paulo: Anchietana, 1943/45. V. 4.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.

Recebido em 21 de julho de 2022

Aprovado para publicação em 03 de março de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

AINHUM, A "DOENÇA DOS ESCRAVIZADOS": Um estudo sobre os relatos do médico José Francisco Silva Lima na *Gazeta Médica da Bahia* (1826-1907)

AINHUM, THE "DISEASE OF THE ENSLAVED": A study on the reports of the physician José Francisco Silva Lima in the *Gazeta Medica da Bahia* (1826-1907)

REGINA CARNEIRO DA SILVA [1]

BRENO ARSIOLI MOURA [2]

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os artigos do médico José Francisco Silva Lima (1826-1910) publicados no periódico *Gazeta Médica da Bahia* sobre a doença conhecida como "ainhum", que afetava predominantemente homens negros escravizados com cerca de 30 anos de idade. Ao longo de quatro décadas, Silva Lima apresentou vários casos dessa doença e discutiu possíveis causas, que ainda são desconhecidas nos dias de hoje. Utilizando uma abordagem diacrônica das fontes primárias do autor, o estudo pretende examinar como ele descreveu o ainhum e tentou diferenciá-lo de outras doenças identificadas na época. Até o momento, não existem na literatura estudos mais detalhados sobre esse aspecto da obra de Silva Lima.
Palavras-chave: Ainhum. Silva Lima. História da Medicina. Bahia. Escravizados.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the articles by physician José Francisco Silva Lima (1826-1910) published in the journal *Gazeta Medica da Bahia* on the disease known as "ainhum", which predominantly affected black enslaved men aged around 30 years. Over four decades, Silva Lima presented several cases of this disease and discussed possible causes, which are still unknown today. Using a diachronic approach to the author's primary sources, the study aims to examine how he described ainhum and tried to differentiate it from other diseases identified at the time. So far, there are no detailed studies in the literature about this aspect of Silva Lima's work.
Keywords: Ainhum. Silva Lima. History of Medicine. Bahia. Enslaved.

[1] Graduanda do curso de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do ABC (UFABC). *E-mail*: reg.carsilva@hotmail.com.

[2] Doutor em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), com ênfase em História das Ciências. Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC). *E-mail*: breno.moura@ufabc.edu.br.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, abordamos a doença conhecida como "ainhum" ou "dactilose espontânea" (RONDINA *et al*., 2015), que foi identificada no final do século XIX. Essa doença afeta predominantemente homens negros adultos e se destaca por causar a queda espontânea dos dedos dos pés, após um longo processo de autodecepagem (AINHUM, 2020). Foi um médico português chamado José Francisco Silva Lima (1826-1910) quem a descreveu pela primeira vez em 1867, em um artigo publicado no periódico brasileiro *Gazeta Médica da Bahia*.

No seu primeiro relato, Silva Lima abordou dois casos da doença e observou o longo e doloroso processo que ambos os pacientes enfrentaram até a queda dos dedos afetados. De acordo com o relato, um desses pacientes viveu com a condição por 10 anos. Aparentemente, a doença não tinha uma causa detectável e Silva Lima inicialmente sugeriu que ela poderia ser causada pelo fato de os escravizados andarem descalços. No entanto, ele percebeu posteriormente que a doença também afetava pessoas libertas. Outra possível causa que ele propôs foi a mutilação realizada pelos próprios enfermos para evitar o trabalho, mas Silva Lima considerou isso pouco provável, uma vez que os libertos tinham interesse em trabalhar e não havia explicação para a preferência por sempre o mesmo dedo (LIMA, 1867, p. 147). No entanto, neste primeiro artigo, foram usados diversos termos depreciativos em relação aos escravizados negros, cujos relatos foram considerados pouco confiáveis por Silva Lima.

Durante os anos seguintes, Silva Lima continuou a publicar informações sobre o ainhum, com novas observações e descrições das características da doença. No total, foram onze textos escritos pelo autor entre 1867 e 1907, todos publicados na *Gazeta Médica da Bahia*. Enquanto o primeiro texto, de 1867, trouxe a primeira descrição da doença, os textos subsequentes, em sua maioria, apresentaram relatos de outros casos, bem como traduções de textos de outros médicos sobre a moléstia (LIMA, 1879; 1880; 1884; 1884; 1887; 1891; 1892). Em 1884, Silva Lima apresentou um caso de cirurgia que ele classificou como excepcional, pois a região do estrangulamento estava localizada na base da

unha, e não na base do dedo. O Quadro 1 lista esses trabalhos de Silva Lima.

Quadro 1 - Textos de Silva Lima sobre o ainhum publicados na *Gazeta Médica da Bahia*.

Estudo sobre o – ainhum, - moléstia ainda não descripta peculiar à raça ethiopica e affectando os dedos mínimos dos pés	1867
Uma observação d'ainhum em Nossi-Bé	1879
Pathologia intertropical. A propósito do ainhum. Observações colhidas na Ilha dos Pinheiros (ao sul da Nova Caledonia).	1880
Notícia sobre o ainhum	1881
Contribuições para o estudo do ainhum	1884
Cirurgia - Um caso excepcional de ainhum	1884
Contribuições para o estudo do ainhum	1887
Revista da Imprensa Medica – Ainhum	1891
Um caso de ainhum observado em Africa	1892
Correspondencia - Carta do Dr. Silva Lima à Semaine Médicale, de Paris a propósito do "ainhum"	1894
Para a historia do Ainhum, pelo Dr. Silva Lima	1907

Fonte: Produção própria.

Além da descrição da doença, Silva Lima buscou diferenciar o ainhum de outras moléstias, especialmente dos diversos tipos de lepra. Até os dias atuais, o ainhum permanece sem uma descrição definitiva de sua causa, embora a evolução da doença e os sintomas estejam bem definidos na literatura médica. Após a descrição de Silva Lima, na segunda metade do século XIX, encontramos relatos publicados no Brasil entre 1984 e 2016 (BARRETO, 1984; JAMBEIRO *et al*., 1997; CESARINI *et al*., 2004; RONDINA *et al*., 2015; VILAÇA *et al*, 2016), em que os estudos de Silva Lima foram mencionados e novos casos foram descritos.

Na literatura internacional, há diversas outras referências (BROWNE, 1961, 1965; COLE, 1965; DACCARETT *et al*., 2002; BARG *et al*., 2021; SIDY *et*

al., 2022), as quais também descrevem novos casos. A moléstia já foi, inclusive, descrita como a "doença brasileira" (ANON., 1889). A citação constante e ainda presente aos trabalhos de Silva Lima ressaltam que seus artigos ainda são referências indispensáveis para os estudos sobre a doença, sendo, portanto, relevante analisá-los.

Apesar da extensa publicação de Silva Lima sobre o assunto e da recorrente citação de seus trabalhos, mesmo na literatura médica moderna, até o momento pouco se conhece sobre o que ele, de fato, escreveu. No presente artigo, apresentamos uma análise de seus artigos publicados na *Gazeta Médica da Bahia*. Nosso objetivo neste estudo é utilizar uma abordagem diacrônica de fontes primárias (KRAGH, 2001, p. 100) para compreender, de maneira detalhada e com base nos conceitos utilizados na época, quais foram as características do ainhum descritas por Silva Lima em seus próprios estudos ou nos de outros médicos. Além disso, buscamos analisar como Silva Lima buscou diferenciar essa doença de outras moléstias conhecidas, a fim de evitar diagnósticos errôneos.

Para tanto, inicialmente abordamos como Silva Lima se inseriu no contexto da medicina brasileira do século XIX. Em seguida, passamos à análise das fontes primárias desse autor, detalhando suas ideias e suas referências, tomando como pressupostos os conceitos que eram aceitos e defendidos em sua época. Nesse sentido, ressaltamos que o estudo focou nos escritos em si, apenas tangenciando seu contexto de produção e suas implicações para a medicina na época.[3] Por fim, ainda com base na análise de fontes primárias, apontamos como Silva Lima buscou demonstrar que o ainhum não poderia ser nenhuma das doenças conhecidas até o momento.

1. JOSÉ FRANCISCO SILVA LIMA: APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS

José Francisco Silva Lima[4] foi um médico luso-brasileiro que viveu em

[3] Entendemos que a repercussão dos trabalhos de Silva Lima ou mesmo a relação de seus escritos com o desenvolvimento da medicina brasileira na época fogem do objetivo original deste artigo, mas podem ser temas de estudos futuros.

[4] Não há, até os dias atuais, uma biografia completa de Silva Lima. Alguns aspectos de sua vida e obra são abordados em Moniz (1910), Pereira (1910) e "José Francisco da Silva Lima" (2022).

Salvador entre os séculos XIX e XX. Silva Lima nasceu em Vilarinho, Portugal, em 15 de janeiro de 1826, e veio para o Brasil aos catorze anos, em 1840. Pouco mais de uma década depois, tornou-se doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia, atualmente parte da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sua tese, intitulada *Dissertação philosophica e critica a cerca da força medicatriz da natureza*, provocou diversos debates acerca da terapêutica da época. Seus contemporâneos tinham opiniões divergentes sobre a dosagem e o uso de medicamentos para tratar as enfermidades que Silva Lima considerou nesse seu primeiro trabalho científico (MONIZ, 1910, p. 362). Tendo passado a maior parte de sua vida no Brasil – foi naturalizado em 1862 –, Silva Lima ganhou destaque principalmente por seus trabalhos sobre a beribéri[5] e o ainhum. Realizou diversas viagens à Europa durante sua vida, onde aprimorou suas técnicas para aplicar no ensino e na prática da medicina no Brasil.

Silva Lima produziu uma vasta obra que englobou diversas áreas da saúde. De acordo com Pereira (1910, p. 347), ele realizou estudos de grande valor científico e social, abrangendo desde enfermidades dermatológicas até patologias do útero. O médico trabalhou ao lado de Otto Wucherer (1820-1874) e John Paterson (1820-1882), dois importantes médicos no cenário da época (Amaral, 1910, p. 354), e juntos fundaram a *Gazeta Médica da Bahia* e a Escola Tropicalista Baiana[6] (SILVA LIMA, 2022). Além disso, Silva Lima foi presidente do Conselho Sanitário Estadual desde sua criação em 1901 até 1907, quando se afastou por questões de saúde (PEREIRA, 1910, p. 352). Também presidiu o 3º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, ocorrido na Bahia em 1890, e foi Presidente de Honra da Sociedade de Medicina da Bahia. Silva Lima não chegou a lecionar na Faculdade de Medicina, mas deu aulas práticas não oficiais no Hospital da Caridade (PEREIRA, 1910, p. 337).

O médico faleceu em 1910, em virtude de uma arteriosclerose (PEREIRA, 1910, p. 352). A edição da *Gazeta Médica da Bahia,* publicada após sua morte, foi dedicada inteira a ele, com publicação de cartas que o médico havia trocado

[5] Beribéri é o nome dado às alterações clínicas provocadas pela deficiência de tiamina, isto é, de vitamina B1 (BERIBÉRI, 2022). A tiamina é uma vitamina hidrossolúvel, essencial na formação da tiamina pirofosfato, coenzima do metabolismo dos carboidratos. Silva Lima possui diversos textos e um livro (LIMA, 1872) estudando diversos casos e explorando os sintomas da doença que podiam levar à morte.

[6] Para mais detalhes sobre a história da medicina no Brasil, o leitor pode consultar Barros (1997), Calaça (2005), Edler (2002) e Teixeira *et al.* (2018).

com outros do ramo, elogios históricos e homenagens escritas por seus colegas de trabalho, muitos destes também seus antigos alunos (MONIZ, 1910; PEREIRA, 1910; AMARAL, 1910).

2. AS PRIMEIRAS DESCRIÇÕES SOBRE O AINHUM[7]

Silva Lima teve contato com o ainhum no início da década de 1850 e, até a sua primeira publicação sobre a doença na década seguinte, ele estudou individualmente cerca de catorze casos, além dos que foram relatados por seus colegas médicos. O primeiro texto acerca da moléstia foi publicado em 1867, dividido em duas partes e impresso nos volumes 13 e 15 da *Gazeta Médica da Bahia*. No texto intitulado *Estudo sobre o – 'ainhum,' – moléstia ainda não descripta peculiar à raça ethiopica e affectando os dedos mínimos dos pés*, o autor discutiu algumas características da doença, entre elas, o fato de aparentemente ser particular às pessoas pretas, especialmente as africanas. O artigo foi essencialmente descritivo, buscando listar as principais características do ainhum.

A denominação "ainhum", conforme apresentada pelo médico, teve sua origem nos pretos nagôs, africanos originários da Costa da Mina, região que atualmente abrange Gana, Togo, Benim e Nigéria. Traduzida literalmente como "frieira", Silva Lima afirmou que a palavra em português não servia para descrever o que seria a doença de fato. Segundo ele, os nagôs explicaram que o ainhum seria o equivalente a "serrar", informação que o médico julgou ser adequada e que o fez manter o termo utilizado por eles.[8]

O ainhum foi descrito como uma doença degenerativa, mas não grave, que afetava somente o indivíduo por ela acometido. Muitos dos casos não eram levados aos hospitais, pois os enfermos recorriam à remoção do órgão afetado – quase sempre o dedo mínimo do pé – por conhecidos, e alguns enfermos até

[7] A fim de facilitar a leitura, modernizamos o português das citações dos trabalhos de Silva Lima e de outros autores do período.

[8] Quando o "Sr. Dr. Collas", médico da marinha francesa, publicou em 1868 um texto sobre o ainhum, dizendo que o termo seria "bárbaro", Silva Lima rebateu afirmando que "o nome ainhum é bárbaro como o é na língua a que pertence; mas tem a seu favor, além da feição de nacionalidade, a vantagem de designar uma moléstia definida" (LIMA, 1884, p. 473).

mesmo realizavam o procedimento sozinhos. Para ilustrar a frequência da doença na época, Silva Lima escreveu: "(...) quem se der ao trabalho de reparar nos pés dos pretos africanos nos lugares públicos onde eles se reúnem, encontrará alguns a quem faltam um ou ambos os dedos mínimos dos pés". Ele definiu o ainhum como uma "degeneração gordurosa lenta e progressiva dos dedos mínimos dos pés, compreendendo quase todos os seus elementos anatômicos, em toda a extensão daqueles órgãos para além da dobra dígito-plantar" (LIMA, 1867, p. 146-147). Até a data de publicação do texto, Silva Lima não havia se deparado com nenhum caso que afetasse outro dedo além do mínimo ou as mãos. De acordo com suas observações, o grupo mais predisposto à doença eram os homens negros, na faixa dos 30 anos.

Uma das hipóteses sugeridas para a origem da doença foi o fato de as pessoas negras escravizadas andarem descalças, a partir da ideia de que o atrito entre o pé e o chão causaria as feridas. Porém, Silva Lima afirmou ter encontrado casos em pessoas pretas livres que andavam calçadas. Outra sugestão para a causa, que Silva Lima classificou como menos sustentável ainda, era a de que os negros machucavam os dedos de propósito para se livrar do trabalho. Contrapondo-se a essa sugestão, o médico tomou mais uma vez os libertos como exemplo, pois a esses o trabalho era interessante, não havendo razão para a mutilação. Nem as condições de vida, o trabalho realizado, ou a influência de parasitas pareciam ser a razão da doença, levando-o a concluir que suas causas eram ainda um mistério. Nota-se, assim, que Silva Lima pareceu ter esgotado seu repertório acerca das causas das doenças conhecidas na época, resultando nessa conclusão.

De acordo com Silva Lima, a doença começava como uma pequena ferida semicircular, na parte inferior e interna do dedo, coincidindo com sua dobra com o corpo do pé. Nesse estágio, não havia ulcerações e nem dor, além de nenhum indicativo de inflamação. Gradativamente, o quinto dedo se afastava do quarto, na altura da raiz, enquanto a extremidade superior desse quinto dedo aproximava-se do dedo vizinho, de modo que a ponta do dedo formava um ângulo agudo com sua base. Conforme a doença avançava, o dedo aumentava de volume, ao mesmo tempo em que a ferida, antes semicircular, se estendia até a parte superior externa do pé e se tornava grossa, quase impossibilitando a

visão da pele que ainda sustentava o dedo no pé. Quando isso ocorria, o dedo passava a ter de duas a três vezes o tamanho inicial. À medida que inchava, o osso nessa extremidade se desfazia. Após cerca de dez anos do início da doença, o dedo sofria uma amputação espontânea.

Silva Lima discutiu detalhadamente dois casos nesse primeiro artigo de 1867. Sobre um, relatou que havia sido convidado pelo colega chamado Paterson, em 30 de novembro de 1863, para visitar um doente em quem Paterson realizaria a amputação do dedo. O paciente era um homem negro de aproximadamente 30 anos, aparentemente saudável, que disse aos médicos que há mais de um ano sentia dores no dedo, como se um "(...) verme lhe estivesse a roer o osso" (LIMA, 1867, p. 148). O órgão já estava com o volume muito maior que o normal e a ferida entre esse e a base possuía uma ulceração profunda, marcando visivelmente onde o osso do dedo se rompia. A operação foi realizada por Paterson, e considerada simples, embora notavelmente dolorida.[9] Os médicos encontraram na ferida um pequeno fragmento de osso, removido com a ajuda de uma pinça, mas exceto por isso, não encontraram mais vestígios de ossos na raiz do dedo.

O segundo caso foi o de Joaquim, um escravo africano marinheiro que, na data em questão, estava fora do serviço há meses. Também era considerado saudável. Havia cerca de dez anos, o homem começou a sentir dores no dedo mínimo do pé direito, à medida que uma ferida semicircular se formava pouco a pouco na região entre o dedo e o corpo do pé. A ferida ulcerou-se e aprofundou-se, às vezes soltando um líquido purulento. Silva Lima informou que esse mesmo homem já havia consultado consigo havia dois anos, mas, uma vez que o primeiro osso do dedo ainda se encontrava inteiro, não realizaram a amputação. Havia três anos, a doença havia afetado também o quinto dedo do pé esquerdo, da mesma maneira que o direito (Figura 1).

[9] Silva Lima escreveu em seu texto que a ferramenta usada pelo colega foi uma "pequena tesoura de algibeira". Algibeira significa pequeno bolso presente em peças de roupa. Em seguida, o autor informou que "o doente deu mostras de grande sensibilidade, agitando-se e gritando no momento da secção, mais do que se poderia esperar de tão insignificante operação" (LIMA, 1867, p. 148).

Figura 1 – Ilustração da doença no trabalho de Silva Lima para a *Gazeta Médica da Bahia*.



Fonte: Lima (1867, p. 149).

Conforme o relato, Silva Lima realizou em Joaquim o mesmo procedimento do caso anterior. Houve maior sangramento e a ferida necessitou ser cauterizada com nitrato de prata, material utilizado até os dias atuais para a mesma função. Nas palavras dele:

> A operação consistiu em ajustar bem exatamente os gumes de uma tesoura ordinária e pequena de estojo de algibeira ao fundo do sulco, e dividir bruscamente, e de um só golpe os tênues tecidos interpostos, o que causou uma dor viva. Caiu o dedo, e uma artéria jorrou longe o sangue; a compressão da ferida com o meu dedo, e aspersões de água fria deram fim à pequena hemorragia; apesar disso, e por cautela, cauterizei a superfície traumática com nitrato de prata, e com o que o paciente sentiu dor tão viva que largou-se a correr pela sala aos gritos. (LIMA, 1867, p. 149)

Ainda sem saber como caracterizar exatamente o ainhum, mas atestando

a originalidade de seus relatos, Silva Lima escreveu:

> Esta é que é a maior dificuldade da questão. Dizer o que uma moléstia não é, custa menos, de certo, do que dizer o que ela seja. [...] julgo-me justificado, ao menos até que novos ou melhores estudos, e trabalhos mais completos mostrem o contrário, em considerá-la como uma moléstia, senão inteiramente nova para os práticos brasileiros, pelo menos nunca antes descrita, e a qual outros mais autorizados do que eu, darão no quadro nosológico o lugar que por ventura lhe possa competir (LIMA, 1867, p.176).

Como consequência do desconhecimento acerca da doença, Silva Lima não estabeleceu um tratamento definitivo, considerando que a amputação não seria, de fato, um recurso terapêutico. A verdadeira cura seria evitar a mutilação. No primeiro caso encontrado, Silva Lima realizou escarificações profundas e perpendiculares ao sulco, mas não registrou os resultados. Ele acreditava que uma das soluções seria realizar incisões perpendiculares ao sulco inicial, como fez no primeiro caso que teve contato. Ainda assim, isso serviria apenas como paliativo. Pomadas e unguentos eram empregados nos casos que o sulco causava feridas, mas isso não evitava a perda do dedo. Silva Lima concluiu o texto apontando que o ainhum era uma doença mais curiosa do que importante, mas que nem por isso não deveria receber atenção da comunidade médica brasileira. Ele expressou o desejo de que este trabalho não fosse visto como "inútil" (LIMA, 1867, p. 177) pelos colegas, e que pudesse provocar mais investigações acerca do ainhum.

Dessa maneira, notamos que nesse primeiro estudo, Silva Lima buscou, primeiramente, destacar que o ainhum era uma doença ainda não identificada anteriormente. Assim como em muitos casos de descobertas científicas (MARTINS, 1986), o médico luso-brasileiro não se preocupou, neste primeiro momento, em atestar definitivamente a causa da doença, mas definir suas principais propriedades e o público afetado. Ressalta-se também que a descoberta e a descrição do ainhum não foram resultado do acaso, mas de uma série de observações realizadas anteriormente, que culminaram em uma descrição mais definitiva, feita finalmente no texto de 1867.

3. ESTUDOS POSTERIORES DE SILVA LIMA SOBRE O AINHUM

Todos os artigos de Silva Lima posteriores ao seu primeiro trabalho foram publicados com o intuito de atualizar o leitor da *Gazeta Médica da Bahia* acerca dos recentes estudos sobre o ainhum. Neles, pode-se notar, por exemplo, que passaram a surgir relatos de pessoas afetadas pela doença além do grupo que Silva Lima descreveu. Algumas descrições de outros médicos citadas por ele ajudam a compreender como os relatos iam moldando o quadro da doença. O trecho a seguir foi retirado das reflexões de um médico pertencente à marinha francesa, Pierre Jean Marcellin Brassac (1831-1903), a respeito de um caso relatado por um colega, F. Guyot (?-?), em uma criança indígena de 2 anos, residente na Ilha dos Pinheiros, localizada ao sul da Nova Caledônia.

> Que se há de dizer a respeito da questão de raça? Tendo encontrado o ainhum exclusivamente nos africanos, ou nos seus descendentes, entenderam os médicos brasileiros fazer de semelhante fato um dos caracteres essenciais da moléstia; muda, porém, a natureza dela só por que algures foi vista em um indiano, cafre, madagascareno, ou neo-caledonio? (BRASSAC, 1879 *apud* LIMA, 1880, p. 257)

Comentando sobre o relato de Brassac, Silva Lima escreveu em uma nota de rodapé:

> Que o ainhum não é exclusivamente encontrado em homens é certo; na Bahia foram observados alguns casos em pretas africanas e crioulas, mas estes são ainda mais raros do que os de ainhum no 4º dedo do pé. Entretanto, a população preta feminina é provavelmente igual em número à masculina, se tomarmos englobadamente africanos e crioulos. Não se conhece, porém, até hoje no Brasil um só caso de ainhum em crianças ou adolescentes. (LIMA, 1880, p. 258)

Assim, os acometidos pela doença foram aumentando: além de mulheres (LIMA, 1880), o ainhum foi encontrado por outros médicos em crianças (LIMA, 1880; 1884; 1887) e idosos (LIMA, 1891), e nesses casos não foram observadas diferenças no avanço da doença em comparação àqueles descritos inicialmente por Silva Lima. O ainhum também foi encontrado no primeiro, terceiro e quarto dedo do pé (LIMA, 1887; 1880; 1884), além de um único caso, tratado por Silva Lima no Hospital da Caridade da Bahia, onde o osso do dedo acometido pela ferida não era o primeiro, como esperado, mas o segundo, ao nível da raiz da

unha (LIMA, 1884). Muitos dos casos que Silva Lima relatou para os leitores da *Gazeta Médica da Bahia* nesses artigos posteriores não ocorreram no Brasil; a maior parte das menções são de episódios na França ou relatados por médicos franceses, mas também existem descrições do ainhum em Montreal (LIMA, 1887), Londres (LIMA, 1891) e na Nova Caledônia (LIMA, 1880), sem nenhuma particularidade diferente das primeiras descrições feitas pelo luso-brasileiro.

Sendo assim, é perceptível que o estado das pesquisas sobre as causas do ainhum não avançou significativamente nos anos seguintes, havendo apenas descrições de novas circunstâncias em que a doença se manifestava. Além disso, apesar de, em diversos momentos nos textos, surgir a questão da raça dos pacientes, em nenhum deles foi citado algum caso do ainhum em pessoas brancas. É possível, por outro lado, que a doença tenha atingido essa população, mas foi confundida com outras moléstias ou nomeada de outra maneira devido ao nome "ainhum" ser originário da África.[10]

4. COMPARAÇÃO DO AINHUM COM OUTRAS DOENÇAS

Um dos pontos de destaque dos trabalhos de Silva Lima sobre o ainhum foi sua iniciativa de diferenciá-lo de outras moléstias conhecidas na época. Sua primeira tentativa pode ser encontrada já no pioneiro artigo de 1867, quando destacou um relato na França pelo "Sr. Mirault (d'Angers)", comunicado à Sociedade de Cirurgia de Paris em janeiro de 1863, que o teria motivado a estudar o ainhum com mais cuidado e atenção. Mirault[11] relatou em seu texto uma doença com avanço similar ao do ainhum – uma ferida inicial se formou ao redor do dedo, em sua base, e foi se contraindo, provocando inchaço nele, até sua amputação – porém, com incidência na mão, e não no pé.

Na observação do cirurgião francês, o primeiro dedo afetado do paciente foi o dedo anelar da mão direita, fazendo o enfermo sofrer com fortes dores que se estenderam do braço até os ombros. Depois disso, o dedo inchou e adquiriu

[10] O médico Octávio Freitas (1871-1949) afirmou em seus trabalhos que a doença veio da costa ocidental do continente africano e do Sudão, e aqui se espalhou. Apesar de discordar da forma de transmissão estudada por Silva Lima, Freitas se baseou nos estudos deste último para afirmar isso (Sampaio, 2019).
[11] Pelo contexto, é provável que "Sr. Mirault" seja o cirurgião francês Germanicus Mirault (1796-1879).

uma vermelhidão e, num período de um ano, já tinha dobrado o volume. Mirault observou que o dedo não era uniforme, possuindo a forma de um cone de vértice inferior. Silva Lima comentou:

> A leitura desta observação interessante, como disse, fez-me lembrar a moléstia que aqui afeta os dedos dos pés dos pretos, mormente no que entre elas há de comum, isto é, o rego circular e perpendicular à primeira falange do dedo [...] (LIMA, 1867, p. 174)

Porém, para Silva Lima, essa única semelhança não era suficiente para provar que a doença observada por Mirault fosse também o ainhum. Como diferença principal entre as duas, havia primeiro o membro do corpo afetado; o ainhum, como escreveu o médico, atingia os pés. Além disso, o dedo lesado não assumia um formato cônico, mas ovóide.

Um médico denominado "Sr. Verneuil"[12] realizou uma análise patológica do doente de Mirault, que demonstrou que a doença, estudada pelo último, tinha como um dos sintomas a pele aparentar ter sido "fundida" (*fusionnée*) com o tecido celular subcutâneo, não encontrada no mesmo tipo de análise do ainhum. A doença observada por Mirault também deixou traços de inflamação que no ainhum não eram encontrados, além da dor generalizada, que no ainhum se limitava ao membro afetado. A formação do sulco circular e o aumento de volume dos dedos aparecia nos estágios iniciais de ambas as doenças – no caso da doença de Mirault, nos dedos das mãos –, mas no ainhum não causava desconforto, enquanto na outra, sim. Concluindo sua análise, Silva Lima descartou a possibilidade de que o ainhum fosse a mesma doença descrita por Mirault:

> Mas por que é que este mesmo rego constrito, que parece ocasionar todas estas lesões, não produz aqui as dores atrozes, a inflamação, e mais sintomas vexatórios que levaram o Sr. Mirault, para pôr termo a tantos sofrimentos, a sacrificar quatro dos dedos afetados, e a escarificar profundamente o quinto? Seria a moléstia a mesma, e dependeriam todas estas grandes diferenças de afetar o ainhum órgãos menos importantes, e por assim dizer, menos vivos, em um clima diverso, e em uma raça diferente? Não me parece isso provável. (LIMA, 1867, p. 175).

[12] Acredita-se que seja Aristide Verneuil (1823-1895), médico e cirurgião francês, devido ao período estudado coincidir com o período de vida do médico.

Além do trabalho de Mirault, Silva Lima também procurou diferenciar o ainhum da "lepra" e de suas diversas variantes. Atualmente chamada de hanseníase, trata-se de uma doença infecciosa causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen,[13] e sabe-se que havia confusão até o século XIX na nomenclatura da doença, devido, principalmente, aos diversos termos existentes em outras línguas (OPROMOLLA, 2000, p. 2). A expressão "lepra" era usada como termo que abrangia a maioria das doenças de pele, enquanto outros nomes da hanseníase eram difundidos como doenças exclusivas, a depender da região e do avanço da doença. "Gafeira" foi o termo usado pelos portugueses; "quigila", seria o equivalente para os africanos (SOARES, 1880, p. 267). Havia ainda a "elefantíase dos gregos", a "elefantíase dos árabes", etc. Silva Lima diferenciou o ainhum desses termos separadamente, como se fossem doenças distintas.

Em outubro de 1866, Silva Lima visitou o Hospital dos Lázaros com Manuel Maria Pires Caldas (1816-1901) e Wucherer, e observou vinte e cinco pacientes, homens e mulheres, que estavam afetados por "lepra tuberculosa e gafeira" (LIMA, 1867, p. 175), mas nenhum parecia ter ainhum. No caso da gafeira, ele transcreveu o relato de Bernardino Antonio Gomes (1768-1823), dizendo que essa se manifestava nos metacarpos e nos dedos das mãos, além de vinte e quatro casos de gafeira nos pés e nas mãos simultaneamente, mas sem mencionar casos em que somente os pés eram afetados. No caso da elefantíase grega, Silva Lima argumentou que a doença podia atingir quase toda extensão da pele, nervos dos braços, mãos, pernas, pés, rosto, orelhas, olhos e nariz, enquanto o ainhum atingia primordialmente os pés. Silva Lima acreditava que os autores que buscou não conheciam o ainhum ou que, possivelmente, o tinham confundido com outra doença – ele pensava ser mais provável que não o reconhecessem como uma doença distinta.

No artigo de 1867, Silva Lima argumentou que seria provável que o ainhum fosse diagnosticado como uma forma da lepra. Posteriormente, a lepra foi citada novamente em outros momentos por outros médicos que Silva Lima

[13] A hanseníase foi identificada no ano de 1873 por Armauer Hansen (1841-1912). Silva Lima relatou em seu texto ter lido, já em 1867, que Rudolf Virchow (1821-1902) classificou as elefantíases como sendo de origem inflamatória, e que faziam parte dos tumores de granulação.

referenciou em seus trabalhos: 1879, por "Sr. Dr. A. Corre" (?-?); 1880, por Brassac; e em 1887 por Francis John Shepherd (1851-1929). Escreveu Brassac:

> Para a lepra amputante phlyctena, bolhas penfigoides debaixo das quais aparece uma ulceração, uma gangrena molecular limitada, ocasionando a separação do dedo do pé ou da mão, quer haja lesão óssea quer simplesmente destruição dos ligamentos ou das cartilagens.
>
> Para o ainhum nada disto [..]. E, demais, quaisquer que sejam as terminações, ou as complicações do ainhum, a histologia patológica mostra grandes diferenças entre esta moléstia (Wucherer, Cornil, etc.) e a lepra (Ch. Robin, Virchow, etc.). (BRASSAC, 1879, *apud* LIMA, 1880, p. 257).

Ressaltamos, por fim, que Silva Lima sempre colocou a doença como exclusiva de pessoas negras, sendo a cor do paciente fator importantíssimo na distinção a outras enfermidades:

> Estes sinais e alguns outros precedentemente mencionados distinguem-no da lepra dactyliana ou gafeira, e por tal modo que não me parece possível a confusão entre as duas moléstias. No começo, porém, quando em vez do sulco existe apenas uma ligeira depressão, o diagnóstico pode oferecer alguma dificuldade; em tal caso, a probabilidade em favor do ainhum poderá ser reforçada pela circunstância de ser o paciente de raça africana [..] (LIMA, 1881, p. 358)

Portanto, observamos que Silva Lima procurou evidenciar as diferenças entre o ainhum e outras doenças conhecidas, ressaltando a originalidade de sua descrição inicial. A característica principal da doença era sua incidência nos pés de pessoas negras, o que servia, para ele, como ponto de partida fundamental para distingui-la de outras moléstias anteriormente identificadas. Nesse sentido, ao citar literalmente outros autores e contrapô-los, Silva Lima deu ao seu leitor a oportunidade de efetivamente verificar que haviam diferenças notáveis e que o ainhum não poderia ser associado a outros tipos de enfermidades da pele, tais como as conhecidas por lepra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ainhum segue sendo uma incógnita na comunidade médica. Por ser considerada uma doença rara – a prevalência do ainhum no continente africano varia de 0,015% a 2% da população (RONDINA *et al.*, 2015, p. 264), enquanto

no Brasil sequer há um estudo sobre essa questão – o ainhum acaba sendo interpretado por alguns autores como uma manifestação ligada a outras doenças (JAMBEIRO *et al.*, 1997, p. 924). O número de diagnósticos é pequeno. Entre 1977 e 1999 foi realizado um estudo com 6000 afrodescendentes estadunidenses, onde 102 casos de ainhum foram diagnosticados (DACCARETT *et al.*, 2002, p. 373). Quando analisamos relatos em pessoas brancas, o número é ainda menor (VILAÇA *et al.*, 2016; RONDINA *et al.*, 2015). Uma das hipóteses para esses casos no Brasil é a da miscigenação – pessoas de pele clara com alguma descendência africana. No entanto, é apenas uma hipótese, já que a raridade de diagnósticos da doença dificulta seus estudos.

O estudo apresentado neste artigo buscou oferecer subsídios iniciais para compreendermos como o ainhum foi identificado por Silva Lima e diferenciado de outras enfermidades conhecidas na época. Seus estudos foram amplos e detalhados, incorporando relatos de outros autores do período, o que denota que Silva Lima não atuou isoladamente, porém reforçou a prioridade na identificação do ainhum como uma doença ainda não relatada. O fato de que esses relatos de mais de 150 anos atrás ainda serem utilizados nos textos atuais sobre a moléstia reforça a importância desse autor e de sua produção e aponta para a relevância de estudos historiográficos nessa temática.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiando com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2021/07223-1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINHUM. *In*: **Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ainhum/>. Acesso em: 31/01/2023.

AMARAL, Braz do. Dr. Silva Lima. Elogio histórico pelo orador do Instituto Geographico e Histórico da Bahia. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 41, n. 8, p. 353-357, 1910.

ANON. Ainhum, A Brazilian Disease. **The British Medical Journal**, v. 2, n. 1507,

p. 1171-1171, 1889.

BARG, Muhammad Naeem; AHMED, Saqib. Ainhum: A Case Report from Qatar. **EAS J Orthop Physiother**, v. 3, n. 5, p. 63-65, 2021.

BARRETO, E.R.M. Ainhum – estudo de sete casos. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 59, n. 3, 1984.

BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 411-459, 1997.

BERIBÉRI. *In*: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: https://www.dicio.com.br/beriberi/, acesso em 10 de julho de 2022.

BROWNE, S. G. Ainhum: a clinical and etiological study of 83 cases. **Annals of Tropical Medicine and Parasitology**. v. 55, n. 3, p. 314-319, 1961.

CALAÇA, Carlos Eduardo. Capítulos da história social da medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos,** v. 12, n. 2, p. 557-566, maio-ago. 2005.

CESARINI, Luciana Valentini de Melo; PEGAS, José Roberto Pereira; REIS, Vitor Manuel Silva dos; MULLER, Helena; OLIVEIRA, Marco Antônio de; PIRES, Mario Cezar. Ceratodermia palmoplantar de Unna-Thost associada a pseudo-ainhum: Relato de um caso. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 9, n. 1, p. 61-67, 2004.

COLE, G. J. Ainhum: an account of fifty-four patients with reference to etiology and treatment. **J. Bone Joint Surg**. v. 47, n. 1, p. 43-51, 1965.

DACCARETT, Marcos; ESPINOSA, Gustavo; RAHIMI, Fred; ECKERMAN, Christopher M.; WAYNE-BRUTON, Shelley; COUTURE, Mark; ROSENBLUM, Jason. Ainhum (Dactylolysis Spontanea): A Radiological Survey of 6000 Patients. **The Journal of Foot & Ankle Surgery**, v. 41, n. 6, p. 372-378, 2002.

EDLER, Flávio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, v. 9, n. 2, p. 357-385, 2002

JAMBEIRO, Jorge S.; MATOS, Marcos Almeida; SILVA, Robson R. da; SANTANA, Flávio R.; QUEIROZ, Aristides Cheto de; MATOS, Selma S. Ainhum:

ressurgimento histórico e científico. **Revista Brasileira de Ortopedia,** v. 32, n. 11, p. 924-926, 1997

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA LIMA. *In:* Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2022. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/limajossil.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

KRAGH, H. **Introdução à Historiografia da Ciência**. Porto: Porto Editora, 2001.

LIMA, José Francisco da Silva. Estudo sobre o Ainhum: Moléstia ainda não descripta, peculiar a raça ethiopica e affectando os dedo minimos dos pés. **Gazeta Medica da Bahia**, Bahia, v. 1, n. 15, p. 172-176, 1867.

LIMA, José Francisco da Silva. **Ensaio sobre o beriberi no Brasil**. Bahia: Nas Livrarias de J. B. Martin, Catilina e C. e Viuva Lemos. 1872.

LIMA, José Francisco Silva. Uma observação d'ainhum em Nossi-Bé. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 11, n. 3, p. 348-361,1879

LIMA, José Francisco da Silva. A proposito do ainhum: Observações colhidas na ilha dos Pinheiros. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v. 12, n. 6, p. 245-262, 1880.

LIMA, José Francisco da Silva. Noticia sobre o Ainhum. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v. 13, n. 8, p. 341-360, 1881.

LIMA, José Francisco da Silva. Contribuições para o estudo do Ainhum. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v. 15, n. 8, p. 466-477, 1884.

LIMA, José Francisco da Silva. Um caso excepcional Ainhum. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v. 16, n. 5, p. 205-208, 1884.

LIMA, José Francisco da Silva. Contribuições para o estudo do ainhum. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v .19, n. 1, p. 12-18, 1887.

LIMA, José Francisco da Silva. Revista da Imprensa Medica: Ainhum. **Gazeta Médica da Bahia,** Bahia, v. 23, n. 6, p. 279-281, 1891.

LIMA, José Francisco da Silva. Revista da Imprensa Medica: Um caso de ainhum observado em África. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v. 23, n. 7, p. 323-324, 1892.

LIMA, José Francisco da Silva. Correspondencia. Carta do Dr. Silva Lima à Semaine Médicale, de Paris a propósito do ainhum. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v. 26, n. 6, p. 150-152, 1894.

LIMA, José Francisco da Silva. Para a historia do Ainhum: pelo Dr. Silva Lima.

Gazeta Médica da Bahia, Bahia, v. 38, n. 8, p. 356-359, 1907.

MARTINS, R.A. Ørsted e a descoberta do eletromagnetismo. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, v. 10, p. 89-110, 1986.

MONIZ, Egas. Silva Lima e o seu legado medico-scientifico. In memoriam. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 41, n. 8, p. 357-375, 1910.

PEREIRA, Pacífico. O Dr. Silva Lima. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 41, n. 8, p. 337-353, 1910.

OPROMOLLA, D.V. A. **Noções de hansenologia.** Bauru: Centro de Estudos Dr. Reynaldo Quagliato, 2000.

RONDINA, Ronaldo Garcia; MELLO, Ricardo Andrade Fernandes de; OLIVEIRA, Gabriel Antônio de; PESSANHA, Laís Bastos; GUERRA, Luiz Felipe Alves; MARTINS, Diego Lima Nava. Carta ao editor. **Radiologia Brasileira**, p. 264-265, 2015.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Decrépitos, anêmicos, tuberculosos: africanos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1867-1872). **Almanack**, n. 22, p. 207-249, 2019.

SIDY, Sangare; ISSAGA, Traore Lamine; GAOUSSOU, Sogoba; MAMAYE, Kouyate; DRISSA, Katile; ABABA, Toure Hamidou; ABDOULAYE, Cisse; ALLASSANE, Traore; TIENTIGUI, Dembélé Bakary; ADÉGNÉ, Togo; DRISSA, Traore. Ainhum (Or Dactylolysis Spontaneous) at the Fousseyni Daou Hospital in Kayes about a Case. **Surgical Science**, v. 13, n. 8, p. 367-377, 2022.

SOARES, A. J. de Macedo. Estudos lexicographicos do dialecto brasileiro: sobre algumas palavras africanas introduzidas no portuguez que se fala no Brazil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 243-271, 1880.

VILAÇA, K.T.; VILAÇA JR., P.R. Ainhum – rara apresentação envolvendo os pés em mulher branca. **Revista Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia**, v. 24, n. 3, p. 215-220, 2016.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. 485 p. ISBN 978-85-8404-102-2

Recebido em 28 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 14 de fevereiro de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROTESTANTISMO NA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

IMPLANTATION AND DEVELOPMENT OF PROTESTANTISM IN PARAÍBA IN THE LATE 19TH AND EARLY 20TH CENTURIES

DANIEL DA SILVA FIRINO [1]

CARLOS ANDRÉ MACEDO CAVALCANTI [2]

RESUMO

O artigo faz uma revisão histórica da conflituosa implantação do protestantismo na Paraíba, no final do século XIX e início do XX. Com a abertura dos portos em 1808 e os acordos firmados entre a Coroa Portuguesa e a Inglaterra, houve a possibilidade de estabelecimento contínuo de protestantes no Brasil. Na Paraíba, não foi diferente do restante do país, sendo relatada a presença de protestantes ilustres no estado, como José Bates (1825) e Perish Kidder (1839). No entanto, a implantação duradoura de uma igreja protestante na Paraíba só ocorreu em 1878, por meio de um trabalho missionário. A implantação e desenvolvimento da igreja protestante no estado não foram tranquilos, tendo enfrentado perseguições em diversos lugares, desde apelidos até assassinatos. Os piores casos ocorreram no interior do estado e durante as Santas Missões realizadas na cidade.
Palavras-chave: História das religiões. Protestantismo. Antiprotestantismo.

ABSTRACT

The article makes a historical review of the conflicting implantation of Protestantism in Paraíba, at the end of the 19th and beginning of the 20th centuries. With the opening of the ports in 1808 and the agreements signed between the Portuguese Crown and England, there was the possibility of a continuous establishment of Protestants in Brazil. In Paraíba, it was no different from the rest of the country, with the presence of illustrious Protestants in the state being reported, such as José Bates (1825) and Perish Kidder (1839). However, the lasting implantation of a Protestant church in Paraíba only occurred in 1878, through missionary work. The implantation and development of the Protestant church in the state were not smooth, having faced persecution in

[1] Graduado em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especialista em Metodologia do Ensino de História e em História e Cultura Afro-Brasileira e Indigena pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Mestre em História (2021) pela Universidade Federal da Paraíba. *E-mail*: danielfirino@hotmail.com.

[2] Doutor em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Adjunto no curso de Ciências da Religião da Univeridade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail*: carlosandrecavalcanti@gmail.com.

several places, from nicknames to murders. The worst cases occurred in the interior of the state and during Holy Missions held in the city.
Keywords: History of religions. Protestantism. Anti-Protestantism.

INTRODUÇÃO

De acordo com Antônio Gouvêa Mendonça (1984), a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, e a abertura dos portos, foram eventos que proporcionaram aos protestantes a oportunidade de se estabelecerem de forma contínua no país. À época, a Família Real estava fugindo de Portugal devido ao bloqueio continental napoleônico e devido às suas relações comerciais com a Inglaterra. Como resultado dos acordos entre Portugal e Inglaterra, os protestantes foram autorizados a se estabelecerem no Brasil, com relativa liberdade para praticar sua religião.

Nesse cenário, Émile-Guillaume Léonard (1981) destaca que a falta de sacerdotes católicos foi também um dos fatores que favoreceu o estabelecimento do protestantismo no Brasil. Embora isso tenha valorizado o sacerdócio como um cargo proeminente no Estado, a ausência de sacerdotes católicos, sobretudo nos interiores, também enfraqueceu a influência católica nesses lugares, sobretudo no século XIX. Além disso, o liberalismo e o jansenismo eram outros fatores que facilitaram o advento do protestantismo no país. Nesse sentido, devido à estreita ligação de Portugal com a Inglaterra nesse período, os brasileiros começaram a adotar um estilo de vida com influências anglicanas, sobremaneira em relação à religião. Em razão dessa relação diplomática, o clero brasileiro também se tornou mais tolerante ao protestantismo do que os sacerdotes europeus, o que favoreceu a aceitação do protestantismo no Brasil.

É preciso observar que o jansenismo possuía três pontos importantes: "(...) a fomentação de uma piedade austera, o culto das sagradas escrituras e a independência em relação a Roma" (LÉONARD, 1981, p. 38). Mesmo o jansenismo sendo proibido por Roma, no Brasil essa corrente encontrou adeptos e chegou a dominar o clero. Por ser contrário às ideias que apregoavam a

centralização da autoridade em Roma[3], o jansenismo retardou o processo de romanização[4] no Brasil.

Conforme Léonard (1981), as duas primeiras capelas protestantes foram estabelecidas no Rio de Janeiro e pertenciam a colônias estrangeiras. A primeira, a dos anglo-saxões, foi criada no último ano do regime português, em 1822, e a segunda, a dos alemães, em 1837. Elas eram uma extensão do *Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Inglaterra*, assinado em 1810, que garantia ao público britânico possuir templos em terras portuguesas, embora seu exterior não pudesse aparentar ser um templo.

Nesse contexto, a Conferência Anual dos Metodistas Americanos[5] no Tennessee, ocorrida em 1835, decidiu enviar o reverendo Fountain Elliot Pitts[6] à América do Sul, a fim de estudar a possibilidade de iniciar o trabalho missionário nessa região. Ao passar pelo Brasil, Pitts organizou uma sociedade metodista no Rio de Janeiro entre os anglo-saxões e, em 1836, ele retornou aos Estados Unidos e aconselhou o envio de missionários. Como resultado desse estudo de campo, foram enviados para o Brasil os Reverendos Justin Spaulding (1836) e Daniel Parish Kidder[7] (1837), esse último acompanhado de sua respectiva esposa. Spaulding fundou uma escola para crianças brasileiras e estrangeiras, enquanto Kidder dedicou-se à difusão da Bíblia. Devido à falta de recursos e pelo fato da esposa de Kidder ter adoecido por causa do clima, os missionários retornaram ao país de origem.

3 As ideias que centralizava o poder em Roma ficaram conhecidas como Ultramontanas. "O ultramontanismo, do século XIX, caracteriza-se, entre outras coisas, pela concentração do poder em Roma, o que consequentemente deixava a igreja local com menor autonomia. No Brasil, o crescimento das ideias ultramontanas foi lento, porém contou com o apoio das ordens religiosas dos Lazaristas, dos capuchinhos e dos Jesuítas" (VASCONCELOS, 2005, p. 42).

4 A romanização, para Sousa Júnior (2015), tinha como objetivo implantar os cânones da reforma tridentina no Brasil. Ela lançou as bases para uma maior centralização e consolidação do poder clerical em Roma.

5 A grande maioria dos missionários enviados para o Brasil eram americanos. Isso ocorreu principalmente no último terço do século XIX, devido ao "sentimento nacional expansionista combinado com motivos teológicos. O desejo de salvar os 'pagãos' da danação eterna originava-se no espírito da teologia dos avivalismos que enfatizava a conversão instantânea e o consequente redirecionamento da vida para a obtenção da perfeição. Para muitos a pregação da salvação era urgente; devia ser feita antes da segunda vinda de Cristo, do milênio portanto" (MENDONÇA, 1984, p. 57). Alguns missionários também chegavam a acreditar que o avanço dos interesses políticos e econômicos norte-americanos beneficiariam a todos.

6 Fountain Elliot Pitts (1808-1874) foi pastor e missionário metodista do sul dos Estados Unidos. Ele foi enviado em 1835 para América do Sul para sondar o território para ver a possibilidade de iniciar o trabalho missionário nesse lugar. Ele esteve no Rio de Janeiro (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e em Montevidéu (Uruguai).

7 Daniel Parish Kidder (1815-1891) foi um missionário metodista norte-americano. Ele viajou por diversas partes do Brasil na primeira do século XIX com o objetivo de propagar a fé protestante.

Na década de 1850, as sociedades bíblicas inglesa e norte-americana fizeram o pastor presbiteriano James Cooley Fletcher[8] seu representante no Brasil. Fletcher atuou fortemente na distribuição de bíblias e, através de sua influência, no dia 10 de maio de 1855 chegou ao Rio de Janeiro o missionário Robert Reid Kalley[9] que tinha como objetivo iniciar um trabalho sistemático de propaganda que resultaria, mais tarde, na construção da primeira igreja protestante do Brasil.

O trabalho de Kalley resultou no batismo de Pedro Nolasco de Andrade, no dia 11 de junho de 1858, sendo este o primeiro brasileiro dos tempos modernos a pertencer a uma igreja protestante. O dia do batismo também é considerado como o dia da fundação da Igreja Evangélica, que mais tarde seria a chamada de Igreja Evangélica Fluminense.

Na década de 1860, o protestantismo

> estava não apenas presente em todas as camadas sociais, mas garantia essa presença com alta plasticidade de adaptação ao meio. Ao batizar brasileiros, os missionários protestantes revelaram, como visto, uma lacuna jurídica: não havia previsão nem direitos para brasileiros que não fossem católicos. Uma ameaça para a segurança da missão logo detectada. Era necessário criar um ambiente para que isso fosse mudado (SILVA, 2020, p. 180).

Em 1861, um passo importante para a conquista dos protestantes acerca de seus direitos foi tomado: a regularização dos casamentos. “O registro de nascimento e o de casamento se constituíam como a entrada e a posse para a vida civil (SILVA, 2020). A constituição vigente não autorizava os não-católicos contraírem casamentos, registrarem os filhos e ou realizarem os sepultamentos dos seus mortos. Como forma de mudar isso, no dia 8 de outubro de 1859 foi criado um projeto para reconhecer os casamentos realizados em igrejas evangélicas.

8 James Cooley Fletcher (1823 -1901) foi pastor e missionário norte-americano. Ele atuou vários anos no Brasil como missionário e foi amigo de várias pessoas influentes chegando a ter acesso livre ao palácio do imperial.

9 Robert Reid Kalley (1809-1888) era médico e pastor escocês. Ele trabalhou em Portugal, na Ilha da Madeira, como missionário, mas a forte perseguição fez com que ele fugisse para os Estados Unidos. Lá ele soube da necessidade de missionários protestantes para serem enviados ao Brasil. Ele chegou ao Rio de Janeiro no dia 10 de maio de 1855 e tempos depois organizou a primeira igreja protestante no Brasil.

No dia 11 de setembro de 1861, o projeto foi promulgado, mas teria que esperar o Decreto de número 3.069 de 17 de abril de 1863, que regularizava o casamento das *religiões toleradas* (religiões admitidas pelo Estado) para ter seus direitos garantidos. Esse mesmo decreto estabeleceu que os nascimentos e sepultamentos deveriam ser registrados no cartório de paz e que os cemitérios públicos teriam um *lugar separado* para as suas sepulturas.

No início de setembro de 1863, Kalley foi ordenado pastor pela sua comunidade, a qual foi nomeada de Igreja Evangélica Fluminense. Esse ato foi registrado na Secretaria do Império no dia 23 de outubro no mesmo ano. Os esforços de Kalley não só fundaram a primeira Igreja Protestante do Brasil como também asseguraram o respeito das autoridades e reconhecimento das suas atividades civis e religiosas.

No dia 12 de outubro de 1859, o Reverendo Ashbel Green Simonton[10] desembarcou no Rio de Janeiro. Ele havia sido enviado pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e, como não conhecia a língua, sua primeira atividade foi servir de capelão entre os anglo-saxões da capital do país. No ano seguinte, recebeu o auxílio de sua irmã e de seu cunhado nos trabalhos missionários.

De dezembro de 1860 a março de 1861, Simonton distribuiu Bíblias e viajou entre as colônias dos anglo-saxões e dos alemães. De acordo com Léonard (1981), no dia 19 de maio de 1861, ele começou a pregar em português em uma sala na Rua do Ouvidor e, no dia 12 de janeiro de 1862, ele batizou seus primeiros convertidos. A constituição oficial da Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro deu-se no dia 15 de maio de 1863, alguns meses antes da igreja de Kalley, mas isso foi só formalidade.

A partir de então, os missionários presbiterianos dividiram-se buscando expandir seus trabalhos para São Paulo. Simonton continuou na sede da missão no Rio de Janeiro enquanto seu cunhado, Blackford[11], mudou-se para São

10 Ashbel Green Simonton (1833 - 1867) foi pastor presbiteriano e missionário norte-americano. Ele fundou a primeira Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (1862) e do Brasil, criou o Jornal Imprensa Evangélica (1864), organizou o presbitério do Rio de Janeiro (1865) e fundou o Cemitério Primitivo (1867). Faleceu ainda muito jovem aos 34 anos. "Entre a chegada de Simonton (1859) e o fim do Império (1889), os presbiterianos já tinham mais de cinquenta igrejas, quatro presbitérios (unidades regionais eclesiásticas), um seminário para preparar pastores nacionais, dois colégios e diversos periódicos" (MENDONÇA, 1984, p. 24).

11 Alexander Latimer Blackford (1829 – 1890) foi missionário norte-americano, pastor, professor e editor do Jornal Imprensa Evangélica. Era cunhado de Simonton e o auxiliou no trabalho missionário no Rio de

Paulo. A comunidade protestante de São Paulo era pequena e era composta, na sua maioria, por estrangeiros, porém o cenário engrandeceu devido os esforços de José Manoel da Conceição[12].

Conceição foi visitado por Blackford, quem o procurou devido à alcunha de *padre protestante*. Blackford o converteu e o batizou no dia 23 de outubro de 1864 e, desde então, Conceição auxiliou os missionários no evangelismo em Brotas, São Paulo, onde havia sido a sua última paróquia. O trabalho missionário neste lugar gerou a formação do primeiro núcleo protestante verdadeiramente brasileiro, o qual se tornou, junto com a igreja do Rio de Janeiro, as duas maiores igrejas protestantes do Brasil.

Após a morte de Conceição (1873), uma pessoa muito importante uniu-se ao presbiterianismo: Miguel Vieira Ferreira[13]. Ele pertencia a uma família muito importante na sociedade tradicional, repleta de políticos, advogados e juízes do Maranhão, e tornou-se um dos principais propagandistas do protestantismo no Brasil, utilizando-se de toda a sua influência para isso. Devido a discordâncias teológicas, Ferreira rompeu com a Igreja Presbiteriana e fundou, no dia 11 de setembro de 1879, a Igreja Evangélica Brasileira.

Várias igrejas protestantes enviaram missionários para o Brasil. Elas instalaram-se ao lado da congregacionalista Igreja Fluminense e da primeira Missão Presbiteriana. As mais importantes foram: "Missão Metodista Episcopal, em 1870, a missão presbiteriana dos Estados Unidos do Sul, em 1871, a Missão Batista, em 1881, a Missão Episcopal, em 1890, sem esquecer ainda a 'Help for Brasil', congregacionalista, 1893" (LÉONARD, 1981, p.74). Ainda em 1893, foram enviados os primeiros missionários adventistas ao Brasil, de acordo com Michelson Borges (2020).

As três primeiras dessas novas missões estavam ligadas à Guerra de

Janeiro. Ele também implantou o presbiterianismo em São Paulo sendo a igreja organizada em 5 março de 1865.

12 José Manuel da Conceição (1822 – 1873) era um ex-padre católico romano que foi convertido ao presbiterianismo por Blackford. Ele tornou-se o primeiro brasileiro ordenado a pastor, mas nunca teve uma igreja fixa dedicando-se apenas ao evangelismo. De acordo com Leonard (1981), ele faleceu no final de 1873 em uma enfermaria militar a caminho de se encontrar com Blackford nas imediações do Rio de Janeiro.

13 Miguel Vieira Ferreira (1837-1895) era abolicionista, republicano, matemático, engenheiro e jornalista. Vinha de uma família muito importante do Maranhão e utilizou toda a sua influência para propagar o presbiterianismo. Contudo, depois de um tempo abandonou o presbiterianismo e fundou a Igreja Evangélica Brasileira.

Secessão[14]. O impacto da guerra fez com que muitos americanos, principalmente do sul dos Estados Unidos, imigrassem para o Brasil. Variadas famílias se fixaram em Santa Barbara do Oeste, São Paulo, onde existe um Cemitério Confederado, constituindo a espacialidade de famílias metodistas, presbiterianas e batistas. Dentre essas famílias estavam alguns pastores que, até 1870, organizaram três capelas que pertenciam às três denominações já citadas. Nesse cenário, as igrejas do Sul dos Estados Unidos também começaram a enviar missionários para o Brasil. Com o passar do tempo, os estrangeiros foram sendo substituídos por brasileiros, sobretudo quando as igrejas protestantes brasileiras ficaram independentes das igrejas mães, sediadas em outros países.

Com a Proclamação da República (1889) o protestantismo estava livre das restrições referentes à evangelização e, desta forma, poderia expandir-se livremente. Essa expansão é perceptível ao olharmos os censos de 1890 e 1950. Em 1890, a primeira vez que os protestantes foram considerados no recenseamento, existiam cerca de 143,743 protestantes no Brasil e em 1950, último ano de recorte temporal deste trabalho, havia 1.741.430 (IBGE, 2020), o que denota um aumento de mais de dez vezes no período de sessenta anos.

1. OS PRIMÓRDIOS DO PROTESTANTISMO NA PARAÍBA

Como o protestantismo é muito diverso e como ainda existem muitas lacunas historiográficas, serão trabalhadas nessa seção apenas as principais igrejas que se instalaram no território paraibano. De acordo Alvarez Jorge Ribeiro (2003), a Igreja Reformada Holandesa chegou à Paraíba em 1634, e foi, possivelmente, a primeira igreja protestante do estado que chegou a ter dois templos, um no forte de Cabedelo, e outra na capital do estado. Cabe dizer que, naquela época, a capital da Paraíba foi chamada de Frederica, devido à invasão holandesa, por homenagem ao chefe do Estado holandês, Frederich Heinrich.

Um dos primeiros paraibanos a se tornar protestante foi Pedro Poti (1608 - 1652), indígena potiguara que foi para Holanda em 1625. Lá ele tornou-se

14 A guerra de secessão ou guerra civil Americana (1861-1865) foi travada nos Estados Unidos entre o Norte e o Sul do país e tinha como causa, entre outros motivos, a controvérsia da escravidão.

protestante e retornou ao estado em 1631, e durante o período holandês, chegou a ser Regedor dos Índios da Paraíba. No dia 19 de fevereiro de 1649, Pedro Poti foi preso pelas tropas portuguesas e enviado para Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, onde foi torturado por não negar a fé protestante, de acordo com Ribeiro (2003). Ele foi morto, em 1652, em um navio que o levava preso para Lisboa.

Em 1810, como resultado dos acordos entre a coroa portuguesa e a Inglaterra, agentes protestantes retornaram para a Paraíba. Desta forma, temos o relato, nesse mesmo ano, do protestante Henry Koster[15] que viajou para vários lugares do Nordeste, incluindo a Paraíba. José Bates, um dos fundadores da Igreja Adventista do Sétimo Dia, também esteve algumas vezes na Paraíba trabalhando como capitão do seu navio em 1825. A Paraíba também foi visitada por um dos primeiros missionários protestantes do país, Daniel Perish Kidder, em julho de 1839, quem passou por Tambaú, Cabo Branco e subiu pelo Rio Paraíba. Ele chegou a distribuir panfletos e a presenciar a festa católica de Nossa Senhora Neves, no dia 5 de agosto daquele ano, na qual ele ficou horrorizado com o que achou que era "idolatria".

Seguindo o decreto de número 3.069 de 17 de abril de 1863 do império, que regularizava o registro de casamento, nascimento e óbito das *religiões toleradas*, foi criado um espaço separado no Cemitério Senhor da Boa Sentença, na capital paraibana, para enterrar os protestantes. Uma das pessoas enterradas nessa parte foi o inglês Ricardo Rogers, que era dono das terras que formam hoje o Bairro do Roger, em João Pessoa. Em seu registro de óbito consta a seguinte informação: "(...) faleceu de moléstia interior o adulto Ricardo Rogers, brasileiro, morador dessa freguesia. Seu cadáver foi sepultado segundo o rito protestante na área destinada aos dissidentes no cemitério público desta cidade" (CAVALCANTI, 1883, p. 133).

Em 1875 foram enviados à Paraíba os colportores, missionários de sustento próprio que vendiam literatura, por uma Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, e converteram algumas pessoas por lá. Já em 1877, ocorreram

15 Henry Koster (1784-1820) possuía pais ingleses, mas havia nascido em Lisboa, Portugal. Devido a problemas de saúde em 1809 veio morar em Pernambuco onde se tornou senhor de engenho e viajou para diversas partes do Nordeste brasileiro. Em 1815, ele foi à Inglaterra onde publicou um livro sobre as suas viagens retornando à Pernambuco em 1817 e falecendo no início de 1820.

pequenas reuniões para o estudo da Bíblia na casa de alguns convertidos. O primeiro trabalho missionário, que resultou na implantação duradoura de uma igreja protestante Paraíba, aconteceu em 1878. Alguns leigos da igreja presbiteriana realizaram uma evangelização e convidaram o Reverendo John Smith[16] que estava trabalhando em Recife, Pernambuco, desde 1873.

A evangelização aconteceu no Teatro Santa Cruz, na capital paraibana, e o evento formou um grupo ligado à Igreja Presbiteriana. Entre 1880 e 1884, as reuniões desse pequeno grupo de protestantes eram realizadas em uma casa na Rua da Areia, 21. A igreja foi oficialmente organizada no dia 21 de dezembro de 1884, em uma casa na Rua da Ponte. Em 1896 o Teatro Santa Cruz foi comprado pela Igreja Presbiteriana, sendo o primeiro culto realizado no dia 12 de abril do mesmo ano.

No ano de 1900, essa igreja chegou a ter 120 membros e eles iniciaram os esforços para se expandir no interior do estado. Alguns lugares que tiveram presença protestante nesse período foram: "Lucena, Mandacaru, Cachetu, Engenho do Tabu, Santa Rita, Usina São João e no sertão, em Barra de Santa Rosa" (VASCONCELOS, 2005, p. 38). Como em outras partes do Brasil, os protestantes criaram escolas que, de acordo com Mendonça (1984), serviam de estratégias indiretas do evangelismo.

Em 1938, a Igreja Presbiteriana tinha o seu templo sede na Praça 1817 e estabeleceu filiais em Jaguaribe, na Avenida Vera Cruz, na Povoação Índio Piragibe, na Avenida Redenção, na Torrelândia, na Avenida 3 de maio e uma na cidade de Santa Rita (VIDA *et al*, 1938). Alguns anos depois, em 1948, mais duas Igrejas Presbiterianas foram fundadas na Paraíba: Igreja Cristã Presbiteriana de Betel e a Igreja Cristã Presbiteriana de Imburainha (ANÚNCIOS..., 1948). Ambas foram organizadas segundo a constituição das Igrejas Presbiterianas do Brasil.

Já em 1949, surgiu a Igreja Presbiteriana Testemunhas de Cristo

16 John Rockwell Smith (1846- 1918) foi um missionário da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos. Nasceu em Lexington, Kentucky, estudou na Universidade da Virgínia, Charlottesville, e formou-se em Teologia pelo seminário Union (1868-1871), Virginia. Foi licenciado ao presbitério em 1871 e ordenado em dezembro de 1872. Chegou em Pernambuco no dia 15 de janeiro de 1873 onde trabalhou como missionário e educador chegando a organizar a Igreja Presbiteriana no Recife no dia 11 de agosto de 1878. Ele foi um dos principais missionário protestantes do Nordeste e por isso recebeu a alcunha de Simonton do Norte (MATOS, 2018).

(IGREJA..., 1949), que, diferente das demais citadas anteriormente, se separou da Igreja Presbiteriana do Brasil tornando-se independente. A sua primeira reunião foi no dia 27 de março de 1949, na casa de um dos seus presbíteros na Praça João Pessoa. Em 1950, as reuniões foram mudadas para Avenida Camilo de Holanda, 500 (IGREJA..., 1950).

A história da Igreja Batista na Paraíba também está ligada com a região de Pernambuco. Em abril de 1886, foi organizada a primeira Igreja Batista em Recife, contudo, devido a várias dificuldades, ela foi reorganizada em 1893. Com o objetivo de expandir-se para outras localidades do Nordeste, na virada de 1900 para 1901, foi organizada a convenção União Batista Leão do Norte. Foi a partir desse levante que surgiu a Igreja Batista na capital paraibana.

Os primeiros batistas da Paraíba começaram a se reunir na Rua Capitão José Pessoa, Jaguaribe, e com o tempo conseguiram reunir um grupo de cerca de cem pessoas que construíram um templo na Rua Índio Piragibe que foi inaugurado no dia 19 de janeiro de 1914. Por volta 1938, foi fundado através dos batistas da capital, o seu primeiro colégio. Nesse ano, já existiam duas Igrejas Batistas em João Pessoa: a Primeira Igreja Batista localizada na Rua Índio Piragibe, 142 (VIDA..., 1938) e a Segunda Igreja Batista que continuava na Rua Capitão José Pessoa, 379 (VIDA...., 1937). Além das Igrejas Presbiterianas e Batistas, em 1940, João Pessoa também já tinha a Igreja Assembleia de Deus na rua 1º de Maio, Jaguaribe (VIDA..., 1940) e a Igreja Adventista do Sétimo Dia, na Rua Artur Aquiles, 111.

De acordo com Daniel da Silva Firino (2021), a Igreja Adventista também iniciou os trabalhos missionários na Paraíba no início do século XX. Em 1911 forma-se o primeiro grupo de adventistas do estado em Pirpirituba, também havia presença adventista em Cabaceiras, São José das Pombas (atual Parari), São José dos Cordeiros (1921), Moreno (atual Solânea, 1921), Baixa Verde (Queimadas, 1925), Campina Grande (1935), São Tomé (atual Sumé, 1936), João Pessoa (1937), Gravatá de Mulungu (1937), Pombal (1937), Serra Branca (1939), Cabedelo (1940), Catolé do Rocha (1943), São Bento (1945) e Natuba (1948).

De acordo com Epaminondas Câmara (1988), o protestantismo chegou a Campina Grande em 1912. A Igreja Evangélica estava localizada na Rua do

Açude Novo e o seu pastor era Sinfrônio Costa. Em 1920, o templo foi inaugurado e já possuía trinta membros. A Igreja Batista instalou-se em Campina Grande dois anos depois (1922) na Rua Silvestre e o seu Pastor era Augusto Santiago. No dia 8 de janeiro de 1924, a Igreja Assembleia de Deus foi fundada na Rua da Areia. Igreja Evangélica Congregacional foi inaugurada no dia 30 de junho de 1927 na Rua Treze de Maio. Isso ocorreu com a chegada do pastor João Clímaco Ximenes17 e ela possuía noventa membros e uma Escola Dominical com cento e cinquenta alunos.

No início de década de 1930, um grupo de membros da Igreja Evangélica Congregacional deixou as suas terras em Itabaiana, não se tem registro de quando se iniciou o protestantismo nessa cidade, e instalou-se na Avenida Cruz das Armas, João Pessoa, 733. O grupo cresceu sendo organizada oficialmente como igreja no dia 16 de junho de 1932 e em 1944 contava com Grêmio Eclesiástico Auxiliadora Feminina (VIDA..., 1944).

2. O ANTIPROTESTANTISMO NA PARAÍBA

Com o início das atividades do presbiterianismo na Paraíba, no final do século XIX, também começaram as perseguições contra seus fiéis. Segundo Ribeiro (2003), no dia 20 de fevereiro de 1881, o subdelegado de Itabaiana impediu que realizassem um culto na Vila de Pilar. Já no dia 19 de setembro de 1894, o Padre Manoel Mariano havia escrito um artigo para o jornal *A União* em que chamava as doutrinas protestantes de *veneno herético do libidinoso Lutero* e conclamava os católicos a combater o protestantismo.

Diante do avanço do protestantismo na Paraíba no início do século XX, o bispo Dom Adauto de Miranda Henriques[18] utilizou-se com frequência do Jornal

17 João Climaco Ximenes (1895-1963) nasceu em Sirinhaém, Pernambuco, e converteu-se aos quinze anos a Igreja Batista, mas depois filiou-se a Igreja Evangélica Congregacional. Ele foi ordenado em 1927 assumindo a Igreja Evangélica Congregacional em 30 de junho do mesmo ano e eleito pastor efetivo no ano seguinte (SYLVESTRE, 2014).

[18] Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, nasceu em 30 de agosto de 1855, em Areia, cidade localizada no brejo paraibano. Estudou filosofia no Seminário de São Suplício, em Issy, Paris/França e Teologia no Colégio Pio Latino Americano, Roma / Itália, ascendendo ao presbiterado em 18 de setembro de 1880, em Loreto, Itália. Foi nomeado Bispo em 02 de janeiro de 1894 e ordenado em 07 de janeiro do mesmo ano na capela do Cardeal Lucio Maria Parochi, Bispo de Albano, e assistido pelos exmos. Srs Dom Luís Canestrari, Bispo de Termes e Dom Augusto Berluca, Bispo de Heliópolis, todos designados pelo Santo Padre Leão XIII. Em 04 de março do mesmo ano tomou posse da Arquidiocese da Paraíba. Sua

A Imprensa (1897-1963) para combatê-lo. As igrejas protestantes foram representadas[19] como filhas ilegítimas da Igreja Católica, as quais supostamente pregavam heresias que eram frutos de paixões mal contidas, de despeitos e de invejas (SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 111).

O jornal *A Impressa* tinha um enfoque especial nos protestantes que se converteram ao catolicismo, relatando as dificuldades que alguns países protestantes enfrentavam em relação a essa religião. No entanto, o jornal afirmava que os católicos deveriam amar os protestantes, mas repudiar o protestantismo. Apesar disso, a publicação retratava os protestantes como infiéis, hereges, desonestos, traidores e outros adjetivos pejorativos, o que apresentava uma contradição, pois incentivava os católicos a desprezar os protestantes. Além disso, a Igreja Católica na Paraíba aconselhava os seus fiéis a não terem contato com os protestantes para evitarem de cair nos mesmos erros. Também eram realizadas todas as segundas-feiras, às 19:30 da noite, na Igreja de São Bento, lições doutrinárias para esclarecimentos de ponto de fé católica (HOMENS..., 1947), caso alguém tivessem dúvidas suscitadas pelo protestantismo.

Ademais, o jornal católico *A Imprensa* publicou artigos que ensinavam como prevenir ou resistir à propaganda protestante (ROSSI, 1947). Esses artigos recomendavam que, para resistir ao protestantismo, seria necessário fornecer instrução religiosa, promover a vida religiosa na paróquia, alertar os fiéis sobre a tentativa dos apóstatas de seduzi-los para sua causa, e evitar a leitura de escritos e Bíblias protestantes, não participar de suas conferências e não educar os filhos em seus colégios. Através das missas, do jornal *A Imprensa* e de outras formas, o clero católico paraibano tentava desqualificar o protestantismo e imputando-lhes "todo tipo de punições sejam terrenas ou celestiais, despertando

administração religiosa na Paraíba foi de 1894 a 1935, entre Bispo e Arcebispo, cujo lema era *Iter Para Tutum***,** ou seja, *prepara o caminho seguro* (SOUSA JUNIOR, 2015, p.159).

[19] De acordo com Chatier (2002), mais do que um conceito de mentalidades, ela [a representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social; em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que irão fazer reconhecer uma identidade social exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa, simbolicamente, em estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns "representantes" (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou comunidade (CHARTIER, 2002, p. 23).

em boa parte da sociedade paraibana da época um temor, uma ojeriza e distanciamento de tudo que se relacionava ao protestantismo" (SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 114).

Uma das principais estratégias utilizadas para combater o protestantismo era associar o protestantismo com algo que a sociedade odiava ou temia. Era comum o protestantismo ser associado ao nazismo (OS PROTESTANTES..., 1937) e ao comunismo. No primeiro era dito que alguns protestantes haviam se tornado instrumentos do nazismo e abandonado alguns dos princípios cristãos e até a sua base de *somente a Bíblia* estava sendo deixado de lado. Os protestantes teriam colégios e seminários que eram "verdadeiras células 'nazistas' destinadas a criar e manter o espírito hitlerista nos jovens teuto brasileiros" (O SEMINÁRIO..., 1938, p. 8).

No segundo, era referente a ligação com o comunismo. O comunismo, teria o objetivo de impor a massa sobre a pessoa, todo sobre o indivíduo, e teria nascido através de Lutero (LUTERO..., 1947), pois os princípios protestantes estariam mais próximos do comunismo do que do catolicismo "(...) e através do ódio que nutriam pela Santa Sé eles se entendiam" (QUEM..., 1941). Martinho Lutero era visto como um apóstata que causou muitos males que afligiam a humanidade causando quatro séculos de desordem. Ele quis encontrar a cura para seus complexos através da destruição da Igreja Católica e da doutrina de Cristo e isso causou a anarquia no campo da ética e da ordem social da vida religiosa. Lutero havia preparado o mundo para o liberalismo e suas funestas consequências para o mundo moderno. Desta forma, toda exaltação contra a comunidade e a sociedade, "a anarquia de normas, o desprezo aos valores tradicionais, a destruição da autoridade sobre o indivíduo tem sua origem na base de vida de Martinho Lutero" (LUTERO..., 1947, p. 6).

Era transmitida uma imagem de um protestantismo decadente em outros países, principalmente na América do Norte (NEGROMONTE, 1942). De acordo com essa propaganda de desqualificação, essa situação era resultado da insuficiência espiritual da doutrina evangélica, já que havia supostamente muitas doutrinas evangélicas, mas nenhuma delas conseguia suprir as necessidades espirituais dos fiéis, e da incapacidade apostólica dos pastores, que supostamente não possuíam fé, convicções, ideais, vida espiritual e a chama

missionária. Além disso, afirmava-se que as igrejas estavam fechando as portas por não se preocuparem com a revolução industrial, e que seus púlpitos viviam de negações, em que se difamava a Igreja Católica e o Papa.

De modo geral, o protestantismo não era visto como uma religião pelos católicos, mas era compreendido como uma "desagregação e a mais triste desorientação jamais narrada pela história religiosa de todos os tempos" (PALLARES, 1947, p. 6). Segundo essa perspectiva, o protestantismo não poderia se apresentar como religião de Cristo por ser uma verdadeira *confusão babilônica* que possuiria interesses pseudo-religiosos.

Como uma forma de combater as séries evangelísticas que as igrejas protestantes faziam, foram publicados no jornal *A Imprensa* alguns artigos intitulados de *Evangelismo?* Nesses artigos, os protestantes eram chamados de *crentes* que acreditavam que somente eles seguiam as práticas do evangelho sendo os católicos os "antievangélicos". Não obstante, para João Felix de Medeiros[20] (1947a), apenas a Igreja Católica poderia se chamar de evangélica, pois os protestantes tinham práticas que iam contra o evangelho como o divórcio e do homem ter até setenta mulheres. Para ele, só havia uma única maneira de ser evangélico que seria seguir a Igreja Católica, pois apenas a ela havia sido confiado o evangelho e por ela pregado através de vinte séculos.

O primeiro artigo foi publicado em 7 de fevereiro de 1947, e para combater as séries evangelística de Guarabira, o padre João Felix publicou no dia 11 de maio outro artigo como o mesmo título (ALMEIDA, 1947). Nele, o padre acusou os pastores protestantes de se aproveitarem da ignorância da massa para conseguir adeptos. O terceiro artigo intitulado de *Evangelismo* foi publicado no dia 10 de julho de 1947, e foi resultado de uma pequena polêmica antiprotestante que foi causada pelo artigo anterior. Do lado católico estava o Padre João Felix de Medeiros e do lado protestante estava o professor Antônio Sales da Silva, que era conhecido em Guarabira como professor Sales. Infelizmente, só foi possível encontrar a versão católica, mas o que foi encontrado já é de grande importância para compreendermos esse fato.

20 João Felix de Medeiros (1912-1984) nasceu em Esperança, Paraíba. Entrou no seminário em 1932 e ascendeu ao presbiterato em 1943. Foi capelão das Dorotéias (1944), em Alagoa Grande, e vigários de diversas paróquias (SANTOS; VELÔSO, 2010).

O artigo trazia a resposta de Medeiros ao professor Sales. João Felix Medeiros (1947b) dizia que recebeu de um amigo um exemplar do Jornal *O Rebate* de Campina Grande. Nele, havia um artigo intitulado *Repelindo Ataques* de "um cidadão sem responsabilidade", ou seja, um cidadão que fazia afirmações irresponsáveis e infundadas sobre a igreja Católica, chamado de Professor Antônio Sales, o qual queria provar *falsidades*. Para Medeiros, o professor ou não havia entendido o artigo ou se fazia de desentendido.

Em suas contrarresposta, Medeiros trabalhou dois pontos do artigo de Sales que versaram acerca das acusações de Salles sobre os livros deuterocanônicos, os livros que a Bíblia católica possui a mais do que a protestante, e sobre a adoração de imagens. Medeiros argumentou que Sales não entendia o que estava falando e que deveria voltar a ser criança para fazer a catequese e conhecer mais sobre o catolicismo.

O embate entre o padre João Felix de Medeiros e Antônio Sales foram além dos artigos intitulados de evangelismo. No artigo *Incoerências Protestantes* (MEDEIROS, 1948), Medeiros discorreu sobre um artigo de Sales no jornal *O Norte Cristão* em que o católico denunciou as seitas heréticas dentro do protestantismo. Dentre elas estavam as Igreja Adventistas do Sétimo Dia, Testemunhas de Jeová, e os Mórmons, que se denominavam protestantes, mas se assemelhavam a "(...) feiticeiros, macumbeiros, assassinos de todas as espécies de ladrões, adúlteros, beberrões e anarquistas que vivem rezando, confessando-se e ingerindo a hóstia eucarística na Igreja Romana" (MEDEIROS, 1948, p. 6). O padre, utilizando-se um tom irônico, diz que todas deveriam ser consideradas protestantes ou evangélicas, pois usavam o livre exame como todos os outros protestantes.

Outras propagandas católicas da época, a fim de demostrarem a superioridade da Igreja Católica, alegavam que ela era fundada por Jesus e bem mais antiga que o protestantismo (A SEMENTE..., 1949). Além disso, eram escritos muitos artigos trazendo a conversão de um protestante (UMA..., 1939), de pessoas importantes (CONVERTE-SE..., 1941), de famílias inteiras (EM SERRA..., 1937), de protestantes que se tornaram sacerdotes (DOIS..., 1948) e até de pastores (QUEM..., 1941). Haviam textos que argumentavam que muitos protestantes haviam encontraram a igreja verdadeira de Jesus, a católica, e,

portanto, abandonaram o protestantismo. Isso também servia para se contrapor aos padres e fiéis que haviam se convertido ao protestantismo e cujos relatos eram utilizados para servir de inspiração e para atrair mais pessoas das igrejas evangélicas.

Dizia-se também que os protestantes eram hereges (O PROTESTANTISMO..., 1937) e inimigos da Bíblia (QUAIS..., 1949), buscavam o extermínio do catolicismo (QUEM..., 1941) e faziam acusações infundadas (ATAÍDE, 1937). Utilizando-se disso, faziam comparações entre o catolicismo e o protestantismo representando-se com características positivas e os outros de formas negativas. Desta forma, normalizavam a sociedade no sentido de se mostrar como o modelo a ser seguido e outros deveriam ser combatidos, conforme Silva (2008).

O antiprotestantismo nem sempre ficava na esfera do discurso. Em alguns momentos, ele passava para a esfera física, o que incluía desde agressões até assassinatos. Na Paraíba, as situações mais sérias aconteceram quando as Santas Missões[21] passavam pela cidade, muitas delas com a presença de Frei Damião[22]. A primeira situação violenta contra o protestantismo que se tem registrada ocorreu em 1932, na cidade de Alagoa Grande, após um pequeno debate do frade Damião com Isnau Barbosa de Andrade, uma jovem evangélica de dezesseis anos.

A jovem estava de férias da escola Agnes Eriskyne, Colégio Presbiteriano

[21] Conforme Souza (2011), não se sabe ao certo quando se iniciaram as Santas Missões, contudo ela está presente na comunidade cristã desde os tempos mais remotos. As Santas Missões eram realizadas no Brasil desde o período colonial pelos dominicanos, redentoristas, capuchinhos e lazaristas que em sua maioria eram estrangeiros. No Nordeste do país, os padres seculares se destacaram nesse campo. Para Ferreira (2016), as Santas Missões serviam para a manutenção da unidade religiosa sendo realizadas através das visitas. Uma das principais características das Santas Missões era a pregação no momento de instrução que não se apegava demais as obrigações litúrgicas e possuíam linguagem de fácil acesso. Elas não faziam parte da estrutura política e eclesiástica, o que lhe dava liberdade para agir e adaptar-se de acordo com a necessidade de cada localidade. Mesmo com as variações regionais, ela "possuía três frentes distintas: a instrução religiosa que serve de instrumento preventivo contra as heresias, o combate aos prazeres da carne e aos vícios e finalmente a dimensão conciliatória que evita os conflituosos, concilia os desafetos como condição indispensável para a aproximação dos sacramentos" (SOUZA, 2011, p. 32).

22 Pio Giannotti (1898-1997), mais conhecido como Frei Damião de Bozzano, nasceu em Bozzono, na Itália, no dia 5 de novembro de 1898. Ingressou na Ordem dos Capuchinhos aos 16 anos de idade. Mesmo sendo seminarista, teve de lutar por seu país na Primeira Guerra mundial. Ordenado aos vinte e cinco anos em Roma, passou a chamar-se Frei Damião. Em 1925, diplomou-se em Teologia dogmática, Filosofia e Direito Canônico pela Universidade Gregoriana de Roma. Foi professor e diretor do convento de Massa, na capital italiana. Oito anos depois da ordenação, em 1931, chegou ao Brasil, fixando-se no Recife, cidade que seria a base de suas peregrinações (SYLVESTRE, 2014, p. 52).

no Recife, e seu tio, católico, conseguiu marcar o encontro entre ela e frei Damião. Conforme Sylvestre (2014), durante o debate, Frei Damião chamou Isnau de "bode do Diabo" e disse que ela iria para o inferno; depois, ele saiu da casa rezando em voz alta. Desse momento em diante, iniciou-se uma série de perseguições aos protestantes de Alagoa Grande. Na mesma noite, o frei aconselhou os católicos a não comprarem e nem venderem aos *bodes* e pediu que juntassem os impressos protestantes para serem queimados. Ao fazer esses pedidos, o incentivo a ações violentas tornou-se uma das práticas de frei Damião em todos os lugares por onde passava.

O pai da jovem protestante envolvida na querela era comerciante e, depois do episódio, não conseguiu mais vender o suficiente na região para a sobrevivência de sua família, e, então, mudou-se, em 1935, para Patos. Os problemas não foram apenas no comércio, pois ao saírem de casa, eles eram xingados e ouviam jovens fazendo o som de bodes. Algum tempo depois, o frei também passou por Patos, iniciando novamente as perseguições contra a família de Isnau Barbosa de Andrade, a qual se mudou para Natal, Rio Grande do Norte.

Por onde passava, Frei Damião convocava pastores para debates públicos, contudo devido à grande quantidade de católicos que se aglomeravam no local, muitos recusavam ou não compareciam. Ao fazerem isso, eles eram rechaçados e ridicularizados, sendo chamados de covardes, e os que ousavam ir, muitas vezes não conseguiam falar, pois a multidão gritava e vaiava na sua vez de fala. Um debate público que teve grande repercussão foi o de Frei Damião com Reverendo Sinésio Lyra[23], um dos pastores da Igreja Evangélica Congregacional. O debate ocorreu em abril de 1935, em Campina Grande, em um cinema chamado *Rink Park,* e tinha como mediadores Vergniaud Wanderley, chefe de polícia do estado, Hortênsio de Souza Ribeiro, advogado, e Orris Barbosa, jornalista da capital.

O tema do debate foi a *transubstanciação à luz das sagradas escrituras.* A discussão sobre o assunto não parou em Campina Grande. Os dois continuaram a discussão através da imprensa: enquanto Frei Damião publicava no jornal *A*

23 Synésio Artiliano Pereira Lyra (1895-1993) nasceu em Timbaúba, Pernambuco, converteu-se a Igreja Evangélica, em 1915, e foi batizado, em 1919, na Igreja Evangélica do Monte Alegre. Em 1921, matriculou-se no Instituto Ebenézer, onde cursou o seminário sendo ordenado a ministro e eleito co-pastor da Igreja Evangélica Pernambucana, em 1925, onde exerceu a função até 1938 (SYLVESTRE, 2014).

Imprensa, de João Pessoa, o reverendo publicava no *Diário da Manhã* de Recife, Pernambuco. O embate parou quando frei Damião publicou que não mais responderia devido à falta de tempo causada pela grande quantidade de viagens.

Frei Damião era acompanhado pela multidão que, em alguns casos, causavam depredação e ataques aos templos protestantes. De acordo com Soares (1996), um desses casos ocorreu em 1937, na cidade de Guarabira, Paraíba, durante as Santas Missões realizadas pelo Frei Damião. A Igreja Evangélica Congregacional, que estava sendo inaugurada, foi cercada e apedrejada por cerca de três horas e algumas pessoas ficaram machucadas.

As perseguições nem sempre tinham Frei Damião a sua frente. Segundo Sylvestre (2014), era comum os padres e fiéis católicos das mais diversas cidades perseguirem os protestantes. Um exemplo disso foi o que aconteceu em Catolé do Rocha, Paraíba, onde vivia o comerciante José Dorotéia, que foi perseguido pelos padres da paróquia da cidade, na década de 1930. De acordo com Bruno César Cordeiro de Araújo (2020), em Catolé do Rocha, e nas suas redondezas, aconteceu um dos conflitos mais violentos da História do Protestantismo do Brasil entre as décadas de 1930 e 1940.

Conforme Araújo (2020), desde o início do protestantismo na cidade (1926 – 1928), a religião cresceu livremente sem ter problemas com o clero romano. O padre dessa época, Luiz Gomes Vieira, era uma pessoa tolerante que não gostava de nenhuma perseguição, porém, com a sua saída da paróquia de Catolé do Rocha, houve uma sequência de vigários[24] fortemente contrários a fé evangélica. Os párocos que tiveram os maiores embates com o protestantismo no Sertão Paraibano entre os anos de 1930 e 1940 foram o monsenhor Constantino Vieira da Costa, o padre Manoel Otaviano e o Padre Joaquim de Assis.

Assim que o monsenhor Constantino Vieira chegou à cidade, ele deu ciência aos seus paroquianos de que "(...) aos protestantes, nós católicos, não damos morada, não compramos, não vendemos coisa alguma, nem permitimos

[24] Os vigários que assumiram a paróquia de Catolé do rocha durante os anos de conflito foram "o padre Luiz Gomes Vieira, de 1923 a 1928; o monsenhor Constantino Vieira da Costa, de 1929 a 1932; o padre Manoel Otaviano, que vai do período de 1932 a 1934; o padre Francisco Lopes, de 1934 a 1936; o padre Belisário Dantas, que fica na paróquia entre os meses de fevereiro a dezembro de 1936; o Padre Joaquim de Assis, que foi o protagonista do período mais crítico dos conflitos com os protestantes, em 1938 a 1939, e seu paroquiado durou de 1936 a 1942; o Padre Américo Maia, de 1942 a 1945" (ARAÚJO, 2020, p. 87).

a ele o fornecimento de água" (FIGUEIREDO, 2016, p.23). A perseguição era tanta que os protestantes foram privados de algo extremamente importante para sobrevivência: a água. Os proprietários de açudes ou de outros reservatórios pararam de fornecer água aos protestantes, sendo Hercílio Maia, um fazendeiro da cidade, quem impediu que eles morressem de sede (SYLVESTRE, 2014).

José Doroteia Dutra era um comerciante protestante que sofreu com a intolerância religiosa em várias cidades do Sertão paraibano inclusive em Catolé do Rocha. O padre Manoel Otaviano de Moura Lima[25], padre que assumiu após o monsenhor Constantino Vieira, chegou a ficar em frente ao comércio de Dorotéia, dizendo aos seus fiéis que não comprassem dele senão seriam amaldiçoados. Além disso, fiéis católicos tentaram envenenar a água de Doroteia. Devido às perseguições, que se intensificavam com as Santas Missões, Dorotéia mudou-se diversas vezes, mas sempre voltava para Catolé do Rocha.

O padre Octaviano, da mesma forma que o frei Damião, convocava pastores para debates públicos e, muitas vezes, eles não apareciam devido à falta de garantias quanto à sua integridade física. As perseguições em Catolé do Rocha foram tão intensas que, em 1938, causou a destruição do templo da Igreja Evangélica Congregacional e houve uma tentativa de assassinato do reverendo Josué Alves de Oliveira[26]. Na semana que ocorreu esse conflito, o pastor local, reverendo Lindônio Almeida, estava realizando uma série de conferências na igreja que ficava na principal praça da cidade, próxima a paróquia de Nossa Senhora dos Remédios e da residência do padre Joaquim de Assis Ferreira. Para ser o preletor foi chamado o reverendo Josué Alves de Oliveira e os temas foram sobre idolatria.

Nessa ocasião, os católicos da cidade se sentiram ofendidos e começaram a surgir rumores de que um confronto poderia estourar a qualquer momento. A liderança da Igreja Congregacional suspendeu a conferência do sábado e agendaram um ensaio de hinos para o culto público que ocorreria no domingo.

[25] Manoel Otaviano de Moura Lima assumiu a gestão da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios no dia 17 de abril de 1932 e permaneceu nela até 24 de fevereiro de 1934. De acordo com Araújo (2020), com a chegada do padre Manoel Otaviano, os conflitos se aprofundaram.

26 Josué Alves de Oliveira (1912-1999) nasceu em vitória de Santo Antão, Pernambuco. Ele cursou o seminário no Instituto Bíblico do Recife sendo ordenado a pastor e assumindo a Igreja Evangélica Congregacional de Caruaru, Pernambuco.

Porém, essas medidas não foram o suficiente para impedir o confronto que aconteceu no dia 18 de junho de 1938. Oliveira descreve a destruição da igreja da seguinte forma:

> [...] quando estávamos ensaiando, ouviu-se a gritaria de uma multidão enfurecida que invadia o templo! A primeira ação deles foi desligar a chave de luz. Aí começou o quebra-quebra! Eles entraram armados de facão martelo, foice, barras de ferro, pés-de-cabra e, especialmente, molas de automóvel. Quebraram tudo o que havia no templo: o púlpito, a mesa, o órgão, os bancos, as cadeiras, relógio de parede, as portas, enfim tudo o que puderam destruir (OLIVEIRA, 1987, p. 112).

Oliveira conseguiu fugir do templo com a ajuda do pastor na congregação local. Ele ficou escondido na casa do pai até o dia seguinte, quando um fazendeiro da região se disponibilizou a retirá-lo da cidade durante a noite. A massa enfurecida foi ao sítio Cajazeirinhas, que ficava a cerca de 12 km de distância da sede do município, e destruíram completamente o templo congregacional que estava em fase de acabamento. Depois disso, a multidão seguiu para Brejo dos Cavalos, atual Brejo dos Santos, Paraíba, onde destruíram outra igreja.

Nos dias seguintes ao ataque em Catolé do Rocha e em Brejo dos Cavalos, os protestantes foram ameaçados e xingados. Por mais de um ano, praticamente, não houve reuniões protestantes nas duas cidades, contudo, em Brejo dos Cavalos, os protestantes tentaram reconstruir o templo, mas novamente ele foi destruído no dia 31 de maio de 1939 após uma novena. Nesse dia, várias pessoas agrediram o presbítero da igreja, José Alves da Silva, deixando-o quase morto. Ele veio a falecer alguns meses depois devido à gravidade dos ferimentos.

José Alves não foi o único protestante a morrer por motivo de intolerância. Outro caso foi o de Severino Amaro, que foi morto com tiros de rifle, no dia 15 de agosto de 1940, enquanto voltava para casa nas proximidades de Cuité. Os tiros também atingiram um umbuzeiro que ficou com as marcas das balas e, a partir de então, o local ficou conhecido como o Umbuzeiro do Crente. Os responsáveis, tanto pela morte de José Alves quanto de Severino Amaro, nunca foram presos e os processos se perderam na morosidade da justiça.

Essa situação só parou quando o interventor Ruy Carneiro[27], que tomou posse em 1940, indicou Manoel Emídio de Souza (1943), um adventista do sétimo dia, para ser prefeito da cidade. Conforme Araújo (2020), a escolha não foi pacífica, pois houve protestos e articulações de lideranças católicas para retirar a sua indicação ao cargo, todavia o nome foi mantido. Então as perseguições cessaram e os protestantes que haviam fugido da cidade, voltaram.

Conforme Sylvestre (2014), outras cidades da Paraíba que também tiveram fortes perseguições e destruições de templos foram João Pessoa, Taperoá, Alagoa Nova, Cuité, Barra de Santa Rosa, e Patos. Essa última, também foi causada durante as Santas Missões de Frei Damião, em 1958, e resultou no ataque à Igreja Evangélica Congregacional, à Primeira Igreja Batista, à Congregação Presbiteriana e à Primeira Igreja Pentecostal. A Congregacional foi a menos afetada, por ser localizada bem no centro da cidade. De acordo com Firino (2021), além das citadas por ele, também teve a depredação do templo e a agressão física que sofreram os membros e o pastor adventista em Queimadas em 1940.

O conflito religioso de Patos é considerado o último grande ato de perseguição ao protestantismo na Paraíba e por isso convém ser trabalhado aqui. A tensão entre os protestantes e católicos em Patos começou em setembro de 1957, com a criação da paróquia de Santo Antônio, tendo como pároco o padre Manoel Dutra. A situação foi piorando até que em maio, mês mariano, o padre, junto com um grupo de católicos, apedrejou a casa da protestante Maria Madalena, na Rua da Baixa, bem como as igrejas evangélicas da cidade.

De acordo com Sylvestre (2014), o padre passou a falar todos os dias no alto falante que não sobrariam protestantes na cidade depois que Frei Damião passasse por ela. A discriminação também ocorreu contra as crianças. Os filhos dos protestantes que estudavam no único colégio da cidade, Colégio Diocesano, sofreram sérias afrontas como apelidos e perseguições variadas, tanto pelos alunos quanto pelos professores.

27 Rui Carneiro (1906-1977) era formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, Pernambuco, e em jornalismo. Ele chegou a dirigir o jornal Correio da Manhã e durante a era Vargas trabalhou com José Américo e foi indicado por Getúlio Vargas para ser o interventor da Paraíba.

O auge do conflito começou no dia 27 de junho, enquanto ocorriam, ao mesmo tempo, as Santas Missões e um culto da Igreja Batista. Como de costume, os batistas colocaram um alto falante para fora da igreja para que todos que estavam fora pudessem ouvir o sermão. Sentindo incomodados, alguns católicos, que participavam das Santas Missões com Frei Damião, pediram para que o alto falante fosse desligado, mas o pastor não obedeceu. Então, o padre Dutra com alguns católicos, tentou invadir o templo a força, mas foi impedido pelo delegado que o segurou pelo braço.

No dia seguinte, 28 de junho, véspera do dia de São Pedro, foi colocado um alto falante na Igreja Católica Matriz onde foram feitos comentários antiprotestantes e se formou uma multidão que se dirigiu ao templo presbiteriano, o qual foi completamente queimado, e a Igreja Batista foi apedrejada enquanto uma turba gritava "'viva Frei Damião!', 'viva a santa Igreja Católica', 'viva Maria mãe de Deus' e 'abaixo os protestantes" (SYLVESTRE, 2014, p. 175).

As pessoas da multidão levaram consigo tições fumegantes, pedras e cassetetes. Os bancos e os equipamentos da Igreja Batista foram empilhados fora da igreja e queimados. Dois homens também tentaram jogar o filho menor de uma protestante na fogueira, mas foram impedidos. No dia seguinte ainda conseguiram realizar o culto na Igreja Congregacional, mas as demais igrejas protestantes não puderam devido ao estado que os templos se encontravam. A ordem da cidade só foi estabelecida semanas depois do ocorrido. Na parede que restou em pé do templo presbiteriano, foram escritos: "vão embora, bodes'; 'pegue a reta, bode'; fora bode pastô (sic); 'onde está escondido o pastor desta igreja?' [...]; 'a maior fogueira foi na igreja presbiteriana'; [...] 'salve Maria, faleceu sábado às oito horas da noite a Igreja Presbiteriana, morta pela Católica" (SYLVESTRE, 2014, p. 178).

Os jornais *Correio da Paraíba*, *A União* e *O Norte Evangélico* divulgaram por semanas os acontecimentos e foram lugares de disputa entre padres e pastores onde cada um contou a sua versão. Dias depois estiveram na cidade "o governador, o secretário do Interior e Justiça, Dr Abelardo Jurema, e o Chefe de Polícia. A eles se juntaram os deputados José Cavalcanti e José Gayoso e um dos principais líderes políticos da região, o Dr. Darcylio Wanderley" (SYLVESTRE, 2014, p. 178). Eles fizeram várias reuniões com os padres e os

pastores da cidade até conseguirem apaziguar a situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o protestantismo tenha iniciado na capital da Paraíba, sua expansão foi mais significativa no interior do estado, onde a presença do clero católico era menor. Nesse contexto, igrejas como as Presbiterianas, Batistas, Congregacionais, Pentecostais e Adventistas do Sétimo Dia ganharam força na região. No entanto, sua implantação não foi fácil, já que a Igreja Católica, estabelecida há muito tempo na área, não aceitou a chegada dessas igrejas em seu território e passou a persegui-las.

Através do jornal *A Imprensa,* os protestantes foram representados de forma negativa, enquanto os *católicos* eram retratados de maneira positiva, numa tentativa de reafirmar a posição da Igreja Católica na sociedade e manter sua predominância. No entanto, havia contradições no discurso católico, pois embora o jornal afirmasse que os católicos deveriam amar os protestantes e odiar o protestantismo, os fiéis eram incitados a desprezar os protestantes, muitas vezes acusando-os de comportamentos ilícitos.

Em alguns momentos, a perseguição aos protestantes ultrapassava o discurso e se manifestava fisicamente, através de ataques a igrejas e membros, resultando em destruição de templos e assassinatos. Durante as Santas Missões, por exemplo, os fiéis eram aconselhados a não ter contato com os protestantes, o que muitas vezes resultava em privação de água e outros recursos essenciais, forçando os protestantes a se mudarem para outras cidades em busca de uma vida mais digna. Essa situação de perseguição e hostilidade persistiu até o último grande conflito entre católicos e protestantes na Paraíba, ocorrido em Patos em 1950, quando três igrejas protestantes foram depredadas, causando grande repercussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Felix. Evangelismo. **A Imprensa**. João Pessoa, ano. L, n. 89, p. 6, 11 maio, 1947.

ANUNCIOS Diversos. **A União.** João Pessoa, ano. LVI, n. 167, p.4, 28 de jul., 1948.

ARAÚJO, Bruno César Cordeiro de. Embates da fé: conflitos religiosos entre congregacionais e católicos no sertão da Paraíba (1930-1940). in: dissertação (mestrado em Ciência das Religiões), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.

ATAÍDE, Tristão. O literalismo bíblico. **A Imprensa**. João Pessoa, ano XXXIX, n. 20, p. 5, 28 jan., 1937.

A SEMENTE do individualismo. **A Imprensa**. João Pessoa, ano. LI, n. 52, p.4, 20 mar. 1949.

BORGES, Michelson. **A chegada do Adventismo ao Brasil:** histórias de fé coragem e dedicação. 3. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2020.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas e notas campinenses**. Campina Grande: Edições Caravela, 1988.

CAVALCANTI, Francisco de Paula Mello. **Subsérie óbitos** (Paróquia Nossa Senhora das Neves), livro 6, pagina 133 verso, sob o número 158, 1883. In: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. Ed, Miraflores: Difel, 2002.

CONVERTE-SE ao catolicismo o celebre pastor Niemoeller. A **Imprensa.** João Pessoa, ano. XLIII, n. 171. p. 3, 29 jun. 1941.

DOIS protestantes conversos abraçam o sacerdócio. **A Imprensa.** João Pessoa, ano. LI, n. 169, p. 6, 28 ago., 1948.

EM SERRA redonda toda uma família protestante se converte ao catolicismo. **A Imprensa**. João Pessoa, ano XXXIX, n. 23, 31 jan., p. 6, 1937.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização**: A implantação da diocese da Paraíba (1894-1910). João Pessoa: Editora UFPB, 2016.

FIGUEIREDO, M. G. **Catolé do Rocha, berço da Evangelização no Alto Sertão da Paraíba.** Cajazeiras: Editora e Gráfica Real, 2016.

FIRINO, Daniel da Silva. **Reconfiguração Religiosa da Paraíba (1911-1950)**: A Presença Adventista. in: dissertação (mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística**. Disponível em

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60&t=populacao-religiao-populacao-presente-residente> Acesso em 26 de ago. de 2020.

HOMENS de formação. **A Imprensa.** João Pessoa, ano. LI, n. 162, p. 6, 6 set., 1947.

IGREJA presbiteriana testemunhas de cristo. **A União.** João Pessoa, ano. LVII, n. 75, p.7-8, 2 abr., 1949.

IGREJA presbiteriana testemunhas de cristo. **A União.** João Pessoa, ano. LVIII, n. 174, p. 4, 2 abr., 1950.

LÉONARD, Emile G. **O protestantismo brasileiro**: estudo da eclesiologia e história social. 2. Ed. Rio de Janeiro: JUERP/ ASTER, 1981.

LUTERO, o liberalismo e o comunismo. **A Imprensa.** João Pessoa, ano L, n. 11, p. 6, 16 de jan. 1947.

MATOS, Alderi de S. A Vida do Rev. John Rockwell Smith. **Agreste Presbiteriano.** 2018. Disponível em: <https://agrestepresbiteriano.com.br/a-vida-do-rev-john-rockwell-smith/> Acesso em: 29 de set. 2020.

MEDEIROS, João Felix. Evangelismo? **A Imprensa**. João Pessoa, ano L, n. 23, p. 6, 7 fev. 1947a.

MEDEIROS, João Felix. Evangelismo?**. A Imprensa**. João Pessoa, ano L, n. 119, p. 6, 10 de jul. 1947b.

MEDEIROS, João Felix. A Incoerência Protestante**. A Imprensa**. João Pessoa, ano LI, n. 146, p. 6, 23 de jul. 1948.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir:** a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

NEGROMONTE, A. Protestantismo decadente. **A imprensa**. João Pessoa, ano XLIV, n. 85, p. 4, 18 abr., 1942.

OLIVEIRA, Josué Alves. Vocação e Projeção. Santos: A Tribuna dos Santos – Jornal e Editora LTDA, 1987.

OS PROTESTANTES e o nazismo. **A Imprensa.** João Pessoa, ano XXXIX, n. 39, p. 3, 21 fev., 1937.

O PROTESTANTISMO, o divórcio e o casamento de Eduardo VIII. **A Imprensa.** João Pessoa, ano XXXIX, n. 17, p. 3, 23 jan., 1937.

O SEMINÁRIO protestante do Rio G. Do Sul era um fóco de nazismo. **A Imprensa.** João Pessoa, ano XLI, n. 190, p. 8, 18 set., 1938.

PALLARES, Salvador Castro. A tragédia do protestantismo. **A Imprensa.** João Pessoa, v. LI, n. 229, p. 6, 11 dez., 1947.

QUAIS os inimigos da Bíblia?, **A Imprensa**. João Pessoa, v. LI, n. 243, p. 6, 30 de dez., 1949.

QUEM não é por mim é contra mim. **A Imprensa.** João Pessoa, v. XLIII, n. 6, p. 3, 9 jan. 1941.

RIBEIRO, Alvarez Jorge O. **História da Igreja Presbiteriana da Paraíba.** João Pessoa: Editora Fenix, 2003.

ROSSI, Agnéllo. Como previnir ou resistir à propaganda protestante. **A Imprensa.** João Pessoa, v. LI, n. 186, p. 6, 16 out., 1947.

SANTOS, Ednaldo Araújo dos; VELÔSO, Ricardo Grisi. **O ano sacerdotal e o clero da arquidiocese da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2010.

SILVA, Edjaelson Pedro da. **Súditos e Protestantes:** O impacto da propaganda protestante no sistema jurídico do Brasil Império (1835-1889). In: Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOARES, Caleb. **Januário Antônio dos pés Formosos**. Campinas: Luz para o Caminho, 1996.

SOUSA JUNIOR, José Pereira. **Estado laico, igreja romanizada na Paraíba republicana**: relações políticas e religiosas (1890 – 1930). in: dissertação (mestrado em história), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOUZA, Valdemir de França. **De volta para o Passado?** Uma analise crítica da reproposição das "Santas Missões Santas Missões populares" no século XXI. In: Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2011.

SYLVESTRE, Josué. **Fatos e personagens de perseguição a evangélicos**: Antes que as marcas se apaguem. Curitiba: Editora Mensagem, 2014.

UMA conversão impressionante. **A Imprensa.** João Pessoa, ano. XLI, n. 20, p. 4, 29 jan., 1939.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. **Os novas-seitas**: a presença protestante na perspectiva da literatura de cordel-Pernambuco e Paraíba (1893-1936). In: Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em

História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
VIDA Religiosa. **A União**. João Pessoa, ano XLV, n. 152, p. 5, 12 jun., 1937.
VIDA Religiosa. **A União**. João Pessoa, ano XLVI, n. 130, p.2, 12 jun., 1938.
VIDA Religiosa. **A União**. João Pessoa, ano XLVIII, n. 288, p.3, 24 dez., 1940.
VIDA Religiosa. **A União**. João Pessoa, ano LII, n. 207, p. 4, 12 set., 1944.

Recebido em 17 de maio de 2022.
Aprovado para publicação em 02 de janeiro de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

MULHERES ESPETACULARES:
Gênero, cor e classe nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (1950-1959)

SPECTACULAR WOMEN:
Gender, Color and Class in the Magazines *O Cruzeiro* and *Manchete* (1950-1959)

CRISTINA FERREIRA [1]

JÚLIA CAMPOS [2]

RESUMO

O artigo analisa as representações e discursos sobre as artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (1950-1959), por meio do conceito de Interseccionalidade, imbricado às categorias de cor, classe e gênero na análise histórica. As narrativas sobre as mulheres artistas nessas revistas apresentavam temas envolvendo a discriminação e as relações raciais e de gênero, evidenciadas em suas páginas a partir da construção de discursos de caráter ambíguo sobre as mulheres negras artistas, apresentadas sob princípios de hiperssexualização e/ou sob a manifestação pura do racismo estrutural e cultural, a partir da estereotipagem dos corpos negros femininos. As mulheres brancas artistas foram representadas de acordo com os padrões usualmente impostos às mulheres, como a vocação ao matrimônio e à maternidade, corroborando para consolidar o estereótipo de esposa/mulher ideal.
Palavras-chave: Mulheres; Interseccionalidade; *Manchete*; *O Cruzeiro*; Gênero.

ABSTRACT

The article analyzes the representations and discourses about black and white women artists in the magazines *O Cruzeiro* and *Manchete* (1950-1959), through the concept of intersectionality, imbricated with the categories of color, class and gender in historical analysis. The narratives about women artists in these magazines presented themes involving discrimination and race and gender relations, evidenced in their pages from the construction of discourses of ambiguous character about black women artists, presented under principles of hypersexualization and/or under the pure manifestation of structural and cultural

[1] Doutora em História pela Universidade Federal de Campinas (UNICAMP). Professora do Departamento de História e Geografia Fundaçao Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Coordenadora do Centro de Memória Oral e Pesquisa - CEMOPE. *E-mail:* cliocris@gmail.com.

[2] Graduada em História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Membra do Centro de Memória e Pesquisa, laboratório vinculado ao curso de História da FURB. Professora na Rede Estadual de Ensino no Estado de Santa Catarina. *E-mail*: juliacampos.jc97@gmail.com.

racism, from the stereotyping of black female bodies. The white women artists were represented according to the standards usually imposed on women, such as the vocation to marriage and motherhood, corroborating to consolidate the stereotype of the ideal wife/woman.
Keywords: Women; Intersectionality; *Manchete*; *O Cruzeiro*; Gender.

INTRODUÇÃO

O crescente espaço ocupado pelas mulheres nas discussões que demarcam a historicidade de suas ações e experiências, somado ao complexo debate sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres no processo histórico, têm despertado o interesse pelo aprofundamento e expansão dos domínios referentes aos estudos de gênero pela historiografia. Esse contexto contribuiu para o aprimoramento das análises a partir da pluralidade de olhares sobre o passado, diante de suas múltiplas questões que proporcionam romper com uma visão única e dicotômica sobre a História, ampliando as temáticas e sujeitos abordados pela historiografia.

O estudo das relações estabelecidas entre homens e mulheres no processo histórico permite compreender diversos dilemas, discursos e "verdades" convencionadas e sedimentadas acerca do "universo feminino" e do lugar social destinado a ambos os gêneros. A categoria gênero, entendida sob uma perspectiva relacional, discute não apenas os questionamentos no que se refere às distinções entre homem e mulher, mas também as "múltiplas diferenças dentro da diferença" (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 287), de forma a compreender as especificidades de cada grupo de homens e mulheres em sua heterogeneidade, a partir de suas diversas origens e contextos de atuação no cotidiano social. Essa abordagem permite acentuar as particularidades advindas dos próprios indivíduos em suas trajetórias, conferindo-lhes a "possibilidade de se recobrar a experiência coletiva [...] em toda a sua complexidade" (MATOS, 1997, p. 79). Nesse sentido, a análise de gênero inscreve-se em diferentes universos temáticos, com ênfase na dimensão do universo doméstico, profundamente imbricado às questões sociais e políticas da esfera pública. No âmbito da História das Mulheres, as discussões de gênero propõem-se a analisar historicamente "os mundos femininos" das práticas das mulheres no

passado e no presente para propor novas possíveis interpretações. Analisado por esse viés, o gênero torna-se um importante meio de decodificação de sentidos e ciência das complexas relações entre as diversas redes de interação humana, particularmente entre homens e mulheres em circunstâncias histórico-sociais específicas (SCOTT, 1990).

Como método para compreensão das narrativas heterogêneas na análise da História das mulheres, as abordagens historiográficas apontam para a aplicação do conceito de Interseccionalidade, visando a ampliação das possibilidades de estudos sobre a categoria gênero. Cunhado pelas teóricas do feminismo negro, a Interseccionalidade investe no questionamento das diversas forças de opressão enfrentadas pelas mulheres negras, como um projeto que visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero. O conceito abarca a ideia de articulação das categorias de gênero, cor e classe, com o propósito de "apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrador" (HIRATA, 2014, p. 62-63). Também se dedica à problematização das singularidades que envolvem os agentes, grupos femininos e as forças sociais para discussão das "diferentes formas de racismo e machismo e seu impacto na vida e na luta das mulheres" (RIBEIRO, 1995, p. 455).

Partindo desses princípios teóricos, esse artigo tem como objetivo analisar as representações e discursos sobre as mulheres artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (1950-1959), por meio do conceito de Interseccionalidade, imbricado às categorias de cor, classe e gênero na análise histórica. Quanto às fontes históricas analisadas, convém mencionar que a revista *O Cruzeiro*, fundada em 1928, ocupava um lugar hegemônico no filão editorial voltado à fotorreportagem. Todavia, a partir de 1952, passou a dividir seus leitores com a *Manchete* que, em poucas semanas, tornou-se a segunda revista semanal de maior circulação nacional (FERREIRA; SILVA, 2014). Ambas eram meios de comunicação de grande representatividade durante o período, reportando-se a significativos setores da classe média e alta brasileira. Consideradas revistas de "variedades", dentre seus propósitos editoriais constava o estímulo à imaginação dos leitores, a partir da utilização de diversas imagens, fotos e ilustrações, em suas mais variadas formas gráficas, para a

composição das manchetes e colunas, constituindo o campo jornalístico da fotorreportagem (MEYRER, 2010; MONTEIRO, 2016). Nesse contexto editorial, a temática das mulheres aparecia frequentemente em suas publicações e, desde suas primeiras edições, as capas contavam com imagens femininas. Considerando que grande parte de seu público leitor era composto por mulheres de diferentes faixas etárias, essas revistas traziam diversas reportagens e colunas que se referiam ao que era considerado o "universo feminino": eventos de moda & beleza; novidades sobre o cinema americano; discussão de aspectos íntimos e familiares em relação às mulheres; abordagem de temas como sociabilidade, lazer e cotidiano.

Ao analisar as imagens e textos em conexão, mobilizamos o debate conceitual acerca das representações, dada sua proposição teórica que relaciona uma imagem presente e um objeto ausente, e "faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é" (CHARTIER, 1990, p. 20). Visivelmente o termo "representações" não comporta em sua aplicação a ideia equivocada de tomá-lo como uma espécie de bloco unívoco, até porque se encontra no plural. Portanto, convém frisar que o conceito requer atenção à multiplicidade de sentidos vinculados às classificações, divisões e delimitações que organizam o mundo social e os esquemas intelectuais, por meio dos quais o presente adquire sentido e o espaço é decifrado. Sua aplicação como recurso teórico ocorre, neste caso, em observância ao fato de que tais disputas de representações se estabelecem em função de um "paradoxal entrecruzamento de restrições transgredidas e de liberdades restringidas" (CHARTIER, 2001, p. XIII). Portanto, a análise específica das representações e discursos acerca das mulheres artistas negras e brancas contribui para o aprofundamento dos conhecimentos acerca das formas como esses grupos eram retratados pelos meios de comunicação e concebidos pela sociedade, questionando "práticas discursivas que privilegiam a afirmação das assimetrias de gênero" (PEDRO; SANTOS, 2011, p. 140) e reforçam parâmetros socialmente estabelecidos.

Ao estudar as mulheres artistas negras e brancas, procuramos evitar uma análise excludente, baseada em apenas um discurso que nos leve a "crer que ele se basta a si mesmo" (FARGE, 2009, p. 73). Essa perspectiva contribuiu para

o aprofundamento dos debates sobre gênero por meio de novas categorias relacionais, solidificando ainda as bases do discurso que apresenta as mulheres como um grupo heterogêneo, que busca "reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que mulheres não constituem simples aglomerados" (MATOS, 2013, p. 07). Muito pelo contrário, elas interagem através de contextos e trajetórias diferenciadas, aspectos que precisam ser considerados nas análises sobre a atuação das mulheres no processo histórico.

Tais questões articulam-se à problemática dessa pesquisa histórica, voltada à discussão dos fatores que remetem às hierarquias de gênero nos diversos espaços, diante da importância de evidenciar os desafios cotidianos da vida das mulheres na década de 1950. Devemos levar em consideração as questões de raça e racismo como elementos arraigados à sociedade de modo a naturalizar e institucionalizar tais discursos, voltados à normalização equivocada das desigualdades e impondo segregações às mulheres, perspectiva que intenciona corroborar a manutenção de uma prática voltada ao exercício de funções de subalternidade e não de igualdade de gênero.

Para contrapor essa naturalização da discriminação, a análise histórica que realizamos está imbuída da discussão em torno da composição dos sistemas discriminatórios, que criam "desigualdades básicas e estruturam as posições relativas de mulheres" (CRENSHAW, 2002, p. 177). A análise das mulheres artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete***,** entre os anos de 1950 e 1959, contribui para a expansão do campo historiográfico dos estudos de gênero, no intuito de ressaltar o protagonismo de suas trajetórias. Nessa perspectiva de abordagem, as mulheres deixam de ser colocadas em posições excludentes e são tratadas como agentes na construção de sua própria história no mundo. O artigo que apresentamos visa questionar os estereótipos e discursos já enraizados em relação às mulheres artistas negras e brancas, abordagem que possibilita sustentar uma visão mais pluralista da História, considerando que a diversidade se torna fundamental para ampliar as trocas de experiências entre grupos sociais, além de ampliar a representatividade e reforçar a identidade dos diversos grupos femininos da sociedade brasileira.

1. MULHERES ARTISTAS NEGRAS: FEMINILIDADE, BELEZA E ESTEREÓTIPO DE SENSUALIDADE

Ao longo dos anos 1950, a população brasileira vivenciou acontecimentos que engendraram amplas transformações nos setores econômico e cultural, atingindo também as relações de gênero, o comportamento e as práticas cotidianas. Os processos de industrialização e urbanização se intensificaram ganhando um ritmo acelerado, despertando novas oportunidades de acesso ao consumo, sociabilidade e informação. Esse período também foi caracterizado por uma melhora diante das desigualdades entre homens e mulheres, como a possibilidade de acesso à educação formal e profissionalizante das mulheres e as oportunidades de emprego remunerado. Esses fatores colaboraram para "modificar as imagens da mulher, de sua relação com os homens e os significados atribuídos ao feminino" (PINSKY, 2012, p. 501), gerando transformações essenciais para o processo de emancipação feminina, iniciado a partir de 1950 e vigente a passos lentos até à atualidade.

No entanto, mesmo em meio às mudanças nas diferentes áreas da realidade socioeconômica brasileira, os valores atribuídos às mulheres continuavam relacionados ao ideário social dos anos de 1950, com discursos estreitamente ligados à maternidade, ao casamento e à dedicação ao lar. O perfil de "mulher ideal" era definido a partir da dedicação às ocupações domésticas, do cuidado com o marido e os filhos e as características próprias à feminilidade estavam referenciadas pela grande maioria das publicações dos anos de 1950. De modo geral, o homem continuava ocupando o status de "chefe da casa" e o trabalho remunerado da esposa era visto apenas como subsidiário ao do marido.

Perspectiva diferente enfrentava a mulher negra que, devido a seu contexto marcado pelo desamparo histórico-social brasileiro perante a população negra, não podia dedicar-se totalmente ao lar, preocupando-se assim com os meios de obter uma fonte de renda para a auxiliar na sobrevivência familiar e para não depender economicamente do companheiro (NEPOMUCENO, 2012). Outra questão que interferia diretamente na atuação da mulher negra no mercado de trabalho era a discriminação. Esse aspecto, muitas vezes não recebeu a devida importância que representava, ficando os índices e

estatísticas sobre o trabalho feminino negro geralmente vinculados à baixa escolaridade ou ao despreparo profissional.[3] Entretanto, esses fatores não são exclusivamente responsáveis pela situação de desvantagem da mulher negra no mercado de trabalho, pois contrariando essa visão, a instrução também não eximia os negros e as negras de discriminações e desigualdades nas relações de trabalho, apenas corroborava com a reprodução das desigualdades, na medida em que evidenciava o entrecruzamento da individualidade com a estrutura social dominante (LIMA, 2012).

Quando nos referimos às representações sociais de corpos negros femininos convém destacar que a luta pelo reconhecimento tem sido batalha diária de milhares de mulheres negras no país, combatendo o racismo e o machismo estruturais na sociedade brasileira. Nos discursos costuma existir um reforço dos atributos e características vinculadas à feminilidade universal, tais como afabilidade, "discrição, doçura, passividade, submissão e pudor" (PERROT, 2003, p. 21). Essa perspectiva se consolidou em relação ao passado escravista, baseado na crença quanto às características de delicadeza das europeias, em contraposição à ausência de sensibilidade das africanas (MACHADO, 2018). Tais concepções estavam desprovidas de veracidade e remetem à problematização dos discursos elaborados sobre as mulheres negras na imprensa, normalmente vinculada a "ideias, crenças e valores que pretende difundir" (LUCA, 2010, p. 140). Nessa discussão, percebemos que a narrativa dos periódicos compõe uma espécie de arena conflituosa, portanto, não há como desassociá-la dos processos histórico-sociais. Logo, a análise dos jornais não pode se desvincular de suas condições de produção e circulação, também sujeita à incorporação de estereótipos em seus discursos sobre a mulher negra no período.

A associação entre mulheres negras e sensualidade se apresenta como uma das características pejorativas relacionadas, principalmente, à figura da "mulata"[4] e sua ancestralidade africana. Essa representação da mulher negra

[3] A respeito da desigualdade racial presente nas relações de trabalho e seu impacto econômico, consultar os artigos SILVA, 2013 e BENTO, 1995.

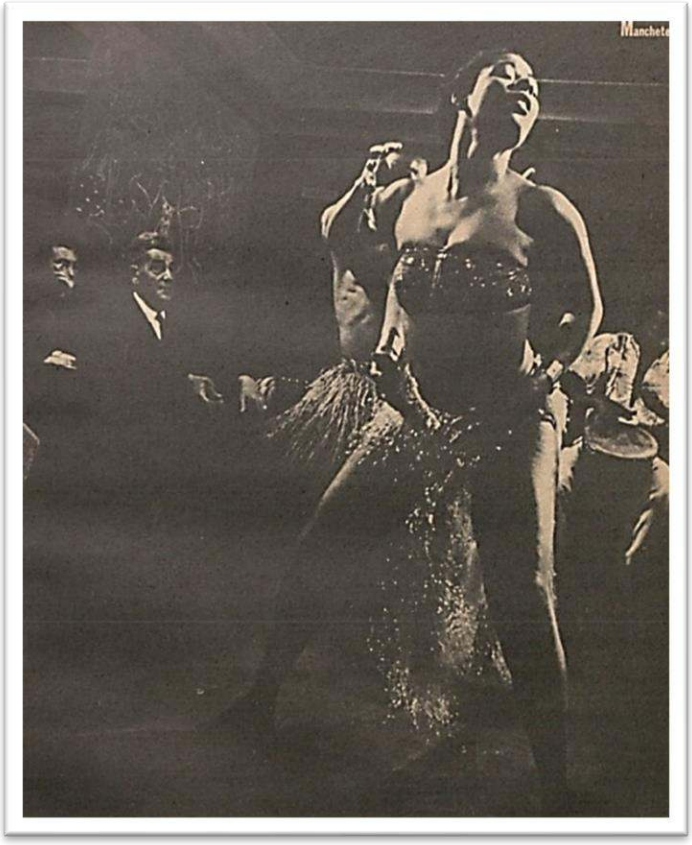
[4] O termo surgiu em conexão ao período de escravização e denominava os filhos e filhas de mulheres negras violentadas pelos senhores de escravos. No caso feminino, além do sentido exposto, as discussões raciais do século XIX vincularam semanticamente o termo à moralidade questionável e à crença na suposta

tem origem desde o período escravista do país, em que sua imagem sempre esteve preconcebida como uma mulher propensa à sexualidade e à lascívia (SCHWARCZ, 2019). A ideia de exotismo também se fez presente no retrato dessas mulheres e dos demais grupos negros escravizados no Brasil, visão que transita "entre um fascínio e um repúdio" (SANTOS, 2002, p. 281) à diferença, seja estética ou cultural, implicando na legitimação e reforço das estruturas hierárquicas advindas desde a sociedade escravista. Narrativas como essa, da exaltação do corpo negro feminino e sua articulação com a sensualidade, perpassaram as representações desse grupo nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* durante toda a década de 1950. As mulheres negras artistas eram retratadas nas páginas dos semanários por sua "autêntica beleza negra" e físico que é "realmente uma beleza" (PRETA, 1957, p. 56). No caso das cantoras, os adjetivos evocavam que suas vozes contêm "uma malícia impressionante" (PRETA, 1956, p. 62).

Na figura 1, tais perspectivas sobre a mulher negra ficam evidenciadas quando em primeiro plano aparece em destaque a dançarina trajada com roupas que expõem grande parte de seu corpo, representando a tradição africana juntamente com seu grupo de dança. A narrativa reforça que, cercada por homens brancos que dela não se desconcentram, a "bailarina negra requebra africanamente na presença de numerosos espectadores embasbacados" (E A ÁFRICA..., 1952, p. 24-27). A reação da plateia ao espetáculo revela a concepção sobre a mulher negra, representada por intermédio do estereótipo da mulata sensual ou exótica, diante dos olhares franceses. Da mesma forma, ficava evidente a combinação entre texto e as imagens que, assim "como qualquer produção humana, são suportes de relações sociais, envolvidas em jogos de poder, arenas discursivas e conflitos" (LOPES; MAUAD, 2014, p. 283), imbricando-se ao direcionamento dos sentidos do texto.

propensão à sexualidade exagerada das mulheres negras (CHALHOUB, 2018), adquirindo uma conotação pejorativa ao longo do século XX.

Figura 1 - Bailarina Africana



Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 24-27, 10 maio 1952.

As evidências dos discursos nas revistas ilustradas remetem à importância da análise pela via da interseccionalidade, conceito fundamental que estuda as mulheres negras a partir do entendimento do contexto de sua vida e das relações que estabelecem em sociedade, mediante a prerrogativa de que "raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável" (RIBEIRO, 2016, p. 101). Além disso, auxilia no processo de elucidação das particularidades que envolvem a "invisibilidade" das mulheres e as forças sociais que sobre ela incidem, proporcionando uma reflexão sobre os diferentes contornos de racismo e machismo e seu impacto na vida das mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

Outra representação cultural exótica se apresenta no grupo de dança da ilha de Trindade e seus passos afro-americanos ao ritmo do calipso – gênero musical afro-caribenho. Na figura 2, temos a fotografia do casal dançando,

acompanhado dos seguintes dizeres: “Cria Vênus e Apolo em frenesi, ao som dos instrumentos de percussão. A África rebrota sob o céu da América, pondo o sangue a correr rápido pelo corpo” (PINHEIRO, 1958, p. 76-81). Nessa narrativa, o discurso da reportagem associava os dançarinos a deuses ocidentais, vinculados à juventude, vivacidade e desejo. A deusa Vênus representada como “deusa do amor” (SANFELICE, 2010, p. 177) e Apolo, “divindade solar” responsável pelo cuidado do “corpo e da alma de seus fiéis” (FEITOSA, 2013, p. 61). Ao vincular os dançarinos às divindades, o texto reforçava a imagem da mulher negra como alguém que possui somente atributos físicos e a chamada “cor do pecado”[5], contribuindo para a perpetuação de estereótipos ligados à mulher negra e às questões estéticas de seu corpo.

Figura 2 – Casal dançando ao ritmo Calipso



Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 319, p. 76-81, 31 maio. 1958.

[5] A expressão da “cor do pecado” reforça a vinculação da cor com a lascívia, atribuindo ao corpo das mulheres negras um estereótipo de sexualização.

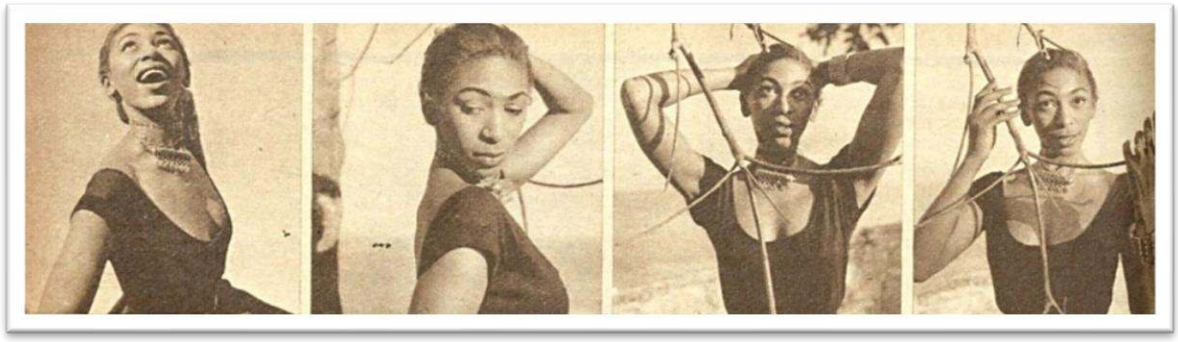
Diante de tais demonstrações, observamos o reforço da imprensa aos estereótipos negativos em relação à mulher negra, por meio da reprodução de representações que demarcam exacerbadamente sua sensualidade e uma suposta "exoticidade" desses corpos femininos, indicando uma insistência na fixação desses discursos na sociedade brasileira da década de 1950. Nesse sentido, atentamos para a compreensão de que a imprensa é uma "linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando as relações" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260) com o meio em que está inserido. Como resultado, os discursos nas revistas acabam por encobrir a violência sofrida pelas mulheres como fruto da hiperssexualização dos seus corpos, reafirmando estereótipos negativos relativos à cor de sua pele e tornando-as duplamente discriminadas: tanto por serem mulheres quanto por serem negras, forjando narrativas pejorativas sobre o feminino negro ligado à submissão, à sensualidade, ao perigo e ao prazer.

Essa narrativa estava combinada com a fotografia e revelava o quão "problemáticas se tornam as imagens de mulheres", sobretudo, quando essas são "representadas por homens" (HIGONNET, 1994, p. 403). A representação das mulheres negras enquanto "mulatas", detentoras do estereótipo de símbolo sexual estava pautada em uma concepção de nação brasileira miscigenada. Logo, as narrativas se reportavam a "mulatas de olhos oleosos de dendê, de onde uma doçura humana escorre sem fim como um milagroso fio de melado", destacando que, para além de seus atributos físicos, a "mulata" era representativa de uma das particularidades do Brasil e deveria ser considerada como uma "flor do folclore nacional" (FLÔRES, 1959, p. 92). Nessa chave interpretativa, os estigmas raciais serviam não apenas para "significar os corpos negros" e mulatos na condição de "marcas" distintivas da miscigenação nacional, mas também para conduzi-los aos "lugares sociais pré-determinados" (ASSIS, 2017, p. 125) pelo racismo e pelo machismo estrutural.

Quando as reportagens retratavam mulheres negras com maior poder aquisitivo ou prestígio social, seus enfoques se modificavam em relação ao que era abordado nas reportagens de mulheres com condições sociais menos abastadas. Na figura 3 observamos a cantora haitiana Josephine Premisse com

um vestido preto, em destaque, que acentuava sua silhueta e as várias poses.

Figura 3 - Cantora haitiana Josephine Premisse



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 41, p.103-105, 26 jul.1952.

As fotografias buscavam direcionar o enfoque para sua performance artística, com ênfase em sua aparência e voz, descritas como dotadas de "poesia" e do "misticismo da raça negra" (BARRETO, 1952, p. 103-105). Essa narrativa não sensualizava Josephine de forma explícita e sua descrição remete-nos a pensar a identificação das mulheres negras com a independência e o não assujeitamento aos desejos sexuais masculinos. Ao mencionar sua aparência física, a revista foi sucinta ao afirmar que a cantora "se expressa através de uma bonita voz e que também possui um corpo oxidado maravilhoso" (BARRETO, 1952, p. 103-105). Podemos perceber que mesmo a revista não atribuindo à cantora estereótipos tradicionalmente ligados às mulheres negras, a expressão "corpo oxidado" remete ao componente da cor e levanta uma série de problematizações. A oxidação pressupõe o desenvolvimento de ferrugem[6] e opacidade nos objetos de ferro, caracterizada também como um processo de correção de objetos, deixando com uma aparência melhor, discussão que apresenta a complexa dinâmica interseccional entre as três categorias que incidem sobre as mulheres negras. Sua análise possibilita recuperar a historicidade das relações estabelecidas entre as dimensões de gênero, classe e cor, no sentido de compreender como essas variantes atuam de diferentes formas nas trajetórias dessas mulheres. A narrativa sobre a cantora Josephine

[6] Processo de oxidação química do ferro e acabamento de materiais.

demonstra tal fato, proporcionando perceber o modo como os discursos pejorativos sobre a mulher negra se moldavam nos mais diversos contextos sociais e econômicos. Essas evidências das fontes contribuíram para normalizar as desigualdades e segregações impostas a esse grupo, ao mesmo tempo em que corroborava a manutenção da ordem vigente na qual as mulheres negras deveriam continuar exercendo funções subalternas. Por conseguinte, essa realidade remonta às raízes da história do país, especialmente durante a escravidão no período colonial e imperial brasileiro que, não apenas deixou marcas profundas sobre a população negra brasileira, como também originou uma sociedade violenta e uma desigualdade estrutural no país, com a qual ainda convivemos diariamente (SCHWARCZ, 2019).

A discussão acerca dos estereótipos que cercam os discursos sobre as mulheres negras mostra como eles são persistentes e contínuos nas representações e imagens associadas a esse grupo. Ao ressaltar tal fato, ficou perceptível como o racismo e a estratificação que recaía sobre essas mulheres estavam alicerçados em estereótipos atravessados por práticas, costumes e crenças sociais. Esse debate contribui para atentarmos à percepção dos ambientes socioculturais, tornando-se essencial para o entendimento da lógica modeladora do feminino e concebendo-a como uma categoria heterogênea, construída por diversos discursos e práticas (MUNIZ, 2018). Nesse processo, as narrativas da imprensa compõem e reforçam o conjunto de representações que determinam a forma como a mulher negra era retratada pela sociedade da década de 1950, o que demonstra a necessidade de problematizar e "desmascarar o caráter aparente 'natural' destes discursos, bem como considerar sua influência na conformação de estereótipos marcados pelo gênero" (PEDRO; SANTOS, 2011, p. 177), classe e cor.

Para o melhor entendimento acerca dos impactos acarretados pelos mecanismos que constituem e legitimam os estereótipos sobre a mulher negra, é necessário reforçar que eles integram práticas de violência mantidas por uma sociedade patriarcal como a brasileira. Nesse sentido, ressaltamos a importância de estudar essa temática sob um viés integrador entre as categorias de gênero, cor e classe, ou seja, sob a perspectiva da interseccionalidade, considerando que estudos dessa natureza compreendem "a lógica da incorporação do gênero

com foco atual no racismo e em formas de intolerância correlatas" (CRENSHAW, 2002, p. 173), permitindo perceber como essas junções atuam na trajetória dessas mulheres.

2. ARTISTAS BRANCAS: FAMÍLIA, CASAMENTO E ESTEREÓTIPO DE ESPOSA/MULHER PERFEITA

Nos anos de 1950, o ritmo acelerado despertou novas oportunidades de acesso ao consumo e à criação de sociabilidades à população brasileira. Nesse contexto, a imprensa passou a incorporar em suas estruturas espaços pensados para inserir imagens e conteúdo de diversas origens, como humor, saúde, acontecimentos sociais, moda etc (CORRÊA, 2008). As mulheres tornaram-se grupo privilegiado pelas revistas do período, movimento que originou um maior interesse na divulgação de matérias e manchetes voltadas aos "valores e comportamentos modernizadores no espaço doméstico e na vida cotidiana da família" (MANNALA; SANTOS, 2011, p. 01).

Um exemplo que contempla esse tipo de narrativa pode ser observado a partir da figura 4, que ilustra a atriz Ingrid Bergman em passeio com seu marido, buscando "conciliar suas atividades artísticas com a sua vida doméstica e continuar vivendo ambas" (MARTINS, 1959, p. 78-81). A revista buscava retratar uma "nova" fase na vida da atriz ao lado de seu cônjuge, em uma ação cotidiana na caminhada matinal do casal, juntamente com seu animal de estimação. Esse discurso buscava consolidar a imagem da atriz como uma mulher "moderna", com uma vida profissional a zelar, mas ao mesmo tempo capacitada para manter como prioritário o convívio com seu marido, conservando uma postura "tradicional" frente à estrutura familiar.

Figura 4 – Atriz Ingrid e marido



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 14, p. 78-81, 17 jan. 1959.

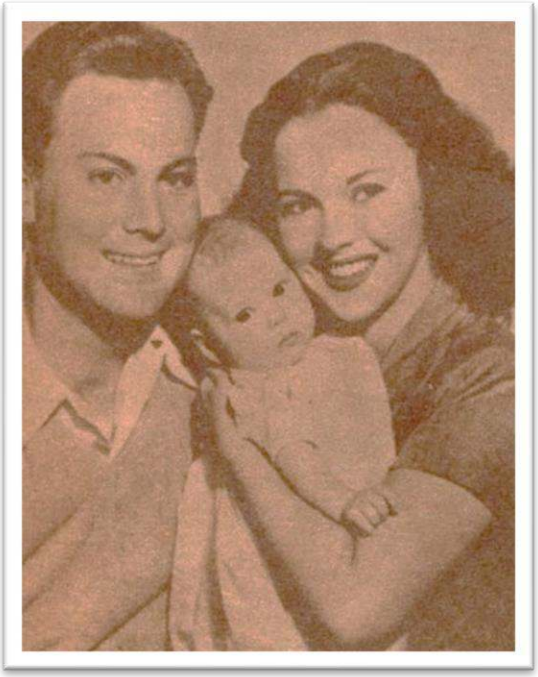
No entanto, enfatizamos que a mobilidade social estava iniciando na década de 1950 e estava caracterizada por pequenas melhorias diante das desigualdades existentes entre os gêneros, mediante a possibilidade de acesso à educação formal e profissionalizante das mulheres, além das oportunidades de emprego remunerado. Esses fatores colaboraram para modificar as imagens da mulher, de sua relação com os homens e os "significados atribuídos ao feminino" (PINSKY, 2012, p. 505), possibilitando iniciar uma trajetória lenta em direção ao processo de emancipação das mulheres, que ocorreu de forma paulatina durante a segunda metade do século XX.

Indicativo de tal questão encontra-se na entrevista concedida pela atriz Audrey Totter, contendo conselhos para mulheres sobre relacionamentos, afirmando que "os homens gostam de mandar e as mulheres de serem mandadas. Pelo menos elas preferem que seu homem pense que ele é o chefe da casa" (TOTTER, 1951, p. 107-108). Assim, percebemos que a sentença que ao mesmo tempo reforça uma prerrogativa de domesticidade e servilidade

feminina perante os homens, em contrapartida demarca um "controle" possível das mulheres em relação à atuação dos homens em seu ambiente doméstico. Em consonância com esses debates, as próprias nuances vinculadas à história das mulheres revelavam como a trajetória feminina na construção e consolidação de seu espaço social pressupôs a criação de distintas representações, de modo a cultivar novas atitudes para consigo mesmas, seus corpos e seu lugar na sociedade (HIGONNET, 1994).

Todavia, ainda que as mulheres se encontrassem diante de avanços nas diferentes áreas da realidade socioeconômica brasileira, suas representações nas revistas ainda se encontravam estreitamente relacionadas à maternidade, ao casamento e à vida doméstica propagada no período (BASSANEZI, 2017). Os discursos nas manchetes das revistas buscavam conciliar os impulsos modernizadores com aquilo que se considerava o "papel" da mulher branca na família, em que "a dona de casa deve ser tanto consumidora como administradora" (PASSERINI, 1994, p. 387). Exemplo dessa narrativa, encontramos na reportagem sobre a vida e carreira da atriz Shirley Temple, demonstrada na imagem 5.

Figura 5 - Shirley Temple e família



Fonte: *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 19, p. 80-81, 25 fev. 1950.

Ao retratar o processo de divórcio[7] da atriz estadunidense, o discurso da revista evidenciava sua incapacidade em conciliar a carreira com a vida doméstica, levando-a à percepção de que a "vida em comum com o marido era impossível", fator que determinou o "fracasso da missão mais importante da vida de uma mulher – o casamento" (SVENDERSON, 1950, p. 80-81). Mesmo sendo um tema sobre o litígio entre a atriz e seu ex-marido, o periódico optou por trazer uma fotografia de sua família reunida em um momento de "felicidade". Nesse sentido, compreender a imprensa em sua relação com a realidade, requer considerar que suas dimensões discursivas e imagéticas se nutrem de aspectos fragmentários, "construídos, destruídos ou ressignificados dos estereótipos que envolvem o gênero feminino" (LONGHINI; TEIXEIRA, 2012, p. 19). Tais representações demonstravam que as mudanças processuais no campo econômico, industrial e cultural não foram capazes de romper com a ordem estabelecida nas relações de gênero, pois em determinadas circunstâncias, tanto a sociedade como a imprensa respaldavam os estereótipos de feminilidade e se posicionavam contra a corrente de transformações sociais destinadas à mulher em seu cotidiano.

O perfil vigente de "mulher ideal" era definido a partir da dedicação às ocupações domésticas, do cuidado com o marido e os filhos. As características da feminilidade encontravam posicionamento semelhante ao da maior parte das publicações dos anos 1950, prevalecendo as relações de gênero em que o masculino era referência e dispunha de maior poder. Assim, coroava-se o ideal propagado sobre a mulher do período, de que sua ação e compromisso principal era com sua família, principalmente com os filhos, pois o casamento e a maternidade eram tratados como centrais na vida da mulher. Nesses termos, o espaço doméstico era considerado como local em que a mulher melhor poderia contribuir, voltado à formação cívica de seus filhos e à construção da imagem de boa mãe. Se até no campo educacional as limitações para a atuação feminina se faziam explícitas, nas artes e no campo cultural existiam ainda mais questões de conflitos de enfrentamento e aceitação, afinal, as mulheres artistas faziam

[7] A instituição do divórcio no Brasil data de 28 de junho de 1977, com a aprovação da Emenda Constitucional número 9, resultado de um longo período de debates entre grupos contrários ao divórcio, vinculados à Igreja Católica, com grupos divorcistas, tendo como expoente o advogado e político Nelson Carneiro, que se destacou como autor da "Lei do Divórcio" ou Lei 6.515/77. Cf. FÁVERI, 2007.

uma exposição pública de sua atuação profissional, ficando à mostra seus dons para além do lar.

Encontramos narrativas semelhantes na reportagem sobre a atriz Shirley Jones quando abordou seu casamento que, para ela, significava "ficar de mãos dadas, olhar a lua nos olhos um do outro e sentir a borbulha do champanhe na mesma taça", enquanto para o marido se tornou a resolução de um dos "seus maiores problemas: não ter que fazer a cama todas as manhãs" (LIMA, 1957, p. 77). Nessa perspectiva, ele continuava ocupando o status de chefe e provedor econômico da casa, enquanto a ocupação remunerada da esposa, caso existisse, era considerada subsidiária. Visto por esse parâmetro, a esposa de classe média nos anos de 1950 adentrava no mercado de trabalho "apenas porque precisa, porque o salário do marido não dá" (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 600), caso contrário, sua atuação deveria ser voltada ao lar, ou então deixar que "ele resolva onde o dinheiro deve ser aplicado", como aconselhou a atriz Audrey Totter (1951, p. 107-108).

Os meios de comunicação abordavam regularmente questões relativas às mulheres assalariadas por meio de discussões que incluíam as vantagens e desvantagens de uma carreira para a mulher, além de dicas sobre o planejamento e organização das atividades cotidianas, de modo a evitar o descuido com os afazeres domésticos, pois o afastamento da mulher do lar poderia acarretar prejuízos para a família. Imbuídas do discurso pautado na modernização e na valorização da atuação doméstica da mulher, as revistas consolidaram e difundiram o modelo da mãe-esposa-sem-profissão (THÉBAUD, 1994). Nesse sentido, parte da imprensa se apropriou de imagens e valores, incorporados por toda a sociedade ou por determinada parcela dela, adaptando-os as suas necessidades comerciais. Esses ideais foram encontrados nas revistas semanais e possibilitaram problematizar e compreender a complexidade dessas narrativas, uma vez que as mulheres leitoras desses materiais não eram "meras receptoras de mensagens, que absorvem passiva e mecanicamente o que se lhes apresenta" (LUCA, 2012, p. 455), mas estavam na condição de sujeitos ativos, capazes de reelaborar significados e representações em seu cotidiano.

O trabalho feminino poderia muitas vezes ser considerado como ofensa

ao marido por destituí-lo da condição de único provedor da família, pois o pensamento do período em relação ao núcleo familiar entendia que era função da figura masculina "manter a estabilidade financeira para que nada faltasse" (FORNAZARI, 2001, p. 20). Em consonância com esse debate encontravam-se os discursos que apresentam as hierarquias entre os gêneros, como a reportagem sobre a ganhadora do Oscar, a atriz Joanne Woodward que, ao ser elevada com o título de atriz em ascensão, recebeu a alcunha de "Marlon Brando de saias", tendo em vista que naquele período "todos os novos atores de talento e personalidades eram logo comparados a Marlon Brando" (BRITO, 1958, p. 43-44). Em reportagem alusiva ao casamento da atriz Shirley Temple também foi possível identificar a figura do homem dominante, quando seu marido, Jack foi retratado como "alto, musculoso, ágil, cheio de vitalidade" e a "pequena Shirley, com seu insignificante metro e meio de altura" (SVENDERSON, 1950, p. 80-81). Tais discursos se pautavam em construções de gênero específicas que pressupunham a existência de papéis e funções fixas e imutáveis para homens e mulheres, de modo a constituir e reforçar uma relação hierárquica, em que a posição masculina era sempre superior. Por extensão, essa interação foi sempre construída e "afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal" (CHARTIER, 1995, p. 42), intrínseca aos seres humanos, fator que imputa às mulheres estereótipos ligados à fragilidade e à inferioridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imbuídas dos princípios teóricos e historiográficos inerentes ao campo de estudos da História das Mulheres, a análise dos discursos e representações de mulheres artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* evidenciou a permanência de concepções estereotipadas pelo machismo e racismo estruturais na sociedade brasileira. Os discursos da imprensa reforçavam e endossavam padrões socioculturais tradicionalmente estabelecidos no tocante ao gênero, cor e classe. Contudo, as narrativas presentes nas revistas não podem ser isoladas de seu contexto de produção e circulação, pois diversos sentidos e significados atribuídos à atuação das mulheres encontravam respaldo nas concepções de caráter moral vigentes na

década de 1950. Por extensão, a análise das revistas permitiu acompanhar as mudanças na sociedade desse período, com destaque para os pequenos avanços no tocante aos direitos da mulher, oportunizados pela demanda de modernização e industrialização.

Longe de almejar resultados homogeneizantes, afinal, é impossível mensurar toda uma gama de elementos culturais e os sentidos produzidos discursivamente pelas páginas da imprensa, o estudo das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* demonstrou as representações constituídas pelos sujeitos sociais acerca das mulheres artistas negras e brancas, cujas produções discursivas e propagandas corroboravam para a constituição identitária desses grupos.

O racismo, a exploração de gênero ligada aos estigmas tanto da feminilidade, quanto da hiper sexualização, da masculinização e da subalternização do corpo negro feminino são alguns dos elementos que atravessaram a história desse grupo no país e nas narrativas das revistas analisadas. Acrescentamos a essa lista os tabus envolvendo a discriminação racial brasileira que, ancorada em uma pretensa cordialidade esconde em si preconceitos já enraizados socialmente. Esses discursos ficaram evidentes ao percebermos como a sociedade era e continua sendo marcada pelas relações de gênero, cor e classe, formulando preconceitos que são constantemente reproduzidos no cotidiano e que acabam por silenciar e legitimar a violência contra os diversos grupos minoritários.

No tocante às narrativas voltadas às mulheres artistas brancas, percebemos como o discurso de boa esposa, mãe e dona de casa ganhou destaque, ao mesmo tempo em que certos comportamentos apresentavam indícios de emancipação, pensamento próprio e empoderamento controlado. Ao traçarmos um panorama das mulheres artistas negras e brancas no Brasil, localizando os lugares sociais indicados na imprensa ilustrada, tanto no âmbito privado quanto nos espaços públicos, constatamos que suas representações foram continuadamente marcadas pelas concepções hierárquicas de gênero. No caso das mulheres negras, esse quadro foi agravado mediante as estruturas racistas que permeavam a sociedade brasileira, tratando os corpos negros femininos com maior brutalidade e preconceito.

A partir da análise acerca das representações das mulheres artistas negras e brancas, constatamos a estreita vinculação editorial das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* com o mundo das mulheres. Entretanto, as especificidades conferidas a esse "universo feminino" branco e negro enfatizavam questões ligadas à feminilidade e à cor, demonstrando a ambiguidade do lugar das mulheres artistas nas narrativas das revistas, permeadas por questões de gênero, raça/cor e classe. Isso demonstra que nos estudos de gênero, a junção dessas categorias pela via da interseccionalidade evidencia análises que evitam a simplificação ou unilateralidade. Portanto, os discursos sobre as mulheres negras reforçavam os estereótipos e preconceitos, desde seus aspectos físicos à sensualidade e estavam profundamente imbuídos de cunho racial, apresentados sob princípios de hiperssexualização e/ou sob a manifestação pura do racismo estrutural e cultural, a partir da estereotipagem dos corpos negros femininos. Por sua vez, as reportagens sobre mulheres brancas exploravam mais o universo familiar, a vocação para o matrimônio e a maternidade, com ênfase na função de esposa e/ou mulher "ideal", na tentativa de padronização das condutas nas representações das mulheres espetaculares no exercício da profissão de artistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. Corpos negros e representação social no Brasil: uma discussão de gênero e raça. In: **Revista da ABPN**. Goiânia, v. 9, n. 21, p. 123-234, 2017.

BARRETO, Luiz Carlos. Josephine – a elétrica. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 41, p.103-105, 26 jul.1952.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 607-639.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1995.

BRITO, Dulce Damasceno de. Nova face de Joanne. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 45, p. 43-44, 23 ago.1958.

CHALHOUB, Sidney. Literatura e escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 298-304.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 4, p. 37-47, 1995.
CHARTIER, Roger. Prólogo. In: CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. IX-XIII.
CORRÊA, Thomas Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207-232.
CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
E A ÁFRICA foi a Paris. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 3, 10 maio p. 24-27, 1952.
FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. In: **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 17, n. 01, p. 335-357, jan./jul. 2007.
FEITOSA, Sergio Paulo de Melo. **25 de dezembro**: simbolismos e aproximações entre os deuses Apolo, Hélios, Mitra e Jesus Cristo uma análise em mitologia comparada. 2013. 198 f. Dissertação Ciências Sociais e Religião, Universidade Metodista de São Paulo, 2013.
FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas *O Cruzeir*o e *Manchete* no Sesquicentenário da Independência (1972). In: **Temp e Argumento**. Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 355-385, jan./abr. 2014.
FLÔRES, Aluízio. 2.000 seremos 213 milhões. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 382, p. 92, 15 ago., 1959.
FORNAZARI, Luciana. **Gênero em Revista** – Imagens modernas de homens e mulheres na revista *O Cruzeiro* do segundo pós-guerra. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

HIGONNET, Anee. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **O século XX**. Port: Afrontamento, 1994. p. 403-427. (História das mulheres no Ocidente, v. 5).
HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Tempo Social**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-74, 2014.
LIMA, Márcia. Raça e pobreza em contextos metropolitanos. In: **Tempo Social.** São Paulo, v. 24, n. 2, p. 233-254, 2012.
LIMA, Pedro. A cinderela do século XX. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano

XXX, n. 06, p. 77, 23 nov. 1957.
LONGHINI, Letícia; TEIXEIRA, Níncia. Entre a sedução e o lar: representações femininas na revista "O Cruzeiro". In: **Voos**. Guarapuava, v. 4, n. 2, p. 19-33, 2012.
LOPES, Marcos Felipe de Brum; MAUAD, Ana Maria. Imagem, História e Ciência. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014.
LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-154.
LUCA, Tania Regina de. Mulheres em revista. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla. (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-468.

MACHADO, Maria Helena. Mulher, Corpo e Maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-342.
MANNALA, Thais; SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Representações de feminilidades na revista O Cruzeiro entre 1928-1945. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE**, 4., 2011, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: UTFPR, 2011.
MARTINS, Herlder. Ingrid feliz aos 40. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 14, p. 78-81, 17 jan. 1959.
MATOS, Maria Izilda. Gênero e História: percursos e possibilidades. In: SCHUMP, Monica (org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997. p. 73-92.
MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas. In: **Mandrágora.** São Paulo, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). **Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658. (História da vida privada no Brasil, v. 4).
MEYRER, Marlise. Revista *O Cruzeiro*: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957). In: **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 197-212, maio/ago. 2010.
MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre História e Historiografia das Mulheres. In: **Cadeno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 147-166, jan./jun., 2018.
NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.
ONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64-89,

jan./abr., 2016.
PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **O século XX**. Porto: Afrontamento, 1994. p. 381-401. (História das mulheres no Ocidente, v. 5).
PEDRO, Joana Maria; SANTOS, Marinês Ribeiro. Estratégias discursivas e identidades de gênero: a construção da "dona de casa moderna" na revista *Casa & Jardim* dos anos 1960. In: **Caderno Espaço Feminino.** Uberlândia, v. 21, p. 163-184, 2011.
PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Raquel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org.). **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 13-27.
PINHEIRO, Gil. Ballet negro em compasso alucinado. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, ano 6, n. 319, p. 76-81, 31 maio 1958.
PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 469-512.

PIZA, Edith. Da cor do pecado. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 52-64, 1995.

PRETA, Stanislaw Ponte. As 10 mais bem despidas de 1956. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 249, p. 56, 26 jan. 1957.
PRETA, Stanislaw Ponte. Tópicos Cariocas. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 240, p. 62, 24 nov. 1956.
RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. In: **Sur**. São Paulo, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, p. 446-457, 1995.
SANFELICE, Pérola de Paula. Sexualidade, amor e erotismo na Roma Antiga: as representações de Vênus nas paredes de Pompeia. In: **OPSIS**. Catalão. v. 10, n. 2, p. 167-190, 2010.
SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, exóticos, demoníacos: ideias e imagens sobre uma gente de cor preta. In: **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 275-289, 2002.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez., p. 1-35, 1990.
SILVA, René Marc da Costa. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. In: **Universitas Jus**. Brasília, v. 24, n. 3, p. 93-107, 2013.
SVENDERSON, Marius. O divórcio de Shirley Temple. In: **O Cruzeiro**. Rio de

Janeiro, ano XXII, n. 19, p. 80-81, 25 fev. 1950.
THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **O século XX**. Porto: Afrontamento, 1994. p. 7-23. (História das mulheres no Ocidente, v. 5).
TOTTER, Audrey. Como lidar com os homens. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, Ano XXIII n. 44, p. 107-108, 18 ago. 1951.

Recebido em 30 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 29 de março de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

O USO DA HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO *HABITUS* E DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO AGRESTE:
Um estudo sobre os sitiantes do municipio de Queimadas (PB)

THE USE OF ORAL HISTORY AS AN ANALYSIS TOOL OF *HABITUS* AND SOCIAL REPRODUCTION IN AGRESTE:
A Study about the sites from Queimadas (PB)

ANNAHID BURNETT[1]

FRANCISCO FAGUNDES DE PAIVA NETO[2]

EDMILSON DAS CHAGAS LIRA[3]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo suscitar reflexões sobre a história oral de vida como instrumento para analisar o *habitus* de classe (Bourdieu, 2005) e a *reprodução social* (Marx, 1959) do grupo dos *sitiantes* da região do Agreste, nas últimas décadas. Temos, como recorte inicial de pesquisa, os resultados obtidos no município de Queimadas, no entorno de Campina Grande, na Paraíba, usando a metodologia de história oral de vida (Meihy, 2005), através das transcrições das entrevistas livres com os agentes sociais. Observamos que esses atores sociais migraram da atividade do roçado no sítio para a atividade de produção domiciliar de confecções em geral, mantendo a mesma organização social do trabalho transladada do rural para o urbano.
Palavras-chave: História oral de vida. *Habitus* de classe. Reprodução Social.

ABSTRACT

This article aims to raise reflections on the oral history of life as an instrument to analyze the class habitus (Bourdieu, 2005) and social reproduction (Marx, 1959) of the group of rural workers in the Agreste region in recent decades. We have, as an initial research cutout, the results obtained in the municipality of Queimadas, around Campina Grande, Paraíba, using the methodology of oral history of lives (Meihy, 2005), through transcripts of free interviews with social

[1] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/ UEPB/PNPD). *E-mail:* aburnett8@gmail.com.
[2] Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *E-mail:* chicofagundes@gmail.com.
[3] Graduado em Licenciatura em Sociologia. Estagiário PIBIC do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UEPB). *E-mail:* edmilsonfilho22@gmail.com.

agents. We observed that these social actors migrated from the farming activity to the activity of household production of clothing, maintaining the same social organization of work transferred from rural to urban.
Keywords: Oral History of life. Class habitus. Social reproduction.

INTRODUÇÃO

O Agreste foi tardiamente povoado apesar de suas condições climáticas favoráveis e sua proximidade com a zona canavieira. Somente após a expulsão dos holandeses, a liquidação do Estado Negro (Quilombo dos Palmares) e das comunidades indígenas (Confederação dos Cariris) no século XVII, surgiram as sesmarias , como sistema de colonização, em áreas que antes fora do domínio do governo português. Os governadores passaram a doar sesmarias nas ribeiras do rio Paraíba do Norte, que se constituíram em grandes propriedades com extensão superior a 10.000 hectares, propícias à criação de gado destinado ao abastecimento dos engenhos (CORREIA DE ANDRADE, 2005).

No começo do século XVIII a freguesia de Campina Grande era um centro de comércio do gado, porta de penetração para o sertão paraibano. A população do Agreste era carente e limitava-se a cultivar o algodão, o milho, o feijão, a mandioca e a cana-de-açúcar para fazer mel e rapadura. O gado era destinado ao mercado interno e a população pobre ganhava a vida, ora com o comércio do gado em Campina Grande, ora pastorando o gado dos senhores-de-engenho, que ia passar o “inverno” no Agreste. Na segunda metade do século XVIII o algodão torna-se uma das principais culturas agrícolas do Nordeste até meados do século XX (CORREIA DE ANDRADE, 2005).

Esta pesquisa aborda a população pobre do Agreste e à sua reprodução social (Marx, 1959), após o declínio do algodão, no fim do século XX e começo do século XXI. Neste artigo apresentaremos como recorte os resultados da pesquisa em âmbito de pós-doutorado em Desenvolvimento Regional, realizada no município de Queimadas, próximo de Campina Grande. Como metodologia adotamos a história oral de vida (MEIHY, 2005), através de entrevistas livres utilizando uma linha do tempo a partir dos ancestrais, avós e pais, tentando analisar o habitus de classe (BOURDIEU, 2005) dos agentes sociais que se estabeleceram numa nova atividade domiciliar, a produção de confecções em

geral. Observamos, que esta nova atividade se apresentou como forma de driblar as secas cíclicas e evitar as migrações, reproduzindo a organização social do trabalho domiciliar e familiar originária das atividades agropastoris.

1. A CIDADE DE QUEIMADAS NO AGRESTE PARAIBANO

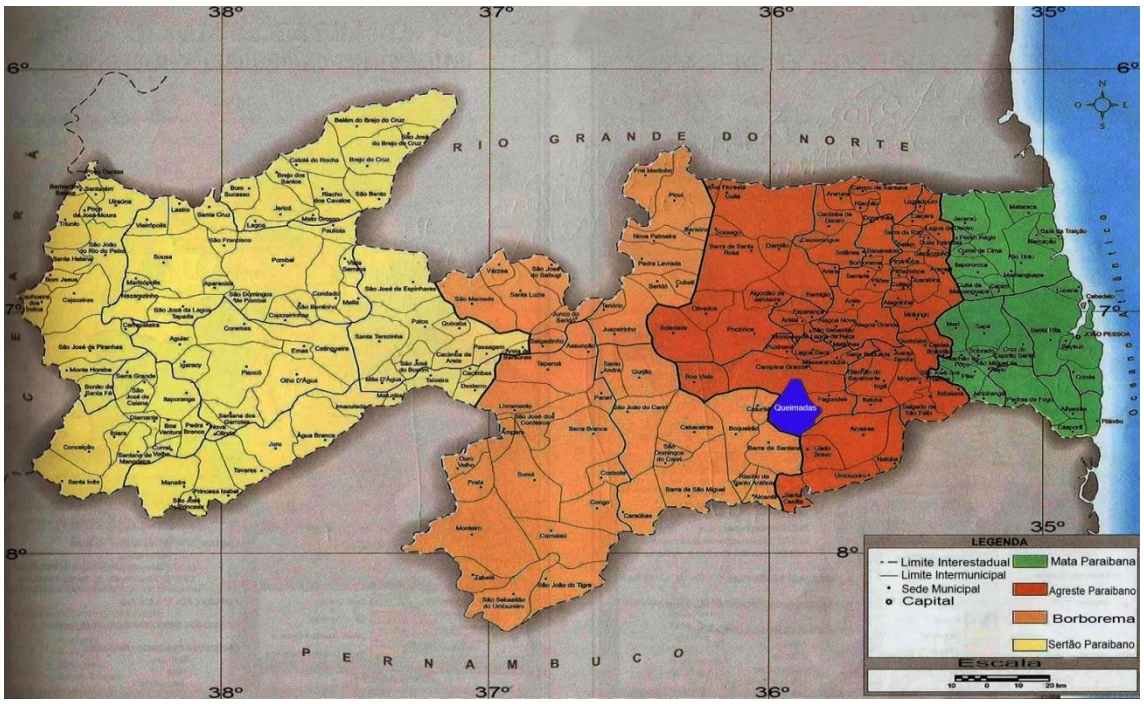
Foi a partir do sistema de doação de terras, a sesmaria, que o bandeirante baiano Pascácio de Oliveira Ledo, membro da principal família colonizadora do Sertão paraibano a serviço do rei de Portugal recebeu em 1712 a regulamentação das terras que viriam, após um processo lento, se tornar o município de Queimadas (LOPES, 2015). Para Lopes (2015), o nome Queimadas está relacionado às velhas práticas dos criadores de gado da redondeza, os quais costumavam queimar macambira, uma cactácea da região, que quando queimada servia de alimento para o gado na época da estiagem. Na versão de Sobrinho (2006, p. 169), "Queimadas foi fazenda de criar do Capitão Pascácio de Oliveira Ledo. O nome resultou do fogo que devorou as terras incultas do sítio local, iniciativa essa do já citado agricultor". Porém, a tradição oral narrada pelos moradores mais antigos do município difere dos raros documentos oficiais quanto ao nome do local, supostamente Queimadas era o nome usual do local já na época da colonização.

De acordo com Mariz (2007), foi no município de Queimadas onde se ergueu a primeira bolandeira, máquina de descaroçar algodão, em tração animal, da região de Campina Grande no ano de 1865. A Paraíba chegou a liderar a produção algodoeira no Brasil, que era escoada de trem, de Campina Grande, desde o início do século XX, para abastecer a indústria têxtil do Recife e para ser exportada através do porto do Recife.

As atividades agropastoris que foram desenvolvidas na história social do município contribuíram para que a região ficasse na primeira posição de maior população rural do estado, muito embora esse número venha caindo gradativamente. Em 1970, por exemplo, Queimadas tinha 21.258 habitantes, dos quais 18.248 moravam nos sítios e a população urbana era de apenas 3.010 pessoas. Nos dados de 1980 as populações rurais e urbanas cresceram, Queimadas chegou à 25.473 habitantes, dos quais 19.704 moravam no campo

e o restante, 5.769, na "rua" (sede do município). Já os dados de 1990 são os seguintes: a população do município era de 33.555 habitantes, 20.741 residiam na zona rural e 11.814 na zona urbana (IBGE/96). Em termos percentuais nota-se uma queda, muito embora não acentuada, na população rural do município, mas, o que chama a atenção mesmo é o aumento significativo da população urbana. O último censo do IBGE de 2010 mostrou que o município ocupa a posição 105º na taxa percentual de população residente em situação domiciliar rural, o que equivale a 45,6% de seus 41.049 habitantes.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Queimadas – PB.



Fonte: Tavares, 2017.

2. *HABITUS* DE CLASSE E REPRODUÇÃO SOCIAL: HISTÓRIA ORAL DE VIDAS EM QUEIMADAS (PB)

No argumento de Marx (1959), qualquer que seja a forma social que o processo de produção resulte, ele deve ser contínuo ou repassar periodicamente pelas mesmas fases. Uma sociedade não pode cessar de produzir, nem mesmo de consumir. Considerado, não sob seu aspecto isolado, mas dentro do curso de sua renovação incessante, todo processo de produção social é, então, ao

mesmo tempo, processo de reprodução.

A instituição e desenvolvimento da produção de confecções foram processos relacionais associados às práticas socioeconômicas emblemáticas do Agreste – as feiras livres e ao trabalho familiar na unidade produtiva domiciliar, como práticas reprodutivas da cultura agropastoril transplantada para a confecção com o objetivo de garantir a reprodução social desse grupo social encontrado nos sítios (BURNETT, 2016).

Segundo Bourdieu (2005), o habitus seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar em contato com a comunidade ou a sociedade, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória dos agentes (social restante), que demarcaram os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis pelo campo de sentido em que operam as relações de força. Compartilham das inúmeras competências que perfazem seu capital cultural, como uma espécie de princípio que rege as trajetórias possíveis e potenciais das práticas. Em consequência, as ações coletivas de um grupo ou de uma classe aparecem como produto de uma conjuntura, do domínio simbólico, dos princípios dominados pelo habitus de classe. No entendimento de Dylan Riley (2019, p. 183):

> Teorias macrossociológicas são caracterizadas por sua ambição explicativa. Em particular, elas têm três características: elas relacionam divisões estruturais na sociedade a comportamentos observáveis; elas desenvolvem explicações para o porquê, haja vista estas divisões, as sociedades conseguem se reproduzir; e elas esboçam os processos por meio dos quais as sociedades mudam. Quando bem-sucedidas, essas teorias então oferecem alguma explicação sobre estratificação, reprodução e mudança sociais (RILEY, 2019, p. 183).

Tentaremos, através deste arcabouço teórico, iluminar as transformações que estão ocorrendo no Agreste desse grupo social de origem sitiante, considerando uma leitura do habitus como estruturas estruturadas estruturantes. Este percurso metodológico leva-nos a refletir em processos sociais passíveis de mudanças de trajetórias produtivas dos agentes sociais em relação com as estruturas econômicas como vias para a própria reprodução social ou reconfiguração social da condição de classe.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com Meihy (2005, p. 147), “a história oral de vida, como o próprio nome indica, trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”. Na história oral de vida o sujeito tem maior liberdade para narrar sua experiência pessoal e mais espaço para dissertar sua história e sua experiência, que deve ser o alvo principal das histórias orais de vida.

> Porque a história oral de vida, ao trabalhar com a experiência, sugere entradas para o entendimento do espaço pessoal subjetivo, supõe-se haja também um roteiro menos factual e mais vinculado a outras alternativas que relevam, por exemplo, as narrativas pessoais através de impressões, sentimentos, sonhos. Ou seja, o caminho da narrativa não precisa necessariamente obedecer à continuidade material dos fatos (MEIHY, 2005 p.148).

Mesmo não sendo a única forma de condução das entrevistas de história oral de vida, a “linha do tempo” tem sido a mais usada, por isso as perguntas devem ser amplas. Segundo Meihy (2005), “quanto menos o entrevistador falar, melhor. A participação do entrevistador deve ser sempre estimuladora e jamais de confronto”. A história oral de vida é um recurso importante para entender a sociedade em seus aspectos íntimos e pessoais.

> Uma história de vida deve contemplar alguns aspectos gerais do comportamento social dos colaboradores. Questões como vida social, cultura, situação econômica, política e religião devem compor a história de quem é entrevistado. De igual relevância é o alcance possível de ser feito em termos de vida privada e vida pública (MEIHY, 2005 p. 151).

Essas relações sociais, quanto aos âmbitos privado e públicos permitem ao pesquisador uma análise das dinâmicas de pertencimento originárias e de escolha dos agentes no transcurso das suas trajetórias e das suas situações e posições de classe. As entrevistas trazem assim um dialogismo capaz de conduzir a avaliações do próprio narrador das suas experiências e as do pesquisador sobre as pertenças e relações sociais.

4. ANÁLISE DA FONTES ORAIS

4.1. "Trabalha comigo ou a família de casa ou a família da igreja"

> "Dos meus avós eu não tenho muita lembrança, porque a minha mãe ela ficou sem a mãe dela muito cedo, sabe? Aí ela só tinha o pai dela.... Assim a gente somos de Pernambuco, de Timbaúba, aí depois a gente veio pra cá, entendeu? A minha mãe e os filhos. Aí pra falar dos meus avós, eu não tenho muita história porque eu não consigo associar a minha vó, e da parte do meu pai, eles são de Esperança (município da região do Brejo paraibano) e foram pra Boqueirão (município próximo a Queimadas), pra o sertão de Boqueirão no sítio Facão, e aí o meu pai também morreu muito cedo, eu tinha quatro anos de idade, e a gente ficou afastado dos meus avós, aí eu também não tenho lembrança...
> Aí minha mãe era de lá, de Timbaúba, meu pai morreu logo cedo, ela trabalhava com tomate, com plantios de tomate. Aí depois nós viemos pra cá, pra Queimadas, eu tinha treze anos, e vim pra cá terminar meus estudos...
> Eu não tive contato com avós nem paterno nem materno né, eu não sei nem quantos filhos eles tiveram. Aí minha mãe teve nove filhos e eu tenho três, hoje eu tenho quarenta e três anos, né...[4]

A relação com a vida em uma cidade com uma maior divisão social do trabalho e com a possibilidade de uma participação mais ativa no mercado de trabalho por meio de uma atividade doméstica associada a atividade industrial têxtil.

> Sim, na verdade eu aprendi a costurar num curso que eu fiz, né, aí eu me apeguei a costura, aí eu comecei a trabalhar em fábricas, aí eu fui me aperfeiçoando, meus irmãos e minha mãe trabalhavam no roçado, eu não aprendi a costurar com ela não, esse foi meu primeiro emprego, foi esse. Aí quando eu saí, eu montei a minha confecção, faz doze anos que eu trabalho pra mim, eu trabalho com terceirização, trabalho com facção né, aí eles trazem o tecido e a gente faz a montagem da camisa, a gente é tipo, exclusiva da Mioche (marca de confecção da região). Eu trabalho aqui com minha família, meus filhos, meu marido, a família toda vive desse trabalho.[5]

Nas relações exploratórias da sociedade globalizada com os efeitos de desregulamentação das relações de trabalho, temos um contexto no qual a trabalhadora produz no ambiente doméstico com os próprios custos, quanto ao lócus da produção e níveis de interferência do território do mundo do trabalho na vida doméstica.

> Tem umas três costureira, o resto é família, minha nora e minhas irmãs,

[4] Entrevista com Mauricea Santina Soares Souza, concedida em 31 de outubro de 2017.
[5] Ibidem.

> meu marido faz a parte da lateral, e cada um tem uma função, cada um tem uma parte. Aí tem umas máquinas que elas são eletrônicas, outras semi-eletrônica, aí vai dependendo de cada função que a gente necessita.
> Eu faço parte da Assembléia de Deus, e trabalha comigo ou a família de casa ou a família da igreja, porque assim, como a demanda é pouca né, não tem necessidade de muita gente.[6]

Com o advento da globalização e a popularização de maquinário produzido no Extremo Oriente, fábricas ou famílias tiveram como acessar esses dispositivos tecnológicos. A dinâmica capitalista pode acessar nesse nível um grupo social para um nível de proletarização isento de um processo de inversões de capital em maquinários, pois no caso em questão as máquinas foram compradas pela família, que também passa por um nível exploratório vinculado à extração das mais valia relativa e além disso não possui direitos trabalhistas, maximizando o lucro da empresa.

> Eu me especializei em moda masculina, mas faço outras coisas, faço fardamento pra colégio, universidades, faço blusa, conjuntos, saia, tem eventos que a gente só faz a malha, eventos de igreja, ao todo trabalham aqui nove pessoas.
> Eu amo o que eu faço, e sou grata a Deus por ele ter me abençoado".[7]

Em meio ao processo de proletarização com predominância na informalização do trabalho, por meio da empresa com o recurso a um nível de terceirização da atividade fim, a narradora aponta para um aspecto de conversão religiosa a uma denominação evangélica, que expressa uma dimensão de conformismo com a ordem societal, enquanto expressa a própria capacidade de produzir vestes masculinas ou femininas, conforme o regime de encomendas. Destaca um nível de trabalho numa seção fabril doméstica com o envolvimento de 9 (nove) pessoas em igual condição de precariedade, através do recrutamento de mão de obra para composição da planta têxtil domiciliar junto a outros fiéis da igreja.

A divisão social do trabalho na prática do roçado nos sítios é feita no seio familiar, na unidade produtiva domiciliar. Ou seja, os esquemas implantados na trajetória social desse grupo dos sitiantes, as práticas coletivas deste grupo social, denominadas por Bourdieu (2005) de habitus de classe, reflete o trabalho

[6] Ibidem.
[7] Entrevista com Mauricea Santina Soares Souza, concedida em 31 de outubro de 2017.

compartilhado pelos membros da família nuclear, tanto na plantação do roçado, quanto no tratamento do resultado da lavoura, o feijão, o milho, colhido e trazido para o domicílio para ser debulhado por toda família. As gerações anteriores, dos pais e dos avós contavam com uma prole numerosa que era a mão de obra familiar. Na geração atual a família nuclear é bastante menos numerosa do que outrora, o que faz com que o grupo lance mão da "família da igreja", repondo assim a mão de obra da família nuclear, mas reproduzindo o significado do trabalho familiar e domiciliar herdado do sítio, garantindo, dessa forma, a reprodução social do grupo.

4.2. "Meu marido costura também, ele faz bolsa, faz tudo"

> Meus avós já são falecidos, né? Todos os dois, tanto paterno quanto materno. Eles eram agricultores... eu fui nascida e criada na roça, no sítio, sítio Gravatá dos Trigueiras, lá meus pais e meus avós eram agricultores, né? E a gente acompanhava, até os meus 17, 18 anos eu morava no sítio, meu pai botava roçado, eu também, né, acompanhei, aí depois eu casei, né, e vim morar na cidade. A gente lá no sítio, plantava feijão, arroz, a gente não vendia não, sabe? O que a gente plantava era pra passar o ano todinho, porque naquele tempo não tinha isso não, era naqueles depósitos, aí a gente fazia a colheita, milho, feijão, batata doce, verdura... Isso há 40 anos atrás. Porque naquela época a gente não comprava né, a gente tinha verdura, batata doce, essas coisas a gente tinha tudo no sítio.
>
> Aí depois morreu meus avós maternos, com alguns anos morreram o meu avô, pai do meu pai, com pouco tempo faleceu meu pai também, minha vó. Aí minha mãe veio morar aqui (no município de Queimadas). Meu avô materno ele terminou o quinto ano, naquela época. Minha vó paterna, ela era analfabeta, e meu avô também. Os meus avós paternos e maternos, todos os dois, tiveram oito filhos, oito tanto os maternos e oito os paternos.
>
> Teve um tio meu que chegou a se formar, ele mora em Recife, ele é engenheiro, isso da parte de pai. Do lado da minha mãe, ela já é falecida, era uma tia minha que era técnica em enfermagem, morava no Rio de Janeiro. E as outras minhas tias eram tudo costureira, e até hoje ainda são, né, três moravam no Rio, e tem uma que mora aqui.
>
> Meu pai passou um tempo no Rio, e dois tios meu. O resto ficaram tudo por aqui. Só que eles voltaram, né...
>
> Minha mãe teve doze filhos, morreu quatro novinhos, aí se criou-se oito. Inclusive amanhã vai fazer três meses que morreu uma irmã minha né, ela foi fazer uma cirurgia no coração e não resistiu. Com um mês e quinze dias depois, faleceu um irmão meu também, de infarto. Dia 13 de setembro faleceu minha irmã, e dia 27 de outubro faleceu meu irmão. Aí criou-se oito né, aí, faleceu esses dois, ficou seis. Dois homens e quatro mulheres. Em Queimadas só tem eu, uma irmã minha mora em Campina Grande, e outras duas moram no sítio Gravatá. Mora duas irmãs, meus sobrinho, minhas tias, meu irmão, a gente ainda vai lá. Lá é tipo um povoado, sabe? É bem evoluído, quando a gente tem tempo a gente vai.

Minha mãe mora aqui em Queimadas, mora lá no centro, lá na Rua José Maia.
Olhe eu terminei meus estudos né, não me formei por falta de oportunidade, as outras também tem o ensino médio, né, todos eles têm o médio e minha mãe também. Meu pai já faleceu.
O sítio ainda existe, é bem evoluído, você chegando como quem vai pra Boqueirão, perguntando; "Onde é a entrada do Gravatá dos Trigueiras"? Tem uma piscina desse lado (fazendo gestos indicando o lado esquerdo), aí você entra, você vê logo os povoados, uma cidadezinha...
Eu tive dois filhos, um faz trinta e dois para o mês, ele é operador de máquina e tem um com 14 que terminou já né, concluiu o nono, ele fez até a inscrição para o FIES tá aguardando chamada.
Minha mãe costurava, minhas tias eram todas costureiras, né? Aí eu morei um tempo no Rio de Janeiro, aí minhas tias tinham confecção, isso em 80... em 86 Cleiton nasceu... isso foi em 88. Eu fui com meu esposo. Eu morava lá... eu trabalhava a noite no hospital, minhas tias trabalhavam tudo com confecção, eu sempre gostei de costurar, aí durante o dia eu fui aprendendo né, aí me aperfeiçoei, aprendi com as tias... aí vim morar aqui em Queimadas, eu trabalhei muitos anos com costura em fábrica, eu trabalhei na Gumom, trabalhei na Lages, trabalhei na Tirruan, a bordada. Aí foi no tempo que eu tive um problema na mão, coloquei platina, não podia me movimentar, aí eu saí, agora eu trabalho em colégio, sou merendeira e tinha três máquinas, mas vendi uma, agora eu tenho a reto e a *overlock.* Ele também costura (se referindo ao seu atual marido), ele faz artesanato, meu filho também, esses quadros (indicando em direção as paredes da casa) é meu filho quem faz, o mais velho... "Espera aí um tempinho que eu vou olhar o almoço"
Aí eu vim pra costura assim, né? Quando aparece costura eu tô pegando. Porque na época que eu cheguei do Rio, minha mãe, a gente pegava costura de Santa Cruz, era lá no sítio, aí isso com várias máquinas, sabe? Mas, aí devido a problemas na coluna também, sabe? Eu diminuí mais na costura.
Meu marido costura também, ele faz bolsa, faz tudo.
Gercino Deodato da Silva, 57 anos. (esposo de Josefa Velez Tavares)**:** Eu trabalho em costura desde os dez, doze anos em Recife, fabricando bolsa de couro, esse tipo de bolsa aí também (com o dedo indicador mirando para a minha bolsa), bolsa pra viagem, entendeu? Cinto, carteira...
J.V.T. : O ano passado mermo... Esse ano, tu pegou umas bolsas de Nildo pra fazer num foi?
G.D.S.: Foi eu peguei 400 bolsas para as professoras, do colégio do município, ele inclusive foi a um bocado de costureira, só que elas não tinham práticas, aí eles ia fazer o serviço com elas, só que elas não sabiam fazer. De vez em quando ele vem aqui, né? Pra mim só trabalhar com ele. Nildo Bolsas, ele tem uma loja logo aqui pertinho, aí quando ele pega em muita quantidade ele passa pra mim dar uma ajuda a ele, entendeu? Eu aprendi a costurar em Recife, com o meu tio, porque ele tinha uma clientela lá, agora isso era tudo em couro, que é uma mercadoria que é realmente cara, mas é boa e você passa muito tempo com ela o couro tem uma duratividade muito grande. Ele fazia compra de couro em Caruaru. Aí eu peguei prática em todo tipo de máquina, reta, de picota, overlock, inclusive pra fazer desenhos.
Aí hoje a gente trabalha juntos, tem vez aí que ela pega, como pegou um fardamento, num foi Dinha?

Cabe destacar que existe também uma flexibilidade com relação à uma produção especializada, o trabalho de costura em couro. Conforme a demanda apresentada por uma empresa, que subcontrata os serviços dessa família e associados, temos também um processo de aprendizagem da costura em couro pelos outros trabalhadores, havendo assim a possibilidade de uma menor remuneração, porque estão ainda nos passos iniciais desse processo de formação para o trabalho em costura. Essa relação também destaca que o contratador Nildo Bolsas subcontrata essa unidade produtiva possivelmente por ser mais econômico e ampliar a rentabilidade com relação ao mesmo tipo de demanda se fosse aplicada aos operários do couro do Cariri paraibano, que pela especialização e organização profissional teria um custo mais alto.

> **J.V.T.:** É... assim, em época de setembro, ele ajuda, aí enquanto eu tô numa máquina ele tá noutra, eu faço uma coisa, ele faz outra... A gente pega muito em época de São João também.
> **G.D.S.:** É porque aqui é o seguinte, se fosse assim, a gente tivesse uma freguesia, que nem eu vejo em Santa Cruz...
> **J.V.T. :**Porque a concorrência aqui é muita também, né?
> (A resposta da entrevistada sugere que a concorrência é ampliada em Queimadas, provavelmente, pela mesma prática de subcontratação e de precarização de um operariado cada vez mais assolado pelo capitalismo nas áreas periféricas em busca da alternativa para melhoria da renda familiar)
> **G.D.S.:** Aí vamos supor, porque em Santa Cruz é assim, por exemplo, aqui a gente tem duas máquinas, aí eu comprava mais duas, uma ganoleira e a outra, a gente fazia tipo uma máquina pra pegar qualquer tipo, em blusa, em short, aí a gente pegava. As pessoas lá é desse jeito, eu tenho um primo lá que mora lá, ele pega as peças já vem tudo cortadas, aí ele costura por peça, aí pronto, fechar uma camisa assim (indicando para a minha blusa), eles pagam um real, tais vendo? Mais eles tem práticas, enquanto ele pega uma, a mulher tá em outra, isso aí em máquina é ligeiro demais, entendeu?

A narrativa do colaborador sugere uma espécie de fordismo pela dimensão de empresas situadas em regiões periféricas com as linhas de montagem para uma produção em massa, mas sem os encargos trabalhistas e fiscais, pois muito provavelmente essa produção seja distribuída de forma homeopática, em conta gotas por meio dos transportes públicos ou nos alternativos, burlando tanto a justiça do trabalho como a cobrança de impostos.

> **J.V.T. :**É igual bainha de calça, bainha de calça é ligeiro demais...

> **G.D.S.:** Isso aqui em máquina, pra pregar uma gola dessas (indicando para a minha blusa), quando a pessoa pega a prática é rápido, numa semana eles lá faturam quase dois mil reais.
> **J.V.T. :**Tudo é a prática.
> **G.D.S.:** Aí quando eles vem me pagar negócio de diária eu digo: "Não!", tem que me pagar é na produção, o que eu produzir você me paga, é desse jeito... Se eu pegasse numa máquina de manhãzinha, quando fosse de tarde eu tava com os meus duzentos reais, e se for fazer pra pagar salário, eu digo: "Eu num vou fazer em cima de salário", né? Salário mínimo já tá dizendo, já é mínimo, né? Eu digo: "Vamos fazer o seguinte, eu trabalho na produção, o que eu produzir você me paga"... Na produção, quando der umas quatro horas eu vou é tomar meu banho, eu digo pronto, eu vou trabalhar é no outro dia.

O narrador destaca a questão do trabalho por produção como fator de distinção do trabalho assalariado. Porém a impressão de conquista de um direito perante o contratador demonstra o esgarçamento dos direitos trabalhistas, devido à ausência da carteira assinada de direitos previdenciários. Em outros termos, é um sentido da imediatez da arma dos fracos diante da sanha devastadora do capital, dando a impressão que a venda da força do trabalho é menos danosa, não obstante esconde a armadilha da ausência de muitos direitos em nome do sustento imediato não podendo ser postergado, pois está associado ao tempo da sazonalidade inerente a agregação de recursos à renda familiar, porque o casal também possui outras atividades.

> Eu trabalhei aqui mesmo, eu fazia 400 e poucas bolsas, eu dizia: "Vamos fazer o seguinte Nildo, você me paga o que eu produzir", Nildo é daqui.
> **J.V.T. :**Tem muita confecção aqui, muita, muita mermo.
> **G.D.S.:** O negócio é o seguinte, Nildo não tem pedido direto, porque como a cidade é pequena, aí ele não tem muito pedido.
> Porque eu mesmo tenho muita prática em máquina, uma bolsa rapidinho eu fecho ela, costura reta, eu pego uma máquina dessa vou embora, pra fechar uma blusa dessa eu tenho a maior prática.
> Isso aqui mesmo ó (mostrando a mão direita), foi um acidente lá em Recife, quando eu tinha 15 anos, nós trabalhando pra fazer entrega, o médico me deu um mês, eu num passei quinze dia, eu trabalhava com um tio meu...

Quando menciona Recife e o acidente de trabalho e a relação de emprego junto a uma empresa de um tio, em que pese a relação de trabalho em uma empresa igualmente familiar, temos a presença velada dos fiscais do trabalho, mesmo no que toca ao trabalho dos aprendizes e menores, algo cuja implicação de denúncias na Delegacia do Trabalho ou no Ministério do Trabalho poderia reverberar em multa ou indenização.

G.D.S.: Bom, a lembrança dos meus avós, olhe, são pessoas muito batalhadeiras, mais eram pessoas que... do campo né, da agricultura, pai plantava é... milho, feijão, mamona, já ouviu falar, né, maracujá. Isso só da parte do meu pai, então lá no sítio era muito bom, de frutas tinham manga, banana, abacate, laranja, entendeu? Aí tinha muito lá, o nome era sítio Amaro.

Isso em Pernambuco, eu sou de Pernambucano. Então, meu pai comprou essa propriedade, antes ele foi combinar com meus avós, ele só comprava se eles fossem pra lá tomar de conta, eles concordaram, e então meus avós foram pra lá tomar conta da propriedade, ficaram lá, o sítio com casa boa. Meu pai dizia: "Eu só vou comprar um sítio cheio de benfeitoria, benfeitoria que eu digo assim é, com bananeiras, tinha uma varge (parte baixa, mais úmida) grande, aí nós plantava cenoura, beterraba, tomate, entendeu?

Meus avós tiveram oito filhos, o paterno. Meus avós maternos eu tenho, mas não lembro tanto, eu não tenho assim tanta lembrança como da parte do meu pai, entendeu?

Eles não tiveram esse estudo todo, tiveram não... eles se dedicavam muito na agricultura, meus tios parecem que só tem um tio formado, que é Tio João, que mora no Paraná, tio João que é formado lá, em negócio de engenheiro lá... os outros iampra escola tudo, mais o que eles se dedicavam mais era agricultura, eles não tinham esse gosto de estudo na época, era só agricultura...

Eram aqueles silos grandes, tudo cheio de alimento, de feijão, milho, jerimum, mamona, maracujá, ele trazia toda semana era três carros carregados de burro ou jumento, trazia pra feira, ele lucrava no maracujá, porque maracujá ele tira toda semana... Então ele tinha uma renda muito boa, meu avô, fazia farinha, entendeu? Lá na casa de farinha lá próximo, eu ajudava também nesse processo, fazia aquele beiju tradicional, entendeu? Então era época de fartura, mesmo, isso no Pernambuco, sítio de Amaro, município de Brejo da Madre Deus, então a gente chegava lá, os trabalhador chegava lá, o café da manhã era que nem o almoço, era cuscuz, batata doce, banana cozida, era macaxeira, entendeu? Era bucho cheio mesmo, leite, ele tinha umas vacas, tinha o leite, todo mundo queria trabalhar pra eles. Tinha aquele pessoal que não lucrava ele dava, dava jerimum, arroz, dava um bocado de feijão, "tem umas mangas? Tem, tire! suba no pé, não derrube as verdes, tire", era assim, dava banana, leite. Ele não vendia um litro de leite pra quem precisava não, ele dava, "traga seu litrin que eu lhe dou, pra sua nenenzinha". Aí, Deus abençoava, no outro dia a vaca produzia, dava mais leite, meus avós eram desse jeito, tudo de bucho cheio, a época era de fartura mesmo. Ele se dedicava muito na agricultura, eles aproveitavam até a lua, noite de lua pra tá assim, aguando a lavoura, eles acordavam bem cedin.

Meus pais, olhe meus pais são tudo de Pernambuco, meu pai ele é filho do meu avô, né? A minha mãe, minha mãe faleceu muito nova minha mãe faleceu com trinta e três anos, meu pai casou de novo, tenho uma lembrança pouca dela, porque eu era muito pequeno. Aí tinha um irmão com dois anos e outro com três que acostumaram a chamar minha madrasta de mãe, eu não acostumei, porque eu tinha uns 7 anos, aí não me acostumei a chamar minha madrasta de mãe, mas foi uma segunda mãe pra gente, foi ótima, ótima.

Lá em casa pai teve doze filhos, aí morreu seis, criou-se seis. Tudo da minha mãe, com minha madrasta não houve nenhum, foi tudo da primeira. Aí meus avós tiveram oito, minha mãe teve doze e criou-se seis, quatro homens e duas mulher, era antigamente era assim.

Na época dos meus avós, meus tios, eles não se dedicavam em estudo não, o negócio deles era a agricultura, era, gostava muito e plantava, botava quarteirão grande, era mantimento pra casa, era tudo de muito... Nos silos a gente comprava aqueles venenos pra não dar bicho, quando era um ano que não dava bom de lucro, mais nos silos tinham mantimentos pra se manter.
Meu pai trabalhava como vendedor de cenoura, aí ele levava a gente também, a gente já morava na rua, na cidade de Brejo da Madre Deus, eu só ia lá no sítio nas minhas férias, porque eu gostava e ficava lá, entendeu?
Então, meu pai ele, se muito fez, fez a terceira série, e meus irmãos teve um que chegou a terminar o segundo grau, teve outro que não...
E eu, eu primeiramente fui pra Campina Grande, através de um compadre meu, que era lá de Brejo da Madre Deus também, Oziel, ele trabalhava na Coca Cola, nessa época, então ele via aquele esforço meu, aquele serviço pesado, no campo, trabalhando com meu pai, no plantio de cenoura que ele tinha, porque ele plantava ela, aí ela tinha que chegar no ponto, ensacar ela, lavar, tinha aquele processo todo, era muito trabalhoso, e ele vendo aquilo daqui, eu chegava de cinco da tarde, chegava em casa tomava um banho, jantava pra ir pro colégio, chegava no colégio, dormia, cansado, a professora dizia; “Mais Gercino, rapaz”, eu digo; “Eu tô cansado de trabalhar professora”, não é como hoje, a gente foi criado assim... E então, aí esse colega meu disse; “rapaz eu vou arrumar um emprego pra tu na Coca Cola”, Eu disse; “arrume rapaz”. Ele disse; “você vem”? Eu digo; “vou, arrume”! Aí arrumou pra mim, ajudante de pintor, porque ele trabalhava de pintor letrista. Quando foi com um mês mais ou menos ele ligou pra mim, pode vim que o emprego tá certo. Na época eu tinha uns 38 a 40 anos, por aí. Eu saí lá do Pernambuco pra vim aqui trabalhar. Eu saí de Brejo da Madre Deus pra vim trabalhar né? Eu deixei minha esposa lá, na época eu era casado com outra não com Dinha, aí vim embora, deixei ela lá na casa do meu pai e eu disse, quando eu estiver bem estabelecido lá em Campina e tiver dando certo, ai eu arrumo um cantin arrumo uma casinha aí eu venho buscar vocês, aí eu vim pra cá e graças a Deus deu certo, aí eu passei uns tempos em Campina, aí através de um amigo meu, o Sergio, ele morava aqui em Queimadas, aí eu pagando aluguel lá, aí Sergio disse; “Rapaz Queimadas o aluguel é bem mais barato e é perto de Campina”, ai eu digo; “E mermo Sérgio?” Ele: “É pô, e é uma cidade tranquila”, eu digo, tá certo. Aí eu vim num dia de domingo aí e arrumei uma casinha, aí eu disse, eu vou morar em Queimadas. Aí desse período já vai fazer uns vinte e cinco anos que eu tô morando aqui em Queimadas, aí conheci ela (Dinha), me separei da outra, não deu certo, entendeu?
J.V.T. : Eu estava separada
G.D.S.: Aí ela também passou por uma passagem também, que não deu certo também, né? Aí a gente se conheceu e eu disse, vamos tentar, pra ver se dar certo, e estamos aí vivendo a vida né... Vai fazer dez anos e nós estamos aí...
J.V.T. :Aí a vida da gente é essa, né?
G.D.S.: Eu trabalho, ela trabalha...
J.V.T.: Ele trabalha de vigia, final de semana e feriado, e eu trabalho...
G.D.S.: Eu trabalho pela prefeitura, né? (Profissão: vigia nos dias feriados e fins de semana e operário terceirizado numa unidade doméstica na sazonalidade da produção)
J.V.T. :E hoje ele não tem contato com o sítio dele, mas eu tenho que é pertin, daqui pra lá é vinte minuto. Eu sempre vou lá e pretendo fazer uma casa pra mim pra quando eu me aposentar eu ficar lá, só criando minhas galinhas, porque assim, eu num moro lá, porque casa tem pra morar!mas eu num moro lá porque assim, tem o colégio do menino, o

trabalho dele (Gercino), meu trabalho, que eu pego de uma às seis horas e pego de sete da noite, porque antes eu era prestadora do estado, aí o estado terceirizou, aí eu trabalho pra uma firma chamada InSaúde.

G.D.S.: Eu sou muito prático de aprender as coisas sabe, eu vendo você fazendo uma coisa, eu gosto muito de olhar e aprender, eu sou muito curioso em aprender, se a pessoas disser, "rapaz eu faço uma coisa", mas se ela fizer na minha frente e eu olhando, já era! Eu aprendo na hora, eu tenho muita facilidade de aprender as coisas, eu gosto muito de ter curso pra aprender as coisas, e praticando é que eu aprendo fácil. Com a costura foi assim também, rápido, num instante eu aprendi, meu tio ficou besta, aí aprendi a costurar, aprendi a fazer modelagem de bolsa, os modelo lá tudinho, ele só confiava neu, porque né todo mundo que sabe cortar bolsa, tem pessoa que desperdiçava muito, aí eu não, eu cortava e ele ficava besta. Às vezes enquanto ele cortava o pedaço certo pra fazer vinte bolsa, eu ia lá e fazia vinte duas, ele dizia; "Oxen, como danado tu fez isso?", e eu; ué, eu aumentei né, tio.

J.V.T.: É porque tudo é a prática não adianta, eu conheço gente, que tem curso e que não sabe sentar numa máquina, não adianta você ter o curso e não praticar, porque essas máquinas ela precisa muito de habilidade. Pronto, minha mãe é costureira, ela faz até vestido de noiva, mas ela não sabe costurar nessas máquinas, porque se você pisar ela vai embora...

G.D.S.: Essa máquina é rápida, muito rápida...

J.V.T.: É pela prática, eu nunca fiz curso não.

G.D.S.: Eu também não, eu peguei na prática.

J.V.T.: Mas se você disser, assim, faça uma calça pra mim, eu faço.

G.D.S.: Olha eu botei uma coisa na minha mente aqui. Porque o pessoal me pergunta se eu fiz algum curso. Mas na minha mente aqui eu faço tudo, eu botei na cabeça de fazer esses artesanatos pela casa e fiz, eu boto na mente e faço, esses jarros, tudo é que eu invento, porta-chave, porta-retrato, porta-guardanapo, do mesmo jeito é na costura...[8]

Figura 2 - Foto de Josefa Tavares na empresa Gonçalves Monteiro (Gumont).



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada

[8] Entrevista com Josefa Velez Tavares e Gercino Deodato da Silva, concedida em 12 de dezembro de 2017.

As narrativas também mostram a ligação com o mundo rural e a reprodução das práticas familiares do universo do roçado para o universo semi-industrial urbano. As narrativas destes protagonistas também incluem a nova realidade no contexto neoliberal, dos contratos dos terceirizados. Ambos garantem uma renda mínima como prestadores de serviços em tempo parcial para as instituições públicas. Observamos que o trabalho familiar domiciliar é a preferência dos entrevistados, reproduzindo os costumes rurais do trabalho no seio familiar, e que, supostamente, lhes proporciona mais autonomia, independência e produtividade. Verificamos, portanto, a reprodução do habitus do grupo social dos sitiantes, para garantir sua reprodução social numa nova atividade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Oral de vida tem sido uma aliada muito importante para iluminar as práticas sociais das comunidades estudadas e aprofundar o olhar através das histórias ancestrais. Como metodologia a História Oral de Vida tem sido uma ferramenta crucial para analisar as entranhas das relações sociais, de como é elaborado e desenvolvido o habitus do grupo social estudado. Através das narrativas podemos entender como o desenvolvimento desses grupos sociais evolui no tempo e no espaço e traçar um perfil social e antropológico mais condizente com a realidade dos atores sociais. As transcrições das histórias de vida ajudam numa compreensão mais clara sobre a reprodução social dos grupos estudados.

No caso deste estudo, a dinâmica antropológica, sociológica e histórica apresenta-se diante da inflexão relacionada à mudança de trajetórias familiares com processos migratórios, busca por ampliação das rendas e subproletarização no contexto da economia globalizada, conforme as demandas sazonais de empresas por serviços de costura. Os subcontratados familiares ou associados a essa condição representam uma fração de um operariado cada vez mais internalizado nas cidades periféricas do Nordeste brasileiro, cuja dinâmica de organização sindical é inexistente no setor têxtil.

A pesquisa sugere que a ilusão do combate ao assalariamento com a escolha dos subproletarizados a partir da crença de um ganho maior pelo regime da produtividade é associado à cultura do empreendedorismo da empresa familiar em questão. Ou seja, os subproletarizados de Queimadas tendem a abrir mão de direitos trabalhistas, quer pela ausência de um sindicato em uma atividade recente na cidade (cuja predominância é atividade agrícola, mantendo a renda do município pelo Fundo de Participação e pelas aposentadorias dos idosos) em uma fase da história brasileira de profundo combate às tradições organizativas dos trabalhadores e da esquerda política; de desmantelamento da Justiça do Trabalho; e , de expansão de credos religiosos meramente contemplativos, ignorando problemas sócio políticos e do mundo do trabalho, sendo um terreno fértil a ampliação dos lucros por meio do estabelecimento de células produtivas em diversos municípios, que podem complementar a atividade produtiva, emulada pela concepção produtividade de determinadas turmas.

A condição do estabelecimento de turmas informais de aprendizes também ligadas à uma denominação religiosa tende a estabelecer igualmente uma passividade com relação aos conflitos de classe, inerentes à posição desses trabalhadores subproletarizados, que afinal não veem a figura do empresário, tendendo a ver a si próprios e o tempo como inimigos da produtividade e da obtenção de ganhos, tendo que se auto explorar também se quiserem adquirir máquinas compatíveis as demandas postas por um mercado balizado por disputas produtivas nas periferias.

Quando o narrador destacou a capacidade de aprendizagem pela observação de várias atividades e quando refletimos essa condição ao caráter específico da unidade familiar subproletarizada, podemos concluir ser uma característica símile a do Toyotismo, quando se volta para a capacidade de resolução dos problemas pelo operador da máquina, bem como pela condição de aperfeiçoar a própria dinâmica produtiva pela capacidade de economizar recursos técnicos e solucionar os problemas correntes na produção, sem ocorrer qualquer adição ao seu ganho por essas habilidade técnicas.

Por fim, um aspecto antropológico que merece destaque é quando a narradora menciona a produção da unidade familiar subproletarizada (com nove pessoas) para roupas para eventos da igreja, afirma ser grata “a Deus por ele

ter me abençoado" apresentando uma dimensão religiosa oriunda de família católica de uma área rural, passando a se associar a um culto de uma denominação evangélica (curiosamente o termo "protestante" tem sido rejeitado no Nordeste por um pensamento de rejeição à ideia do protesto, que afirma um sentido de conflito), que tende a plasmar visões refratárias aos conflitos de classe em uma fase de flexibilização das normas trabalhistas e de fortes apelos para o empreendedorismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**.6. ed.São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURNETT, Annahid. **Vozes da Sulanca**. Alemanha: Editora NEA, 2016.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FENELON, Dea Ribeiro. **Caráter e Natureza do Sistema Colonial Português**. São Paulo: HUCITEC, 1974.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br

LOPES, José. **Terra Tataguaçú: Retalhos da história de Queimadas**.1. ed. Campina Grande: RHCG, 2015.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: A União Companhia Editora, 2007.

MARX, Karl. **Le Capital– Critique de L'Économie Politique, Livre Premier, Le Dévelopment de La production Capitaliste**,Traduction de Joseph Roy et entièrement revisée par l'auteur. Paris: Éditions Sociales, 1959.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RILEY, Dylan. **A teoria de classes de Pierre Bourdieu**.Estudos Sociológicos. Araraquara v.24 n.46 p.181-210 jan.-jun. 2019.

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. **Anotações para a história da Paraíba**.1. ed. Paraíba: Ideia, 2002.

TAVARES, V. C. **A percepção dos agricultores rurais do município de**

Queimadas/ PB sobre a degradação do bioma Caatinga. Acta Geográfica, Boa Vista, v. 12, p. 74-89, 2018.

FONTES ORAIS (Nomes Reais)

SOUZA, Mauricea Santina Soares. Trabalha comigo ou a família de casa ou a família da igreja.História Oral concedida em 2017.

TAVARES, Josefa Velez; SILVA, Gercino Deodoro da. Meu marido costura também, ele faz bolsa, faz tudo. História Oral concedida em 2017.

Recebido em 04 de outubro de 2021.

Aprovado para publicação em 05 de novembro de 2022.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ESPAÇOS DE ASSOMBRAÇÃO:
Uma microanálise do imaginário rural em narrativas de Limoeiro do Norte (CE)

HAUNTING SPACES:
A microanalysis of the rural imaginary in narratives from Limoeiro do Norte (CE)

FRANCISCO WELLINGTON GOMES FILHO[1]

RESUMO

O estudo objetiva realizar uma microanálise dos espaços de assombração. Partindo-se de uma perspectiva micro-histórica, de uma variação na escala de análise e de uma descrição densa, percorro uma trajetória repleta de assombros, espaços, lugares e medos. Nesses, os sujeitos, habitantes de uma zona rural em Limoeiro do Norte, Ceará, contam narrativas em que eles ou outros interagem com assombrações. O percurso analítico é desenvolvido através das ações de cada sujeito, configurando e reconfigurando os aspectos interativos com assombrações e dos elementos que estão circunscritos no espaço e que preenchem o lugar praticado pelos sujeitos. Também destacamos a formação de uma paisagem, percebida através de uma ampliação na escala de análise, que se forma através da percepção e experiência praticada pelos sujeitos com o ambiente a sua volta. Dessa relação percebeu-se uma conjunção de representações dos assombros, dos espaços e dos lugares que juntos formaram um imaginário dos espaços de assombração.
Palavras-chave: Micro-história. História Rural. História do Imaginário. Representações. Medo.

ABSTRACT

This work intends to carry out a microanalysis of haunting spaces. Starting from a micro-historical perspective, from a variation in the scale of analysis and from a dense description, I traverse a trajectory full of wonders, spaces, places and fears. In these, the subjects, inhabitants of a rural area in Limoeiro do Norte, Ceará, tell narratives in which they or others interact with hauntings. The analytical course is developed through the actions of each subject, configuring and reconfiguring the interactive aspects with hauntings and elements that are circumscribed in space and that fill the place practiced by the subjects. We also highlight the formation of a landscape, perceived through an expansion in the

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). *E-mail:* wellingtongf20@gmail.com.

scale of analysis, which is formed through the perception and experience practiced by the subjects with the environment around them. From this relationship, a conjunction of representations of hauntings, spaces and places that together formed an imaginary of haunting spaces was perceived.
Keywords: Microhistory. Rural History. Imaginary History. Representations. Fear.

INTRODUÇÃO

Construir um estudo sobre a compreensão dos espaços de assombração em perspectiva micro nos leva também a relacionar esta compreensão com uma abordagem micro-histórica. Delinear percursos, espaços, lugares se mostra um desafio, pois proporciona uma nova configuração para o estudo. “Ao limitar o campo de observação, fazemos surgir dados não apenas mais numerosos, mais finos, mas que, além disso, se organizam segundo configurações inéditas” (REVEL, 1998, p. 32).

Os espaços aqui analisados serão os de assombração, situados na cidade de Limoeiro do Norte, Ceará, que são fruto de entrevistas gravadas e transcritas com pessoas acima de 60 anos de idade. Tomei esse limite de idade como referência, pois esses sujeitos nos revelam uma quantidade de narrativas de assombração que são específicas a cultura de suas vivências. Os personagens nos levarão para momentos de sua juventude, onde moravam na zona rural do município. O que encontraremos nos remeterá para elementos mais ligados ao mundo natural.

Desse modo não é possível falar dos espaços de assombração sem falar o que são essas assombrações, suas características, intencionalidades e suas relações com os sujeitos que experienciaram vê-las e interagir com elas. Pretendo, assim, historicizar as assombrações, os espaços e lugares que as mesmas permeiam. Para executar esse procedimento foi necessário partir para uma descrição densa e crítica, como afirma Geertz (2008). Uma descrição sobre a assombração e seus espaços, o que incluí também os lugares.

Ao aliar descrição densa a uma diminuição da escala de análise podemos observar detalhes antes não vistos caso fosse observado em uma escala mais ampla. Isso nos proporciona uma visão distinta, que nos leva a outra percepção dos detalhes e a uma nova articulação dos modos de experimentar os espaços.

A escala transforma nosso modo de olhar, configura nosso procedimento analítico. Os traços "mais finos", como menciona Revel (1998), elaboram uma figuração diferente para o micro historiador, as brechas e trajetórias que os detalhes podem deixar nos levam a recorrer a um recurso micro analítico, que delineia as especificidades dos espaços, das assombrações e dos sujeitos.

A microanálise para os espaços se efetua na condição de fazer ver as ações dos sujeitos nesses espaços, sua interação com o meio que eles experienciam. A ação dos sujeitos, através de um olhar reduzido da escala nos remete a buscar destrinchar os recantos que os espaços e os lugares aqui se apresentam. Não será enfocado apenas a escala reduzida como se essa se movesse apenas em sentido vertical – do amplo para o micro –, mas também em uma variabilidade que denota uma mudança de perspectiva dentro da escala observada (LEVI, 1992). Não me deterei apenas no desenrolar da narrativa de assombração, mas também farei um aumento da escala para comparar simbolizações e práticas das assombrações com os sujeitos nos lugares de interação entre si[2].

Por último, será revelador entender a paisagem que se forma através de toda essa interação entre espaço, assombro e sujeito. A paisagem é o que é percebido e experienciado pelo sujeito, seu caráter geográfico preenche o olhar de quem observa e interage com o espaço. Práticas, símbolos, intencionalidades, são encontrados nesse preenchimento geográfico do espaço e de seus lugares. A paisagem é fruto da experiência da percepção e interação com o meio. Remete a uma representação e a uma configuração do imaginário. Cada paisagem tem seu significado de representação e o conjunto dessas configura um imaginário de paisagens (FERREIRA, 1997).

A percepção dos sujeitos que narram as histórias está repleta de espaços que trazem suas singularidades e regularidades. Os espaços não são apenas observados, eles também confrontam os sujeitos que os adentra, um espaço que engloba, circunscreve as ações dos sujeitos, configura uma série de movimentos e percepções. É um espaço atravessado pelos medos que a assombração exala e pela surpresa que essa impõe a quem a observa ou interage.

[2] Delimitei essa parte da análise em um tópico específico.

Tratarei de três assombrações diferentes em termos tipológicos, as histórias dos narradores trazem o lobisomem, a botija e a bola de fogo. A intenção é destrinchar cada especificidade dos espaços e lugares que envolvem cada uma dessas assombrações, definir se há semelhança nos espaços onde cada tipo aparece, que elementos simbólicos tanto das assombrações como dos espaços e lugares estão ali presentes e como esses interagem uns com os outros e com os sujeitos; que práticas ali se revelam nas ações desses, que representações emergem da paisagem e que imaginário se constrói dessa densidade de experiências atravessadas pela análise microscópica.

1. ENTRE ESPAÇOS E LUGARES DE ASSOMBRAÇÃO

Desse modo, seguirei com uma história contada por José Hélio Gomes, esse conta que um homem chamado Zé de Felício que tinha cabelo grande era acostumado a se transformar em lobisomem e fazer medo as pessoas que passavam por ele. Para realizar a transformação, Zé de Felício ajeitou a cama de uma porca e depois disso virou lobisomem. Nesse dia se dirigiu a Malhada[3], e a uns 100 metros de umas oiticicas perto da beira do rio onde havia um caminho muito escuro, ficou escondido. E nesse lugar mesmo ele deu início a um ataque contra Raimundo de Freitas, um primo do pai de José Hélio. O lobisomem como disse, José Hélio, veio "rolando no chão" pela estrada, foi atrás de Raimundo para comê-lo.

"Dizem que o lobisomem, quando o cabra vira lobisomem, aí ele quer pegar a pessoa pra comer" me relatou José Hélio. Desse modo, quando o lobisomem rolou pra cima de Raimundo para ataca-lo, esse pulou da bicicleta e puxou no cabo da faca que carregava e "costurou, quando ponteou [esfaqueou], quando o sangue pingou" Zé de Felício disse: "num me mate que sou eu". Ele começou a se desvirar lobisomem. Nesse momento Raimundo lhe respondeu: "É rapaz, você é muito acostumado... fez medo a fulano, fez medo a cicrano, mas a mim você num faz não." José Hélio disse que quando o lobisomem é esfaqueado e o sangue espirra, a pessoa que está virada lobisomem torna a ser homem normal. E Zé de Felício disse ainda: "Rapaz, você ia me matando.", "É!

[3] Comunidade Rural de Limoeiro do Norte-CE.

Você vai me fazer medo", respondeu Raimundo. (informação verbal)[4].

O espaço aqui mencionado na história de José Hélio envolve muitos lugares. Aqui especificamente há: a pocilga, cama da porca que Zé de Felício usa para transformar-se; a comunidade da Malhada, onde Raimundo se dirige; o caminho escuro; a beira do rio e as oiticicas.

Os lugares estão circunscritos dentro de um espaço mais amplo, que é própria da comunidade onde a mobilidade das pessoas pode se tornar mais fluida, porém não é o que ocorre aqui, pois o caminho escuro mencionado parece ser sem volta, já que há uma assombração pronta para atacar. Não é dito o horário do ataque, mas sabe-se que o caminho está escuro, significando que era noite e que a luz da lua não era suficiente para iluminar o lugar, muito provavelmente por causa das oiticicas ao redor, o que designa um momento propício para o lobisomem, quanto uma assombração, realizar sua investida.

A denominação assombração, especificamente ao sentido dado por Câmara Cascudo (1999), se refere a um grande medo. O lobisomem para ele seria uma categoria própria de denominação, e não propriamente uma assombração. O lobisomem seria mais uma fera de orelhas grandes, alto e magro que anda pelas veredas à noite. E "quem ferir o lobisomem, quebra-lhe o fado; mas que não se suje no sangue, de outro modo herdará a triste sorte" (CASCUDO, 1999, p. 518). Além de um ferimento que cause sangramento o folclorista fala que há outra prática que faz quebrar a transformação de lobisomem: "bala que se unte com cera de vela que ardeu em três missas de domingo ou na missa-do-galo, na meia-noite do Natal" (CASCUDO, 1999, p. 518).

O medo é a única característica de uma assombração, para Cascudo, que pode ser associada ao lobisomem. Assim, entendo o lobisomem como uma assombração que traz consigo um grande medo, essa definição se aproxima com o a de Gilberto Freyre (1987), onde em seus relatos coletados, o lobisomem é uma assombração que impõe medo. Medo este bem ressaltado nos seus estudos sobre assombrações em Recife-PE.

Na narrativa de José Hélio a ação de transformar-se em lobisomem está

[4] José Hélio Gomes, 65 anos. Entrevista gravada em Limoeiro do Norte no dia 03 de junho de 2018.

ligada a um lugar em específico: a pocilga. Prepará-la parece ser uma prática para a realização da transformação: de homem para lobisomem, fera amedrontadora dos caminhos, que assusta os transeuntes. A figura do lobisomem traz diferenças acentuadas quando se realiza um cruzamento com outras culturas e a outras historicidades em busca de sentidos diversos sobre esse tipo assombração.

Na Lituânia, por exemplo, no final do séc. XVII, um velho de nome Thiess dizia transforma-se em lobisomem, no período da noite, para combater o diabo no local que ficava para além do mar, o que seria o inferno, essa luta era em favor de boas colheitas. Se perdessem o confronto as colheitas seriam devastadas, se vencessem essas seriam abundantes (GINZBURG, 1988).

Na França do séc. XVIII, por volta dos inícios dos anos 1760, em Gévaudan, Jean Delumeau (2009) menciona um lobisomem que ataca a cidade e impõe medo a população, principalmente mulheres e crianças que se encontram distantes de seus lares. Para se livrar de seus ataques, as pessoas molham as armas em água benta e recitavam uma oração: “o pai-nosso do lobo”.

Já em Recife, no começo do séc. XX, como menciona Freyre, um lobisomem ataca uma mulher chamada Josefina que fica muito machucada e arranhada pela fera. Para se livrar do bicho reza para Nossa Senhora da Saúde, essa oração faz o lobisomem recuar e fugir. Em Recife, também aparece outro lobisomem, este ataca mulheres jovens que se banhavam de madrugada no mar. Elas diziam que “roncava como um porco mas pela fúria parecia cão danado” (FREYRE, 1987, p. 119). Lobisomem esse, que só desaparecia quando as mulheres gritavam por Jesus (FRYRE, 1987). Dois locais onde aparece o lobisomem se reportam ao mar: Recife e na Lituânia; e os outros dois a lugares próximos aos arredores onde as pessoas moram: Gévaudan e Malhada.

A ação do lobisomem na historiografia mostra suas variedades, no nosso caso depois de transforma-se, na cama dos porcos, o lobisomem se dirige a zona de ataque: lugar escuro envolto de árvores que escondem a luz lunar e próximo à beira do rio. Nos outros casos como na cidade de Gévaudan, o ataque se dá em locais distantes da casa onde moravam as pessoas, isso se assemelha ao ataque do nosso relato. Raimundo parece se dirigir a algum lugar, porém não nos é dito onde. Por ser noite, parece percorrer uma estrada que leva para casa

e é justamente nesse momento e nesse lugar especial que o lobisomem ataca.

Em Gévaudan, o lobisomem atacava preferencialmente mulheres e crianças, o que difere do nosso caso em que um homem é atacado. O lobisomem francês parece fazer essa escolha como meio de facilitar sua empreitada, sua prática de ataque não se justifica apenas pela escolha da categoria de pessoa a ser atacada, mas também pelo local. O lugar contribui, assim, para a execução. Caso semelhante ocorre no relato de José Hélio, o lugar lúgubre envolto de oiticicas que dispersam a luz da lua parece ser o local apropriado para executar um ataque contra alguém indefeso ou aparentemente indefeso.

Essa regularidade do local do ataque também ocorre no caso do Recife, a beira-mar onde a jovens moças se banhavam. Um local que parecia já ser conhecido pelo lobisomem, era propício para o avanço repentino sobre as mulheres. Percebe-se que em todos esses exemplos, o lobisomem não se caracteriza como fera irracional, ele escolhe deliberadamente o lugar para ataque: lugares escuros ou distantes. Delumeau (2009) menciona a escuridão como medo presente para as pessoas que eram surpreendidas pelo ataque de animais ferozes vindo das trevas, do lúgubre da noite. Essa referência à escuridão nos leva a pensar a noite como símbolo de medo, ela aparece em três das quatro histórias, somente em Gévaudan o horário da aparição não é mencionado. A relação do lugar onde o lobisomem aparece, o horário e a sua ação revelam muito sobre que aspecto esse assombro desempenha com quem ele interage.

O caso da Lituânia é o único em que o lobisomem executa ou tenta executar uma ação benéfica para sua comunidade. Nos outros casos, ele busca impor medo realizando ataques e amedrontando quem passa onde ele se localiza. A noite, as trevas, o escuro simbolizam ações maléficas essas características estão ligadas “a agitação, a impureza, ao barulho” (DURAND, 2012, p. 92). O ataque do lobisomem está envolta dessas características, ele não é inerte, não se mantem furtivo, se revela para suas vítimas pouco antes de atacar, na nossa história ele vem rolando no momento de execução do ataque contra Raimundo.

O lobisomem ao realizar o ataque recorre a uma ação, agita-se, e dessa forma faz seus barulhos amedrontadores ao atacar suas vítimas. Assim, à noite,

como período mais vantajoso para o ataque se torna também impuro, cheio de males que podem atingir as pessoas.

"A insegurança é símbolo de morte, e a segurança símbolo de vida" (DELUMEAU, 2009, p. 23). É assim que se percebe o medo desses personagens, quando eles são confrontados com um lugar assombrado, no caso aqui assombrado pelo lobisomem. Entretanto, o medo traz em si uma ambiguidade, ele também é meio de defesa, um alerta para os perigos. A surpresa do medo é revelada no momento que Raimundo pula da bicicleta e pega no cabo da faca para se defender. Ao que parece, por estar armado, o medo diminui, ele não parece se amedrontar com o que vê a sua frente. Respectivamente nas narrativas mencionadas: a faca, na nossa história; assim como a arma embebida em água benta, no relato de Gévaudan; e o chamado por Jesus, no caso do Recife, são instrumentos utilizados nas práticas de defesa.

Essas práticas são empregadas para repelir o ataque das feras, mas o nosso caso traz uma singularidade, a faca causa uma transfiguração da forma de lobisomem para homem. A prática de furar a fera e espirrar seu sangue, surge como uma espécie de purificação. O medo que antes o lobisomem impunha até o momento que Raimundo pega no cabo da faca agora é passado para o homem que antes estava virado lobisomem. Percebemos que o medo da morte também se apresenta àquele que estava lobisomem, suas sensações mais humanas parecem aflorar novamente. Isso fica claro pelo diálogo que Raimundo tem com o lobisomem. Zé de Felício teme pela morte e Raimundo diz que só o esfaqueou porque estava tentando impor medo nele, mas que ele diferente de outros não se deixaria amedrontar.

Vemos que o espaço de assombração que envolve a estrada como trajetória a ser percorrida, que leva até a beira do rio coberta pela oiticica, se revela como um espaço móvel. A experiência de mover-se em um espaço o designa como fluido, aqui o lugar é delimitado como pausa, onde a relação entre um e outro é dialógica. O espaço circunscreve o lugar e este é local de ação do sujeito onde "cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar." (TUAN, 1983, p. 6).

O espaço como espaço de ação é configurado pela experiência que se tem na sua trajetória onde os sujeitos se movimentam. Os lugares se tornam

pontos fixos, os locais se transformam, se enchem de novos significados. Pensemos: antes de Raimundo percorrer essa estrada e antes da beira do rio se tornar lugar de assombração o que tínhamos eram caminhos possíveis de serem percorridos e lugares não assombrados. Essa mudança de significado ocorre através da ação dos sujeitos de intencionalmente percorrerem aquele trajeto ou de estar naquele lugar. Sem a presença deles e da execução de uma ação a experiência de assombração não ocorre. É como se nada disso tivesse ocorrido, que significado teriam esse caminho não percorrido e esse lugar sem ninguém?

O lugar é "uma configuração instantânea de posições" (CERTEAU, 1998, p. 201) e assim, cada ação configura seu lugar no espaço, cada sujeito que a executa constrói uma experiência com o lugar praticado e cada experiência dos sujeitos nos leva a uma interação. No nosso caso em análise é entre o lobisomem, o sujeito e o lugar, todos dentro de um espaço que abarca as ações desses. Configurando assim um espaço de assombração, onde os movimentos e as ações é o que define a diferença entre espaço e lugar (Cf. CERTEAU, 1998).

É a ação dos sujeitos que produz a experiência e por assim dizer todo esse evento de assombração. O caráter simbólico da estrada como espaço de ataque e da beira do rio como lugar de medo só é configurado porque lá existiu um evento e "todas as experiências decorrem dos *eventos* que marcaram os atingidos e os agentes" (KOSELLECK, 2014, p. 248). O evento propõe uma existência no tempo e no espaço, esses marcados por experiências que surgem das ações. Os atos dos sujeitos marcam as experiências no espaço e nos lugares, somente os sujeitos (os atingidos e os agentes) podem remodelar o significado dos espaços e lugares, pois são eles que executam uma ação. No caso aqui, uma ação de impor medo que começa com o ataque do lobisomem, mas que depois o medo se volta contra ele, já que Raimundo estava armado e o esfaqueia, e assim, o faz voltar a forma de homem comum, causando em Zé de Felício medo por estar ferido e ensanguentado.

O espaço é amplo: absorve uma variedade de lugares e as práticas presentes nesses. Os lugares estão circunscritos, são diferenciados uns dos outros pelas práticas. Os lugares se fixam no espaço e dão corpo a ele, transformam-no numa multiplicidade de sentidos que são representados onde está o sujeito. Assim vemos um espaço de assombração pujante onde medos,

práticas, movimentos, pausas, escuridão, árvores, caminhos, beira de rio. Tudo isso se mistura para dar corpo a eventos na vida dos sujeitos.

Outro espaço que nos instiga conhecer é sobre as histórias de botija. No qual uma pessoa rica em vida deixa escondido uma quantia de dinheiro enterrado em algum local e quando alguém deseja ter esse dinheiro a alma do dono da Botija aparece.

E Maria Neuma Pitombeira nos conta que em 1957/58, quando tinha 12 para 13 anos, morando na comunidade do Espinho em Limoeiro do Norte, ficou sabendo de uma Botija enterrada na comunidade do Bixopá[5], a mesma pelo que diziam era de Sabino Roberto que havia morrido a poucos dias[6]. Sabendo dessa história ela diz a si mesma, por volta das 12h da manhã: "Ah! Só digo que fulano tem dinheiro enterrado se vier me dá dinheiro hoje de noite" e, segundo ela, dizia de coração e não de brincadeira. Ela acreditava mesmo que seria possível.

Às "6h da tarde"[7], acompanhando o terço pelo rádio, era período de inverno e já estava escurecendo quando avistou uma vaca branca na frente da casa, nesse momento estava se balançando na rede, próximo aos seus irmãos: Chico e Gorete, quando move a cabeça e seu olhar para um quarto pequeno onde o pai trabalhava como ferreiro, quando voltou o olhar para a direção da frente da casa viu um vulto branco, entrando para o quarto. Não se importando com o ocorrido voltou-se para a reza e como disse ela "quando dei de vista que olhei de novo do mesmo jeito, aí eu pensei: é a vaca que tá por ali, comendo e se esconde ali". E olhou mais uma terceira vez continuando o vulto onde estava. Só que agora Neuma não identificou o que seria aquilo, se seria homem ou mulher, "só sei que era um vulto todo de branco".

Procurando saber o que era, saiu para fora de casa e chamou um amigo que estava próximo chamado Ovídio: "Ovídio vem aqui, vamo aqui bem ligeiro!". Nisso o garoto respondeu: "o que é menina, tá doida?", "Não, venha qui!", disse ela. Ao olhar para um lado e outro da estrada ela não viu nada, então disse:

[5] Comunidade de Limoeiro do Norte-CE.

[6] No caso, Sabino Roberto não poderia estar morto, pois estava em exercício como Prefeito da Cidade de Limoeiro do Norte entre (1955-1959), tendo sido eleito em 1954 (GADELHA, 2019. p. 2). Isso nos leva a crer num desencontro da memória de Neuma. A mesma não teria 12 ou 13 anos, mas seria um pouco mais velha (teria 17 anos). Sabino Roberto de Freitas: Nasceu em 11 de julho de 1894. Faleceu em 26 de abril de 1962, em uma tarde de uma quarta feira, de infarto fulminante, quando dirigia-se à cidade de bicicleta, na rua que hoje leva o seu nome (FREITAS, 2009).

[7] Essa foi a expressão utilizada por ela, no caso, se refere as 18h.

"Ovídio, vamo aqui no outro lado do quartim pra ver se tem alguém escondido!". Ao chegar não havia ninguém. Nesse momento Neuma falou: "Aí meu Deus! Será que é o homem que vai me aparecer? Será que é a alma do homem que vai me aparecer? Logo Hoje, nem se enterro, já vem me aparecer, já vem me dar o dinheiro!" Neuma fica com medo e diz: "Eu num quero mais de jeito nenhum, pode dá a quem quiser! Nessa noite nem no meu quarto eu vou dormir". Ela ficou assombrada, achava que quando fosse dormir a alma ia aparecer para ela. Assim, dormiu no quarto dos pais com sua rede entre as deles e como ela mesma destacou: "morrendo de medo". E ainda disse: "Nunca mais falei a besteira, nunca mais", se referindo a pedir o dinheiro a alma de um morto. (informação verbal)[8].

Nesse relato de Neuma vemos muitos detalhes do espaço, dos lugares e de sua desconfiança. Como uma investigadora ela vai atrás de algo que a inquieta. Percebe-se que antes de iniciar sua trajetória a mesma já sabia da morte de Sabino Roberto. Além disso não sabemos se é verdade que há uma botija escondida no Bixopá, ela "ficou sabendo" por outros. Pelo que dá a entender disseram isso a ela. No entanto, Neuma acredita que existe a botija, mas curiosamente desconfia que haja dinheiro enterrado. Sua desconfiança é expressa por uma fala que é quase uma convocação. Ela gostaria que a alma de Sabino viesse até ela e lhe desse dinheiro nesse mesmo dia no período da noite.

A escolha da noite não é aleatória "a noite tem uma existência simbólica autônoma" (DURAND, 2012, p. 67). Aqui nessa história tanto significa momento de descanso, de dormir, mas depois se torna infortúnio e traz o medo. Medo esse que surge da mera impressão que Neuma tem de possivelmente ver a alma que ela tinha chamado. Desse modo percebemos que o medo não anda junto da certeza, mas nesse caso de uma dúvida que causa nela uma desconfiança. É como ressalta, Jean Delumeau (2009), dizendo que com frequência fantasmas e outros males se faziam presentes na noite. A noite parece ser um período propício para que o medo se instale nos ambientes onde as pessoas estão.

No caso de Neuma não é diferente. O medo na escuridão causa

[8] Maria Neuma Pitombeira, 73 anos, entrevista gravada no dia 10 de maio de 2018.

inquietação, por isso a desconfiança dela em procurar o que era aquela alma, já que ela não sabia o que havia entrado no quarto onde seu pai trabalhava. Lembremos que Neuma fala que são 6h da tarde, o mesmo que 18h, e em épocas do ano, a escuridão já começa a sobrepor a luminosidade solar. Essa sensação de medo que começa a rondar Neuma "é feita desse sentimento de que alguma coisa de temível vai lançar-se sobre eles, saindo da sombra, ou os espreita, invisível" (DELUMEAU, 2009, p. 141).

Nossa personagem depois que olha pela terceira vez e não tem certeza do que vê sai da sala onde estava com seus irmãos e vai à procura de uma justificativa. Ao ir para fora de casa chama um amigo que estava por ali e ao olhar para a estrada não vê nada. Talvez a intenção de ir para a estrada primeiro ocorra da lembrança que teve de que a vaca que ela tinha visto estava na estrada, porém nada estava lá. Assim, o quarto é seu próximo local e após ir lá e não encontrar nada se surpreende e de supetão vem-lhe à mente que poderia ser a alma que ela tinha pedido para lhe dar dinheiro. Sua desconfiança na inexistência da botija e do dinheiro contido dentro dela é o que move ação da fala de dúvida proferida por ela e é também o que move a sequência de suas ações.

Dinheiro escondido em botija já era uma prática comum na história. Já em 1403, na época do reinado do português D. João I, Laura de Mello e Sousa (1986) nos fala da existência uma lei que proíbe desencavar tesouros, ouro e prata. Essa atividade estava relacionada a feitiçaria e via-se como ligada ao demônio. Ainda assim "alfaiates galegos invocavam os diabos para desencavar tesouros: um deles chegava a guardar em casa dezoito sacos de moedas dados por Satanás." (SOUSA, 1986, p. 164). Vemos que esse tipo de prática de buscar dinheiro já era bem como em Portugal. No nosso caso Neuma não diz que há uma ligação entre a alma e o dinheiro com o diabo. O que sabemos é que ela só acredita que esse dinheiro existe se a alma lhe aparecer e entregar-lhe.

Outra de diferença com relação a nossa história é que os locais onde se enterravam tesouros em Portugal era resguardado por demônios que só eram enfrentados por meio de conjuros, invocações mágicas. Na história de Neuma a única semelhança é que sua fala é quase uma invocação para que o espírito apareça, digo quase, pois a mera fala não se caracteriza como um ritual religioso

ou mágico. No caso português, é necessário também um especialista para realizar a conjuração. Já Neuma apenas solicita que ele apareça, isso fruto de sua descrença na vinda da alma de Sabino.

O percurso de Neuma está circunscrito em uma série de lugares: na sala, junto com os irmãos, ouvindo a missa no rádio; na sua ida da sala até a estrada, o que denota um trajeto de movimento no espaço; na estrada, onde ela olha para os lados; na sua ida até o quarto onde o pai trabalhava como ferreiro e por último, no quarto dos pais, onde por medo ela o usa como zona de conforto. É percorrendo esses lugares e o espaço como um todo da casa e do terreiro que se dá todo o evento de assombração.

Ao que parece, Neuma por estar em casa e entretida com os irmãos ouvindo a missa, não se dá conta que seria possível que a alma que ela tinha mencionado anteriormente durante o dia poderia aparecer. A sala torna-se assim um lugar de conforto e a missa e a companhia dos irmãos dão corpo a esse lugar. A prática da missa é um ato religioso que vem desde o final do Séc. V, o qual as pessoas pediam missa para quem morreu por cerca de trinta dias conforme afirma Jean-Claude Schmitt (1999). O historiador francês também destaca que a partir do século XI missas eram pedidas no terceiro, no sétimo e no trigésimo dia que a pessoa veio a falecer (SCHMITT, 1999).

No nosso caso não sabemos se a missa é pedida para Sabino, mas podemos supor que algum pedido para ele exista, já que fazia poucos dias de sua morte. A intenção de pedir, missa, reza ou orações também é encontrada no séc. XVI, mas com algumas mudanças. A oração era intencionada para homens e animais servindo mais como remédio para afastar os males, muito usados por bruxos, feiticeiros, magos e encantadores. Vemos que com relação a narrativa de Neuma a única semelhança é o uso da missa/oração para fins humanos, de resto as diferenciações são bem acentuadas. Isso se dá pela variedade de usos que as práticas religiosas tinham para afastar os males e como era usada naquela época, do séc. XVI, por quem quer que seja (Cf. THOMAS, 1991).

O que vemos é que a missa não afastou certas manifestações de ocorrerem. Neuma vê uma vaca na estrada em frente à sua casa e depois de relance nota que algo entrou no quarto de trabalho de seu pai, isso fez ela pensar ser a vaca, porém ao mover sua cabeça e o olhar outra vez ela vê um vulto

branco que não sabe identificar se era homem ou mulher. Aqui já podemos observar que sua percepção mudou, ela já não imagina ser a vaca, pelo menos não de certeza, pensa que pode ser algo mais familiar a uma pessoa. Ao se dar conta dessa possibilidade ela se dirige para fora de casa em direção a estrada, lá se junta com o amigo: Ovídio.

Chamar o amigo pode simbolizar que ela não queria enfrentar a situação sozinha, podemos já perceber aqui um pouco de temor surgindo nela, lembremos que já começou a escurecer e o medo que a noite impõe ao lugar pode se tornar iminente. Ao chegar na estrada olha para os lados e não vê nada, talvez estivesse procurando a vaca, mas não vê sinal nenhum dela, nenhum rastro. Assim, chama Ovídio para ir com ela no quarto pra saber se tem alguém lá. Esse percurso de um ir e vir define que "o espaço é um cruzamento de móveis" (CERTEAU, 1998, p. 202) onde os personagens executam sua caminhada, definem seus movimentos. Cada pausa aqui é um lugar, onde a ação é um movimento do corpo, do olhar ou da fala e que dá significado a esse lugar. O lugar é uma circunscrição dentro do espaço que é a casa e o terreiro. "O espaço é um lugar praticado" (CERTEAU, 1998, p. 202).

Nisso ao que parece Neuma já começa a deduzir que alguma coisa de características humanas pode estar no quarto. Ela chama seu amigo para ir no quarto saber se tem "alguém" e não "algo", nesse momento a vaca já não é uma opção. Neuma começa a desconfiar de outra coisa. Quando chega e não encontram nada lá ela se assusta e já toma para si que é a alma de Sabino Roberto que está rondando, já pronto para lhe aparecer e, possivelmente, entregar-lhe o dinheiro. O medo toma conta dela, e o que ela passa a desejar mais é dormir com os pais. E é o que ocorre, aqui o medo da noite e da alma que acompanha a escuridão tomam de conta da menina. Dormir com os pais e mais especificamente entre a rede deles é a prática de defesa usada por ela para afastar a vinda de uma alma que lhe cause medo.

Yi-Fu Tuan (1983) define a experiência como ações que dão significado a lugares, essas experiências podem tomar diferentes variações dependendo da interação e intencionalidade dos sujeitos. E as intencionalidades são forjadas através das emoções e sensibilidades na interação entre indivíduo e lugar. É o que ocorre no caso de Neuma, a intenção de buscar abrigo, conforto e

tranquilidade reconfigura o lugar praticado. A sensação de medo e a quase certeza que a alma vai lhe aparecer, faz ela buscar refúgio. Em vez de se apropriar do seu quarto ela busca o dos pais como um lugar defensivo.

A percepção de um lugar, faz ocorrer uma experiência visual do mesmo, assim as intencionalidades produzidas serão constituídas de um valor emocional fruto da visualização. Desse modo, o que vemos no caso da narrativa de Neuma é uma possibilidade de visualização. Em nenhum momento a alma se manifesta claramente para ela, a alma deixa indícios ou a própria Neuma forja esses indícios na crença de que a alma da botija irá aparecer a ela. A carga de sentimentos dela é transformada. Assim, intenções e ações com significados simbólicos dentro do lugar (o quarto) criam um novo significado para esse, modificando-o e se ressignificado com as experiências praticadas por Neuma (Cf. TUAN, 1983)

Uma outra história de assombração que aparece com uma singularidade bem peculiar é a bola de fogo e quem nos conta uma história desse tipo é Maria Rosália Mendes Gomes, na época com 24 anos, se passando a narrativa no ano de 1981.

Era um domingo no início da tarde quando Rosália fala para o Marido, Zé Hélio, que vai visitar a mãe dela no Setor NH3[9], pois já sabia que Zé iria à cidade assistir um jogo de futebol. Assim, ela pegou a bicicleta e colocou os filhos, Marcos e Jeane, na garupa e seguiu caminho. Passou uma parte da tarde na casa de sua mãe e depois, mais para o final da tarde, os levou para ver a outra avó, Raimunda Nunes, também conhecida por Mundira. Depois de passar um tempo lá percebeu que as luzes dos postes já estavam ligadas e tomou um susto "Vala meu deus já é de noite!", teria de voltar com os filhos para o setor NH4[10], que é a comunidade vizinha, onde ela mora.

Pegou as crianças e seguiu sua pequena viagem de volta quando próximo a uma curva da estrada avistou uma árvore, uma oiticica bem grande, perto de um córrego do outro lado do canal[11]. Lá "apareceu a luz bem grandona, bem no meio da Oiticica a luz grande", então ela diz: "Vala meu deus que marmota é

[9] Comunidade de Limoeiro do norte-CE.
[10] Comunidade de Limoeiro do norte-CE.
[11] Canal de abastecimento de água para as lavouras dos agricultores locais.

aquela?". Imbuída de medo nesse mesmo instante ela ficou com receio que aquilo desse um gemido como ela mesma afirma: "O medo era esse, deu for passando ele dá um gemido (...) Eu sabia que não era lua[12], era alguma marmota que tava aparecendo ali." A luz que ela via estava em cima da árvore e foi baixando. No que ela continuava sua pedala em rumo de casa a luz ia baixando sobre a oiticica. Nesse ínterim os filhos estavam fazendo seus barulhos conversando, nisso ela pediu para eles se calarem, porém nenhum dos dois deram conta da luz sobre a árvore e Rosália também não quis mostrar o que estava ocorrendo para eles.

Quando ela foi passando bem próximo "da oiticica, a bola caiu, sabe? Aquele fogo chiou, fez aquele chiado medoim como que cai dentro d'água". Nesse momento um arrepio tomou o seu corpo, mas "graças a Deus não gemeu, poderia ter gemido e eu ter caído... se apagou de uma vez. Clareou tudo, clareou a estrada, clareou tudo. Mas os meninos não perceberam. Não falaram nada. Eles não disseram nada". Ela ficou toda arrepiada com toda essa situação. Chegou em casa muito cansada e pensou: "Só podia ser marmota, coisa de existi uma pessoa penando, sofrendo, só podia ser aquilo ali". Falou para Zé, seu marido, o que tinha acontecido, algo que nunca aconteceu na vida dela. Porém, nunca voltou a ver outra vez aquilo e como ela mesmo diz: "Coisa que a gente fica assim: Será que é alma? Será que é visage? Talvez seja uma visage, né?". (Informação verbal)[13].

Novamente vemos a presença da noite na narrativa, esse símbolo parece atrair a aparição dos assombros. Lembremos que é ao voltar para casa no período da noite que a bola de fogo aparece. Na primeira narrativa, de José Hélio, a noite já se faz presente; na história de Neuma, a noite se impõe no decorrer de seu percurso investigativo. O caso de Rosália, nesse quesito, se assemelha mais com o de Neuma, porém a noite para Rosália não é percebida processualmente, ela só dá conta que já é noite quando vê as luzes dos postes acesas, um sinal que é hora de voltar. Ressalto essas questões para percebermos o impacto que o símbolo da noite tem em todas as histórias.

A noite envolve todo o espaço, é um preparador para gerar um ambiente

[12] Refere-se à luz da lua.
[13] Maria Rosália Mendes Gomes, 61 anos, entrevista gravada dia 03 de junho de 2018.

de medo que circunscreve a trajetória desde a saída de Rosália da casa de sua sogra, Mundira, até a chegada em sua casa. Dentro de sua trajetória percorrida, junto com os filhos, vemos um lugar, que não é praticado por Rosália fisicamente, pois essa está em movimento, e para ser praticado como lugar tem que se configurar com uma posição (Cf. CERTEAU, 1998; TUAN, 1983).

Contudo, vemos um outro lugar e esse não deixa de ter significado. É composto pela árvore, o córrego e a bola de fogo, esse lugar tem uma natureza simbólica e é permeado por elementos como o fogo e a luz que simbolicamente interagem e preenchem o lugar de sentido. Rosália, ainda assim, se relaciona com o lugar, pois ela o observa e sente o medo através do que seus olhos veem. O lugar não é praticado por ela quanto posição, isso difere dos dois outros casos analisados anteriormente. É praticado quanto observação e sensação.

Já o espaço é praticado quanto movimento, como afirma Certeau (1998), uma ação contínua realizada por Rosália ao ir pedalando e observando o que está ocorrendo no lugar. O que chama a atenção de Rosália é a bola de fogo descendo. O fogo como símbolo tem características religiosas e Gilbert Durand (2012) associa fogo, luz e uma mensagem de caráter religioso. Isso seria uma tríade de manifestação do sagrado. O nosso caso difere enquanto significação, porém os três símbolos aparecem na nossa narrativa, no caso não há uma mensagem de caráter religioso, mas nossa personagem teme por um gemido, que poderia ser uma mensagem, lembremos que ela acha que aquela aparição da bola de fogo pode ser uma pessoa penando[14]. Esses símbolos aparecem com outros significados, isso pode ser por causa do contexto tanto do espaço e do lugar praticados, estes interferem na relação entre sujeito e assombração.

O fogo e a luz se associam lembrando mais uma expulsão de mal assombros. Cascudo (1999), se referindo a uma tradição da época do Brasil colonial, afirma que o fogo tem um significado comum para portugueses, africanos e ameríndios, pois servia para “afugentava fantasmas noturnos em qualquer parte do mundo” (CASCUDO, 1999, p. 396). Também afirma que o fogo era utilizado contra as assombrações da mata. O símbolo da luz segue nesta mesma linha de significação. Ambos são repelentes para males, assombros e

[14] Aqui penar é uma referência a crença no purgatório cristão católico tem é inventado em finais do séc. XII e início do séc. XIII, como bem ressalta Le Goff (2017) em seu estudo *O Nascimento do Purgatório.*

fantasmas noturnos imbrincados nas matas (CASCUDO, 1999).

Podemos com isso notar que o medo de Rosália vem mais da surpresa do que está ocorrendo do que pelo que ela sabe a respeito do que vê. No momento talvez não soubesse o que é aquilo até porque só menciona que é uma alma penando nas partes finais da narrativa: o medo do desconhecido, do surpreendente. O evento é tão singular para ela que a surpresa se reconfigura em medo. Um medo que a acompanha no ato de observar o que está perante seus olhos, assim como a acompanha no ato de pedalar

Esse tipo de aparição, essa forma simbólica de uma alma aparecer se manifestando em forma de bola de fogo, não é muito usual. Schmitt (1999), falando do período da Idade Média Central: Séc. XI ao XIII, fala de espíritos de mortos que não pedem reza, mas suas ações anunciam para uma pessoa a morte de uma outra ou revela o futuro de uma pessoa que morreu e que está em uma além-mundo. Os mortos são uma espécie de mensageiros informam sobre os vivos, sobre os mortos e sobre a morte. Schmitt, não nos diz com o que esses fantasmas se parecem, mas aparenta tratar-se de fantasmas com aparência humana, porém as pessoas perante essas aparições de almas não demonstram medo sobre as mesmas.

Essa forma de interagir com almas dos mortos difere com a tipologia da narrativa de Rosália, em que o que ela chama de “pessoa penando” é uma bola de fogo. Há uma regularidade entre os dois casos, pois em ambos as almas não pedem reza, porém há também uma distinção de intenções. No caso de Schmitt, os fantasmas não impõem medo ou as pessoas não sentem esse medo quando esses se fazem anunciar. No nosso caso, Rosália sente medo só em observar a bola de fogo, teme por um gemido que ela não sabe se vai ocorrer. A surpresa do medo a deixa insegura.

O gemido como algo que se teme e que causa assombro também é encontrado em uma narrativa documentada por Laura de Mello e Sousa (1986) no ano de 1602, em que um homem Manuel Godinho Cardoso, relata o naufrágio do navio Santiago. No momento de desespero ouviam-se gritos e gemidos, e essas vozes de lástima estavam relacionadas as almas do Purgatório. Na nossa história fica claro que o que Rosália mais teme é esse gemido, talvez ela não queria escutar uma voz ou grito do além, pelo menos é o que ela imaginava. Ser

assombrada pela visão e ainda mais por algum som seria ainda mais amedrontador para ela.

Keith Thomas (1991) também nos fala que existem as almas, fantasmas, que poderiam aparecer e causar perturbações as pessoas que tinham convívio em vida com uma pessoa que morreu. Ele também menciona que no séc. XV, aspectos ligados ao mundo natural em que "se os maus espíritos traziam tempestades, que se tocassem os sinos consagrados para repeli-los" (THOMAS,1991, p.53).

Em termos de forma de manifestação, vemos aparências bastante distintas dessas almas em comparação a bola de fogo. Mas notemos que é comum existir uma interação entre alma e sujeito. No caso de Rosália, a bola de fogo parece realizar alguma comunicação emitindo uma forte luz que ilumina tudo em volta. Nos dois casos estudados por Thomas, os espíritos aparecem para os vivos com a intenção exclusiva de causar perturbação, já que fica claro que o que se queria era repeli-los. No nosso caso, o medo de Rosália é sentido, mas não parece ficar claro que há a intenção da bola de fogo em causar esse medo. O símbolo da luz talvez nos dê uma pista.

E assim, podemos afirmar que "não há luz sem trevas" (DURAND, 2012, p. 67) e que também o horário do final do dia, quando a luz solar começa a ir-se é o período em que a escuridão começa a prevalecer e com ela, os seres maléficos, os mau-agouros, os espíritos perturbadores, essas aparições que se opõe a luz (Cf. DURAND, 2012).

Podemos pensar que a luz emitida estava afastando algum mal não percebido por Rosália e esse mal a rondava enquanto ela pedalava ou que a luz poderia significar uma retenção da atenção de Rosália para a própria luz como uma forma de concentrar apenas nela o medo, já que as crianças não perceberam tudo que estava acontecendo. Aqui a bola de fogo além de emitir luz, também emitiria medo, mas não em um mal sentido, mas para fazer Rosália concentrar seu medo apenas na própria parição e não em males que poderiam estar envolta. O que chama a atenção é que os filhos dela não perceberam, talvez a bola de fogo só era visível para Rosália o que incluía o barulho de encostar na água.

Outra explicação é que a luz parece ser uma espécie de purificador dos

males sombrios. A luz forte que Rosalía vê quando a bola de fogo toca na água do córrego irrompe sobre seus olhos. Ela não sabe porque aquilo ocorreu, o que tudo indica é que aquela aparição não está ali para lhe impor um medo intencionalmente, mas para afugentar algum mal que está à espreita. Essa perspectiva converge para o sentido dado por Cascudo sobre o significado do fogo e da luz e também com a dualidade luz-trevas de Durand.

2. UMA PAISAGEM DE MEDOS

A interação entre nossos personagens com as assombrações se revelou com múltiplos significados não somente quando relacionamos com outros casos semelhantes de assombros em outras historiografias mundo a fora, mas também entre as próprias narrativas. Podemos perceber muitos elementos que trazem regularidade e singularidades nos espaços e lugares de interação entre os sujeitos e as assombrações. Mas agora é hora de tentar perceber como se formam essas representações dos medos, será que tem algo em comum com o conceito de paisagem? E essas representações em conjunto formam um imaginário comum dos espaços de assombração? Para isso afirmamos que "mais do que uma escala (...) é a variação de escala que aparece aqui como fundamental (REVEL, 1998, p. 38).

É através dessas perguntas que "antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas" (SCHAMA, 1996, p. 17). As narrativas aqui contadas são fruto dessas lembranças mencionadas por Schama. Para delinear uma configuração da paisagem dos espaços e lugares de assombração temos que acessar esses estratos que o autor menciona, eles nada mais são que os elementos (como a noite, o rio, a estrada, por exemplo) que compõe o lugar e o espaço e que de forma conjunta formam o espaço de assombração. Dessa forma poderemos perceber que a paisagem é essa obra mental, uma representação de todo o contexto, do cenário. Para vê-lo em sua complexidade é importante sairmos da variação micro de análise que englobava cada ação dentro da narração da história e ampliarmos um pouco nosso olhar para o contexto espacial dos eventos.

A noite como símbolo aparece em todas as histórias, o noturno que

erradia escuridão parece se impor. Na história de José Hélio já é noite e sua trajetória e percorrida tendo o lobisomem escondido na escuridão. No relato de Neuma, a noite é progressiva, no decorrer da narração o ambiente vai se tornando mais sombrio, isso pode ser pelas características de uma época do ano em que às 18h o céu já se apresenta escuro. Na narrativa de Rosália, a noite também é processual, mas toma a nossa personagem de surpresa, ela só se dá conta que já é noite por causa das luzes dos postes. Aqui parece que as trevas parecem esconder algo a ela no percurso de volta para casa e é, como vimos, o que ocorre.

A estrada é outra característica presente nas três histórias. Ela é um trajeto percorrido por Raimundo no relato de José Hélio, que parece estar indo para casa, mas é surpreendido por um ataque de lobisomem. Na história de Neuma é um local de desconfiança, ela vai até a estrada para confirmar se a vaca está lá ou se há algum rastro que confirmasse que esteve. Lembremos que ela queria ter a certeza que o que estava no quarto era a vaca ou outra coisa. Na narrativa de Rosália a estrada é um percurso de volta ao lar, uma trajetória de movimento, mas depois vai tornando-se espaço de medo, é nesse movimentar-se que ela observa o local da bola de fogo sobre a árvore que está próxima ao córrego.

A noite e a estrada são os únicos elementos que aparecem nas três narrativas, talvez “é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem” (SCHAMA, 1996, p. 20). Esses dois elementos (noite e estrada) dão um significado diferente a construção e o desenrolar da ação dos sujeitos, seja como um favorecedor como esconderijo do lobisomem, como ambientação para um medo que irá surgir; ou como no caso de Neuma, que fica surpresa; ou ainda no de Rosália, em que a noite estabelece um horário de volta e a estrada é um trajeto que a leva de encontro à assombração.

A oiticica e o rio aparecem em dois eventos, na narrativa de José Hélio e na de Rosália. O rio parece situar um local aparentemente neutro, nossas personagens não falam muito sobre ele, apenas situam a existência do rio, mas ele parece dar vida a oiticica, o rio é elemento que corporifica a árvore, ambos juntos trazem consigo um ambiente propício para as assombrações: o lobisomem e a bola de fogo. Bem diferente do sentido dado pelos camponeses

europeus na Transilvânia, por exemplo, onde as águas do rio serviam como proteção para a pessoas. Era comum nos enterros as pessoas não seguirem o trajeto comum do funeral, desviando-se de pontes, preferiam seguir cruzando riachos. A purificação da água garantiria, nessa crença local, que os espíritos não os atormentariam quando voltassem para casa (TUAN, 2005).

A alma, diferente dos outros, é único elemento não ligado ao tema do mundo natural. Ela aparece na segunda e na terceira história. A diferenciação está que na segunda está circunscrita a casa e em específico ao quarto. Na terceira, ela aparece próximo à oiticica e ao córrego. Vemos uma diferenciação acentuada para a alma, pois não importa o local ela aparece quando convém. Nisso vemos que todas as assombrações em análise surgem em diferentes espaços e em lugares que se assemelham em alguns pontos e se diferem em outros. E nisso podemos perceber que "onde quer que os fantasmas sejam reconhecidos como visitantes habituais, as pessoas desenvolvem métodos padronizados de resposta" (TUAN, 2005, p. 196)

Porém em todos vemos que a interação: a ação dos sujeitos e dos assombros é que contribuem para dar significado aos lugares e ao espaço em que estão circunscritos. Essa contribuição não é unilateral, os lugares e o espaço em cada história se apresentam ambientando um cenário de tensão. Vemos na noite um período do dia que torna a ambientação mais propícia ao medo. Observamos que no momento de interação entre nossos personagens e os assombros os lugares mudam de significado, se tornam zonas de medo, o lugar praticado faz surgir um nova experienciação com o local, contribui para criar um novo contexto.

E a representação aparece nisso todo, como nos fala Roger Chartier,

> as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles. (CHARTIER, 1991, p. 177)

Foi decifrando o que eram essas assombrações, suas interações com os sujeitos, os símbolos que permeavam a narrativa, os lugares e os medos, que

compusemos um espaço de assombração configurado como uma paisagem de medos. O conjunto de práticas, a tensão entre os assombros e as personagens o olhar meticuloso sobre as ações e percepções das mesmas deram corpo a uma representação do espaço dito de assombração. Esse percorrido pelo movimento, mas não livre das pausas e das posições que dão nome aos lugares: esses como pontos de relação e confronto.

O imaginário que se forma é desse conjunto de histórias, quando vemos essas jorrarem suas representações de medos e práticas nos espaços e lugares, podemos então perceber um imaginário formar-se. O imaginário é essa imagem de uma representação que os sujeitos constroem para e sobre si mesmos remetendo sentidos ao mundo experienciado a sua volta (PESAVENTO, 2012).

As representações, das narrativas dos sujeitos, das suas práticas de interação com as assombrações e do que a tensão desses sujeitos nos lugares produz, elaboram um sentido que vai além do mero aparente. “Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explicita e não presente.” (PESAVENTO, 1995, p. 15). O imaginário se refere a essas representações, essas o compõem. Vimos que as várias simbolizações dos elementos dos lugares e das assombrações evocam significados antes aparentemente não vistos, elaborando uma representação que se configura em imaginário.

Como fala Castoriadis (1982), o imaginário é imbuído de uma perspectiva social-histórica, onde os sentidos e os significados das experiências dos sujeitos são configurados e reconfigurados. Isso converge com o conceito de paisagem mencionado anteriormente. É a transformação de uma percepção: suas configurações e refigurações no mundo que fazem os sujeitos modificarem suas ações perante o mesmo. O imaginário, abarca as representações, as circunscreve.

Nessa perspectiva temos uma visão mais ampla ao final: passamos pelas ações nas microanálises, depois ampliamos para uma visão dos elementos que compunham as paisagens, assim vimos que essas englobam os espaços e os lugares de assombração em que o medo é presente e, por último, vimos como todo isso se constitui como representações, sendo estas em conjunto um imaginário dos espaços de assombração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de assombração se mostraram com uma diversidade de significados, esses são revestidos de símbolos, práticas e interações. Destrinchar as narrativas nos levou a caminhar pelos percursos pessoais de cada sujeito. Através de uma visão micro analítica demos vida a cada ação dos sujeitos em suas interações com as assombrações, com os lugares e com os espaços. Percebemos que a tensão dessa interação e os significados não explícitos dos símbolos reconfiguram os lugares.

Vimos que o espaço que circunscreve os lugares, tem como aspecto a prática de movimentar-se. Essa ação, em alguns momentos, é interrompida ou serve como caminho a ser percorrido. Depois de elaborarmos toda essa análise nos detivemos numa ampliação da escala, essa variação foi fundamental, pois propiciou uma melhor visualização da paisagem que envolve o espaço de assombração de cada história. Nessa análise, nos dedicamos a pensar a significação dos elementos simbólicos que aparecem nas narrativas e contribuem na interação e na ambientação e no contexto do medo que é evocado pelos sujeitos.

A representação simbólica de todos os aspectos das narrativas em conjunto forma, como vimos, um imaginário comum. Imaginário esse que se relaciona com a paisagem. Ambos reelaboram uma visualização, criam significados diferentes para as experiências que envolvem o mundo das assombrações. Uma imaginação criadora que está presente nos medos sentidos, nas percepções do que é observado, no significado dos lugares e nas práticas dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da sociedade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, p.173-191, 1991.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia de bolso, 2009.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução a arquetipologia geral. 4. ed. São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2012.

FERREIRA, Maria Júlia. A Representação da Paisagem: contributos para a semiótica do espaço geográfico. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa, v. 8, n. 10, p. 185-200, 1997.

FREITAS, Maurilo. **História Política de Limoeiro do Norte**. 2009. Capítulo VI - A ADMINISTRAÇÃO DE SABINO ROBERTO. Disponível em: https://maurilofreitas.blogspot.com/2009/03/capitulo-vi-administracao-de-sabino.html. Acesso em: 28 abr. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife velho**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GADELHA, Ercílio Henrique de Lima. Conciliação como estratégia política: eleições majoritárias no município de Limoeiro do Norte-CE (1988-2016). *In*: **Anais do 30° Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**, 30º, 2019, Recife. Anais, Recife: Associação Nacional de História – ANPUH, 2019. P. 1-16. Disponível em: 1564786748_ARQUIVO_Artigo-Conciliacao-Henrique.pdf (anpuh.org). Acesso em: 28 de abr. de 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Editora Companhia das Letras, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre História. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014.

LEVI, Giovanne. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 15, p. 9-27, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

REVEL, Jaques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da magia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

Recebido em 13 de março de 2022.

Aprovado para publicação em 28 de março de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MATO GROSSO DO SUL

Relatos de professores e professoras de matemática

CONSIDERATIONS ON THE HISTORY OF YOUTH AND ADULT EDUCATION IN MATO GROSSO DO SUL

Reports of Mathematics Teachers

LILIAN OLIVEIRA DANIEL [1]

CARLA REGINA MARIANO DA SILVA[2]

RESUMO

O artigo objetiva contribuir com a História da Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso do Sul a partir da análise dos relatos de doze professores de matemática que atuam na referida localidade. O estudo discute os acontecimentos dessa modalidade de educação como um movimento que vai se compondo de forma não-linear em constante transformação. Os acontecimentos analisados advêm de quatro cenas procedentes das vivências e das experiências de doze educadores que atuam/atuaram na escola da EJA. Metodologicamente, adotamos o referencial teórico-metodológico da História Oral e, com ele, apresentamos as narrativas por meio de entrevistas. Arquitetamos as cenas, no movimento de análise, como deslocamentos apresentados pelos próprios professores, os quais retratam a realidade vivenciada naqueles territórios e concebem a escola como uma espacialidade de características plurais. Entendemos que, na EJA, se fabricam escolas que podem ser adjetivas de múltiplas, as quais se formam e se transformam no fazer pedagógico dos professores e no percurso formativo dos estudantes que percorrem as salas de aula, bem como de outros sujeitos que habitam a escola.
Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. História da Educação. História Oral. Educação Matemática.

ABSTRACT

The article aims to contribute to the History of Youth and Adult Education in Mato Grosso do Sul based on the analysis of the reports of twelve mathematics teachers who work in that locality. The study discusses the events of this type of education as a movement that is composed in a non-linear way in constant

[1] Doutoranda em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). *E-mail*: lilian.daniel@ufms.br.
[2] Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Groso do Sul (UFMS). *E-mail*: carla.silva@ufms.br.

transformation. The events analyzed come from four scenes from the experiences of twelve educators who work/worked at the EJA school. Methodologically, we adopted the theoretical-methodological framework of Oral History, and, with it, we presented the narratives through interviews. We architected the scenes, in the movement of analysis, as displacements presented by the teachers themselves, which portray the reality experienced in those territories and conceive the school as a spatiality of plural characteristics. We understand that, in EJA, schools are manufactured that can be adjectives of multiple schools, which are formed and transformed in the pedagogical work of teachers and in the training path of students who travel through classrooms, as well as other subjects who inhabit the school.
Keywords: Youth and Adult Education. History of Education. Oral History. Mathematics Education.

INTRODUÇÃO

A história que intencionamos problematizar neste artigo se situa a partir da criação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de educação, no final dos anos 1990. Peregrinamos, anos após esse período, por experiências e vivências de professores e professoras de Matemática que, em algum momento de sua trajetória educacional, foram atuantes nessa modalidade, e de maneira geral, educadores do ensino regular da Educação Básica. Uma composição de histórias contadas por 12 profissionais, que atuam ou atuaram em 12 diferentes escolas em 12 diferentes regiões do estado de Mato Grosso do Sul, centro-oeste brasileiro. Adjetivamos tais escolas como urbanas, trazendo esse modo de categorizar apenas para dizer que não estamos falando de escolas rurais, nem de indígenas, nem de quilombolas ou quiçá ribeirinhas, estas também ofertadas pelo estado. Tais nomenclaturas anunciam um perfil de estudantes dessa modalidade em cada projeto ofertado pelas redes educacionais (urbana, do campo, das águas, ribeirinhos) do estado.

As escolas, lócus da pesquisa, no ano da realização dessa investigação, 2020, ofertavam o projeto de curso da EJA "urbana" denominado Projeto Conectando Saberes. Um modelo de organização pedagógica proposto por técnicos da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED/MS, amparado pela Deliberação CEE/MS n^0 9090/2009 que estabelece normas para Cursos de Educação de Jovens e Adultos e Exames Supletivos no

Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, ainda em vigor nos dias de hoje. O Projeto Pedagógico de Curso, do qual mencionamos, vai sendo operacionalizado a partir de 02 de março de 2016, deliberado pela Resolução/SED n^0 3.029 de 01 de março de 2016, apresentando uma nova publicação, em 07 de dezembro de 2020, de Resolução/SED n^0 3794, de 02 de dezembro de 2020.

Inspiradas a produzir mais discussões sobre a modalidade, para além de acompanhar as competências do estado e a legislação vigente, nos deparamos com escolas que vão nos permitindo contemplar suas sutilezas e diversidades produzidas em curso. Nessa perspectiva, novas EJAs foram sendo produzidas, alinhavando cenas a partir de um mesmo projeto, visto que esses, após entrarem em vigor, se realizam de formas diversas, ganhando vida perante a autonomia da escola. A escola da EJA se movimenta com seus estudantes diversos e com a singularidade de cada professor em sala de aula, joga seu próprio jogo, criando uma multiplicidade de cenas e de deslocamentos para além do previsto pelos redatores e coordenadores de um projeto pedagógico. Um "jogo escolar" jogado na multiplicidade de vivências e de experiências de variados sujeitos passantes pela escola, adultos, jovens e idosos com várias histórias de vida.

Nessa inquietude de se perceber como aquelas pessoas operacionalizam e articulam tais projetos em forma de vida, e quais as cenas se produzem em cada lugar desses e em cada escola, as discussões se deslocam para a realidade de cada região. Professores e professoras foram entrevistados em 2020, para a pesquisa de Daniel (2022), tendo como referencial teórico-metodológico a História Oral, que tem sido utilizada como um modo de se produzir narrativas por meio de entrevistas. A partir de um roteiro previamente organizado e da escolha de entrevistados que tenham vivenciado a temática de estudo, produz-se uma história que podemos adjetivar de democrática, pois produz um conhecimento a partir de um coletivo de vozes.

Neste texto, apresentamos um panorama geral da EJA em Mato Grosso do Sul e uma composição de cenas produzidas por essas escolas, modalidades e pessoas. Trouxemos para fiar as discussões uma metodologia que privilegia o diálogo, ancorada na possibilidade de incluir experiências, memórias e subjetividades para a produção do conhecimento. Para isso, construímos

entrevistas em formas de narrativas, eventos discursivos contados pela oralidade desses professores e professoras de matemática.

Arquitetamos as cenas no movimento de análise proporcionado por Daniel (2022), produzidas nos deslocamentos apresentados pelos próprios professores, retratando a sua realidade vivida tão singular naqueles territórios, concebendo uma escola com características tão plurais. Em uma das cenas há uma escola na fronteira com o Paraguai, país que avizinha Mato Grosso do Sul, onde estudam pessoas dos dois países, com dialetos locais específicos típicos de uma fronteira que se esquadrinha, que pluraliza linguagens, sons, culturas, crenças, raças. Em outra cena, a EJA da capital, com peculiaridades específicas de uma metrópole: distâncias longas percorridas por esses estudantes em busca de uma escola que ofereça um projeto para tal especificidade, escolas, às vezes, longe do trabalho e da sua morada, acesso aos ônibus com horários regularmente reduzidos. Esse estudante da capital enfrenta trânsito, rotinas de longas jornadas de trabalho, ou à procura dele, e vão à escola carregando seus corpos cansados pelas dificuldades da vida.

Outra (s) cena (s) espreitam os conflitos geracionais onde estudantes jovens, adultos e idosos perpassam por uma mesma sala de aula. Sujeitos com objetivos diferentes em um mesmo lugar; alguns com o desejo de terminar os estudos, outros com medo de retornar a um lugar em que não se adaptou, em anos anteriores. Há, nessa escrita, discussões sobre tantas EJA (s) produzidas nos territórios de Mato Grosso do Sul que tornam impossível usar o singular e imaginar uma história única da EJA.

1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MATO GROSSO DO SUL

Determinar um início para o movimento de escolarização de jovens e adultos em Mato Grosso do Sul, ou mesmo no Brasil é algo complexo. No entanto, pode-se dizer que as primeiras ações educacionais institucionais para esse grupo específico têm início no país na década de 1940, mas ganham força a partir da década de 1950 com Paulo Freire encabeçando discussões e ações sobre o tema. O movimento de Educação Popular, como ficou conhecido, era baseado no “diálogo como princípio educativo e a assunção, por parte dos

educandos adultos, de seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo" (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 60).

Essas ações voltadas para a educação de adultos e outras experiências que estavam transformando o cenário educacional brasileiro, foram interrompidas quando o governo militar assumiu o comando do país em 1964. Práticas educativas que explicitavam os interesses populares deram lugar a movimentos que continham a ideologia do regime ditatorial instalado. Com a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) de 1971, os antigos exames de madureza, instituídos na lei anterior passaram a ser chamados exames supletivos, como uma alternativa para o adulto não escolarizado. Daniel (2022) explicita apoiada em Haddad (1987) que

> a aprovação nesses exames certificaria para o ensino regular; sendo eles realizados por disciplina. Havia a possibilidade do candidato se inscrever em qualquer nível, podendo este se inscrever nos exames de segundo grau mesmo sem ter concluído o primeiro grau (DANIEL, 2022, p.57).

Com a redemocratização do país, se institui a LDB de 1996 e com ela a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos. As resoluções e pareceres que seguiram, especificamente o Parecer CNE/CEB n^0 11/2000, homologado em 07 de julho de 2000, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.

A partir desse cenário, no recente estado de Mato Grosso do Sul (à época com 20 anos de criação), a Resolução SED /MS n^0 1.410 de 17 de fevereiro de 2000, publicada no Diário Oficial n ^{0} 5206 de 18 de fevereiro de 2000, dispõe autorização de funcionamento dos Cursos Supletivos do Ensino Fundamental, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, e fixando normas para a operacionalização nas Escolas da Rede Estadual de Ensino. Daniel (2022, p. 59), esclarece que "a resolução estabelece uma organização curricular por componente, tendo uma organização modular denominados fases (3 fases para o ensino fundamental e 2 fases para o ensino médio)".

A partir desses marcos legais, a EJA vai lentamente ocupando os espaços, se assumindo como política pública, trazendo ao presente discussões

específicas sobre uma modalidade de educação que só se viu reconhecida como tal a partir da LDB n^0 9394/96 e, a seguir nos anos 2000, atribuídas a ela diretrizes próprias. O Parecer CNE/CEB n^0. 11/2000, elaborado pelo professor Jamil Cury, é considerado um marco histórico na história da EJA, sobretudo por se constituir em uma diretriz curricular nacional para esta modalidade educativa.

Para Arroyo (2011), uma das condições dos que lutam pela EJA é se movimentar para mudar sua configuração supletiva, preventiva e moralizante. As metas 9 e 10 [3] do Plano Nacional de Educação, tratam sobre a Educação de Jovens e Adultos, mas ela ainda vai se

> enredando nessa estreiteza do reconhecimento do direito à educação. [...] E o embate para o reconhecimento da juventude e da vida adulta como um tempo específico do direito à educação está ainda muito distante de ser legitimado na sociedade e no Estado (ARROYO, 2011, p. 102).

Em Mato Grosso do Sul atualmente, a modalidade é ofertada, pela Rede Estadual de Ensino (REE), por meio de projetos de curso e, neste caso específico, por um projeto com vigência desde 2016, chamado Projeto Pedagógico de Curso Conectando Saberes. Nosso foco em Daniel (2022) foi a EJA operacionalizada em escolas "urbanas", diferentemente dos outros projetos em curso da EJA ofertados em escolas do campo, indígenas e prisionais. O Projeto vigente atende estudantes adultos com idade acima de 18 anos, público da EJA em MS seguindo a DELIBERAÇÃO CEE/MS Nº 9090, de 15 de maio de 2009. A abertura de turmas se dá prioritariamente no período noturno, e no ano de 2022, o projeto esteve presente em 55 escolas da REE, em um estado com dimensões territoriais tão expressivas (MS é o sexto estado em dimensões no país, são 79 cidades distribuídas em 357.145,534 m²). O conteúdo é organizado por módulos em cada nível de ensino, na etapa do ensino médio 4 módulos estruturados por um eixo estruturante chamado eixo temático que indica um tema gerador como um fio condutor dos trabalhos didáticos produzidos naquele semestre. O estudante termina o ensino médio em 2 anos realizando dois eixos

[3] Meta 9 – Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto. Meta 10 – Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

por ano.

O Projeto Conectando Saberes se diferencia do que se tem ofertado no campo da Educação de Jovens e Adultos em outras redes. Ele dispõe a organização da ementa curricular em eixos temáticos nos módulos das etapas do ensino fundamental e do ensino médio, prevendo a interdisciplinaridade no contexto do projeto. Tal forma de organização curricular estabelece que a equipe pedagógica articule nos espaços escolares discussões sobre questões complexas do dia a dia do estudante da modalidade, integrando o conteúdo referendado pelo documento ao eixo temático, suscitando a aprendizagem significativa, na qual o estudante opera como um agente condutor da sua aprendizagem.

A organização possibilita a flexibilidade dos conteúdos entre os componentes curriculares e as áreas de conhecimento, sendo os eixos temáticos versados como "princípios produtores a serem explorados a partir de entrecruzamentos com as dimensões metodológicas de produção, contextualização, problematização e compreensão crítica" (PPC CONECTANDO SABERES, 2020, p.188).

O Projeto Pedagógico de Curso apresenta particularidades como: Recuperação da Aprendizagem, Pré-conselho de Classe, Consolidação da Aprendizagem e Exame Final no encerramento de cada módulo letivo. É sugerido como ferramenta pedagógica documentos de acompanhamentos, tanto para a rotina da coordenação pedagógica, quanto para acompanhamento dos docentes. Dentre tais instrumentos estão as planilhas de registro do planejamento docente e de acompanhamento mensal das faltas dos estudantes; este último instrumento caracteriza a percepção de que esse perfil de estudante da EJA requer uma atenção diferenciada quando se trata de frequência e de acompanhamento das faltas. Outro instrumento pedagógico sugerido pelo projeto é a lista de frequência do Período de Estudos, que são dias letivos destinados a formação continuada do professor. E também, nessa proposição, é ofertado uma lista de acompanhamento de frequência do Pré-Conselho de Classe, uma reunião coletiva prevista em calendário escolar que ocorre após 50% da carga horária de cada módulo, e o relatório de Avaliação de Curso.

Neste texto, optou-se por trazer as narrativas em cenas que foram

previamente selecionadas do movimento de análise realizado. O modo como a pesquisa foi realizada será discutida no próximo item.

2. FUNDAMENTOS PARA A PRODUÇÃO DE CENAS

É no sentido genealógico de produzir uma história da sala de aula, que Dussel e Caruso (2003), em *A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar*, produzem uma escrita olhando para o movimento da construção da sala de aula, nos inspirando a um fazer movimento historiográfico que se rebela a noções de progresso, linearidade, e que busca construir uma história com perspectiva crítica.

> A genealogia parte de um problema ou conceito atual e elabora um "mapa" — não dos antepassados, mas sim das lutas e dos conflitos que configuraram o problema tal como o conhecemos hoje. Os materiais históricos (fontes, escritos de época, análises históricas) não são revisados com um interesse meramente erudito ("para aprender mais"), e sim com o objetivo de compreender como se criaram as condições que configuram o presente (DUSSEL e CARUSO, 2003, p.33 - 34).

Inspirados nessa visão de história, investigamos o espaço sala de aula da EJA no estado de Mato Grosso do Sul, levando em conta ser esse tão conhecido por todos nós, "todos passamos por ela, e, como professores atuais ou futuros, continuaremos a fazê-lo, e não apenas uma vez; pelo contrário, estivemos e estamos na sala de aula pelo menos quatro horas por dia, cinco dias por semana, nove meses por ano, durante muitos anos" (DUSSEL; CARUSO, 2003, p.29). Nesse movimento, os referidos autores nos instigam a olhar para o surgimento e a consolidação da sala de aula como espaço educativo privilegiado, identificando as continuidades e as inovações nesse trajeto, e a lógica de sua estruturação. Uma genealogia que aspira perceber o movimento da escola como algo nada natural, como uma instituição disciplinadora, mas também como parte das lutas e dos conflitos, tudo isso parece formar o que se configura como sala de aula nos dias de hoje.

A história da EJA, conforme relatamos anteriormente, possui movimentos contraditórios e com objetivos diversos. Se de início Paulo Freire entendia ser possível uma educação libertadora, os governos que se seguiram

trataram de cerceá-la transformando em algo inofensivo àqueles que estão no poder. Muitos anos depois dos movimentos originários, olhar para a Educação de Jovens Adultos nos permite refletir o que se tem realizado dentro dessa modalidade.

Esse olhar, no entanto, foi produzido levando em conta as histórias contadas por aqueles que operam a EJA diretamente na sala de aula. Com esses atores, a genealogia nos permite escutar a história prestando atenção em seus acasos, traçando caminhos disruptivos e heterogêneos. Atestando que "a história não tem 'sentido', o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas" (FOUCAULT, 1998, p.6).

Nesse sentido, nossa escolha foi produzir a história onde os fatos não aparecem como fatos, como na tradição positivista, mas sim, como acidentes que requerem interpretação parcial e que recortam acontecimentos. Ao contar uma história, frente a uma proposta genealógica, importam as singularidades dos acontecimentos, escutas atentas às descontinuidades, um trabalho minucioso, detalhista e documental.

> Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua "origem", negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos (FOUCAULT, 1998, p.14).

Ao narrar a EJA em Mato Grosso do Sul, intencionamos construir suas cenas, inventá-las e trazê-las em forma de narrativa. Como propõe Albuquerque Junior (2019), o fato só começa a fazer sentido quando começa a ganhar contornos a ser contado, narrado e relatado. Nesse sentido, construímos uma linguagem da EJA em Mato Grosso do Sul, tornamos ela um relato, uma escritura, com suas particularidades, seus desafios, sua realidade. Ao "mesmo tempo, natureza, sociedade e discurso, pois é materialidade, relação social e de poder e produção de sentido" (p.31). Ao pensarmos como ele, escrevemos uma

> História que não se passa somente no lugar da natureza, da

> coisa em si, do evento da matéria ou da realidade, nem se passa apenas do lado da representação, da cultura, da subjetividade, do sujeito, da ideia ou da narrativa, mas se passa entre elas, no ponto de encontro e na mediação entre elas, no lugar onde estas divisões ainda são indiscerníveis, onde estes elementos e variáveis se misturam. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p.31)

Historicizando, produzimos invenções com sujeitos da EJA "onde o que impera é o devir, o fluxo, que desmancha as formas estabelecidas de objetos e sujeitos, que mistura aspectos que aparecem separados, classificados, ordenados após as práticas de análise levadas a cabo pela ciência" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p.32). Fabricamos uma história articulando e relacionando razões e sentimentos, matéria e sonho, tempos e espaços. Trazemos para o debate sensibilidades, afetos, experiências.

Olhamos pedagogicamente para a escola, em especial para a EJA, como um processo em construção produzida em um movimento contínuo, sempre fazendo-se, nunca terminada. Inés Dussel (2020), em *Sobre a precariedade da escola,* tece considerações em seu texto publicado no livro *Elogios da Escola,* organizado por Jorge Larrosa, que nos ajuda a entender a escola como um lugar para além do espaço físico. Esse lugar não como um conjunto de tarefas que visam cumprir um currículo, mas como um composto de relações, de ações que tem a ver com certo tipo de trabalho do conhecimento.

Essa autora busca desmontar as críticas instaladas no senso comum sobre o que foi e é a escola, indo na direção contrária à crítica habitual a ela por sua rigidez e conservadorismo, desmontando esse pensamento da escola como uma instituição autoritária, que combina a obsolescência das suas formas e conteúdo. Ela nos aspira pensar acerca do seu caráter precário, instável, a pensá-la como algo sempre em construção, sempre a ponto de ser destruída. É exatamente nessa precariedade que se instaura possibilidades outras, rachaduras, buracos nos muros que tornam possível a produção de uma escola pedagógica.

Com esses referenciais teóricos, operacionalizamos em Daniel (2022) uma história oral como uma metodologia que motiva o diálogo e a colaboração dos sujeitos, valorizando as experiências, memórias, identidades e subjetividades. Nas palavras de Silva e Fillos (2020)

> a História Oral é um instrumento, portanto, que possibilita a criação de novas versões da história por meio de distintos narradores e essa finalidade propicia fazer da história uma atividade mais democrática, já que consiste em construir a história a partir das próprias palavras dos que vivenciaram e participaram de um determinado período e um dado evento (SILVA; FILLOS, 2020, p. 79)

Defendemos essa reflexão metodológica como elemento fundamental para a formação de pesquisadores e, produzimos com ela, ferramentas de luta política, nos posicionando de maneira contrária ao pensamento dominante, único, legítimo, olhando sob a perspectiva da mudança, do movimento, da incompletude, daquilo que não é fixo (GARNICA; SILVA, 2019; MARTINS SALANDIM; SILVA, 2019).

Especificamente na referida pesquisa, a História Oral nos possibilitou constituir narrativas em situações de entrevistas, deslocando o olhar e os questionamentos sobre a materialidade da escola para um olhar que busca percorrer as salas de aulas pela visão de professores. Propor essa problematização tem ainda como objetivo compreender o que pode a Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso do Sul, buscando investigar o cotidiano, as práticas escolares e a formação dos professores. Ela nos permite inventar, transgredir as fronteiras da autoria individual, valorizar as memórias, gerar uma pesquisa para falar de coisas múltiplas, de uma escola contada por professores que vivenciam ou vivenciaram a prática educacional na Educação de Jovens e Adultos.

Após definidos, de modo geral, os princípios que nortearam a investigação, lançamo-nos à procura de possíveis depoentes. Desse modo, partimos em busca de: “quem, quais e quantos?”. Ouvimos 12 professores de Matemática a partir do recorte geográfico operacionalizado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, distribuídos pelas 12 microrregiões de Mato Grosso do Sul. As Coordenadorias Regionais de Educação da Rede Estadual de Ensino MS (REE MS) foram criadas, a partir do Decreto n^0 14.572 de 30 de setembro de 2016, pelo Governo Estadual, com objetivo a dar suporte às ações educacionais em todo o Estado.

Todas as entrevistas foram realizadas de forma virtual, pelo aplicativo *Google Meet*, com exceção da entrevista do professor Maurício que foi feita pelo

aplicativo *Whatsapp*. As datas e os horários das entrevistas foram definidos de comum acordo com os entrevistados. As gravações das entrevistas foram feitas pelo próprio aplicativo *Google Meet*, uma ferramenta que, para nós pesquisadores, em tempos de pandemia, foi sendo naturalizada. Na prática, as gravações aconteceram pelo próprio aplicativo e para prevenir alguma falha que pudesse ocasionar perdas nas gravações, uma outra opção de registro foi adotada e o gravador de voz do celular foi posicionado ao lado do computador. As gravações se constituíram como documento-base da pesquisa, e foram transformadas do documento oral para o texto escrito.

De posse dos relatos orais dos colaboradores, iniciamos o processo de transcrição das falas. O momento em que as falas e gestos dos entrevistados se passam para a forma escrita, a transcrição é "uma alteração do suporte da entrevista (seja ele magnético ou digital) para o papel, a fixação do diálogo por meio de caracteres gráficos", referenciando Garnica (2007, p.40). Uma ação humana, demorada, atenciosa, cuidadosa. As transcrições foram feitas uma a uma, com a preocupação de ser fiel a fala do entrevistado.

Após realização da transcrição, a próxima etapa da pesquisa foi a textualização, uma forma de organizar as transcrições e tornar a leitura do texto mais fluente. Os cuidados éticos perpassaram por todas as etapas da pesquisa, visto que desde o início, buscamos a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, seguindo os protocolos sugeridos, e com as assinaturas do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e termo de Cessão. A pesquisa foi aprovada sob o número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE 40558420.1.0000.0021.

3. CENAS DA EJA EM MATO GROSSO DO SUL

É com mais 12 professores de Matemática da Educação de Jovens e Adultos que produzimos cenas dessa modalidade de educação em Mato Grosso do Sul. Com eles percorremos 12 escolas em 12 municípios situados em 12 microrregiões do estado. Uma diversidade de lugares, com suas especificidades, suas singularidades, suas maneiras próprias de vida. Neste texto, optamos por trazer alguns deles em cenas que tem como intenção apresentar partes da

história da EJA em Mato Grosso do Sul.

Cena 1

Uma EJA em uma escola da fronteira Brasil/Paraguai. A Escola Estadual Eneil Vargas em Coronel Sapucaia, localizada no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, dista da capital 420 Km e tem aproximadamente 15.350 habitantes (IBGE, 2020). As cenas são contadas pelo professor Adriano, licenciado em Ciências com habilitação em Matemática pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Amambai, MS. Professor, formado no ano de 2003, lecionava na Educação de Jovens e Adultos - EJA nos 4 módulos I, II, III e IV na Escola Estadual Eneil Vargas e também no ensino regular para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3^0 ano do Ensino Médio (ano 2020). Professor da EJA desde quando começou a dar aula na Rede Estadual de Ensino (REE), há 19 anos.

Nesse município, há duas escolas estaduais. Até 2018, a Escola Estadual Coronel Sapucaia também tinha EJA, mas em 2019 a EJA ficou somente na Escola Eneil Vargas. Apesar da cidade ser pequena, as realidades dos estudantes são diversas. De acordo com o professor Adriano, as pessoas que estudam na Coronel e as pessoas que estudam na Eneil Vargas, são diferentes e aparentemente a divisão se faz pelo poder aquisitivo. Aquelas que têm melhores condições financeiras, que têm alimentação em casa, acesso à informação e alguém responsável pelo estudante estudam na escola Coronel.

A Escola Eneil Vargas é frequentada por estudantes da parte externa da cidade e do Paraguai, algo comum em uma cidade de fronteira[4]. Muitos alunos da periferia, das vilas mais externas da cidade vão estudar nesta escola. Estudantes de classe financeira baixa, com extrema dificuldade de entender a língua portuguesa (que é a língua falada pelo professor). Em sua maioria, vindos do Paraguai para estudar, em torno de 60 a 70% são "*brasiguai*os'[5] –

[4] Para Albuquerque (2010) região das fronteiras brasiguaias é um espaço social singular, difícil de ser compreendido a partir dos lugares centrais da nação brasileira e paraguaia. As fronteiras dessa experiência migratória são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Nesse território fronteiriço se configuram frentes de expansão capitalista e migrações fronteiriças produtoras de identidades, alteridades, diferenças, hibridismos, conflito e integração no campo de poder das fronteiras econômicas, políticas, culturais e linguísticas.

[5] O termo "brasiguaio" adquire alguns sentidos na zona de fronteira. De uma maneira genérica

paraguaia/brasileira, e por isso esses alunos têm muita dificuldade com a comunicação. Além disso, estudantes que pararam de estudar há muito tempo.

Na mesma sala da EJA uma mistura de idades, essa convivência entre eles dentro de sala de aula requer habilidades do professor para lidar com as relações intergeracionais. O estudante mais novo em um ritmo, e o mais velho em outro. Os estudantes mais velhos entendem que perderam muito tempo até chegar ali, desejam acelerar seus estudos, vão à aula em busca do tempo considerado por eles como perdido. Querem recuperar a oportunidade que em algum momento da vida lhes foi negada, completar seus estudos mais rapidamente. Nessas salas da EJA há também estudantes jovens com variadas expectativas em relação à vida, à escola e ao mundo do trabalho. Pessoas de variadas gerações misturadas em uma mesma sala de aula.

O professor Adriano, professor da escola, narra sobre a diferença de idade entre seus alunos – tem rapazes de dezenove anos e senhores de setenta/oitenta anos na mesma sala de aula; o rapaz de dezenove anos conversa, mexe no celular e o senhor de setenta/oitenta anos se senta na frente, próximo ao professor, tentando compreender a explicação. Na fala desse professor, na sala da EJA nunca um dia é igual ao outro. Sempre tem uma coisa diferente, alguma coisa que o professor precisa correr atrás e buscar trabalhar todo mundo junto.

Lidar com a diferença de linguagem dos estudantes que moram no Paraguai é mais um desafio enfrentado nesse território. Estudantes que não têm a língua portuguesa como língua materna, mas que estudam em solo brasileiro.

> A minha principal dificuldade é que nós temos alunos que não conseguem falar o português, falam pouquíssimas palavras. Os alunos vêm buscar o estudo no Brasil e a gente acha que está explicando, conversando com eles, mas eles estão olhando com 'cara de paisagem' para você porque simplesmente eles não fazem ideia do que você está falando. É muito difícil você dar aula dessa forma porque eu não falo guarani[6], nunca aprendi. Eu já tentei, mas não consegui falar a língua guarani. Quem não mora na fronteira acha que todos que moram no

geralmente é usado para se referir a todos os brasileiros que vivem no Paraguai.

[6] De acordo com Albuquerque (2010, p.586), o guarani foi reconhecido como língua nacional no Paraguai em 1967, mas somente com a Constituição de 1992 e a Reforma Educacional de 1994 passou a ser uma língua oficial e obrigatória em todas as escolas e graus de ensino do Paraguai. Desde então, o Paraguai se tornou oficialmente um país bilíngue, e o primeiro Estado latino-americano a reconhecer o estatuto de idioma nacional para uma língua de herança indígena.

> Paraguai falam espanhol, e pelo contrário, aqui na nossa região da fronteira pouquíssimos falam espanhol. Eles falam guarani, e às vezes, na própria disciplina de espanhol, eles têm dificuldades em falar espanhol porque a língua materna é o guarani. É guarani, um pouco de português e castelhano, e vira uma 'maçaroca', um 'balaio de linguagem' que a gente que só fala português fica alheio a esse tipo de coisa (DANIEL, 2022, p.125)

Esse estudante que frequenta essa escola vive no Paraguai, mas têm documentação brasileira, usufrui da educação, saúde no Brasil, mas moram no Paraguai e não falam português. Estudantes que têm muita dificuldade na aprendizagem possivelmente por causa da língua.

Uma outra realidade dessa escola é o enfrentamento da realidade da fronteira com atividades consideradas ilícitas. Alunos que se matriculam, mas no meio do período letivo abandonam a escola para trabalhar no plantio da Cannabis sativa L do lado paraguaio. "Ele vai plantar, colher e prensar cânhamo. De dois a três meses da vida escolar, ele passa fora da escola, lidando com a droga" (DANIEL, 2022, p.127). Essa realidade presente nessa escola atravessa as relações desse lugar.

A relação com a droga pode ser trabalho. Não necessariamente usam a droga, porque a família é empregada nessa atividade. Famílias se envolvem com plantio, colheita e prensa. Um envolvimento com a cadeia produtiva da mercadoria ilegal no Brasil. Ciclos de produção que chegam a durar mais de três meses, e esses estudantes "desaparecem" da escola por estarem envolvidos nessa cadeia. "E não são poucos casos não, são vários. Tanto para alunos da EJA quanto para alunos do ensino regular" (DANIEL, 2022, p.127).

Cena 2

Em Campo Grande, a EJA é contada pelo professor de Matemática Alan Manoel, da Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira[7]. A capital sul-mato-grossense com aproximadamente 906.092 habitantes (IBGE, 2020). Professor licenciado em Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul

[7] Escola pública estadual localizada no município de Campo Grande, MS que oferta as etapas/ modalidades da educação básica: ensino fundamental I e II, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

– UEMS, campus de Nova Andradina, MS, formado no ano de 2008, mestre em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS no ano de 2018 e doutorando em Educação Matemática pela UFMS (2020).

Nessa EJA há alunos diferentes, pessoas de idade e jovens misturados na mesma sala. Pessoas de mais idade que estavam há dez anos, há quinze anos fora da escola, junto com pessoas que estavam há dois anos. Um perfil de alunos que, com a experiência de professor, requerem um preparo do que falar na aula para suavizar os conflitos de gerações. As atividades organizadas que alguns alunos resolvem em cinco minutos, e outros alunos demoravam cinquenta minutos para fazer. Esses alunos que fazem as atividades mais rapidamente acabam perturbando os alunos que demoram, e os que demoram começam a não se sentir bem na sala de aula e, em alguns casos acontece a evasão. Os que estavam há dez anos sem estudar, podem desistir de novo e ficar mais dez anos sem entrar em sala de aula.

Para os primeiros dias de aula, o professor preparava a aula, fazia os combinados com os alunos, se eles terminassem a atividade, pedia para esperar uns minutinhos que ia ajudar todo mundo. Avisava que ia dar sequência nas atividades assim que todos terminassem. Isso acontecia para deixar um clima legal, e aquele aluno que terminava em dez minutos, tentava ajudar o companheiro que ainda não tinha terminado. A maioria dos estudantes trabalha muito. Eles saem do serviço e vão direto para a escola. Eles chegam em casa, dormem e vão para o serviço. Essa é a rotina deles. Esse é o perfil de alunos da EJA. O estudante da EJA tem uma rotina intensa. Chegam na escola, muitas vezes, com fome e cansados. Sofrem a pressão do trabalho, da fome, do cansaço, da fadiga.

Na EJA, o aluno fala que não está entendendo, que trabalhou o dia inteiro. Ele conta a vida dele. A vida do aluno tem a ver com a vida desse professor. O professor ouve cada um deles porque sabe que para sobreviver na escola, tem que ouvir. E ouve. Ele chega na sala de aula e pergunta como foi o dia deles, e eles falavam. Quando ia preparar a aula, sabia que era para essa pessoa que tem essa questão, esse problema. A dinâmica no primeiro dia de aula era ouvir os alunos. O que eles gostavam de fazer, qual programa de televisão preferido, qual série gostavam de ver, o que eles faziam quando não estavam na escola,

se eles gostavam de futebol ou não. Vai adaptando as aulas, entendendo o aluno.

Em relação ao estudante da EJA, se compararmos o do interior com o da capital, há alguns pontos parecidos como, por exemplo, a relação com o trabalho. Mas tem um fator diferente na capital em relação ao interior, que é a questão das distâncias da escola até a casa do aluno. Antigamente, a escola do próprio bairro do aluno oferecia aulas na EJA, mas hoje não. Hoje tem um número limitado de escolas que ofertam a EJA e, parece que é cada vez menor. O aluno da capital atravessa a cidade para chegar na escola, e a escola mais perto é uma escola longe. Eles atravessam a cidade de novo para voltar para casa, acordam muito cedo porque seu trabalho também não é perto de casa. Essa é uma questão de Campo Grande. Esse aluno da EJA tem o passe de ônibus para ir para a escola, mas muitos lotam os carros, combinam carona, vão de moto para a escola. Alguns, às vezes, pedem para sair mais cedo, senão perdem a carona.

Todas essas dificuldades acabam por produzir uma situação no mínimo curiosa. A cada dia se tem alunos diferentes em sala “em um dia, tínhamos dez alunos na aula e no outro dia tínhamos outros alunos totalmente diferentes daqueles dez. Eu falava: “como assim, eu expliquei matéria para dez e como eu vou continuar com outras dez?” (DANIEL, 2022, p.203). No ano de 2020, a Escola Estadual Orcírio tinha inicialmente quarenta alunos, e no final do período quinze, vinte. No início do ano o Módulo I e Módulo III. No segundo semestre, Módulo II e Módulo IV.

Há um reflexo da política que envolve a EJA. Os alunos se sentem inferiorizados. Os alunos se sentem assim: “fiz ensino médio, mas fiz a EJA”. “Eles não consideram a EJA como importante. Tem todo um processo político que contribui para que eles tenham essa visão de “fiz, mas fiz na EJA”. Eles acham que o ensino não é de qualidade. Vejo que não existe um investimento nesse setor (talvez por questões políticas) tanto é que foram fechando escolas que ofertam EJA e hoje são poucas escolas que oferecem essa modalidade de ensino na capital” (DANIEL, 2022, p.203).

Muitos alunos da EJA querem levar a escola a sério, não querem só a presença e sim o diploma e aprender. Muitas vezes eles falam: “professor, eu

não aprendi, saí empurrado da escola, eu não aprendi, não sei calcular a distância entre ponto e a reta, não sei equação da reta...". Eles falam que precisam aprender e que não é uma questão de passar. Eles precisam de um olhar político e tudo isso contribui para que eles cheguem onde eles estão.

Cena 3

Em Coxim, MS, a EJA é narrada pela professora Mônica. Licenciada em Ciências Biológicas pela UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Coxim e em Matemática pela Faculdade Fazebi, um polo de uma faculdade no Mato Grosso. Formada em 2004. Professora da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA na Escola Estadual Padre Nunes[8], município que dista 255 km da capital do estado, com uma população estimada de 33.459 habitantes (IBGE, 2020).

A EJA, segundo a professora, mudou muito nos últimos anos. Em 2010, quando ela começou a lecionar nesta modalidade, os estudantes eram pessoas acima de quarenta/cinquenta anos. Alunos de até setenta anos que não tiveram oportunidade de estudo e queriam voltar a ter oportunidade melhor na vida. Alunos que ficaram vinte anos sem entrar em sala de aula. Pessoas com idade mais avançada, sessenta e setenta anos, mulheres casadas, mães de família, homens casados e senhores que queriam ter um futuro melhor.

Antigamente, a escola em Coxim no período noturno tinha as salas lotadas, com trinta ou quarenta alunos. A escola era cheia, com todas as salas do prédio ocupadas com a EJA e no decorrer dos últimos anos, isso foi diminuindo. A escola sentiu uma mudança de cinco anos para cá, de acordo com a professora, e uma delas é o perfil dos estudantes da EJA, agora mais jovens.

O projeto da EJA era organizado em outros anos, por fases - primeira fase, segunda fase, terceira fase, quarta fase. Hoje é organizado por módulos. Em um dos projetos da EJA[9], o aluno eliminava as disciplinas, porque não existiam mais fases. Em seguida, a primeira mudança[10] para módulos, onde o aluno estava na escola para cursar o ensino médio. A turma era dividida por

[8] Escola Estadual no município de Coxim, MS, que oferta Ensino Fundamental I e II, ensino médio e a modalidade Educação de Jovens e Adultos –EJA.
[9] EJA III
[10] EJA IV

disciplinas, onde uma turma cursava Química, Física, Biologia, Matemática e Inglês e a outra cursava outras disciplinas. Eles cursavam, na realidade, a disciplina de Matemática, por exemplo, e estudavam tudo que eles iriam ver nos três anos do ensino médio em um período.

No Projeto Conectando Saberes, o aluno a cada seis meses faz um módulo. Ele faz o primeiro módulo, que é o inicial, depois ele se rematrícula no meio do ano, faz a matrícula novamente para ir até o final do ano em outro módulo. No ano seguinte ele se matricula novamente para fazer o módulo final. Aquilo que era para ser feito em três anos, mais ou menos, está sendo feito em dois anos, conforme o desempenho do aluno.

O professor para dar aula na EJA, não só hoje, como antigamente, ele tem que ter um olhar diferenciado. Na EJA você tem que ser um professor ativo, que busca o aluno e que procura entender que ele é diferenciado. Os alunos são pessoas que estão há dezessete, vinte, quinze, dez anos sem entrar numa sala de aula. São pessoas que não tiveram a oportunidade de estar no período correto de estudo na escola.

Na EJA o professor precisa ter flexibilidade. “Aquela senhorinha, que está voltando para a escola depois de vinte anos, como será exigido dela tudo aquilo que a disciplina requer? A EJA tem muito disso” (DANIEL, 2022, p.167). Não ter uma exigência como para os demais, ter essa flexibilidade, porque são pessoas que estão ali para um ensino regular e não para uma faculdade, que trabalham o dia inteiro, que têm suas famílias, que são donas de casa, que têm os seus maridos e que têm seus filhos. Tem sempre aquela questão: o aluno da EJA é diferente.

O professor também tem que ser diferente, tem que ter essa visão, tem que estar buscando: “pessoal, não vamos desanimar. Vamos correr atrás”. Se o aluno falta um mês, você liga: “e aí? Vamos voltar?” “Ah, mas eu já faltei um mês”. “Volta, a gente recupera. A gente pega o conteúdo, vamos fazer a partir de agora”. Tem toda essa questão, ter flexibilidade, olhar para o aluno.

Quando a EJA era organizada por fases, era a mesma ementa curricular do ensino regular, mas depois que ela passou a ser organizada por módulos. O professor tem que ter esse olhar e perceber o conteúdo que vai ser mais importante para o aluno fazer uma faculdade, um concurso, um vestibular, pra

alguma coisa nesse sentido. O professor não consegue trabalhar todo o conteúdo, ainda mais na Matemática. Para cada semestre há uma ementa curricular a ser cumprida. Mas o professor não consegue cumprir.

O professor tem que ver que os estudantes da EJA são diferentes. Eles não tiveram oportunidades: “professora eu parei de estudar porque eu tinha que trabalhar com meu pai com nove, dez anos de idade. Eu tinha que ir pra roça, ou ser servente de pedreiro com meus pais”, ou a menina tinha que fazer faxina com a mãe. O professor tem que construir esse olhar diferente. A própria equipe da escola tem que ter esse olhar diferenciado. O professor da EJA é diferente do professor do sexto ao nono, é diferente do professor do Ensino Médio, tem que ter esse olhar diferenciado.

Cena 4

Uma cena da EJA na Escola Estadual Luiz da Costa Falcão, narrada pela professora Patrícia, professora licenciada em Matemática na Faculdade Auxilium de Lins, SP. Se formou em 2002 e se mudou para a cidade de Bonito, MS no ano de 2005. O município de Bonito, MS dista 265 km da capital do estado, tem uma população de aproximadamente 22.190 pessoas (IBGE, 2020), na Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul e na Microrregião Bodoquena.

Para ela é gratificante trabalhar com a EJA. Sua narrativa discute as dificuldades encontradas pelos alunos para o aprendizado, mas que mesmo assim eles se esforçam para tentar fazer as atividades. Eles se esforçam para tentar fazer correto. Uns enxergam de uma maneira, outros de outra. Segundo ela, no ensino regular os alunos não se esforçam como os alunos da EJA. De acordo com a professora Patrícia, há alguns tipos de professores da EJA. Uma é aquele professor que precisou completar a carga horária com a EJA, esse professor muitas vezes não tem o perfil para trabalhar as especificidades da modalidade. Mas também há o professor que no momento da lotação da carga horária escolhe a EJA porque quer trabalhar com adultos. Para esse tipo de professor que escolhe a EJA é mais que um compromisso profissional, é uma realização pessoal trabalhar com esse grupo. “Esse professor que trabalha na EJA é um professor que se apaixona pela profissão e se realiza” (DANIEL, 2020,

p.176). Esse profissional desenvolve um olhar diferenciado, possibilita ao estudante uma aproximação, uma forma com que este sinta segurança em sala de aula. “Na hora que eu vou dar as minhas aulas à noite, eu posso estar muito cansada, mas eu me renovo”.

A escola vai se organizando de forma acolhedora para atender esses estudantes da EJA, de forma que professores que não têm perfil não conseguem continuar, porque a EJA é diferente. A proposta avaliativa do estudante é diferente. “As avaliações e a explicação têm que ser diferenciadas [...] Se a gente não for diferente, os alunos não continuam. Eles não querem ir para escola”. A coordenação da escola tem um certo rigor para que os professores atendam o projeto. Que os estudantes faltosos precisam ser buscados ativamente.

Há 16 anos, relata a professora, a EJA era uma outra realidade, com grupos de estudantes diferentes. Alunos que tinham mais idade e que perderam o período de estudo. Uma realidade completamente diferente da atual. “Hoje temos informações, mídias, computadores, internet e num ‘piscar de olhos’ os alunos conseguem fazer as atividades pelo celular”. Com o passar do tempo, os estudantes que têm mais interesse nessa modalidade da EJA são os alunos mais velhos, mas a cada ano que passa os estudantes matriculados são mais jovens, porém ainda os mais comprometidos com a escola são aqueles com mais idade. “Eles não faltam, são responsáveis nos horários e até para fazer as atividades são mais responsáveis, e os alunos jovens não”.

4. UMA COMPOSIÇÃO A PARTIR DAS CENAS

As cenas narradas pelos professores e professoras que atuam ou atuaram na modalidade tornam difícil a composição de uma história da EJA no estado. São histórias, uma multiplicidade que nos permite olhar diferenças, mudanças em curso, especificidades de cada lugar, de cada território, de cada ambiente escolar formado por pessoas diferentes. Os estudantes dessa modalidade trazem para esse mundo escolar seus próprios processos e percursos de vida, carregam significados, experimentações e interpretam o mundo de variadas maneiras.

Sujeitos que levam para a escola a andança do percurso do ônibus, das

distâncias percorridas para chegar à escola, da rotina do trabalho, dos afazeres de tarefas domésticas. Levam os caminhos percorridos dos aprendizados dos lugares por onde já passaram, da vida vivida. Pessoas que reconhecem a cidade, o campo ou os espaços já vividos na adolescência, juventude e vida de adulto, um espaço aprendido pelos próprios deslocamentos, por suas experiências de vida.

No decorrer dos tempos e intervalos, a escola da EJA torna-se habitada por esses estudantes, uma escola para além de prédios e estruturas, uma escola ocupada por pessoas, passando por ela um conjunto de relações, de ações que tem a ver com certo tipo de trabalho do conhecimento (DUSSEL, 2020).

As narrativas nos contam que nessa EJA encontramos estudantes trabalhadores que vão à escola diretamente dos seus trabalhos, (Cena 2), com os corpos cansados de um dia exaustivo de tarefas laborais. Estudantes com uma rotina laboral, seja ela formal ou informal, ou ainda pelo desemprego. Eles passam jornadas longas do dia trabalhando, e chegam à escola marcados pelo cansaço, pelas dificuldades da vida, até que não conseguem mais.

Há cenas da EJA produzidas nas escolas de fronteira com o Paraguai (Cena 1), onde estudantes moram e trabalham do outro lado da divisa. As salas de aula têm de 60 a 70% de “brasiguaios’, que segundo Albuquerque (2020) o termo "brasiguaio" adquire alguns sentidos na zona de fronteira. De uma maneira genérica geralmente a palavra é usada para se referir a todos os brasileiros que vivem no Paraguai. Esses estudantes têm muitas dificuldades com a comunicação, não falam o português e o professor não fala a língua Guarani. Essa escola se organiza nesse local, nesse cotidiano, na convivência com esse estudante que fala pouco a língua portuguesa em uma escola brasileira, com um professor que precisa se adaptar, se comunicar; e que vai entender pouco o que esse aluno tem a dizer. Esse professor precisa ensinar, é seu ofício ensinar.

Nesse sentido, Freire (2020, p.42) discute sobre o reconhecimento e a assunção da identidade cultural. O professor tem, dentro desse lugar chamado escola, que participar/conviver com a realidade do estudante, e ao mesmo tempo assume-se “como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de

amar. Esse autor (2020, p.44), atribui ao papel do professor o respeito a identidade cultural do estudante, e que há o caráter socializante da escola, “o que há de informal na experiência que se vive ali, na formação nas “experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aulas das escolas, nos pátios dos recreios”.

É nessa mesma escola, nesse mesmo lugar que se convive com o tráfico de drogas, com a atividade econômica do plantio do cânhamo, com a violência da fronteira. Professores da fronteira criam modos próprios para lidar com esse estudante que, ora está na escola, ora precisa se ausentar para trabalhar no país vizinho, ora está desempregado, ora está submetido a um trabalho que não é considerado lícito no Brasil, que ora não entende a língua do professor, que, por sua vez, também não entende a língua desse estudante. Esse professor é indagado em sua prática a inventar pedagogias que possam produzir com essas diferenças, que possam abrigar esses corpos marcados pela invisibilidade, pelas situações não reconhecidas pelas normas legais, a margem.

As relações intergeracionais são outra situação desafiadora na EJA, foi possível observar essa questão nas quatro cenas apresentadas. São várias gerações de estudantes dentro da mesma sala de aula. Os estudantes que se encontram nesse lugar buscam objetivos diferentes. Os mais velhos entendem que perderam muito tempo até chegar ali, desejam acelerar seus estudos, vão à aula em busca do tempo considerado por eles como perdido. Eles querem recuperar a oportunidade que em algum momento da vida lhes foi negada e completar seus estudos mais rapidamente.

Nessas salas da EJA há também estudantes jovens com variadas expectativas em relação à vida, à escola, ao trabalho. Alguns mais jovens, como dialoga Silva (2014), acreditam que têm a vida toda pela frente, ingressam na escola por imposição dos pais ou da família que os sustentam Esses estudantes jovens retornam a essa escola, encontrando-a muito parecida com aquela que ele frequentava e que provocou sua “expulsão”. Uma escola parecida com a escola regular, na forma, nas pedagogias, na rotina, nos processos, apenas ofertando um outro projeto de ensino de uma modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Uma escola com rotinas capazes de docilizar tais corpos jovens, produzindo uma coerção que esquadrinha os espaços, o tempo e o

movimento (RODRIGUES, 2018).

As relações intergeracionais (SILVA, 2014) configuram estudantes com várias idades em uma mesma sala de aula. Essa diferença de idade pode causar inúmeros atritos, tendo esses sujeitos objetivos diferentes, mas também pode gerar possibilidades de aprendizado, diálogos entre saberes, reconhecimento da experiência. Os estudantes mais velhos têm outro ritmo, até mesmo porque alguns ficaram muitos anos longe da escola, até decidirem ou terem oportunidade de retornar.

Atualmente, na EJA, os estudantes têm perfis mais jovens. De acordo com Silva (2014), alguns motivos da mudança da faixa etária dos estudantes da modalidade podem ser uma economia em crescimento gerando postos de trabalho em larga escala (período do estudo anterior a pandemia de 2020), onde muito jovens foram atraídos pelas oportunidades de trabalho. Aqueles que alcançaram as vagas de emprego acabaram por abandonar a escola, movidos por atender seus anseios pessoais, para ajudar no sustento da família ou até mesmo pela incompatibilidade de horários ou cansaço físico. Ao regressar à escola, voltam aos bancos da EJA com intuito de concluir a escolaridade para atender as exigências impostas pelo mercado de trabalho. As empresas começaram a exigir certificados de qualidade e nível educacional mínimo aos funcionários.

Dados de Mato Grosso do Sul indicam que a EJA no estado passa por esse processo de juvenilização. No ano de 2019, havia um percentual de 60,1% de jovens (idade de 18 a 25 anos) matriculados frequentando a EJA urbana, acenando a juvenilização na modalidade em MS (SED/MS).

Um outro problema acomete essa geração de estudantes, conforme Silva (2014), é a inadaptação ao modelo escolar dos dias atuais. Esses jovens são “expulsos” dos turnos escolares diurnos nos quais estavam matriculados, ou transferidos de outras escolas por questão de inadaptação às normas disciplinares, por dificuldades de aprendizagem, insatisfeitos com as práticas pedagógicas utilizadas por seus educadores.

Sobre o perfil dos professores da Educação de Jovens e Adultos, o professor também requer habilidades específicas para trabalhar com a modalidade (Cena 4). Em face dessa questão elencada na cena 4, há uma

lacuna quando o assunto é a contratação de professores para a modalidade. No processo seletivo da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, especificamente nos dois últimos editais do processo (2019 e 2021), não foi previsto a seleção de professores da modalidade levando em consideração o perfil desse professor e suas experiências, mesmo sendo a EJA uma modalidade de educação com todas as especificidades mencionadas pela LDBEN n. 9.394/1996. De acordo com a Resolução CNE/CEB n^0 01/2000 a modalidade da educação deve considerar situações, perfis dos estudantes, faixas etárias e um modelo pedagógico próprio com componentes curriculares face às necessidades dos estudantes da EJA.

A lotação de professores para trabalhar em projetos da EJA é feita prioritariamente por profissionais da educação contratados, e uma preocupação desses professores é o processo seletivo (que não prioriza o perfil desse docente para a admissão e contratação da REE/MS). No Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da EJA é previsto que o professor, para ministrar aula na modalidade, precisa ter um perfil específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA, desde a aprovação da LDB nº. 9394/1996, é reconhecida como uma modalidade da educação básica, com tratamento específico e pedagogia própria, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. A modalidade tem se desenvolvido em um contexto extremamente diverso, gerando inúmeras escolas EJA em diferentes partes do estado, incluindo fronteiras, cidades grandes e pequenas. Essas escolas singulares são formadas diariamente através das interações dos professores em sala de aula, que constroem seu conhecimento a partir de suas experiências e formações iniciais e continuadas. O cotidiano dessas escolas é marcado por estudantes com histórias diversas, que vivenciam trajetórias sociais e econômicas, e experiências entrelaçadas com estruturas de poder, trabalho, renda, classe, raça e gênero. Os professores se deparam com esses jovens, adultos e idosos, e são desafiados a refletir sobre suas próprias estruturas sociais e como elas afetam os estudantes, entre "a negação dos direitos humanos mais básicos e a

possibilidade do direito à educação" (ARROYO, 2019, p.30). A escola EJA é permeada por muitos outros desafios que afetam tanto professores quanto estudantes, que precisam lidar com processos que questionam suas trajetórias de vida.

A partir do presente estudo, consideramos que, na Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso do Sul, se fabrica tantas escolas que podem ser adjetivas de múltiplas, diversas, as quais se formam e se transformam no fazer pedagógico dos professores, no percurso formativo de seus estudantes que percorrem as salas de aula, dos tantos sujeitos que habitam a escola. É sobre essa (s) EJA(s) que temos o dever de continuar a questionar, de perguntar como ela tem se constituído, quantas e quais mais histórias elas têm se produzido, e como têm se conformado todos os dias. Ao contarmos mais e mais histórias produzidas pela oralidade dos sujeitos que a habitam nos movimentamos no sentido de respeitar a multiplicidade ali existente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. **Conflito e integração nas fronteiras dos "brasiguaios"**. Cafajeste. CRH, Salvador, v. 23, n. 60, pág. 579-590, dezembro de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2023.

ALBUQUERQUE JR, D. M. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru, SP: Edusc, 2019.

ARROYO, M. G. **Miguel Arroyo**: Educador em diálogo com nosso tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 403 p.

ARROYO, M.G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 294 p.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parecer CEB 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

Brasília: MEC, 1996. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 5692/1971, de 11 de agosto de 1971** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2021

DANIEL, L.O. **Múltiplos Cenários da Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso do Sul a partir de Narrativas de Professores de Matemática.** Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. Campo Grande, MS, 2022.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V.M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **In: Cadernos CEDES** (UNICAMP), Campinas, n. 55, p. 58-77, nov. 2001

DIAS, R. O. Pesquisa intervenção. Cartografia e estágio supervisionado na formação de professores. Fractal: **Revista de Psicologia**, v.23, n. 2, p. 269-290, maio/ago. 2011.

DUSSEL, I. Sobre a precariedade da escola. In Elogios da escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

DUSSEL, I. CARUSO, M. **A invenção da sala de aula:** uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

FREIRE, P**. Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 65. ed. Rio de janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GARNICA, A. V. M; SILVA, C. R. M. A História Oral como Abordagem Metodológica Qualitativa em Educação Matemática: Considerações a Partir das Práticas de um Grupo de Pesquisa. In: MARIA APARECIDA VIGGIANI BICUDO / ANTÓNIO PEDRO COSTA. (Org.). Leituras em pesquisa qualitativa. 1ed.São Paulo: Livraria da Física, 2019, v. 1, p. 145- 160.

GARNICA, A. V. M. **Manual de História Oral em Educação Matemática**: outros usos, outros abusos. SNHMat-SBHMat, 2007.

HADDAD, S.. **Ensino Supletivo no Brasil**: o estado da arte. Brasília: Inep, Reduc, 1987, 136p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2020 (estimativa). Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul. **Deliberação n. 9.090**, **de 15 de maio de 2009**. Estabelece normas para Cursos de Educação de Jovens e Adultos e Exames Supletivos no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

MARTINS-SALANDIM, M. E.; SILVA, K. A. **Entre Facas e Motosserras**: problematizando práticas de pesquisa com História Oral. Ciência & Educação, v. 26, p. 1-15, 2020.

RODRIGUES, T. D. Por que a etnomatemática pode contribuir para o processo de inclusão escolar? **In: Perspectiva em Diálogos**: Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v.5, n. 9, p. 120-133, jan. – jun. 2018. ISSN: 2358-1840. Disponível em: https://www.seer.ufms.br/indexphp/persdia/oindex.

SILVA, A. **Diálogos com as juventudes presentes na EJA**. Belo Horizonte: Mazza. Edições, 2014. 248 p.

SILVA, M. S.; FILLOS, L. M. **Alguns modos de operar no Grupo de pesquisa História Oral e Educação Matemática**. RELVA, Juara/MT/Brasil, v. 7, n. 2, p. 74-98, jul./dez. 2020.

Recebido em 22 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 04 de abril de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

NA ARENA DO PODER:
Disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos na criação de Mato Grosso do Sul (1977)

IN THE ARENA OF POWER:
Political and identity disputes in the media discourse of public agents in the creation of Mato Grosso do Sul (1977)

VERA LUCIA FURLANETTO [1]

RESUMO

A Lei de desmembramento do estado de Mato Grosso foi assinada pelo presidente Ernesto Geisel em 1977. É neste recorte temporal que o presente artigo apresenta alguns conflitos ocorridos entre os políticos que atuavam em duas localidades muito próximas, Dourados e Campo Grande, na região sul de Mato Grosso uno; bem como as relações destes agentes públicos com os jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*. Na pesquisa foram analisados os discursos veiculados por esses noticiosos com o objetivo de compreender a pluralidade existente nos campos, social, político e jornalístico e os confrontos que não permitiram designar "os sulistas" como um grupo coeso e homogêneo. Para melhor entender as disputas pelo poder e as defesas regionalistas realizadas, foram utilizadas como fontes principais todas as matérias publicadas nos dois periódicos naquele ano. O corpus documental possibilitou um estudo crítico das publicações e das representações nelas expressas. Com aportes, teórico e metodológico, da Nova História Cultural e da Nova História Política, foi possível verificar, nas narrativas jornalísticas e nos discursos políticos, a manipulação de elementos ambivalentes que evidenciaram uma complexidade maior do que a dicotomia, "nortistas versus sulistas". E também averiguar que tais agentes públicos, obstinados a ocupar os novos espaços de poder e associados a diferentes projetos políticos, mantiveram estreitas relações com a imprensa (e vice-versa) para manipular aspectos de identificação e diferenciação regionais, utilizando-se de um espaço privilegiado para a defesa de interesses próprios.
Palavras-chave: História Política. Historiografia. Política e Imprensa. Mato Grosso. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The Law for the dismemberment of the state of Mato Grosso was signed by President Ernesto Geisel in 1977. It is in this time frame that this article presents some conflicts that occurred between politicians who worked in two very close

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. *E-mail:* furlanettoveralucia@gmail.com.

locations, Dourados and Campo Grande, in the southern region of Mato Grosso. Mato Grosso one; as well as the relations of these public agents with the newspapers *O Progresso* and *Correio do Estado*. In the research, the discourses conveyed by these news items were analyzed to understand the existing plurality in the social, political and journalistic fields and the clashes that did not allow designating "the southerners" as a cohesive and homogeneous group. In order to better understand the disputes for power and the regionalist defenses carried out, all the articles published in the two periodicals in that year were used as main sources. The documentary corpus allowed a critical study of the publications and the representations expressed in them. With contributions, theoretical and methodological, from the New Cultural History and the New Political History, it was possible to verify, in the journalistic narratives and in the political speeches, the manipulation of ambivalent elements that showed a greater complexity than the dichotomy, "northerners versus southerners". And also verify that such public agents, obstinate to occupy the new spaces of power and associated with different political projects, maintained close relations with the press (and vice versa) to manipulate aspects of regional identification and differentiation, using a space privileged for the defense of their own interests.
Keywords: Political History. Historiography. Politics and Press. Mato Grosso. Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Alguns historiadores se dedicaram a pesquisar a divisão territorial de Mato Grosso[2] e abordar as disputas políticas partidárias ocorridas à época. Em seus importantes estudos, os pesquisadores puderam dimensionar alguns aspectos das atuações daqueles que se intitularam os "protagonistas da luta" em prol ou contra o desmembramento. E identificaram alguns posicionamentos dos que se diziam representantes dos "sulistas" e "nortistas"[3], do então estado uno, no bojo dos conflitos separatistas.

A esse respeito, Marisa Bittar (2009) destacou a oligarquia agrária da porção sul na pretensão de criar para si um estado, em oposição ao norte. A autora entendeu que os ideais separatistas tiveram início no ano de 1932 e finalizaram em 1977, sob decisão do governo federal. Sua escrita ressaltou o regionalismo e a configuração geográfica como fatores intrínsecos do

[2] O desmembramento do estado de Mato Grosso e a consequente criação de Mato Grosso do Sul se deram por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro, assinada pelo presidente da república Ernesto Geisel, em 1977, no contexto do regime militar. Tendo sido implantado de fato, somente em 1979.

[3] Vale dizer que os termos norte e sul, para designar os polos em que se encontravam Campo Grande e Cuiabá, são utilizados por Marisa Bittar (1997, 1999 – I e II) em razão de uma consensualidade entre os historiadores e por serem amplamente propagados pelos meios de comunicação, com fins de facilitar o entendimento.

divisionismo, em razão das distâncias e das dificuldades de comunicação entre as duas localizações. E por fim, considerou a divisão como um ato autoritário de Ernesto Geisel, sem participação popular e sem a adesão dos partidos políticos[4].

Paulo Roberto Cimó Queiroz (2006) por sua vez, tratou das tensões políticas, das disputas econômicas, identitárias e de comando entre as regiões, particularizando a atuação daqueles agentes ao âmbito cuiabano e campo-grandense. Tais grupos hegemônicos, desde o início do século XX, conflitantes entre si, teriam forjado uma identidade regional utilizando da exaltação e exploração da memória local, para legitimar seu acesso ao poder governamental. Contudo, apontou o arrefecimento e a perda de força daquele movimento com o passar do tempo; desconstruiu a perspectiva de haver uma linha histórica que sugerisse uma continuidade e rompeu com o entendimento da relação entre a formação de um ideário divisionista e a sua realização.

Carlos Magno Mieres Amarilha (2006) abordou a construção cultural da "identidade sul-mato-grossense" pelos intelectuais, no contexto pré e pós-divisão, como um marcador de diferenciação, particularmente, aos "nortistas". Aqueles letrados teriam associado interesses culturais, econômicos e políticos a uma identificação, proposta como homogênea para todos os habitantes da porção sul. Motivos suficientemente justificadores, para eles, da criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Já Nathália da Costa Amedi (2014) após estudar os discursos de políticos, jornalistas, acadêmicos e representantes locais, inferiu pela existência de uma identidade nortista ressentida, resultante da divisão do estado, na qual as divergências entre setores sulistas e a elite dirigente do norte se fizeram evidentes, narrativamente.

Vinícius de Carvalho Araújo (2007) em sua pesquisa, dentre outras questões, preocupou-se com a alternância entre os grupos partidários no comando político do estado, a fim de entender, contiguamente, como os mesmos se movimentaram no contexto da divisão. Em suas considerações fez menções a tipificações "sulistas" e "nortistas", que por si diferenciariam as atuações dos agentes públicos. E Jovam Vilela da Silva (1996), um dos primeiros a

[4] Lembrando que em 1977, especificamente, vigorava o bipartidarismo, com atuação da Arena (partido oficial dos militares) e do MDB (a oposição consentida). Para maiores detalhes ler Bauer (2011).

historiografar academicamente sobre o tema, fez uma distinção explicitamente dicotômica entre norte e sul mato-grossenses, pautado em elementos econômicos, geográficos, administrativos e demográficos. Embasado em estatísticas afirmou que tais características configuravam a existência de dois estados, havendo uma divisão de fato, anterior à de direito.

Esses historiadores apresentaram a dualidade entre norte e sul, isto é, Cuiabá e Campo Grande, como um ponto em comum nos seus escritos. Tal perspectiva foi semelhantemente ressaltada por alguns agentes públicos em seus discursos divulgados pela imprensa à época do desmembramento. Esse entendimento levou a crer, em determinados momentos, na homogeneidade de blocos políticos situados em polos opostos, cada um favorável ou contrário ao desmembramento, em uma querela dual envolvendo “sulistas” e “nortistas”.

No entanto, reputa-se fluidez às identidades, cuja construção é abrangida pelas representações, dentro de um regionalismo que forja subjetividades e cria fronteiras. Da mesma forma, as regiões são inventadas, muitas vezes, por discursos políticos que tendem a manipular os sentidos e os sentimentos das pessoas em relação a determinado espaço elencado como natural. Consequentemente, tal retórica hegemônica quando veiculada por um instrumento privilegiado, como a imprensa, ganha força para moldar aspectos sociais. Por outro lado, se escamoteia o fato dos meios de comunicação serem difusores ideológicos a serviço dos interesses do grupo ao qual pertencem e trabalharem uma agenda de discussões por eles determinada.

Logo, tornou-se imprescindível um estudo acerca das complexas relações entre a mídia e os personagens políticos, no contexto da divisão. E neste artigo, buscou-se traçar um entendimento sobre as forças políticas e suas negociações, jogos de poder e de interesses, provocados por agentes dispostos a manter ou conquistar o poder; alcançar ou sustentar seu status econômico, social e simbólico; garantir privilégios, exercer o controle social e angariar adesão popular (FURLANETTO, 2018). Isso, por postular-se a imprensa como um excelente instrumento ao exercício do poder, a depender do uso que é feito dela. Especialmente, por essa problemática não ser exclusividade das localidades ora estudadas e manifestar-se em outros tempos e lugares obedecendo às singularidades contextuais.

Destarte, foi possível observar pormenores acerca da modulação do termo “sulista”, em razão de sua limitação representativa, uma vez que a sua dimensão não se restringe a uma categoria homogênea de tipificação própria. Para tanto, foram pesquisados dois jornais localizados ao sul do estado de Mato Grosso, *O Progresso* em Dourados e *Correio do Estado* em Campo Grande. Metodologicamente optou-se por uma leitura integral de todas as edições do ano de 1977, de ambos os noticiosos, selecionando-se todas as informações relacionadas, de maneira direta ou indireta, com o desmembramento e a criação do novo estado. Ressalta-se a não realização de qualquer hierarquia entre os textos, por interessar especificamente o teor da narrativa. Após a identificação, seleção e catalogação das matérias de cada um dos periódicos, houve a contraposição entre elas. O objetivo, para este artigo, foi averiguar qual enfoque os respectivos editores deram aos embates entre os “sulistas”, a partir da notícia da autorização do presidente da república para o Ministério da Justiça elaborar o Projeto de Lei que criaria Mato Grosso do Sul.

Notou-se a efervescência dos conflitos narrativos nas páginas jornalísticas. Alguns políticos ocuparam com maior destaque o espaço nas mídias; um espaço privilegiado para legitimarem-se como voz autorizada aos demais leitores, principalmente ao agregarem valores comumente partilhados em suas explanações. Com nítidas intenções de colocar em cena motivos aceitáveis coletivamente, justificadores de suas reivindicações, a retórica foi comungada por agentes dos campos jornalístico e econômico. Esses sujeitos utilizaram em seus discursos elementos ambivalentes, de identificação e diferenciação regional, os manipulando conforme seus interesses.

Nesse sentido, foram nas epistemologias e paradigmas da Nova História Cultural e da Nova História Política, em interdisciplinaridade com os estudos de linguagem, a sociologia e a comunicação, que se encontraram os aportes para adentrar nessa discussão. Em especial nas considerações mais abrangentes de Chartier quanto às questões culturais e às representações (1988, 1991, 2002); de Burke acerca das novas possibilidades teóricas e metodológicas (1992, 2008); de De Certeau (2002) sobre o dimensionamento da operação historiográfica. E mais especificamente, em Albuquerque Júnior (2008) e suas perspectivas de “região”, “regional” e “regionalismo”; De Luca (2005) e sua

análise da imprensa; Charaudeau (2012) e suas percepções acerca do discurso, da mídia e dos políticos; Cardoso (2012) e as sugestões de novas possibilidades de observação sobre a esfera política; Hall (1992) e seus estudos da identidade; Bourdieu (2011) e as conceituações de campo social e poder simbólico; e Herbolato (1982) e Kunczik (1997) quanto às teorias da comunicação.

A partir disso, foi possível entender como membros das elites dos campos, econômico, político e jornalístico, se relacionavam entre si, na região sul do estado uno, quando buscavam por novos espaços de poder. E assim, verificar que não se tratava de um grupo coeso, de interesses comuns, com visão de mundo partilhada, cientes do potencial "regionalista", "sulistas", "divisionistas". Ao contrário, como serão apresentadas a seguir, muitas divergências e heterogeneidade foram relatadas nas páginas jornalísticas. Foi possível também identificar estratégias de produção de poder simbólico, bem como as representações pretensas a construir um imaginário político-social positivo sobre a criação do novo estado e ainda, a precariedade de uma possível identidade "sul-mato-grossense". Ressalta-se, que quando mencionados os políticos douradenses e campo-grandenses, não se faz, neste escrito, de forma generalizada ou totalizante, mas sim, referindo-se àqueles citados nos textos jornalísticos, pois, a convergência ou divergência entre eles não se dava pelo local de atuação, simplesmente.

1. EVOCAÇÕES IDENTITÁRIAS SOB AS ÉGIDES POLÍTICA E ECONÔMICA

Em maio de 1977, com a nota oficial que informava o interesse do governo federal em dividir Mato Grosso, os jornais *Correio do Esta*do e *O Progresso* estamparam discussões acirradas, entre alguns políticos de Campo Grande e Dourados, envolvendo os editores, redatores e dirigentes dos jornais. Isso porque o nome divulgado para o novo estado, tido como uma escolha de Geisel, foi "Estado de Campo Grande".

Frente ao poder simbólico dessa denominação no jogo político, que favoreceria aos discursos dos agentes que militavam pela supervalorização dos atributos do município com mesmo nome, mensurava-se naquele momento a

força sígnica de tal "troféu". Não se levou em consideração o tempo e as condições necessárias para a vigência da Lei, dependente ainda de elaboração e posterior aprovação do Congresso Nacional. Também se ignorou o conteúdo dos estudos realizados pelo ministério do interior, por serem sigilosos.

A simples nominação foi entendida e usada como um signo, imbuído de significação e existência. Aquela fala teria materializado um novo espaço, delimitado politicamente e culturalmente, que poderia ser ocupado e moldado por uns poucos agentes, já qualificados naquela titulação, ou seja, os campo-grandenses.

Desse modo, a capa do periódico douradense, no dia 4 de maio trouxe a notícia do encontro do governador Garcia Neto com Ernesto Geisel, no qual o presidente expôs sua decisão. Mas não se reteve aos fatos, o redator em comentário adicional, após descrever a extensão territorial dos dois estados, Mato Grosso desmembrado e aquele a ser criado, afirmou: "O Estado de Campo Grande será mais rico, porque assenta sua economia na produção agrícola na Grande Dourados" (O PROGRESSO, 04 mai. 1977, p.1).

Essa afirmação foi um posicionamento contundente em resposta direta a qualquer campo-grandense que ousasse usar o nome anunciado por Geisel ao seu favor. Pois, colocando Dourados no centro econômico da região sul e maximizando os atributos do município, teria explicitado seu poder. Portanto, valorizou e reforçou as qualidades agrícolas da Grande Dourados (região que inclui os demais municípios circunvizinhos) como sendo o suporte financeiro do novo estado. Além disso, a edição trouxe em letras maiores que as demais, na sétima página a mensagem: "Queremos a Divisão Mato Grosso Sul" (O PROGRESSO, 04 mai. 1977, p.7), como indicativo do quanto a denominação escolhida pelo presidente não havia sido bem aceita no periódico.

Aquela mensagem, ademais, denunciava todos os defensores do divisionismo, especialmente algumas autoridades campo-grandenses que elegiam o potencial econômico do "sul" e sua arrecadação de impostos, superior ao do norte, como causa suficiente para o desmembramento dessa região. Uma vez que para eles, os recursos angariados ali eram cooptados pela capital Cuiabá e não revertidos devidamente em benefícios para a origem. Ao qualificar uma opressão cuiabana, intencionavam justificar a articulação dos ideais

separatistas.

Nessa narrativa, Campo Grande era divulgado como o sustentáculo estadual, devendo ali ser estabelecida uma estrutura administrativa que permitisse aos seus representantes direcionarem tais recursos conforme os seus interesses (QUEIROZ, 2006). Tal retórica difundida principalmente no início do século XX era retomada em qualquer momento de crise, porém naquela data foi afrontada no periódico douradense.

Já no *Correio do Estado,* a preocupação dos editores, naquela ocasião, foi explorar amplamente a questão. Para tanto, dedicaram uma edição especial à divisão contendo aproximadamente *quarenta* páginas e mantiveram a edição diária convencional. Tinham por objetivo "comemorar" a decisão de Geisel em transformar Campo Grande na futura capital e atribuir o nome do município a nova unidade federativa, oferecendo um tom histórico e memorável ao fato, independentemente da transitoriedade e das indefinições que cerceavam o tema (CORREIO DO ESTADO, 04 mai. 1977, Edição da Divisão).

O pronunciamento oficial do General foi comemorado e celebrado nas reportagens do *Correio do Estado*, e ganhou destaque na capa daquela edição onde foram elencados igualmente os festejos realizados por políticos, como se a divisão fosse um dado certo e iminente. Foi informado ainda, que A *Rádio Cultura* do mesmo proprietário do jornal, fora utilizada para divulgar as notícias sobre a divisão e mobilizar a população; na sequência se enfatizava uma "comoção pública", regada a champanhe e acompanhada de muito barulho, com fogos e buzinaço.

Mostrava-se ali a relação entre os agentes públicos apoiadores do divisionismo e o empresário midiático disposto a colocar seu conglomerado à disposição da causa, auxiliando a montar uma cena memorável, sob um verniz popular. Por certo, não pouparam exageros ao escrever sobre a participação em massa da sociedade na comemoração, como se a divisão fosse um anseio desta. Porém, na sequência da reportagem, contrariou-se ao afirmar que "a grande festa se concentrava em alguns pontos isolados".

Na edição especial puderam ser observadas algumas publicações específicas, em tom de provocações, significativas de conflitos. Primeiro, direcionadas aos cuiabanos: "No norte, as lamentações"; depois aos

douradenses, com referência direta ao prefeito de lá: “O laconismo de José Elias”; e por fim ao enaltecer o chefe da municipalidade campo-grandense, desvalidava qualquer ação dos demais: “Marcelo Miranda diz pouco e conclama a união e História dos movimentos divisionistas”. Persistia-se retoricamente no divisionismo como um movimento estruturado, por entes que historicamente lutavam em sua defesa, versão posteriormente superada pelos estudos de Queiroz (2006).

Na matéria já citada de *O Progresso* e na edição diária do mesmo dia do *Correio do Estado,* na página dois, intitulada: “E Geisel diz a Garcia que Mato Grosso será dividido”; alguns detalhes interessantes acerca da relação com os governantes do país, quanto à gramática, foram verificados. Enquanto o primeiro usou expressões que evidenciaram o autoritarismo militar naquele episódio, como por exemplo, a palavra “determinou” para se referir ao mando do general. O segundo, ao tratar do mesmo assunto, utilizou “comunicou”, e finalizou com a frase “concluiu pela conveniência da medida”, de modo a amenizar a conduta ditatorial do presidente.

Essa narrativa era produto das conduções jornalísticas seguidas nos dois periódicos durante o regime de exceção. No expediente de *O Progresso*, em 1977, constava um tenente-coronel no quadro editorial, expressão da relação entre mídia e militares. Com efeito, os termos semânticos mais diretos às ações ditatoriais correspondiam à determinação de poder e não a qualquer teor crítico ao regime.

Já no *Correio do Estado*, desde 1964, se seguiu a tendência da imprensa na época do Golpe de ser favorável à instalação do regime autoritário e manter boas relações com os militares. Em 1977, selecionou, ordenou, estruturou e narrou, efusivamente, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público, ou seja, somente versões positivas acerca da divisão e dos ditadores.

Outra questão importante, apresentada em reportagem da página três, intitulada: “A grande festa de Campo Grande pela criação do Estado de Campo Grande”, foi o pronunciamento do ministro do interior Rangel Reis. Responsável pelos estudos acerca da divisão de Mato Grosso, ele sugeriu Dourados ou Maracaju para sediar a capital do novo estado. Contudo, justificou os pretextos que levariam à escolha de Campo Grande em consequência “da infraestrutura

já existente", que a possibilitaria "condições de melhor abrigar o novo governo estadual". Percebe-se a tentativa de desviar o foco do leitor pelo título da matéria, que direcionava para os aspectos festivos e em nada mencionava qualquer incerteza ou impasse quanto aos diversos assuntos abarcados pelo projeto de desmembramento. Contudo, aquela declaração não seria desprezada pelos editores do *O Progresso.*

Dessa maneira, considerando-se a lei em elaboração e as incógnitas acerca da divisão, caberia aos redatores de ambos os jornais, coadunados com os discursos políticos, darem notoriedade aos municípios em disputa, haja vista as pretensões em posicioná-los como possíveis capitais. Naquele momento a intenção era colocar no centro dos debates os aspectos metropolitanos relacionados à modernidade e ao desenvolvimento. E silenciar, se possível apagar nas matérias que continham conflitos diretos, qualquer indício de características entendidas como periféricas, contudo seria necessário atribuí-las ao outro como uma maneira de diminuí-lo[5], independentemente se as respectivas fragilidades estruturais e sociais daquelas localidades ficassem evidentes em outras publicações.

Mas a forte representação simbólica que promoveria somente Campo Grande fez com que nos dias seguintes, no *O Progresso* se tratasse combativamente a questão. Logo, entre os dias 5 e 27 de maio de 1977, expuseram o descontentamento e os pedidos de políticos douradenses, via telegrama ao presidente da república, para reconsiderar o nome dado ao novo estado.

Na manchete *"*Vereadores se manifestam a favor da divisão, mas não aceitam o nome do novo estado", do dia cinco, foi dada a voz a quatro Vereadores: "Sultan Protesta Contra Denominação de Estado de Campo Grande", "Djalma Barros sugere o Plebiscito", "Celso Amaral quer apoio das Lideranças" e "Juarez exige: Estado De Mato Grosso Do Sul". Como mencionado no último título, essa era a designação que aqueles douradenses aspiravam para o novo estado. Como uma forma de desestabilizar Campo

[5] A lógica das sociedades hierarquizadas, baseada na economia capitalista que estabelecia a relação dual centro-periferia, e toda a semântica resultante dela, foi compartilhada pelo pensamento político moderno no Brasil desde os primeiros anos do século XX (PEREIRA, 2015).

Grande em sua pretensão de ícone, com força representacional, e invocar ao sul uma relação direta com os costumes, tradições e sentimentos do norte. Sobretudo, esvaziar a retórica utilizada por alguns agentes campo-grandenses que elegiam a superioridade sulina autoatribuída.

E assim, no *O Progresso* se admitia que a divisão acontecesse, principalmente considerando a possibilidade de beneficiarem-se com a eleição de Dourados para capital. No entanto, se reforçava a cada nota a não aceitação ao nome de "Campo Grande" à nova entidade federativa. E utilizando a voz dos vereadores afirmava que a denominação "Mato Grosso do Sul" era um slogan já convencionado na região, que sustentava em si a identidade mato-grossense, mantendo o pertencimento dos habitantes do sul a Mato Grosso.

Ao final da coluna, os dizeres apareceram com letras em negrito e maiores que as demais do texto, enfatizando a posição do jornal: "Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte é o que o povo quer! Jamais Estado de Campo Grande". Nessa publicação, em nome da população, se buscou homogeneizar o conflito como sendo de entendimento geral e de consenso mútuo da sociedade douradense. Entretanto, houve somente a fala dos políticos e dos editores expressa naquelas páginas.

Em outras manchetes foram utilizados, naquele período, argumentos semelhantes aos que alguns campo-grandenses usavam quando defendiam a separação de Mato Grosso. Tal qual a usurpação de recursos produzidos localmente e a campanha de depreciação, menosprezo e marginalização, que em Campo Grande era direcionada à Cuiabá. A partir daquele momento, pela escrita do jornal, eram os campo-grandenses que se apossavam da produção de Dourados e se beneficiavam com ela, ao ponto de enaltecerem-se grandiosos e virarem as costas para os efetivos geradores da "riqueza regional".

Cada liderança política, que tinha voz impressa no noticioso, expressava ali sua indignação ao pronunciar-se como "representante de toda a região sul" e ressaltar a "tristeza dos douradenses" ao serem nomeados como campo-grandenses. Apelava-se para sentimentos de mágoa, de descontentamento, de subjugação, de revolta, para o potencial econômico e heranças culturais, porquanto justificavam que independentemente da divisão não deixariam de ser mato-grossenses. Vale ressaltar, que a narrativa dramática intencionava

fortalecer o discurso e não necessariamente que tais sentimentos estivessem em voga, que eles próprios ou qualquer popular, de fato, se sentisse assim.

Por outro lado, deixavam nítidos os conflitos econômicos e políticos existentes na região sul do estado. Além disso, afirmavam que Dourados era reconhecido como o "celeiro do Brasil", em razão de seu desenvolvimento agropecuário, e que Campo Grande não possuía a mesma potencialidade em razão de sua retração rural. Destarte, aquela imprensa explorou amplamente as disputas entre os agentes de Dourados e de Campo Grande. Questionou qual dos dois municípios sediaria a nova capital. Preocupou-se com o ideário identitário a ser evocado e propagado. Sem deixar de discutir acerca do potencial simbólico que o nome do novo estado representaria.

Por sua vez, no *Correio do Estado*, em seis de maio, se publicou "O Estado de Campo Grande; em 10 anos, a redenção", elogiando o desenvolvimento econômico da região sul do Mato Grosso. Na matéria se ressaltava as riquezas agropecuárias, minerais e comerciais e previa que, em uma década, o novo estado cumpriria um importante papel no cenário nacional como, "uma das grandes unidades da Federação e participando, decisivamente, na solução dos problemas nacionais" (CORREIO DO ESTADO, 06 mai. 1977, p.3). A publicação reforçava assim a campanha pró-divisionista do jornal, ao elencar as potencialidades da região sul e as melhoras que o "estado de Campo Grande" alcançaria, em um discurso coadunado com aqueles veiculados pelos militares que valorizavam o ideal de "estado modelo", calcados no desenvolvimento econômico, na ordem e no progresso (ALVES, 1984).

Já em nove de maio, se criticaria as atitudes dos douradenses no conflito gerado em torno da nomenclatura dada à nova entidade federativa, isentando-se da responsabilidade da escolha, já que esta teria sido uma opção conferida unicamente a Geisel. Ademais, atribuiu-se ao colunista do *O Progresso* a culpa por insuflar a confusão relatando que a luta dos divisionistas, da qual o *Correio* fazia parte, sempre visou à denominação "Mato Grosso do Sul".

Naquele contexto, para além da evocação de uma identidade "sulista", "nortista" ou "campo-grandense"[6], as disputas políticas representadas pelos

[6] Percebeu-se que a dicotomia norte/sul configurou-se desestabilizada ao adentrar em questão outros marcadores de identificação e diferenciação.

jornais demonstravam que o escopo era não ficar à margem do debate, dos olhos de Geisel, nem do novo espaço de poder. Desse modo, se moldavam as identidades conforme a intensidade dos conflitos naquelas mídias, que assumiram a função de comunicar os seus posicionamentos e a convicção de seus diretores e dos políticos aliados a elas. Ou seja, carregaram convergências direcionadas, ambivalentes, superficiais e tendenciosas à produção de sentidos a qual se propuseram naquele momento, e que não se configurava ainda como um projeto de elaboração e definição identitária regional tipificadora de todos os habitantes do sul, como ocorreu após 1979 (AMARILHA, 2006).

2. FRENTE ÀS INCERTEZAS, A NECESSIDADE DE DIRECIONAR OS INTERESSES

Nos meses posteriores a maio, em virtude de alguns pronunciamentos realizados pela cúpula do governo federal, relacionados ao desmembramento, os ânimos foram arrefecidos. A provisoriedade e o sigilo com que o assunto acerca do divisionismo fora tratado pelos militares, evidenciando as lacunas existentes, inclusive quanto à escolha da futura capital, também dificultava qualquer investida mais incisiva por parte da imprensa e dos políticos.

Naquela conjuntura, qualquer ponderação advinda das esferas hierarquicamente superiores era digna de registros e exaltações, por aqueles que não tinham acesso aos dados oficiais. Desse modo, foi dada total relevância à declaração do governador Garcia Neto, publicada pelo *O Progresso* em 20 de junho, de que, mesmo com a divisão do estado, os municípios continuariam recebendo toda assistência durante a sua gestão, até o ano de 1979.

As considerações de Bento Porto, secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, coadunadas com as do governador, também figuraram naquelas páginas jornalísticas e acalmaram os ânimos dos políticos douradenses. Pois, tais promessas dissipavam a preocupação manifestada daqueles agentes, de ficarem à margem das decisões relevantes, caso o estado fosse dividido e Campo Grande elencada, definitivamente, como a futura capital. Em virtude dos interesses antagônicos e dos conflitos existentes entre os representantes daquelas duas localidades, contar com o apoio do

governo estadual seria crucial, já que Garcia Neto exerceria seu mandato por mais dois anos (O PROGRESSO, 20 jun. 1977, capa - p.3).

E mais, na mesma ocasião Bento Porto defendeu a implantação da Faculdade de Agronomia em Dourados. A disputa por qual município sediaria a faculdade era outra questão que permeava as contendas envolvendo Dourados e Campo Grande. Mas antes de entrar em mais um aspecto das divergências que regiam os interesses hegemônicos, será preciso explorar os motivos amenizadores dos ataques ocorridos entre os dois jornais, gerados pela inabilidade comunicacional dos militares quando noticiaram a opção de dividir o estado.

Nesse sentido as ponderações do governador substanciadas em informações presidenciais, igualmente acalmaram os ânimos porque possuíam oficialidade. Em três de julho no *Correio do Estado,* foi reportado que Garcia Neto engrandeceu o governo federal e apoiou os atos de Ernesto Geisel, posicionou-se como um colaborador irrestrito do presidente e condenou os que se opuseram às decisões do General. Pois, para o governador, Geisel estaria "com as vistas voltadas para este novo Estado", porém, passando por um "momento difícil" em razão daqueles "muitos" que estariam "tentando prejudicar o governo revolucionário", e por isso precisava contar com o apoio absoluto e geral de seus correligionários (CORREIO DO ESTADO, 02/03 jul. 1977, p.3).

Ao julgar pela lógica do regime de exceção que alijava os políticos civis de todas as discussões, apenas impondo-lhes decisões já tomadas pela cúpula do governo federal, foi observado certo recuo quanto às solicitações diretas à Geisel; e as ofensivas se voltaram ainda mais para aspectos regionalistas e internos às duas localidades. Uma vez que nenhum daqueles políticos, manifestos nos periódicos, queriam ser vistos, por quem quer que fosse, como contrários ao presidente da república; precipuamente quanto à escolha de um nome, sendo que nem o local que sediaria a capital estava totalmente definido. Então, era o momento de voltar-se a interesses que visavam à obtenção de benefícios maiores e mais imediatos. Por isso, a importância dada a Cássio Leite de Barros, vice-governador, na mesma publicação, quando reforçou os dizeres de Garcia Neto e ressaltou os investimentos financeiros federais que estavam chegando para a administração estadual.

Outro posicionamento apaziguador das tensões foi o do ex-presidente da República Jânio Quadros, trazido no *O Progresso,* no dia 15 de julho, na capa, sob o título: "Estado de Campo Grande não agradou a ninguém". Após essa matéria, o jornal *Correio do Estado* noticiou pela primeira vez a divisão do estado de Mato Grosso atribuindo, em letras maiúsculas, a denominação "Mato Grosso do Sul" ao estado a ser criado. Tal reportagem, do dia 26 de julho, versou sobre o encontro de Garcia Neto com Ernesto Geisel para tratar de assuntos relacionados ao divisionismo, em "audiência especial".

Em afronta ao governador, o periodista sugeriu a possibilidade de Garcia "governar apenas a Região Norte a partir do 1º de janeiro de 1978". E para expressar, peremptoriamente, a insatisfação com a condução do tema por Garcia finalizou, "ele vai falar com o presidente Geisel, para ser avisado oficialmente da providência do governo federal e para tomar as primeiras medidas para ajudar de fato a divisão". Para a rede de sujeitos envolvidos nas publicações do *Correio*, o então governador não estava trabalhando como deveria para contribuir incisivamente com o desmembramento do estado (CORREIO DO ESTADO, 26 jul. 1977, p.9).

No mesmo dia, no jornal douradense foi emitida uma nota alicerçada em informações advindas de Brasília. Mais uma vez, evocou-se a identidade mato-grossense para respaldar as reivindicações políticas, elogiando a decisão governamental em acolhê-las. A manchete recebeu o título "Mato Grosso do Sul será instalado em janeiro". E tinha como ponto alto o enaltecimento ao "bom senso" das autoridades, por terem elas entendido que as solicitações eram apenas "o desejo da maioria dos habitantes" douradenses, em manifestarem "a vontade de serem sempre mato-grossenses" (O PROGRESSO, 26 jul. 1977, capa). Com isso, *O Progresso* acreditava "ganhar pontos" tanto com os políticos de todas as esferas, considerados aliados, quanto com seus leitores.

Observaram-se, por essas duas últimas publicações, as diferenças entre as abordagens do *Correio do Estado* e do *O Progresso* quando o assunto da divisão envolvia a figura de Garcia Neto, e principalmente, quando ambos divulgavam os mesmos dados. O primeiro fez questão de apontar aspectos negativos do governador, como por exemplo, dizer que Garcia governaria "apenas a região norte a partir do 1º de janeiro de 1978" e "perderia o Sul de

Mato Grosso". Já, o segundo estabeleceu um tom incentivador ao governador quando o elencou como aquele que continuaria a governar Cuiabá até o final de seu mandato, em 1979. Esses textos, dentre outros, demonstraram que o jornal campo-grandense mantinha uma postura opositora e de críticas à Garcia Neto, enquanto o periódico douradense se mostrava defensor e favorável a ele.

Apesar dos dois jornais destacarem o nome do futuro estado, "Mato Grosso do Sul", a questão não estava definida como expôs *O Progresso,* em 28 de julho, com a reportagem "Geisel recebe hoje documento sobre divisão de Mato Grosso". Mesmo intitulando a nova unidade federativa, o projeto de lei era apenas um conjunto de sugestões pendentes da análise de Geisel e dos ministros. Ao final do texto houve a revelação de Rangel Reis, que considerava "importante ouvir a população da região atingida sobre os aspectos da divisão do Estado", e que entre as sugestões para o nome, em aberto e a critério de competência presidencial, constavam "Mato Grosso do Sul, Maracaju, Dourados ou Estado da Bodoquena". Essa declaração tinha sua importância no fato de ser ele, o Ministro do Interior que juntamente ao Ministro da Justiça e Planejamento, Armando Falcão, daria "redação final ao documento" (O PROGRESSO, 28 jul. 1977, capa).

Tal pronunciamento pôs fim aos debates relacionados em torno da denominação estadual e contribuiu para arrefecer os ânimos. A possibilidade de "Dourados" figurar entre os nomes sugeridos para a futura capital, mencionados por Rangel Reis, fez com que os políticos locais concebessem como um indicativo de que aquele município poderia ser elencado como capital, colocando-os no centro do poder estadual. Entretanto, essa notícia não foi publicada pelo *Correio do Estado*, reforçando a compreensão de que a disputa entre alguns membros das elites campo-grandenses e douradenses, acerca dos interesses de transformarem seus municípios em possível capital, era autêntica. E que no jornal de Campo Grande, por se compreender como uma ameaça aos seus propósitos, não se relatou esse fato. Quanto à sugestão da população ser ouvida, nenhum dos periódicos deu atenção, uma vez que tal afirmação não tinha nenhuma aplicação concreta. A possibilidade de um plebiscito em questões de redivisão territorial no país havia sido retirada do texto constitucional em 1967; designada, em seu artigo terceiro, a suficiência de lei complementar para a

criação de novos Estados e Territórios. Ademais, os jornais não tinham o hábito de registrar as opiniões de populares.

3. O USO DA IMPRENSA PARA EVIDENCIAR ALIADOS E GANHAR FORÇAS

As defesas presentes no jornal *O Progresso* para as ações de Garcia Neto puderam ser verificadas analisando-se os dados veiculados entre abril e julho de 1977. Notou-se uma aproximação entre a gestão local e a estadual, e em nenhum momento percebeu-se aspectos depreciativos ao governador. Ao contrário, constatou-se o apoio e a apreciação de Garcia a Dourados, ao que o periódico retribuiu. Na reportagem de capa, do dia 26 de abril, no jornal se descreveu a viagem do prefeito douradense à capital para tratar de assuntos administrativos, onde faria reivindicações ao governo do estado. Dessa feita, os redatores ressaltaram o livre acesso de José Elias Moreira ao secretariado e ao gabinete governamental em Cuiabá.

No mesmo dia, em *Notícias da Câmara,* na página 5*,* o vereador Joel Pizzini apontou duas ações significativas de Garcia Neto. A primeira, a predileção do governador para Dourados sediar a Faculdade de Agronomia, que em 1977, estava sendo disputada com Campo Grande. A segunda, sua defesa para Dourados ser capital do futuro estado. O vereador sinalizava que Garcia, "em agosto de 1975, transformara Dourados em capital do Estado por três dias". Essa preferência de Garcia por Dourados, em detrimento a Campo Grande, estimulou nos políticos douradenses a esperança de estarem no centro do poder com a criação do novo estado, como acontecera naqueles três dias de 1975.

Como não existiam comunicações oficiais por parte da presidência da república sobre os parâmetros norteadores da divisão do estado e nem informações precisas por parte do governo estadual, sobravam expectativas. Seguindo essa perspectiva no *O Progresso,* no dia 03 de maio, divulgou-se uma publicação da *Folha de São Paulo,* que justificava a aspiração do grupo, e de alguns políticos, por Dourados ser capital. A manchete, "Cuiabá crê que Dourados seja a Capital do Sul", reforçava a defesa do jornal ao ideal mandatário e a Garcia Neto, como o representante cuiabano que defenderia tal propósito. Porquanto, se acreditava que a proximidade do governador com Geisel seria

suficiente para exercer alguma influência acerca do divisionismo. Respaldava-se na rivalidade, fomentada por alguns políticos e mediada pela imprensa, entre Cuiabá e Campo Grande, e na potencialidade agrícola de Dourados para idealizá-lo como uma capital, com capacidade de "centralizar o sul" de Mato Grosso (O PROGRESSO, 03 mai. 1977, capa).

Diante da importância da questão e o jogo de forças necessário para defender seus interesses e de seus aliados, no *Correio do Estado* a redação imprimia maior agressividade às abordagens, sobretudo, sem negligenciar a notícia do *O Progresso*. No dia seguinte houve a emissão de uma nota com os dizeres "Campo Grande terá governador próprio já em 78, diz Rangel". Afiançando-se na figura do ministro do interior, reforçou-se a campanha de que Campo Grande deveria sediar a capital do futuro estado, e não Dourados (CORREIO DO ESTADO, 04 mai. 1977, p.2).

A reportagem foi rebatida, em 07 de maio, pelo jornal douradense na coluna "In Vino Veritas", da capa, sob a versão de charge. Enquanto o *Correio do Estado* falava em governador para "Campo Grande" em 1978, embasado em Rangel Reis, *O Progresso* sugeria Garcia Neto para governar o sul, reforçando seu apoio a ele e se opondo a alguns políticos, bem como ao jornal campo-grandense.

A edição de 20 de maio, do *O Progresso*, destacou a nova viagem realizada pelo prefeito José Elias a Cuiabá. Detalhou a relação amistosa da administração municipal com o governador e com militares no âmbito estadual, como uma forma de asseverar que Dourados estava sendo bem visto pelos olhos daqueles que poderiam ter acesso ao presidente Geisel e, de alguma maneira, sugestioná-lo sobre o divisionismo.

No dia seguinte, o prefeito concedeu entrevista coletiva informando sobre os assuntos tratados em Cuiabá acerca da implantação da Faculdade de Agronomia. E no periódico douradense figurou a manchete: "Governo Sensibilizado" enunciando mais uma vez o apoio de Garcia Neto às causas douradenses, bem como, a relação amigável e receptiva do governador ao prefeito José Elias e, o bom trânsito deste junto à administração estadual.

Em 28 de maio, no periódico se recordou o governo temporário de Garcia em Dourados. A rememoração do fato e o engrandecimento da pessoa e do

prestígio do governador tinham por fim, promover no imaginário social a construção de um sentido positivo da sua gestão para legitimar Dourados como futura capital, pois algo semelhante já havia ocorrido em 1975. Desse modo, para conferir autoridade à proposta, no espaço intitulado "Olho Grande", atribuiu aos reclamos políticos pela instalação da Faculdade de Agronomia em Dourados e pela mudança do nome da futura capital, uma demanda popular, "o povo está empolgado e defendendo com unhas e dentes estas duas importantes reivindicações". Evocou ainda, importantes signos como: acomodação, injustiça, direitos, luta, união e força, conclamando a população a mobilizar-se em prol da defesa de seus direitos (O PROGRESSO, 28/29 mai. 1977, capa – p.12).

Recomeçava naquela ocasião mais uma série de embates, ataques e enfrentamentos veiculados nos dois jornais. Utilizando-se de uma retórica dicotômica se posicionava os dois municípios em disputa pelo que seria central ou periférico neles. Ali, se envolvia temas relacionados à educação superior e a outras variantes, econômicas e sociais, que pudessem justificar suas narrativas.

A rivalidade entre as elites de Campo Grande e Dourados envolvidas, acerca da disputa pela Faculdade de Agronomia, mostrava outras vertentes que abrangiam a luta por poder político e por representatividade, no momento em que se versava sobre a divisão de Mato Grosso. O que justificava a defesa do *O Progresso* a Garcia Neto, uma vez que este não encontrava o apoio da maioria dos políticos campo-grandenses e, Dourados era atacada pelo jornal *Correio do Estado*.

A denúncia foi registrada em editorial do noticioso douradense, em primeiro de junho, no qual se exigia respeito, pois segundo o texto iniciava-se "em Campo Grande, através da imprensa escrita, ou mais precisamente, através de 'O Correio do Estado', uma campanha contra a instalação da Faculdade de Agronomia de Dourados". Nessa reportagem, o deputado estadual Edison Pires caracterizou como má fé a ação do *Correio do Estado* que marginalizava Dourados, atribuindo àquele o receio das relações deste com o governo federal e da sua potencialidade agrícola, vista como ameaçadora aos interesses dos políticos campo-grandenses (O PROGRESSO, 01 jun. 1977, p.10).

Na sequência da reportagem ficou explícito o conflito entre grupos de poder de Dourados e de Campo Grande, que na fala do deputado foi adjetivado

como “batalha”. Edison Pires relembrou a rixa promovida em Campo Grande à Cuiabá, difundida no jornal *Correio do Estado*, que com a divisão de Mato Grosso poderia cessar. E alertou que Dourados seria alçado a novo alvo do jornal campo-grandense. O deputado convocou os representantes dos demais municípios da Grande Dourados para unirem-se, evidenciou que as contendas, entre Dourados e Campo Grande, davam-se em âmbito político e que a luta seria direcionada para um embate eleitoral. Enfatizou que a estratégia seria promover a sensibilização da população a favor dos políticos douradenses, em face da marginalização provocada pelo periódico campo-grandense. Ressaltou que o *Correio do Estado* estava agindo desrespeitosamente, desconsiderando o potencial político e econômico de Dourados, o que não era benéfico para os interesses do novo estado.

Dezessete dias após a publicação das opiniões do deputado Edison Pires, *O Progresso* noticiou, em 18 de junho, a apreciação favorável de Garcia Neto para a sede da Faculdade de Agronomia ser em Dourados e sua posição de “advogado” daquele município, na luta fomentada pelos jornais. Associando, mais uma vez, a questão histórica e usando o amparo de Garcia Neto, no jornal douradense se rememorou, novamente, o ano de 1975, quando temporariamente a sede do governo estadual foi instalada naquela localidade. Destarte, reforçariam que com a divisão de Mato Grosso haveria uma possibilidade de intervenção do governo estadual junto ao presidente Ernesto Geisel, caso houvesse um impasse sobre a definição da capital da nova entidade federativa, a favor de Dourados (O PROGRESSO, 18/19 jun. 1977, capa).

E para finalizar, foi pautada a empreitada depreciativa sofrida por Garcia, enquanto este se posicionara desfavorável ao divisionismo. O *Correio do Estado* foi pessoalizado e apontado como “um dos responsáveis” por tal campanha e estrategicamente no *O Progresso* se manteve o silêncio, reverberando posteriormente um posicionamento pró-Garcia. Entende-se que naquela ocasião, no periódico douradense se lançou luz à querela entre os dois jornais, nos quais eram defendidas respectivamente as cidades sedes. Todavia, ao não elencar explicitamente os sujeitos compositores da rede de sociabilidades, política e jornalística do *Correio,* promovia uma dualidade simplista entre

douradenses e campo-grandenses[7], prática comum também utilizada por seu opositor.

Em outra nota, detalhou-se o encontro do prefeito com o ministro Alysson Paulinelli, ocorrido em oito de julho, para a entrega de um dossiê sobre a região da Grande Dourados. Com dados que justificavam a possibilidade da Faculdade de Agronomia ser implantada na cidade gerida por ele, obteve o apoio irrestrito do ministro, que até ordenou a nomeação de um assessor especial para contemplar a solicitação de José Elias. E relatou que o prefeito igualmente seria atendido pelo Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis (O PROGRESSO, 08 jul. 1977, capa).

Essas aproximações entre a administração local e os governos estadual e federal, ligados a aspectos históricos elencados pelo *O Progresso*, davam àqueles políticos douradenses a esperança de serem atendidos e privilegiados, semelhantemente, no momento da escolha da futura capital. Esse mesmo entendimento teve Borges e Souza em sua pesquisa, evidenciando que no *O Progresso* se destacou "a importância da cidade de Dourados" ao publicar "reportagens sempre no sentido de garantir os interesses das elites locais" e se pleiteou "a condição de capital para Dourados, assim como o alinhamento com o comando político hegemônico do momento" (BORGES e SOUZA, 2006).

Dourados ser a capital do novo estado significaria receber recursos suficientes para a implementação de avanços tecnológicos, que resultariam em mais prosperidade e desenvolvimento para a região, a serem direcionados conforme as vontades e as intenções das elites locais. Sobretudo, implicaria na vitória da disputa entre as duas regiões situadas ao sul de Mato Grosso, garantindo a supremacia política dos "douradenses" em detrimento dos "campo-grandenses", questão que poderia ser estendida à conquista da Faculdade.

Naquele contexto o maior vértice na aliança entre mídia e políticos era a determinação de influenciarem ou participarem de algum modo nos preparativos para a criação do novo estado. No entanto, adjacente à pragmática ditatorial implantada naquele período, os conflitos e a heterogeneidade de interesses

[7] A complexidade entre as relações políticas no contexto de 1977 não se restringiam à localidade de atuação dos agentes e nem mesmo ao partido de filiação. O prefeito de Dourados, por exemplo, mantinha estreita relação de interesse com grupos políticos de Campo Grande acerca de várias questões, que podem ser conferidas em Furlanetto (2018).

dentro dos próprios campos sociais era um obstáculo para a realização de suas pretensões. “Dessa forma, cada segmento lançou-se ao ‘jogo’ à sua maneira, principalmente naquilo que diz respeito ao campo da barganha política, que no Brasil costuma ser praticada, comumente, na base da disputa pela ocupação de cargos públicos” (SILVA, 2006).

Aqueles agentes objetivavam determinar a composição de leis, implantar políticas que afetassem a todos e principalmente aplicar os recursos públicos, que poderiam ser direcionados também aos meios de comunicação, conforme seus interesses. Esses veículos, por sua vez, atuavam na manipulação de signos e na produção de sentidos voltados aos receptores de suas mensagens. Assim, se torna plausível o entendimento de que os estadistas fizeram uso indiscriminado das notícias na expectativa de apresentarem-se à sociedade e validarem seus discursos. Ademais, os diários alinharam suas publicações a eles para defenderem seus próprios benefícios, pautados em aspectos financeiros e na aquisição de capital simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 1977, houve uma grande disputa entre membros das elites de Dourados e Campo Grande, representados pelos jornais O Progresso e Correio do Estado, respectivamente, nos campos econômico, político e jornalístico. O principal ponto de discórdia era a divisão do estado de Mato Grosso e a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Nessas batalhas, os agentes envolvidos seguiram a lógica da produção capitalista, valorizando a ideia de um "centro" caracterizado pela abundância de recursos financeiros que circulavam nessa área, enquanto desvalorizavam a "periferia" devido aos investimentos insuficientes destinados a ela.

Logo, os agentes políticos envolvidos assumiram a semântica fomentada igualmente pelos militares, ocupantes dos altos cargos no Governo Federal, determinados a experimentar o desenvolvimento, a modernização, a industrialização, a exploração máxima dos recursos naturais e a integração do território nacional. Para alcançar seus propósitos, incluíram em seus discursos, divulgados nas páginas jornalísticas, características de suas regiões que fossem adequadas àquela narrativa, delineando uma aproximação ao “estado modelo”,

criando, cada um à sua maneira, a melhor versão para uma futura capital, sem deixar de agregar aspectos identitários.

Os agentes desses discursos visavam, precipuamente, ocupar os novos espaços de poder e não ficarem à margem das decisões governamentais. Portanto, intencionavam formar no imaginário político-social um simbólico baseado em considerações válidas e positivas sobre o divisionismo. Nesse sentido, estabeleceram alianças para usarem indiscriminadamente a imprensa, na expectativa de apresentarem-se à sociedade e validarem seus discursos. Adjacentemente, a gramática jornalística foi alinhada aos ideais daqueles sujeitos em defesa de benefícios pautados nos aspectos financeiros e na aquisição de capital simbólico.

Por isso, a notícia oficial, de quatro de maio daquele ano, sobre o interesse da presidência da república em criar o novo estado na região sul, chamado *Estado de Campo Grande*, que elencava a localidade de mesmo nome como possível capital, provocou intenso conflito veiculado pelos jornais. No *Correio do Estado* afirmou-se a irrelevância em relação à denominação, por outro lado, utilizou-se amplamente o poder de tal signo para fomentar autoelogios a si e aos aliados, posicionar-se como um representante "sulista", quiçá "campo-grandista", e explorar toda uma narrativa "histórica", "econômica" e "desenvolvimentista" em favor da divisão.

Já no *O Progresso* combateu-se intensamente a questão, em face da forte representação simbólica que promoveria somente um município da região sul. Consequentemente, as vozes impressas nele evocam ambivalentemente uma identidade "nortista" e como estratégia para desvalidar as pretensões publicadas no *Correio*, contra atacou. Passou a mencionar a subjugação de Dourados à Campo Grande, a imposição desta àquela e a força econômica da primeira usurpada pela segunda, igualitariamente ao que alguns campo-grandenses fizeram em relação à Cuiabá.

Nesse jogo das forças, o embate pela instalação da Faculdade de Agronomia do qual o *Correio do Estado* participou de forma veemente, agregou aos conflitos gerados a possibilidade efetiva do desmembramento. Afinal, a conquista por uma das partes auxiliaria na construção de uma história política favorável, todavia, antes de qualquer coisa, demonstraria o poder político de

cada grupo. Motivos estes que levaram o jornal douradense a veicular narrativas que pressupunham alianças com o governador Garcia Neto por consequência de sua relação com Geisel, seu posicionamento apreciativo a Dourados e sua oposição a alguns campo-grandenses.

Tais episódios desvelaram as tensões e as lutas políticas e econômicas, bem como as disputas identitárias não definidas, fluídas e instáveis. Os ânimos só foram arrefecidos devido às incógnitas que permeavam o assunto da divisão de Mato Grosso, já que os estudos realizados pelo governo federal eram confidenciais e o anteprojeto de lei ainda não havia sido criado. Sobretudo, pela possibilidade de Dourados figurar como capital do novo estado, o que significaria receber recursos financeiros, promover prosperidade e desenvolvimento para alguns setores da região, garantir supremacia política e comandar a pauta dos assuntos públicos.

Inferiu-se, portanto, que no sul do então estado de Mato Grosso, havia muitas divergências entre os vários grupos que se intitulavam representantes dos "sulistas". Cada qual evocava para si aspectos identitários próprios, que pudessem ser estendidos aos demais habitantes. Construíam narrativas e relações voláteis e ambivalentes, moldadas conforme as disputas em pauta, de aproximação e diferenciação ao norte. Buscavam manter certo prestígio junto aos leitores dos impressos, mas acima de tudo, ocupar os novos cargos políticos que possibilitassem direcionar o dinheiro público de acordo com os seus interesses.

Assim, pode-se considerar que as complexas relações políticas e midiáticas ultrapassavam as dicotomias regionalistas e identitárias e se caracterizavam heterogêneas. Apesar das narrativas forjarem interesses comuns visavam a projetos hegemônicos, em um exercício de controle social, ao mesmo tempo em que apostavam na adesão popular. Especialmente, em uma tentativa de uniformização da diversidade, da simplificação de intrincadas cadeias de sociabilidade e de pensares, contiguamente, à condensação de múltiplas vivências em apenas dois polos distintos. Configuraram-se desse modo, estrategicamente, alguns dos elementos constitutivos do corpus social, construído pelos idealizadores da dominação e do controle, que o propagavam naturalizado e isento de manipulação.

Assim sendo, é importante questionar quais outras camadas interpretativas podem ser adicionadas ao evento da divisão do estado de Mato Grosso ao se propor a produção de uma historiografia mais completa (BECKER, 2003), que apenas foi esboçada neste artigo. Nessa abordagem, a interdisciplinaridade, a diversidade das fontes e a ampliação da análise crítica são imprescindíveis.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-64, jan./jun. 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder:** História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD. Dourados, 2006.

AMEDI, Nathália da Costa. **A invenção da Capital Eterna**: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985). Dissertação (Mestrado em História) – UFMT. Cuiabá, 2007.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **Paz sob fogo cerrado**: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002). Dissertação (Mestrado em História) – UFMT. Cuiabá, 2007.

BAUER, Caroline Silveira. A promulgação da lei de anistia brasileira: um debate sobre responsabilidade penal e interdição do passado. In: **Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos**. Porto Alegre. Anais, 2011.

BECKER, Jean-Jaques. A opinião pública. In: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**. Vol. 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande. Editora UFMS, 2009.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**. Vol. 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande. Editora

UFMS, 2009.

BORGES, Felipe de Almeida; SOUZA, João Carlos de. A visão da imprensa periódica sobre a criação do Estado de Mato Grosso do Sul (1977-1981). In: **VII Encontro de Iniciação Científica da UFMS**, 2006, Dourados: Anais do VII Encontro de Iniciação Científica da UFMS, 2006.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion, Uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia***:* a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p. 173-191, 1991.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 a 153.

FURLANETTO, Vera Lucia. **Mato Grosso Do Sul***:* Sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio Do Estado. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade***.* 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HERBOLATO, Mario. **Deontologia da comunicação social**. Petrópolis: Vozes, 1982.

JORNAL CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Índice Acumulado: 13 jan. 1977 – 30 dez. 1977.

JORNAL O PROGRESSO, Dourados. Índice Acumulado: 11 jan. 1977 - 30 dez.

1977.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo** – Norte e Sul. São Paulo: Edusp, 1997.

PEREIRA, Vinícius Vieira. **A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico:** das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência. Tese (Doutorado em Economia) – UFMG, Belo Horizonte, 2015.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (Um breve ensaio). In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.10, n.2, 149-184, 2006.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso**: (uma visão histórica – 1892 – 1977). Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul:** Labirintos da memória. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2006.

Recebido em 17 de maio de 2022.

Aprovado para publicação em 02 de janeiro de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

PALESTRAS DE HIGIENE NA RÁDIO TUPI:
Convergências entre o saber médico e a educação escolar no contexto do Estado Novo (1937-1945)[1]

HYGIENE LECTURES ON RÁDIO TUPI:
Convergences between medical knowledge and school education in the context of the Estado Novo (1937-1945)

FABIANO QUADROS RÜCKERT[2]

JULLY ANNE CALONGA DA SILVA[3]

RESUMO

O objetivo do artigo consiste na análise de um conjunto de palestras transmitidas pela Rádio Tupi, durante o Estado Novo. As palestras foram produzidas pelo Ministério da Educação e Saúde, num contexto de crescente intervenção do saber médico nas instituições de ensino escolar e registram a preocupação do Estado Novo com o papel da escola e dos professores na formação física e moral dos estudantes. A fonte documental consultada é composta por três volumes da série intitulada *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*. O trabalho de análise priorizou palestras que abordam as relações entre o saber médico e a educação escolar. A documentação consultada foi interpretada a partir dos conceitos foucaultianos de biopolítica e disciplina.
Palavras-chave: Escola; Educação Sanitária; Estado Novo; rádio.

ABSTRACT

The purpose of the article is to analyze a set of lectures broadcast by Rádio Tupi, during the Estado Novo. The lectures were produced by the Ministry of Education and Health, in a context of increasing intervention of medical knowledge in school teaching institutions and register the concern of the Estado Novo with the role of schools and teachers in the physical and moral formation of students. The documentary source consulted is composed of three volumes of the series entitled *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*. The analysis work prioritized lectures that address the relationship between medical knowledge and school education. The consulted documentation was interpreted from the Foucauldian concepts of biopolitics and discipline.
Keywords: School; Health Education; New State; radio.

[1] A pesquisa contou com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
[2] Professor Adjunto de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS – Campus do Pantanal. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br;
[3] Licenciada em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista PIBIC/CAPES. E-mail: jullyannecalonga13@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A interpretação do Estado Novo como um período histórico desconectado dos fatos políticos ocorridos entre 1930 e 1937 é um erro que não devemos cometer. Neste sentido, concordamos com interpretação de Capelato (2007, p. 110) que identificou no Estado Novo "a consolidação de uma política de massas que vinha se preparando desde o início da década." Nos seus aspectos gerais, a política de massas implantada pelo regime estadonovista articulou três estratégias que se complementam. A primeira foi neutralizar a participação popular nas decisões do governo por meio da supressão dos partidos, do fechamento do Congresso e do controle sindical. A segunda foi a intensificação do intervencionismo estatal na economia – experiência que já estava em curso desde 1930. A terceira estratégia foi o uso da censura e da propaganda política para ampliar e fortalecer a aceitação social do regime (PANDOLFI, 1999; VELLOSO, 2007; CAPELATO, 2007; 2009)

No que diz respeito à saúde da população, e particularmente, à Educação Sanitária, sabemos que desde o primeiro ano do Governo Provisório, Vargas promoveu ações para ampliar a participação do Estado na prevenção e tratamento de doenças. Dentre estas ações destacamos a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e a inserção do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES) no respectivo ministério.

Em 1934, três anos antes do Estado Novo ganhar forma, Gustavo Capanema transformou o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária na Seção de Informação, Propaganda e Educação Sanitária (IPES). E, por meio desta Seção, o MESP ocupou-se da produção e divulgação de materiais educativos relacionados à saúde (HOCHMAN, 2001). Consideramos pertinente ressaltar que o Regulamento do IPES, aprovado em 1934, determinou a obrigatoriedade da colaboração de estabelecimentos cinematográficos e empresas de radiodifusão na transmissão do material de Educação Sanitária preparado pelos técnicos do governo federal. A mesma obrigatoriedade foi aplicada aos estabelecimentos comerciais e o descumprimento poderia ser punido com a aplicação de multas (SOUZA, 2012, p. 28).

Em 1937, a denominação Serviço de Propaganda e Educação Sanitária

(SPES) voltou a ser usada pela repartição do MESP encarregada do trabalho educativo. Mas a mudança do nome da repartição não provocou alterações nas concepções e práticas de Educação Sanitária do MESP. Durante o Estado Novo, a Educação Sanitária continuou sendo promovida por meio de filmes, palestras de rádio, cartilhas, livros didáticos, cartazes, folhetos e matérias publicadas na imprensa (SOUZA, 2012, p. 28-29).

Dentre os diversos meios de promoção da Educação Sanitária usados pelo Estado Novo, selecionamos, para análise neste artigo, as palestras de rádio. E, dentro desta categoria específica, concentramos a atenção nos três volumes da série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi.* Na sequência do artigo, apresentamos, de forma sucinta e introdutória, as primeiras relações estabelecidas entre rádio, radiodifusão e educação no Brasil; e, posteriormente, desenvolvemos uma análise de fragmentos da fonte documental selecionada, destacando interações entre o saber médico e a educação escolar, no contexto do Estado Novo.

1. O RÁDIO, A RADIODIFUSÃO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL (1926-1945)

Não é nosso objetivo escrever uma história do uso do rádio ou uma história da radiodifusão no Brasil. No entanto, considerando que as *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* – a fonte documental que selecionamos para analisar – foram transmitidas por ondas radiofônicas, e considerando a importância do rádio para a sociedade brasileira, no período do Estado Novo, acreditamos ser pertinente inserir no artigo algumas informações sobre o contexto histórico dentro do qual as Palestras foram produzidas e transmitidas para o público ouvinte.

Em primeiro lugar, convém estabelecer uma distinção básica entre rádio e radiodifusão. O rádio se caracteriza como um veículo de comunicação usado para captar ondas sonoras que são transmitidas eletromagneticamente, as chamadas ondas radiofônicas. A radiodifusão, por sua vez, consiste no processo de produção, transmissão e recepção das ondas radiofônicas. E este processo pode ou não ser submetido ao controle do aparelho estatal.

A priori, o funcionamento de um aparelho de rádio não depende de autorização política. Transmissões radiofônicas circulam com ou sem a autorização do poder público. Contudo, uma vez submetida ao controle da política, a radiodifusão incorpora, de forma direta ou indireta, elementos políticos nos seus conteúdos.

No caso do Brasil, coube ao Governo Vargas instituir uma política de radiodifusão de abrangência nacional. A partir de 1930, no transcurso de uma centralização política conduzida por Vargas, o governo federal criou dispositivos jurídicos e burocráticos que suprimiram parte da autonomia da imprensa e passou a usar o rádio como veículo de propaganda política (CAPELATO, 2009). As intervenções do governo na imprensa foram intensificadas no período do Estado Novo – um período que também foi marcado pela popularização do rádio no Brasil (MEDITSCH, 1999; JAMBEIRO, 2004).

Nas primeiras décadas do século XX a aquisição de um rádio demandava recursos financeiros indisponíveis para a maior parte da população, e, consequentemente, o uso do aparelho ficou restrito aos segmentos mais ricos da sociedade. Contudo, nas décadas de 1920, e, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, o acesso ao rádio expandiu-se gradualmente para as classes populares e as transmissões radiofônicas ganharam importância para todas as partes envolvidas (empresas de comunicação, poder público, produtores das transmissões e público receptor).

Mas antes mesmo de se tornar popular para a sociedade brasileira, o rádio já havia sido pensado e usado como instrumento potencializador da educação. Uma das experiências pioneiras no uso do rádio para fins educativos ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Em 1923, formou-se na então capital federal, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A instituição reunia intelectuais ligados à Academia Brasileira de Ciências, dentre os quais, Edgard Roquette-Pinto, ocupava uma posição de destaque. Este intelectual, assim como muitos outros da sua época, acreditava que os problemas do Brasil seriam superados com a educação do povo brasileiro. E, seguindo esta crença, defendeu o uso do rádio para promoção da educação.

A partir de 1926, Roquette-Pinto usou as ondas da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para transmitir programas voltados para a educação. Ao lado de

programas mais elitistas, como palestras científica e músicas clássicas, Roquette-Pinto e os colaboradores da Rádio Sociedade veiculavam "aulas de francês, português, geografia, história do Brasil, higiene, silvicultura, química, história natural e física (ANDRELO, 2012, p. 141)."

O trabalho educativo desenvolvido por Roquette-Pinto na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi motivado, de um lado, pela sua preocupação com a educação das classes populares, e do outro, pela sua convicção de que o rádio poderia impactar de forma positiva no comportamento da sociedade brasileira. Sua concepção altamente positiva sobre as potencialidades do uso do rádio na educação foi registrada no artigo intitulado "Radioeducação do Brasil", publicado em 1926, na Revista Eléctron. Segundo Tavares (1999, p.8), Roquette-Pinto afirmou, num dos seus discursos, que:

> O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado.

As potencialidades educativas do rádio também foram percebidas por Gustavo Capanema, o principal expoente da política educacional implantada pelo Governo de Getúlio Vargas. Durante a gestão ministerial de Capanema, o governo federal promoveu diversas ações voltadas para a educação por meio das transmissões radiofônicas. E, uma destas ações, foi a produção e divulgação das *Palestras de Higiene na Rádio Tupi.*

2. SABER MÉDICO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA SÉRIE PALESTRAS DE HIGIENE NA RÁDIO TUPI

O corpus documental denominado *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* foi objeto de um interessante artigo escrito por Mauro Castilho Gonçalves e intitulado "Educação, Higiene e Eugenia no Estado Novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela Rádio Tupi (1939-1940)" (GONÇALVES, 2011). Neste, o autor destaca a presença do higienismo e da eugenia nas concepções e proposições de educação assumidas pelo Estado Novo.[4]

[4] Gonçalves (2011) usou "palavras-chaves" para identificar temas na fonte documental. O autor consultou dois volumes da série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* e não adotou uma distinção entre os temas específicos do ambiente escolar e temas de abrangência social mais ampla – procedimento que adotamos

O artigo de Gonçalves (2011), assim como as pesquisas de autores como Fonseca e Hochman (2000), Stephanou (2006), Dávila (2006); Souza (2012) e Figueiredo e Silva (2019), dentre outros, nos permitem afirmar que a concepção de Educação Sanitária do Estado Novo não estava restrita ao âmbito das escolas. Ela incluía, além das questões relacionadas ao ensino escolar, temas como a saúde dos trabalhadores; a higiene doméstica; a puericultura; a alimentação; os problemas decorrentes do alcoolismo e do tabagismo; o uso das vacinas como profilaxia e a prevenção e tratamento de doenças como a tuberculose; a hanseníase e a sífilis. Estes temas estavam presentes *Palestras de Higiene na Rádio Tupi*, mas não se enquadram no escopo da nossa reflexão, e, consequentemente, não serão analisados.

A série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* foi redigida pelo médico Savino Gasparini, um dos técnicos do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do MESP, no período do Estado Novo. A série é composta por um conjunto de 80 palestras que foram publicadas em três volumes. Deste conjunto total, selecionamos 8 que estabelecem uma relação entre o saber médico e a educação escolar. O critério de seleção adotado excluiu da nossa amostra palestras que tratavam da Educação Sanitária sem considerar as especificidades do ambiente escolar e do público que frequentava as escolas [docentes e discentes].

Seguindo os critérios de inclusão/exclusão supramencionados, priorizamos peças documentais que ressaltam a importância do ambiente escolar, do currículo e do trabalho docente para a efetivação da Educação Sanitária.

Quadro 1 - Lista de palestras selecionadas.

Título da Palestra	Volume da Série	Páginas
Finalidade da educação física moderna	I	34 - 36
A cadeira de higiene nos ginásios	I	43 - 46
Eficiência na escola	I	54 - 58

no presente artigo.

Foot-ball e saúde	II	35 - 37
O problema dos repetentes nas escolas públicas	III	31 - 33
Instrução - Educação – Saúde	III	80 - 83
Escola antiga e escola moderna	III	88 - 91
Classificação antropológica dos escolares	III	101 - 104

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de: GASPARINI, 1945a; GASPARINI, 1945b; GASPARINI, 1945c.

A partir da leitura das 8 palestras selecionadas, identificamos dois subgrupos temáticos. São eles: (1) a eficiência da escola e o papel dos docentes na Educação Sanitária; e (2) o cuidado com a saúde dos estudantes.

3. SUBGRUPO 1: A EFICIÊNCIA DA ESCOLA E O PAPEL DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Este subgrupo é composto de 5 palestras que, apesar de distintas, convergem na ênfase sobre a importância do trabalho docente. Na opinião de Gasparini, o professor deveria ser colaborador no processo de Educação Sanitária promovido pelo Estado Novo. Ele também deveria ter uma conduta exemplar ao ponto de se tornar modelo de civilidade. Na idealização do autor, o "bom professor"

> [...] é simples e modesto. É generoso e leal. Não tem preconceitos. Não é sectarista. É tolerante, paciente, entusiasta, otimista. [...]. E se não possuir essas qualidades não é digno do sacerdócio que exerce" (GASPARINI, 1945c, p. 81-82).

Além de possuir qualidades morais, o "bom professor" deveria ensinar conteúdos que desenvolvessem o patriotismo, o cuidado com a saúde, a disciplina e o gosto pelo trabalho.

Na palestra intitulada "Eficiência na escola", Gasparini (1945a, p. 54) destaca três fatores importantes para o funcionamento de uma instituição de ensino: (i) a higiene do prédio escolar [o que incluía o espaço físico e a circulação

do ar]; (ii) os hábitos higiênicos adotados na escola; e (iii) o trabalho do professor no ensino da higiene e dos cuidados com a saúde.

O defendeu a necessidade de inserção da disciplina de Higiene no currículo das escolas denominadas Ginásios.[5] Gasparini reconheceu que disciplinas como a Física, a Química e a História Natural, regularmente ofertadas no currículo ginasial nas décadas de 1930 e 1940, ofereciam contribuições para o ensino da Higiene. No entanto, ele argumentou que a existência de uma "cadeira de Higiene" para os jovens estudantes do ginasial resultaria em benefícios para o coletivo social. Segundo Gasparini (1945a, p. 44)

> Num país, onde o número de doenças evitáveis e curáveis é tão avultado, onde é preciso dar maior divulgação aos preceitos higiênicos, às regras de profilaxia geral e específicas das doenças, responsáveis, em parte, pelo seu lento progresso, é simplesmente um crime desprezar tão importante matéria.
> A juventude brasileira deve conhecer de perto os magnos problemas sanitários de cuja solução depende a grandeza da nação.
> [...]
> O estudante é, pela razão do próprio estudo, um centro de irradiação de ensinamentos, modificador natural da mentalidade retrógrada, muitas vezes dos próprios pais.

Consideramos este excerto da fonte documental como relevante porque contém uma crítica ao quadro sanitário nacional – quadro geralmente elogiado pelos colaboradores do Estado Novo. Na citação, o posicionamento de Gasparini a respeito do ensino da Higiene nos Ginásios se justifica pela contribuição da Educação Sanitária no enfrentamento das doenças que prejudicavam o "progresso" do Brasil. Ele também se justifica pela expectativa de envolvimento dos estudantes ginasiais na difusão dos preceitos higiênicos.

"O problema dos repetentes nas escolas públicas" é o título de uma palestra publicada no volume III da série. No texto, o autor trata das qualidades necessárias para a boa gestão de uma escola. Parte destas qualidades deveria estar presente no trabalho do professor. Outra parte era responsabilidade dos alunos e do ambiente escolar. Na escola idealizada por Gasparini, o ambiente escolar deveria ser limpo, belo e organizado. E, o aluno, por sua vez,

[5] No Brasil das décadas de 1930 e 1940, as instituições que ofereciam o Ensino Secundário eram denominadas Ginásios. Para ingressar no Ginásio, o estudante deveria obter a aprovação num exame de admissão. A exigência do exame foi instituída pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e perdurou até 1971.

necessitava ter saúde física e mental e apresentar assiduidade nas aulas. Na opinião de Gasparini, muitos alunos oriundos de famílias pobres ingressavam nas escolas sem possuir saúde física e/ou mental para o exercício das atividades escolares. Neste aspecto, o pensamento do autor se aproxima das ideias defendidas pela Liga da Higiene – grupo de intelectuais favorável ao uso de testes para avaliar a competência cognitiva dos estudantes da Educação Básica (WANDERBROOCK JUNIOR, 2009).

A necessidade do professor possuir virtudes morais está presente em três palestras. São elas: "O problema dos repetentes nas escolas públicas"; "Instrução - Educação - Saúde" e "Escola antiga e escola moderna". Reproduzindo um discurso que considerava a docência como um sacerdócio, o autor afirma que para o merecimento deste sacerdócio exigia "um exemplo vivo de moral". No sentido oposto, um professor desprovido de virtudes morais estaria inapto para o exercício da sua função social e poderia prejudicar o processo de educação de crianças e adolescentes.

A quinta palestra inserida neste subgrupo se intitula "Escola antiga escola moderna". O aspecto interessante desta palestra está nas comparações entre dois tipos de instituições de ensino. Na "escola antiga" o professor – também chamado pelo autor de "mestre" – atuava como um tirano e frequentemente adotava posturas punitivas. Na "escola nova", o professor busca uma relação de amizade com o aluno, criando um ambiente mais confortável, dinâmico e psicologicamente saudável. Com pesar, Gasparini relata que em determinadas escolas do Distrito Federal ainda aplicavam castigos físicos para punir alunos que transgrediam as regras disciplinares.

4. SUBGRUPO 2: O CUIDADO COM A SAÚDE DOS ESTUDANTES

No primeiro livro da série *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* consta o texto intitulado "Finalidade da educação física moderna". Neste, encontramos um interessante registro das relações que Gasparini estabeleceu entre atividades físicas na escola e saúde mental. Segundo o autor, quando praticada de acordo com os preceitos científicos, a Educação Física atuava de forma positiva no desenvolvimento neuromuscular e cardiovascular. Ela também

atendia a função recreativa e estimulava o "aperfeiçoamento das qualidades de sociabilidade, cooperação, solidariedade"; e, consequentemente, oferecia uma contribuição para a formação de uma sociedade saudável (GASPARINI, 1945a p. 34).

A visão positiva de Gasparini a respeito da Educação Física não impediu que este intelectual se posicionasse contra a prática do futebol no ambiente escolar. Na palestra "Foot-ball e saúde" (sic.), Gasparini apresentou três argumentos para justificar sua objeção à prática do futebol nas aulas de Educação Física. O primeiro foi o risco de acidentes e danos à saúde física dos estudantes que praticavam o jogo. O segundo foi o risco da transmissão de doenças nas "aglomerações" formadas em torno das partidas de futebol. O terceiro foi a preferência dos jovens – e particularmente os de sexo masculino – pelo futebol, em detrimento dos problemas sociais e sanitários do país. Na opinião do autor, quando praticado no calor extremo, o futebol provocava excessos físicos "inúteis" e diminuía "a resistência à infecção" (GASPARINI, 1945b p. 35-37).

A objeção de Gasparini à prática do futebol na Educação Física escolar destoa da estratégia estadonovista de valorização do futebol e de projeção deste esporte como símbolo da unidade nacional (PARDINI, 2009). A disparidade entre uma propaganda política que projetou a imagem positiva do futebol na imprensa e no rádio e a palestra supramencionada que considerou o futebol como inadequado para o ambiente escolar não nos parece um fato de pouca importância. No entanto, o fato excede o escopo do artigo e não será objeto de uma reflexão mais aprofundada.[6]

A palestra intitulada "Classificação antropológica dos escolares" apresenta uma síntese dos três perfis usados pelo antropólogo José Bastos de Ávila para classificar as características antropométricas dos estudantes brasileiros.[7] Usando como referência o livro "Antropometria e Desenvolvimento

[6] Na intenção de contribuir para uma futura reflexão sobre as múltiplas representações do futebol no Estado Novo, cogitamos a hipótese de que Savino Gasparini registrou na sua palestra uma distinção entre o que procedia de uma cultura científica – como os exercícios de Ginástica adotados nas escolas públicas da época – e o que procedia da cultura popular – como era o caso do futebol. Diante de dois tipos de atividades físicas, Gasparini expressou sua preferência pela primeira e depreciou o futebol.

[7] José Bastos de Ávila desenvolveu pesquisas de antropologia física no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Trabalhou no Museu Nacional e no Instituto de Pesquisas Educacionais, ambos no Rio de Janeiro

Físico",[8] Gasparini descreve os três perfis com os seguintes termos: "astenóide" - sujeito com corpo magro, de pouca massa muscular, aparentemente desnutrido; "atletóide" - sujeito de ombros bem desenvolvidos, pouco tecido adiposo, considerável massa muscular, perímetro torácico maior, estatura e peso acima da média; e "picnóide" - sujeito com tórax profundo, com perímetro abdominal superior ao torácico e maior presença de massa adiposa. Na sequência, informa os resultados de uma pesquisa antropométrica realizada com estudantes do Distrito Federal. Segundo Gasparini (1945c, p. 103), do conjunto total de 358 estudantes contemplados pela pesquisa, 38,5% foram classificados como "astenóides", 15,9% como "atletóides" e 5,3% como "picnóides", sendo os demais classificados como "mistos". Diante do elevado número de estudantes com características de "astenóides", o autor recomendou "medidas de amparo e proteção" para assegurar a nutrição e o desenvolvimento físico da população em idade escolar.

A preocupação de Gasparini com as atividades ofertadas na disciplina de Educação Física e com os dados antropométricos dos estudantes brasileiros não pode ser dissociada da ideia de construção de um "homem novo", presente no projeto político estadonovista. Sob a gestão do Ministro Capanema, a Educação Física ganhou importância nas instituições de ensino, e, por meio dela, práticas de classificação antropométrica e ideias de aptidões físicas e morais de ordem genética foram incorporadas nos livros didáticos e nas revistas de educação. Neste sentido, a "educação pelo físico", proposta por Gasparini, visava, além do desenvolvimento corporal, o ensino de valores morais para os estudantes.

5. PALESTRAS DE HIGIENE NA RÁDIO TUPI: FRAGMENTOS DE BIOPOLÍTICA E DISCIPLINA

Nesta seção do artigo apresentamos uma interpretação da fonte documental baseada nas considerações de Michel Foucault a respeito dos conceitos de biopolítica e disciplina. O primeiro conceito nos remete à

(GONÇALVES; MAIO; SANTOS, 2012).

[8] O livro intitulado "Antropologia e desenvolvimento físico: métodos e pesquisa em antropologia física" foi uma das mais importantes obras publicadas por José Bastos de Ávila. Neste, o autor apresenta dados de suas pesquisas e aborda discussões teóricas e metodológicas relevantes para o campo da antropometria.

construção de um conjunto de saberes [em parte científicos e em parte políticos] por meio dos quais um determinado governo interfere na saúde e no comportamento da população; o segundo, por sua vez, contempla procedimentos que potencializam o controle de coletivos sociais.

Ao tratar das práticas que configuram a biopolítica, Foucault concede especial atenção para o trabalho da polícia. Segundo o autor, a polícia foi usada pelo Estado para "estimular, determinar e orientar" a integração das atividades da população aos interesses do aparelho estatal (FOUCAULT, 2008, p. 433). Na concepção foucaultina, o policiamento visava incutir determinados hábitos no comportamento social, e, no sentido oposto, permitia identificar condutas consideradas socialmente nocivas e indesejadas (FOUCAULT, 2012; 2014).

Durante a consolidação do Estado Moderno, e de forma mais incisiva nos séculos XVIII e XIX, técnicas de vigilância foram desenvolvidas e aplicada nos espaços públicos e em espaços institucionais que potencializam a aglomeração social. Hospitais, quartéis, presídios, escolas e fábricas são exemplos ilustrativos de espaços institucionais submetidos a um constante policiamento.

Sem desconsiderar a complexidade e a abrangência da interpretação foucaultina sobre a biopolítica,[9] acreditamos que as *Palestras de Higiene na Rádio Tupi,* analisadas na seção anterior do artigo, podem ser consideradas como fragmentos de uma biopolítica, sobretudo porque intencionavam impor um padrão de comportamento para estudantes e professores, interferindo nos fatores que afetava a salubridade do ambiente e a saúde dos corpos. Neste sentido, temas como as condições de higiene do prédio escolar; o monitoramento das características antropométricas dos estudantes; as práticas de higiene adotadas no cotidiano da escola e os exercícios de Educação Física, apesar de distintas, convergiam no propósito de construção de uma normatização social no âmbito das escolas.

Cabe ainda ressaltar que as iniciativas de Educação Sanitária promovidas pelos intelectuais do Estado Novo estavam relacionadas a ideia de

[9] A interpretação foucaultina da biopolítica tem sido abordada por diversos autores, dentre os quais destacamos Esposito (2010), Portocarrero (2009) e Castro (2011).

formação do "novo homem brasileiro" – ideias que encontravam respaldo na eugenia. Segundo Dávila (2006, p. 55):

> Os eugenistas brasileiros diferiam dos de outros países no grau em que levavam a eugenia para fora do laboratório e para dentro das políticas públicas [...]. O consenso entre os formuladores de políticas era que as escolas eram as linhas de frente da batalha contra a "degeneração". Os educadores transformaram as escolas em laboratórios eugênicos – lugares onde ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças. A eugenia tornou-se a justificativa para expandir e alocar recursos educacionais.

No que diz respeito à construção da disciplina no ambiente escolar, importa reconhecermos que o Estado Novo, apesar de possuir dispositivos de censura e repressão eficientes, também usou estratégias de convencimento e persuasão para assegurar o apoio da sociedade ao projeto político estadonovista. E uma destas estratégias foi a valorização do comportamento disciplinado, ou dito de outra forma, a valorização do respeito às normas, leis e hierarquias.

Nas palestras encontramos sinais de um discurso pró disciplinarização do ambiente escolar. Os sinais se manifestam na preocupação da Gasparini com as virtudes morais do professor e na proposição deste profissional como modelo de bom comportamento social. Eles também podem ser observados na relação que o autor das palestras estabelece entre a prática Educação Física Escolar e o desenvolvimento físico, moral e cognitivo dos estudantes.

A ideia da disciplina como algo socialmente necessário e institucionalmente funcional perpassa todas as peças documentais que apresentamos no **Quadro 1**. Neste sentido, identificamos similaridade entre a concepção de disciplina usada por Gasparini e as concepções foucaultianas. Para Foucault, a existência da disciplina implica no uso de um modelo a partir do qual se torna possível classificar sujeitos, ideias e atitudes, estabelecendo uma "normalização disciplinar" que resulta na distinção entre o "normal" e o "anormal" (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Na lógica foucaultiana a "normatização disciplinar" seria o produto de práticas de classificação social baseadas na distinção entre aptos e inaptos, ou entre capacitados e incapacitados. Uma versão similar desta lógica pode ser encontrada nas *Palestras de Higiene na Rádio Tupi.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o estudo das *Palestras de Higiene na Rádio Tupi* estabelecemos como prioridade as relações entre o saber médico e a educação escolar, no contexto do regime político estadonovista. A prioridade estabelecida provocou duas restrições operacionais: de um lado, restringiu a Educação Sanitária promovida pelo Estado Novo ao âmbito das escolas; e do outro, condicionou nossa abordagem ao conteúdo das palestras. E, como consequência destas restrições, temas como a saúde da classe operária; a alimentação; a higiene doméstica; a prevenção e tratamento da tuberculose, da sífilis e da hanseníase – todos contemplados pela fonte documental – não foram analisados.

O conjunto de 08 palestras que analisamos, apesar de ser quantitativamente pequeno, permitiu explorar fragmentos do pensamento estadonovista a respeito do papel da escola e dos professores na promoção da Educação Sanitária. Os resultados do exercício de análise documental que realizamos indicam a existência de uma preocupação do Estado Novo com as condições de higiene do ambiente escolar, com a conduta moral dos professores e com o ensino da Educação Física. Outros elementos relacionados ao cotidiano escolar, como a prática da antropometria, o problema da reprovação, a inclusão da higiene no currículo e as relações entre professores e alunos foram tangenciados pela nossa abordagem.

Acreditamos que a história da Educação Sanitária no Estado Novo, parcialmente contemplada pelo artigo, demanda novas pesquisas e esperamos ter oferecido uma contribuição para este campo específico da historiografia da educação.

REFERÊNCIAS

ANDRELO, Roseane. **O rádio a serviço da educação brasileira:** uma história de nove décadas**.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.139-153 Set.2012.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** *In:*

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) O Brasil Republicano. Volume II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-145.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**. **Propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Lecturas Foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica.** La Plata: Editorial Universitaria, 2011.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**. **Política social e racial no Brasil 1917-1945**. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ESPOSITO, Roberto. **Bios:** biopolítica e filosofia. Trad. M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FIGUEIREDO, Milene Moraes de; SILVA, Bárbara Virgínia Groff. **Higienismo e Educação na Era Vargas:** o Pelotão de Saúde do Ginásio São José (Caxias do Sul/RS). In: RIPE; Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria A. Martiarena (Orgs.) História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul: instituições, culturas e práticas educativas. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2019, p. 197-214.

FONSECA, Cristina; HOCHMAN, Gilberto**. A I Conferência Nacional de Saúde:** reformas, políticas e saúde pública em debate no estado Novo. In: GOMES, Ângela de Castro (Organizadora). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 173-194.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 25 ed. São Paulo: GRAAL, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

GASPARINI, Savino**. A cadeira de higiene nos ginásios.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [1ª série -1939]. 2ª ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945, p. 1945, p.43-46.

GASPARINI, Savino. **Eficiência na escola.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [1ª série -1939]. 2ª ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945a, p. 54-58.

GASPARINI, Savino. **Direitos da criança.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [2ª série -1940]. 2º ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945b, p.12-14.

GASPARINI, Savino. **Foot-ball e saúde.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [2ª série -1940]. 2ª ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1945b, p. 35-37.

GASPARINI, Savino. **O problema dos repetentes nas escolas públicas.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.31-33.

GASPARINI, Savino. **Instrução - Educação - Saúde.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.80-83.

GASPARINI, Savino. **Escola antiga e escola moderna**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.88-91.

GASPARINI, Savino. **Classificação antropológica dos escolares.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Palestras de Higiene na Rádio Tupi. [3ª série -1941]. Rio de Janeiro: s/ed., 1945c, p.101-104.

GONÇALVES, Assis da Silva; MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura**. Entre o laboratório de antropometria e a escola:** a antropologia física de José Bastos de Ávila nas décadas de 1920 e 1930. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 671-686, set.-dez. 2012. Disponível em:https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/MNHFQGWjCFPDb4HJGsYjmdN/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 25 jun. 2022.

HOCHMAN, Gilberto. **A saúde pública em tempos de Capanema:** continuidades e inovações. In: BOMENY, Helena (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista- SP, Ed. Universidade de São Francisco, 2001, p.127-151.

JAMBEIRO, Othon; et al. (Orgs.). **Tempos de Vargas.** O rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004.

MEDITSCH, Eduardo B.V. **O Rádio na Era da Informação**. Coimbra: Editora Minerva, 1999.

PANDOLFI, Dulce (Organizadora). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. **A narrativa da ordem na voz da multidão**: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado em História, USP, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010 130259/publico/MELINA_MIRANDA_PARDINI.pdf Acesso em: 10 de jun. 2022.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida**: de Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SOUZA, Érica Mello de. **Educação sanitária**: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940). Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/19769/123.pdf;jsessionid=48B4DFD9335947527DA9E4083F80EA5D?sequence=2 Acesso em: 05 jun. 2022.

STEPHANOU, Maria. **Discursos médicos, educação e ciência:** escolas e escolares sob exame**.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 33-64, 2006.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou**: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil. 2ª ed. Ed. Harbra, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. Volume II. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 2007, p.146-179.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. **A educação sob medida**. Os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945). Maringá: Ed. UEM, 2009.

Recebido em 05 de novembro de 2022.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A HISTÓRIA DO CULTIVO DO ARROZ DE SEQUEIRO EM PORANGATU (GO):
Uma análise da modernização da agricultura brasileira (1960-1980)

THE HISTORY OF UPRIED RICE CULTIVATION IN PORANGATU (GO):
An analysis of the modernization of Brazilian agriculture (1960-1980)

MÁRCIA INÊS FLORIN COSTA[1]

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo examinar a história do cultivo do arroz de sequeiro (Oryza sativa L.) em Porangatu, Goiás. Esse tema está diretamente ligado à abertura de novas fronteiras e à modernização da agricultura no projeto de desenvolvimento econômico acelerado, promovido pelo Governo Federal nas décadas de 1960 a 1980, na microrregião Alto Tocantins. Durante esse período, os agricultores enfrentaram desafios decorrentes do solo, clima, estrutura local incipiente e pouco conhecimento da região ocupada, já que a maioria deles era migrante. No entanto, com o apoio do Banco do Brasil e, posteriormente, com a chegada da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), eles receberam orientações especializadas de engenheiros e técnicos agrícolas para obter melhores resultados na prática da orizicultura. Metodologicamente, a pesquisa se baseou na análise de documentação e em relatos orais com agricultores, agrônomos e técnicos agrícolas para examinar o percurso histórico do arroz de sequeiro em Goiás, relacionando-o com o processo de modernização da agricultura brasileira.
Palavras-chave: História da Agricultura. Arroz de sequeiro. Porangatu. Modernização. Cerrado.

ABSTRACT

The research aims to examine the history of upland rice (Oryza sativa L.) cultivation in Porangatu, Goiás. This theme is directly linked to the opening of new frontiers and the modernization of agriculture in the project of accelerated economic development, promoted by the Federal Government in the decades from 1960 to 1980, in the Alto Tocantins microregion. During this period, farmers faced challenges arising from the soil, climate, incipient local structure and little knowledge of the occupied region, since most of them were migrants. However, with the support of Banco do Brasil and, later, with the arrival of the Technical Assistance and Rural Extension Company (Emater), they received specialized

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio-Ambiente na UniEvangélica. *E-mail*: ciaflorim@hotmail.com.

guidance from engineers and agricultural technicians to obtain better results in the practice of rice cultivation. Methodologically, the research was based on document analysis and oral reports with farmers, agronomists and agricultural technicians to examine the historical path of upland rice in Goiás, relating it to the process of modernization of Brazilian agriculture.
Keywords: Agriculture History. Upland rice. Porangatu. Modernization. Thick.

INTRODUÇÃO

De acordo com Bloch (2001, p. 55 e 67), a História tem como objeto de estudo o homem e sua evolução ao longo do tempo. Ela é uma ciência híbrida que integra contribuições de diversas áreas do conhecimento, incluindo a História Ambiental, que se dedica a analisar as interações entre os sistemas sociais e naturais. Essas interações refletem aspectos culturais profundos, desenvolvidos desde os primórdios das civilizações e intrinsecamente associados às interações com o meio ambiente. Historicamente, esses conhecimentos e técnicas de produção são transmitidos de geração em geração e deixam rastros na natureza.

É crucial destacar que o homem é parte da natureza e depende dela. Portanto, a história do homem é também a história do solo, relevo, clima, hidrografia, fauna e flora de uma região ou localidade. Lucien Febvre (1950) afirmava que "a história é o homem", enquanto Fernand Braudel argumentava que "a história é o homem e tudo mais". Seguindo essa linha de pensamento, Worster (1991) enfatiza a importância de entender como os seres humanos foram afetados pelo ambiente natural ao longo do tempo e como eles, por sua vez, afetaram o ambiente e quais resultados foram obtidos.

A História é uma ciência que estuda os homens e sua evolução no tempo, mas também é uma ciência que estuda a interação dos seres humanos com o meio ambiente. A História Ambiental é uma subárea da História que tem ganhado cada vez mais relevância na análise das questões humanas e das relações sociais, pois essas refletem aspectos culturais profundos desenvolvidos ao longo da história das civilizações e estão intimamente ligadas às interações com o meio ambiente.

Desse modo, o presente estudo volta-se para o homem, para relação do

homem com a natureza, em especial sua relação com o Cerrado no recorte temporal de 1960 a 1980, período de abertura da fronteira agrícola rumo ao Norte do país, denominada Microrregião Alto Tocantins, área com vegetação nativa tipicamente de Cerrado. Nesse período, os agricultores enfrentaram inúmeros desafios decorrentes do solo, clima, estrutura local incipiente e pouco conhecimento da região ocupada, pois a maioria deles era migrante, os quais, com apoio do Banco do Brasil e posteriormente com a chegada da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) desbravaram a área de estudo. Estes, receberam orientações especializadas de engenheiros e técnicos agrícolas para alcance de resultados na prática da orizicultura. Foram atraídos para a área de estudo pelos baixos preços das terras e pelo apoio financeiro de programas como PROTERRA e PROAGRO, recebendo orientações técnicas da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O solo ácido do Cerrado na Microrregião Alto Tocantins, caracterizado pela presença de alumínio tóxico e pela escassez de nutrientes em sua composição, era considerado impróprio para a agricultura. No entanto, a partir da década de 1960, os paradigmas em torno do bioma foram rompidos devido aos pressupostos da revolução verde, o que resultou em um movimento de ocupação das terras através da agricultura. Como parte desse processo, foi introduzido o cultivo de arroz de sequeiro (Oryza sativa L.) como uma cultura viável e tolerante ao solo de baixa fertilidade da região.

Isto posto, é preciso considerar que, no período do Holoceno[2], o Cerrado possuía a paisagem e o clima dos chapadões centrais do Brasil, sendo semelhantes aos padrões atuais, apresentando uma fitofisionomia típica do que hoje consideramos como o bioma Cerrado, com o mesmo padrão climático tropical sazonal (BARBOSA, 2002). Porém, a partir do processo de trocas culturais em torno de cinco séculos de colonização e da expansão das fronteiras europeias sobre o novo mundo (HOLANDA, 2010), os recursos naturais do Cerrado passaram a ser cobiçados e explorados em larga escala[3]. Esta área

[2] Período que se estende de 12 a 10 mil anos atrás até a contemporaneidade.
[3] Sandro *Dutra e Silva,* No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017).

tornou-se preciosa para a produção de *commodities*. O valor ambiental desse ecossistema configurou-se como algo com utilidade comercial. De uma cultura tradicional existente, com plantações de arroz em roças de toco, passou-se para a produção em larga escala deste produto, o que afetou diretamente o ecossistema e o homem, dilacerando a relação existente entre ambos em prol do crescimento econômico, do capitalismo e do desenvolvimento da nação.

A expansão do arroz em terras porangatuenses[4] e no território goiano, contudo, condicionaram o desenvolvimento da agropecuária, tornando-os importantes celeiros agrícolas e pecuários. Isso contribuiu para o desenvolvimento local, a manutenção do poder no regime militar e para o latifúndio, criando importantes divisas e redesenhando a configuração espacial de pequenas cidades goianas através do capital estatal.

Segundo Drummond *et al.*[5], a "fronteira" diz respeito ao espaço, isto é, à ocupação de uma terra livre – ou considerada livre –, em processo colonização. A microrregião oferecia condições necessárias para a implantação de um projeto agrícola. Porangatu, nesse sentido, oferecia todas as estruturas para a implantação do projeto governamental.

Essa reconfiguração da microrregião foi possível com a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), um projeto criado durante o governo presidencial do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) tendo continuidade até 1979, tinha por principal objetivo a ocupação de terras na região Amazônica por meio da imigração de contingentes populacionais. Destinou recursos para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), em 1971, atraindo migrantes de várias regiões do país, possibilitando acesso a recursos bancários, para a aquisição de terras, o desmatamento, compra de maquinários e a assistência técnica para o plantio de arroz. Esse projeto fazia parte do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER), de 1971. Houve parcerias de representantes políticos locais e regionais, com abertura e melhoria de estradas, pontes e armazéns para receber

[4] O município de Porangatu é evidenciado no estudo porque investiu na rizicultura por duas décadas, ganhando destaque nacional na produtividade de arroz.
[5] José Augusto Drummond, José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva (2011).

a produção.

Como o clima local no período investigado era favorável, a rizicultura se adaptou ao solo e conseguiu produtividade significativa em 1982, tornando-se destaque nacional. O arroz é um gênero alimentício de primeira necessidade, responsável pela dieta alimentar de mais da metade da humanidade. Segundo Carney (2017), essa cultura foi introduzida no Brasil desde 1500. Espalhou-se por todo litoral brasileiro e, através das bandeiras, no final do século XVI e XVII, adentrou o sertão goiano, fazendo parte da cultura da população sertaneja desta região. Em 1960, era uma importante cultura em Goiás, principalmente na região sul do estado. Com a crise agrícola no sul de Goiás e com os fomentos agrícolas voltados para o Norte, esta área passou a ser procurada também e a rizicultura cobriu o Cerrado como um todo. Nesse sentido, objetiva-se conhecer a importância do município de Porangatu na produção do arroz de sequeiro durante as duas décadas (1960-1980), a produtividade alcançada, a área cultivada e como os fomentos e a modernização da agricultura transformaram o município, tornando-o destaque nacional na produção de grãos, inserindo-o na dinâmica produtiva nacional.

Ressalta-se que o processo de desenvolvimento local extrínseco deixou marcas intrínsecas e contribuiu com mudanças climáticas, desequilíbrio ecológico, degradação ambiental em níveis local, regional e global. Trata-se, segundo Dutra e Silva[6], que o Cerrado é considerado um sistema biogeográfico que vem sendo afetado pela ação humana, perdendo, de forma avassaladora, as paisagens naturais. Segundo o mesmo autor, houve introdução de espécies exóticas, como gramíneas africanas, e cultivares valorizados no mercado global de alimentos e energia, os quais passaram a dominar as paisagens do Brasil Central e colocaram esse ecossistema em risco de extinção.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo foi denominada, até os anos de 1980, como Microrregião Alto Tocantins, composta por 13 municípios, situando-se a noroeste de Goiás, com área total de aproximadamente 30.613,873 km^2. Porangatu,

[6] Dutra e Silva, op. cit.

município próximos à linha do Paralelo 13 S, nas décadas de 1960 a 1980, tinha 7.709 km², sendo formado pelos distritos de Bonópolis, Cruzeiro do Norte, Novo Planalto, Boa Vista, Araras, Serrinha, Capelinha, Santa Luzia, Matão, Estreito, Linda Vista, Santa Cruz, Grupelândia, Monjolo, Entroncamento de São Miguel do Araguaia, Santa Cruz, Cabeceira Verde, Livramento e Santa Elza. A população total estimada era de cerca de 35.014 habitantes[7]. Até a década de 1980, Novo Planalto e Bonópolis pertenciam a Porangatu, como mostra o Quadro 01.

Quadro 01 - A lei de emancipação e a área dos municípios de Porangatu, Bonópolis e Novo Planalto.

Município	**Lei de emancipação**	**Área**
Porangatu	Lei estadual n.º 4.896, de 13 de novembro de 1963.	4.839 km²
Bonópolis	Lei estadual nº 12.800, de 27 de dezembro de 1995, desmembrando-o de Porangatu.	1.628 km²
Novo Planalto	Lei estadual n.º 10.415, de 01 de janeiro de 1988[8], desmembrando-o de São Miguel do Araguaia.	1.242,964 km²

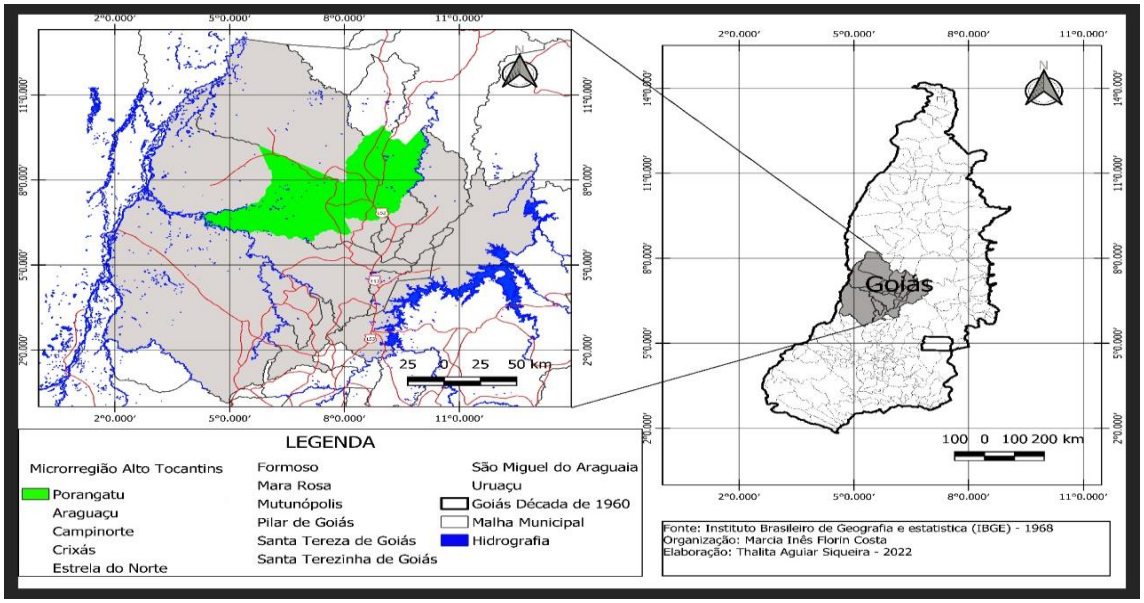
Fonte: IBGE (1981).

Até 1980, Porangatu teve como principal produto agrícola o arroz de sequeiro, a atividade que transformou toda a dinâmica local. A Figura 01 mostra como a área de estudo se apresentava até 1980, evidenciando os municípios circunvizinhos e sua localização no estado.

[7] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sinopse preliminar do Censo demográfico: Goiás (Rio de Janeiro: IBGE, 1981). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n24_go.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

[8] Esse dado foi alterado, pois o município de Novo Planalto passou a integrar a Região do Vale do Araguaia para compor a nova divisão de microrregiões segundo dados do IBGE após a Constituição de 1988. Mas, anterior a era distrito de Porangatu – GO.

Figura 01 - Configuração geopolítica de Porangatu, Goiás, na década de 1960.



Fonte: IBGE (1968).

Porangatu possuía grande quantidade de terras devolutas e se localizava as margens da BR-153, ou rodovia Belém Brasília, como era denominada na época. O bioma que cobria as terras era Cerrado, influenciado por vários fatores, como clima, solo e relevo. Segundo a classificação de Köppen, o município apresenta clima Aw, tropical de Savana, megatérmico[9]. O regime pluvial é bem definido, apresentando período chuvoso de outubro a abril e seco de maio a setembro. A precipitação pluvial anual nesse sítio apresenta, em média, valor de 1.684,8 mm.

Na composição dos solos, segundo dados da Secretaria Municipal de Governança, Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO)[10], há predomínio de argissolos (ao Sul) e latossolos distróficos (ao Norte) como grupos pedológicos principais; e as superfícies de aplainamento de fraca (Norte) a média

[9] Luís Fernando Stone, Características climáticas e atributos dos solos dos sítios de fenotipagem para tolerância à seca da Embrapa Arroz e Feijão, em Goiás (Santo Antônio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão, 2006). Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPAF/25515/1/doc_199.pdf. Acesso em: 3 de janeiro de 2016.

[10] Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento (SEGPLAN-GO), "Aspectos físicos de Goiás: clima", 2011. Disponível em: https://senadorcanedo.go.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-governanca-e-planejamento-segplan/. Acesso em: 03 de janeiro de 2016.

dissecação (sul) demonstram que o território do município não é homogêneo. Há presença de planícies, morros e colinas braquianticlinais, com forte controle estrutural[11]. Em abrangência de área, Garção e Souza (2017, p. 164) apontam que 47,26% do relevo em Porangatu são suavemente ondulado, 28,45% do território plano, 21,07% ondulado, e 2,94%, fortemente ondulado.

Para Ribeiro e Walter (2015), a cobertura vegetal da região se subdivide em Savana Arbórea Aberta (Cerrado) e Savana Arbórea Densa (Cerradão), com ocorrência de faixas de transição entre Cerrado e Floresta Bastante Fragmentada. Estudos citam fatores ambientais que podem influenciar na distribuição fitofisionômica e florística do Cerrado, compreendendo regime de fogo, clima, tipo de solo (fertilidade e drenagem), relevo, herbivoria, flutuações climáticas do Quaternário e distúrbios antrópicos (OLIVEIRA-FILHO & RATTER 2002).

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e recorreu a três procedimentos metodológicos: 1) pesquisa bibliográfica; 2) pesquisa documental; e 3) coleta de relatos orais. A coleta documental foi realizada por meio de pesquisa nos jornais O Popular, Porangatuense e Opção, além de documentos oficiais sobre as políticas nacionais do período de 1960 a 1980 e de arquivos da Embrapa Arroz de Porangatu.

A coleta de relatos orais foi realizada tendo como eixo norteador: a) o processo migratório para Porangatu; b) as políticas nacionais, estaduais e locais implantadas (1960 a 1980); c) a atividade agrícola no Cerrado; d) as atividades agrícolas dos profissionais da Emater; e) o plantio do arroz de sequeiro em Porangatu; e f) a importância dessa atividade para os agricultores e para o município. Para efeito de análise, as sínteses das discussões foram complementadas com transcrição de trechos de depoimentos dos participantes da pesquisa.

Com objetivo de resguardar as identidades dos entrevistados, os

[11] Edgardo Manuel Latrubesse, Thiago Morato de Carvalho, Geomorfologia do estado de Goiás e Distrito Federal (Goiânia: Secretaria de Indústria e Comércio, 2006).

agricultores foram denominados pela letra P, acrescida do número do pesquisado (P01, por exemplo). Já os engenheiros e técnicos agrícolas, foram denominados pela letra P, um número e outra letra maiúscula do alfabeto (P 01A, P 02B etc.). Foram entrevistados 63 agricultores, entre os quais 30 são de Porangatu. Quanto aos profissionais que atuaram na área, foram entrevistados quatro profissionais, entre eles três engenheiros agrônomos e um técnico agrícola do município em questão.

Os relatos foram realizados entre 18/12/2020 e 03/11/2021, divididos em dois grupos: o primeiro foi o de agricultores e suas famílias, com coleta de dados e da opinião de cada um sobre a atividade desenvolvida, as questões culturais, a política, bem como a conjuntura social e ambiental; o segundo foi formado por engenheiros e técnicos agrônomos vinculados à Emater-GO e que deram suporte para os agricultores. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, com o parecer de nº 4.406.757.

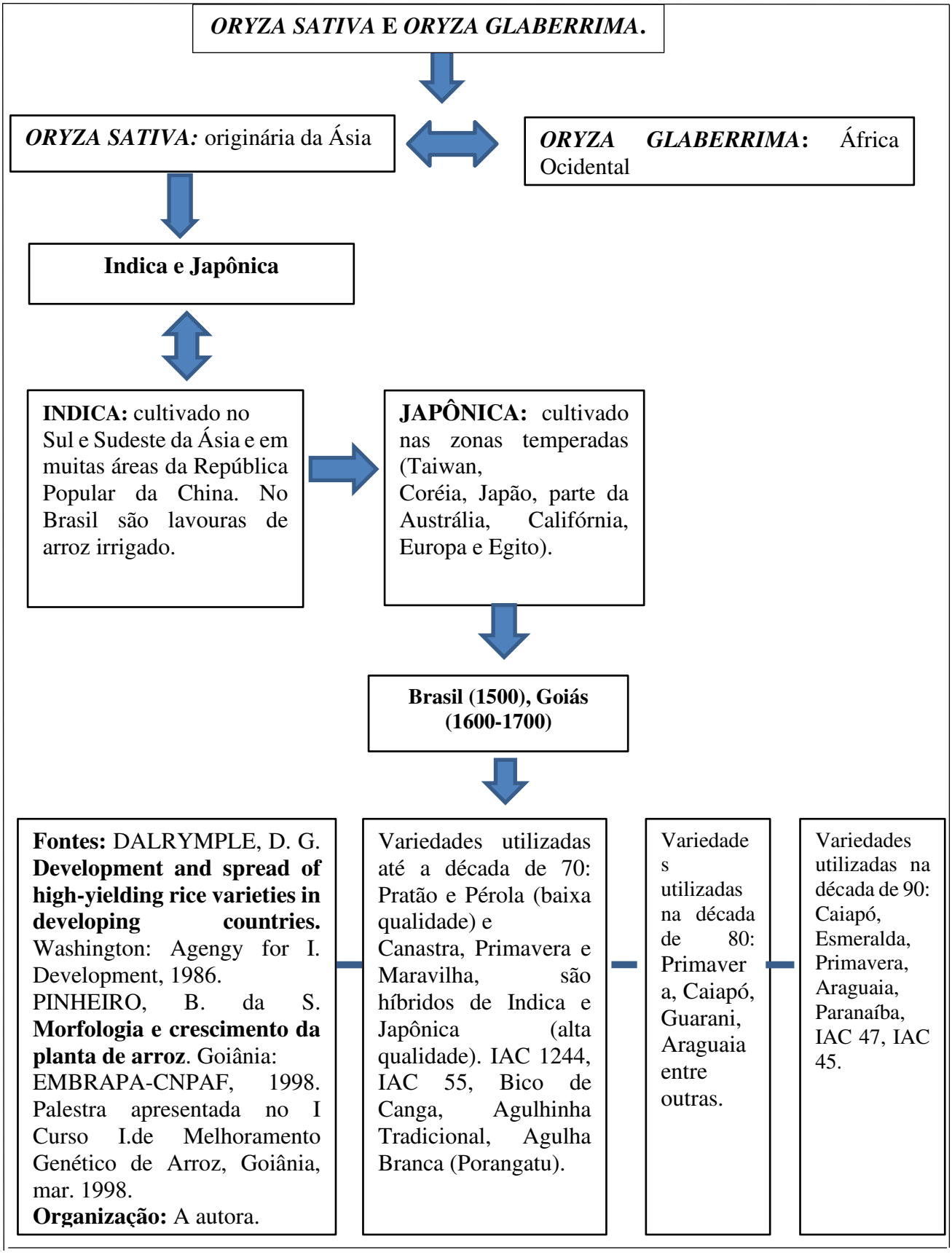
3. A EVOLUÇÃO DA RIZICULTURA NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo Rohde (1995), não se conhece perfeitamente a origem do arroz, mas se presume que seu cultivo tenha começado com as mais primitivas formas agrícolas asiáticas, por volta de 8000 a. C. Supõe-se que tenha surgido no sudoeste asiático, como no sul da China, na Indochina, na Indonésia e na Índia.

Por volta de 2800 a. C., o arroz era a planta sagrada do imperador da China[12]. Existem duas espécies cultivadas: *Oryza sativa* e *Oryza glaberrima*. A primeira espécie é originária da Ásia e a segunda é cultivada na África Ocidental, sendo substituída pelo arroz asiático paulatinamente. Com a evolução e a domesticação da espécie, de *Oryza sativa* surgiram inúmeras subespécies, destacando-se a índica e japônica. A Figura 02 apresenta um diagrama com a síntese das informações referentes à origem do arroz de sequeiro.

[12] Jean-Louis Flandrin, Massimo Montanari, História da alimentação (São Paulo: Estação Liberdade, 1998).

ORIGEM DO ARROZ DE SEQUEIRO NO MUNDO



No Brasil, a espécie indicada é a variedade de arroz utilizada em lavouras irrigadas e a japônica é a utilizada em terras altas ou de sequeiro, no caso, em áreas de Cerrado. Contudo, retornando à história do arroz, no Império Romano, este produto possuía um preço elevadíssimo, sendo, portanto, um alimento reservado à elite da sociedade. A expansão da cultura se deu por iniciativa de comerciantes e navegadores árabes, que a introduziram no Egito. Do século VIII ao século X, a cultura foi introduzida também na costa oriental da África.

Rohde[13] afirma que, em Portugal, no reinado de D. Diniz (1279-1325), já existiam arrozais. Logo, estima-se que o arroz veio provavelmente para o Brasil a partir de Cabo Verde (África). Aqui, esse cereal foi introduzido pela frota de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Por volta de 1530, seu cultivo apareceu na Capitania de São Vicente, espalhando-se depois por todo o litoral brasileiro. Através do movimento das bandeiras no interior de Goiás, nos séculos XVI e XVII, em busca de riquezas minerais, presume-se que houve disseminação de sementes, entre elas a de arroz[14] no interior do estado, favorecendo o aparecimento de pequenas lavouras para a subsistência da população local. Assim, este tipo de plantação prevaleceu durante os séculos XVIII, XIX e XX.

Em 1970, o estado do Maranhão figurava como grande produtor de arroz. Em 1980, Goiás foi destaque nacional em relação à produção de arroz de sequeiro (*Oryza sativa L.*), através de programas governamentais como o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Atualmente, o estado do Rio Grande do Sul desponta na produção desse grão, sendo um dos cereais mais produzidos e consumidos no mundo, caracterizando-se como o principal alimento de mais da metade da população global. A produção mundial do grão estimada é de mais de 606 milhões de toneladas[15], sendo que mais de 13.140.900 t são oriundos do Brasil (2,17%), que

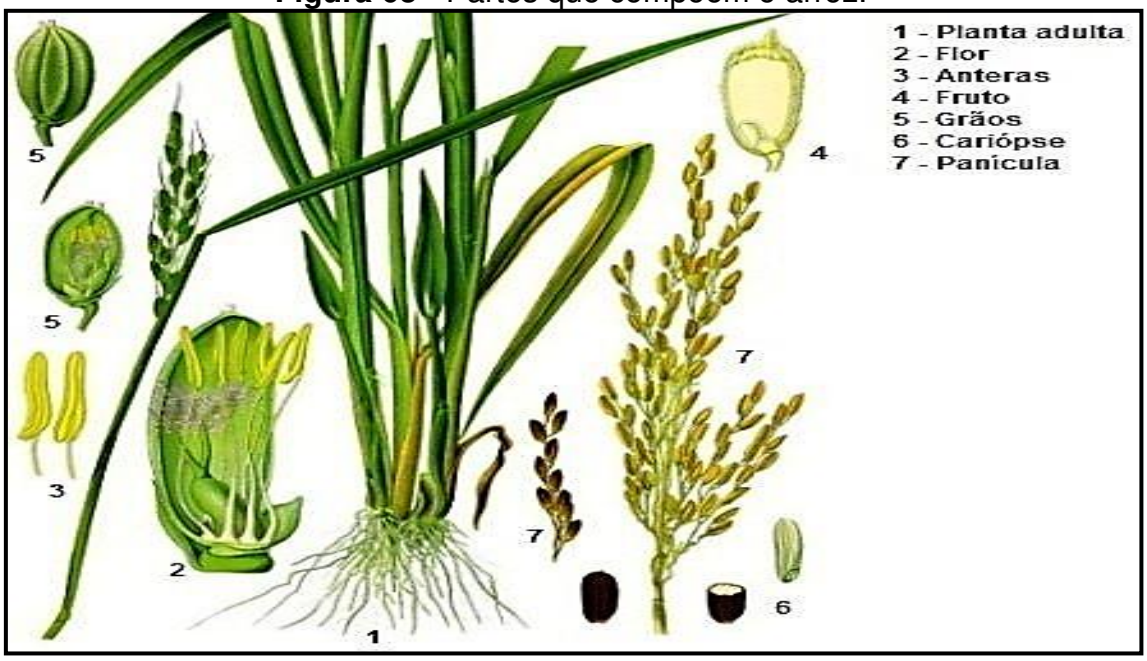
[13] Geraldo Mário Rohde, op. cit.
[14] Idem.
[15] Site: https://www.ufrgs.br/alimentus1/terradearroz/grao/gr_apresenta.htm. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

se destaca como único país não asiático entre os dez maiores produtores[16]. Em 2020, estimou-se produção anual de 10.500.000 t[17].

4. CARACTERÍSTICAS E PROPRIEDADES QUÍMICAS DO ARROZ

O arroz é uma planta da família das gramíneas, considerado uma monocotiledônea, da família das Poaceae. Como tal, caracteriza-se por possuir caules ocos, flores reduzidas, de cor verde, e aquênios especializados, ou cariopses, como frutos[18]. São constituídos por raiz, folha, caule, panícula (inflorescência) e grão. Verificando-se as partes que compõem o arroz, na Figura 03, fica claro como é a sua composição.

Figura 03 - Partes que compõem o arroz.



Fonte: José Luis da Silva Nunes, Características do arroz, Agrolink. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/informacoes/caracteristicas_361559.html. Acesso em 19/04/2021.

O arroz possui inúmeros valores nutricionais. Segundo Storck (2004), é constituído, principalmente, por carboidratos, possuindo, ainda, proteínas, lipídios, vitaminas e minerais. A proporção dos nutrientes no grão é influenciada

[16] Food and Agriculture Organization (FAO), op. cit., p. 17.
[17] Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Acompanhamento de safra brasileira de grãos, Safra 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos. Acesso em: 22 out. 2020.
[18] EMBRAPA/CNPAF, Embrapa Arroz e feijão (Goiânia, 2010).

por variação genotípica, condições do clima, uso de fertilizantes, qualidade do solo, processamento/beneficiamento, armazenamento e cozimento. O tipo parboilizado, passa por processo hidrotérmico (antes de ser descascado, é introduzido em água a 58 ºC), e o integral, que é o mais rico em nutrientes. O Quadro 2 ilustra a composição média deste cereal em suas formas integral, branco e parboilizado.

Quadro 2 - Composição centesimal (% em matéria seca) média no arroz integral, branco e parboilizado.

Constituinte	**Arroz integral**	**Arroz branco polido**	**Arroz parboilizado polido**
Amido total	74,12	87,58	85,08
Proteínas (N x 5,95)	10,46	8,94	9,44
Lipídios	2,52	0,36	0,69
Cinzas	1,15	0,30	0,67
Fibra total	11,76	2,87	4,17
Fibra insolúvel	8,93	1,05	1,63
Fibra solúvel	2,82	1,82	2,82

Fonte: adaptado segundo dados de Cátia Regina Storck, 2004.

Além de proteína, lipídios e fibras, este cereal possui vitaminas, como tiamina (B1), riboflavina (B2) e niacina (B3). É importante ressaltar que, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, cerca de 95% da população consome arroz uma vez ao dia, sendo este uma excelente fonte de energia e desempenhando papel estratégico em níveis econômico e social[19]. A preferência nacional de consumo é pelo tipo longo, fino, conhecido popularmente como “arroz agulhinha”.

Após evidenciar a importância do arroz na alimentação das pessoas pelo mundo todo, principalmente no Brasil, este estudo faz parte da Tese de

[19] Melissa Walter, Enio Marchezan, Luis Antonio de Avila, Arroz: composição e características nutricionais, Ciência Rural 38, 4 (ago. 2008): 1184-1192.

Doutorado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (UniEvangélica - Anápolis, GO) com o tema "O cultivo do arroz de sequeiro na Microrregião Alto Tocantins, Goiás, nas décadas de 60 a 80: resgate de memórias"[20] e mostrar que a microrregião, com ênfase para Porangatu, participou da mudança ou ruptura de um modelo agrícola tradicional para a implantação de uma agricultura moderna, objetivando crescimento econômico, desenvolvimento e produtividade no Cerrado.

5. O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORANGATU

O município de Porangatu participou ativamente do projeto desenvolvimentista empreendido a partir da década de 1960 e implantado na década de 1970. Porém, no contexto histórico, até os séculos XVI e XVII, a localidade tinha como primeiros habitantes os índios Avá-Canoeiros. Com a introdução do movimento das bandeiras, surgiu o Arraial do Descoberto, ou Descoberto da Piedade, que fez parte do território explorado pela bandeira de Amaro Leite e ficou conhecido como Sertão de Amaro Leite, com bandeirantes paulistas e padres jesuítas, que, para expandir a fé católica, passaram a viver na região. Através desse movimento, muitos brancos e escravos fixaram-se na região. Com eles, práticas agrícolas rudimentares foram desenvolvidas para a subsistência. As tradicionais roças de toco (derrubada, queima e plantio de arroz por meio do uso de tocos de árvores) fizeram parte desse contexto.

Assim, os sertanejos (goianos, filhos da terra) cultivavam pequenas lavouras de arroz de sequeiro (*Oryza sativa L.*). Através dessa prática agrícola, muitos aspectos culturais do município se desenvolveram associados com a vegetação. As variedades de sementes de arroz utilizadas pelos sertanejos eram Bico de Canga, Douradão Precoce e Agulha Branca (até 1960).

Já, o Arraial do Descoberto surgiu por volta de 1750, época da corrida do ouro na região central do Brasil Colônia. Como os veios auríferos foram esgotados rapidamente, tornou-se um pequeno arraial localizado em uma área

[20] Tema de tese de doutorado desenvolvida na área de Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEVANGÉLICA, apresentada no ano de 2023.

muito distante de Vila Boa, a primeira vila expressiva da capitania, cercada pela presença dos índios Carijó ou Canoeiro, como afirma (Cunha Mattos, 1875). Na Guerra do Paraguai, em 1865, muitos imigrantes, oriundos de diversas regiões do país, refugiaram-se no local. Em 1891, o Descoberto era chamado de Distrito do Descoberto, município de Pilar, que, por sua vez, era comarca de São José do Tocantins (Niquelândia). Segundo relatos do Correio Porangatuense[21]:

> [a] principal riqueza do município é o gado *vacum*, que apresenta belos typos, sendo fazendas com sua maior parte em terras devolutas. Fazenda Pindobeira, "Descoberto do Dunga", e finalmente Porangatu [,] palavra tupi que significa por (bela) Angatu (paisagem), foram alguns dos nomes desta cidade. O atual nome foi aprovado pela Lei nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, data em que passou a município o povoado Descoberto.

Em 1911, o distrito com a denominação de Descoberto agregou-se a Pilar. Pelo Decreto Estadual nº 1.204, de 4 de julho de 1931, desmembraram-se do município de Pilar os distritos de Santana, Amaro Leite e Descoberto, para formarem o novo município de Santana. Em 1952, o Descoberto foi emancipado e recebeu o nome de Porangatu (que, em tupi, significa "paisagem bela"), herança das tribos indígenas que habitavam a região, mas foram expulsos após a ocupação dos europeus. Porangatu passou por profundas transformações no decorrer do tempo; os migrantes que chegavam ao município, *a priori*, visavam à exploração dos recursos naturais presentes na região.

Outras mudanças ocorreram, pois o regime militar impulsionava-as. Observa-se que, com a construção da rodovia BR-153, na década de 1960, mudanças substanciais ocorreram no município. Em 1962, instalou-se o Banco do Brasil. Com isso, o município se reconfigurou e passou a receber inúmeras representações de empresas do setor agrícola, que atuariam em conjunto com os agricultores. Esse contexto de transformações perdurou até o final da década de 1980.

6. PARTICIPAÇÃO DE PORANGATU NA ABERTURA E NA CONSOLIDAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

[21] Correio Porangatuense, Histórias Sangrentas: a ferocidade dos índios Canoeiros, 9 a 22 de setembro de 1979, p.9.

Até 1950, Goiás era uma grande extensão de terras ociosas e não existia técnica especial para o trabalho no campo. O sistema que prevalecia era rudimentar, usando-se machado, enxada e foice para o trabalho de abertura de terras (P 05E). Faziam-se pequenas lavouras, usadas apenas para a subsistência das famílias[22], e a maioria da população era rural.

A partir de 1960, através de políticas agrícolas voltadas para o Centro-Oeste, mudanças de paradigmas em torno da concepção de terras de Cerrado, de produtividade e de crescimento econômico ocorreram e, para Campos (1985), houve a "pecuarização da lavoura", aspecto que tinha como justificativas: a) ser a lavoura, especialmente a do arroz, uma cultura de desbravamento utilizada para completar o processo de limpeza do terreno recentemente desbravado; b) haver mais financiamento destinado à agricultura do que à pecuária.

Na década de 1960, a pecuarização da lavora se intensificou na região. Estima-se que, em toda a região e em torno do município de Porangatu, até a década de 1970, "tinham apenas 03 tratores que eram utilizados para realizarem serviços nas fazendas, mas não especificamente trabalharem com agricultura" (P 01 A).

Com a abertura da fronteira agrícola voltada para a área de estudo, Porangatu passou a receber benefícios e a se estruturar para fomentar a atividade. A população sertaneja (goianos, filhos da terra) que residiam no município não demonstravam interesse no novo modelo de trabalho. Os migrantes, venderam suas terras em sua região de origem por preços altos, adquiriam terras com baixo preço e Porangatu passou a estimular o comércio de terras, como relata P 23: "vendeu 50 hectares no Rio Grande do Sul e comprou 180 alqueires em Porangatu". A diferença de preços da terra de uma região a outra do país ocorria pela qualidade das terras do centro-oeste (ácidas, pobre em nutrientes) e por serem terras brutas, precisando ser desmatadas, trabalhadas para produzirem. Por outro lado, os sertanejos foram atraídos pela oferta de dinheiro em troca de suas propriedades e as vendiam.

Para P 01A, o que ocorreu, nessa etapa de implantação do projeto

[22] As roças normalmente eram de arroz de sequeiro, milho, mandioca, entre outros vegetais.

desenvolvimentista, foi um processo denominado “compras de terras por oportunidade”, ou seja, pagava-se pouco por grandes quantidades de terra sem benfeitorias. Parecia um processo de comercialização bem aceito pela população sertaneja, pois estavam sendo atraída para as grandes cidades, como Goiânia, Brasília, suas cidades de origem que estavam em franco desenvolvimento. A maioria destes, chegando nos centros urbanos, formavam mão de obra assalariada, constituindo as periferias. Outros, muitas vezes vendiam as terras e não tinham para onde ir, formavam parte da sociedade excluída do processo econômico.

Os migrantes de várias regiões do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, entre outros estados) e do sul de Goiás (Jataí, Catalão, Itumbiara, Rio Verde, entre outros municípios) comprovadamente, foram atraídos para microrregião, influenciados pelos recursos governamentais e pelas terras com baixos preços em grande quantidade. Aproveitaram-se do momento econômico e adentraram no Cerrado. Um dos entrevistados relatou que, nesse modelo de comercialização de terras, “não havia pequenos proprietários de terra, mas [só] grandes proprietários” (P 26).

Outro detalhe a ser observado deve-se aos critérios ambientais. No ato do desmatamento das propriedades, não havia observância deste aspecto. A única orientação que prevalecia, a pedido de engenheiros agrônomos, era em relação aos pequizeiros:

> Eu era filho da terra, nascido na região. Como conhecia políticos e o governo estava interessado em quebrar o Cerrado, ajudei a implantar o GoiásRural, em meados de 1970, e esse programa. Foi tanta gente que pegou as máquinas pesadas e desmatou. Assistido pelo Governo Federal, continuei desmatando tudo, beira de córrego, não tinha esse negócio de reserva. Só pediam para não derrubar o pequi. Mas... Desmatei mais de 1.000 alqueires de uma só vez com essas máquinas. E fui derrubando cada vez mais para plantar arroz (P 33).

As mudanças ocorreram rapidamente no município. Em 1974/1975, exploraram áreas de Cerrado (savana arbórea aberta), expandindo a área agrícola. Para P 01A, somente no município de Porangatu, foram desmatados 300.000 hectares, o que equivale a 61.939 alqueires. Outros entrevistados também afirmam que

> [...] da safra de 1974/75, a cultura do arroz de sequeiro começou a deixar as áreas férteis, oriundas das derrubadas e roçadas (roça de toco) praticada pelos sertanejos, migrando para o bioma Cerrados, cujos solos eram predominantemente de baixa fertilidade, porém representavam mais de 80% da área plantada no norte de Goiás (P 01A, 03C, 07G).

Logo, Porangatu passou a atrair diferentes segmentos agrícolas, como representações de máquinas, sementes e insumos, isto é, atraiu uma rede de serviços para dar suporte ao agricultor, às suas terras e à produção do arroz de sequeiro.

> A região despontou na diversidade. Eram tantas inovações, indústrias que se instalaram para minérios e, de outro lado, a agricultura em plena atividade. Chegaram representações da Massey Fergson, New Holland, Walmet... oficinas e uma rede de representações de sementes especializadas e direcionadas para o plantio de arroz. Faziam dinheiro tanto os agricultores quanto a rede de serviços em torno deste (P 10 I).

A produtividade da região foi expressa na caracterização do município de Porangatu, que, possuía os principais armazéns, como a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO), o Arroz Brejeiro, a Unidade Convencional de Armazéns Gerais, uma Unidade Convencional da Carpol de Porangatu; em Itumbiara foi aberto a Cagigo (indústria de beneficiamento de arroz para extração de óleo, em 1979), auxiliando no investimento em sementes melhoradas denominadas de Paranaíba, Douradão Precoce, IAC[23] 1244, IAC 5544, Cabaçu, Carajás e Caiapó. O resultado de investimento em pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) foi surpreendente a partir de 1980.

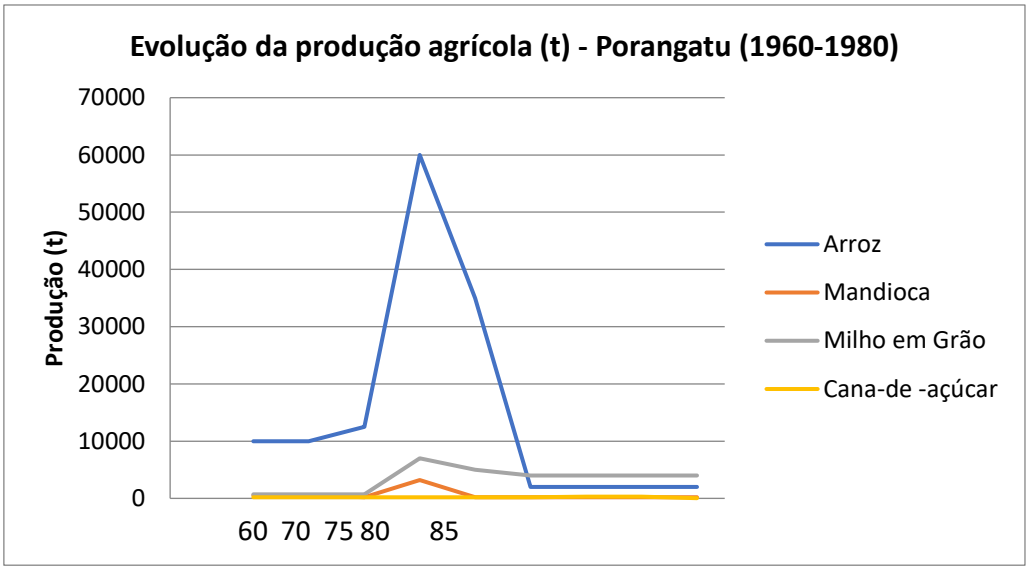
> O município cultivou em torno de 60.000 ha com arroz de sequeiro (1980 a 1986). [...]. A produtividade média de arroz de sequeiro na época era de 1.800 kg por ha. [...] A Emater prestava assistência técnica aos agricultores, orientava e disseminava técnicas inovadoras de produção, em cooperativas, associações, condomínio e rurais e conselhos de produtores, sindicatos rurais e outras formas organizacionais. O agricultor estava empenhado, envolvido na

[23] Instituto Agronômico de Campinas, São Paulo.

atividade (P 05 E).

A quantidade de arroz produzida no município superou outras culturas importantes. Os dados da produtividade agrícola do município de Porangatu foram mensurados no Gráfico 01.

Gráfico 01 - Evolução da produção agrícola em Porangatu, Goiás.



Fontes: IBGE: Censos Agropecuários (1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000); SEPLAN: Anuários Estatísticos do Estado de Goiás; Soares (2002); Silva *et al.(*2021); dados da pesquisa: 18/12/2020 a 03/11/2021.

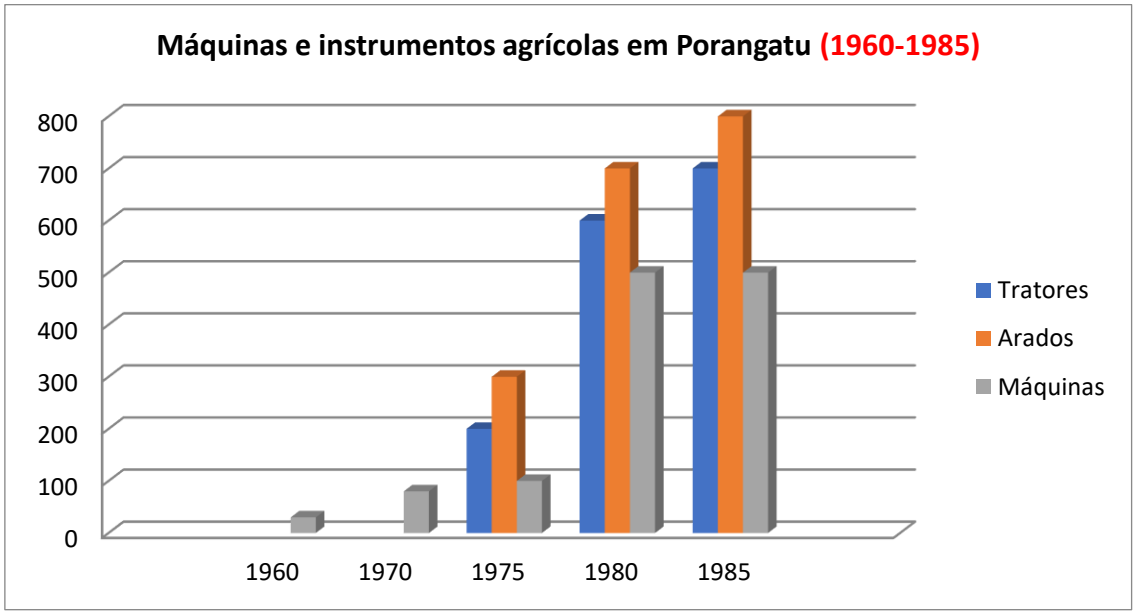
Foram tantos incrementos e investimentos na área agrícola que, em 1982, o município foi destaque nacional na produção de grãos:

> [...] nesse período, houve grande respaldo da agricultura, especialmente na produção de arroz de sequeiro, sendo o município de Porangatu um dos maiores produtores do país no ano de 1982. Neste mesmo município, pode-se indicar a mecanização, um dos índices de modernização, do campo através da evolução do número de tratores, que entre as décadas de 1970 a 1980 cresceu exponencialmente [...]"[24].

Como relatado, a modernização do campo foi fator primordial para alcance de índices de produtividade. O Gráfico 02 traz dados sobre o processo de mecanização da lavoura.

[24] Fernando Carlos Alves da Silva, Gustavo Henrique Mendonça, Divina Aparecida Leonel Lunas, Territorialização do agronegócio e as novas dinâmicas no sudoeste e norte de Goiás, Espacios 36, 13 (2015): 18.

Gráfico 02 - Máquinas e instrumentos agrícolas em Porangatu (1960-1985).



Fontes: IBGE: Censos Agropecuários (1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000); SEPLAN: Anuários Estatísticos do Estado de Goiás; Soares (2002); Silva (2021); dados da pesquisa: 18/12/2020 a 03/11/2021.

A Emater criou, em Porangatu, 20 grupos, com 219 produtores rurais, e cada um deles cultivava em média 3.520 hectares de arroz. A expectativa era de que nas próximas safras a produtividade dobrasse. E assim ocorreu por mais dois anos, ou seja, entre 1982 a 1984. A euforia e o empenho dos agricultores em torno da rizicultura estimularam o município a realizar a "Festa do Arroz", comemoração que teve início em 1982, numa tentativa de ser inserida no circuito nacional de festividades agrícolas. A festa envolvia toda a cidade, tendo como objetivo principal mostrar o potencial do município no que concerne à produtividade de arroz, premiando os maiores produtores e expondo as máquinas agrícolas presentes no município, ou seja, a modernização em torno da rizicultura.

> Além do desfile das máquinas agrícolas, do produto (arroz), a I Festa terá Corrida do Chapa, vaquejadas, prova do laço [...], catiras [...], corrida de cavalo, dentre outras competições. [...] Centenas de convites já foram distribuídos a diversas autoridades, Presidente da República, Ministro da Agricultura, Governador do Estado [...][25].

[25] Porangatuense. Festa do Arroz. Jornal de Porangatu, 05 a 19 de abril de 1982.

O grupo de produtores pretendia se reunir no evento para vender a produção com melhores preços, para adquirir insumos agrícolas e máquinas, reivindicar melhorias nas estradas e pontes para escoamento da safra, entre outros benefícios necessários para a continuidade da expansão agrícola. Na ocasião, participavam todos os segmentos da sociedade, inclusive escolas, comerciantes, agricultores, bancários e políticos de diferentes esferas governamentais. A Figura 04 evidencia matéria que retratou esse momento e ressaltou a continuidade das comemorações em torno da produtividade do arroz.

Figura 04 - Festa do Arroz em Porangatu.



Sucesso da I Festa do Arroz assegura a continuidade da promoção em Porangatu

Porangatu, que já realiza anualmente sua exposição agropecuária e um festival de música - o Festicampo - passa agora a figurar na relação das grandes promoções do Estado com a Festa do Arroz. Tanto o prefeito, Trajano Machado Gontijo Filho, como o presidente do Sindicato Rural, Luis Antônio de Carvalho, contando com a colaboração de empresários e proprietários rurais, além da cooperação da Emater e de toda a população, viram seus esforços compensados pelo grande êxito da I Festa do Arroz, que hoje se encerra naquela cidade. O sucesso da promoção foi tão estimulante que os seus organizadores não têm dúvidas quanto a sua repetição nos anos futuros, transferindo para Porangatu a primazia de realizar a Festa Anual do Arroz do Estado de Goiás.

Reportagem de LEVY LEÃO

Porangatu realizou com absoluto sucesso a sua I Festa do Arroz, anteontem e com encerramento previsto para hoje. A promoção do Sindicato Rural, da Prefeitura Municipal e contando ainda com a estreita colaboração da Emater, se transformou num acontecimento marcante em todo o Médio Norte goiano e se repetirá, conforme intenção de seus organizadores, nos anos seguintes, tendo em vista principalmente a intensa participação dos agricultores do município.

Além de desfiles, palestras técnicas e exposições, a I Festa do Arroz de Porangatu serviu para mostrar as potencialidades do município no setor agrícola. Como elemento cultural a exposição foi além das expectativas de seus organizadores, transformando-se naturalmente num verdadeiro centro de irradiação para toda a região do Médio Norte goiano.

GRANDE PRODUÇÃO JUSTIFICA A FESTA

A grande produção de arroz do município de Porangatu justifica plenamente a realização da festa. A tendência de ontem com diversas atrações para o público e hoje, durante o encerramento, haverá a entrega de troféus aos maiores produtores.

A Rainha do Arroz, aluna da Escola Porantécnica, foi apresentada ao público durante o desfile e sua escolha foi feita democraticamente entre as alunas dos colégios locais, por indicação dos próprios alunos.

DESFILE EMPOLGOU A GRANDE ASSISTÊNCIA

O desfile de máquinas, carros alegóricos e equipamentos diversos, acontecido na quinta-feira pela manhã, foi um dos acontecimentos mais aplaudidos da I Festa do Arroz. Passando pela Avenida Federal, numa extensão de três quilômetros, o desfile durou duas horas. E toda essa extensão, centenas de pessoas que aglomeravam para ver as novidades.

A abertura do desfile ficou a cargo do Tiro de Guerra 11304, com os soldados portando bandeiras e faixas, vindo logo a seguir um grupo de cavaleiros com uma faixa anunciando a abertura da I Festa do Arroz

Regina é nome de rainha.

e Sinval Leonardo de Abreu, considerados os maiores produtores do município.

CORAL E DISCURSOS NA FESTA DO ARROZ

Terminado o desfile houve concentração popular no Parque de Exposições "Hilton Monteiro da Rocha", durante a qual apresentou-se o Coral Vozes de Júbilo, da Igreja Assembléia de Deus de Porangatu, que entoou o hino da cidade. Também teve discursos, com as autoridades falando para a grande massa popular concentrada no local. Falou em primeiro lugar o deputado Sérgio Carado, que se congratulou com Porangatu pela "bela promoção que estamos assistindo, sem dúvida nenhuma um fato marcante na vida de toda esta região".

O prefeito Trajano Machado Gontijo Filho falando para o povo presente no parque de exposições, enalteceu a participação dos agricultores porangatuenses, "que atenderam ao chamamento do governo federal no sentido de aumentar a produção agrícola". Discursou em seguida o sr. Clemente Ba... que Neto e finalizando falou o

Fonte: Jornal Porangatuense. Festa do Arroz. Jornal de Porangatu, 05 a 19 de abril de 1982. Imagem cedida pela Emater de Porangatu, Goiás.

A "Festa do Arroz" perdurou por mais dois anos consecutivos. A partir de 1985, com a diminuição do crédito de financiamentos, alguns eventos estimularam migrações dos agricultores para novas fronteiras agrícolas no Norte e Nordeste do país, a exemplo do Projeto Formoso do Araguaia, a partir de 1979, bem como a expansão da agricultura na área de Cerrado denominada de Matopiba (área formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a partir de 1980, próxima à microrregião e ao município de Porangatu.

Os agricultores que permaneceram na área de estudo relataram que,

com as mudanças substanciais e rápidas na agricultura, foi intensificado o plantio de arroz consorciado com gramíneas, sistema denominado por eles de "barreirão" (P 03 C, 05E, 33, 45, 62). Destacaram também que "o arroz não necessitava de grandes quantidades de defensivos, era uma cultura de simples manejo e não gerava lucros para multinacionais, sendo retirado das *commodities*" (P 12, 23, 34, 01A, 6F). Assim, com o passar do tempo, a introdução de culturas mais rentáveis em nível financeiro, que necessitavam de maiores investimentos em defensivos agrícolas, passaram a ocupar o espaço anteriormente reservado ao arroz; depois a pecuária extensiva figurou neste papel.

Para Soares[26], entretanto, os principais motivos do declínio da atividade na região estiveram intimamente relacionados aos cortes substanciais nas linhas de financiamento para a rizicultura, o Programa de Seguros para a Agricultura (PROAGRO) – cuja finalidade era cobrir, através de indenização, os prejuízos relativos à perda da lavoura, caso ocorresse em razão de problemas decorrentes principalmente da instabilidade climática –, que foi extinto em 1982; também estavam relacionados, para este autor, ao custo da atividade agrícola, que era superior ao teto oferecido pelos bancos, tornando a atividade frágil para muitos produtores[27]; além de mudanças climáticas em níveis local, regional e mundial, entre outras razões.

Em suma, o desaparecimento da cultura de arroz no Centro-Oeste decorreu da forma como o governo federal conduziu a política agrícola no regime militar, com a abertura da fronteira, financiando o desmatamento do Cerrado e condicionando a implantação da monocultura, para posterior introdução de outras culturas mais rentáveis ou gramíneas exóticas, de origem africana, para formação de pastagens. O arroz, que fazia parte da cultura local, na forma de pequenas roças para subsistência dos sertanejos, desapareceu em sua totalidade e deixou um legado de abandono, desamparo e degradação ambiental.

[26] Walquíria dos Santos Soares, op. cit.
[27] Opção, Sucesso da I Festa do Arroz Assegura Continuidade da promoção em Porangatu, 03 de maio de 1982.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de desenvolvimento do Governo Federal nas décadas de 1960 a 1980 foram importantes para o Cerrado, em especial para a Microrregião Alto Tocantins, e consequentemente para o município de Porangatu, pois geraram divisas, inseriram áreas consideradas devolutas na agricultura e na pecuária e modernizaram o campo.

A modernização ocorrida na área de estudo foi, entretanto, imposta, com ações governamentais verticalizadas. Assim, muitas etapas do processo foram desconsideradas, inclusive o desejo da população local por uma mudança profunda nos modelos de produção.

Esse processo vertiginoso deixou um legado muito grande tanto para os sertanejos, que perderam parte de sua cultura, de sua identidade com o bioma, dos modos de produção de arroz de sequeiro e tiveram mudanças no estilo de vida, quanto para os migrantes, que passaram a viver em uma nova localidade, da qual tinha pouco ou nenhum conhecimento sobre solo, clima, vegetação, hidrografia, e não obtiveram os resultados esperados até que tivessem se adaptado às novas condições.

Porém, um dos fatores que mais chamou atenção no estudo relaciona-se à perda dos valores culturais do goiano. O "ser goiano" é ser simples, gentil, voltado a terra, fauna e flora do universo em que o indivíduo se insere, não buscando por transformações rápidas em seu contexto e preservando tradições e costumes. Isso é a cultura local. Nesse sentido, Worster[28] ressalta que a história ambiental tem por finalidade abordar o papel e o lugar da natureza na vida humana, com a orientação teórico-metodológica que classifica essa abordagem de três formas, distintas ou associadas:

> a primeira abordagem seria aquela disposta a realizar uma história ambiental que tenha a natureza em si como objeto [...]. A segunda abordagem é aquela que procura investigar a relação entre sociedade e natureza, na qual tanto os fenômenos naturais interferem nas estruturas sociais, quanto a ação antrópica interfere e gera impactos naturais. E a terceira e última abordagem é uma abordagem culturalista, em que interessa ao historiador ambiental entender os

[28] Donald Worster, op. cit.

> sentidos e significações da natureza como elementos estruturantes de hábitos e práticas. Todas essas considerações nos auxiliam como ponto de partida para se fazer história ambiental e pensar no objeto a ser investigado[29].

Este é um ponto forte a ser analisado. Essa mudança repentina do modo de vida da população sertaneja fez com que muitos costumes locais se perdessem com o tempo. Destarte, o "ser goiano", filho da "mãe terra", precisou se reencontrar entre diversas culturas novas com as quais manteve contato, tornando-se transcultural em meio às inovações rápidas a ele impostas. Da mesma forma aconteceu com o migrante.

Essa revolução cultural foi motivada pela agricultura e pelo cultivo de arroz de sequeiro, espécie apta ao clima de terras altas, que já se fazia presente em Porangatu antes da década de 1960 e que foi capaz de transformar o município em um dos maiores produtores nacionais desse grão, unindo diferentes culturas em prol do progresso da nação. Esta é, portanto, uma relação histórica entre sociedade e natureza, o arroz e o Cerrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza; MACHADO, Ricardo Bomfim, MARINHO-FILHO Jader. A diversidade biológica do Cerrado. In Ludmilla Moura de Souza Aguiar & Amabílio José Aires de Camargo, **Cerrado: ecologia e caracterização.** Planaltina: Embrapa-CPAC, 2004. pp. 17-40.

BARBOSA, Altair Sales. **Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do Cerrado.** Goiânia: UCG, Instituto do Trópico Subúmido, 2002.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Barsanufo Gomides. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). **História Econômica & História de Empresas** 3, 2 (2000): 65-83.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Acompanhamento de safra brasileira de grãos, Safra 2020.** Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos. Acesso em: 22 out. 2020.

Correio Porangatuense. **Histórias Sangrentas: a ferocidade dos índios Canoeiros.** 9 a 22 de setembro de 1979.

[29] Maria de Fátima Fernandes, Cassiano de Brito Rocha, Sandro Dutra e Silva, op. cit., p. 2.

CAMPOS, Francisco Itami. Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964). **Tese Doutorado, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1985.

CARNEY, Judith. African Rice in New World History. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science** 6, 2 (maio-ago. 2017): 182-197. https://doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i2.p182-197

CUNHA, José Marcos Pinto da. A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação. Campinas: **Núcleo de Estudos de População**/UNICAMP, 1979.

CUNHA MATTOS, José Raymundo da. Chorographia histórica da Província de Goyas. In. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnographico do Brasil. Rio de Janeiro**: R. I. Garnier, Tomo XXXVIII (1), p. 6-150, 1875.

DALRYMPLE, Dana G.. **Development and spread of high-yielding rice varieties in developing countries.** Washington: Agengy for International Development, 1986.

DUTRA e SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DUTRA-de-OLIVEIRA, José Eduardo, MARCHINI, J. Sérgio. **Ciências ambientais**. São Paulo: Sarvier, 1998.

DRUMMOD, José Augusto, FRANCO, José Luiz de Andrade, DUTRA e SILVA, Sandro. Fronteira, recursos naturais e conservação da natureza. Vol. 1. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2011.

EITEN, G. Vegetação do cerrado**.** In M. N. Pinto (Org.), **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Edunb/SEMATEC, 1993. pp. 17-73.

EMBRAPA/CNPAF. **Embrapa Arroz e feijão**. Goiânia, 2010.

FEBVRE, Lucien. **O homem do século XVI**. Revista de História, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 3-17, 1950. Site: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34815. Acesso em: 14 nov. 2022.

FERNANDES, Maria de Fátima, ROCHA, Cassiano de Brito, DUTRA e SILVA, Sandro. A fronteira da mineração em Goiás: história ambiental e os recursos naturais do Cerrado a partir da exploração do ouro em Pilar de Goiás. Élisée, **Revista de Geografia da UEG 9**, 2 (jul.-dez. 2020).

FLANDRIN, Jean-Louis, MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FRANÇA NETO et al. **Tecnologia da produção de semente de soja de alta qualidade.** Documentos 380. Londrina: Embrapa soja, 2016. 82 **p**

GARÇAO, Lucimar Marques da Costa, SOUZA, Débora Gonçalves de. Caracterização da fitofisionomia do Cerrado no município de Porangatu. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), v. 10, n. 2 (edição extra), jul. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário do Goiás** - Censo Agropecuário 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746 Acesso em 27 de janeiro de 2022.

_____. 1960. **Censo Agropecuário** – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746 Acesso em 27 de janeiro de 2022.

_____. 1970. **Censo Agropecuário** – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_19 70n27_go.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

_____1980. **Censo Agropecuário** – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n27_go.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

_____1991. **Censo Agropecuário** – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1991_n27_go.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

_____1996. **Censo Agropecuário** – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1996_n27_go.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

_____2000. **Censo Agropecuário** – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_2000_n27_go.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

_____**Sinopse preliminar do Censo demográfico: Goiás.** Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

_____**Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas, 1968 / IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Geografia.** Rio de Janeiro, 1968

LATRUBESSE, Edgardo Manuel, CARVALHO; Thiago Morato de. **Geomorfologia do estado de Goiás e Distrito Federal**. Goiânia: Secretaria de Indústria e Comércio, 2006.

MEDRADO, Maria Aurea. **Porangatu ontem e hoje.** Porangatu: Prefeitura Municipal, 1990.

MOORE, Jason. Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. **Organization and Environment** 16, 4: 431-58 (Dec. 2003).

NUNES, José Luis da Silva. Características do arroz. **Agrolink.** Disponível em: https://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/informacoes/caracteristicas_361559.html. Acesso em 19/04/2021.

OLIVEIRA-FILHO, A. T.; RATTER, J. A. Vegetation physiognomies and wood flora of the bioma Cerrado. In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. (Eds.). **The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical** Savanna. New York: Columbia University Press, 2002. p. 91-120

Opção. Sucesso da I Festa do Arroz Assegura Continuidade da promoção em Porangatu, 03 de maio de 1982.

PINHEIRO, B. da S. **Morfologia e crescimento da planta de arroz.** Goiânia: EMBRAPA-CNPAF, 1998.

Porangatuense. Festa do Arroz. Jornal de Porangatu, 05 a 19 de abril de 1982.

RIBEIRO, José Felipe, WALTER, Bruno Machado Teles. **Tipos de vegetação do bioma Cerrado.** Goiânia: EMBRAPA-GO, 2015.

ROHDE, Geraldo Mário. **Uma breve história do arroz.** Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, 48, 419 (1995): 3-6.

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento (SEGPLAN-GO). **Aspectos físicos de Goiás: clima. 2011.** Disponível em: https://senadorcanedo.go.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-governanca-e-planejamento-segplan/. Acesso em: 3 de janeiro de 2016.

SILVA, Osmira Fátima da, WANDER, Alcido Elenor, FERREIRA, Carlos Magri. **Importância econômica e social do arroz.** Embrapa, 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/arroz/pre-producao/socioeconomia/importancia-economica-e-social. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

SILVA, Fernando Carlos Alves da, MENDONÇA, Gustavo Henrique, LUNAS, Divina Aparecida Leonel. Territorialização do agronegócio e as novas dinâmicas no sudoeste e norte de Goiás. **Espacios** 36, 13 (2015): 18.

SOARES, Walquíria dos Santos. Configuração socioespacial de Porangatu/GO. **Dissertação de Mestrado em Geografia,** Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

STONE, Luis Fernando**. Características climáticas e atributos dos solos dos sítios de fenotipagem para tolerância à seca da Embrapa Arroz e Feijão, em Goiás. Santo Antônio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão, 2006**. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPAF/25515/1/doc_199.pdf. Acesso em: 3 de janeiro de 2016.

STORCK, Cátia Regina. Variação na composição química em grãos de arroz submetidos a diferentes beneficiamentos. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

WALTER, Melissa, MARCHEZAN, Enio, AVILA, Luís Antônio de. Arroz: composição e características nutricionais. **Ciência Rural** 38, 4 (ago. 2008): 1184-1192.

WORSTER. Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos** 4, 8: 198-215 (1991).

Recebido em 13 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 23 de março de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ABRAM ALAS QUE EU QUERO PASSAR:
Uma microanálise do carnaval do Clube "Floresta Montenegrina" nos anais do *Jornal Ibiá* (1985-2007)

OPEN WINGS THAT I WANT PASS:
A microanalysis of the carnival of the Club "Floresta Montenegrina" in the annals of *Jornal Ibiá* (1985-2007)

MAGNA LIMA MAGALHÃES [1]

CLAUDIA SCHEMES [2]

RESUMO

O estudo aborda o histórico do carnaval do clube Floresta Montenegrina, notório espaço associativista, fundado no ano de 1916 na cidade de Montenegro (RS) Objetiva-se entender e discutir o histórico da festividade no âmbito regional, bem como pensar sobre a organização carnavalesca na cidade de Montenegro a partir da presença da escola de samba vinculada ao clube Floresta Montenegrina. A pesquisa está subsidiada na análise micro-histórica do *Jornal Ibiá*, nas edições de 1985 a 2007, que possibilita o acesso as informações sobre a criação da Escola de Samba Floresta e os eventos realizados para arrecadação de fundos para a realização do desfile nas ruas de Montenegro. Através da pesquisa, conclui-se que o carnaval é uma ferramenta utilizada pelo clube para construir uma *sólida* rede de apoio para a comunidade negra do Vale do Caí, bem como para dar visibilidade as pautas e tradições negras mantidas pela sociedade e presentes em seus festejos carnavalescos.
Palavras-chave: História do Carnaval. História Cultural. Floresta Montenegrina. Imprensa.

ABSTRACT

The study addresses the history of the carnival at the Floresta Montenegrina club, a notorious associative space, founded in 1916 in the city of Montenegro (RS). city of Montenegro from the presence of the samba school linked to the club Floresta Montenegrina. The research is based on the microhistorical analysis of

[1] Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. *E-mail*: magna@feevale.br.

[2] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul (PUC/RS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. *E-mail*: claudias@feevale.br.

Jornal Ibiá, in editions from 1985 to 2007, which allows access to information about the creation of the Escola de Samba Floresta and the events held to raise funds for the parade in the streets of Montenegro. Through the research, it is concluded that the carnival is a tool used by the club to build a solid support network for the black community of Vale do Caí, as well as to give visibility to the black guidelines and traditions maintained by society and present in their celebrations carnivalesque.
Keywords: Carnival History. Cultural History. Montenegrin forest. Press.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as festas sempre foram uma forma de promover a sociabilidade humana, permitindo que o imaginário se tornasse real através de cerimônias e celebrações. Além disso, elas marcam momentos importantes para diversos grupos sociais, servindo como uma ferramenta essencial para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Por meio de ritos de passagem e festivais comunitários, a memória e a identidade das comunidades se fortalecem e se desenvolvem ao longo do tempo. À medida que as sociedades evoluem, novos elementos podem ser incorporados a esses contextos festivos, que antes eram exclusivos de grupos seletos da elite, tornando-se celebrados como festas populares.

É possível observar essa assimilação no histórico do Carnaval, que teve início como uma festa da elite, mas que foi trazido para as ruas do Brasil por homens e mulheres negras, se tornando a maior festividade nacional, permitindo a todos uma "liberdade" temporária. Considerando a importância das festas na sociabilidade humana, o projeto "Associativismo e mulheres negras: participação política e ações por visibilidade" propõe discutir e refletir sobre a grandiosidade desse evento. Nesse contexto, destaca-se a presença de associações culturais no meio do Carnaval, entre as quais se destaca o Clube Negro Beneficente Floresta Montenegrina, fundado em 1916 na cidade de Montenegro, região central do estado do Rio Grande do Sul. O clube em questão é objeto do projeto ao qual este artigo está vinculado.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo compreender como essa rede de sociabilidade media as interações dos membros do clube em questão, através da Escola de Samba do Floresta Montenegrina, com a cidade

onde a entidade se localiza. Para tanto, adota-se como fonte histórica balizadora da pesquisa o *Jornal Ibiá,* através do levantamento de reportagens que tratavam sobre a temática carnavalesca entre os anos de 1986 e 2007.

A utilização do periódico citado como principal fonte de pesquisa se deu a partir da ideia de que a imprensa não pode ser considerada o mero reflexo da realidade, mas, sim, a representação desta realidade. A este respeito, Capelato (1988, p.24,25) informa que a imprensa é produto de uma determinada época e que "a produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas".

Já para Espig (1998, p.274), os jornais não devem ser entendidos apenas como fontes de informação, mas como fontes históricas, pois possuem periodicidade e podem ser considerados "arquivos do cotidiano, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos". Além disso, segundo a autora, "a disposição espacial da informação, permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo".

A partir da definição da fonte jornalística apresentada, realizamos uma "leitura intensiva dos periódicos", que, segundo Elmir (1995), é aquela pela qual levamos em consideração a circulação, o contexto e os leitores. Para Magalhães (2010, p.25) "a linguagem [jornalística] possibilita determinar valores morais e comportamentais, assim como classificar e justificar grupos sociais" e, partir dos jornais, "desenvolve-se a construção de um discurso histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos".

Pretende-se com o presente trabalho, desenvolver e relacionar o contexto macro que se configura no histórico do carnaval em terras nacionais, com o contexto micro, que envolve a importância do momento de sociabilidade que o carnaval representa para o clube negro Beneficente Floresta Montenegrina e a sociedade de Montenegro. Esta instância do micro é analisada a partir das teorias de Ginzburg (1989) que entende que esta abordagem permite trazer à tona temas que eram considerados marginais durante muito tempo, como as festas e, além de utilizar uma diversidade de fontes, a micro-história possibilita a

constituição histórica a partir de fragmentos, pistas e indícios. O autor chama isso de “paradigma indiciário”, no qual o historiador é uma espécie de detetive que trabalha muitas vezes com o não-dito e busca, nos elementos residuais, a (re) construção da trama histórica (GINZBURG, 1989). Esta perspectiva nos permite reunir alguns indícios do passado e inseri-los em um contexto mais amplo.

Já, para Levi (1998, p.135), a micro-história “é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes”, ela permite o conhecimento de grandes estruturas sociais, mas, ao mesmo tempo, privilegia a escala menor, ou seja, o espaço social de cada indivíduo, no intento de buscar novos significados.

A dimensão da micro-análise é uma forma de “humanizar os personagens que nos propomos a estudar, fazendo com que eles não apareçam como heróis, donos absolutos de suas ações, nem como vítimas passivas das estruturas injustas em que estavam inseridos”. (MAGALHÃES, 2010, p.19). A autora segue dizendo que “as práticas desses sujeitos são, assim, consideradas como estratégias colocadas em ação para a execução de projetos individuais e/ou coletivos, sem que o resultado pudesse ser antecipadamente conhecido”.

Por essa perspectiva, a leitura intensiva dos jornais respalda nosso olhar acerca da festa carnavalesca local e da relevância da mesma para o clube negro Floresta Montenegrina, considerando as relações socioculturais e política no contexto macro das relações estabelecidas. Vale dizer que o carnaval em suas diferentes manifestações é considerado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN) patrimônio cultural imaterial, sendo assim, estudar o carnaval e suas diferentes nuances e complexidade é relevante para entender as manifestações culturais e sua diversidade, bem como diferentes atores envolvidos na mesma.

1. O CARNAVAL CHEGA AO BRASIL: INTERPRETAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA FESTIVIDADE EM TERRAS NACIONAIS

Conforme indica Michael Pollak (1992), dentro da lógica de expressão de uma identidade no momento da festividade, destaca-se a interferência e o interesse do Estado nesses momentos, que vê a chance de influir e fomentar a

construção de uma identidade nacional que atenda os seus interesses, incentivando o destaque para alguns aspectos da história e memória nacional exaltados no momento de comemoração.

Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011, p. 136), indica que:

> Este trabalho de reinvenção cívica e patriótica de festejos populares, se dá no momento histórico em que o dispositivo das nacionalidades e a formação discursiva nacional-popular procura operar com a articulação dos conceitos de nação e povo, enfatizando o que seria uma certa sinonímia entre estes dois operadores de sentido.

O autor demonstra que o caráter popular da festa se estende para além dos "puros desejos" de seus participantes, se tornando ferramenta nas mãos de governos que almejam certas construções imagéticas para seus Estados. Desta forma, apesar do uso político das festas, estas ainda continuam essencialmente sendo espaços de integração e sociabilidade popular, que carregam a principal característica de serem momentos, segundo Albuquerque Junior (2011), onde identidades antagônicas se confrontam através da encenação e da ludicidade do momento, fazendo com que agentes sociais retomem o protagonismo das atividades comuns ao meio.

É dessa esfera de ritualização e encenação que surgem os festejos carnavalescos. Estes primórdios do carnaval remetem a Idade Média, segundo Júlio Caro Borja (1979, apud Rachel Soihet, 1998, p. 4) que devido a necessidade de se dar "adeus" a carne durante o período da quaresma, ou seja, nutrir o ser espiritual durante quarenta dias, negando os desejos do ser homem, instaura-se um período de três dias em que alguns desvios de conduta socialmente não aceitos passam a ser tolerados em prol da vivacidade da festa.

Porém, para Mikhail Bakhtin (1987, apud Rachel Soihet, 1998, p. 5) as raízes dessa festividade remetem aos tempos pagão, dos momentos de ritualísticos egípcios ou dos Bacanais, Saturnálias e as Lupercálias romanas. Tais eventos se mantiveram vivos dentro da mentalidade da sociedade e foram indexados a cultura católica que se fortificou no período medieval, que pelos motivos indicados anteriormente, tornou-se uma festa popular que segue sendo parte da cultura ocidental até a atualidade.

Indiferente de seu início original, que até então não tem data definida, o

Carnaval tem por característica principal, tanto no período medieval quanto na atualidade, ser, conforme Rachel Soihet (1998, p.7), “um momento de quebra de hierarquia, que permite aos indivíduos um tipo único de comunicação, que ao se despir das normas sociais de conduta, gera um ambiente de sociabilização quase que universal”.

Para Bakhtin (1987) a festa tem um sentido de libertação, de transgressão da ordem estabelecida e de superação de limites e o carnaval, sendo o mais antigo elemento popular da festa, tem a possibilidade de revelar o cotidiano da cultura popular do seu tempo. O autor diz ainda que todas as festas populares, dos batizados às procissões, trazem em si os elementos do carnaval e as outras festas “empalidecem” ao seu lado. “O carnaval torna-se, então, o símbolo e a encenação da verdadeira festa popular e pública, totalmente independente da Igreja e do Estado” (BAKHTIN, 1987, p. 191).

Bakhtin (1987) privilegia a análise do elemento cômico que, segundo ele, é o princípio que liberta os homens da sociedade estática e conservadora e o riso é um elemento universal e satírico que faz parte da festa e não exclui o cidadão do mundo. Para o autor, o carnaval celebra o aniquilamento do velho mundo e o nascimento do novo. Sendo assim, o carnaval entende-se como festa, no seu sentido mais amplo, tendo em vista a definição de Maria Nazareth Ferreira (2006, p.2) que indica que

> A festa deve ser vista como um conjunto de atos cerimoniais de caráter coletivo pela sua colocação dentro de um tempo delimitado, tido como "diverso" da cotidianidade. Em qualquer tipo de festa, o grupo ou a comunidade interrompe o tempo ordinário para entrar, coletivamente, na dimensão de um tempo carregado de implicação cultural e de conotação psíquica própria, diferente daquele tempo ordinário ou cotidiano.

Um autor que corrobora com as ideias de Ferreira (2006) é Peter Burke (1989) quando analisa as manifestações culturais populares, sendo o carnaval uma delas. Segundo este autor, o carnaval se opõe à vida cotidiana e se torna uma representação invertida do mundo, entendendo que as festas, de um modo geral, se aproximam sempre do carnaval, como se fossem carnavais menores e onde se expressam os sentimentos mais vivos da comunidade. O carnaval, para Burke (1989, p.225), é a libertação do cotidiano popular, pois possibilita um certo “um senso de impunidade”, além de representar um caráter de subsistência e de

luta diária, que seriam mais significativos que o próprio ritual de alegria ou zombaria.

Leonardo Soares da Rosa (2015), menciona que no Brasil essas comemorações chegaram junto com os portugueses que nos três ou quatro dias antecedentes à quaresma tinham por costume brincar de se atirar bolas de cera com líquidos cheirosos ou pútridos uns nos outros, bem como farinha e ovos.

Figura 1 - Quadro "Cena de carnaval"



Fonte: Jean Baptiste Debret. Aquarela sobre papel (18 x 23 cm).

Por mais que esta comemoração fosse “natural” da elite, logo foi adotada pelos setores subalternos da sociedade, como é possível observar na pintura de Debret mostrada acima, que levaram esta brincadeira para as ruas das cidades, a libertando do ambiente doméstico ao mesmo tempo que a tornou popular. O artista francês buscou no cotidiano as manifestações culturais mais emblemáticas da sociedade brasileira e o carnaval era uma delas. O pintor explica o episódio retrado na pintura:

> a cena se passa à porta de uma venda, instalada como de costume numa esquina. A negra sacrifica tudo ao equilíbrio de seu cesto, já repleto de provisões que traz para seus senhores, enquanto o moleque, de seringa de lata na mão, joga um jacto de água que a inunda e provoca um último acidente nessa catástrofe carnavalesca. (DEBRET, 1978, p. 301, v. I)

A respeito do controle da festa carnavalesca por parte das elites, Maria Clementina Pereira da Cunha (2001), informa que houve tentativas de controlar as festividades populares, principalmente o entrudo, através dos desfiles

organizados pelas sociedades carnavalescas, entretanto, isso não foi possível, pois as fronteiras entre os grupos acabaram se desfazendo e as festas populares invadiram os espaços das elites. Nesse sentido, pode-se entender que, segundo Rita Amaral (2001, p.65):

> O chamado da festa acabava incentivando a quebra das regras e o rompimento dos rígidos padrões de comportamento exigidos pelas autoridades. Isto porque a aparente "promiscuidade" da festa era relativa e a participação maciça de todas as classes se dava dentro de regras razoavelmente bem estabelecidas.

Mais uma vez podemos fazer referência a Bakhtin (1989) quando observamos esta questão da quebra de hierarquia, esta inversão da ordem social que a festa carnavalesca possibilita. Sendo assim, é válido reiterar a definição de Luana Moreira Marques e Carlos Rodrigues Brandão (2015, p.24), que compreendem que "as festas são, portanto, unidades onde coexistem sujeitos, motivações, elementos, poderes, estruturas, tempos e espaços diferentes. Todos eles se distribuem, relacionam, fundem e comunicam em redes", uma vez que o momento une diversas identidades em um evento único.

Nesta mesma linha Martha Abreu (1999, p.106) quando analisa as festas religiosas no Rio de Janeiro no final do século XIX diz que é através delas que podemos conhecer melhor uma coletividade e o período no qual as mesmas aconteceram. Para a autora, as festas podem reunir condições para a "criação e expressão de outras identidades culturais, tecidas constantemente nas ruas por negros, escravos, libertos e imigrantes pobres, a partir dos mais diversos gêneros musicais e de dança".

2. CARNAVAL NO RIO GRANDE DO SUL: A RELAÇÃO ENTRE CLUBES ASSOSSIATIVISTAS NEGROS E O ENTRUDO

Com a popularização do entrudo e a perda do controle da elite sobre essa festividade, os bailes e sociedades carnavalescas tornam-se populares, sendo esse movimento uma estratégia das classes dominantes para manter o "controle" sobre os festejos. Porém, apesar da intenção de controlar a festa com o ensalamento do carnaval, a resistência popular se fez ouvir e a criação de cordões e sociedades carnavalescas tornou-se cada vez mais forte, principalmente dentro das classes mais marginalizadas da população, sendo

assim, pode-se afirmar que "[...] o entrudo, praticado por negros e pobres, coexistiu com as práticas mais elitizadas que não conseguiram eliminar estas brincadeiras no século XIX" (ROSA, MAGALHÃES, SCHEMES, 2017, p. 151).

No decorrer do século XX, se percebe a solidificação desse costume da criação de blocos de rua. No que tange ao Rio Grande do Sul, as cidades de Porto Alegre, Pelotas, São Leopoldo e Montenegro apresentaram uma crescente criação de associações negras, que foi concomitante a da criação de cordões carnavalescos, os quais nas vésperas dessa festa nacional foram amplamente registrados pelos jornais locais.

É através desses registros jornalísticos que os historiadores que se debruçam sobre a temática carnavalesca podem ter acesso a comoção social que essas associações causavam na época provando, mais uma vez, o valor da fonte impressa para o trabalho de construção da história.

Figura 2 - Reportagem sobre a criação da Escola de Samba Floresta



Floresta e a Juventude

A Escola de Samba Floresta traz em 1985 uma novidade ao carnaval de rua montenegrino. Com a Juventude ela vem ao asfalto com um tema que simboliza a própria escola, que renasce depois de 22 anos de ausência da folia de Montenegro.

Os Blocos da Sociedade Floresta foram muitos. 13 de Maio, e Pode Ser trouxeram muita alegria e colorido ao asfalto montenegrino. E o melhor de tudo é que a Floresta renasce com mais galhardia e confiança, desta vez será a Escola de Samba, com mais componentes e muita vontade de participar do carnaval de rua.

Com cerca de 120 componentes em mais de 7 alas e 3 carros alegóricos a Floresta vai enfocar os temas da Juventude, trazendo em suas fantasias o azul e o branco, as cores oficiais da escola.

A idéia de compor um bloco na Floresta é antiga, mas foi neste ano que alguns associados se reuniram e muitos foram se chegando fazendo com que o número fosse pequeno demais para um bloco. Sob o comando de Roberto Santos, com Gilnei Tobias na bateria e Solange de Souza como solista, neste ano a Escola de Samba Floresta quer apenas participar e alegrar o carnaval, mas para os próximos anos promete vir com força total e competir com as outras escolas de Montenegro.

A Escola de Samba Floresta tem planos de desfilar no dia 17 de fevereiro, domingo, em Montenegro. Nos demais dias de carnaval participará do carnaval de rua em outras cidades. O samba enredo da escola é de autoria de pedro Stiehl e Jeferson Giacobelli.

As crianças também sambam

Fonte: Jornal Ibiá, 10 de fevereiro de 1985.

Segundo Tania Regina de Luca (2008) a pluralidade de recortes temáticos também foi um ganho ao processo de escrita da história que a partir do movimento de abertura das fontes proposta pela Escola dos Annales, possibilitou a abordagem de novas perspectivas, dando vez aos vencidos e aos excluídos, que até então tinham seu protagonismo ignorado, mesmo sendo de extrema

importância para a construção cultural e social de identidade de um país, como se pode ver no caso do carnaval.

É através da fonte impressa que podemos ter acesso a história divulgada do carnaval montenegrino que está presente no periódico municipal Jornal Ibiá, no qual se pode ter acesso a inúmeras notícias e imagens dos desfiles e bailes promovidos pela Associação Cultural Beneficente Floresta Montenegrina, que contou com ampla divulgação de seus eventos carnavalescos entre os anos de 1986 e 2007, sendo representado pela Escola de Samba Floresta e tendo, inclusive, registrado no periódico o momento de sua criação, publicado no dia 10 de fevereiro de 1985, como podemos observar na Figura 2.

No decorrer dos anos de publicação do periódico apresentado acima, há presença de reportagens sobre a Escola de Samba Floresta, sendo acompanhadas de inúmeras fotos dos desfiles e das fantasias que eram usadas no carnaval da época, bem como os resultados de seus enfrentamentos na passarela com outras escolas de samba e, nos anos 2000, as lutas da escola para se manter atuante no carnaval montenegrino.

Figura 3 - Reportagem sobre o desfile de carnaval de Montenegro



Floresta rumo à vitória

Os integrantes da Escola de Samba Floresta Montenegrina desmentem o boato de que a escola não sairia através do slogan que adotaram desde o início dos ensaios no começo do mês: «Floresta rumo à vitória». Animados e prontos para apresentar o melhor carnaval de Montenegro, os componentes sambam e ensaiam sua bateria todos os dias na sede da Sociedade Floresta.

Com a intenção de desfilar com mais de 250 figurantes, a Floresta estará composta de oito alas, assim distribuídas: ala dos barcos, ala das oferendas, ala pomba gira, ala dos iaós, ala do sufoco, ala tentação, ala dos passistas e ala dos destaques.

O tema da escola para vencer o carnaval de 86 é «MÃE MENININHA DO CANTUA». Além disso 2 carros alegóricos e 3 tripés trarão ainda mais brilho ao desfile. As fantasias estão em fase de acabamento e apresentarão o tradicional bom gosto da Floresta.

O presidente da Escola de Samba Floresta continua sendo Roberto Santos, que tão bem congregou os integrantes do ano passado e neste se prepara para fazer uma participação ótima na Ramiro Barcelos. Em termos financeiros, conforme declaram seus dirigentes, a Floresta vai muito bem, em condições de mostrar muita criatividade e brilho no desfile do dia 11 de fevereiro.

Várias propostas para apresentação em outras cidades já se encontram em estudos na Floresta. Nas cidades de São Leopoldo e São Sebastião do Caí a presença da escola montenegrina é tida como praticamente certa. Em outros municípios dirigentes e integrantes da escola ainda terão que dar respostas de confirmação nos próximos dias.

Sobre o concurso os integrantes da escola dizem que «estamos achando ótimo participar de um concurso em Montenegro. Estamos muito motivados, pois vamos competir e não somente se apresentar. Todos os integrantes da Floresta trabalham pelo mesmo objetivo, que é o de vencer o carnaval de Montenegro, se não for neste ano será no próximo. E o nosso slogan diz tudo o que pensamos: «Floresta rumo à vitória».

PUB - BAR
Agora aberto ao público.
VENHA JANTAR CONOSCO.
Qualidade:
RESTAURANTE IBIÁ
RESERVAS: FONE - 632 1185

As crianças sambam nos ensaios

Fonte: Jornal Ibiá, 22 de fevereiro de 1986.

Pode-se perceber nas imagens apresentadas no jornal a intensa presença

da comunidade negra, tanto nos ensaios, quanto nos desfiles, que reuniam pessoas de todas as faixas etárias, desde crianças até idosos.

Figura 4 – Reportagem sobre o carnaval de Montenegro



Fonte: Jornal Ibiá, 25 de fevereiro de 2006.

Aqueles que optavam por vestir o azul e branco, cores selecionadas como símbolo da escola, participavam ativamente dos festejos, deixando claro a importância deste momento de sociabilidade dentro da comunidade, que integrava todos os participantes do bloco e da associação Floresta Montenegrina em prol de uma paixão nacional, como definiu a carnavalesca Isabel na edição de 25/02/2006 do *Jornal Ibiá*.

Destaca-se nessas imagens a presença feminina, mais especificamente a presença da mulher negra, a qual ganhava espaço nos desfiles, sendo a figura principal do evento. Aliada a uma divulgação midiática, a presença de fotos de mulheres negras em um periódico municipal demonstra o avanço da ocupação de espaços da figura feminina uma vez que agora a mulher negra não está mais destinada a ser um sujeito em segundo plano, mas a figura central de uma comemoração nacional, tendo como objetivo ser a representação do carnaval encarnado.

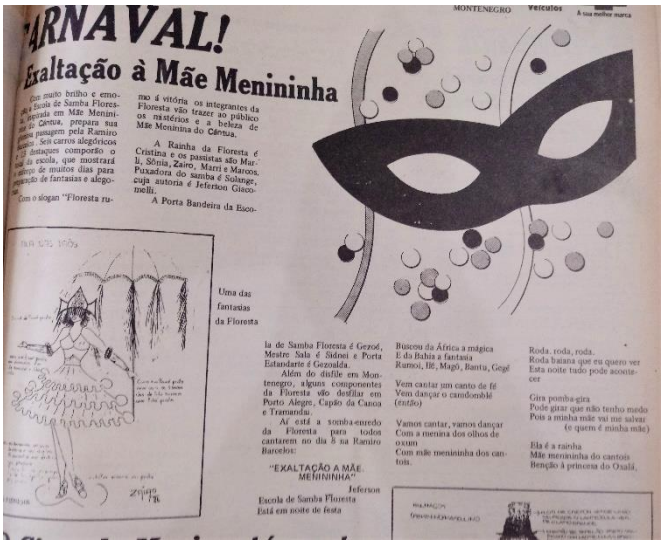
Essa mudança de perspectiva em relação ao lugar da mulher negra na sociedade pode ser atribuída a um extenso histórico de luta por visibilidade e resistência, que por mais que esteja longe de seu fim, garantiu a presença de

mulheres negras em locais públicos que eram anteriormente ocupados apenas por homens.

Como bem define Bebel Nepomuceno (2012, p. 395) “As mulheres negras compreenderam e souberam usar com maestria os poucos espaços de sobrevivência deixados por uma sociedade profundamente hierarquizada por cor e sexo” que com as devidas ressalvas, acaba por transmutar o lugar social desse sujeito, permitindo uma maior circulação social da figura feminina, podendo assim considerar o carnaval como um desses locais.

Além de estarem no desfile como passistas e porta-bandeiras, a presença feminina também se fazia presente na ala da bateria como, por exemplo, no carnaval de 1986, que teve o samba enredo intitulado “Exaltação a mãe menininha”, como podemos ver na Figura 5, puxado pela sambista Solange, demonstrando que espaços tipicamente masculinos estavam sendo abertos para a participação feminina.

Figura 5 - Destaque para a composição da escola de samba Floresta e seu samba enredo



Fonte: Jornal Ibiá, 5 de fevereiro de 1986.

Tendo em vista que a preparação para o festejo não ocorre da noite para o dia, o carnaval do Floresta Montenegrina é algo que movimentava a sociedade negra vinculada ao Clube de Montenegro ao longo de todo o ano, sendo comuns ao clube eventos para arrecadação de dinheiro e novas parcerias, peças importantes para o “fazer acontecer” da festa.

Carvalho (2021, p.76) fala sobre a importância dos preparativos que antecipavam os desfiles carnavalescos, segundo o autor, eles "motivam, agregam, formam e capacitam muitas pessoas, desenvolvendo, qualificando e principalmente remunerando artistas" o autor lembra, ainda, das amplas pesquisas que precisam ser realizadas para a composição do enredos, criando "peças literárias na pesquisa de seus enredos, na composição de obras musicais, produzindo uma pluralidade de espetáculos e diversificadas apresentações artísticas, obras produzidas por seus atores locais".

Também se percebe a importância da divulgação do carnaval nas páginas do Jornal Ibiá, tendo a Escola oferecido um jantar especial para a imprensa afim de apresentar sua rainha e samba enredo para a sociedade montenegrina (Figura 6).

Figura 6 - Jantar-baile para arrecadação de fundos



Sociedade Floresta realiza jantar-baile nesta sexta-feira

A festividade da Sociedade Floresta Montenegrina acontecerá no Clube União Operário, no dia 9 de agosto, a partir das 20h30min. O custo do ingresso para o jantar será de R$ 20,00, por pessoa. Quem quiser participar apenas do baile pagará R$ 6,00 e entrará após as 22h30min.

Os objetivos do evento são a integração da comunidade e angariar fundos para a segunda etapa das obras da nova sede. A primeira fase primou pela construção da estrutura de concreto. Agora, organiza-se a colocação do telhado. A terceira etapa será a construção das paredes.

O presidente da Sociedade, Clori Ferraz da Conceição, espera vender mais de 200 ingressos só para o jantar. A promoção oferecerá 12 tipos de pratos, com cinco carnes e sobremesa.

A animação da festa estará a cargo do grupo Nova Geração, que tocará por quatro horas. As músicas serão ecléticas, o que garantirá o sucesso do baile para todos o público presente. Reservas podem ser feitas pelos números 632.1185 e 9682.8668, com Clori. (DCF)

Fonte: Jornal Ibiá, 08 de agosto de 2002.

Conforme Marques e Brandão (2015) observa-se que nesse momento existe a construção de relações para execução da festividade, cada qual com seu interesse particular, porém trabalhando no mesmo sentido para que a realização do momento se solidifique, construindo, assim, relações que beneficiam ambos os lados e que passam a formar uma rede de socialização dentro de determinada sociedade.

A este respeito Oliveira Junior (2017 apud Carvalho, 2021, p. 77) diz que "estes espaços são compreendidos na construção dos sujeitos, das práticas e das representações sociais em seus cotidianos formativos e informativos".

Figura 7 – Destaques da Escola de Samba Floresta montenegrina



Floresta apresenta destaques

A Sociedade Floresta ofereceu na última sexta-feira um jantar à imprensa montenegrina e a várias autoridades da cidade, para apresentar o samba enredo da escola, bem como os destaques deste ano.

Roberto Santos, presidente da Floresta disse que todos os integrantes desta escola de samba são muito unidos e que o trabalho tem sido em tempo integral, para que este ano a Floresta seja Campeã.

Estiveram presentes a vereadora Madalena Bühler, o promotor Rivo Bühler, a diretora de Cultura e Desporto, Áurea Noval e vários simpatizantes daquela sociedade.

Na ocasião foi apresentado o samba enredo da escola, tocado e cantado pelos integrantes da bateria. Os sambistas da Escola de Samba Floresta mostraram que samba e alegria não faltarão na avenida, durante o desfile de carnaval de 1987.

Ione Regina Lemos foi escolhida a Rainha do Carnaval pela Sociedade Floresta

O presidente Roberto Santos apresentou as destaques da Escola.

"Tia Maria", responsável pela ala das bainas

Fonte: Jornal Ibiá, 04 de fevereiro de 1987.

Nesse sentido também podem ser encontrados nas páginas do Jornal Ibiá ao longo dos anos anúncios de bailes e concursos de beleza, que tinham como objetivo atrair a comunidade, principalmente negra, para dentro do clube, a fim de fortalecer os laços sociais e a construção do carnaval, bem como colaborar para as melhorias necessárias na infraestrutura da associação, como observamos na Figura 7.

Para Carvalho (2021, p.80), "as relações humanas e sociais das comunidades do carnaval podem ser compreendidas pelo viés da análise do sentimento de pertencer ao grupo [...]". O autor parte das ideias de Weber (1978) quando este entende o grupo como um corpo social "que conceitua as relações comunitárias e as relações associativas" gerando um sentimento de pertencimento, material ou subjetivo, ou ainda a partir dos conceitos weberianos que entendem "a união de interesses racionalmente motivados para uma relação sentimental comunitária".

Assim, o clube Floresta Montenegrina e a escola de samba vinculada a ele mostra sua presença e ação na localidade, bem como suas manifestações culturais que estão permeadas por sociabilidade, pertencimento, além de desafios, lutas e interesses comuns pautados no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a trajetória do carnaval até os dias atuais e suas ressignificações ao longo da história, contextualizando-o dentro do universo de formas de resistência e sociabilidade da comunidade negra brasileira, o entrudo torna-se uma dentre as muitas ferramentas que auxiliam no processo de afirmação e visibilidade da identidade negra comprovado no caso da Associação Cultural Beneficente Floresta Montenegrina, abordado no decorrer do texto.

O carnaval se configura como uma ferramenta, pois é no momento da festividade, a qual o Clube fez parte, que as regras normativas da sociedade, que normalmente segregam espaços de ocupação negra e branca de forma tácita, estão enfraquecidos. Sendo assim, brechas foram abertas na estrutura social montenegrina e por esses espaços a população negra vinculada ao Clube Floresta Montenegrina se fez presente, sendo vista e aplaudida em um dos momentos de maior comoção social na região do Vale dos Caí.

Ao se utilizar deste festejo para expor pautas de afirmação, tomando como exemplo o samba enredo com a temática de religião de matriz afro e o "holofote" sobre o corpo negro, a Floresta Montenegrina, através de sua escola de samba, ampliou sua área de sociabilidade, pois demonstrou que dentro de uma sociedade historicamente conhecida pela presença alemã, o corpo e a cultura negra estavam (e estão) presentes e atuantes.

Por fim, ao organizarem o Clube Social e posteriormente a Escola de Samba Floresta Montenegrina, os fundadores desses espaços, juntamente com os associados, auxiliaram a fortalecer todo o movimento negro da região, pois através desses espaços foi possível fomentar o estabelecimento e manutenção de redes de apoio municipais e regionais, dando mais um passo na construção e preservação da identidade negra sul-riograndense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ABREU, Martha. **O Império do Divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 134-

150, jun. 2011.

AMARAL, Rita. **Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério".** Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/festas.html. Acesso em: 27 de jan. 2021.

BAKTHIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. O Contexto de François Rabelais. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB,1987.

BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CAPELATO, M.H. 1988. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo, Contexto/EDUSP. 78 p.

CARNAVAL! Exaltação à Mãe Menininha. Jornal Ibiá. Montenegro, 5 fev. 1986.

CARVALHO, Ramão Edonil Dauinheimer de. **A cultura popular como vetor de transformação social: a formação de profissionais na escola de samba Império do Sol**. Taquara/RS, 2021. 196. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional), Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, 2021.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

DEBRET, Jean-Baptiste, 1768 -1848. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I, volumes I e II.

ELMIR, Cláudio Pereira.. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História**, UFRGS, n.13, p.19-29, dez. 1995.

ESPIG, M.J. 1998. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.XXIV, n.2, p.269-289.
FERREIRA, M. N. Comunicação, Resistência e Cidadania: as Festas Populares. **Comunicação & Informação**, v. 9, n. 1, p. 111-117, jan/jun 2006.

FLORESTA apresenta destaques. Jornal Ibiá. Montenegro, 4 fev. 1987.

FLORESTA e a Juventude. Jornal Ibiá. Montenegro, 10 fev. 1985.

FLORESTA rumo à vitória. Jornal Ibiá. Montenegro, 22 fev. 1986.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Jornal Ibiá. Montenegro, 25 fev. 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p.133-161.

LIMA, Alice Santana de. **Debret e Machado de Assis:** artistas e historiadores do Brasil do século XIX. Blog da BBM, 15 fev. 2019. Disponível em: https://blog.bbm.usp.br/2019/02/. Acesso em 15 mar. 2020.

LUCA, Tania Regina de (org.). História dos, nos e por meio dos periódicos**.** In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)**. São Leopoldo, 2010. 219 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade do Vale do Rio do Sinos-UNISINOS, 2010.

MARQUES, Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. **Ateliê Geográfico**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 9-26, 1 abr. 2015. Universidade Federal de Goias. http://dx.doi.org/10.5216/ag.v9i3.33822.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras – "Protagonismo Ignorado". In: PINSKY, Carla Bassenezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.p.382-409

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080. Acesso em: 17 mar. 2020.

ROSA, Leonardo Soares da; MAGALHÃES, Magna Lima. **Blocos e escolas de samba:** a presença negra na folia carnavalesca do Vale dos Sinos. *[S. l.: s. n.]*. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat02123a&AN=feev.244998&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROSA, Leonardo Soares da; MAGALHÃES, Magna Lima; SCHEMES, Claudia. Cobras e Dragões: as feras da folia carnavalesca de São Leopoldo (RS). **Revista de História Regional**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 148-170, 2017. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). http://dx.doi.org/10.5212/rev.hist.reg.v.22i1.0007.

ROSA, Leonardo Soares da. **Blocos e escolas de samba: a presença negra na folia carnavalesca do Vale do Sinos**. Novo Hamburgo, 2015. 151 p. Dissertação (PPG Processos e Manifestações Culturais), Universidade Feevale, 2015.

SOCIEDADE Floresta realiza jantar-baile nesta sexta-feira. Jornal Ibiá. Montenegro, 8 ago. 2002.

SOIHET, Raquel. **Reflexões sobre o carnaval na historiografia:** algumas abordagens. Academia do samba. Publicado em 1998. Disponível em: http://www.academiadosamba.com.br/monografias/raquelsoihet.pdf.. Acesso em: 24 mar. 2020.

WEBER, Max. **Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal.** Sociologia da burocracia, v. 4, n. 1978, p. 15-28, 1978.

Recebido em 13 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 23 de março de 2023.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A HISTÓRIA ANTIGA CONTADA ATRAVÉS DO OLHAR:
Os resquícios dos elementos da arquitetura da Antiguidade nas fachadas de Corumbá (MS)

THE ANCIENT HISTORY TOLD THROUGH THE LOOK:
The remnants of the elements of the architecture of Antiquity in the facades of Corumbá (MS)

NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA[1]

RESUMO

A cidade de Corumbá, fundada em 1778, foi invadida pelos paraguaios em 1865, durante o período da Guerra do Paraguai (1864-70). Esse conflito foi o responsável pela destruição de várias vilas e fortificações na fronteira sul de Mato Grosso. Por conta da destruição, o espaço precisou ser reorganizado, recebendo novas instituições que auxiliaram no desenvolvimento da cidade. Este artigo apresenta como objetivo expor os elementos arquitetônicos que nos remetem àqueles utilizados no mundo antigo na construção de edifícios e no embelezamento da cidade, principalmente a grega, que são facilmente encontradas nas fachadas das casas e edifícios civis e religiosos espalhados pela cidade de Corumbá. Essas fachadas, em minha análise, são fontes históricas porque são a materialização de um passado que já não existe mais, mas que pode ser reinterpretado pelos historiadores. A minha proposta é mostrar como é possível estudar História Antiga através delas e, ao mesmo tempo, reforçar a necessidade da cidade em proteger o seu patrimônio cultural não somente como um elemento de construção da história de Corumbá, mas também como um componente curricular das escolas, contribuindo para o desenvolvimento da educação patrimonial nesta região.

Palavras-chave: Corumbá. Arquitetura Antiga. História Antiga. Patrimônio Histórico. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The city of Corumbá, founded in 1778, was invaded by Paraguayans in 1865, during the period of the Paraguayan War (1864-70). This conflict was responsible for the destruction of several villages and fortifications on the southern border of Mato Grosso. Because of the destruction, the space had to be reorganized, receiving new institutions that helped in the development of the city. This article aims to expose the architectural elements that refer us to those used in the

[1] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (UFMS/CPAN). *E-mail*: nathalia.m.junqueira@ufms.br.

ancient world in the construction of buildings and in the beautification of the city, especially the Greek, which are easily found in the facades of the houses and civil and religious buildings scattered throughout the city of Corumbá. These facades, in my analysis, are historical sources because they are the materialization of a past that no longer exists, but that can be reinterpreted by historians. My proposal is to show how it is possible to study Ancient History through them and, at the same time, reinforce the need of the city to protect its cultural heritage not only as an element of construction of the history of Corumbá, but also as a curricular component of schools, contributing to the development of heritage education in this region.

Keywords: Corumbá. Ancient Architecture. Ancient history. Historical Heritage. Heritage Education.

INTRODUÇÃO

A cidade de Corumbá foi fundada no ano de 1778, à margem direita do Rio Paraguai, pertencendo à Capitania de Mato Grosso, criada em 1748. Segundo Lúcia Salsa Corrêa (1999) foi Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador desta Capitania entre 1772 e 1788, quem ordenou a fundação de novas localidades com a intenção de ocupar as fronteiras, evitando o avanço dos espanhóis por essas regiões. Dessa forma, surgiram as povoações de Forte Coimbra (1775), “Albuquerque (Corumbá) e Vila Maria (Cáceres) em 1778” (CORRÊA, 1999, p. 19). Segundo Valmir Batista Corrêa (2006), foi Marcelino Rodrigues Camponês, juntamente com alguns colonos, em 21 de setembro de 1778, que teria tomado posse dessa região, demarcando o local através de uma cruz. Corumbá foi elevada à categoria de vila quase um século depois, em 1862 (SENA, 2015, p. 39), e recebe a denominação de cidade pela Lei Provincial n.º 525, de 15-11-1878.

Essa fronteira sul da Capitania começou a se desenvolver a partir de meados do século XIX, devido à navegação no Rio Paraguai, apesar das restrições impostas à navegação pelo Paraguai (CHAPARRO, 2020, p. 23). Segundo a pesquisa empreendida por Divino Marcos de Sena (2017, p. 39), após os tratados assinados entre o Brasil e a Argentina (1856) e entre o Brasil e o Paraguai (1858) retirando alguns entraves que impediam a livre navegação na Bacia do Prata e no Rio Paraguai, a região de Corumbá, devido ao seu porto, passou a se desenvolver através da compra e da venda de diversos produtos.

De acordo com o viajante Bartolomé Bossi[2], esse desenvolvimento seria visível nas construções das cidades em 1862, ano que ele navegou pelo Rio Paraguai. Segundo o seu relato,

> Corumbá, povoado novo, que começa a se formar, pode dizer-se, está situado sobre o barranco; seu porto é regular; possui um quartel, excelente edifício onde há uma força de cento e tantos artilheiros. Essa posição militar domina o porto e o rio. Um pouco mais abaixo está a alfândega, um enorme rancho que contém todas as seções necessárias e, a cada dia, aumentam os edifícios de construção modesta, como albergue provisório de habitantes que se preparam para entrar em uma vida mais ativa e próspera. (2008, p. 50).

A historiadora Lúcia Salsa Corrêa escreve que, nesse ano, a cidade de Corumbá tinha "36 edifícios de alvenaria, 29 em construção e 109 ranchos cobertos de palha" (1999, p. 100). Entretanto, esse desenvolvimento econômico e urbano foi interrompido com a invasão dos paraguaios em 1865, durante o período da Guerra do Paraguai (1864-70). Esse conflito foi responsável pela destruição de várias vilas e fortificações na fronteira sul de Mato Grosso. Por outro lado, a derrota do Paraguai no final da guerra colocou fim aos entraves na navegação dos barcos nacionais e internacionais pelo rio Paraguai, facilitando as "atividades comerciais, extrativas e agropecuárias" (SENA, 2015, p. 40) de Corumbá.

Essa nova conjuntura favoreceu o desenvolvimento da vila de Albuquerque, sendo, de acordo com Corrêa "o período de restauração do centro urbano e da rearticulação das atividades comerciais que impulsionaram o crescimento de sua população e permitiram que a cidade ganhasse força no cenário político e econômico regional" (1981, p. 68). A população passou alguns anos reconstruindo a cidade, uma vez que somente 20 edificações sobreviveram à guerra, a maioria quase em ruínas (CORRÊA, 1999, p. 100). Por conta da destruição, o espaço precisou ser reorganizado, recebendo novas instituições que auxiliaram no desenvolvimento da cidade. A abertura da navegação e o desenvolvimento da área do porto facilitaria o contato de Corumbá com outras cidades do Brasil e da América do Sul, através das trocas comerciais, de ideias

[2] Segundo Jorge Brito, Bartolomé Bossi era um genovês, nascido por volta de 1819, e morava desde jovem em Buenos Aires. Em 1862, decidiu comandar uma expedição ao interior de Mato Grosso, que partiu de Montevidéu. Após essa expedição, Bossi comandou várias outras pelo interior da América do Sul. Ele morreu em Niza, Itália, em 1890 (BOSSI, 2008).

e, também, de novos elementos arquitetônicos que auxiliaram no desenvolvimento da urbe pelas décadas subsequentes.

Diante do exposto, este artigo apresenta como primeiro objetivo expor os elementos arquitetônicos que nos remetem àqueles utilizados no mundo antigo na construção de edifícios e no embelezamento da cidade, principalmente a grega, que são facilmente encontradas nas fachadas das casas e edifícios civis e religiosos espalhados pela cidade de Corumbá. Para isso, analisarei algumas imagens das fachadas dos prédios selecionados, evidenciando alguns elementos clássicos, como a cornija, o capitel e as colunas. Na sequência, trarei para este artigo um breve histórico do nascimento do patrimônio cultural e da teorização do monumento histórico e como essas questões balizaram a política de proteção dos bens culturais no município.

Essas fachadas, em minha análise, são fontes históricas porque são a materialização de um passado que já não existe mais, mas que pode ser reinterpretado pelos historiadores. A minha proposta é mostrar como é possível estudar História Antiga através delas e, ao mesmo tempo, reforçar a necessidade da cidade em proteger o seu patrimônio cultural não somente como um elemento de construção da história de Corumbá, mas também como um componente curricular das escolas, contribuindo para o desenvolvimento da educação patrimonial nesta região.

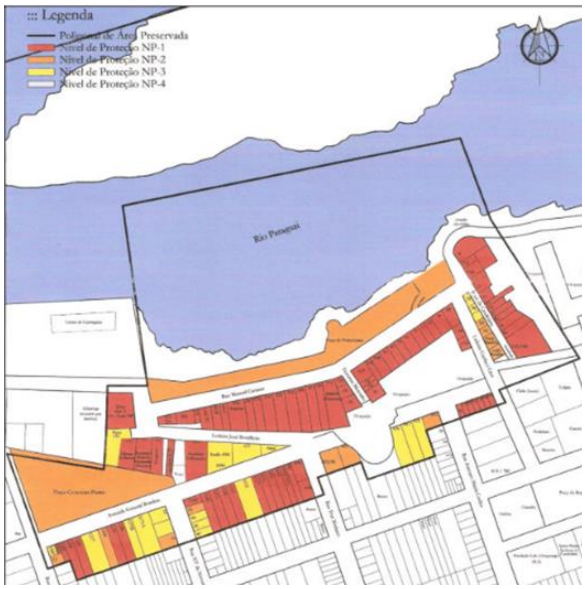
1. UMA ANÁLISE DAS FACHADAS DE CORUMBÁ

As cidades se tornaram espaços para a manifestação política, cultural, econômica e da diversidade da sua população. Elas são organismos vivos, fluídos e em constante mutação. Isso se torna perceptível quando analiso as fachadas dos conjuntos que compõem as cidades, pois elas vão sendo moldadas de acordo com as correntes arquitetônicas desenvolvidas ao longo dos séculos. Corumbá, mesmo estado afastada dos grandes centros urbanos do século XIX e XX, acompanhou as mudanças no estilo de construções, já que é possível observar tendências arquitetônicas que são caracterizadas como neoclássica, art déco e modernista (DELVIZIO, 2004).

Para este trabalho, selecionei a fachada de alguns edifícios da cidade que englobam as esferas pública, privada e religiosa nas quais os elementos que

remetam a arquitetura antiga clássica estejam presentes. Alguns desses edifícios encontram-se na área do Casario do Porto, tombado em 28 de setembro de 1993[3], que corresponde ao antigo porto da cidade e a rua do Comércio, hoje denominada de rua Manoel Cavassa, além de outras ruas. As outras estruturas escolhidas para a análise ficam localizadas no chamado entorno (ruas Firmo de Matos, Cuiabá e Ladário) (fig.1) e designadas como área de interesse, ou seja, são espaços que ainda não estão regulamentados por leis municipais de preservação do patrimônio cultural.

Figura 1 - Planta da área tombada de Corumbá.



Fonte: FERNANDES, Hélènemarie Dias. A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do porto geral de Corumbá-MS no contexto de desenvolvimento local. 2009.

Esses elementos antigos também são percebidos em outros espaços, como o cemitério[4] ou o interior das casas, entretanto, o foco do artigo serão as fachadas, por estarem visíveis por todos aqueles que circulam pela cidade. Algumas dessas fachadas foram fotografadas no início do século XX e estas fotografias se encontram neste artigo, juntamente com as suas imagens dos dias atuais. A decisão por esse método visa evidenciar o tratamento dado a esses

[3] Para mais informações, acessar o endereço eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/252.

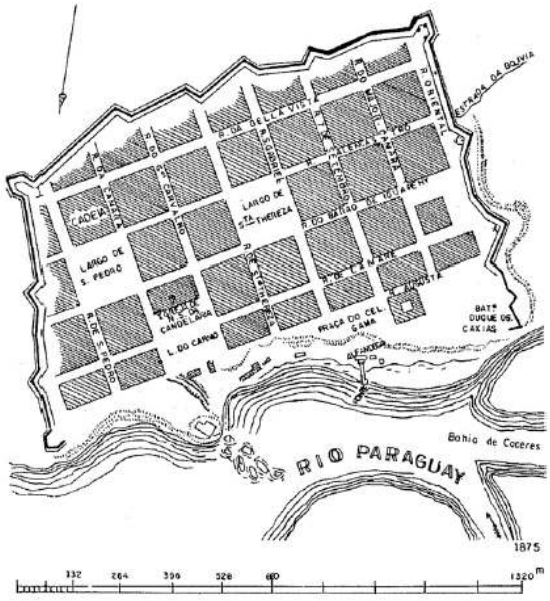
[4] Para saber mais sobre o cemitério, sugiro a leitura do artigo Oliveira, Marco Aurélio Machado de; Junqueira, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. In: **Revista Transporte y Territorio**, núm. 15, p. 388-403, 2016.

edifícios ao longo das décadas, contribuindo para a proposta da viabilidade de proteção desse patrimônio arquitetônico de Corumbá ao atribuir novos usos para essas edificações.

Retomando a discussão acerca do desenvolvimento da cidade, João Bosco Urt Delvizio (2004, p. 39) afirma que a povoação de Albuquerque (Corumbá) iria ampliar sua área urbana, com novas repartições e quartéis somente a partir de 1857, a mando do então presidente da província, o Almirante Joaquim Raimundo Delamare, que será homenageado posteriormente na cidade, nomeando umas das principais ruas do centro da urbe. Essa afirmação vai ao encontro do estudo de Manuel C. Teixeira, que afirma que eram adotados cinco conceitos fundamentais na fundação das novas cidades medievais: “plano, poder, regularidade, ortogonalidade e teoria” (2005, p. 146).

Esses preceitos também podem ser aplicados a Corumbá, uma vez que esse modelo foi adequado pelos portugueses no povoamento das colônias. Além disso, cabe ressaltar que a cidade sofreu danos consideráveis durante a sua retomada na Guerra do Paraguai, sendo necessário um processo de renovação, buscando se consolidar como uma importante cidade fronteiriça, pois desempenhava um papel de destaque na economia e no desenvolvimento da região sul de Mato Grosso. Para essa consolidação, Corumbá precisaria se reafirmar no cenário nacional, agora no campo militar, com a construção do Forte Junqueira (imagem 4). No plano urbanístico, através da liderança do Almirante Delamare, haveria um comprometimento com o planejamento urbano, respeitando o seu traçado ortogonal, no qual há um alinhamento com ruas largas e áreas de largos, como observado na imagem a seguir:

Figura 2 - Planta da cidade de Corumbá em 1859 elaborada a mando do Almirante Delamare.



Fonte: DELVIZIO, João Bosco Urt. Patrimônio arquitetônico de Corumbá: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local. 2004.

Analisando a espacialidade de Corumbá, ela apresenta um planejamento urbano muito similar ao aplicado em cidades antigas: a planta da cidade é regular, semelhante a um padrão geométrico, com uma organização ortogonal das ruas e quarteirões, o que possibilitava uma divisão muito parecida entre os lotes e uma facilidade para a movimentação dentro da urbe.[5] De acordo com Wycherley (2010, p. 1-2) “tratava-se do mais elementar dos planos, a assim chamada ‘grade’ ou ‘tabuleiro’, com ruas retas que se cruzavam em ângulos retos”, um método que gerava poucas complicações, principalmente para os colonos no momento de divisão das novas terras conquistadas.

Esse planejamento das cidades teria sido criado por Hipodamo, que teria nascido em Mileto por volta de 498 a.C. e que, segundo Aristóteles, ele teria “inventado a divisão das cidades em blocos e recortado o Pireu” (Aristóteles. Política. 2.1267b). Outro ponto a ser destacado figura-se no local designado para a construção dos edifícios religiosos, militares ou civis, que se localizam em

[5] Durante o período da Antiguidade Tardia, observa-se que diversos elementos do mundo antigo foram mantidos ou adaptados para o novo contexto histórico que estava se desenvolvendo. O traçado das ruas, a adaptação dos antigos templos pagãos em novas igrejas cristãs são alguns exemplos dessa prática.

pontos de destaque na cidade, como a Igreja da Nossa Senhora da Candelária, inaugurada em 1877, mas que já era representada no mapa elaborado a mando do Almirante Delamare em 1859, e a Casa de Cultura Luiz de Albuquerque, nome escolhido em homenagem ao fundador a cidade, cujo início da construção data de 1871.

Imagem 1 - Igreja da Nossa Senhora da Candelária e a Casa de Cultura Luiz de Albuquerque.



Fonte: Site da Prefeitura de Corumbá.

Imagem 2 – Igreja da Nossa Senhora da Candelária.



Fonte: Acervo particular da autora. 2022.

Imagem 3 – Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (sob restauro).



Fonte: Acervo particular da autora. 2022.

Outro edifício que se destaca na paisagem da cidade é o Forte Junqueira, construído em 1872, após o fim da Guerra do Paraguai. Nesse período, o forte estava localizado no limite da urbe, sendo o responsável pela defesa da cidade, já que também está localizado às margens do rio Paraguai. Atualmente, essa construção faz parte do 17º Batalhão de Fronteira, sob o Comando do Exército.

Imagem 4 – Forte Junqueira



Fonte: Acervo particular da autora. 2017.

Após essa pequena introdução a respeito da disposição de alguns edifícios da cidade que serão analisados no decorrer deste artigo, torna-se necessária uma explanação de alguns elementos da arquitetura grega. Talvez a melhor construção antiga que nos auxilia na visualização desses elementos e que permeia o imaginário popular são os templos gregos (imagem 5), uma vez que muitos deles sobreviveram até a atualidade. Diferentes dos espaços dedicados a outras religiões, o templo antigo era um local de abrigo para a estátua do deus ao qual aquele templo era dedicado e o acesso ao seu interior era permitido somente aos sacerdotes. Aos adoradores daquele deus restava admirar a estátua através da porta de acesso do templo (Duarte, 2018, 135). A grandiosidade e a ornamentação do templo imprimiam, naquela cidade-estado, uma identidade e poder em relação às outras sociedades.[6]

[6] Para um estudo mais aprofundado, sugiro a seguinte leitura: LAWRENCE, A. W. **Greek architecture**. England: Yale University Press, 1983.

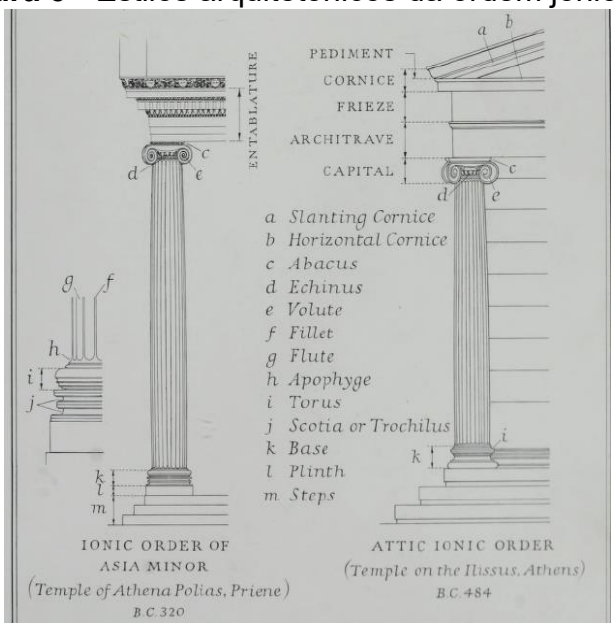
Imagem 5 - Vista externa do Templo da Concórdia, em Agrigento.



Fonte: Foto de Berthold Werner (*Wikimedia Commons*).

Alma Rodriguez (2012) ressalta que os gregos adotaram dois tipos principais de estilos no desenvolvimento da arquitetura: o dórico e o jônico. O estilo jônico foi usado nas cidades da Jônia (costa oeste da Turquia) e algumas das ilhas do mar Egeu, sendo um estilo mais descontraído e decorativo. Já o estilo dórico, que foi usado na Grécia continental e se espalhou para colônias gregas na Magna Grécia, apresenta características mais formais e austeras. Há, também, o estilo coríntio mais ornamentado, que teve o seu desenvolvimento posterior aos anteriores. Esses estilos são mais conhecidos através das três ordens de capitéis de coluna, como podemos observar na imagem abaixo.

Figura 3 - Estilos arquitetônicos da ordem jônica.

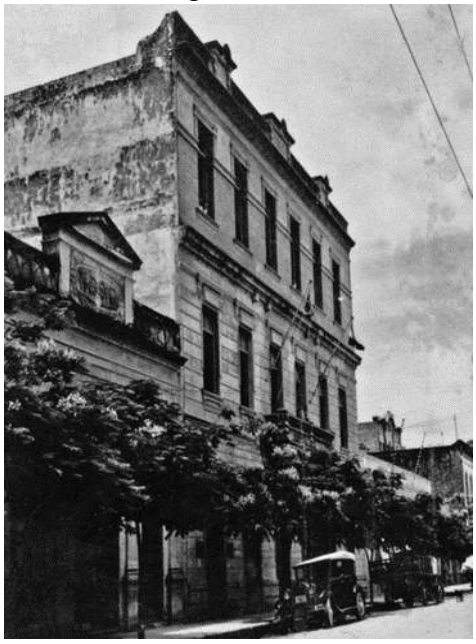


Fonte: LAWRENCE, A. W. Greek architecture. England: Yale University Press, 1983.

O primeiro elemento a ser analisado neste trabalho é a cornija, que fica localizada acima do entablamento e tem o formato triangular. Nos templos gregos, a cornija se destaca, uma vez que nenhum outro elemento arquitetônico é construído ao seu redor (imagem 5). Nos edifícios selecionados, observamos esse destaque dado à cornija na entrada do Forte Junqueira (imagem 4) e no comércio da rua Manoel Cavassa (imagens 6 e 7).

Delvizio (2004) afirma que as construções localizadas na região do Porto Geral tinham como função a estocagem de produtos, funcionando como armazéns. Dessa forma, essas instalações foram projetadas sem um vão entre elas, permanecendo coladas umas às outras, com um desenho retangular (imagens 7 e 16). Costumavam ser projetadas com o pé direito alto, facilitando a inserção de portas e janelas altas. Para Teixeira, (2005, p. 145), essas características seriam encontradas nas construções medievais, nas quais o tamanho da face da frente dos lotes permitia a construção de três vãos, preenchidos por uma porta e duas janelas, uma característica das construções espalhadas pela cidade. Em relação à decoração, são visíveis os “elementos arquitetônicos variados ligados ao estilo neoclássico e, por essa razão classificada como de predominância eclética.” (DELVIZIO, 2004, p. 48).

Imagem 6 - Edifícios comerciais que abrigavam as empresas Wanderley Baís & Cia na antiga rua do Comércio.



Fonte: site da Prefeitura de Corumbá.

Imagem 7 - Imagem atual da rua Manoel Cavassa com destaque para o Museu de História do Pantanal (Muphan) a direita.



Fonte: Acervo particular da autora. 2022.

Em Corumbá é muito comum observar a data de construção das edificações na sua própria fachada. No caso do comércio localizado ao lado do Muhpan (imagem 7), a datação do prédio está localizada dentro da cornija, o ano de 1914. Esta prática também pode ser vista na imagem 11, uma vez que a datação da casa também aparece na fachada, estando localizada acima da porta de entrada e na imagem 17.

Já nas imagens da Igreja Nossa Senhora da Candelária (imagem 2), da Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (imagem 3) e do Iphan (imagens 8 e 9), a cornija vem acompanhada de uma fileira composta de uma parede intercalada por séries de balaústres. Todavia, mesmo a cornija estando acompanhada pelos balaústres, ela está projetada na parte superior dessas construções. A cornija pode conter, além da datação do edifício, outro elemento decorativo, como o brasão da República encontrado no Iphan ou o brasão de Armas de Mato Grosso, no caso da Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (Imagem 3).

Imagem 8 - Alfândega, localizada no porto de Corumbá.



Fonte: site da Prefeitura de Corumbá.

Imagem 9 - A antiga Alfândega abriga atualmente o Escritório Técnico do Instituto de Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).



Fonte: Arquivo pessoal. 2022.

Retomando a afirmação de que as cidades se tornaram palco para a manifestação artística e cultural de seus habitantes, quando analiso a fachada da casa com a data de 1917 acima da porta (imagens 10 e 11), observo uma apropriação da cornija, agora com um formato mais arredondado e compondo a ornamentação das janelas. O interior está preenchido com arabescos e os balaústres aparecem na parte inferior das janelas. Na imagem 12, a cornija se encontra acima da porta e da única janela na face da frente do terreno. Neste caso, não há ornamentações dentro delas, mas o desenho dela apresenta um

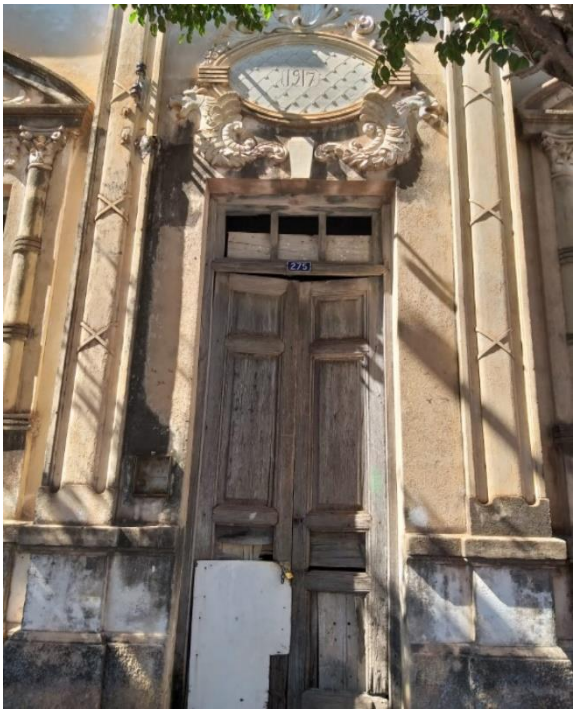
espaço entre os lados inclinados da cornija, diferente do encontrado na imagem 9, por exemplo.

Imagem 10 - Janelas de uma casa localizada na rua Tiradentes.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 11 - Porta com a datação da casa que está localizada na rua Tiradentes.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 12 - Fachada de uma residência localizada na rua Delamare.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2018.

Esta prática se insere em uma vertente dos estudos arqueológicos chamada de Arqueologia da Arquitetura. Segundo Regina Helena Rezende, “essa área do conhecimento procura ver as construções como elementos ativos, produtos culturais que interagem de forma dinâmica com o homem” (2006, p. 11). Dessa forma, os edifícios não seriam somente espaços de abrigo, mas também locais de expressão cultural, ideológica e do status social de um determinado grupo. A residência da rua Tiradentes (imagens 10 e 11) se destaca naquele trecho da via em relação às outras residências, conduzindo a sua análise para o status social e econômico que os seus moradores queriam imprimir na cidade a partir da construção da sua morada.

Em diversas fachadas na cidade, localizadas principalmente no centro da cidade, encontramos a coluna como um elemento decorativo, emoldurando as janelas e portas desses espaços. Nas imagens de duas casas situadas na rua Tiradentes (imagens 10 e 13), entre as ruas Delamare e Treze de Junho, observamos as duas formas das colunas serem projetadas: mais arredondadas e menores em tamanho (imagem 10) ou mais retangulares e mais altas (imagens

13 e 14). Em alguns casos, o corpo da coluna, chamado de fuste, é marcado pelas caneluras, ou sulcos longitudinais, como naquelas encontradas na imagem 15. Na loja maçônica Estrela do Oriente (fig. 21 e 22), as colunas são altas, arredondadas e robustas e estão posicionadas na frente do edifício, assemelhando-se as colunas dos antigos templos gregos.

Imagem 13 - Capitel em estilo coríntio na fachada de uma casa na rua Tiradentes



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 14 - Capitel em estilo coríntio na fachada de um comércio na rua Manoel Cavassa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022

Como já mencionado anteriormente, um dos elementos arquitetônicos escolhido para demonstrar a influência neoclássica na arquitetura de Corumbá é o capitel. Observando a figura 3, é possível visualizar três tipos de capitéis, que seguem o mesmo nome dos estilos arquitetônicos gregos. O menos ornamentado é o dórico, “que consiste em uma simples gola com uma suave saliência redonda chamada equino encimada por uma peça quadrada, o ábaco” (ROTH, 2017, p. 25). Esse tipo de capitel é encontrado com maior facilidade na cidade e podemos observá-lo nas fachadas do prédio do Iphan (imagem 9), da casa Wanderley Bais & Cia (imagem 7), no Forte Junqueira (imagem 4) e na Igreja Nossa Senhora a Candelária (imagem 2).

O capitel mais decorado é o coríntio, por ser mais alto, ele permite agregar duas ou três camadas de ornamentação, que costumam ser folhas de acanto estilizadas (RODRIGUEZ, 2012). Esta decoração também é recorrente nos edifícios em Corumbá, permitindo afirmar que muitos proprietários se preocupavam em imprimir nas fachadas uma decoração mais elaborada, buscando explicitar a sua posição social na cidade, como observado nas imagens a seguir:

Imagem 15 - Comércio localizado na rua Manoel Cavassa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 16 - Casas na rua Delamare.



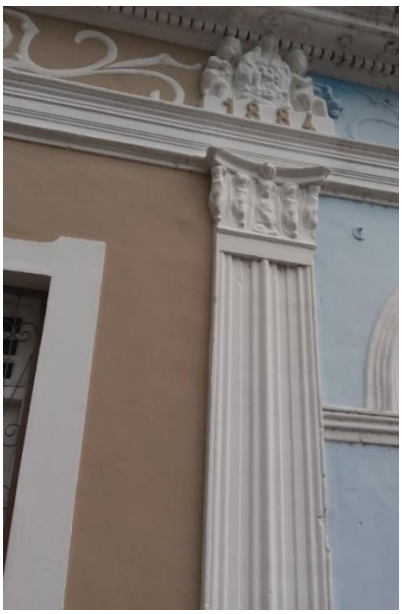
Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Analisando as imagens 15 e 16, é perceptível a semelhança na disposição dos edifícios, não importando se elas forem um comércio ou residências, respectivamente. Na análise que Delvizio faz da arquitetura da cidade, esses

> conjuntos são constituídos por casas geminadas em fila, que se assemelham aos armazéns do porto por serem edificadas no alinhamento predial, implantadas lado a lado, emoldurando os quarteirões, e pelo emprego de elementos arquitetônicos, tais como: platibanda, frontão, balaustradas, frisos, colunas, enfatizando o estilo eclético da sua arquitetura (2004, p. 50).

Em ambos os conjuntos, os frisos, que estão alocados na parte superior das fachadas são ornamentados com arabescos, além da datação das edificações no caso da imagem 17, correspondendo ao ano de 1884.

Imagem 17 - Data encontrada na fachada das casas na rua Delamare.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

A escolha pelas residências da rua Delamare (imagem 16) ocorreu pelo fato de que, mesmo tendo sido construídas em 1884, os capiteis são em estilos diferentes, coríntio e dórico, agregando, de acordo com a minha análise, uma escolha proposital do contratante da obra, creditando uma identidade diversa para cada casa em uma construção que aparenta ser única. Essa prática do uso de diferentes capiteis na mesma fachada também pode ser encontrado nas últimas fachadas analisadas nesse texto. Na imagem 18 é possível visualizar o capitel dórico, já descrito anteriormente, acima das colunas que emolduram as

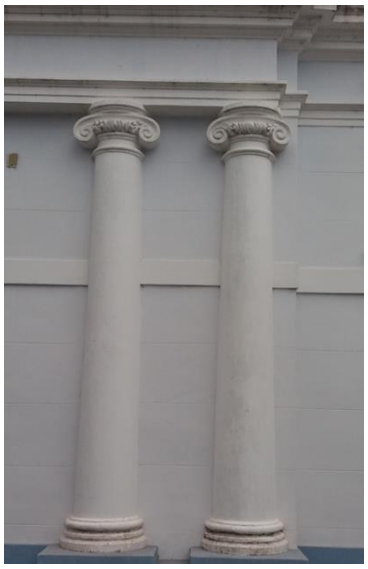
janelas e o capitel jônico, acima das colunas com caneluras, decorando o exterior da residência. Este estilo de capitel desenvolvido pelos antigos helênicos foi largamente usado nas construções gregas do Oriente Próximo entre os anos de 600 a 450 a.C. (LAWRENCE, 1983, p. 90). As volutas, neste estilo, são espiraladas, sustentando um fino ábaco e o equino ganha um formato mais retangular, como representado na imagem 18. Na imagem 19, as volutas estão mais arredondadas e inclinadas para baixo, quase circundando a coluna. Este estilo é pouco utilizado na decoração das fachadas na cidade.

Imagem 18 - Capitel em estilo jônico localizado na fachada de uma casa na rua Ladário.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 19 - Capitel em estilo jônico localizado na loja maçônica Estrela do Oriente.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 20 - Fachada da loja maçônica Estrela do Oriente.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2018.'

As cidades são testemunhas dos seus diversos períodos históricos e, ao mesmo tempo, são ajustadas e modificadas pela sociedade nesses arcos

temporais. Por conta disso, Corumbá é resultado de diversos planejamentos urbanos: a estrutura em formato de tabuleiro de xadrez, pensado e aplicado por Hipodamo de Mileto e os edifícios civis, religiosos e militares em pontos estratégicos, aplicados de forma recorrente em cidade portuguesas e trazidos ao Brasil no período nas navegações. Outra característica das cidades portuguesas encontrada em Corumbá é a divisão entre a cidade baixa, local dos armazéns e do comércio devido à proximidade com o porto e a cidade alta, espaço onde as residências e outras construções eram erguidas.

Imagem 21 - Porto de Corumbá em 1910.



Fonte: Álbum Graphico do Matto Grosso. (1914).

Em relação à inspiração para a decoração empregada em todos os edifícios do município, principalmente ao estilo grego antigo, Giovane Teodoro de Brito Chaparro descreve que em 1880,

> a Província de Mato Grosso, tendo superado grande parte das dificuldades de recuperação do pós-guerra, passou a contar com duas linhas regulares de navegação a vapor: uma via que vinculava Cuiabá, Montevidéu e Rio de Janeiro sob responsabilidade da Companhia Nacional de Navegação a Vapor, com subvenção estatal desde a criação em 1872; a segunda linha interligava o percurso de Cáceres a Assunção, passando por Corumbá (2020, p. 45).

Os barcos que faziam o trajeto que ligava Cuiabá, Montevidéu e Rio de Janeiro não carregavam somente mercadorias, mas também pessoas e ideias. Assim, a decoração empregada em grandes cidades, como Rio de Janeiro,

Montevidéu e Buenos Aires, uma vez que também fazia parte da Bacia do Prata – espaço de grande circulação de navios na América do Sul no século XIX –, chegava nas localidades onde havia um porto. Essas capitais sul-americanas eram influenciadas pelas capitais europeias, com sua arquitetura renascentista muito marcante nos grandes edifícios dessas cidades. Dessa forma, adotar essa arquitetura nas colônias era uma maneira que as elites locais encontraram para se aproximar das suas metrópoles, buscando alcançar melhorias para as colônias ou interesses pessoais. Seja como for, essa decoração renascentista vai ser empregada em todas as regiões do Brasil, porém, ganhando contornos próprios em cada uma dessas localidades.

2. O NASCIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A palavra patrimônio, *patrimonium,* era largamente utilizada na Roma Antiga e se referia à herança herdada do pai (*pater*) de família (FUNARI; FERREIRA, 2015, p. 136): esposa, filhos, móveis, imóveis, escravos e animais. Dessa forma, os antigos romanos entendiam o conceito de patrimônio aplicado à esfera privada, sendo negociado ou deixado em testamento pelo pai. Até a Revolução Francesa (1789), o patrimônio se restringia às coleções particulares, de aristocratas ou homens ricos, de objetos produzidos durante o período da Antiguidade (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15).

Durante a Revolução Francesa, foi criada uma comissão para a preservação dos monumentos nacionais (CHOAY, 2001). Após esse acontecimento, haverá uma expropriação dos bens do clero e da nobreza, transferindo-os para a nação, que os abrigará em diversos museus espalhados pelo território francês. A partir da instalação da Primeira República (1792), sob a fase do terror, a obra dos revolucionários será destruir ideologicamente uma parte destes bens. Isto resultará em uma reação imediata para defender aquilo que foi destruído no processo revolucionário. Contudo, essa preservação do patrimônio histórico assumiu um significado político de conservar a riqueza e a totalidade daquilo que está sendo construído enquanto patrimônio nacional. (CHOAY, 2001).

No século seguinte, o projeto de construção dos Estados-Nacionais se apropriou de todos esses objetos para a confecção de uma única narrativa a

respeito da história da França, contribuindo para o sentimento de pertencimento que todos os habitantes dessa recém-nação deveriam compartilhar. Como o patrimônio histórico ajudava na construção e fixação da História da França, em 1887 foi criada a primeira lei francesa de proteção ao patrimônio, que viria a ser complementada em 1906 (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 19).

Cabe aqui ressaltar que essas primeiras leis que surgiram, no início do século XX, em diversos países como o intuito de preservação do patrimônio, tendiam a considerar exclusivamente como bens patrimoniais aqueles que auxiliavam na construção do Estado Nacional e, principalmente os bens físicos, como edifícios, estátuas e monumentos. Outro elemento importante a ser considerado como patrimônio é aquele que se insere na esfera do excepcional, do belo, daquilo que é único na sociedade e, dessa forma, deveria ser preservado. A última etapa concretizada para auxiliar na preservação dos objetos elencados como patrimônio foi a criação dos institutos de proteção patrimonial, que gerenciavam os trabalhos e a administração desses bens tombados. As políticas patrimoniais tiveram seu início na Europa e foram pensadas para criar uma identidade nacional. Portanto, castelos, igrejas e tudo aquilo que estava ligado às elites foram preservados, logo, excluíam-se qualquer contribuição cultural ou histórica da população.

O Brasil acompanhou as discussões a respeito do patrimônio histórico que estavam ocorrendo em outros países. As políticas públicas de preservação do patrimônio foram criadas por Getúlio Vargas com a intenção de construir uma identidade nacional, uma memória coletiva a partir de determinados momentos da história. Em 1934, na Constituição da República Federativa, já havia um artigo que proibia a subtração de obras de arte do território nacional (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 44). Em 1936 seria o ano de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que depois daria origem ao IPHAN. Em 1937, com a nova Constituição Brasileira, observamos uma ampliação de leis de proteção do patrimônio, submetendo, por exemplo, o poder da propriedade ao interesse do coletivo. Entretanto, mesmo com a preocupação com a salvaguarda do patrimônio histórico no Brasil, ele ainda ficaria muito restrito ao universo dos artefatos denominados “coloniais” ou “barroco-coloniais” (permanência da noção originária do ideário modernista dos anos trinta do século

XX). Basicamente, era preservado tudo o que remetia a influência europeia, como as igrejas de estilo barroco em Minas Gerais e os casarões do período colonial, ou seja, todos os edifícios associados às classes dominantes tornaram-se sinônimos de patrimônio histórico.

Para Françoise Choay (2001), o uso corrente desta expressão "patrimônio histórico" é bem recente, e remonta à década de 1960. A partir dos movimentos de 1970, novos grupos sociais começaram a reivindicar por direitos igualitários e inserção maior no mercado de trabalho e em outras esferas da sociedade. Dessa forma, surgem debates em diversas áreas de conhecimento e a concepção de patrimônio histórico também começaria a ser questionada por esses grupos, que até o momento, não se viam contemplados nas políticas de proteção desses monumentos históricos. Para Maria Cecília Fonseca (2009, 59), essas leis de preservação não contemplavam a diversidade da produção cultural no Brasil.

Entretanto, somente na Constituição Federal de 1988 que houve uma ampliação da concepção do patrimônio histórico e artístico estabelecido pelo Decreto-lei n°25, de 30 de novembro de 1937. O Art. 216 estabelece que o patrimônio cultural brasileiro são

> os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988, Art. 216).

Assim, esse artigo passa a reconhecer as expressões artísticas, culturais e as relações com o meio ambiente. Porém, esse registro somente seria realizado a partir do decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, designando os quatro livros de registros: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e do Lugares.

No caso de Corumbá, encontramos diversos bens, materiais e imateriais, tombados pelo IPHAN: Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá (Casario do Porto de Corumbá), Forte Junqueira, Modo de fazer a Viola de Cocho e Banho de São João de Corumbá e Ladário. A Casa de Cultura Luiz de Albuquerque ("ILA"), Catedral Nossa Senhora da Candelária – Corumbá/MS já são bens tombados em nível estadual através da Fundação de Cultura do

Mato Grosso do Sul (RODRIGUES, 2018a), ou seja, várias fachadas selecionadas para esse artigo estão protegidas por leis federais ou estaduais.

Contudo, mesmo com as diversas leis nos âmbitos federal, estadual e municipal, é perceptível a falta de preservação das fachadas ou das construções do século XIX e início do século XX no Brasil. Esta prática está ligada a diversas questões,[7] que neste momento citarei duas: a primeira se refere à exclusão da maioria da população na escolha dos bens culturais a serem protegidos, causando uma falta de afeto, preservação e reconhecimento pelos bens já tombados, pois haveria "um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse de modo algum, relevante ou digna de atenção" (FUNARI; FERREIRA, 2015, p. 138). Outra importante questão ligada às dificuldades de preservação do patrimônio material está conectada com a ideia de progresso, pois alguns grupos entendem que a preservação de um casarão do século XIX não seria atrativo para o estabelecimento de espaços voltados para o comércio – principalmente no centro da cidade – já que, por não terem características modernas, acarretariam em um atraso econômico para a cidade. Isso é visível na cidade de Corumbá, onde há um movimento pelo envidraçamento das janelas, ou seja, a troca das janelas de madeira antigas por vidro e a cobertura total das fachadas por vidros espelhados, o que seria um sinal do progresso econômico das cidades.

Entretanto, a partir da pesquisa a respeito do planejamento e desenvolvimento urbano de Corumbá foi possível observar, através das fotografias do início do século XX, que diversos edifícios ainda mantêm várias de suas características iniciais, mesmo abrigando outras órgãos ou atividades atualmente. As edificações do Casario do Porto agora hospedam restaurantes, bares, lojas de aluguel de equipamentos para esportes náuticos. Na antiga Alfândega foi instalado o Escritório Técnico do Iphan e a Casa Vasquez & Filhos

[7] Para mais exemplos, sugiro a leitura seguintes textos: FUNARI, P. P. A.; FERREIRA, L. M. Desafios para a Preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil. In: **Patrimônio Cultural Plural**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015, v. 1, p. 135-143 e RODRIGUES, Wanessa Pereira. **O Patrimônio Cultural de Corumbá-MS e a ausência de relação com a população local:** estratégias que podem contribuir para a reversão de tal quadro. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – à distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Corumbá – MS.2018. Polo Barretos – SP.

sedia o Instituto do Homem Pantaneiro. Mesmo na região do entorno que, como mencionado anteriormente, não apresenta leis municipais de preservação, muitos dos prédios construídos no final do século XIX mantiveram as suas fachadas, sendo o interior remodelado de acordo com as necessidades atuais, assim como muitas residências em diversos pontos da cidade.

Apesar disso, a preservação do patrimônio na cidade se insere muito mais em iniciativas pontuais e individuais, do que de leis que contemplem as vozes da comunidade. A partir disso, é indispensável discutir sobre a memória coletiva, pois só a partir dela que podemos estabelecer uma relação de identificação com os bens culturais, ou seja, isso possibilita a preocupação em preservar a cultura material e imaterial por parte da população, mesmo por aqueles espaços tombados sem a consulta às comunidades. Um dos ambientes importantes para que essas discussões sobre memória, patrimônio cultural e pertencimento é a escola. É nesse espaço que essas discussões podem ser apresentadas para os alunos a partir dos professores ou através de parcerias com o órgão responsável pela gestão do patrimônio no município[8]. Entretanto, muitas escolas ainda não apresentam, em seus currículos o patrimônio cultural como um componente curricular e muitas prefeituras não desenvolvem projetos para levar essa discussão para diversos espaço, não somente a escola.

3. MONUMENTO HISTÓRICO E OS USOS DO PASSADO

A escolha da cidade como fonte de pesquisa se insere dentro da perspectiva da memória, uma vez que considero os edifícios como locais onde as lembranças são ativadas a todo o momento. As fachadas das construções, assim como os monumentos (LE GOFF, 2003), perpetuam as lembranças individuais e coletivas dos moradores da localidade, já que algumas fachadas mais bem elaboradas passam a fazer parte do imaginário do município, como é o caso da Casa Vasquez & Filhos, com sua águia imponente no topo do edifício.

[8] No caso de Corumbá, há uma iniciativa da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico para levar as discussões a respeito do patrimônio cultural e da sua preservação para as escolas, porém, ressalto que essa atividade não faz parte do componente curricular das escolas do município.

Imagem 23 - Prédio do antigo comércio denominado Casa Vasquez & Filhos, que abriga o Instituto do Homem Pantaneiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

A palavra monumento é derivada do latim *monumentum* e do verbo *monere* e carrega consigo a ideia de fazer memorar, evocar o passado (LE GOFF, 2003, p. 526). Dessa forma, o monumento tem como atributo o poder de perpetuar a memória coletiva. Choay (2001, p. 18) complementa essa atribuição do patrimônio ao afirmar que ele remete a uma memória viva através da emoção e é através dessa afetividade que ele garante a preservação da identidade daquela sociedade que o projetou. O monumento histórico apresenta outra definição, ligado a uma perspectiva histórica ou artística, posterior ao período de sua criação (FONSECA, 2009, p. 49), sendo atribuído a ele características que estariam ausentes no momento da sua concepção.

A Casa Vasquez & Filhos é um exemplo da transformação de um edifício em monumento histórico. Essa edificação foi construída próxima ao porto de Corumbá para abrigar o comércio e o estoque, no andar térreo e, no primeiro andar, era a residência da família Vasquez. Como crescimento da economia da região no final do século XIX, a construção recebeu o acréscimo de mais um andar. Com o fim das atividades portuárias na cidade em meados do século XX, toda essa região foi abandonada. Ela somente será restaurada a partir do

momento de seu tombamento, junto com outros monumentos históricos daquela região portuária. Ao se deparar com a Casa Vasquez & Filhos, a primeira sensação é o sentimento de afetividade que a população tem com essa estrutura. O segundo passo é o ato de lembrar de um passado próspero da cidade e o seu declínio, ligados ao campo histórico e o restauro de todos os elementos artísticos, ligado ao campo da arte. São esses dois campos que nortearam a escolha desse espaço como importantes de serem salvaguardados.

Assim como a concepção de patrimônio histórico passou por diversas mudanças ao longo dos séculos, o estudo da História Antiga passou por grandes alterações a partir dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 (SILVA; FUNARI, 2021). Novos sujeitos históricos, novas fontes históricas e novas abordagens ampliaram as possibilidades dos estudos antigos. O chamado usos do passado tornou-se um campo bastante explorado pelos estudos históricos, que apresenta a preocupação de entender como houve a manipulação do passado por grupos no poder para legitimar os seus discursos e as suas práticas vigentes. A tradição clássica na arquitetura, neste trabalho, insere-se nessa vertente, uma vez que vários elementos arquitetônicos da cultura grega são encontrados em Corumbá, como demonstrei anteriormente. Nesse caso, torna-se perceptível a premissa que o passado, não necessariamente, ficou preso a um arco temporal específico. No caso dos elementos da História Antiga, eles foram retomados em outros momentos históricos, como o Renascimento e, no caso específico deste trabalho, na arquitetura do século XIX.

Cabe aqui salientar que essa apropriação do passado passa por uma adaptação do período histórico na qual ela será empregada, além da escolha pessoal ou coletiva de quem a selecionou. Além disso, a escolha por determinado estilo arquitetônico, tamanho ou local onde esses elementos serão construídos influenciam na imagem que esses espaços querem passar para o seu público, legitimando algum poder, criando uma identidade ou revelando o status econômico do proprietário, como afirma Sávio Maia Rodrigues (2018). Isso pode ser observado na fachada da Igreja Nossa Senhora da Candelária, do Museu de História do Pantanal e da Casa Luiz de Albuquerque, com seu pé direito alto, com os capitéis ornamentados, principalmente o coríntio, que

necessita de mais tempo para ser concluído, o que dispensaria mais dinheiro investido.

Outro elemento interessante dos usos do passado se insere na percepção que a população tem a respeito da Antiguidade. Os grandes templos, os mistérios das Pirâmides do Egito, as múmias, a cerâmica antiga são alguns exemplos dessa percepção. A escolha das colunas presentes na fachada da loja maçônica de Corumbá (imagem 20) remete às robustas colunas dos templos antigos, que circundavam todo o edifício. Apesar das colunas da loja maçônica não serem de sustentação, como no caso das construções da Antiguidade, elas estão presentes na face da frente do terreno, trazendo a ideia de eternidade, pois muitos templos, mesmo sofrendo com os danos causados tempo, pelas guerras e ou pela falta de conservação, ainda apresentam algumas colunas intactas, como o caso do Templo da Concórdia, em Agrigento (imagem 5). Portanto, a seleção das colunas tem o intuito de passar o sentimento de confiança para o frequentador, uma vez que não importa o que aconteça, aquela instituição, representada naquele edifício, continuará resistindo ao tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a urbe, observamos que muitas fachadas ainda estão preservadas, seja por estarem nas áreas tombadas e receberem incentivo governamentais, como no caso do Casario do Porto, abrigando restaurantes, lojas e o Muhpan, ou da Casa de Cultura Luiz de Albuquerque, seja por iniciativa dos proprietários. Entretanto, outras estão destinadas ao desaparecimento devido à falta de manutenção (imagens 10 e 11) ou de reformas que não se preocupam em manter as características originais. Alguns edifícios estão abandonados há algumas décadas, pois o reboco já não existe mais, revelando as paredes de pedras das construções mais antigas, além de plantas se desenvolvendo nas fachadas, provocando danos estruturais.

A salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil ainda encontra muitos entraves que, em alguns momentos, parecem intransponíveis. A proposta deste artigo foi apontar as diversas possibilidades em se trabalhar com esse patrimônio material: os elementos arquitetônicos que contam como foi a passagem do

tempo por aquela cidade, os usos do passado nas edificações e planejamentos da urbe, os valores simbólicos atribuídos às fachadas, o sentimento de pertencimento e a construção das identidades. Todos esses tópicos podem ser desenvolvidos em diversos espaços escolares pelas diferentes áreas de conhecimento, fomentando os debates e a reflexão por parte dos alunos e das alunas a respeito da educação patrimonial. Desse modo, as próximas gerações entenderão que a preservação do patrimônio cultural vai além do ato do tombamento daquele bem, incluindo a comunidade em todo o processo de seleção desses bens, promovendo toda a afetividade responsável pela preservação da cultura e da história daquela região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTOTLE. **Aristotle in 23 Volumes**, Vol. 21, translated by H. Rackham. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1944.

BOSSI, B. **Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas:** com a descrição da província de Mato Grosso em seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais. tradução de Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto n° 3.551, de 4 de Agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Brasília, DF, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 24 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n°25, de 30 de novembro de 1937.** Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Brasília, DF, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 24 mai. 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

Corrêa, Lúcia S. **Corumbá**: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870 – 1920, SLED, 1981.

_____. **História e fronteira:** o Sul de Mato Grosso 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. **Corumbá:** Terra de Lutas e de Sonhos. Brasília-DF: Editora do Senado Federal, 2006.
DELVIZIO, João Bosco Urt. **Patrimônio arquitetônico de Corumbá:** um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco], 2004. https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7947-patrimonio-arquitetonico-de-corumba-um-olhar-sobre-a-arquitetura-moderna-na-perspectiva-da-memoria-e-desenvolvimento-local.pdf.
DUARTE, Cláudio. W. G. Aspectos preliminares para estudar a arquitetura dos templos gregos na antiguidade. In: **Perspectivas e Diálogos:** Revista de História Social e Práticas de Ensino. v. 1, n. 2, p. 132-150, 2018. https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/6066.
Fernandes, Hélènemarie Dias. **A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do porto geral de Corumbá-MS no contexto de desenvolvimento local.** [Dissertação de Mestrado Acadêmico, Universidade Católica Dom Bosco], 2009. https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8105-a-re-territorializacao-do-patrimonio-cultural-tombado-do-porto-geral-de-corumba-ms-no-contexto-do-desenvolvimento-local.pdf.
FONSECA, M. C. L. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ***Memória e patrimônio:*** *ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.
FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
FUNARI, Pedro Paulo Abreu.; Ferreira, Lúcio M. Desafios para a Preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil. In: **Patrimônio Cultural Plural.** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 135-143.
LAWRENCE, A. W. **Greek architecture**. England: Yale University Press, 1983.
OLIVEIRA, Marco Aurélio M. de; JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. In: **Revista Transporte y Territorio**. n. 15, p. 388-403, 2016. DOI**:** https://doi.org/10.34096/rtt.i15.2867
REZENDE, R. H. **Formas arquitetônicas clássicas em edifícios religiosos do Período Bizantino.** [Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo], 2006. DOI:10.11606/D.71.2007.tde-09052007-122147
RODRIGUES, Sávio M. Grécia Antiga e Usos do Passado? sobre a arquitetura antiga e o tempo presente. In: **Anais do XIV Encontro de História da ANPUH/MS - "História: o que é, quanto vale, para que serve?"**, p. 1-10, 2018. http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1542813927_ARQUIVO_GreciaAntigaeUsosdoPassadosobreaarquiteturaantigaeotempopresente.pdf
RODRIGUES, Wanessa. P. **O Patrimônio Cultural de Corumbá-MS e a ausência de relação com a população local:** estratégias que podem contribuir para a reversão de tal quadro. [Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização, Universidade de Brasília], 2018a. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22332/1/2018_WanessaPereiraRodrigues_tcc.pdf
RODRIGUEZ, A. **Art and Architecture of Ancient Greece**. Delhi: The English Press, 2012.

ROTH, L. M. **Entender a arquitetura:** seus elementos, história e significado. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In ***Memória e patrimônio:*** *ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.
SENA, Divino M. de. A Câmara Municipal de Corumbá e os Festejos Públicos: Período Imperial. In: **Revista GeoPantanal**. n. 19, p. 39-57, 2015. https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/1262
_____. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá.** [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Grande Dourados], 2017. https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/Tese.-Divino-Marcos-de-Sena.-2017.pdf
SILVA, Filipe N.; FUNARI, Pedro Paulo A. A presença da Antiguidade no livro didático de História. In: **Educação, ensino e os estudos clássicos**. São Paulo: Editora Odysseus, 2021. p. 236-257. ISBN: 978-65-88738-05-4.
TEIXEIRA, M. C. As cidades medievais portuguesas. As cidades muçulmanas dos sécs. VIII-XIII. As cidades cristãs planeadas dos sécs. XIII-XIV. In: **As cidades no tempo**. Franca: UNESP, São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 129-152.
WYCHERLEY, R. E. Greek Town-Planning. In: **How the Greeks Built Cities**. Tradução: Maria B. B. Florenzano. Nova Iorque: Macmillan, 2002. p. 15-35.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

RESENHA:
SANTOS, Fernando Pereira dos. **A conduta marcial inglesa na Guerra dos Cem Anos:** um estudo sobre os ditames morais do conflito ao final da Idade Média (1400-1453). Florianópolis: UDESC, 2022.

REVIEW
SANTOS, Fernando Pereira dos. **A conduta marcial inglesa na Guerra dos Cem Anos:** um estudo sobre os ditames morais do conflito ao final da Idade Média (1400-1453). Florianópolis: UDESC, 2022.

PALOMA CAROLINE CATELAN [1]

O estudo da guerra na Idade Média é um tema amplamente trabalhado desde a segunda metade do século XIX. No entanto, longe de ser um tópico esgotado, muitas temporalidades e lugares ainda carecem de um olhar mais circunspecto pela medievalística nacional. Uma contribuição singular apresenta-se com a obra A conduta marcial inglesa na Guerra dos Cem Anos: um estudo sobre os ditames morais do conflito ao final da Idade Média (1400-1453), de autoria de Fernando Pereira dos Santos, Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - FCHS/Franca, especialista em história medieval inglesa, atuando sobre o tema das prescrições morais sobre a atividade marcial na Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

Resultado de sua tese de doutoramento, a obra, publicada em 2022 pela Editora da Universidade Estadual de Santa Catarina (EDUSC), inova ao trilhar uma dupla via: ao mesmo tempo em que apresenta ao seu leitor um tratamento refinado de documentação produzida em língua inglesa, ainda pouco explorada no Brasil, o autor pauta sua investigação ao perscrutar sobre ditames morais que

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"(UNESP/FCHS). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). *E-mail:* paloma.catelan@unesp.br.

integraram os entendimentos sobre a guerra ao longo da primeira metade do século XV entre escritos daquele importante recanto da Cristandade.

Muito embora os estudos medievais no país tenham ampliado seu escopo de investigação nas últimas décadas, ainda é notório que este labor historiográfico seja pouco voltado para o espaço britânico.[2] Nesse sentido, um dos pontos fortes da obra de Santos é o diálogo equilibrado entre estudos seminais da medievalística anglófona, representado por estudiosos como Anne Curry, Jonathan Sumption, Maurice Keen e Michael Prestwich. Além disso, outro destaque é seu laborioso emprego de escritos contemporâneos, dentre os quais figuram crônicas, tratados, documentos legislativos, cartas produzidas por ingleses ou mesmo no âmbito da produção a serviço da Coroa, que permitem uma ampla percepção sobre o funcionamento da guerra nas mais diversas etapas da logística do conflito, que foram do alistamento, transporte e alimentação de hostes, pagamento de guerreiros, até as percepções frente às agruras enfrentadas pelos combatentes que cruzaram o chamado Mar Estreito em defesa dos pleitos dos monarcas ingleses pelas terras do além-mar.

Frente ao fôlego investigativo para lidar com um bom número de estudos e documentos do período, um outro aspecto singular foi a abordagem que dedicou à temática da obra. Ao passo em que a historiografia inglesa dedicada aos conflitos travados entre ingleses e franceses volta suas inquirições para a compreensão de aspectos técnicos do fazer bélico, a exemplo da organização das tropas, do perfil do combatente, dos danos causados pela passagem de guerreiros no entorno das cidades, do prejuízo econômico causado pelas campanhas de saque; tal historiografia habitualmente relega a segundo plano as recomendações e reprovações sobre o conflito elaboradas pelas penas de eclesiásticos e também dos homens com participação direta na atividade

[2] Uma amostra é o levantamento realizado pelo professor da Unifesp, Fabiano Fernandes, em que coteja a produção de historiografia medieval em dois importantes polos acadêmicos do Estado de São Paulo: Unesp e Unifesp. Tal levantamento apontou que uma ínfima parcela das dissertações e teses defendidas em ambos os programas de pós-graduação dedicaram-se aos estudos das ilhas britânicas. Ver: FERNANDES, Fabiano; CRUZ, Paulo Christian Martins Marques da. *A produção recente em História Medieval na UNIFESP e UNESP: um esforço interpretativo.* In: Clinio Amaral, João Lisbôa. (Org.). A historiografia medieval no Brasil: de 1990 a 2017. 1ed.Curitiba: Prismas, 2019, p. 117-134.

marcial. É nesse ponto em que a obra de Santos se destaca, pois é na brecha entre a moralidade e a licitude do fazer marcial que o autor se debruça para perceber incômodos com a condução do conflito por parte de homens do período. Em suas palavras, para além dos sem-número de vicissitudes inerentes ao fazer bélico, um obstáculo em particular destacou-se dentre as preocupações dos súditos Lancaster, "a condução imoderada do conflito marcada pelos desvios correntes dos homens a governá-lo." (SANTOS, 2022, p. 13).

Nesse sentido, a obra em tela insere-se nessa lacuna deixada pela historiografia. Dividida em três capítulos, o autor pretendeu compreender que o modo de se relatar a guerra, necessariamente, integrou-se às concepções do que se julgava legítimo para a realização do conflito. Destarte, no primeiro capítulo, o autor pondera sobre a produção letrada inglesa acerca da guerra com recuo até o século XIV, quando se iniciam as animosidades que levaram ao conflito entre os Plantagenetas e os Valois. Nesse sentido, o intuito de Santos foi pensar não apenas sobre aquilo que se falava sobre os guerreiros, mas também circunscrever escritos feitos sob o amparo de cavaleiros, uma vez que teria havido uma transformação, tanto nos códigos quanto na composição daquilo que se entendia por cavalaria, em decorrência das próprias transformações ocorridas durante as muitas décadas de conflitos. Isso posto, um elemento central foi o de observar que os inimigos franceses e seus aliados têm imputados a eles o estigma da traição como uma marca moral de sua conduta na guerra, pois, aos olhos do próprio monarca inglês Henrique V (1413-1422), haveria uma "propensão dos franceses em agirem com falsidade e de modo traiçoeiro contra nosso território" (SANTOS, 2022, p. 155) por se aproveitarem, há séculos, de períodos de paz para reforçarem suas defesas e se reorganizarem frente a uma retomada do conflito em momentos mais favoráveis. Tal ponto ganhava contornos de importância para os ingleses por tratar-se de um conflito de homens da mesma fé que subvertiam parâmetros do código de cavalaria e, ainda mais grave, da própria Cristandade.

Um outro ponto alto da obra de Santos é observar que, para além das acusações contra os adversários, os escritos ingleses direcionaram suas admoestações contra aqueles mesmos homens que deveriam defender os

interesses da Coroa por meio da guerra. Dessa maneira, o autor aponta para os contornos do modelo ideal de guerreiro, que deveria somar a manutenção da palavra dada, aspecto honorífico inerente aos seguidores dos códigos da cavalaria, com a observação diligente de preceitos cristãos na condução das armas. Tal modelo apartou-se diante de uma realidade moldada pela alteração no perfil dos combatentes, pois, se nas décadas iniciais do conflito a nobiliarquia destacou-se na função marcial, a partir da passagem do XIV para o XV, homens de menor estatura social engajaram-se mais ativamente nos conflitos. Em outras palavras, uma hipótese levantada é a de que tal alteração pode ter sido a fonte das reprovações daqueles tradicionalmente habituados a relatar um fazer da guerra liderado pela nobiliarquia, e, agora, feito por esses homens.

Se esses pobres homens, apartados da alta nobiliarquia, gradualmente passam a encabeçar a máquina de guerra inglesa, estariam os mesmos atentos aos antigos códigos de cavalaria que atravessavam tratados compostos ao longo da Cristandade por séculos? Na perspectiva do autor, não, pois o olhar moralizador via com desconfiança as ações daqueles homens em territórios como a Normandia e Maine. Suas preocupações estavam voltadas para alguns campos que, há séculos, incomodavam tratadistas e que eram observadas rotineiramente nas práticas desses guerreiros. Alguns desses problemas seriam os apetites do corpo e o direcionamento inadequado das armas, a exemplo de quando o monarca Henrique V menciona, em suas ordenações, que as prostitutas deveriam permanecer distantes das tropas sob a pena de terem seu braço quebrado, pois poderiam levar ao dispêndio da potência corpórea dos combatentes com elementos alheios ao conflito (SANTOS, 2022, 191).

Santos também observou que não apenas questionava-se o descomedimento de homens que voltavam suas armas contra as regiões que deveriam proteger, como houve relatos daqueles que se recusaram a combater. Aquela teria sido uma provável reação perante os perigos inerentes ao conflito, tanto para o corpo do combatente, como a morte, mutilação e encarceramento, quanto para o seu lugar social, a exemplo do empobrecimento decorrente do custeio de resgate ou indenizações por condutas imoderadas. Em suma, a busca por riquezas era um fator inerente à guerra, porém, na perspectiva inglesa

quatrocentista, ao contrário do que acontecia até o século anterior, a cobiça daqueles homens menores vinha levando ao descuido no fazer da guerra e, consequentemente, teria sido um dos eixos da derrota inglesa.

Frente aos pontos apresentados, a investigação de Santos tem êxito justamente por colocar em relevo aspectos da moral contemporânea que deram corpo às explicações para os insucessos ingleses, culminando no seu expurgo quase que por completo das terras continentais após décadas de domínio sobre uma parte significativa do reino da França. Vale ressalvar, entretanto, que se o estudo priorizou os descaminhos, ainda há espaço para investigações sobre os bons modelos de conduta marcial. Afinal de contas, para além de elencar razões para o infortúnio bélico, quais teriam sido os ditames a circunscreverem condutas entendidas como exemplares que, se emulados, poderiam, segundo os entendimentos contemporâneos, levar ao sucesso militar?

REFERÊNCIAS:

FERNANDES, Fabiano; CRUZ, Paulo Christian Martins Marques da. A produção recente em História Medieval na UNIFESP e UNESP**:** um esforço interpretativo**.** In: Clinio Amaral, João Lisbôa. (Org.). **A historiografia medieval no Brasil: de 1990 a 2017.** 1ed.Curitiba: Prismas, 2019, p. 117-134.

Recebido em 21 de outubro de 2022.
Aprovado para publicação em 21 de janeiro de 2023.

Revista eletrônica
HISTÓRIA
EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

Revista História em Reflexão, Vol. 17, N. 33 | abr. a jul. de 2023

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é uma publicação do discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

A REHR recebe contribuições em fluxo contínuo e tem como objetivo divulgar trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da História que possibilitem refletir sobre o fazer histórico, bem como em suas relações com a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Linguística, Educação, entre outros, de forma a propiciar melhor compreensão nos estudos da História e promover a interdisciplinaridade. Ademais, não privilegia uma especificidade temática, na medida em que prevê a divulgação de trabalhos originais.

A Revista Eletrônica História em Reflexão, destina -se tanto a estudantes de graduação e pós-graduação que tenham interesse nos trabalhos publicados, assim como professores de graduação e pós-graduação. Aceita trabalhos em português, inglês e espanhol sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros, comentários sobre fontes inéditas, resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, textos livres produção iconográfica e audiovisual e notas breves.

EQUIPE EDITORIAL

EDITORA CHEFE
Nathalia Claro Moreira

EDITORES/AS ASSOCIADOS/AS
Bianca Francisca da Silva Santos
Carla Maria Monteiro de Souza
Emanoel Jardel Alves Oliveira
Jackeline Kojima Matias Ikuta
Kacia Mikaela de Sousa
Kamyla Raphaely Macedo Monteiro
Kevin Franco dos Santos
Ravi Rodrigues Amorim

PARECERISTAS *AD HOC* NESTE NÚMERO
Alfredo Ricardo Silva Lopes
Alina dos Santos Nunes
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Beatriz Nader
Carlos Eduardo da Costa Campos
Daniel da Silva Klein
Débora Soares Karpowicz
Divino Marcos de Sena
Eudes Fernando Leite
Everton Fargoni
Fabiano Coelho
Gabriel Gualhanone Nemirovsky
Ilsyane do Rocio Kmitta
João Batista Ribeiro Santos
Jonathan Fachini
Karina de Carvalho Brotherhood
Lina Maria Brandao de Aras
Lucas Samuel Quadros
Manuela Areias Costa
Maria do Socorro Araújo
Nelli Machado
Newman di Carlo Caldeira
Nicole Claro M, de Morais
Thiago do Amaral Biazotto

CONSELHO CONSULTIVO
Adriana Aparecida Pinto (UFGD)
Ana Maria Colling (UFGD)
Andrey Minin Martin (UFMS)
Anibal Herib Caballero Campos, Univ. Nacional de Canindeyú, Paraguai Cielo Zaidenwerg, Univ. de Barcelona, Espanha
Éder da Silva Novak (UFGD)
Edvaldo Sotana (UFMS)
Elenita Malta Pereira (UFSC)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Eudes Fernando Leite (UFGD)
Fabiano Coelho (UFGD)
Fabio da Silva Sousa (UFMS)
Fernando Perli (UFGD)
Jérri Roberto Marin (UFMS)
Jiani Fernando Langaro (UFU)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)
José D'Assunção Barros (UFRRJ)
Leandro Baller (UFGD)
Linderval Augusto Monteiro (UFGD)
Losandro Antônio Tedeschi (UFGD)
Marcia Maria Medeiros (UEMS)
Maria Celma Borges (UFMS)
Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)
Maristela Carneiro (UFMS)
Mírian Cristina de Moura Garrido (Unesp)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
Protasio Paulo Langer (UFGD)
Ricardo Oliveira da Silva (UFMS)
Robert Wilton Wilcox, Northern Kentucky University, Estados Unidos
Robson Laverdi (UEPG)
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Vinicius Pereira de Oliveira (IFSul)